Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 11905 | 220 páginas
Curitiba, Terça-feira, 20 de Maio de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 18
Procuradoria Geral do Estado 21
Controladoria Geral do Estado 40

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência..... 40
Secretaria da Agricultura e Abastecimento..... 48
Secretaria das Cidades 48
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 49
Secretaria da Comunicação 55
Secretaria da Cultura 55
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 56
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 64
Secretaria da Educação 173
Secretaria do Esporte 177
Secretaria da Fazenda 180
Secretaria de Infraestrutura e Logística 186
Secretaria da Justiça e Cidadania 186
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 187
Secretaria dp Planejamento 194
Secretaria da Saúde..... 194
Secretaria da Segurança Pública..... 198
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 208
Secretaria do Turismo 213
Receita Estadual do Paraná 213

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 218
Em Tempo 219

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Letícia Ferreira da Silva — Controladora-Geral
Izabel Cristina Marques — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Christiano Souto Puppi — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Hilton Santin Roveda — Secretário
Lucas Dorini Sabbato — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo

Lei nº 22.430

20 de maio de 2025.

Altera a Lei nº 21.811, de 13 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a estrutura de cargos de livre provimento e das funções comissionadas da Presidência e das unidades integrantes da Secretaria Geral do Tribunal de Justiça, e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera a nomenclatura e a simbologia dos seguintes cargos em comissão e das seguintes funções comissionadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná:
I - três cargos em comissão de Diretor de Departamento, de simbologia DAS-3, em três cargos em comissão de Secretário, de simbologia DAS-2;
II - um cargo em comissão de Chefe da Central de Movimentações Processuais - CMP, de simbologia DAS-5, em um cargo em comissão de Coordenador, de simbologia DAS-6;
III - uma função comissionada de Coordenador da Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade, de simbologia FC-02, em um cargo em comissão de Coordenador da Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade, de simbologia DAS-3;
IV - quinze funções comissionadas de Assistente de Núcleo Regional de Informática, de simbologia FC-15, em quinze funções comissionadas de Assistente de Núcleo Regional de Informática, de simbologia FC-08.
Parágrafo único. O cargo em comissão de Coordenador da Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade, de simbologia DAS-3, é privativo de ocupante de cargo de provimento efetivo estável do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 2º Cria no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná:
I - vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:
a) seis cargos em comissão de Coordenador, de simbologia DAS-6;
b) seis cargos em comissão de Chefe de Divisão, de simbologia CAS-3;
c) um cargo em comissão de Assessor Técnico de Secretaria, de simbologia 1-C;
d) uma função comissionada de Supervisor de Assessoria Técnica de Secretaria, de simbologia FC-04;
e) seis funções comissionadas de Gestor Negocial, de simbologia FC-04;
f) seis funções comissionadas de Assessor de Assessoria Técnica de Secretaria, de simbologia FC-06;
g) uma função comissionada de Secretário de Sessão de Julgamento, de simbologia FC-11;
h) uma função comissionada de Chefe de Seção, de simbologia FC-12;
II - vinculados ao 1º Grau de Jurisdição:
a) um cargo em comissão de Secretário, de simbologia DAS-2;
b) dois cargos em comissão de Coordenador, de simbologia DAS-6
c) quatro cargos em comissão de Chefe de Divisão, de simbologia CAS-3;
d) oito funções comissionadas de Chefe de Seção, de simbologia FC-12.
Parágrafo único. O cargo em comissão de Secretário, referido na alínea "a" do inciso II deste artigo, é privativo de servidor que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
I - bacharel em Direito;
II - experiência mínima de cinco anos em unidades judiciárias do 1º Grau de Jurisdição ou exercício prévio da função comissionada de Supervisor do Centro de Apoio à Turma Recursal, de cargo em comissão de Chefe de Secretaria de unidade judiciária de comarca de entrância final, de cargo em comissão de Chefe-Geral de Secretaria Especializada de Movimentação Processual ou de cargo em comissão de Chefe da Central de Movimentações Processuais.

Art. 3º Altera as denominações dos seguintes cargos em comissão, funções comissionadas e encargos especiais:
I - sete cargos em comissão de Assessor Técnico de Secretaria ou Departamento, de simbologia 1-C, em sete cargos em comissão de Assessor Técnico de Secretaria, de mesma simbologia;
II - dezesseis funções comissionadas de Supervisor de Assessoria Técnica de Secretaria ou Departamento, de simbologia FC-04, em dezesseis funções comissionadas de Supervisor de Assessoria Técnica de Secretaria, de mesma simbologia;
III - 32 (trinta e duas) funções comissionadas de Assessor de Assessoria Técnica de Secretaria ou Departamento, de simbologia FC-06, em 32 (trinta e duas) funções comissionadas de Assessor de Assessoria Técnica de Secretaria, de mesma simbologia;
IV - oitenta funções comissionadas de Assistente Técnico de Secretaria ou Departamento, de simbologia FC-12, em oitenta funções comissionadas de Assistente Técnico de Secretaria, de mesma simbologia;
V - dois encargos especiais de Assessoria Técnica de Secretaria ou Departamento em dois encargos especiais de Assessoria Técnica de Secretaria;
VI - uma função comissionada de Chefe da Unidade de Auditoria Interna, de simbologia FA-01, em uma função comissionada de Auditor-Chefe da Unidade de Auditoria Interna, de mesma simbologia;
VII - dez funções comissionadas de Assessor da Unidade de Auditoria Interna, de simbologia FA-02, em dez funções comissionadas de Auditor Interno da Unidade de Auditoria Interna, de mesma simbologia.
§ 1º A função comissionada de Auditor-Chefe da Unidade de Auditoria Interna, de simbologia FA-01, é privativa dos ocupantes dos cargos de provimento efetivo das carreiras Jurídica Especial - JES e de Apoio Especializado Superior - AES.
§ 2º As funções comissionadas de Auditor Interno da Unidade de Auditoria Interna, de simbologia FA-02, podem ser ocupadas por quaisquer servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, observados o disposto no art. 4º da Lei n.º 17.474, de 2 de janeiro de 2013, e os demais requisitos previstos nos atos normativos atinentes à Unidade de Auditoria Interna.

Art. 4º As Tabelas 1, 2 e 5 do Anexo II da Lei nº 21.811, de 2023, passam a vigorar conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 5º O Anexo III da Lei nº 21.811, de 2023, passa a vigorar conforme o Anexo II desta Lei.

Art. 6º O Anexo IV da Lei nº 21.811, de 2023, passa a vigorar conforme o Anexo III desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 20 de maio de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Desembargadora Lidia Maejima
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Prot. 23.941.680-2

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO I

"Lei n.º 21.811, de 13 de dezembro de 2023"

"ANEXO II"

"TABELA 1"

FUNÇÃO	QUANTIDADE	SIMBOLOGIA
.....	.....	.....
~~Coordenador da Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade~~	~~01~~	~~FC-02~~
.....	.....	.....
~~Supervisor de Assessoria Técnica de Secretaria ou Departamento~~ Supervisor de Assessoria Técnica de Secretaria	~~16~~ 17	.....
Gestor Negocial	06	FC-04
.....	.....	.....
~~Assessor de Assessoria Técnica de Secretaria ou Departamento~~ Assessor de Assessoria Técnica de Secretaria	~~32~~ 38	.....
.....	.....	.....
Secretário de Sessão de Julgamento	~~28~~ 29	.....
Chefe de Seção	~~270~~ 279	.....
.....	.....	.....
~~Assistente Técnico de Secretaria ou Departamento~~ Assistente Técnico de Secretaria	.....	.....
.....	.....	.....
Assistente de Núcleo Regional de Informática	.....	~~FC-15~~ FC-08
.....	.....	.....

.....

"TABELA 2

FUNÇÕES COMISSIONADAS

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA"

FUNÇÃO	QUANTIDADE	SIMBOLOGIA
~~Chefe da Unidade de Auditoria Interna~~ Auditor-Chefe da Unidade de Auditoria Interna	.....	.....
~~Assessor da Unidade de Auditoria Interna~~ Auditor Interno da Unidade de Auditoria Interna	.....	.....

.....

"TABELA 5"

SIMBOLOGIA	VALORES
.....	.....
FA-02	~~3.673,38~~ 4.428,40

ANEXO II

"Lei n.º 21.811, de 13 de dezembro de 2023"

"ANEXO III"

"ENCARGOS ESPECIAIS"

Gratificação de Encargos Especiais	Quantidade	Valor
.....	.....	.....
~~Assessoria Técnica de Secretaria ou Departamento~~ Assessoria Técnica de Secretaria	.....	.....
.....	.....	.....

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO III

"Lei n.º 21.811, de 13 de dezembro de 2023"

"ANEXO IV"

CARGO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	ATRIBUIÇÕES	ESCOLARIDADE
....	....	....	....	....
Secretário	....	~~07~~ 11	....	....
Diretor de Departamento	....	~~05~~ 01	....	....
....	..... .	....	....	....
Coordenador da Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade	DAS-3	1	Coordenação da Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade	Diploma de curso superior correlato com as atividades da unidade
Coordenador	..... .	~~19~~ 28	....	....
....	..... .	....	....	....
~~Chefe da Central de Movimentaçõ es Processuais~~	~~DAS-5~~	~~01~~	~~Chefia e assessoramento na Central de Movimentações Processuais~~	~~Diploma de curso superior em Direito~~
....	..... .	....	....	....
Chefe de Divisão	..... .	~~103~~ 113	....	Preferencialmente, diploma de curso superior correlato com as atividades da unidade
....	..... .	....	....	....
~~Assessor Técnico de Secretaria ou Departamento~~ Assessor Técnico de Secretaria	..... .	~~07~~ 08	....	....
....	..... .	....	....	....

69199/2025

Lei nº 22.431

20 de maio de 2025.

Altera o Anexo X da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Anexo X da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º ...

I - planejar, implementar, coordenar e orientar sistemas informatizados, dimensionando seus requisitos e funcionalidades, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas e tecnologias de desenvolvimento, cuja execução indireta possa colocar em risco o controle de processos, de conhecimentos ou de tecnologias;

II - supervisionar o ciclo de vida dos sistemas informatizados, garantindo sua especificação, implementação, manutenção e evolução;

III - estabelecer diretrizes, padrões e avaliar soluções para ambientes informatizados e prospectar novas tecnologias;

IV - definir e operacionalizar políticas de utilização e manutenção da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo Política de Segurança;

V - emitir pareceres técnicos para instrução de expedientes administrativos, inclusive aqueles voltados à contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;

VI - demandar, fiscalizar e gerir as contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;

VII - administrar, revisar e executar outras tarefas de mesma natureza ou grau de complexidade da função que venham a ser determinadas pelo superior hierárquico cuja execução indireta possa colocar em risco o controle de processos, de conhecimentos ou de tecnologias.(NR)

.....

Art. 3º ...

I - dirigir, coordenar e supervisionar a execução de obras e serviços de engenharia;

II - emitir pareceres técnicos para instrução de expedientes administrativos voltados à contratação e execução de obras e serviços de engenharia;

III - fiscalizar a execução de obras e serviços de engenharia;

IV - apresentar à Administração, na área de sua atuação, elementos, estudos, pesquisas e relatórios para subsidiar as decisões administrativas relativas ao planejamento, formulação de estratégias, execução, monitoramento de projetos, programas e planos de ação do Poder Judiciário.(NR)

.....

Art. 12. ...

I - gerir, especificar e monitorar os ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação;

II - assegurar o cumprimento das normas de segurança relativas aos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação;

III - supervisionar e realizar atividades de planejamento e suporte à infraestrutura operacional;

IV - realizar atividades de implementação em sistemas informatizados prioritários, sob orientação de um Analista de Sistemas;

V - emitir pareceres técnicos para instrução de expedientes administrativos, inclusive aqueles voltados às contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação afetas às atribuições do cargo;

VI - demandar, fiscalizar e gerir as contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação afetas às atribuições do cargo;

VII - desempenhar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade da função que venham a ser determinadas pelo superior hierárquico cuja execução indireta possa colocar em risco o controle de processos, de conhecimentos ou de tecnologias.(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 20 de maio de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Desembargadora Lidia Maejima
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Prot. 23.914.045-9

69200/2025

DECRETO Nº 9.987

Demissão do servidor ANDERSON CARLOS DA SILVA MILOCH, do cargo de Policial Penal do Quadro Próprio da Polícia Penal.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no protocolado nº 21.067.893-0, e ainda,

Considerando que o servidor ANDERSON CARLOS DA SILVA MILOCH, RG nº 12.XXX.117-X, ocupante do cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal – QPPP, lotado na Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão, infringiu com sua conduta o disposto no inciso VI do art. 279 e incisos IV e X do art. 285 c/c alínea "a" do inciso V do art. 293, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo disciplinar, com observância dos princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório;

Considerando ainda o Relatório Final da Comissão Processante, que cotejando os documentos que instruem o processo concluíram estar comprovada a conduta imputada ao servidor investigado, recomendando pela aplicação da pena de demissão;

Considerando que a administração pública, quando se depara com situação em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, não dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por se tratar de ato vinculado. (MS 21937/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJ e 23/10/2019);

DECIDE:

Art. 1º Demitir o servidor ANDERSON CARLOS DA SILVA MILOCH, RG nº 12.XXX.117-X, do cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal – QPPP, lotado na Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão, por ter infringido com sua conduta o disposto no inciso VI do art. 279 e incisos IV e X do art. 285 c/c alínea "a" do inciso V do art. 293, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

69341/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 9.988

Demissão do servidor ALEX FABIANO PRESTES, do cargo de Agente de Polícia Judiciária do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.948.261-9, e ainda,

Considerando que o servidor ALEX FABIANO PRESTES, RG nº 6.XXX.021-X, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, infringiu, nos FATOS 04 e 05 da denúncia, o disposto nos incisos V e VI do art. 5º, inciso III do art. 6° c/c art. 7º, incisos XVIII e LX do art. 8º e inciso III do §1º do art. 8º da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024;

Considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, com observância dos princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório;

Considerando a Deliberação nº 330/2025 do Conselho Superior da Polícia Civil, que concluiu estar comprovada a conduta imputada ao servidor, deliberando pela aplicação da penalidade de demissão; e

Considerando que a administração pública, quando se depara com situação em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, não dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por se tratar de ato vinculado. (MS 21937/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJ e 23/10/2019),

DECIDE:

Art. 1º Demitir o servidor ALEX FABIANO PRESTES, RG nº 6.XXX.021-X, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, por ter infringido, nos FATOS 04 e 05, o disposto nos incisos V e VI do art. 5º, inciso III do art. 6° c/c art. 7º, incisos XVIII e LX do art. 8º e inciso III do §1º do art. 8º da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

69345/2025

DECRETO Nº 9.989

Cumprimento de decisão judicial para tornar definitiva a nomeação *sub judice* formalizada pelo Decreto nº 8.453, de 19 de dezembro de 2024, de ARIANE SANTA MARIA GOMES.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, em cumprimento a decisão judicial proferida nos Autos nº 0002347-85.2024.8.16.0004, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, consubstanciada no protocolo nº 22.958.546-0,

DECRETA:

Art. 1º Torna definitiva a nomeação *sub judice* formalizada pelo Decreto 8.251, de 11 de dezembro de 2024, retificado pelo Decreto n° 8.453, de 19 de dezembro de 2024, de ARIANE SANTA MARIA GOMES, RG n° 8.XXX.818-X, Inscrição n° 056.782-5, para exercer o cargo de Promotor de Saúde Profissional, na função de Enfermeiro, do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS, no Município da Londrina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

69349/2025

DECRETO Nº 9.990

Dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para a utilização de soluções de Inteligência Artificial no âmbito da Administração Pública do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.199.523-4,

DECRETA:

Art. 1º Estabelece diretrizes para a destinação de recursos orçamentários visando à implementação de soluções baseadas em Inteligência Artificial - IA no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, com o objetivo de promover melhores soluções tecnológicas escalonáveis e integradas às políticas públicas estaduais.

§1º Para efeitos deste Decreto são compreendidos, no âmbito da Administração Direta, as Secretarias de Estado e os Órgãos com status de Secretaria de Estado, e, no âmbito da Administração Indireta, as autarquias e as fundações.

§2º As soluções de IA deverão observar os seguintes princípios:

I - expansibilidade: possibilitar a ampliação da capacidade para atender a um número crescente de usuários e processar maior volume de dados;

II - adaptabilidade: permitir ajustes e configurações mínimas para diferentes órgãos e entidades;

III - sustentabilidade econômica: proporcionar economia de escala, reduzindo custos unitários conforme ampliação do uso da solução;

IV - integralidade: buscar a abordagem completa e abrangente de uma tarefa, considerando todas as variáveis, aspectos e dimensões envolvidas, a fim de alcançar soluções eficazes e equilibradas;

V - segurança e privacidade: atender às legislações aplicáveis de proteção de dados e cibersegurança.

Art. 2º A partir do exercício de 2026 o Estado do Paraná deverá destinar, no mínimo, 10% (dez por cento) dos recursos específicos para tecnologia previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA para iniciativas relacionadas à adoção e ao desenvolvimento de soluções baseadas em IA.

§1º Para o exercício de 2025 o Estado do Paraná deverá destinar, prioritariamente, 10% (dez por cento) dos recursos específicos para tecnologia previstos na LOA para iniciativas relacionadas à adoção e ao desenvolvimento de soluções baseadas em IA.

§2º Excetuam-se do percentual disposto no *caput* deste artigo os recursos orçamentários que possuem destinação definida por legislação específica.

Art. 3º As iniciativas financiadas com os recursos referidos no art. 2º deste Decreto deverão:

I - priorizar a melhoria dos serviços públicos, garantindo soluções preferencialmente escalonáveis e alinhadas à missão institucional de cada órgão ou entidade;

II - estar alinhadas à estratégia de Governo Digital do Estado do Paraná e aos planos setoriais de modernização administrativa e transformação digital;

III - prever o uso ético e responsável da tecnologia, com observância às normas de proteção de dados pessoais e segurança da informação;

IV - demonstrar potencial de integração com outras soluções tecnológicas em uso ou planejadas no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 4º Institui Grupo de Trabalho para acompanhar e coordenar as ações relacionadas ao cumprimento do disposto neste Decreto, com o objetivo de garantir alinhamento estratégico e operacional entre os órgãos e entidades estaduais.

Art. 5º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I - um representante titular e um suplente, da Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial - SEIA;

II - um representante titular e um suplente, da Casa Civil - CC;

III - um representante titular e um suplente, da Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL;

IV - um representante titular e um suplente, da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

§1º O Grupo de Trabalho será presidido pelo representante titular da SEIA, que em suas ausências e impedimentos será substituído pelo suplente da Pasta.

§2º Os membros do Grupo de Trabalho serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos.

§3º Poderão ser convidados e incluídos outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, que venham a ser identificados como necessários ou estratégicos para o objetivo do Grupo de Trabalho.

Art. 6º As contratações relacionadas ao disposto neste Decreto deverão ser previamente submetidas à deliberação do Comitê de Governança Fiscal - CGF, da Casa Civil.

Art. 7º As soluções de Inteligência Artificial financiadas com recursos previstos no art. 1º deste Decreto devem ser submetidas à análise técnica do Comitê de Governança de Inteligência Artificial, instituído e regulado por legislação própria.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
Secretário de Estado do Planejamento

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

ALEX CANZIANI
Secretário de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital

69351/2025

DECRETO Nº 9.991

Regulamenta a Lei nº 22.162, de 11 de novembro de 2024, que dispõe sobre a concessão de gratuidade e de desconto para pessoas idosas nos serviços de transporte coletivo público rodoviário intermunicipal convencional e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.845.599-5,

DECRETA:

Art. 1º Define, nos termos deste Decreto, os mecanismos, critérios e controle para o exercício da gratuidade ou desconto de 50% (cinquenta por cento) na aquisição de passagens no sistema intermunicipal de transporte coletivo de passageiros de característica rodoviária convencional, de que trata a Lei n° 22.162, de 11 de novembro de 2024.

Parágrafo único. Não havendo linha regular convencional nos trechos intermunicipais, será garantido o direito à gratuidade ou desconto para os serviços eletivos de leito e misto, nos termos deste Decreto.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - beneficiário: pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

II - serviços de transporte coletivo público rodoviário intermunicipal convencional: serviço regular de transporte coletivo que transpõe o limite de cada município, circunscrito ao Estado do Paraná, com origem e destino em terminais rodoviários, oferecido em ônibus tipo rodoviário convencional, com especificação própria e que não permite o transporte de passageiros em pé;

III - linha: serviço de transporte coletivo de passageiros executado em uma ligação de dois pontos terminais, nela incluídos os seccionamentos e as alterações operacionais efetivadas, aberto ao público em geral, de natureza regular e permanente, com itinerário definido no ato de sua delegação ou outorga;

IV - seção: serviço realizado em trecho do itinerário de linha do serviço de transporte com fracionamento do preço de passagem;

V - bilhete: documento que comprove a concessão do transporte gratuito ou desconto da pessoa idosa, fornecido pela empresa prestadora do serviço de transporte, para possibilitar o ingresso da pessoa idosa no veículo.

Art. 3º Para ter direito ao benefício de que trata este Decreto deverão ser observados e comprovados os seguintes requisitos:

I - idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

II - renda mensal igual ou inferior a dois salários-mínimos nacionais;

III - inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico;

IV - possuir a Carteira da Pessoa Idosa Paranaense 65+.

§1º A verificação da renda mensal a que faz referência o inciso II deste artigo terá como parâmetros os valores mínimos representativos de cada uma das sete faixas de renda constantes da base do CadÚnico.

§2º A inscrição da pessoa idosa no CadÚnico é pré-requisito para emissão da Carteira.

§3º No caso de desatualização ou inexistência de dados, a pessoa idosa deverá realizar os procedimentos necessários à atualização do CadÚnico junto ao equipamento público responsável pela gestão deste Cadastro.

Art. 4º A Carteira da Pessoa Idosa será concedida mediante cadastramento prévio da pessoa idosa perante o CadÚnico, com emissão de forma on-line ou presencial.

§1º A emissão da Carteira ocorrerá em sistema de informação próprio, que analisará o preenchimento dos requisitos legais e emitirá a Carteira da Pessoa Idosa automaticamente.

§2º O sistema de emissão da Carteira ficará vinculado ao órgão responsável pela execução da Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná.

Art. 5º As Carteiras possuirão numeração sequencial e serão emitidas pelo próprio beneficiário com formato digital ou impresso.

§1º A carteira também poderá ser emitida presencialmente nas ações locais promovidas pela secretaria responsável pela execução da Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa em articulação com a gestão local.

§2º A carteira no formato digital poderá ser acessada e apresentada por meio de dispositivos móveis, a qual também será validada pelas prestadoras de serviços de transporte coletivo público rodoviário intermunicipal.

§3º O *site* de emissão da Carteira da Pessoa Idosa Paranaense 65+ deverá observar os padrões de acessibilidade digital, garantindo:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I - interface simples e intuitiva, com navegação facilitada e linguagem clara;

II - compatibilidade com leitores de tela e outras tecnologias assistivas;

III - opções de contraste e tamanho de fonte ajustáveis para pessoas com dificuldades visuais;

IV - funcionalidades que permitam o uso do site por pessoas com limitações motoras, como navegação por teclado e comandos de voz;

V - disponibilização de tutoriais em texto, áudio e vídeo para orientar os usuários no processo de solicitação e emissão da Carteira.

Art. 6º O acesso à plataforma da carteira da Pessoa Idosa Paranaense 65+ se dará por meio da Central de Segurança do Governo do Paraná, que garante a identificação pessoal e individualizada.

Art. 7º A Carteira de Identificação da Pessoa Idosa Paranaense 65+ conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome completo;

II - data de nascimento;

III - CPF;

IV - número da Carteira;

V - data da emissão;

VI - município de registro;

VII - código QR para validação;

VIII - código de segurança para validação;

IX - número de contato do órgão responsável pela execução da Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná, para informações adicionais.

§1º A Carteira é válida para uso em todos os municípios do território do Estado do Paraná, com validade equivalente ao cadastro do CadÚnico do beneficiário.

§2º A atualização do cadastro do CadÚnico é realizada pela pessoa idosa beneficiária no equipamento público responsável pela gestão deste Cadastro em seu território.

§3º A Carteira da Pessoa Idosa Paranaense 65+ é de uso exclusivo da pessoa titular, ficando vedada a sua transferência, empréstimo ou cessão a qualquer título.

§4º A Carteira da Pessoa Idosa Paranaense 65+ deverá conter código de resposta rápida - QR Code, para facilitar o acesso aos dados pelas empresas, tanto no ato do agendamento da passagem, quanto no momento do embarque.

Art. 8º Os municípios poderão prestar apoio técnico e operacional às pessoas idosas que encontrarem dificuldades no acesso digital, garantindo suporte presencial para a solicitação e impressão do documento.

Art. 9º Compete à Secretaria responsável pela execução da Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa:

I - administrar a política de emissão da Carteira da Pessoa Idosa 65+ no Estado do Paraná, diretamente ou mediante cooperação de outros entes e órgãos;

II - controlar, para efeito de estatística, o número de emissões de Carteiras;

III - adequar sua plataforma de serviços à expedição da Carteira da Pessoa Idosa 65+, de modo a facilitar a comunicação com a pessoa idosa beneficiária;

IV - monitorar e atualizar periodicamente o sistema eletrônico de gestão, garantindo a proteção de dados dos usuários e a eficiência do processo de emissão e validação do documento.

Art. 10. Visando facilitar o embarque e o desembarque das pessoas idosas beneficiárias da gratuidade ou do desconto previsto em Lei, deverão as transportadoras reservar os quatro primeiros assentos do lado direito do veículo, oposto do lado do motorista, restando os quatro primeiros assentos do lado esquerdo aos beneficiários do passe livre para deficientes físicos ou doentes crônicos e seus respectivos acompanhantes.

Parágrafo único. As condições de acesso e embarque das pessoas idosas e das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como de seus acompanhantes, deverão observar as disposições da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Lei da Acessibilidade, e da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, garantindo-se acessibilidade nos terminais rodoviários.

Art. 11. A aquisição das passagens gratuitas ou com desconto poderá ser realizada:

I – presencialmente, nas agências de venda de passagem e mediante a apresentação da Carteira da Pessoa Idosa e documento de identidade com foto; ou

II – online, via sistema de venda de passagem da transportadora concessionária/autorizatária do serviço público intermunicipal relacionado, mediante o fornecimento do número da Carteira da Pessoa Idosa Paranaense 65+.

§1º A aquisição online não dispensa a pessoa idosa beneficiária de portar e apresentar a carteira e o documento de identificação com foto no ato do embarque.

§2º No momento do agendamento da passagem com gratuidade ou desconto, a pessoa idosa beneficiária poderá agendar a passagem de ida e de volta, cabendo às empresas operadoras a adaptarem seus respectivos sistemas de venda de passagens, observadas as formas de acesso e reserva do assento a ser utilizado pela pessoa idosa beneficiária.

§3º A aquisição de novo bilhete de passagem para a pessoa idosa beneficiária isenta ou com desconto, pela mesma transportadora concessionária/autorizatária do serviço público intermunicipal relacionado, somente poderá ser realizada após o uso do bilhete anterior, exceto quando se tratar da volta correspondente à mesma linha da ida.

§4º A obrigação prevista no § 3º do art. 5º deste Decreto aplica-se, igualmente, aos sites de venda de passagens das transportadoras concessionárias/autorizatárias do serviço público intermunicipal relacionado, que deverão garantir acessibilidade, funcionalidade e clareza nas informações relativas à concessão do benefício e reserva de assentos de gratuidade ou desconto às pessoas idosas.

Art. 12. Compete à Receita Estadual do Paraná - REPR e ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, em conjunto, analisar os dados existentes e/ou necessários a inserir no bilhete de passagem, visando a geração dos relatórios de Movimento Mensal de Passageiros por Horário - MMPH, que permitirá o controle eficiente e seguro das isenções e descontos legais.

Art. 13. Até a criação de Sistema de Informação eficiente, os dados estatísticos relacionados às isenções e/ou descontos legais deverão ser apresentados pelas transportadoras ao DER, através do formulário do Movimento Mensal de Passageiros por Horário – MMPH, no qual deverão ser inseridas as informações dos pagantes e daqueles que usufruíram da gratuidade ou do desconto.

§1º O bilhete de passagem deverá conter o número da Carteira da Pessoa Idosa Paranaense 65+ que utilizou o benefício da isenção ou desconto, de forma a alimentar os relatórios de controle do uso por linha, horário e beneficiário.

§2º Os valores isentos ou descontados relativos às taxas de embarque e pedágios deverão constar nos bilhetes de passagem, de modo a permitir o efetivo controle contábil das isenções e descontos utilizados por linha e empresas, garantindo análise segura em pedidos de revisão tarifária.

Art. 14. Compete à REPR, à Secretaria responsável pela execução da Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e ao DER, em conjunto, criar sistema de informação adequado para coleta e tratamento dos dados relacionados às isenções e descontos tarifários legais, de forma a permitir controle exato dos quantitativos relacionados para acompanhamento e principalmente análise de pedidos de revisões tarifárias.

Parágrafo único. O novo sistema de informações relacionado deverá permitir a Interface de Programação de Aplicação entre as transportadoras e os órgãos relacionados, de forma eficiente e segura.

Art. 15. Para facilitar o acesso de informações sobre isenções e descontos às pessoas idosas beneficiárias, o poder executivo poderá elaborar material orientativo com detalhamento dos procedimentos necessários para obtenção da Carteira e uso do benefício, a qual será distribuída:

I - nos equipamentos públicos e demais locais de grande circulação de pessoas idosas;

II - por meio digital, no site oficial do órgão responsável pela execução da Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, em formato acessível e de fácil reprodução.

Art. 16. As transportadoras concessionárias/autorizatárias do serviço público intermunicipal relacionado divulgarão, por meio de cartazes ou avisos legíveis afixados nos guichês de venda, em agência própria ou credenciada, no interior dos veículos e de forma digital, as condições previstas na Lei nº 22.162, de 2024, para a concessão da gratuidade e desconto no serviço público intermunicipal de transporte coletivo de passageiros.

Art. 17. As transportadoras que dificultarem ou negarem o fornecimento da gratuidade ou do desconto, devidamente amparado pela legislação relacionada, estarão sujeitas às penalidades correspondentes, previstas no Regulamento de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros.

Parágrafo único. As pessoas idosas beneficiárias que se sentirem lesadas pela recusa imotivada ou serviço ineficiente deste benefício poderão registrar a ocorrência em canal de denúncia de violação de direito da pessoa idosa.

Art. 18. As pessoas idosas beneficiárias que fizerem uso indevido da isenção ou do desconto serão investigadas e poderão perder o benefício, observado o direito de defesa e contraditório em processo administrativo específico.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

SANDRO ALEX
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

69352/2025

DECRETO Nº 9.992

Possibilita a liquidação das parcelas postergadas de ICMS referentes ao programa Paraná Competitivo com créditos habilitados no SISCRED, próprios ou recebidos de terceiros, na proporção estabelecida.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.769.478-3,

DECRETA:

Art. 1º As parcelas relativas ao ICMS incremental postergadas em decorrência dos Programas Paraná Competitivo, Bom Emprego, Paraná Mais Empregos e de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná – PRODEPAR, poderão ser parcialmente liquidadas com créditos habilitados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - SISCRED, próprios ou recebidos de terceiros, acumulados por qualquer das hipóteses previstas no art. 47 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, sem a concessão de qualquer tipo de desconto, observada a seguinte proporção:

I - até 20% do saldo pendente das parcelas com vencimento em 2026;

II - até 30% do saldo pendente das parcelas com vencimento em 2027;

III - até 40% do saldo pendente das parcelas com vencimento em 2028;

IV - até 50% do saldo pendente das parcelas com vencimento em 2029 em diante.

§1º O requerimento para antecipação de que trata o *caput* deverá ser formalizado via eProtocolo, à Receita Estadual do Paraná - REPR, impreterivelmente, na primeira quinzena de cada mês, tendo como termo final o dia 14 de novembro de 2025.

§2º Por ocasião do requerimento o interessado já deve possuir créditos habilitados no SISCRED em montante suficiente para a liquidação de que tratam os incisos I a IV do *caput* deste artigo.

Art. 2º O direito à utilização dos créditos habilitados no SISCRED para liquidação das parcelas postergadas, nos percentuais indicados no art. 1º deste Decreto, fica condicionado ao pagamento integral do percentual a ser quitado em moeda corrente, por meio de GR-PR, até o último dia útil do mês em que o requerimento for protocolado.

Parágrafo único. As GR-PR para quitação das parcelas serão emitidas pela REPR.

Art. 3º O limite global anual de valores de crédito acumulado passíveis de utilização de que trata o § 3º do art. 51 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 2017, não se aplica às disposições constantes do presente Decreto.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da REPR.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

69357/2025

Decreto nº 9993

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no § 5º do artigo 14 da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.396.533-2,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de Maio de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto n° 9993

Formalização 2025FC000357/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										50.000.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família										50.000.000,00
6102 - Diretoria Geral										50.000.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

F.61.02.08.244.29.7010 - Projetos Estratégicos Integrados										50.000.000,00
	1	50	500	000000	4.4.50.42	0	Não definida	4100	9999999	50.000.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		50.000.000,00
									Total Geral	50.000.000,00

Anexo ao Decreto nº 9993 Formalização 2025FC000357/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										50.000.000,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										50.000.000,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										50.000.000,00
F.31.01.99.999.99.9901 - Reserva de Contingência										50.000.000,00
	1	50	500	000000	9.9.99.99	0	Não definida	4100	9999999	50.000.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		50.000.000,00
									Total Geral	50.000.000,00

69364/2025

Decreto nº 9994

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso I, § 1º do art. 14 da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.693.715-1,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 11.202.500,00 (onze milhões e duzentos e dois mil e quinhentos reais) de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de Maio de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 9994 Formalização 2025FC000358/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
09 - Ministério Público do Estado do Paraná										11.202.500,00
090000 - Ministerio Público do Estado do Paraná										11.202.500,00
0901 - Ministério Público										11.202.500,00
F.09.01.03.091.04.8010 - Gestão dos Serviços do Ministério Público										11.202.500,00
	1	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	11.202.500,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		11.202.500,00
									Total Geral	11.202.500,00

Anexo ao Decreto nº 9994 Formalização 2025FC000358/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										11.202.500,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										11.202.500,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										11.202.500,00
F.31.01.28.843.99.9083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna										11.202.500,00
	1	50	500	000000	4.6.90.71	0	Não definida	4100	9999999	11.202.500,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		11.202.500,00
									Total Geral	11.202.500,00

69367/2025

DECRETO Nº 9.995

Nomeia CARLA REGINA BORTOLAZ DE FIGUEIREDO, para exercer o cargo de Procuradora Jurídica do Serviço Social Autônomo – PALCOPARANÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 5º da Lei nº 22.298, de 10 de março de 2025, e tendo em vista o contido no protocolado nº 23.642.901-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia CARLA REGINA BORTOLAZ DE FIGUEIREDO, RG nº 7.XXX.749-X, para exercer o cargo de Procuradora Jurídica do Serviço Social Autônomo –

PALCOPARANÁ.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA
Secretária de Estado da Cultura

69396/2025

DECRETO Nº 9.996

Designação de GISLENE LESSA, para exercer função comissionada executiva, do Instituto Água e Terra.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.997.417-1,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, GISLENE LESSA, RG nº 1.XXX.203-X, para exercer a função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-10, do Instituto água e Terra, ficando exonerada, a pedido, a partir de 19 de maio de 2025, LIANA DO ROCIO BASTOS DE MORAIS, RG nº 8.XXX.944-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RAFAEL GRECA DE MACEDO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

69398/2025

DECRETO Nº 9.997

Nomeação de EVANDRO HENRIQUE HARENZA, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Comunicação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.003.396-8,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, EVANDRO HENRIQUE HARENZA, RG nº 9.XXX.037.XX3/RS, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-6, da Secretaria de Estado da Comunicação, ficando exonerada, a partir de 22 de maio de 2025, ELAINE NUNES WZOREK, RG nº 7.XXX.266-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

CLEBER DE OLIVEIRA MATA
Secretário de Estado da Comunicação

69400/2025

DECRETO Nº 9.998

Exoneração e nomeação de cargo em comissão da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.014.545-6,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a partir de 18 de maio de 2025, BRENDA LIZ DE MELO FOLLADOR, RG nº 9.XXX.215-X, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-10, da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, MARIEL MAYER PILARSKI, RG 9.XXX.430-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor - Símbolo CCE-7, da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

69402/2025

DECRETO Nº 9.999

Nomeação de DIOGO ROBERTO HUTT, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.009.526-2,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, DIOGO ROBERTO HUTT, RG nº 8.XXX.851-X, para exercer em

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARCO AURELIO RIBEIRO
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

69404/2025

DECRETO Nº 10.000

Nomeações para cargos em comissão do Serviço Social Autônomo - PALCOPARANÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.014.372-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos do Serviço Social Autônomo - PALCOPARANÁ:

ALINE GONÇALVES CAMPOS ASSIS, RG nº 9.XXX.107-X, Diretor-Presidente, ficando exonerado DANILO PERES BUSS, RG nº 7.XXX.680-X, a partir de 23 de maio de 2025;

WANESSA CARDOSO WIACEK HOINACKI, RG nº 7.XXX.498-X, Diretor Administrativo Financeiro, ficando exonerada ALINE GONÇALVES CAMPOS ASSIS, RG nº 9.XXX.107-X, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, DANILO PERES BUSS, RG nº 7.XXX.680-X, para exercer em comissão o cargo de Chefe de Coordenação – Símbolo CCE-4, da Secretaria de Estado da Cultura, ficando exonerada WANESSA CARDOSO WIACEK HOINACKI, RG nº 7.XXX.498-X, a partir de 23 de maio de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA
Secretária de Estado da Cultura

69405/2025

DECRETO Nº 10.001

Exoneração de LUIZ ROBERTO COSTA, de cargo em comissão Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.232.106-7,

DECRETA:

Art. 1º Exonera LUIZ ROBERTO COSTA, RG nº 3.XXX.328-X, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-3, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável**.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69407/2025

DECRETO Nº 10.002

Nomeação e designação de cargo em comissão e função comissionada executiva da Secretaria de Estado da Educação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.018.589-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem cargo em comissão e função comissionada executiva, da Secretaria de Estado da Educação:

MARIA ISABEL MOUTINHO BRANCO, RG nº 5.XXX.671-X, Assessor - Símbolo FCE-11, ficando exonerado JOEL SANTOS BANDEIRA, RG nº 4.XXX.629-X;

FLÁVIA ELISA DE TOLEDO ZORNOFF, RG nº 11.XXX.939-X, Assessor - Símbolo CCE-14, ficando exonerada MARIA ISABEL MOUTINHO BRANCO, RG nº 5.XXX.671-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

69409/2025

DECRETO Nº 10.003

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, e o contido no protocolo nº 23.981.514-6,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 5 (cinco) cargos de Chefe de Setor, símbolo CCE-14, do Centro Cultural Teatro Guaíra.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-8, para o Centro Cultural Teatro Guaíra; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-9, para o Centro Cultural Teatro Guaíra.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2025.
Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69412/2025

DECRETO Nº 10.004

Exonerações e nomeações para cargos em comissão do Centro Cultural Teatro Guaíra.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.981.514-6,

DECRETA:

Art. 1º Exonera os seguintes ocupantes de cargos em comissão do Centro Cultural Teatro Guaíra, a partir de 31 de maio de 2025:
DANIEL MERNISKI DOS SANTOS, RG nº 6.XXX.596-X, Chefe de Divisão – Símbolo CCE-10;
ROSE MARY MATIAS DE OLIVEIRA, RG nº 5.XXX.818-X, Chefe de Divisão – Símbolo CCE-10;
DANIEL RIBAS GLOWACKI, RG nº 6.XXX.009-X, Assessor – Símbolo CCE-12;
DIEGO MARTINS AVELLEDA, RG nº 9.XXX.125-X, Assessor – Símbolo CCE-12;
EVERTON ANTONIO DOS SANTOS, RG nº 2.XXX.972-X, Assessor – Símbolo CCE-12;
MARLON SCHENBERGER MARQUES, RG nº 12.XXX.283-X, Assessor – Símbolo CCE-12;
WANDERLEY ROBERTO DE OLIVEIRA, RG nº 4.XXX.555-X, Assessor – Símbolo CCE-12;
CESAR DIAS PALMA, RG nº 5.XXX.442-X, Chefe de Setor – Símbolo CCE-14;
CLAUDINEI BORGES DA SILVA, RG nº 12.XXX.536-X, Chefe de Setor – Símbolo CCE-14;
MATHEUS HENRIQUE SANTOS CORDEIRO, RG nº 1XX.XXX.769-XX, Chefe de Setor – Símbolo CCE-14;
ROBERTO JOSE GUIZ, RG nº 9XX.882-X, Chefe de Setor – Símbolo CCE-14;
SERGIO LUIZ CAMPOS, RG nº 6XX.XXX.839-XX, Chefe de Setor – Símbolo CCE-14.
Art. 2º Nomeia, de acordo com o art. 24 inciso III da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos do Centro Cultural Teatro Guaíra, a partir de 1º de junho de 2025:
DANIEL MERNISKI DOS SANTOS, RG nº 6.XXX.596-X, Assessor – Símbolo CCE-8;
ROSE MARY MATIAS DE OLIVEIRA, RG nº 5.XXX.818-X, Assessor – Símbolo CCE-9;
DIEGO MARTINS AVELLEDA, RG nº 9.XXX.125-X, Chefe de Divisão – Símbolo CCE-10;
EVERTON ANTONIO DOS SANTOS, RG nº 2.XXX.972-X, Chefe de Divisão – Símbolo CCE-10;
CESAR DIAS PALMA, RG nº 5.XXX.442-X, Assessor – Símbolo CCE-12;
CLAUDINEI BORGES DA SILVA, RG nº 12.XXX.536-X, Assessor – Símbolo CCE-12;
MATHEUS HENRIQUE SANTOS CORDEIRO, RG nº 1XX.XXX.769-XX, Assessor – Símbolo CCE-12;
ROBERTO JOSE GUIZ, RG nº 9XX.882-X, Assessor – Símbolo CCE-12;
SERGIO LUIZ CAMPOS, RG nº 6XX.XXX.839-XX, Assessor – Símbolo CCE-12.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA
Secretária de Estado da Cultura

69413/2025

DECRETO Nº 10.005

aDesignação de MARCELO HENRIQUE MIDVIT, para exercer função comissionada executiva, da Secretaria de Estado da Segurança Púbica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, MARCELO HENRIQUE MIDVIT, RG nº 8.XXX.147-X, para exercer a função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-12, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, ficando exonerado ALESSANDRO DIAS DOS SANTOS, RG nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

6.XXX.606-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69414/2025

DECRETO Nº 10.006

Nomeação de RAFAEL CAPITANI, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, RAFAEL CAPITANI, RG nº 8.XXX.319-X, para exercer em comissão o cargo de Chefe de Divisão – Símbolo CCE-10, da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69623/2025

DECRETO Nº 10.007

Nomeações para cargos em comissão da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda:

GENILDO MANOEL DOS SANTOS, RG nº 1.XXX.794-X, Assessor – Símbolo CCE-10;

JOSE VINICIUS PABLO PONTAROLO, RG nº 12.XXX.188-X, Assessor – Símbolo CCE-10.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69417/2025

DECRETO Nº 10.008

Nomeação de MARCOS ANTONIO VOLTARELLI, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, MARCOS ANTONIO VOLTARELLI, RG nº 3.XXX.237-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-5, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69418/2025

DECRETO Nº 10.009

Nomeações para cargos em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos da Casa Civil:

ANTONIO CLAUDIO SANTIAGO, RG nº XXX.007-X, Assessor – Símbolo CCE-9;

GERONCIO JOSE CARNEIRO ROSA, RG nº 4.XXX.124-X, Assessor – Símbolo CCE-10.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69420/2025

DECRETO Nº 10.010

Nomeação de ANDRESSA AMARO DE LIMA para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, ANDRESSA AMARO DE LIMA, RG nº 8.XXX.508-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69421/2025

DECRETO Nº 10.011

Transforma funções comissionadas executivas no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, as funções comissionadas executivas integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-7, da Casa Civil.	em	- 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-8, para a Casa Civil; - 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-14, para a Casa Civil.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69422/2025

DECRETO Nº 10.012

Designação de REINALDO GROLA, para exercer função comissionada executiva, da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, REINALDO GROLA, RG nº 6.XXX.776-X, para exercer a função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-8, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69423/2025

DECRETO Nº 10.013

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 2 (dois) cargos de Assessor, símbolo CCE-7, da Casa Civil.	Em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-9, para a Casa Civil; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-10, para a Casa Civil; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-12, para a Casa Civil.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de maio de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69426/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

23.849.768-0 /25
1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLO Nº 23.849.768-0**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6358/2024, o afastamento do servidor **MARCELO APARECIDO MARQUES,** RG. 9.XXX.XXX-8, para participar da visita técnica a Israel, no período de 25/05/2025 a 01/06/2025.2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. Em 20.05.25. (Enc. Proc. ao IAT).

69325/2025

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

23.856.124-8/25
1.De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLO Nº 23.856.124-8**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6358/2024, o afastamento do servidor **FABIO HERNANDES**, RG. 8.XXX.XXX-0, para participar da Missão Oficial da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), a ser realizado nas cidades de cidades de Wellington, Palmerston, Dunedin, Queenstown, Christchurch, Lincoln, Hamilton e Auckland - Nova Zelândia, no período de 13/06/2025 a 28/06/2025.2.A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante.3.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais .EM 20/05/2025. (Enc. Proc.SETI).

CASA CIVIL

23.989.334-1/25
1.De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLO Nº 23.989.334-1**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6358/2024, o afastamento do servidor **FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG**, CPF nº 766.xxx.xxx-72, Coordenador Estadual da Defesa Civil, para participar da 8ª Plataforma Global para Redução do Risco de Desastres, organizado pelo Escritório da Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR), no período de 02/06/2025 a 06/06/2025 em Genebra/Suíça, com a realização de uma visita técnica da comitiva brasileira às estruturas de redução de risco, no período 09/06/2025 a 11/06/2025, na Itália. 2.A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. 3.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. EM 20/05/2025. (Enc. Proc.CEDEC).

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

23.953.004-4/25
OBJETO Autorização para execução de obras e ou serviços de engenharia. **JUSTIFICATIVA** Atender as necessidades da Secretaria de Estado da Segurança Pública. **AMPARO LEGAL**Parágrafo único, do art. 35, da Lei Estadual nº 21.352/2023. 1.De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO N° 23.953.004-4, AUTORIZO**, a Secretaria das Cidades – SECID e a Secretaria da Segurança Pública - SESP formalizarem a sub-rogação dos Contratos nº 7023/2023 e 7024/2023 – GMS. 2.A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante.3.**PUBLIQUE-SE**. EM 20/05/2025. (Enc. Proc.SESP).

69327/2025

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

23.530.280-2/25
1.De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 23.530.280-2, EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 1º, I, II e III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender as necessidades do Instituto Água e Terra – IAT, especificamente retratada no caderno administrativo.2.**A autorização supra fica condicionada aos limites de acréscimo de despesa com outras despesas correntes, nos termos do Decreto nº 5919/2024 e Resolução Conjunta CC/SEFA nº 01/2024**. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3.**PUBLIQUE-SE**. EM 20/05/2025. (Enc. Prot à SEDEST).

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

23.985.440-0/25
1.De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 23.985.440-0, EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 1º, III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Fazenda, especificamente retratada no caderno administrativo. 2.**A autorização supra fica condicionada aos limites de acréscimo de despesa com outras despesas correntes, nos termos do Decreto nº 5919/2024 e Resolução Conjunta CC/SEFA nº 01/2024**. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante.3.**PUBLIQUE-SE**. EM 20/05/2025. (Enc. Prot à SEFA).

69331/2025

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1219

Designa APARECIDO JOSE WEILLER JUNIOR para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor APARECIDO JOSE WEILLER JUNIOR, RG nº 5.XXX.811-X, nomeado pelo Decreto nº 9.960, de 15 de maio de 2025, na Casa Civil, para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF.

Art. 2º Eventuais despesas do servidor designado com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de maio de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69362/2025

RESOLUÇÃO nº 1220

Designa ODAIR DONATO JUNIOR para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU e revoga a Resolução CC nº 1057, de 17 de janeiro de 2025.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor ODAIR DONATO JUNIOR, RG nº 5.XXX.670-X, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 9.872, de 8 de maio de 2025, para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU.

Art. 2º Eventuais despesas do servidor designado com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga a Resolução CC nº 1057, de 17 de janeiro de 2025.

Curitiba, 20 de maio de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69366/2025

RESOLUÇÃO nº 1221

Designa RAFAELE CAROLINE GURAL, para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e revoga a Resolução CC nº 854, de 6 de agosto de 2024.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no protocolado nº 24.011.653-7,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a servidora RAFAELE CAROLINE GURAL, RG nº 10.XXX.998-X, nomeada pelo Decreto nº 6.747, de 17 de julho de 2024, na Casa Civil, para desempenhar suas atividades junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, ficando revogada sua designação para a Secretaria de Estado do Turismo – SETU, efetivada pela Resolução CC nº 854, de 6 de agosto de 2024.

Art. 2º Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de maio de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69369/2025

RESOLUÇÃO nº 1222

Designa servidores para exercerem suas atividades junto aos órgãos que especifica.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor FREDERICO CARLOS DE CARVALHO ALVES, RG nº 4.XXX.645-X, nomeado na Casa Civil pelo Decreto nº 9.836, de 5 de maio de 2025, para exercer suas atividades junto à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR/Cornélio Procópio, ficando revogada sua designação para a Superintendência Geral de Articulação Regional – SAR-Cornélio Procópio, efetivada pela Resolução CC nº 300, de 5 de julho de 2023.

Art. 2º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a servidora PAULA CRISTINA PHILIPOVSKY SCHROEDER REIS, RG nº 7.XXX.060-X, nomeada na Casa Civil pelo Decreto nº 9.582, de 10 de abril de 2025, para exercer suas atividades junto ao Instituto Água e Terra – IAT, ficando revogada sua designação para a Superintendência Geral de Articulação Regional – SAR-Ponta Grossa, efetivada pelo inciso I do art. 1º da Resolução CC nº 1182, de 23 de abril de 2025.

Art. 3º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a servidora FLAVIA TORRES DOS SANTOS, RG nº 15.XXX.959-X, nomeada na Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM pelo Decreto nº 134, de 12 de janeiro de 2023 e reconduzida pelo Decreto nº 4.468, de 18 de janeiro de 2023, para exercer suas atividades junto à Casa Civil.

Art. 4º Eventuais despesas dos servidores designados com diárias e passagens ficarão a cargo dos Órgãos de destino.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de maio de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

69371/2025

PORTARIA nº 122

Lota CLOVIS PINHEIRO LIMA JUNIOR para desempenhar suas funções junto à Subchefia da Casa Civil – SBCC.

O DIRETOR-GERAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e,

Considerando o dever da Administração Pública em conferir transparência às funções desempenhadas pelos servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Lota o servidor CLOVIS PINHEIRO LIMA JUNIOR, RG nº 02.XXX.861-X, para desempenhar suas funções junto à Subchefia da Casa Civil – SBCC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Diretor-Geral da Casa Civil

69397/2025

Superintendência-Geral de Governança de Serviços e Dados

PORTARIA CC/SGSD nº 009/2025

O SUPERINTENDENTE-GERAL DE GOVERNANÇA DE SERVIÇOS E DADOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 3º e Art. 5º do Decreto Estadual 5866, de 23 de maio de 2024, e no Decreto Estadual n.º 8628, de 15 de janeiro de 2025

RESOLVE:

Art. 1.º Alterar a Portaria CC/SGSD n.º 004/2025, de 28 de março de 2025, a qual designou a equipe técnica de planejamento de contratação e aquisição, no âmbito desta Superintendência de Estado, para os servidores abaixo nominados:

Servidor	**RG nº**
Meggie Berleis Tombini	9.445.848-0
Lucas Schultz de França	9.398.568-0
Mário Cesar Nicoladelli	6.156.934-0

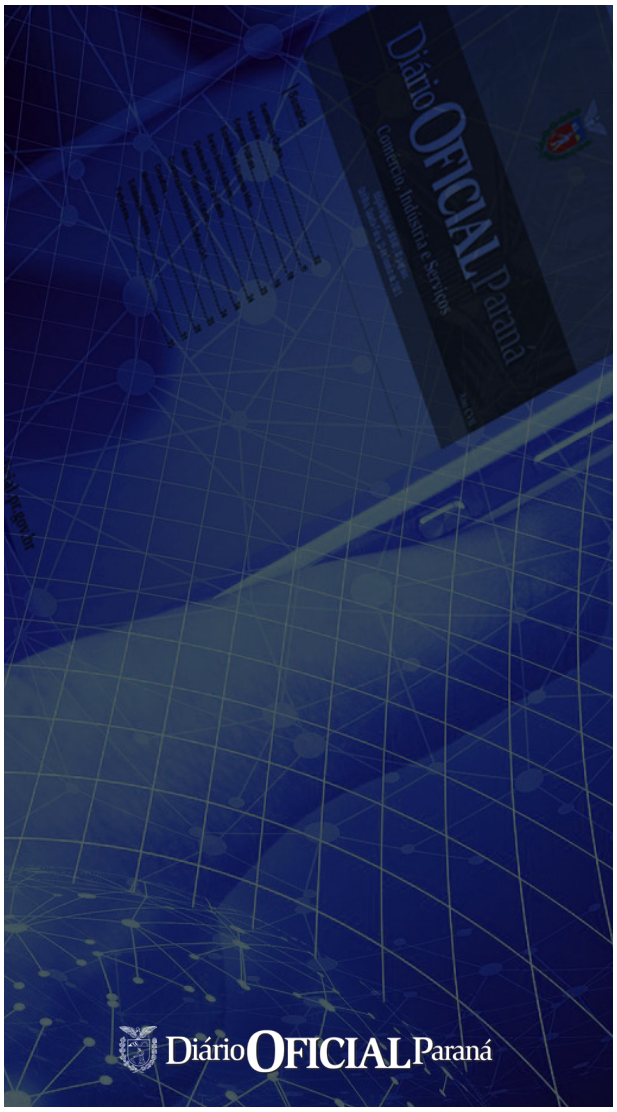
Art. 2.º Alterar a Portaria supramencionada e designar a função de agente de contratação, desta Superintendência, para a servidora Silvia Thais de Poli, RG n.º 4.411.458-5.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de maio de 2025.

Leandro Victorino de Moura
Superintendente-Geral de Governança de Serviços e Dados

69529/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN

Extrato das portarias emitidas pelo Departamento de Trânsito do Paraná
O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, resolve:

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem pelo Setor/Ciretran

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA
HERMES DARCI DA SILVA	***.827.091-**	409/25	15/04/2025	24ª TELEMACO BORBA	285/25

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem como SUPERVISOR

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE
JOÃO PAULO DIAS DOS SANTOS	***.413.419-**	406/25	12/05/2025	5ª PATO BRANCO

NOMEAR – Os servidores abaixo relacionados, na Função Comissionada de Confiança, destinada aos servidores que exercem atribuições de Chefe de Setor/Supervisor.

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	FCC
RUDIMAR BARCELOS ALVES TRINDADE	***.952.659-**	403/25	01/04/2025	2
JOÃO PAULO DIAS DOS SANTOS	***.413.419-**	407/25	12/05/2025	2

Curitiba, 16 de maio de 2025

Ismael de Oliveira

Diretor-Presidente em exercício

68041/2025

Diário OFICIAL Paraná

PORTARIA n.º 402/2025 – DP
O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, RESOLVE:
Art. 1º. Designar JEFERSON MEDEIROS WALKIU – CPF nº ***.348.709-**, para responder pela DIRETORIA DE OPERAÇÕES, no período de 19/05 a 04/06/2025, durante férias do titular OSVALDO MESSIAS MACHADO.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ismael de Oliveira
Diretor-Presidente em exercício

68045/2025

PORTARIA N.º 418/2025- DP

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ - DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 789, de 18 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 20.768.993-9, resolve:
ALTERAR:
Art. 1º - A razão social do CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MARTA LTDA - ME, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ N.º 02.644.198/0001-71, para CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES W.BRAZ LTDA.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Cumpra-se obedecendo as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Ismael de Oliveira
Diretor Presidente do DETRAN-PR,
Em substituição Portaria nº 2.041/2024-DP

67597/2025

PORTARIA N.º 419/2025 – DP/DETRAN-PR

Designação de Membros Integrantes para comporem o Suporte Técnico e Operacional da Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI do DETRAN/PR.

O **DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR** no uso das suas atribuições legais e prerrogativas fixadas no Decreto Estadual nº 11.418/2022 que institui o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

Considerando as competências previstas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503/1997, e Resolução n.º 357/2010 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Considerando a publicação dos Decretos Estaduais nº 9.901 de 09 de maio de 2025.

Considerando o contido no art. 4º, inciso I do Decreto Estadual nº 11.418/2022;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os membros integrantes para comporem o suporte técnico e operacional da Junta Administrativa de Recurso de Infrações – JARI, conforme segue:

Membro	Função
Edson James Rasera	Coordenador
Cristiane da Parecida Meira	Escrivã de Cartório
Dhayani Maciel Pereira	Secretaria-Geral
Guilherme Ramos Machado	Assessor Técnico Nível I
Mauro Cezar Domingues de Souza	Assessor Técnico Nível II
Ranieri Clemente Romagnolo Coltro	Assistente de Cartório
Fabielle Caroline Volce	Assistente de Cartório
Valéria Moura Nascimento Ribeiro	Assistente de Cartório
Núbia Rosy da Silva	Assistente de Cartório
Eduardo Rodrigo de Lima	Assistente de Cartório
Dickson Brian Liss	Assistente de Cartório

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor em 16 de maio de 2025.

Datado e assinado eletronicamente.

Adriano Furtado
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

68214/2025

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR
EXTRATO DA PORTARIA Nº 381/2025 – DP

Designar, Dioni Stuchi, CPF n.º ***.936.549-**, servidor deste Departamento de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como Gestor do Contrato n.º 052/2019, celebrado entre este Departamento de Trânsito do Paraná e a empresa Serviterra Materiais para Construção e Locação de Maquinas P/ Terraplanagem Ltda., que tem por objeto a locação do imóvel que abriga o Pátio de Veículos da

12ª Ciretran de Londrina, substituindo a servidora Rosangela da Silva Lebid.
Curitiba, 28 de janeiro de 2025
Adriano Furtado
Diretor-Presidente do Detran-PR

67782/2025

Diário OFICIAL Paraná

Procuradoria Geral do Estado

Protocolo nº 22.525.741-8
Despacho nº 0552/2025–PGE

I. Aprovo a Informação nº 60/2025-PRC/PGE, inclusa às fls. 141/198a, da lavra da Advogada do Estado **Joseane Luzia Silva,** ratificada por **Mario Roberto Jagher,** Advogado-Chefe da Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços – PRC/AUT, por meio do Despacho nº 347/2025-AUT/PRC/PGE, às fls. 238/238a, e ciência de **Igor Pires Gomes da Costa**, Procurador-Chefe da Coordenadoria do Consultivo - CCON, no Despacho nº 282/2025 – PGE/CCON, às fls. 239/240a, que apresenta Manifestação Uniforme referente à minuta do contrato de licenciamento de cultivar, acompanhada de seus anexos: minuta do requerimento de licenciamento; minuta do contrato de licenciamento; minuta da lista de verificação; minuta da notificação ao Licenciado sobre a Fundação de Apoio; minuta da notificação ao Licenciado sobre o gestor e fiscal do contrato, ficando a presente Manifestação Uniforme assim ementada:

"MANIFESTAÇÃO UNIFORME. MINUTA DE CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE CULTIVAR DE PROPRIEDADE DO IDR. LISTA DE VERIFICAÇÃO.POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 13 DA LEI ESTADUAL 20.541/2021."

II. Publique-se o presente Despacho, acompanhado da Informação nº 60/2025-PRC/PGE, e dos anexos da Informação nº 60/2025-PRC/PGE;

III. Após, remeta-se o protocolo à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ para catalogação e disponibilização no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado – PGE, para utilização dos interessados;

IV. Encaminhe-se cópia virtual do Despacho à Coordenadoria do Consultivo – CCON para ciência;

V. Por fim, com a máxima brevidade, Coordenadoria do Consultivo – CCON, para ciência e prosseguimento.

Curitiba, *data e assinatura digital*.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE CULTIVAR Nº

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS:

1. PARTES	
1.1. LICENCIANTE: Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER	
DENOMINAÇÃO NO CONTRATO: IDR - Paraná	
CNPJ/MF N.º	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO:	ESTADO:
CEP:	TELEFONE (DDD):
CONTATO:	E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL:	
RG:	CPF:

1.2. LICENCIADO: (obs: pode ser pessoa física ou jurídica)	
CNPJ/MF N.º (CPF no caso de pessoa física)	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO:	ESTADO:
CEP:	TELEFONE (DDD):
REPRESENTANTE LEGAL:	
RG:	CPF:
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	
RG:	CPF:
RENASEM:	
As notificações e comunicações enviadas para o endereço físico ou eletrônico acima nominado serão consideradas válidas, e seu conteúdo declarado como conhecido pelos representantes legais e/ou administradores, diretores/gestores da LICENCIADA, independentemente da pessoa que a tenha recebido, observando-se as demais disposições do Contrato.	

2 - CULTIVAR
IDENTIFICAÇÃO:
REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA:
REGISTRO NO RENASEM Nº .....
CERTIFICADO DE PROTEÇÃO SOB Nº .....
VINCULADA AO PROJETO DE PESQUISA:

3 - PRAZO DO LICENCIAMENTO: ..... anos, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

4 - PERCENTUAL DE ROYALTY: ....%

Curitiba, ___/___/_____.
SIGNATÁRIOS: Pelo IDR-Paraná: Pelo LICENCIADO:
Testemunhas: 1 – 2 -

DISPOSIÇÕES GERAIS:

1- CONSIDERANDO que o **IDR-Paraná** é uma Instituição Pública de Ciência e Tecnologia, Inovação e Extensão do Estado do Paraná que tem como finalidade a pesquisa básica e aplicada, a difusão de conhecimento e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento do meio rural e do agronegócio, criada pela Lei Estadual 20.121/2019.

2 - CONSIDERANDO que o **IDR-Paraná** tem a propriedade de cultivares, que possuem registro e proteção nos termos da Lei 9.456/1997 e decreto 2.366/1997, cuja produção e comercialização podem ser licenciadas de forma onerosa.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3 - CONSIDERANDO a Lei Paranaense de Inovação, nº 20.541, de 20 de abril de 2021 e seu Decreto Estadual regulamentador nº 1.350, de 11 de abril de 2023; a Lei Paranaense de Fundações, nº 20.537, de 20 de abril de 2021 e seu Decreto Estadual regulamentador nº 8.796, de 23 de setembro de 2021; o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, composto pela Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, pela Lei Federal de Inovação nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 e pela Lei Federal nº 12.243, de 11 de janeiro de 2016, cujo arcabouço jurídico estabelece as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa cientifica e tecnológica e regulamenta as atividades de inovação, transferência e licenciamento de tecnologia;

4 - CONSIDERANDO ainda a Lei Nacional de Sementes e Mudas, nº 10.711/2003, regulamentada pelo Decreto nº 10.586/2020 e a Lei de Proteção de Cultivares, nº 9.456/1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.366/1997;

5 - CONSIDERANDO a Política Institucional de Inovação do **IDR-Paraná**, publicada nas Portarias nº 177, de 29 de setembro de 2020 e nº 186, de 23 de outubro de 2020;

6 - CONSIDERANDO que o **IDR-Paraná** pode firmar convênio com fundações de apoio para administração dos recursos obtidos com o licenciamento de cultivares como permite a Lei 20.537, de 20/04/2021;

7 - CONSIDERANDO que os recursos resultantes deste contrato se caracterizam como de natureza privada nos termos do inc. VI, art. 2º, do Decreto Estadual nº 1.350, de 11 de abril de 2023 e do inc. II, art. 2º, do Decreto Estadual nº 8.796, de 23 de setembro de 2021.

Resolvem as partes celebrar este contrato de licenciamento, que se regerá pela legislação vigente anteriormente descrita e pelas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto

1.1. Por meio deste instrumento o **IDR-Paraná** autoriza o **LICENCIADO** a adquirir, produzir, multiplicar e comercializar as sementes da cultivar descrita no item 2 das condições específicas, de sua propriedade.

1.2. A cultivar, objeto de licenciamento, está vinculada ao Projeto de Pesquisa descrito no item 2 das condições específicas, cujo conteúdo não pode ser divulgado e deve ser preservado em razão do sigilo.

1.3. O presente instrumento não implica transferência da titularidade dos direitos relativos a cultivar**,** que permanecem, para todos os fins, de propriedade do **LICENCIANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Responsabilidades

2.1. O LICENCIADO responderá, direta e exclusivamente, pela qualidade de sementes resultantes da cultivar, objeto deste Contrato, nas classes subsequentes produzidas, inexistindo qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, por parte do IDR-Paraná, em caso de reclamação administrativa, judicial ou extrajudicial.

2.2. O IDR-Paraná não se responsabiliza tecnicamente pela decisão de semeadura em Estados onde não exista ensaio de Valor de Cultivo e Uso – VCU da cultivar, objeto do licenciamento, bem como pela produção em dissonância com as boas práticas agrícolas recomendadas para a cultura e pela legislação vigente sobre a matéria.

2.3. O **LICENCIADO** se responsabiliza única e exclusivamente por qualquer dano ou prejuízo ocorridos em decorrência da produção e comercialização da cultivar objeto deste contrato nas esferas administrativa, civil, ambiental, criminal ou trabalhista, bem como pela contratação de terceiros quando se fizer necessário, não lhe cabendo qualquer direito em reivindicá-lo do **IDR-Paraná**.

2.4. São de exclusiva responsabilidade do **LICENCIADO** quaisquer sanções impostas pelos órgãos competentes por danos causados ao meio ambiente, sejam elas decorrentes do exercício de suas atividades ou de sinistros de qualquer natureza, bem como pelo descumprimento da legislação citada nos itens 3 e 4 das considerações.

CLÁUSULA TERCEIRA – Obrigações

3.1. O **IDR-Paraná** se obriga a:

a) Fornecer autorização de inscrição de campos para a produção de sementes na categoria imediatamente subsequente à utilizada para a multiplicação requerida;
b) Fornecer ao **LICENCIADO**, de forma onerosa e conforme preço definido institucionalmente, a quantidade de sementes, de acordo com sua disponibilidade, prezando pelo atendimento de outros licenciados, de forma equitativa e isonômica;

c) Apoiar tecnicamente o **LICENCIADO,** mediante o fornecimento de informações disponíveis em seu acervo tecnológico, tanto na produção de sementes, como na instalação de parcelas de campos demonstrativos para a difusão da cultivar objeto do licenciamento, quando for o caso;

d) Notificar o **LICENCIADO** qual Fundação de Apoio será responsável pelo acompanhamento deste contrato, bem como pela cobrança dos royalties e emissão de nota fiscal ou recibo de pagamento;

e) Notificar o Licenciado quais os servidores públicos serão responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato.

3.2. O **LICENCIADO** se obriga a:

a) Solicitar por e-mail ao **IDR-Paraná** a Autorização de Multiplicação mediante o preenchimento do **Anexo - Formulário para Solicitação de Inscrição de Campos de Sementes**, obrigatoriamente para multiplicação das cultivares protegidas pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC);
b) Encaminhar juntamente com o **Anexo I - Formulário para Solicitação de Inscrição de Campos de Sementes** o Certificado ou Termo de Conformidade das Sementes e a Nota Fiscal quando forem adquiridas de terceiros;
c) Encaminhar, ao **IDR-Paraná** o ***Anexo I*** deste Contrato **–** ***Relatório de Produção e Comercialização de Sementes*****,** devidamente preenchido, nas datas a seguir:
c.1) Até **31 de março,** para produção obtida na 1ª safra (das "águas") do ano anterior;
c.2) Até **30 de setembro, para** produção obtida na 2ª safra e 3ª safra (da "seca" e outono-inverno) do ano anterior;
d) Encaminhar juntamente com o ***Anexo II*** deste Contrato **–** ***Relatório de Produção e Comercialização de Sementes*** os "Mapas de Produção e Comercialização de Sementes" que foram entregues ao Ministério da Agricultura e Pecuária, de acordo com a safra pertinente;

e) Estar devidamente registrado no Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM), do Ministério da Agricultura e Pecuária e inscrever os campos de produção junto ao órgão de fiscalização, conforme legislação vigente;

f) Fornecer, quando for o caso, toda a infraestrutura e apoio necessário para a instalação, condução e colheita das parcelas de campos demonstrativos com o objetivo de divulgar a cultivar objeto deste licenciamento;

g)Autorizar o órgão oficial de fiscalização a fornecer oficialmente ao IDR-Paraná, todas as informações relacionadas com o resultado da produção, beneficiamento e comercialização das sementes da cultivar licenciada;

h)Permitir, a qualquer tempo, que o IDR-Paraná ou terceiro por este indicado, livre acesso aos campos de produção e às unidades de beneficiamento de sementes, para realização de conferência da área de semeadura, do controle de qualidade das sementes, assim como para fiscalização dos documentos de produção e de comercialização;

i) A área de sementes da cultivar objeto deste licenciamento, indicada pelo LICENCIADO em cada semeadura, poderá ter suas dimensões conferidas pelo IDR-Paraná;

j) Impedir o acesso a esse material genético por parte de terceiros, ficando expressamente vedada, a utilização das sementes da cultivar licenciada para multiplicação isolada ou híbrida não autorizada neste Contrato, mesmo que em caráter experimental;

k) Pagar o valor estabelecido para os royalties incidentes sobre as sementes de cultivares comercializadas, conforme cálculo elaborado pelo IDR-Paraná;

l) Fornecer ao IDR-Paraná ou a FUNDAÇÃO DE APOIO indicada, quando solicitadas, cópia das notas fiscais das sementes comercializadas;

m) Observar as recomendações e instruções técnicas da **LICENCIANTE**, bem como a legislação relacionada a **cultivar**, a fim de preservar sua qualidade;

n) Abster-se de adotar conduta comercial considerada ilegal, abusiva ou contrária aos interesses do LICENCIANTE;

o) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições exigidas para a presente contratação;

p) O **LICENCIADO** se responsabiliza pelo cumprimento das leis e regulamentos de proteção ao meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações. porventura exigidos, para o pleno desenvolvimento das atividades que estejam relacionadas à produção e comercialização da cultivar.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Royalties

4.1. Em decorrência do licenciamento estabelecido no presente Contrato, o LICENCIADO deverá pagar o valor referente aos royalties, no percentual estipulado no item 4 das disposições específicas, calculado sobre as notas fiscais de vendas da quantidade de sementes produzidas a partir da cultivar licenciada.

4.2. O pagamento deverá ser realizado em 10 dias a partir do recebimento do cálculo elaborado pelo IDR-Paraná, por meio de crédito na conta corrente indicada por este, que poderá ser de sua titularidade ou de titularidade da Fundação de Apoio indicada.

4.3 O comprovante de depósito servirá como comprovante de pagamento.

4.4. Para pagamento dos royalties serão observadas as seguintes condições:

a) No caso de cultivares componentes de misturas registradas no Registro Nacional de Cultivares – RNC, os royalties serão calculados com base no montante comercializado individual de cada cultivar, tendo como referência o valor monetário médio dos materiais na mesma safra;

b) Caso estiver discriminado nas notas fiscais o valor monetário referente ao tratamento de sementes, ICMS e transporte, bem como eventuais ocorrências de devoluções de sementes, estes poderão ser descontados do valor monetário total da nota fiscal antes do cálculo dos royalties;

c) Haven do estoque remanescente, os royalties serão devidos após a sua comercialização, sendo efetuada a cobrança na safra seguinte;

d) Em caso de atraso no pagamento da remuneração estipulada no item “4.2” desta cláusula, haverá incidência de adicional de 2% (dois por cento) de multa sobre o valor total, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês e correção monetária pelo IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo.

e) Caso o débito não seja liquidado em até 30 (trinta) dias após o vencimento, será encaminhado automaticamente para Registro em Cartório de Protesto de Títulos e Documentos, sendo de responsabilidade do **LICENCIADO** as custas do ato;

f) Em caso de condenação, total ou parcial, dos campos de produção de sementes, de não aprovação de lotes beneficiados **ou de qualquer outra hipótese que impeça a comercialização das sementes cedidas em decorrência do presente contrato, o LICENCIADO ficará isento do** pagamento de royalties, podendo, as sementes ou grãos, serem descartados ou ser destinados ao consumo industrial, cabendo ao **IDR-Paraná** o direito de fiscalizar esta operação;

g) Na hipótese de ocorrência dos fatos elencados na alínea anterior, o **LICENCIADO** deverá enviar, junto com o ***Anexo II*** deste Contrato ***– Relatório de Produção e Comercialização de Sementes***, descrito na alínea “c”, do item 3.2 da Cláusula Terceira, um dos seguintes documentos: declaração ou laudo de vistoria do campo assinado pelo Responsável Técnico ou profissional legalmente habilitado, Mapa de Produção e Comercialização de Sementes, nota fiscal de venda como descarte ou qualquer outro documento que comprove a ocorrência, sendo facultado ao **IDR-Paraná** o direito de visitar o local afetado;

h) O não atendimento do disposto na alínea anterior, implicará na cobrança dos royalties, que serão calculados mediante utilização do potencial médio produtivo apresentado nos VCUs da referida cultivar, a área solicitada para inscrição de campo e o valor monetário médio do Kg de sementes genéticas ou básicas da espécie, definido pelo IDR-Paraná no ano em questão.

CLÁUSULA QUINTA – Exclusividade

5.1. Este contrato não assegura exclusividade ao **LICENCIADO** para a multiplicação e comercialização das sementes da cultivar, conforme §3º, art. 13 da Lei Estadual nº 20.541/2021.

5.2. O licenciamento não impede o **LICENCIADO** de firmar contratos similares com outras entidades proprietárias de cultivares registradas e protegidas ou obtentoras de material genético, porém, estes contratos não poderão afetar a multiplicação e comercialização das sementes da cultivar indicada no item 2 das disposições específicas.

CLÁUSULA SEXTA – Reembalagem

6.1. Na hipótese de venda para reembalagem, a responsabilidade pelo pagamento da participação do IDR-Paraná no faturamento das sementes ficará exclusivamente a cargo do LICENCIADO.

CLÁUSULA SÉTIMA – Sigilo e confidencialidade

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

7.1. As Partes se comprometem a manter em sigilo as informações confidenciais transmitidas por força deste Contrato, não podendo divulgar qualquer Informação Confidencial a terceiros, seja de forma direta ou indireta, salvo mediante a prévia autorização por escrito da Parte detentora da informação.

CLÁUSULA OITAVA – Propriedade Intelectual

8.1. O presente Contrato não implica, em nenhuma circunstância e sob nenhuma condição, na transferência, ao **LICENCIADO,** de qualquer espécie de direito de propriedade intelectual sobre a cultivar cujos direitos pertencem e continuarão a pertencer ao **IDR-Paraná.**

8.2. É vedado ao **LICENCIADO** realizar, no Brasil ou em qualquer outro país, e sem a prévia e expressa autorização do **IDR-Paraná**, qualquer espécie de registro ou pedido de proteção sobre os direitos de propriedade intelectual referente a cultivar, seus parentais e eventuais cultivares derivadas, sendo que este registro e/ou proteção, quando expressamente autorizados, deverão ser feitos em nome do **IDR-Paraná**.

8.3. O **IDR-Paraná** deverá ser expressamente comunicado sobre qualquer alteração da cultivar licenciada, que possam ou não ser objeto de proteção, obtida na vigência ou até cinco anos após o vencimento do presente Contrato, por esforço conjunto das Partes ou não, para que sejam negociados entre as mesmas os termos da propriedade intelectual nesta circunstância.

8.4. O **LICENCIADO** deverá manter sigilo em relação às cultivares derivadas até que o **IDR-Paraná** efetue o registro e proteção delas.

CLÁUSULA NONA – Do uso da marca e atividades promocionais

9.1. O LICENCIADO deverá fazer constar na embalagem comercial das sementes:

a) a designação da cultivar, conforme consta no registro efetuado pelo MAPA/RNC;

b) a denominação “TECNOLOGIA IDR-Paraná”, acompanhada da logomarca institucional.

9.2. Os eventos, programas de marketing ou qualquer iniciativa de divulgação ou promoção da cultivar objeto do licenciamento que vierem a ser realizados pelo LICENCIADO, por meio de qualquer tipo de mídia, deverão ser comunicados antecipadamente ao IDR-Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do pessoal

10.1. A mão de obra utilizada pelo LICENCIADO para cumprimento deste Contrato, não terá nenhum vínculo ou direito em relação ao IDR-Paraná, respondendo o LICENCIADO integralmente por quaisquer direitos, porventura reivindicados por ela, em especial os de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Vigência e Alterações

11.1. O prazo de vigência deste contrato é o definido no item 3 das condições específicas, contado da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

11.2. O prazo do contrato não será prorrogado.

11.3. Quaisquer alterações no contrato deverão ser efetivadas por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Extinção do Contrato.

Ocorre a extinção do contrato:

12.1. Com o término do prazo contratual;

12.2. Com a morte do **LICENCIADO** pessoa física.

12.2. O presente contrato poderá ser resilido mediante comunicação por escrito feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, pela Parte interessada, sem que isso possa acarretar qualquer sanção, devendo as partes responderem pelas obrigações assumidas e decorrentes até a data da solicitação da resilição.

12.3. O **IDR-Paraná** poderá resolver unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo e sem aviso prévio, uma vez evidenciado:

a)o seu descumprimento, total ou parcial, sem prejuízo das responsabilidades do **LICENCIADO**;

a) Se houver transferência ou cessão, parcial ou total, do objeto desse Contrato a terceiros, sem a anuência do **IDR-Paraná**,

b) em caso de fusão, cisão ou incorporação do **LICENCIADO**;

c) Quando ficar evidenciada a inidoneidade, má fé ou incapacidade do **LICENCIADO** para executar satisfatoriamente o Contrato;

d) Caso não envie o ***Anexo II*** deste Contrato ***– Relatório de Produção e Comercialização de Sementes***, acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios, na data estipulada neste Contrato;

e) Atraso no pagamento dos royalties devido ao **IDR-Paraná** por prazo superior a três meses.

f) Caso haja falência, dissolução ou declaração de insolvência civil do **LICENCIADO**.

g) No caso de recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução parcial do **LICENCIADO** que impeça ou dificulte a produção e comercialização das sementes ou o pagamento dos royalties.

12.3. Fica expressamente acordado que, em caso de resolução do presente Contrato, nenhuma indenização, ressarcimento ou compensação será devida ao **LICENCIADO**.

12.4. Havendo a extinção do contrato por qualquer das formas citadas, fica resguardado ao **LICENCIANTE** o direito ao recebimento dos royalties das sementes relativas à safra que estiver em curso.

12.5. No caso de resolução do contrato, com fundamento nas alíneas “a”, “b”, “d” e “f” do item 12.3, sobre o valor devido a título de royalties, apurado nas formas estipuladas neste contrato, será acrescido:
a) multa prevista na cláusula décima terceira;
b) despesas necessárias a apuração dos valores;

c) custas para a respectiva cobrança;
d) perdas e danos e;
e) honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Penalidades

13.1. Caso o **LICENCIADO** descumpra qualquer das cláusulas do presente contrato que resulte em resolução do mesmo, será aplicada uma multa de 2% sobre valor do contrato, considerando este o valor resultante do cálculo a seguir: - preço da semente adquirida para semeadura, somado a projeção dos royalties, calculados conforme alínea **"h",** do item **4.4,** da Cláusula Quarta deste contrato.

13.2. Se a resolução do contrato não resultar de dolo ou culpa do **LICENCIADO** fica este dispensado do pagamento de multa.

13.3. Previamente à aplicação das penalidades, a Contratada será notificada por escrito, garantindo-lhe apresentar defesa.
13.4. A aplicação da penalidade prevista nesta Cláusula poderá ocorrer sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Segunda, item 12.3.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Gestão e/ou Fiscalização e Auditoria.

14.1. Para acompanhar a execução do presente Contrato, o **IDR-Paraná** designará um gestor e um fiscal, nomeados através de portaria, indicados ao **LICENCIADO**, através de notificação.

14.2. O **LICENCIADO** poderá indicar preposto para representá-lo junto ao **LICENCIANTE.**

14.3. O **IDR-Paraná** poderá por si, seus prepostos ou associados acompanhar e fiscalizar as áreas de plantio, o que em nada afetará a responsabilidade técnica e legal assumida pelo **LICENCIADO.**

14.4. A solicitação para acompanhamento referida no item 14.3. será encaminhada preposto do **LICENCIADO** por e-mail ou correspondência com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

14.5. Na visita deverá estar presente o Responsável Técnico do **LICENCIADO** para sanar as dúvidas do **IDR-Paraná**.

14.6. O LICENCIADO deverá manter em sua sede registros contábeis e notas fiscais pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do encerramento do presente contrato, que permitam à LICENCIANTE e/ou à Fundação de Apoio indicada, caso autorizada pelo LICENCIANTE, seja através de representantes designados para este fim ou de auditores contratados, comprovar as informações relativas à produção e à comercialização da cultivar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Condições Gerais

15.1. Além do que vier a ser estipulado, estabelece-se que:

a)Não se configura, no presente Contrato, qualquer vínculo empregatício entre as Partes e seus respectivos funcionários;

b)Não se cria, em decorrência deste acordo, qualquer tipo de mandato, representação, sociedade ou agenciamento entre as Partes;

c)O **LICENCIADO** não poderá transferir a terceiros seus direitos ou obrigações oriundas do presente, não podendo este reivindicar qualquer direito de exclusividade, ainda que regional, seja para a multiplicação, seja para a comercialização da cultivar objeto do presente Contrato;

a)Este contrato obriga as partes e seus eventuais sucessores a qualquer título em relação às safras em curso quando da sucessão;

b)Caso o sucessor tenha interesse em continuar produzindo e comercializando a cultivar deverá requerer o Licenciamento ao **IDR – Paraná.**

c)Caso o sucessor tenha interesse em continuar produzindo e comercializando a cultivar deverá requerer o Licenciamento ao **IDR – Paraná.**

a)O **LICENCIADO** se compromete a observar as seguintes condutas:
I. não explorar mão de obra infantil;
II. não explorar qualquer forma de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo;
III. não tolerar quaisquer práticas que importem em discriminação de raça ou gênero.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Publicação

16.1.O extrato do presente Acordo será levado à publicação pelo **IDR-Paraná**, no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, para ser publicado no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

16.2. O **LICENCIADO** está ciente e autoriza que **o IDR-Paraná** e a **FUNDAÇÃO DE APOIO** indicada, por força do art. 10 da Lei Paranaense de Fundações nº 20.537/2021, divulguem na íntegra, em sítio eletrônico dedicado à transparência, o presente instrumento contratual, respeitando-se as informações de natureza sigilosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Lei Geral de Proteção de Dados

17.1. Para o fim exclusivo de executar o objeto do presente Contrato, qualquer dos Partícipes, que seja considerado como "Parte Receptora", poderá realizar o tratamento de dados pessoais das pessoas naturais relacionadas à outra parte ("Parte Reveladora").

17.2. Os dados pessoais acima citados incluem nome, endereços, contatos telefônicos, endereços eletrônicos, data de nascimento, gênero, filiação, estado civil, naturalidade, nacionalidade, identificação civil, identificação e enquadramento fiscal, passaporte, currículo profissional, profissão, formação profissional, entre outros dados informados de livre, consciente e manifesta vontade pela Parte Reveladora, que possam identificar direta ou indiretamente as pessoas relacionadas aos dados.

17.3. A Parte Receptora somente poderá compartilhar com terceiros os dados pessoais coletados quando estritamente necessário para a execução dos trabalhos e desde que previamente aprovado pela Parte Reveladora. A autorização ora exigida não exime a Parte Receptora de arcar com os danos oriundos de qualquer utilização indevida dos dados pessoais pelo terceiro receptor.

17.4. Os dados serão mantidos sob arquivo da Parte Receptora estritamente pelo tempo necessário para o cumprimento do objeto deste Contrato. Após concluído o presente Contrato, os dados pessoais acima citados serão destruídos, salvo aqueles que forem necessários para cumprimento de obrigação legal, na forma do Art. 16, I da Lei nº 13.709/18.

17.5. A Parte Reveladora poderá, a qualquer momento, solicitar à Parte Receptora acesso a todos os dados pessoais que lhe foram disponibilizados, bem como solicitar a sua retificação ou eliminação, a limitação do tratamento, e o direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados, desde que o exercício de tais direitos, não impossibilite a execução do presente Contrato, hipótese esta que será disciplinada conforme exposto no Art. 7º,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

V da Lei nº 13.709/18.

17.6. As Partes se comprometem e desde já se obrigam a respeitar integralmente a legislação vigente sobre proteção de dados, sobretudo, mas não exclusivamente, a Lei nº 13.709/2018 e o Decreto Estadual nº 6.474/2020, que regulamenta a aplicação da LGPD no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná, respondendo cada qual, na medida de sua culpabilidade, por eventuais penalidades e condenações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Anticorrupção

18.1. As Partes declaram, garantem e comprometem-se, em relação a todos os atos e atividades necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato:

a) Ter conhecimento e ciência das normas e leis anticorrupção em vigência no Brasil, em especial a Lei nº 12.846/2013 e a Lei nº 8.429/1992 e se comprometem a cumpri-las por seus sócios ou dirigentes, bem como exigir o seu cumprimento pelos colaboradores e terceiros por elas contratados.

b) Adotar as políticas e procedimentos visando assegurar o cumprimento da Legislação Anticorrupção, devendo disponibilizar tais políticas e procedimentos à outra parte, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Do Foro

19.1 Fica eleito o foro Estadual da Comarca de Curitiba-PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em evidência do que foi aqui expressado e mutuamente acordado, as partes assinam eletronicamente este documento, com ou sem a utilização de certificado digital, na plataforma e-Protocolo do Governo do Paraná (www.eprotocolo.pr.gov.br) na presença de duas testemunhas, reputando-se plenamente válido, em todo o seu conteúdo, a partir da aposição da última assinatura.

ANEXO I

Formulário para Solicitação de Autorização para Inscrição de Campos de Sementes e Mudas

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER
Rod. Celso Garcia Cid, km 375, Caixa Postal 481, 86001-970 – Londrina – PR.
Telefone (43) 3376-2398

E-mail: autorizacao.sementes@idr.pr.gov.br

Solicitação para AUTORIZAÇÃO de inscrição de campos de sementes e mudas de cultivares do IDR-Paraná

DADOS DA EMPRESA OU PRODUTOR QUE FARÁ A INSCRIÇÃO DO CAMPO	
NOME PRODUTOR OU RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
CNPJ OU CPF:	
TELEFONE:	
E MAIL:	**NOME DO CONTATO**:
REGISTRO RENASEM:	**INSC. ESTADUAL OU CAD-PRO**:

RESPONSÁVEL TÉCNICO		
NOME:		
ENDEREÇO:	**CIDADE/UF:**	**RENASEM**:
CPF:	**RG:**	**ÓRGÃO EMISSOR/UF:**
E-MAIL:	**TELEFONE**:	

SOLICITAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DE CAMPO DE:_____ PARA A SAFRA: _____

Cultivar	**SEMEADURA**					**Categoria semente adquirir**	**Categoria da semente a ser**	**Nome da empresa onde adquiriu as sementes**
	Local	**ha**	**Kg total**	**Data da semeadura**	**Data Previsão colheita**			

						ida	inscrita	

Obs: Mandar, em anexo, cópia do Certificado ou Termo de Conformidade das sementes e Nota Fiscal quando as sementes forem adquiridas de terceiros.

O IDR-Paraná tem prazo de até 07 dias após o recebimento das informações completas para atender a solicitação, caso não houver demais impedimentos.
Data: / /

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXO II
Relatório de Produção e Comercialização de Sementes

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER
Rod. Celso Garcia Cid, km 375, Caixa Postal 481, 86001-970 – Londrina – PR.
Telefone (43) 3376-2133 / 9 9184-5992 E-mail: comercial@idr.pr.gov.br

SAFRA _____/_____ DATA: / /	
NOME PRODUTOR OU RAZÃO SOCIAL:	
NOME DO CONTATO:	**FONE: ( )**
E-MAIL:	

Cultivar:_____
Produção Bruta (Kg):_____
Produção Aprovada (Kg):_____
Quantidade em Estoque (Kg):_____
Área Perdida (ha)/1:_____Motivo:_____
Outros Usos (Kg)/1:_____

Cultivar	**Nota Fiscal/2**	**Data Emissão/2**	**Valor médio (R$/Kg vendido)/2**	**Quant. Vendida (Kg)/2**	**Valor Total (R$)/2**
Total =					

/1 Para as áreas perdidas (ha) e quantidade de sementes produzidas para uso próprio para novos campos de sementes (Kg) ou com outros destinos que não para fins reprodutivos (Kg), deverão vir acompanhados de documentos comprobatórios mencionados no presente contrato, especificando os devidos destinos.
/2 As Notas Fiscais de venda poderão estar sujeitas a averiguação pelo IDR-Paraná.

Data: / /

Nome: _____ Assinatura: _____

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Protocolo:

Item	**Documento**	**Nº da folha no e-protocolo**
1	Solicitação de Autorização para inscrição de campos de sementes e mudas de cultivares	
2	**Documentos do requerente:**	
2.1	Pessoa Física:	
2.1.1	RG	
2.1.2	CPF	
2.2	Pessoa jurídica:	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2.2.1	Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.	
2.2.2	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)	
2.3	Comprovante de endereço	
2.4	Documentos dos Representantes Legais:	
2.4.1	Documento que comprova a capacidade de que tem a poderes para contratar *	
3	Documentos de regularidade fiscal:	
3.1	Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias)	
3.2	Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual do Paraná	
3.3	Certidão negativa da Fazenda Municipal da sede da Propriedade Rural em que se localiza o campo de semente ou mudas. **	
3.4	Certidão negativa de Débitos Trabalhistas	
3.5	Cadastro Informativo Estadual - CADIN (não emite certidão ou declaração, é necessário fazer impressão da página que é gerada)	
3.6	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas / ou Certidão Negativa Correcional - CEIS	
3.7	Certidão de Regularidade do FGTS	
3.8	Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal	
4	Documentos de Capacidade Técnica:	
4.1	Comprovante de Registro no RENASEM vigente do requerente.	
4.2	**Documentos do Responsável Técnico:**	
4.2.1	RG	
4.2.2	CPF	
4.2.3	Comprovante de Registro no RENASEM	
5	Documentos do Imóvel onde ocorrerá a produção:	
5.1	Documento que comprove a posse legítima do Imóvel Rural em que se localiza o campo de semente ou mudas. ***	
6	Manifestação técnica do IDR-Paraná na qual contenha a avaliação da documentação, bem como da capacidade do requerente em produzir e comercializar as sementes da cultivar.	
7	Minuta do Contrato e Anexos.	

Observações:

* Caso o documento seja uma procuração, deverá ser juntado também documento que demonstre que o nomeante tem poderes para esta finalidade.

** Caso o requerente seja pessoa jurídica, deverá juntar também certidão negativa da Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica.

*** Para comprovação poderão ser usados os seguintes documentos:

- ✔ Matrícula atualizada do móvel.
- ✔ Contrato de Arrendamento Rural.
- ✔ Contrato de Parceria Agrícola.
- ✔ Sentença de Usucapião transitada em julgado.
- ✔ Título de Domínio.

- ✔ Título de Concessão de Uso.
- ✔ Atestado de Posse emitido pelo IDR-Paraná

REQUERIMENTO PARA FIRMAR CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE CULTIVAR

AO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER (IDR-Paraná)
Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT

Venho, por meio deste, formalizar o pedido de licenciamento, não exclusivo, da cultivar de titularidade do IDR-Paraná, conforme especificações apresentadas abaixo, para fins de aquisição, produção, multiplicação e comercialização.

Declaro estar ciente de que o presente requerimento será submetido à análise técnica e jurídica, nos termos das normas internas do IDR-Paraná e da legislação vigente sobre a matéria e que a informações abaixo fornecidas são verdadeiras.

DADOS DO REQUERENTE

NOME PRODUTOR OU RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO:	ESTADO:
CEP:	
TELEFONE:	E MAIL:
CNPJ OU CPF:	
REGISTRO RENASEM:	INSC. ESTADUAL OU CAD-PRO:
ENDEREÇO P/ CORRESPONDÊNCIA:	

. Dados do representante legal, em caso de pessoa jurídica

NOME:		
ENDEREÇO:	CIDADE/UF:	
PROFISSÃO:	CARGO NA EMPRESA:	
NACIONALIDADE:	ESTADO CIVIL:	
CPF:	RG:	ÒRGÃO EMISSOR/UF:

NOME DA CULTIVAR: _____

3. **PRAZ**

O DE LICENCIAMENTO: _____

Local: _____, ___ de _____ de 2025.

Assinatura do Requerente: _____

NOTIFICAÇÃO PREVISTA NO CONTRATO DE LICENCIAMENTO Nº _____.

NOTIFICANTE: Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER	
DENOMINAÇÃO NO CONTRATO: IDR - Paraná	
CNPJ/MF N.º	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO:	ESTADO:
CEP:	TELEFONE (DDD):

NOTIFICADO: (obs: licenciado)	
CNPJ/MF N.º (CPF no caso de pessoa física)	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO:	ESTADO:
CEP:	TELEFONE (DDD):
E-MAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
RG:	CPF:

Por meio desta notificação, em atendimento a cláusula terceira, item 3.1, alínea “d”, do contrato em epígrafe, fica o Licenciado notificado que:

1 – O IDR-Paraná firmou Acordo de Parceria nº..... com a Fundação de Apoio indicada abaixo.

2 – Que em virtude deste acordo a Fundação de Apoio realizará a cobrança dos royalties previstos no contrato de licenciamento, e emitira os respectivos recibos ou notas fiscais até a data ____/__/____(obs.: data final da vigência do Acordo de Parceria), conforme previsto na cláusula quarta, item 4.2. das condições gerais do contrato.

3 – O Licenciado deverá fornecer à Fundação de Apoio, sempre que solicitado os documentos referidos na cláusula terceira, item 3.2, incisos “f” e “j”, até a data citada no item 2.

4 – Dados da Fundação de Apoio e conta corrente para depósito:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FUNDAÇÃO DE APOIO:	
CNPJ/MF N.º	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO:	ESTADO:
CEP:	TELEFONE (DDD):
CONTATO:	
TELEFONE (DDD):	E-MAIL

5. O PAGAMENTO DOS ROYALTIES SERÁ REALIZADO À FUNDAÇÃO DE APOIO NA CONTA CORRENTE A SEGUIR:	
BANCO:	
AGÊNCIA:	Nº C/C:

Curitiba, ____/____/____.

Notificante:

Nome:

Assinatura:

Recebimento pelo Notificado: ____/____/____.

Notificado:

Nome: _____

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO PREVISTA NO CONTRATO DE LICENCIAMENTO Nº _____.

NOTIFICANTE: Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER	
DENOMINAÇÃO NO CONTRATO: IDR - Paraná	
CNPJ/MF N.º	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO:	ESTADO:
CEP:	TELEFONE (DDD):

NOTIFICADO: (obs: licenciado)	
CNPJ/MF N.º (CPF no caso de pessoa física)	
ENDEREÇO:	
MUNICÍPIO:	ESTADO:
CEP:	TELEFONE (DDD):
E-MAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
RG:	CPF:

Por meio desta notificação, em atendimento a cláusula décima quarta, item 14.1 do contrato em epígrafe, fica o Licenciado notificado que foram designados como gestor e fiscal do contrato, os servidores públicos a seguir nominados:

GESTOR DO CONTRATO:	
PORTARIA:	CARGO:
TELEFONE (DDD):	E-MAIL:
FISCAL DO CONTRATO:	
PORTARIA:	CARGO:
TELEFONE (DDD):	E-MAIL:

Curitiba, ____/____/____.

Notificante:

Nome:

Assinatura:

Data de Recebimento pelo Notificado: ____/____/____.

Notificado:

Nome: _____

Assinatura: _____

PROTOCOLO Nº 22.525.741-8
LISTA DE CONTRATOS DE LICENCIAMENTO Á QUE SE REFEREM A INFORMAÇÃO 60/2025 - PGE/PRC/AUTARQUIAS

Nº DE CONTROLE	DATA DE RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO	DADOS DE CADASTRO DA EMPRESA/INSTITUIÇÃO			CULTIVAR	DATA DO PLANTIO	DATA DE PREVISÃO DA COLHEITA
		LICENCIADO (RAZÃO SOCIAL)	RENASEM DO LICENCIADO	REPRESENTANTE LEGAL			
FEIJÃO							
001/FE/2024	Pendências de 2023	LUIZMAR ZANOTTO	RS-00978/2006	Luizmar Zanotto	IPR SABIÁ	dezembro/2023	março/2024
002/FE/2024	Pendências de 2023	LUIZMAR ZANOTTO	RS-00978/2006	Luizmar Zanotto	IPR ÁGUIA	dezembro/2023	março/2024
003/FE/2024	Pendências de 2023	LUIZMAR ZANOTTO	RS-00978/2006	Luizmar Zanotto	IPR TUIUIÚ	dezembro/2023	março/2024
004/FE/2024	Pendências de 2023	LUIZMAR ZANOTTO	RS-00978/2006	Luizmar Zanotto	IPR URUTAU	dezembro/2023	março/2024
005/FE/2024	Pendências de 2023	COPROSSEL	PR-00949/2005	Célio Bechi Dapont	IPR-SABIÁ	setembro/2022	fevereiro/2023
006/FE/2024	Pendências de 2023	JUCINEI ANTONIO SARTORETTO	SC-03491/2019	Jucinei Antonio Sartoretto	IPR-URUTAU	outubro/2022	janeiro/2023
007/FE/2024	Pendências de 2023	JUCINEI ANTONIO SARTORETTO	SC-03491/2019	Jucinei Antonio Sartoretto	IPR-SABIÁ	outubro/2022	janeiro/2023
008/FE/2024	Pendências de 2023	AGROPEDRINHO LTDA.	SC-00807/2009	Pedrinho Berti	IPR-TUIUIÚ	outubro/2022	janeiro/2023
009/FE/2024	Pendências de 2023	AGROPEDRINHO LTDA.	SC-00807/2009	Pedrinho Berti	IPR-URUTAU	outubro/2022	janeiro/2023
010/FE/2024	Pendências de 2023	COOPERALFA	SC-02602/2014	Cládis Jorge Furlanetto	IPR-URUTAU	novembro/2022	março/2023
011/FE/2024	Pendências de 2023	CITTOLIN COMERCIO DE CEREAIS LTDA	PR-03802/2010	Airton Cittolin	IPR-CURIÓ	novembro/2022	fevereiro/2023
012/FE/2024	Pendências de 2023	FELIPE DITTERT	PR-14333/2013	Fabio Dittert Taques de Macedo Cruz	IPR-URUTAU	fevereiro/2022	maio/2023
013/FE/2024	Pendências de 2023	SEMENTES DALLAZEN	RS-04478/2022	Danieli Indiara Dallazen	IPR-URUTAU	fevereiro/2023	maio/2023
014/FE/2024	Pendências de 2023	BERNARDUS HUBERTUS	GO-01984/2015	Bernardus Hubertus Scholten	IPR-SABIÁ	2023	2023
015/FE/2024	Pendências de 2023	SEMENTES ORIENT LTDA	MG-09990/2014	Jander Weslley de Oliveira	IPR-CAMPOS_GERAIS	janeiro/2023	2023

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

016/FE/2024	Pendências de 2023	SEMENTES ORIENT LTDA	MG-09990/2014	Jander Weslley de Oliveira	IPR-TUIUIÚ	janeiro/2023	2023
017/FE/2024	Pendências de 2023	SIVIERO ALIMENTOS E SEMENTES LTDA	PR-14.641/2014	Valmor Luiz Siviero	IPR-URUTAU	janeiro/2023	maio/2023
018/FE/2024	Pendências de 2023	BOCCHI AGRONEGÓCIO LTDA	PR-16626/2019	Jair de Paula Junior	IPR SABIA	fevereiro/2023	junho/2023
019/FE/2024	Pendências de 2023	BR SCHOLTEN SEMENTES LTDA	GO-02178/2017	Elial Hill	IPR CAMPOS GERAIS	abril/2023	setembro/2023
020/FE/2024	Pendências de 2023	BR SCHOLTEN SEMENTES LTDA	GO-02178/2017	Elial Hill	IPR ÁGUIA	abril/2023	setembro/2023
021/FE/2024	Pendências de 2023	RICARDO MENARIM	PR-00830/2005	Ricardo Menarim	IPR CURIÓ	março/2023	maio/2023
022/FE/2024	Pendências de 2023	A&E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA	RS-05791/2019	Jose Altair Lima de Andrade	IPR URUTAU	abril/2023	junho/2023
023/FE/2024	Pendências de 2023	LAGOA BONITA SEMENTES LTDA	SP-15219/2014	Ricardo de Paula Machado Cunha	IPR SABIÁ	março/2023	maio/2023
024/FE/2024	Pendências de 2023	LAGOA BONITA SEMENTES LTDA	SP-15219/2014	Ricardo de Paula Machado Cunha	IPR URUTAU	março/2023	maio/2023
025/FE/2024	Pendências de 2023	LAGOA BONITA SEMENTES LTDA	SP-15219/2014	Ricardo de Paula Machado Cunha	IPR CAMPOS GERAIS	março/2023	maio/2023
026/FE/2024	Pendências de 2023	SEMENTES ALIANÇA CSR	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR ÁGUIA	fevereiro/2024	maio/2024
027/FE/2024	Pendências de 2023	SEMENTES ALIANÇA CSR	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR URUTAU	fevereiro/2024	maio/2024
028/FE/2024	Pendências de 2023	SEMENTES ALIANÇA CSR	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR SABIÁ	fevereiro/2024	maio/2024
029/FE/2024	Pendências de 2023	NEODI LUNARDI	SC-01029/2010	Neodi Lunardi	IPR URUTAU	setembro/2023	janeiro/2024
030/FE/2024	Pendências de 2023	CASTROLANDA COOPERATIVA	SP-19256/2023	Tatiane Oliveira Bugallo	IPR SABIÁ	setembro/2023	dezembro/2023
031/FE/2024	Pendências de 2023	COOPERTRADIÇÃO	PR-13954/2013	Gelson Corrêa	IPR SABIÁ	setembro/2023	janeiro/2024
032/FE/2024	Pendências de 2023	COOPERTRADIÇÃO	PR-13954/2013	Gelson Corrêa	IPR URUTAU	setembro/2023	janeiro/2024
033/FE/2024	Pendências de 2023	ELIZANDRA TRENTIN BAPTISTELLA	RS-05587/2019	Elizandra Trentin Baptistella	IPR URUTAU	setembro/2023	janeiro/2024
034/FE/2024	Pendências de 2023	COOPERATIVA CODEPA	PR-18212/2023	Nelson José Konzen	IPR URUTAU	setembro/2023	janeiro/2024
035/FE/2024	Pendências de 2023	COOPERATIVA CODEPA	PR-18212/2023	Nelson José Konzen	IPR ÁGUIA	setembro/2023	janeiro/2024
036/FE/2024	Pendências de 2023	BIG SAFRA SA	SC-00935/2009	Marcio Cesar Prestes	IPR TUIUIU	setembro/2023	dezembro/2023
037/FE/2024	Pendências de 2023	BIG SAFRA SA	SC-00935/2009	Marcio Cesar Prestes	IPR URUTAU	setembro/2023	dezembro/2023
038/FE/2024	Pendências de 2023	BIG SAFRA SA	SC-00935/2009	Marcio Cesar Prestes	IPR NHAMBU	setembro/2023	dezembro/2023
039/FE/2024	Pendências de 2023	CAMISC - SÃO CRISTÓVÃO	PR-01023/2006	Nelson André de Bortoli	IPR AGUIA	setembro/2023	janeiro/2024
040/FE/2024	Pendências de 2023	CAMISC - SÃO CRISTÓVÃO	PR-01023/2006	Nelson André de Bortoli	IPR SABIA	setembro/2023	janeiro/2024
041/FE/2024	Pendências de 2023	CAMISC - SÃO CRISTÓVÃO	PR-01023/2006	Nelson André de Bortoli	IPR URUTAU	setembro/2023	janeiro/2024
042/FE/2024	Pendências de 2023	JOÃO CARLOS FIORESE	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR URUTAU	outubro/2023	janeiro/2024
043/FE/2024	Pendências de 2023	JOSEF PFANN FILHO	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR URUTAU	outubro/2023	fevereiro/2024
044/FE/2024	Pendências de 2023	ROBERTO EDUARDO NASCIMENTO DA CUNHA	PR-03958/2011	Roberto Eduardo Nascimento da Cunha	IPR URUTAU	dezembro/2023	março/2024
045/FE/2024	29/01/2024	ALEXANDRE SOARES	RS-06737/2021	Alexandre Soares	IPR TUIUIÚ	janeiro/2024	abril/2024
046/FE/2024	10/01/2024	NARCISO BARISON NETO	RS-00200/2005	Narciso Barison Neto	IPR URUTAU	dezembro/2023	março/2024
047/FE/2024	30/01/2024	AGRICOLA FERRARI LTDA	RS-00565/2005	Vinicius Ferrari	IPR URUTAU	janeiro/2024	abril/2024
048/FE/2024	08/05/2024	AGRICOLA FERRARI LTDA	MT-01132/2011	Elson Rudimar de Carvalho	IPR CARDEAL	2024	2024
049/FE/2024	15/02/2024	KSP SEMENTES LTDA	PR-03102/2009	Valmor Antonio Konflanz	IPR ÁGUIA	fevereiro/2024	maio/2024

050/FE/2024	15/02/2024	KSP SEMENTES LTDA	PR-03102/2009	Valmor Antonio Konflanz	IPR SABIÁ	fevereiro/2024	maio/2024
051/FE/2024	08/02/2024	DOUGLAS FANCHIN TAQUES FONSECA	PR-00989/2006	Douglas Fanchin Taques Fonseca	IPR SABIÁ	fevereiro/2024	maio/2024
052/FE/2024	01/03/2024	SEMENTES SCHERER	RS-01719/2009	Valter Jose Scherer	IPR URUTAU	fevereiro/2024	maio/2024
053/FE/2024	04/03/2024	SEMENTES TOMBINI LTDA	RS-07767/2023	Bruno Berwig Tombini	IPR URUTAU	janeiro/2024	maio/2024
054/FE/2024	07/03/2024	PERON FERRARI S/A	PR-02602/2008	Zelirio Peron ferrari	IPR URUTAU	fevereiro/2024	maio/2024
055/FE/2024	07/03/2024	PERON FERRARI S/A	PR-02602/2008	Zelirio Peron ferrari	IPR ÁGUIA	fevereiro/2024	maio/2024
056/FE/2024	26/03/2024	ABREU E BUENO LTDA	MS-01246/2016	Marcelo Bueno da Silva	IPR-URUTAU	março/2024	julho/2024
057/FE/2024	13/05/2024	BOA SAFRA SEMENTES S.A.	GO-01551/2013	Glaube de Sousa Caldas	IPR-SABIÁ	maio/2024	agosto/2024
058/FE/2024	19/06/2024	LODEA CONSULTORIA E COMERCIO DE SEMENTES	MT-03030/2015	Leandro Lodea	IPR-CARDEAL	junho/2024	agosto/2024
059/FE/2024	03/07/2024	JOSE EULALIO BRANDAO FILHO	GO-00010/2004	José Eulálio Brandao Filho	IPR-ÁGUIA	junho/2024	setembro/2024
060/FE/2024	03/07/2024	EDINALDO AURE MATHIAS	SP-18169/2021	Lisandra Vanzella Mathias de Lima	IPR-ÁGUIA	junho/2024	agosto/2024
AVEIA							
001/AV/2024	Pendências de 2023	COPERCON	SC-02412/2014	Antonio Toffoli	IPR SUPREMA	julho/2022	dezembro/2022
002/AV/2024	Pendências de 2023	ELIZETE TELLES PETTER	PR-02177/2007	Erik Jan Petter	IPR SUPREMA	abril/2023	novembro/2023
003/AV/2024	Pendências de 2023	SEMENTES PARANÁ LTDA	PR-00996/2006	Luiz Meneghel Neto	IPR AFRODITE	abril/2023	setembro/2023
004/AV/2024	Pendências de 2023	SEMENTES PARANÁ LTDA	PR-00996/2006	Luiz Meneghel Neto	IPR ARTEMIS	abril/2023	setembro/2023
005/AV/2024	Pendências de 2023	SEMENTES PARANÁ LTDA	PR-00996/2006	Luiz Meneghel Neto	IPR ANDRÔMEDA	abril/2023	setembro/2023
006/AV/2024	Pendências de 2023	COMERCIAL MULINARI LTDA	RS-04727/2017	José Roberto Werle Mulinari	IPR CABOCLA	junho/2023	outubro/2023
007/AV/2024	Pendências de 2023	SEMENTES CITTOLIN LTDA	PR-03802/2010	Airton Cittolin	IPR AFRODITE	maio/2023	agosto/2023
008/AV/2024	Pendências de 2023	GEBANA LTDA	PR-02154/2007	Marcio Alberto Challiol	IPR ARTEMIS	junho/2023	outubro/2023
009/AV/2024	Pendências de 2023	NARCISO BARISON NETO	RS-00200/2005	Narciso Barison Neto	IPR SUPREMA	junho/2023	dezembro/2023
010/AV/2024	Pendências de 2023	SEMENTES GERMINARE LTDA	RS-05791/2019	Jose Altair Lima de Andrade	IPR SUPREMA	junho/2023	novembro/2023
011/AV/2024	Pendências de 2023	SEMENTES RUPOLLO LTDA	RS-06646/2021	Eduardo Ruppolo	IPR AFRODITE	junho/2023	novembro/2023
012/AV/2024	Pendências de 2023	RAINER DOWICH	RS-00375/2005	Rainer Dowich	IPR ESMERALDA	2023	2023
013/AV/2024	Pendências de 2023	JOÃO CARLOS FIORESE	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR ANDRÔMEDA	junho/2023	outubro/2023
014/AV/2024	Pendências de 2023	JOÃO CARLOS FIORESE	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR ARTEMIS	junho/2023	outubro/2023
015/AV/2024	Pendências de 2023	JOÃO CARLOS FIORESE	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR AFRODITE	junho/2023	outubro/2023
016/AV/2024	Pendências de 2023	JOÃO CARLOS FIORESE	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR CABOCLA	junho/2023	outubro/2023
017/AV/2024	Pendências de 2023	RAUL BASSO	RS-00909/2006	Raul Basso	IPR SUPREMA	julho/2023	dezembro/2023
018/AV/2024	Pendências de 2023	RAUL BASSO	RS-00909/2006	Raul Basso	IPR ESMERALDA	julho/2023	dezembro/2023
019/AV/2024	03/04/2024	FENNER COMERCIAL AGRICOLA LTDA	RS-03862/2014	Horst Fenner	IPR-ANDROMEDA	2024	2024
020/AV/2024	04/04/2024	SEMENTES RENASCER LTDA.	SC-01096/2010	Djeison Regis de Oliveira	IPR-ESMERALDA	abril/2024	setembro/2024
021/AV/2024	15/04/2024	DOUGLAS FANCHIN TAQUES FONSECA	PR-00989/2006	Douglas Fanchin Taques	IPR-AFRODITE	abril/2024	setembro/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

				Fonseca			
022/AV/2024	02/05/2024	SEMENTES TORMENTA LTDA	PR-04322/2012	Moises Vial	IPR-ANDRÔMEDA	abril/2024	agosto/2024
023/AV/2024	27/05/2024	REGIS AUGUSTO GIOVELLI	RS-00528/2005	Regis Augusto Giovelli	IPR-AFRODITE	maio/2024	novembro/2024
024/AV/2024	04/06/2024	VALMOR ANTÔNIO DE BORTOLI	RS-00507/2005	Valmor Antonio de Bortoli	IPR-ANDRÔMEDA	maio/2024	2024
025/AV/2024	06/06/2024	AGROPECUÁRIA IPE LTDA	PR-01095/2006	Monica Baer	IPR-AFRODITE	meio/2024	setembro/2024
026/AV/2024	11/06/2024	CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PR-16904/2020	Eliel Magalhoes Leandro	IPR-AFRODITE	maio/2024	setembro/2024
027/AV/2024	11/06/2024	CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PR-16904/2020	Eliel Magalhoes Leandro	IPR-ESMERALDA	maio/2024	setembro/2024
028/AV/2024	14/06/2024	WAGNER AGROINDUSTRIAL LTDA	SC-00423/2006	Luiz Francisco Wagner Junior	IPR-SUPREMA	junho/2024	novembro/2024
029/AV/2024	14/06/2024	WAGNER AGROINDUSTRIAL LTDA	SC-00423/2006	Luiz Francisco Wagner Junior	IPR-ANDROMEDA	junho/2024	outubro/2024
030/AV/2024	21/06/2024	COPERCAMPOS	SC-00402/2006	Laerte Izaías Thibes Júnior	IPR-ANDRÔMEDA	junho/2024	setembro/2024
031/AV/2024	27/06/2024	COOPERALFA	SC-02602/2014	Cládis Jorge Furlanetto	IPR-AFRODITE	junho/2024	outubro/2024
032/AV/2024	03/07/2024	LSJ AGROPECUÁRIA LTDA	PR-18265/2023	Raphaela Costa Naldi Fróes	IPR-AFRODITE	junho/2024	outubro/2024
033/AV/2024	03/07/2024	LSJ AGROPECUÁRIA LTDA	PR-18265/2023	Raphaela Costa Naldi Fróes	IPR-ANDRÔMEDA	junho/2024	outubro/2024
034/AV/2024	09/07/2024	COOPERCAF	SC-04067/2023	Fabio Anderson	IPR ESMERALDA	2024	2024
TRIGO							
001/TR/2024	Pendências de 2023	SEMENTES SORRIA LTDA	PR-01175/2006	Sandro Teixeira Menossi	IPR 144	maio/2023	setembro/2023
002/TR/2024	Pendências de 2023	SEMENTES SORRIA LTDA	PR-01175/2006	Sandro Teixeira Menossi	IPR POTYPORÃ	maio/2023	setembro/2023
003/TR/2024	Pendências de 2023	JOÃO CARLOS FIORESE	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR POTYPORÃ	junho/2023	outubro/2023
004/TR/2024	Pendências de 2023	JOSEF PFANN FILHO	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR CATUARA TM	julho/2023	novembro/2023
005/TR/2024	15/05/2024	COMERCIO DE SEMENTES TAQUA LTDA	MS-00199/2006	Irineu cassol	IPR CATUARA TM	maio/2024	agosto/2024

006/TR/2024	14/06/2024	GRANJAS MODELO LTDA	PR-01177/2006	Airton José Gassen Junior	IPR CATUARA TM	maio/2024	setembro/2024
007/TR/2024	01/07/2024	CEREALISTA PAN LTDA	PR-00385/2005	Wellington Sguissardi Pan	IPR POTYPORÃ	junho/2024	outubro/2024
CAFÉ							
001/CA/2024	Pendências de 2023	BASÍLIO ALONSO	PR-03527/2010	Basílio Alonso	IPR 106	2022	-
002/CA/2024	Pendências de 2023	MARCIO HISSÃO SUGNIWA	PR-03032/2009	Marcio Hissao Sugniwa	IPR 98	-	2023
003/CA/2024	Pendências de 2023	MARCIO HISSÃO SUGNIWA	PR-03032/2009	Marcio Hissao Sugniwa	IPR 106	-	2023
004/CA/2024	Pendências de 2023	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	MG-01769/200 7	Paulo Roberto dos Santos	IPR 106	2023	-
005/CA/2024	Pendências de 2023	JONATHAS CORTES DE OLIVEIRA	MG-15437/202 1	Ramiro Guimarães	IPR 106	2023	-
006/CA/2024	Pendências de 2023	WELLINGTON JOSÉ ANTUNES POMBAL	PR-17581/2021	Wellington José Antunes Pombal	IPR 106	setembro/2023	fevereiro/2024
007/CA/2024	25/06/2024	MUNICÍPIO DE APUCARANA	PR-15070/2015	Sebastião Ferreira Martins Junior	IPR-106	junho/2024	dezembro/2024
OUTROS							
001/OU/2024	Pendências de 2023	JOSEF PFANN FILHO	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR PETROVITA	dezembro/2022	abril/2023
002/OU/2024	Pendências de 2023	JOSEF PFANN FILHO	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR PÉ VERMELHO	dezembro/2022	abril/2023
003/OU/2024	Pendências de 2023	RICARDO MENARIM	PR-00830/2005	Ricardo Menarim	IPR 210	março/2023	setembro/2023
004/OU/2024	Pendências de 2023	INDUSTRIA E COMERCIO DE SEMENTES PRIMAVERA	MT-00942/2010	Marcelo Uhde	IPR 210	abril/2023	setembro/2023
005/OU/2024	Pendências de 2023	SEMENTES AGROINOVAR LTDA	SP-00994/2006	Breno Franco de Souza Filho	IPR 210	junho/2023	outubro/2023
006/OU/2024	Pendências de 2023	COOPERCAF	SC-04067/2023	Fabio Anderson	IPR 210	junho/2023	outubro/2023
007/OU/2024	Pendências de 2023	SEMENTES QUALITY LTDA	MT-02961/2015	Guilherme dos Santos Carvalho	IPR 91-BAILI	março/2022	julho/2022
008/OU/2024	05/02/2024	RODRIGO DA SILVA ROCHA	GO-03256/202 2	Rodrigo da Silva Rocha	IPR 91	2023	2024
009/OU/2024	05/02/2024	RODRIGO DA SILVA ROCHA	GO-03256/202 2	Rodrigo da Silva Rocha	IPR 210	2023	2024
010/OU/2024	Pendências de 2023	GERMINA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE SEMENTES S/A	PR-01085/2006	Bernardo Garcia de Araújo Jorge	IPR BASALTO	novembro/2023	março/2024
011/OU/2024	13/05/2024	SEMENTES TORMENTA LTDA	PR-04322/2012	Moises Vial	IPR 210	abril/2024	outubro/2024
012/OU/2024	09/07/2024	JOSEF PFANN FILHO	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR GOITACÁ	julho/2024	novembro/2024

FEIJÃO					
008/FE/2025	AGROPEDRINHO LTDA.	08.750.816/0003-06	SC-00807/2009	Pedrinho Berti	IPR-TUIUIÚ
009/FE/2025	AGROPEDRINHO LTDA.	08.750.816/0003-06	SC-00807/2009	Pedrinho Berti	IPR-URUTAU
010/FE/2025	COOPERALFA	83.305.235/0139-54	SC-02602/2014	Cládis Jorge Furlanetto	IPR-URUTAU
011/FE/2025	CITTOLIN COMERCIO DE CEREAIS LTDA	08.440.244/0001-05	PR-03802/2010	Airton Cittolin	IPR-CURIÓ
012/FE/2025	FELIPE DITTERT	008.282.239-55	PR-14333/2013	Fabio Dittert Taques de Macedo Cruz	IPR-URUTAU
013/FE/2025	SEMENTES DALLAZEN	47.419.578/0001-40	RS-04478/2022	Danieli Indiara Dallazen	IPR-URUTAU
015/FE/2025	SEMENTES ORIENT LTDA	21.539.486/0001-00	MG-09990/2014	Jander Weslley de Oliveira	IPR-CAMPOS_GERAIS
016/FE/2025	SEMENTES ORIENT LTDA	21.539.486/0001-00	MG-09990/2014	Jander Weslley de Oliveira	IPR-TUIUIÚ
017/FE/2025	SIVIERO ALIMENTOS E SEMENTES LTDA	73.562.126/0001-23	PR-14.641/2014	Valmor Luiz Siviero	IPR-URUTAU
018/FE/2025	BOCCHI AGRONEGÓCIO LTDA	77.804.847/0025-20	PR-16626/2019	Jair de Paula Junior	IPR SABIA
019/FE/2025	BR SCHOLTEN SEMENTES LTDA	27.021.646/0001-01	GO-02178/2017	Elial Hill	IPR CAMPOS GERAIS
020/FE/2025	BR SCHOLTEN SEMENTES LTDA	27.021.646/0001-01	GO-02178/2017	Elial Hill	IPR ÁGUIA
021/FE/2025	RICARDO MENARIM	826.639.129-72	PR-00830/2005	Ricardo Menarim	IPR CURIÓ

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

022/FE/2025	A&E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA	34.293.273/0001-93	RS-05791/2019	Jose Altair Lima de Andrade	IPR URUTAU
023/FE/2025	LAGOA BONITA SEMENTES LTDA	20.540.462/0001-09	SP-15219/2014	Ricardo de Paula Machado Cunha	IPR SABIÁ
024/FE/2025	LAGOA BONITA SEMENTES LTDA	20.540.462/0001-09	SP-15219/2014	Ricardo de Paula Machado Cunha	IPR URUTAU
025/FE/2025	LAGOA BONITA SEMENTES LTDA	20.540.462/0001-09	SP-15219/2014	Ricardo de Paula Machado Cunha	IPR CAMPOS GERAIS
026/FE/2025	SEMENTES ALIANÇA CSR	34.243.441/0001-36	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR ÁGUIA
027/FE/2025	SEMENTES ALIANÇA CSR	34.243.441/0001-36	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR URUTAU
028/FE/2025	SEMENTES ALIANÇA CSR	34.243.441/0001-36	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR SABIÁ
029/FE/2025	NEODI LUNARDI	065.842.179-49	SC-01029/2010	Neodi Lunardi	IPR URUTAU
030/FE/2025	CASTROLANDA COOPERATIVA	76.108.349/0018-51	SP-19256/2023	Tatiane Oliveira Bugallo	IPR SABIÁ
031/FE/2025	COOPERTRADIÇÃO	05.528.196/0013-49	PR- 13954/2013	Gelson Corrêa	IPR SABIÁ
032/FE/2025	COOPERTRADIÇÃO	05.528.196/0013-49	PR- 13954/2013	Gelson Corrêa	IPR URUTAU
033/FE/2025	ELIZANDRA TRENTIN BAPTISTELLA	642.689.770-15	RS-05587/2019	Elizandra Trentin Baptistella	IPR URUTAU
034/FE/2025	COOPERATIVA CODEPA	04.480.519/0006-80	PR-18212/2023	Nelson José Konzen	IPR URUTAU
035/FE/2025	COOPERATIVA CODEPA	04.480.519/0006-80	PR-18212/2023	Nelson José Konzen	IPR ÁGUIA
036/FE/2025	BIG SAFRA SA	04.834.285/0005-40	SC-00935/2009	Marcio Cesar Prestes	IPR TUIUIU
037/FE/2025	BIG SAFRA SA	04.834.285/0005-40	SC-00935/2009	Marcio Cesar Prestes	IPR URUTAU
038/FE/2025	BIG SAFRA SA	04.834.285/0005-40	SC-00935/2009	Marcio Cesar Prestes	IPR NHAMBU
039/FE/2025	CAMISC - SÃO CRISTÓVÃO	76.194.091/0011-87	PR-01023/2006	Nelson André de Bortoli	IPR AGUIA
040/FE/2025	CAMISC - SÃO CRISTÓVÃO	76.194.091/0011-87	PR-01023/2006	Nelson André de Bortoli	IPR SABIA
041/FE/2025	CAMISC - SÃO CRISTÓVÃO	76.194.091/0011-87	PR-01023/2006	Nelson André de Bortoli	IPR URUTAU
042/FE/2025	JOÃO CARLOS FIORESE	414.220.319-34	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR URUTAU
043/FE/2025	JOSEF PFANN FILHO	480.723.469-20	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR URUTAU
FEIJÃO					
008/FE/2025	AGROPEDRINHO LTDA.	08.750.816/0003-06	SC-00807/2009	Pedrinho Berti	IPR-TUIUIÚ
009/FE/2025	AGROPEDRINHO LTDA.	08.750.816/0003-06	SC-00807/2009	Pedrinho Berti	IPR-URUTAU
010/FE/2025	COOPERALFA	83.305.235/0139-54	SC-02602/2014	Cládis Jorge Furlanetto	IPR-URUTAU
011/FE/2025	CITTOLIN COMERCIO DE CEREAIS LTDA	08.440.244/0001-05	PR-03802/2010	Airton Cittolin	IPR-CURIÓ
012/FE/2025	FELIPE DITTERT	008.282.239-55	PR-14333/2013	Fabio Dittert Taques de Macedo Cruz	IPR-URUTAU
013/FE/2025	SEMENTES DALLAZEN	47.419.578/0001-40	RS-04478/2022	Danieli Indiara Dallazen	IPR-URUTAU
015/FE/2025	SEMENTES ORIENT LTDA	21.539.486/0001-00	MG-09990/2014	Jander Weslley de Oliveira	IPR-CAMPOS_GERAIS
016/FE/2025	SEMENTES ORIENT LTDA	21.539.486/0001-00	MG-09990/2014	Jander Weslley de Oliveira	IPR-TUIUIÚ
017/FE/2025	SIVIERO ALIMENTOS E SEMENTES LTDA	73.562.126/0001-23	PR-14.641/2014	Valmor Luiz Siviero	IPR-URUTAU
018/FE/2025	BOCCHI AGRONEGÓCIO LTDA	77.804.847/0025-20	PR-16626/2019	Jair de Paula Junior	IPR SABIA
019/FE/2025	BR SCHOLTEN SEMENTES LTDA	27.021.646/0001-01	GO-02178/2017	Elial Hill	IPR CAMPOS GERAIS
020/FE/2025	BR SCHOLTEN SEMENTES LTDA	27.021.646/0001-01	GO-02178/2017	Elial Hill	IPR ÁGUIA
021/FE/2025	RICARDO MENARIM	826.639.129-72	PR-00830/2005	Ricardo Menarim	IPR CURIÓ
022/FE/2025	A&E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA	34.293.273/0001-93	RS-05791/2019	Jose Altair Lima de Andrade	IPR URUTAU
023/FE/2025	LAGOA BONITA SEMENTES LTDA	20.540.462/0001-09	SP-15219/2014	Ricardo de Paula Machado Cunha	IPR SABIÁ
024/FE/2025	LAGOA BONITA SEMENTES LTDA	20.540.462/0001-09	SP-15219/2014	Ricardo de Paula Machado Cunha	IPR URUTAU
025/FE/2025	LAGOA BONITA SEMENTES LTDA	20.540.462/0001-09	SP-15219/2014	Ricardo de Paula Machado Cunha	IPR CAMPOS GERAIS
026/FE/2025	SEMENTES ALIANÇA CSR	34.243.441/0001-36	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR ÁGUIA

027/FE/2025	SEMENTES ALIANÇA CSR	34.243.441/0001-36	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR URUTAU
028/FE/2025	SEMENTES ALIANÇA CSR	34.243.441/0001-36	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR SABIÁ
029/FE/2025	NEODI LUNARDI	065.842.179-49	SC-01029/2010	Neodi Lunardi	IPR URUTAU
030/FE/2025	CASTROLANDA COOPERATIVA	76.108.349/0018-51	SP-19256/2023	Tatiane Oliveira Bugallo	IPR SABIÁ
031/FE/2025	COOPERTRADIÇÃO	05.528.196/0013-49	PR- 13954/2013	Gelson Corrêa	IPR SABIÁ
032/FE/2025	COOPERTRADIÇÃO	05.528.196/0013-49	PR- 13954/2013	Gelson Corrêa	IPR URUTAU
033/FE/2025	ELIZANDRA TRENTIN BAPTISTELLA	642.689.770-15	RS-05587/2019	Elizandra Trentin Baptistella	IPR URUTAU
034/FE/2025	COOPERATIVA CODEPA	04.480.519/0006-80	PR-18212/2023	Nelson José Konzen	IPR URUTAU
035/FE/2025	COOPERATIVA CODEPA	04.480.519/0006-80	PR-18212/2023	Nelson José Konzen	IPR ÁGUIA
036/FE/2025	BIG SAFRA SA	04.834.285/0005-40	SC-00935/2009	Marcio Cesar Prestes	IPR TUIUIU
037/FE/2025	BIG SAFRA SA	04.834.285/0005-40	SC-00935/2009	Marcio Cesar Prestes	IPR URUTAU
038/FE/2025	BIG SAFRA SA	04.834.285/0005-40	SC-00935/2009	Marcio Cesar Prestes	IPR NHAMBU
039/FE/2025	CAMISC - SÃO CRISTÓVÃO	76.194.091/0011-87	PR-01023/2006	Nelson André de Bortoli	IPR AGUIA
040/FE/2025	CAMISC - SÃO CRISTÓVÃO	76.194.091/0011-87	PR-01023/2006	Nelson André de Bortoli	IPR SABIA
041/FE/2025	CAMISC - SÃO CRISTÓVÃO	76.194.091/0011-87	PR-01023/2006	Nelson André de Bortoli	IPR URUTAU
042/FE/2025	JOÃO CARLOS FIORESE	414.220.319-34	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR URUTAU
043/FE/2025	JOSEF PFANN FILHO	480.723.469-20	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR URUTAU
044/FE/2025	ROBERTO EDUARDO NASCIMENTO DA CUNHA	541.217.369-15	PR-03958/2011	Roberto Eduardo Nascimento da Cunha	IPR URUTAU
045/FE/2025	ALEXANDRE SOARES	997.259.910-87	RS-06737/2021	Alexandre Soares	IPR TUIUIÚ
046/FE/2025	NARCISO BARISON NETO	057.939.390-91	RS-00200/2005	Narciso Barison Neto	IPR URUTAU
047/FE/2025	AGRICOLA FERRARI LTDA	91.748.483/0001-62	RS-00565/2005	Vinicius Ferrari	IPR URUTAU
048/FE/2025	AGRICOLA FERRARI LTDA	91.748.483/0003-24	MT-01132/2011	Elson Rudimar de Carvalho	IPR CARDEAL
049/FE/2025	KSP SEMENTES LTDA	07.926.086/0001-27	PR-03102/2009	Valmor Antonio Konflanz	IPR ÁGUIA
050/FE/2025	KSP SEMENTES LTDA	07.926.086/0001-27	PR-03102/2009	Valmor Antonio Konflanz	IPR SABIÁ
051/FE/2025	DOUGLAS FANCHIN TAQUES FONSECA	081.030.389-20	PR-00989/2006	Douglas Fanchin Taques Fonseca	IPR SABIÁ
052/FE/2025	SEMENTES SCHERER	94.120.854/0001-55	RS-01719/2009	Valter Jose Scherer	IPR URUTAU
053/FE/2025	SEMENTES TOMBINI LTDA	48.201.308/0001-21	RS-07767/2023	Bruno Berwig Tombini	IPR URUTAU
054/FE/2025	PERON FERRARI S/A	77879971/0008-54	PR-02602/2008	Zelirio Peron ferrari	IPR URUTAU
055/FE/2025	PERON FERRARI S/A	77879971/0008-54	PR-02602/2008	Zelirio Peron ferrari	IPR ÁGUIA
056/FE/2025	ABREU E BUENO LTDA	23.285.433/0001-36	MS-01246/2016	Marcelo Bueno da Silva	IPR-URUTAU
057/FE/2025	BOA SAFRA SEMENTES S.A.	10.807.374/0001-77	GO-01551/2013	Glaube de Sousa Caldas	IPR-SABIÁ
058/FE/2025	LODEA CONSULTORIA E COMERCIO DE SEMENTES	06.265.049/001-52	MT-03030/2015	Leandro Lodea	IPR-CARDEAL
059/FE/2025	MARAMBAIA SEMENTES	14.088.665/0001-03	GO-00010/2004	José Eulálio Brandao Filho	IPR-ÁGUIA
060/FE/2025	EDINALDO AURE MATHIAS	07.938.323/0001-70	SP-18169/2021	Lisandra Vanzella Mathias de Lima	IPR-ÁGUIA
061/FE/2025	JOSE EULALIO BRANDAO FILHO	664.499.591-49	GO-00010/2004	José Eulálio Brandao Filho	IPR-URUTAU
062/FE/2025	BOA SAFRA SEMENTES S.A.	10.807.374/0002-58	MG-08827/2013	Glaube de Sousa Caldas	IPR-URUTAU
063/FE/2025	SEMENTES ALIANÇA CSR	34.243.441/0001-36	GO-02779/2020	Rafael Lorea Lawson	IPR-TUIUIÚ
064FE/2025	SIVIERO ALIMENTOS E SEMENTES LTDA	73.562.126/0001-23	PR-14.641/2014	Valmor Luiz Siviero	IPR-SABIÁ
065/FE/2025	BR SCHOLTEN SEMENTES LTDA	27.021.646/0001-01	GO-02178/2017	Elial Hill	IPR URUTAU
066/FE/2025	AGROPECUÁRIA MINAS CAMPO LTDA	11.718.133/0004-67	MG-15549/2021	Renato Ávila de Oliveira	IPR ÁGUIA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

067/FE/2025	SEMENTES ORIENT LTDA	21.539.486/0001-00	MG-09990/2014	Jander Weslley de Oliveira	IPR SABIÁ
068/FE/2025	SEMENTES ORIENT LTDA	21.539.486/0001-00	MG-09990/2014	Jander Weslley de Oliveira	IPR URUTAU
069/FE/2025	SEMENTES ORIENT LTDA	21.539.486/0001-00	MG-09990/2014	Jander Weslley de Oliveira	IPR ÁGUIA
070/FE/2025	MILKSEEDS SEMENTES E NUTRIÇÃO	07.684.676/0001-90	RS - 049441/2018	Rogerio Vedelago	IPR URUTAU
071/FE/2025	BEATRICE HASSON SVERNER	08.444.497/0001-49	SP - 01466/2007	Manuel David ? Herrera	IPR URUTAU
072/FE/2025	BEATRICE HASSON SVERNER	08.444.497/0001-49	SP - 01466/2007	Manuel David ? Herrera	IPR SABIA
073/FE/2025	BOA SAFRA SEMENTES S.A	10.807.374/0002-58	MG-08827/2013	Glaube de Sousa Caldas	IPR URUTAU
074/FE/2025	BOA SAFRA SEMENTES S.A	10.807.374/0001-77	GO-01551/2013	Glaube de Sousa Caldas	IPR SABIA
075/FE/2025	SEMENTES VEIT	278.854.700-59	PR - 01164/2006	Sergio Roberto Veit	IPR URUTAU
076/FE/2025	nBn Sementes	057.939.390-91	RS-00200/2005	Narciso Barison Neto	IPR URUTAU
077/FE/2025	SEMENTES GUAYI	541.217.369-15	PR-03958/2011	Roberto Eduardo Nascimento da Cunha	IPR URUTAU
078/FE/2025	SEMENTES COM VIGOR	248.632.890-49	RS-00909/2026	RAUL BASSO	IPR ÁGUIA
079/FE/2025	AGRÍCOLA FERRARIA LTDA	91.748.483/0001-62	RS-00565/2005	Vinicius Ferrari	IPR URUTAU
080/FE/2025	AGRÍCOLA FERRARIA LTDA	91.748.483/0001-62	RS-00565/2005	Vinicius Ferrari	IPR CARDEAL
081/FE/2025	Unidade de Beneficiamento Sementes Valiosa Ltda	26.735.361/0001-70	MG-12375/2017	Willer Ashidani	IPR URUTAU
082/FE/2025	Douglas Fanchin Taques Fonseca	081.030.389-20	PR-00989/2006	Douglas Fanchin Taques Fonseca	IPR ÁGUIA
083/FE/2025	Douglas Fanchin Taques Fonseca	081.030.389-20	PR-00989/2006	Douglas Fanchin Taques Fonseca	IPR URUTAU
084/FE/2025	Douglas Fanchin Taques Fonseca	081.030.389-20	PR-00989/2006	Douglas Fanchin Taques Fonseca	IPR-SABIÁ
085/FE/2025	PAIOL SEMENTES LTDA	19.074.553/0001-17	RS-0429/2017	Jaime Ceolin	IPR URUTAU
086/FE/2025	Produção e Comércio de Sementes Cadore Ltda	38.330.886/0001-04	RS-06268/2020	Gelso Antonio Cadore	IPR URUTAU
087/FE/2025	Novorá Agropecuária Ltda	18.080.348/0001-00	PR-17939/2022	Juliano Allegretti ZAnoni	IPR-SABIÁ
088/FE/2025	Paulo Matheus Wolbert	092.323.619-81	PR-18760/2024	Paulo Matheus Wolbert	IPR URUTAU
089/FE/2025	Inova Agricola LTDA	24.936.127.0001-85	SC-03784/2021	Julio Cesar Bodanese	IPR URUTAU
090/FE/2025	Unidade de Beneficiamento Sementes Valiosa LTDA	26.735.361/0001-70	MG-12375/2017	Willer Ashidani	IPR TUIUIÚ
091/FE/2025	KSP Sementes LTDA	07.926.086/0001-27	PR-03102/2009	Valmor Antonio Konflanz	IPR URUTAU

AVEIA

001/AV/2025	COPERCON	07.182.590/0001-60	SC-02412/2014	Antonio Toffoli	IPR SUPREMA
002/AV/2025	ELIZETE TELLES PETTER	473.692.139-00	PR-02177/2007	Erik Jan Petter	IPR SUPREMA
003/AV/2025	SEMENTES PARANÁ LTDA	04.415.166/0001-20	PR-00996/2006	Luiz Meneghel Neto	IPR AFRODITE
004/AV/2025	SEMENTES PARANÁ LTDA	04.415.166/0001-20	PR-00996/2006	Luiz Meneghel Neto	IPR ARTEMIS
005/AV/2025	SEMENTES PARANÁ LTDA	04.415.166/0001-20	PR-00996/2006	Luiz Meneghel Neto	IPR ANDRÔMEDA
007/AV/2025	SEMENTES CITTOLIN LTDA	08.440.244/0001-05	PR-03802/2010	Airton Cittolin	IPR AFRODITE
008/AV/2025	GEBANA LTDA	05.257.285/0001-64	PR-02154/2007	Marcio Alberto Challiol	IPR ARTEMIS
009/AV/2025	NARCISO BARISON NETO	057.939.390-01	RS-00200/2005	Narciso Barison Neto	IPR SUPREMA
010/AV/2025	SEMENTES GERMINARE LTDA	34.293.273/0001-93	RS-05791/2019	Jose Altair Lima de Andrade	IPR SUPREMA
011/AV/2025	SEMENTES RUPOLLO LTDA	38.152.521/0001-37	RS-06646/2021	Eduardo Ruppolo	IPR AFRODITE
012/AV/2025	RAINER DOWICH	394.786.530-91	RS-00375/2005	Rainer Dowich	IPR ESMERALDA
013/AV/2025	JOÃO CARLOS FIORESE	414.220.319-34	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR ANDRÔMEDA
014/AV/2025	JOÃO CARLOS FIORESE	414.220.319-34	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR ARTEMIS
015/AV/2025	JOÃO CARLOS FIORESE	414.220.319-34	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR AFRODITE
016/AV/2025	JOÃO CARLOS FIORESE	414.220.319-34	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR CABOCLA

017/AV/2025	RAUL BASSO	248.632.890-49	RS-00909/2006	Raul Basso	IPR SUPREMA
018/AV/2025	RAUL BASSO	248.632.890-49	RS-00909/2006	Raul Basso	IPR ESMERALDA
019/AV/2025	FENNER COMERCIAL AGRICOLA LTDA	10.689.605/0001-95	RS-03862/2014	Horst Fenner	IPR-ANDROMEDA
020/AV/2025	SEMENTES RENASCER LTDA.	11.858.178/0001-94	SC-01096/2010	Djeison Regis de Oliveira	IPR-ESMERALDA
021/AV/2025	DOUGLAS FANCHIN TAQUES FONSECA	081.030.389-20	PR-00989/2006	Douglas Fanchin Taques Fonseca	IPR-AFRODITE
022/AV/2025	SEMENTES TORMENTA LTDA	11.152.224/001-35	PR-04322/2012	Moises Vial	IPR-ANDRÔMEDA
023/AV/2025	REGIS AUGUSTO GIOVELLI	564.104.100-00	RS-00528/2005	Regis Augusto Giovelli	IPR-AFRODITE
024/AV/2025	VALMOR ANTÔNIO DE BORTOLI	142.655.320-04	RS-00507/2005	Valmor Antonio de Bortoli	IPR-ANDRÔMEDA
025/AV/2025	AGROPECUÁRIA IPE LTDA	77.567.899/0001-53	PR-01095/2006	Monica Baer	IPR-AFRODITE
026/AV/2025	CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	78.320.397/0024-82	PR-16904/2020	Eliel Magalhoes Leandro	IPR-AFRODITE
027/AV/2025	CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	78.320.397/0024-82	PR-16904/2020	Eliel Magalhoes Leandro	IPR-ESMERALDA
028/AV/2025	WAGNER AGROINDUSTRIAL LTDA	83.268.292/0001-75	SC-00423/2006	Luiz Francisco Wagner Junior	IPR-SUPREMA
029/AV/2025	WAGNER AGROINDUSTRIAL LTDA	83.268.292/0001-75	SC-00423/2006	Luiz Francisco Wagner Junior	IPR-ANDROMEDA
030/AV/2025	COPERCAMPOS	83.158.824/0047-02	SC-00402/2006	Laerte Izaías Thibes Júnior	IPR-ANDRÔMEDA
031/AV/2025	COOPERALFA	83.305.235/0139-54	SC-02602/2014	Cládis Jorge Furlanetto	IPR-AFRODITE
032/AV/2025	LSJ AGROPECUÁRIA LTDA	33.834.418/0002-34	PR-18265/2023	Raphaela Costa Naldi Fróes	IPR-AFRODITE
033/AV/2025	LSJ AGROPECUÁRIA LTDA	33.834.418/0002-34	PR-18265/2023	Raphaela Costa Naldi Fróes	IPR-ANDRÔMEDA
034/AV/2025	COOPERCAF	47.239.680/0001-64	SC-04067/2023	Fabio Anderson	IPR ESMERALDA
035/AV/2025	TERRA GREDA AGRONEGÓCIOS LTDA	12.612.950/0001-56	RS-05594/2019	Guilherme Sangalli Dias	IPR SUPREMA
036/AV/2025	MARCOS AURÉLIO PILECCO	043.794.770-02	RS-00333/2005	Marcos Aurélio Pilecco	IPR SUPREMA
037/AV/2025	ADILTO LUIZ PAPINI	649.061.089-20	SC-03279/2018	Adilto Luiz Papini	IPR ESMERALDA

TRIGO					
001/TR/2025	SEMENTES SORRIA LTDA	75.441.170/0001-00	PR-01175/2006	Sandro Teixeira Menossi	IPR 144
002/TR/2025	SEMENTES SORRIA LTDA	75.441.170/0001-00	PR-01175/2006	Sandro Teixeira Menossi	IPR POTYPORÃ
003/TR/2025	JOÃO CARLOS FIORESE	414.220.319-34	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR POTYPORÃ
004/TR/2025	JOSEF PFANN FILHO	480.723.469-20	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR CATUARA TM
005/TR/2025	COMERCIO DE SEMENTES TAQUA LTDA	37.553.583/0001-98	MS-00199/2006	Irineu cassol	IPR CATUARA TM
006/TR/2025	GRANJAS MODELO LTDA	78.341.989/0001-94	PR-01177/2006	Airton José Gassen Junior	IPR CATUARA TM
007/TR/2025	CEREALISTA PAN LTDA	77.131.183/001-09	PR-00385/2005	Wellington Sguissardi Pan	IPR POTYPORÃ
CAFÉ					
001/CA/2025	BASÍLIO ALONSO	438.658.799-34	PR-03527/2010	Basílio Alonso	IPR 106
002/CA/2025	MARCIO HISSÃO SUGNIWA	979.617.609-20	PR-03032/2009	Marcio Hissao Sugniwa	IPR 98
003/CA/2025	MARCIO HISSÃO SUGNIWA	979.617.609-20	PR-03032/2009	Marcio Hissao Sugniwa	IPR 106
004/CA/2025	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	170.723.796-49	MG-01769/2007	Paulo Roberto dos Santos	IPR 106
005/CA/2025	JONATHAS CORTES DE OLIVEIRA	014.836.531-02	MG-15437/2021	Ramiro Guimarães	IPR 106
006/CA/2025	WELLINGTON JOSÉ ANTUNES POMBAL	091.114.119-70	PR-17581/2021	Wellington José Antunes Pombal	IPR 106
007/CA/2025	MUNICÍPIO DE APUCARANA	75.771.253/0001-68	PR-15070/2015	Sebastião Ferreira Martins Junior	IPR-106
008/CA/2025	JOSÉ ROBERTO ROCCO	679.238.369-49	PR-04418/2012	José Roberto Rocco	IPR-106
OUTROS					
001/OU/2025	JOSEF PFANN FILHO	480.723.469-20	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR PETROVITA (SOJA)
002/OU/2025	JOSEF PFANN FILHO	480.723.469-20	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR PÉ VERMELHO (SOJA)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

003/OU/2025	RICARDO MENARIM	826.639.129-72	PR-00830/2005	Ricardo Menarim	IPR 210 (NABO)
004/OU/2025	INDUSTRIA E COMERCIO DE SEMENTES PRIMAVERA	06.653.220/0001-09	MT-00942/2010	Marcelo Uhde	IPR 210 (NABO)
005/OU/2025	SEMENTES AGROINOVAR LTDA	04.193.646/0001-93	SP-00994/2006	Breno Franco de Souza Filho	IPR 210 (NABO)
006/OU/2025	COOPERCAF	47.239.680/0001-64	SC-04067/2023	Fabio Anderson	IPR 210 (NABO)
007/OU/2025	SEMENTES QUALITY LTDA	22.303.710/0001-23	MT-02961/2015	Guilherme dos Santos Carvalho	IPR 91-BAILI (TRIGO MOURISCO)
008/OU/2025	RODRIGO DA SILVA ROCHA	098.751.008-89	GO-03256/2022	Rodrigo da Silva Rocha	IPR 91-BAILI (TRIGO MOURISCO)
009/OU/2025	RODRIGO DA SILVA ROCHA	098.751.008-89	GO-03256/2022	Rodrigo da Silva Rocha	IPR 210 (NABO)
010/OU/2025	GERMINA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE SEMENTES S/A	77.689.735/0001-07	PR-01085/2006	Bernardo Garcia de Araújo Jorge	IPR BASALTO (SOJA)
011/OU/2025	SEMENTES TORMENTA LTDA	11.152.224/001-35	PR-04322/2012	Moises Vial	IPR 210 (NABO)
012/OU/2025	JOSEF PFANN FILHO	480.723.469-20	PR-16911/2020	Josef Pfann Filho	IPR GOITACÁ (TRITICALE)
013/OU/2025	JOÃO CARLOS FIORESE	414.220.319-34	PR-00927/2005	João Carlos Fiorese	IPR GOITACÁ (TRITICALE)

68157/2025

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO CGE Nº 61/2025

Aprova o Plano de Trabalho da Controladoria-Geral do Estado, referente ao exercício de 2025.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 3º do art. 2º c/c art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho da Controladoria-Geral do Estado, referente ao exercício de 2025, em anexo.

Art. 2º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

LETICIA FERREIRA DA SILVA

Controladora-Geral do Estado

67790/2025

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO CGE Nº 62/2025

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho designado pela Resolução CGE nº 97, de 2024.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023; e pelo inciso II, do art. 7º do Regulamento da Controladoria-Geral do Estado, Anexo I, do Decreto Estadual nº 2.741, de 2019, e

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 40 (quarenta) dias, o prazo para conclusão das atividades do Grupo de Trabalho designado pela Resolução CGE nº 97, de 2024, que tem por objetivo criar manual orientativo que padronize os procedimentos patrimoniais, garantindo a conformidade e a eficiência no controle patrimonial da Controladoria-Geral do Estado - CGE.

Art. 2º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

LETICIA FERREIRA DA SILVA

Controladora-Geral do Estado

68162/2025

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6719 16/05/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE
EXCLUIR DA PORTARIA N. 13854 DE 01/03/2018 O NOME DE ALTIMAR JOSE CARLETTO
R.G. 19746968 LF - 2
1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6720 16/05/2025
ORGAO - INSTITUTO AGUA E TERRA
EXCLUIR DA PORTARIA N. 6707 DE 14/05/2025 O NOME DE ARNALDO DUMONT PIRES
R.G. 31500710 LF - 1
1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6721 16/05/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 2809 DE 19/10/2023 O NOME DE ODETE FURLAN SIBIM
R.G. 42776572 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 5854 DE 18/04/2016 O NOME DE ELISEU ENGELMANN
R.G. 31088216 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 7871 DE 29/06/2012 O NOME DE EVANIR MAURER
R.G. 42120103 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 9912 DE 10/11/2004 O NOME DE SOLANGE MARINHO SALLES
R.G. 30020340 LF - 2

67775/2025

Resolução SEAP Nº 9114

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do artigo 25, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração de recursos humanos, considerando a norma prevista no artigo 12 e seu § 1º da Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002; considerando o disposto na alínea *e*, do Parágrafo único, do artigo 20, do Decreto Estadual n.º 8.466, de 1º de julho de 2013, e considerando o contido no protocolo n.º 23.978.606-5;

RESOLVE

Remover *ex-officio* o servidor Bruno Hebert Dornelas, RG n.º 8.XXX.293-X, ocupante do cargo de Agente Profissional, função Administrador, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, lotado na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, à Casa Civil - CC.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES. 12/2025 TRS
Protocolo 23.978.606-5

Resolução SEAP Nº 9115

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do artigo 25, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração de recursos humanos, considerando a norma prevista no artigo 12 e seu § 1º da Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002; considerando o disposto na alínea *e*, do Parágrafo único, do artigo 20, do Decreto Estadual n.º 8.466, de 1º de julho de 2013, e considerando o contido no protocolo n.º 23.978.606-5;

RESOLVE

Remover *ex-officio* o servidor Arthur Cassemiro Bispo, RG n.º 1.XXX.682-X, ocupante do cargo de Agente Profissional, função Economista, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, lotado na Procuradoria-Geral do Estado – PGE, à Casa Civil – CC.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES. 13/2025 TRS
Protocolo 23.978.606-5

Resolução SEAP Nº 9116

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do artigo 25, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração de recursos humanos, considerando a norma prevista no artigo 12 e seu § 1º da Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002; considerando o disposto na alínea *e*, do Parágrafo único, do artigo 20, do Decreto Estadual n.º 8.466, de 1º de julho de 2013, e considerando o contido no protocolo n.º 23.978.606-5;

RESOLVE

Remover *ex-officio* o servidor Antônio Luiz Costa Gomes, RG n.º 14.XXX.766-X, ocupante do cargo de Agente Profissional, função Economista, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, lotado na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, à Casa Civil – CC.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES. 14/2025 TRS
Protocolo 23.978.606-5

Resolução SEAP Nº 9117

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do artigo 25, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração de recursos humanos, considerando a norma prevista no artigo 12 e seu § 1º da Lei Estadual n.º

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

13.666, de 05 de julho de 2002; considerando o disposto na alínea *e*, do Parágrafo único, do artigo 20, do Decreto Estadual n.º 8.466, de 1º de julho de 2013, e considerando o contido no protocolo n.º 23.978.606-5;

RESOLVE

Remover *ex-officio* o servidor Rickyn Luis de Oliveira, RG n.º 8.XXX.667-X, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Motorista, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, lotado na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU, à Casa Civil.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES. 15/2025 TRS
Protocolo 23.978.606-5

Resolução SEAP Nº 9118

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do artigo 25, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração de recursos humanos, considerando a norma prevista no artigo 12 e seu § 1º da Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002; considerando o disposto na alínea *e*, do Parágrafo único, do artigo 20, do Decreto Estadual n.º 8.466, de 1º de julho de 2013, e considerando o contido no protocolo n.º 23.978.606-5;

RESOLVE

Remover *ex-officio* o servidor Edison Klafke Fillus, RG n.º 8.565.682-1, ocupante do cargo de Agente Profissional, função Profissional de Tecnologia da Informação, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, lotado na Casa Civil – CC, à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES. 16/2025 TRS
Protocolo 23.978.606-5

67936/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 671/2025

Concede Progressão por Titulação do Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER - QPIDR.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13-A da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador de 04 de abril de 2025 (Protocolo n.º 23.342.639-3) o contido na Lei n.º 21.108, de 30 de junho de 2022, que instituiu o Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER e o disposto no Protocolo n.º 23.823.647-9,

RESOLVEM:

Art. 1° Conceder Progressão por Titulação, na forma dos artigos 13 e 15, da Lei n.º 21.108/2022, aos servidores relacionados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

ANEXO ÚNICO

N.	NOME	RG	ID	LF	CARGO	DE		PARA	
						CL	REF.	CL	REF.
1	ADAIR MORAES	5.XXX.123-X	460416	1	Profissional Especialista	PE1	5	PE1	7
2	ADEVANIR MARTINS DOS SANTOS	9.XXX.573-X	444130	52	Profissional Auxiliar	PO1	6	PO1	8
3	ANDERSON FIM DE LIMA	7.XXX.822-X	420568	53	Profissional Auxiliar	PO1	6	PO1	8
4	CARLOS YUKIHIRO HAYASHI	1.XXX.997-X	591595	1	Profissional Especialista	PE1	4	PE1	6
5	CIRO FRANCO FIORENTIN	12.XXX.995-X	616244	1	Profissional Graduação Superior	PS2	5	PS2	7
6	CLAUDEMIR DA SILVA RODRIGUES	10.XXX.280-X	615259	1	Profissional Especialista	PE1	6	PE1	8
7	CLAUDEMIR JORGE LEMES	7.XXX.485-X	593141	1	Profissional Especialista	PE1	6	PE1	8
8	DENIS ANTONIO BIASOTTO	4.XXX.398-X	536638	1	Profissional Auxiliar	PO1	7	PO1	9
9	DIONATHAN WILLIAN LUJAN	10.XXX.719-X	615284	1	Profissional Especialista	PE1	3	PE1	5
10	ELSON MARCON	10.XXX.783-X	404875	3	Profissional Especialista	PE1	3	PE1	5
11	EMERSON DURSKI MACHADO DE OLIVEIRA	5.XXX.385-X	615272	1	Profissional Graduação Superior	PS2	7	PS2	9
12	JOAO PAULO MARANA	6.XXX.835-X	274536	3	Profissional Graduação Superior	PS2	7	PS2	9
13	JOSE ARNALDO GRANATO	6.XXX.067-9	561453	3	Profissional Especialista	PE1	3	PE1	5
14	JOSE BORGES FILHO	3.XXX.968-0	180580	1	Profissional Auxiliar	PO1	14	PO1	15
15	JOSE CARLOS DOS SANTOS	6.XXX.578-3	422740	53	Profissional Auxiliar	PO1	5	PO1	7
16	JOSE DOS SANTOS NETO	13.XXX.395-8	592659	1	Profissional Graduação Superior	PS2	7	PS2	9
17	LEANDRO DEL GROSSI	13.XXX.950-7	590860	1	Profissional Graduação Superior	PS2	4	PS2	6
18	LUIZ GUSTAVO DOS SANTOS	9.XXX.848-X	260012	52	Profissional Auxiliar	PO1	6	PO1	8
19	MARCAL MADALENO GIMENEZ	5.XXX.867-X	615267	1	Profissional Especialista	PE1	4	PE1	6
20	MYLLER VINICIUS RAMOS ANDRADE	10.XXX.535-X	615015	1	Profissional Especialista	PE1	3	PE1	5
21	PAULO ALEXANDRE CORREA	8.XXX.772-X	615260	1	Profissional Especialista	PE1	6	PE1	8
22	RENAN CARVALHAL	8.XXX.276-X	590890	1	Profissional Graduação Superior	PS2	5	PS2	7
23	ROBERTO RIBEIRO DOS SANTOS	8.XXX.545-X	260035	52	Profissional Auxiliar	PO1	6	PO1	8
24	RODRIGO ARTEN	13.XXX.558-X	590861	1	Profissional Especialista	PE1	4	PE1	6
25	SINESIO LUCAS CAMILO	5.XXX.124-X	614239	1	Profissional Auxiliar	PO1	6	PO1	8
26	THIAGO DE OLIVEIRA	9.XXX.831-X	539192	1	Profissional Graduação Superior	PS2	6	PS2	8
27	VAGNER LOPES DA SILVA	10.XXX.784-X	614238	1	Profissional Auxiliar	PO1	5	PO1	7
28	VANESSA LUCION	10.XXX.075-X	536664	1	Profissional Especialista	PE1	4	PE1	6

67232/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 686/2025

Concede Progressão por Avaliação de Desempenho aos servidores do Quadro Próprio do Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13-A da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador de 04 de abril de 2025 (Protocolo n.º 23.342.639-3), o contido na Lei nº 18.005, de 27 de março de 2014, que instituiu o Quadro Próprio do Instituto Agronômico do Paraná-IAPAR e o disposto no Protocolo n.º 23.821.482-3,

RESOLVEM:

Art. 1° Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho, na forma dos artigos 18, 20, 28 e 30, da Lei n.º 18.005/2014, aos servidores relacionados no Anexo Único desta Resolução Conjunta.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 8 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO ÚNICO

N.	NOME	RG	LF	ID	CARGO	DE		PARA	
						CL	REF.	CL	REF.
1	DARI CAMILLO	5.XXX.742-X	3	521595	Auxiliar em C&T	B	11	B	12
2	ISRAEL BEZERRA HOLANDA	3.XXX.610-X	1	178959	Assistente em C&T	A	9	A	10
3	JOAO ARAIDES DE MOURA	3.XXX.749-X	1	416273	Auxiliar em C&T	A	6	A	7
4	NIVALDO APARECIDO DA SILVA	5.XXX.500-X	1	614217	Auxiliar em C&T	A	6	A	7
5	ROMARIO FRANCISCO RUIS	5.XXX.194-X	1	591610	Auxiliar em C&T	A	4	A	5
6	WILSON SCHVEICZRSKI	12.XXX.862-X	1	458655	Assistente em C&T	A	4	A	5

68153/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 687/2025

Retifica a progressão por aperfeiçoamento do servidor CLAYTON SEZAR DA SILVA MACHADO por força de Ordem Judicial.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90, da Constituição do Estado do Paraná, observada a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, a Lei Estadual n.º 18.005, de 27 de março de 2014 os termos do Mandado Judicial – Autos n.º 0028494-88.2023.8.16.0019 e o contido no protocolado sob o n.º 22.768.949-8,

RESOLVEM:

Art. 1º Retificar, por força de decisão judicial, a Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IAPAR n.º 360, de 13 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, Edição n.º 10.500, de 15 de agosto de 2019, que concede Progressão por Aperfeiçoamento, nos termos do art. 23 da Lei n.º 18.005/2014, ao servidor abaixo relacionado integrante do Quadro Próprio do Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
CLAYTON SEZAR DA SILVA MACHADO	458728	9.XXX.360-X	Assistente em C&T	A	8	A	10	**29/10/2018**

Art. 2º Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor, providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 8 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

68133/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 691/2025

Concede Progressão por Avaliação de Desempenho e altera registros funcionais do servidor VILSON JOSE BATISTA ORTIZ por força de Ordem Judicial.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90, da Constituição do Estado do Paraná, observada a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, a Lei Estadual n.º 16.537, de 30 de junho de 2010, a Lei Estadual n.º 17.451, de 27 de dezembro de 2012, a Lei Estadual n.º 21.108 os termos do Mandado Judicial – Autos N.º 0000586-18.2023.8.16.0064 e o contido no protocolado sob o n.º 22.888.509 -6,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder, por força de decisão judicial, a Progressão por Avaliação de Desempenho ao servidor abaixo relacionado integrante do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei n.º 16.537/2010:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
VILSON JOSE BATISTA ORTIZ	436726	6.XXX.703-0	Agente de Assistência e Extensão	1	1	1	2	**13/12/2013**

Art. 2º Conceder, por força de decisão judicial, a Progressão por Avaliação de Desempenho ao servidor abaixo relacionado do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei n.º 17.451/2012:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
VILSON JOSE BATISTA ORTIZ	436726	6.XXX.703-0	ATER - Técnico de Extensão Rural	C	3	C	4	**13/12/2016**

Art. 3º Retificar, por força de decisão judicial, a Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IAPAR n.º 9, de 19 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado do

Paraná, Edição n.º 10.093, de 21 de dezembro de 2017, que trata da Progressão por Antiguidade, nos termos dos arts. 14 e 15 da Lei n.º 17.451/2012, concedida ao servidor abaixo relacionado integrante do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei n.º 17.451/2012:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
VILSON JOSE BATISTA ORTIZ	436726	6.XXX.703-0	ATER - Técnico de Extensão Rural	C	4	C	5	**01/01/2018**

Art. 4º Conceder, por força de decisão judicial, a Progressão por Avaliação de Desempenho ao servidor abaixo relacionado do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei n.º 17.451/2012:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A PARTIR DE
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
VILSON JOSE BATISTA ORTIZ	436726	6.XXX.703-0	ATER - Técnico de Extensão Rural	B	4	B	5	**13/12/2019**

Art. 5º Retificar, por força de decisão judicial, o Anexo Único da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IAPAR n.º 99, de 22 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, Edição n.º 11.246, de 24 de agosto de 2022, que trata do Enquadramento dos servidores ativos de provimento efetivo das carreiras do Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER regulado pela Lei n.º 17.451/2012:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF	CLASSE	REF	
VILSON JOSE BATISTA ORTIZ	436726	6.XXX.703-0	PE – Profissional Especialista	B	5	PE2	07	**24/08/2022**

Art. 6º Retificar, por força de decisão judicial, o Anexo Único da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IAPAR n.º 212, de 9 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, Edição n.º 11.522, de 16 de outubro de 2023, que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho, na forma do artigo 14 da Lei n.º 21.108/2022, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				CLASSE	REF.	CLASSE	REF.	
VILSON JOSE BATISTA ORTIZ	436726	6.XXX.703-0	PE – Profissional Especialista	PE2	07	PE2	08	**13/12/2022**

Art. 7º Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor, providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 8° Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

68117/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESP N.º 689/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Segurança Pública**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, e pela Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, considerando o Art. 80 da Lei Complementar n.º 259, de 21 de julho de 2023, e tendo em vista a decisão proferida nos autos n.º 0018040-45.2023.8.16.0182, do 15º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba e orientação por meio de despacho da Procuradoria-Geral do Estado – PGE, consubstanciado no protocolo n.º 20.666.028-7,

RESOLVEM:

Art. 1º Retificar o Anexo Único da Resolução Conjunta SEAP/SESP n.º 148, de 03 de agosto de 2023, publicado no Diário Oficial n.º 11.483, de 16 de agosto de 2023, na parte que concedeu o enquadramento no cargo de Agente de Polícia Judiciária, conforme preconiza a Lei Complementar n.º 259, de 21 de julho de 2023, ao servidor abaixo relacionado:

				DE			PARA		
ID RH	ORD	CPF	Nome	Cargo	Classe	Ref.	Cargo	Classe	Nível
66930	1	491.XXX.XXX-68	Marcos Aurelio Hintz Martim	Investigador de Polícia	C2	5	Agente de Polícia Judiciária	ÚNICA	VI

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

67813/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO SEAP N.º 8932/2025

Concede promoção a servidora do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 23.929.019-1,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora estável e ativa do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regida pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO I RESOLUÇÃO N.º 8932/2025

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
BERNADETE ZENI BORGES	4.xxx.544-x	2	SEAP	AGE	XV	XVI

68171/2025

Resolução SEAP N.º 8.990/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 22.818.143-9.
Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, na Coordenadoria Estadual da Defesa Civil - CEDEC, os servidores nomeados pelo Decreto nº 9.308/2025, relacionados no Anexo Único da Resolução, para exercerem os cargos de Agente Profissional e Agente de Execução, nas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 8.990/2025

NOME	CPF	CARGO	FUNÇÃO
ARIADENE FRACARO	061XXXXXX25	AGENTE PROFISSIONAL	ADMINISTRADOR
RODRIGO BACH KOBENER	030XXXXXX16	AGENTE PROFISSIONAL	ADMINISTRADOR
SILVANO DE SOUZA	034XXXXXX08	AGENTE PROFISSIONAL	ADMINISTRADOR
SOLANGE RIBEIRO DE CARVALHO	875XXXXXX20	AGENTE PROFISSIONAL	CONTADOR
LEANDRO CARON	034XXXXXX58	AGENTE PROFISSIONAL	PROFISSIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
WILLIAM ROBERT PICUSSA DE LIMA	054XXXXXX97	AGENTE DE EXECUÇÃO	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

68282/2025

Resolução SEAP N.º 8.992/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 19.321.040-6.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, no Departamento de Estradas de Rodagem-DER, os servidores **BRUNA BIZINELLI, RG nº 9.XXX.489-X**, **CRISTIANE MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES, RG nº 9.XXX.588-X** e **DANIEL LUZ DOS REIS, RG nº 9.XXX.628-X** nomeados pelo Decreto nº 9307 de 21 de março de 2025, para exercer o cargo de Agente Profissional, na função Engenheiro Civil, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

68356/2025

Resolução SEAP N.º 8.993/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 21.978.011-7.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, no Departamento de Estradas de Rodagem-DER, os servidores **JESSICA APARECIDA SANTOS, RG nº 10.XXX.420-X**, **MARIANE BERNARDI MARCONDES, RG nº 10.XXX.491-X** e **ITALO ANDRADE PICOLO, RG nº 53.XXX.605-X** nomeados pelo Decreto nº 8210 de 06 de dezembro de 2025, para exercer o cargo de Agente Profissional, na função Engenheiro Civil, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

68362/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO TRANSPORTE OFICIAL - DETO
EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO N.º 2898/2025 **-** SEAP
PROTOCOLO: 23.943.474-6
CONTRATANTE: ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SEAP - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – CNPJ n.º 77.071.579/0001-08.
CONTRATADO: Leiloeiro Oficial Elton Luiz Simon - CPF nº XXX.016.329-XX – Matriculado na Junta Comercial sob o nº 09/023-L
OBJETO: Prestação de serviços de leiloeiro oficial para a alienação de veículos e sucatas de veículos de propriedade do Estado do Paraná e da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, por meio de processo licitatório na modalidade Leilão.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Estadual n.º 15.608/07, do Regulamento a que se refere o Decreto Federal n.º 21.981/32, da IN DREI n.º 072/19, da Lei n.º 19.140/17 e das demais disposições pertinentes.
VIGÊNCIA: Até 60 (sessenta) meses, com base no art. 103, § 1º, da Lei nº. 15.608/07.
DATA DA ASSINATURA: 19 de maio de 2025.
SIGNATÁRIOS:
Contratante: Luiz Goularte Alves (Secretário da SEAP)
Contratado: Elton Luiz Simon (Leiloeiro Oficial)
Testemunha 1: Edson Silveira Filho
Testemunha 2: Fernando Pereira de Oliveira

SEAP/DETO/2025

67990/2025

PARANAPREVIDÊNCIA

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciários - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.142000/25, Pensão por morte, Protocolo 23.913.374-6. Segurado: WILCIOMAR VOLTAIRE GARCIA, CPF 25763555953 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: LUCIRIA GARCIA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 21331.33. Total do Benefício R$ 21331.33

Ato n.142012/25, Pensão por morte, Protocolo 23.927.031-0. Segurado: PAULO SANTANA DA CRUZ MARTINS, CPF 54427460968 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: LUCINEA WEBER DA CRUZ, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 5911.72. Total do Benefício R$ 5911.72

Ato n.141988/25, Pensão por morte, Protocolo 23.583.080-9. Segurado: CLAIR BANDECHE, CPF 52143767900 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ABAGARO BENEDITO BANDECKE, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 3477.94. Total do Benefício R$ 3477.94

Ato n.141985/25, Pensão por morte, Protocolo 23.891.382-9. Segurado: NOEL JOSE LUCIO FERREIRA, CPF 02316099904 - LF 2. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: MARIA NEGRELI FERREIRA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 31524.13. Total do Benefício R$ 31524.13

Ato n.142014/25, Pensão por morte, Protocolo 23.948.377-1. Segurado: JOSUE FERREIRA DE MELO, CPF 15256286900 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: HAYDE GALDINO DE MELO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 13000.35. Total do Benefício R$ 13000.35

Ato n.141989/25, Pensão por morte, Protocolo 23.889.211-2. Segurado: MAXIMO ZUCHELLO, CPF 11410612953 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: LINDACIR EHALT ZUCHELLO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 21331.33. Total do Benefício R$ 21331.33

Ato n.142004/25, Pensão por morte, Protocolo 23.917.947-9. Segurado: ROSICLEA ANDRADE DE SOUZA, CPF 00888688938 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: JOSE GONÇALVES DE SOUZA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2057.90. Total do Benefício R$ 2057.90

Ato n.142010/25, Pensão por morte, Protocolo 23.930.397-8. Segurado: SILVIA OLIVEIRA GAMPER, CPF 59736844900 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: JOSE MAURICIO GAMPER, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 3135.64. Total do Benefício R$ 3135.64

Ato n.141994/25, Pensão por morte, Protocolo 23.916.777-2. Segurado: IRENE GARRET KLIMIONT, CPF 74579614968 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: HUMBERTO CORNELIO KLIMIONT, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1621.75. Total do Benefício R$ 1621.75

Ato n.142011/25, Pensão por morte, Protocolo 23.893.308-0. Segurado: JOSE PEIXOTO DE LUNA, CPF 15181880959 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ODETE LUPI DE LUNA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2214.82. Total do Benefício R$ 2214.82

Ato n.142023/25, Pensão por morte, Protocolo 23.933.941-7. Segurado: ALTAIR BENEDITO BROCK, CPF 15096530159 - LF 2. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiários: ROSINILCE FREITAS PERES BROCK, Cônjuge, Cota 50%, Valor R$ 2540.90; ANA RYZIA PERES BROCK, Filho(a) Menor, Cota 50%, Valor R$ 2540.90. Total do Benefício R$ 5081.80

Ato n.142008/25, Pensão por morte, Protocolo 23.929.704-8. Segurado: TEREZINHA IVONE PALMA AMORIM, CPF 58709452915 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ANTONIO AMORIM, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 3139.51. Total do Benefício R$ 3139.51

Ato n.142016/25, Pensão por morte, Protocolo 23.914.218-4. Segurado: OLIVIR BUENO APOLIDORO, CPF 08074844900 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: ANA MARIA RAMOS APOLIDORO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 11094.87. Total do Benefício R$ 11094.87

Ato n.141963/25, Pensão por morte, Protocolo 23.881.204-6. Segurado: PEDRO CAETANO XAVIER, CPF 15375935953 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: OLIVINA DO CARMO VIANA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 29300.90. Total do Benefício R$ 29300.90

Ato n.141990/25, Pensão por morte, Protocolo 23.907.765-0. Segurado: CARLOS ROBERTO VEIGA KRUEGER, CPF 02669021972 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: SONIA MARIA KRUEGER, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 24623.40. Total do Benefício R$ 24623.40

Curitiba, 19 de maio de 2025

67941/2025

PARANAPREVIDÊNCIA

Resumo dos atos de concessão de benefícios previdenciários - **Os Diretores Presidente e de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, **CONCEDEM** os benefícios previdenciários abaixo relacionados:

Ato n.142032/25, Pensão por morte, Protocolo 23.943.782-6. Segurado: ERCILIA MARIA NASSER VIECILI, CPF 25639803991 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: SERGIO VIECILI, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2572.38. Total do Benefício R$ 2572.38

Ato n.142024/25, Pensão por morte, Protocolo 23.885.977-8. Segurado: ELOY CORDEIRO DOS SANTOS, CPF 48326895920 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ANTONIO VEBER DOS SANTOS, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2011.91. Total do Benefício R$ 2011.91

Ato n.142031/25, Pensão por morte, Protocolo 23.939.975-4. Segurado: EUGENIO DEMETERKO, CPF 60417498934 - LF 2. Embasamento

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: DANIELE CRISTINA DIAS DE MORAES, Convivente, Cota 100%, Valor R$ 4316.23. Total do Benefício R$ 4316.23

Ato n.142050/25, Pensão por morte, Protocolo 23.923.482-8. Segurado: SEBASTIAO ARAUJO, CPF 16969138968 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ALAIDES VESOLOVSKI, Convivente, Cota 100%, Valor R$ 5033.45. Total do Benefício R$ 5033.45

Ato n.142027/25, Pensão por morte, Protocolo 23.916.497-8. Segurado: LEONARDO BELNIAKI, CPF 00521965934 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ELISA DZIERWA BELNIAKI, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2057.90. Total do Benefício R$ 2057.90

Ato n.142034/25, Pensão por morte, Protocolo 23.912.625-1. Segurado: CLAUDEMIR DE ANDRADE, CPF 65947681900 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: LEONI DE ANDRADE, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 7094.07. Total do Benefício R$ 7094.07

Ato n.142054/25, Pensão por morte, Protocolo 23.878.756-4. Segurado: JUCEMAR ANTONIO ANDREATTA, CPF 43063195987 - LF 97. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: TEREZINHA ANDREATTA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2053.38. Total do Benefício R$ 2053.38

Ato n.142045/25, Pensão por morte, Protocolo 23.908.035-9. Segurado: VALDENIR BARBON, CPF 57609721972 - LF 1. Embasamento legal: Art. 24-B, I, II e III do Decreto Lei 667/69, com redação dada pela Lei Federal 13.954/19. Beneficiário: FÁTIMA SECCO BARBON, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 9282.53. Total do Benefício R$ 9282.53

Ato n.142044/25, Pensão por morte, Protocolo 23.725.481-3. Segurado: JOAO NAURE DA CRUZ, CPF 10988041987 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ROSELMIRA DA CRUZ, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 4655.86. Total do Benefício R$ 4655.86

Ato n.142047/25, Pensão por morte, Protocolo 23.703.914-9. Segurado: AYL JOSE GONCALVES, CPF 12890197972 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: MARILDA WILLY GONÇALVES, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1663.35. Total do Benefício R$ 1663.35

Ato n.142053/25, Pensão por morte, Protocolo 23.878.756-4. Segurado: JUCEMAR ANTONIO ANDREATTA, CPF 43063195987 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: TEREZINHA ANDREATTA, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2235.04. Total do Benefício R$ 2235.04

Ato n.142046/25, Pensão por morte, Protocolo 23.945.522-0. Segurado: ISMAIR RODRIGUES DE MELLO, CPF 01450581900 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: IOLANDA TEIXEIRA DE MELLO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 2024.02. Total do Benefício R$ 2024.02

Ato n.142025/25, Pensão por morte, Protocolo 23.902.175-1. Segurado: ODAIR MORGADO, CPF 16196694987 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: VERA LUCIA MORGADO, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 3951.17. Total do Benefício R$ 3951.17

Ato n.142028/25, Pensão por morte, Protocolo 23.916.497-8. Segurado: LEONARDO BELNIAKI, CPF 00521965934 - LF 2. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: ELISA DZIERWA BELNIAKI, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 1886.98. Total do Benefício R$ 1886.98

Ato n.142051/25, Pensão por morte, Protocolo 23.954.862-8. Segurado: PAULO MENEGHELLI, CPF 01400908949 - LF 1. Embasamento legal: Art. 8º da EC-PR 45/19 c/c art. 5º e art. 19 da LC 233/21. Beneficiário: MARIA APARECIDA GOMES MENEGHELLI, Cônjuge, Cota 100%, Valor R$ 16182.29. Total do Benefício R$ 16182.29

Curitiba, 19 de maio de 2025

67951/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO Nº 42, de 22 de abril de 2025.

Instaura Sindicância e Designa membros da Comissão de Processo de Sindicância.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO,** no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o art. 306 da Lei Estadual 6174/70, o art. 3º do Decreto 5792/2012 e o contido nos autos do processo registrado no Sistema e-Protocolo sob nº 23.306.360-6,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância com vistas a apurar as causas do acidente ocorrido e relatado no Registro de Acidente de Trânsito Eletrônico Unificado, S/Nº, expedido pelo Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual, objeto do Protocolado nº 23.306.360-6**.**

Art. 2° Designar os servidores, **Luiz Roberto de Souza,** RG nº 779.XXX-X, **Francisco Perez Junior**, RG nº 3.103.XXX-X, e **Onaldo Chastinet Pitangueira**, RG nº 11.115.XXX-7, todos lotados na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a Comissão de Sindicância.

Art. 3° A sindicância deverá ser iniciada no prazo de 3 (três) dias uteis contados da publicação do presente ato e deverá estar concluída no prazo de 15 (quinze) dias uteis contados de seu início, conforme previsto no art. 4º do Decreto Estadual nº 5792/2012.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revoga a Resolução nº 36/2025 de 22/04/2025, publicada no Diário Oficial, edição nº 11.889 de 24/04/2025.

Publique-se.

Marcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

67982/2025

ADAPAR

PORTARIA Nº **177,** DE 14 DE MAIO DE 2025.

Designa servidores para responder pelas Unidades Administrativas no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – Adapar.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702 de 03 de maio de 2024, em conformidade com a Portaria nº 111 de 1º de abril de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **ABELARDO LUIZ SIQUEIRA MENDES**, RG nº 4.XXX.166-X, para responder pela Corregedoria, no âmbito da Adapar.

Art. 2º Designar a servidora **CELIA MAYUMI KIRIYU TRENTINI**, RG nº 4.XXX.962-X, para responder pela Divisão de Patrimônio, no âmbito da Adapar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

68309/2025

Secretaria das Cidades

RESOLUÇÃO Nº 044/2025-SECID

Súmula: Dispõe sobre a responsabilidade e a tramitação dos cálculos de reajustes, conferencia e validação de apólices de seguro garantia, apoio técnico contábil na coordenação de convênios e repasses e nas licitações contratos de obras e serviços de engenharia, bem como cálculo de multas contratuais no âmbito da Secretaria de Estado das Cidades – SECID, conforme protocolado nº 23.882.968-2.

O SECRETÁRIO DAS CIDADES, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como aquelas previstas no Decreto nº 9.322, de 24 de março de 2025,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seu art. 8º, §3º;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, que trata da gestão e fiscalização de contratos administrativos;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 4.497, de 20 de dezembro de 2023, em seu Título III, Capítulo IV, Subseção III, art. 15;

RESOLVE,

Art. 1º Designar 1 (um) servidor pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, cargo Agente Profissional, função Contador, para atuar na Diretoria de Edificações Públicas - DEP, prestando apoio técnico, sempre que

necessário, às coordenadorias:

§1º À COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS – CGCE:

I. Conferência e validação de Apólices de Garantia de execuções dos Contratos de obras de engenharia, com os respectivos registros e validações;
II. A elaboração dos cálculos de reajustes de contratos de obras e serviços de engenharia de acordo com a legislação vigente com a emissão de manifestação técnica que fundamente os cálculos do reajuste, devidamente atestada;
III. A emissão do resumo financeiro indicando o(s) período(s) e valor(es) a ser(em) reajustado(s), devidamente assinado pelo responsável;

§2º À COMISSÃO DE APURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIDADE – CPPA:

I. A verificação e cálculo de multas incidentes sobre contratos de obras e serviços de engenharia, objetos de processos de apuração de responsabilidade;

§3º À COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E REPASSES – CCOR:

I. Apoio técnico contábil para a coordenação de convênios e repasses, observando os princípios da legalidade, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;
II. Desenvolvimento de atividades compatíveis e complementares às funções contábeis.

§ 4º À UNIDADE TÉCNICA DE LICITAÇÕES – UTL:

I. Realizar análises destinadas a garantir a conformidade legal, a viabilidade financeira e a segurança orçamentária dos certames, incluindo a avaliação de conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
II. Proceder à revisão da documentação contábil e fiscal apresentada pelos licitantes, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Para fins de eficiência na elaboração dos cálculos de reajuste, a fiscalização deverá instruir o protocolado e remetê-lo à CGCE, acompanhado dos seguintes documentos:

I. Demonstração de que o contrato encontra-se vigente, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021;
II. Comprovação dos valores contratuais já medidos;
III. Cronograma físico-financeiro da obra, vigente à época da solicitação;
IV. Informação sobre a fase de execução contratual, acompanhada da análise de sua compatibilidade com o cronograma vigente;
V. Indicação de eventual atraso na execução contratual, especificando se decorre de culpa do contratado.

Art. 3º Para fins de eficiência do processo, compete à CGCE instruir e verificar os documentos, considerando o checklist em anexo e a emissão de relatório contendo:

I. A demonstração da previsão do critério de reajuste na cláusula do edital e do contrato, nos termos do art. 25, § 7º, e do art. 92, inciso V e § 3º, da Lei nº 14.133/2021;
II. A verificação da periodicidade do reajuste;
III. A verificação quanto à manutenção, pelo contratado, das mesmas condições de habilitação exigidas no edital de licitação, conforme o art. 91, § 4º, e o art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Na hipótese de ausência do servidor responsável pela aferição dos cálculos, deverá ser designado servidor substituto devidamente qualificado, a fim de garantir a continuidade dos serviços.

Art. 4º Compete à CPPA, para fins de aferição da possível penalidade à contratada:

I. A indicação do dispositivo legal infringido e a demonstração da dosimetria da penalidade a ser aplicada, por meio de parecer conclusivo que contenha a análise dos atenuantes e agravantes, com vistas a subsidiar o cálculo da multa;
II. A observância ao disposto nos §§ 1º e 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
III. A definição, considerando o caso concreto e em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, da base de cálculo aplicável para cada tipo de multa.

Parágrafo único. Concluída a análise técnica, os protocolos deverão ser devolvidos à Diretoria de Edificações para adoção das providências administrativas cabíveis.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Guto Silva
Secretário de Estado
Secretaria de Estado das Cidades

68168/2025

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

UEL

RETIFICAÇÃO – DA PORTARIA 1049 – 29-04-2025, ONDE SE LÊ: ANO DE 2024, LEIA-SE ANO DE 2025.

PORTARIA N. 1049 – 29/04/2025

O Reitor em Exercício da Universidade Estadual de Londrina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e tendo em vista o disposto no Parágrafo Único do Art. 7º da Resolução CA N. 003/2010, de 10 de fevereiro de 2010,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por dois anos, a partir de 3 de maio de 2025, o prazo de vigência da Portaria N. 2055, de 19 de maio de 2023, que constituiu a Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade de Furto, Roubo, Sinistro por Ações de Terceiros e Desaparecimento de Bens Patrimoniais da Universidade Estadual de Londrina, mantendo-se inalteradas as demais disposições.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Prof. Dr. Airton José Petris
Reitor em Exercício

68025/2025

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Paraná; O Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Ato Executivo nº 83/2022 de 10/06/2022; **R E S O L V E**: Tornar público o extrato da prorrogação de Contrato de Trabalho em Regime Especial dos Técnicos, regido pela Lei Complementar Estadual nº 108/2005, no mês de abril e maio de 2025.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇAO DE CONTRATO DO REGIME ESPECIAL-CRES:

Nome: **CAMILA BIAGIO GOMES DOS SANTOS** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 027/2025- Função: TÉCNICO ADMINISTRATIVO, Prorrogar a partir de 13/05/2025 até 12/05/2026.
Nome: **JULIO VITOR CHAMORRO E SILVA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 025/2025- Função: Técnico Administrativo, Prorrogar a partir de 29/04/2025 até 28/04/2026.
Nome: **RAPHAELA ITIMURA DE CAMARGO** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 024/2025- Função: Arquiteto, Prorrogar a partir de 03/04/2025 até 02/04/2026.
Nome: **THAIS MARAFON DE MELO** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 028/2025- Função: Técnico Administrativo, Prorrogar a partir de 27/05/2025 até 26/05/2026.
Nome: **VINICIUS DE FAVERI PITZ** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 026/2025- Função: Arquiteto, Prorrogar a partir de 02/04/2025 até 01/04/2026.

Prof. Dr. Leandro Ricardo Altimari - Pró-Reitor de Recursos Humanos

68281/2025

UEM

PORTARIA Nº 457/2025-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais,
considerando o regulamento do Estágio Probatório, conforme Resolução nº 199/2009-CAD,
considerando a Portaria nº 350/2023-PRH,
considerando o protocolo nº 19.049.973-1,
considerando o Relatório Final apresentado pela Comissão Coordenadora de Avaliação do Estágio Probatório,

RESOLVE:

Art. 1º Fica efetivada no cargo de Agente Universitário de Apoio, na função de Auxiliar Operacional, a servidora LARISSA CARDOSO TEIXEIRA - RG 12.XXX.163-X/PR, em face do cumprimento do período de Estágio Probatório previsto em Lei, a qual obteve aproveitamento positivo nas avaliações de desempenho.
Art. 2º Esta portaria gera efeito a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Maringá, 16 de maio de 2025.
José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

68109/2025

UENP

PORTARIA/GR Nº 130/2025

SÚMULA: Autoriza o professor Fernando de Brito Alves realizar viagem ao exterior, no período de 25 de maio de 2025 a 01 de junho de 2025.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.796.122-6,
RESOLVE
Art. 1º Fica autorizado o professor Fernando de Brito Alves, RG nº 10.981.821-6, participar da I International Experience - Perugia, na Itália, no período de 25 de maio de 2025 a 01 de junho de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Reitoria da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 131/2025

SÚMULA: Concede Ascensão de Nível a servidora da UENP.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.892.341-7,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedida a Ascensão de Nível à seguinte Professora do Ensino Superior da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP):

	Nome	CPF	DE	PARA
I.	Fernanda Dotti do Prado	310.***.***-25	Adjunto A	Adjunto B

Art. 2º Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 132/2024

SÚMULA: Dispõe sobre a redução de carga horária à Servidora Marcia de Souza Bronzeri.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022,e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando: a) e-protocolo 23.796.764-0, b) Lei Estadual n° 18.419/15, c) Decreto 3003/2015
RESOLVE
Art. 1º Conceder redução de carga horária de 2 (duas) horas diárias, 5 (cinco) vezes por semana, no período noturno, à servidora Márcia de Souza Bronzeri, RG nº 8.448.132-7 – SSP/PR, lotada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Cornélio Procópio, pelo período de 07/05/2025 a 02/11/2025, conforme solicitado no e-Protocolo nº 23.796.764-0, com fundamento nas disposições legais vigentes.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 133/2025

SÚMULA: Autoriza o professor Fernando de Brito Alves a realizar viagem ao exterior, no período de 14 de junho de 2025 a 29 de junho de 2025.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.796.158-7,
RESOLVE
Art. 1º Fica autorizado o professor Fernando de Brito Alves, RG nº 10.981.821-6, a participar para missão da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM, na Nova Zelândia, no período de 14 de junho de 2025 a 29 de junho de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 134/2025

SÚMULA: Autoriza a servidora Jully Gabriela Retzlaf de Oliveira realizar viagem ao exterior, no período de 23 de junho de 2025 a 27 de junho de 2025.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.660.340-7,
RESOLVE
Art. 1º Fica autorizada a servidora Jully Gabriela Retzlaf de Oliveira, RG nº 7.266.863-4, a participar do XXIV Congreso Latinoamericano de la Ciencia del Suelo "Unidos por la Salud del Suelo" Apresentação de Resumo, na cidade de Santa Cruz de La Sierra - Bolívia, no período de 23 de junho de 2025 a 27 de junho de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 135/2025

SÚMULA: Nomeia Coordenador *Pró-Tempore* do Curso Superior de Tecnologia em Fruticultura - oferta descentralizada em Santo Antônio da Platina.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.877.993-6,
RESOLVE
Art. 1º Nomear, sem ônus para a Universidade, o professor Diego Contiero da Silva, RG nº 42.990.437-X – SSP/SP, para exercer a função de Coordenador *Pró-Tempore* do Curso Superior de Tecnologia em Fruticultura – oferta descentralizada no município de Santo Antônio da Platina, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).
Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 136/2025

SÚMULA: Exonera o servidor James Rios Oliveira Santos, do cargo de Diretor de Pró-Reitoria - Cultura (PROEC), simbologia DA-3.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.954.545-9,
RESOLVE
Art. 1º Exonerar o servidor James Rios Oliveira Santos, RG nº 9.954.232-2 – SSP/PR, do cargo de Diretor da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), simbologia DA-3, para o qual foi nomeado por meio da Portaria/GR nº 188/2022, com efeitos a partir de 30 de abril de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 137/2025

SÚMULA: Exonera o servidor Fernando Bessa Gonçalves Vieira, do cargo de Assessor Técnico - Extensão (PROEC), simbologia DA-4.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.954.545-9,
RESOLVE
Art. 1º Exonerar o servidor Fernando Bessa Gonçalves Vieira, RG nº 11.084.051-9, do cargo de Assessor Técnico da Extensão (PROEC), simbologia DA-4, para o qual foi nomeado por meio da Portaria/GR nº 188/2022, com efeitos a partir de 14 de maio de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 138/2025

SÚMULA: Nomeia o servidor Fernando Bessa Gonçalves Vieira, no cargo de Diretor de Pró-Reitoria - Cultura (PROEC), simbologia DA-3.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.954.545-9,
RESOLVE
Art. 1º Nomear o servidor Fernando Bessa Gonçalves Vieira, RG nº 11.084.051-9 – SSP/PR, para o cargo de Diretor da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), simbologia DA-3, nos termos da Lei

Estadual nº 20.932/2021.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 139/2025

SÚMULA: Nomeia a servidora Yara Cristina da Silva, no cargo de Assessora Técnica - Extensão (PROEC), simbologia DA-4.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.954.545-9,
RESOLVE
Art. 1º Nomeia a servidora Yara Cristina da Silva, RG nº 13.420.886-4-SSP-PR, no cargo de Assessora Técnica - Extensão (PROEC), simbologia DA-4, em conformidade com a Lei Estadual 20.932/2021, com efeitos a partir de 15 de maio de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 140/2025

SÚMULA: Substitui servidora responsável pelo almoxarifado da Clínica de Odontologia da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.943.548-3,
RESOLVE
Art. 1º Nomear a servidora Eliane Pereira Fidêncio para exercer a função de responsável pelo almoxarifado da Clínica de Odontologia do Campus de Jacarezinho, em substituição à servidora Pietra Diniz de Oliveira, designada por meio da Portaria/GR nº 271/2024.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 141/2025

SÚMULA: Concede Adicional de Insalubridade, 20%, ao servidor Ricardo Castanho Moreira, a partir de 01 de abril de 2024.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 22.923.243-6,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, 20%, ao servidor Ricardo Castanho Moreira, RG. 7.214.867-3-SSP/PR, lotado Centro de Ciências Biológicas do Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, a partir de 01 de abril de 2024.
Art. 2° Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 142/2025

SÚMULA: Designa os membros da Comissão de Processo Seletivo de Vestibular 2025 - Fruticultura da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.967.635-9,
RESOLVE
Art. 1º Ficam designados os membros da Comissão de Processo Seletivo de Vestibular 2025 - Fruticultura da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) para o curso de Fruticultura, em conformidade com as políticas institucionais de acesso, definidas no Regimento Geral e nas Resoluções aprovadas pelos Conselhos Superiores da Universidade Estadual do Norte do Paraná, conforme segue:
I – Presidente:
Prof Dr. Augusto Seawright Zanatta;
II – Campus de Cornélio Procópio (CCP):
Prof. Dr. Dhiego Gomes Ferreira;
III – Campus de Jacarezinho (CJ):
Profa. Dra. Noemi Santos da Silva;
IV – Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes (CLM):
a)Prof. Dr. Diego Contiero da Silva;
b)Prof. Me. Mauro Januário;
Art. 2º. A comissão terá as seguintes atribuições:
I – Realizar estudos que possibilite formular políticas de melhoria do processo administrativo e pedagógico do Processo Seletivo;
II – Elaborar e propor editais relativos ao Processo Seletivo;
III – Coordenar as ações relacionadas à execução do Processo Seletivo de acordo com normas aprovadas pelos Conselhos Superiores;
IV – Acompanhar e supervisionar o Processo Seletivo em todas as etapas;
V – Elaborar e apresentar ao Gabinete da Reitoria o planejamento orçamentário para o pagamento das atividades relativas ao Processo Seletivo;
VI – Divulgar os resultados do processo seletivo, de acordo com normas específicas;
VII – Apresentar relatório final das atividades ao Gabinete da Reitoria.
Art. 3º A comissão se dissolverá após a entrega do relatório final do Processo Seletivo Vestibular UENP 2025 - Fruticultura ao Gabinete da Reitoria.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor da UENP

PORTARIA/GR Nº 143/2025

SÚMULA: Substitui servidora na Comissão de Sindicância.

CONSIDERANDO protocolo nº 23.766.278-4;
CONSIDERANDO a Sindicância para apuração de vazamento de dados sensíveis, conforme relatado no Protocolo nº 23.766.278-4/2025;
O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
RESOLVE
Art. 1º Designar o servidor Edinilson Donisete Machado, RG nº 17.655.110 – SSP/SP, para compor a Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria/GR nº 106/2025, em substituição à servidora Elaine Lucas dos Santos.
Art. 2º O servidor designado poderá ser dispensado de suas atividades regulares, quando necessário, durante os dias de coleta de provas, realização de audiências e elaboração do relatório final.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 144/2025

SÚMULA: Concede licença especial ao Servidor Nivaldo Eugênio da Silva, lotado no Campus de Cornélio Procópio, no período de 30 de junho de 2025 a 29 de julho de 2025.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.986.590-9, como ainda, que não haverá impacto financeiro, conforme prevê na letra "e", item 1, da Deliberação da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Salarial
RESOLVE
Art. 1º Conceder, a pedido, licença especial ao Servidor Nivaldo Eugênio da Silva, RG 1.851.038-3-SSP-PR, lotado no Campus de Cornélio Procópio, no período de 30 de junho de 2025 a 29 de julho de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 145/2025

SÚMULA: Concede licença especial ao Servidor Joaquim Cantuária, do Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, no período de 01 de junho de 2025 a 30 de julho de 2025.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.959.054-3, como ainda, que não haverá impacto financeiro, conforme prevê na letra "e", item 1, da Deliberação da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Salarial
RESOLVE
Art. 1º Conceder, a pedido, licença especial ao Servidor Joaquim Cantuária, RG nº 4.774.220-0-PR, lotado no Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, no período de 01 de junho de 2025 a 30 de julho de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA/GR Nº 146/2025

SÚMULA: Concede licença especial ao Servidor Thiago Ferreira de Aguiar, lotado no Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, no período de 29 de maio de 2025 a 27 de junho de 2025.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.989.693-6, como ainda, que não haverá impacto financeiro, conforme prevê na letra "e", item 1, da Deliberação da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Salarial

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, licença especial ao Servidor Thiago Ferreira de Aguiar, lotado no Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, no período de 29 de maio de 2025 a 27 de junho de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 147/2025

SÚMULA: Nomeia Coordenadora do Curso de Ciência da Computação - Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.964.166-0,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Professora Maisa Lúcia Cacita Milani, na função de Coordenadora do Curso de Ciência da Computação - Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, com mandato de 25 de maio de 2025 a 24 de maio de 2027.

Parágrafo único: À Coordenadora nomeada conforme caput do artigo fica atribuída Gratificação de Responsabilidade Acadêmica – GRA, conforme artigo 9º da Lei Estadual 20.932, de 17 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 16 de maio de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 148/2025

SÚMULA: Nomeia Coordenador do Curso de Sistemas de Informação - Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 23.964.237-3,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o Professor Jader Maikol Caldonazzo Garbelini, na função de Coordenador do Curso de Sistemas de Informação - Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, com mandato de 25 de maio de 2025 a 24 de maio de 2027.

Parágrafo único: Ao Coordenador nomeado conforme caput do artigo fica atribuída Gratificação de Responsabilidade Acadêmica – GRA, conforme artigo 9º da Lei Estadual 20.932, de 17 de dezembro de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 16 de maio de 2025.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

67770/2025

UNESPAR

PORTARIA N.º 666/2025 - REITORIA/UNESPAR

Altera membros nomeados pela PORTARIA N.º 352/2025 - REITORIA/UNESPAR, para composição de comissão processante e dá outras providências referente ao protocolo nº 23.446.104-4.

A Reitora da Universidade Estadual do Paraná–UNESPAR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 11, inciso XI, do Regimento Geral da UNESPAR, considerando, o disposto no Protocolo Digital 23.695.118-9;

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o art. 2º da PORTARIA N.º 352/2025 - REITORIA/UNESPAR, quanto à composição da comissão processante, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 2º Designar os servidores, **Ivan Ferreira da Cruz**, RG nº 3.xxx.716-x; **Vanderlei Ferreira Vassi**, RG nº 7.xxx.xxx-1; **Ariane Maria Machado de Oliveira**, RG nº 6.xxx.xxx-5 e **Eliane Josefa Barbosa dos Reis**, RG nº 4.xxx.xxx-5, para constituírem a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização para, sob a presidência do primeiro nominado, procederem à condução do processo, observando a aplicação dos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, na forma disposta no Decreto Estadual nº 11.727/2022.

Parágrafo único. Em razão das alterações estabelecidas, o prazo estabelecido no artigo 3º da PORTARIA N.º 352/2025 - REITORIA/UNESPAR, inicia-se em 03 (três) dias, contados da publicação deste ato, no Diário Oficial do Estado do Paraná, mantendo-se todos os demais termos da referida Portaria, sem prejuízo da validade dos eventuais atos já praticados pela Comissão.

Art. 2º À Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para ciência, e cumprimento da determinação que segue.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Registre-se.
Publique-se.

Paranavaí, 15 de maio de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar

68166/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR/REITORIA

A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte ERRATA:

Errata da Portaria n.° 175/2025 – REITORIA/UNESPAR.

Onde se lê:
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria N.° 1171/2024 – REITORIA/UNESPAR.

Leia-se:
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data e altera a Portaria N.° 1171/2024 – REITORIA/UNESPAR.

Salete Paulina Machado Sirino - Reitora

68313/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA

A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS:

Portaria nº 678/2025 de 14/05/2025. Art. 1º Exonerar o docente, **Allan de Paula Oliveira**, CPF nº XXX.134.679-XX, do cargo de Coordenador do Programa de Pós Graduação Mestrado em Música - PPGMUS do Campus de Curitiba I, a partir de 11 de maio de 2025. Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir da data citada, revogando a PORTARIA N.º 952/2024 - REITORIA/UNESPAR e demais disposições em contrário

Portaria nº 679/2025 de 14/05/2025. Art. 1º Nomear o docente, **André Acastro Egg**, CPF nº XXX.333.169-XX, no cargo de Coordenador do Programa de Pós Graduação Mestrado em Música - PPGMUS do Campus de Curitiba I, para biênio 2025-2027 a partir de 12 de maio de 2025, com a respectiva Gratificação de Responsabilidade Acadêmica – GRA.

Portaria nº 680/2025 de 14/05/2025. Art. 1º Nomear a docente, **Andressa Dias Arndt**, CPF nº XXX.293.559-XX, no cargo de Vice-Coordenadora do Programa de Pós Graduação Mestrado em Música - PPGMUS do Campus de Curitiba I, a partir de 12 de maio de 2025. **Art. 2º** Esta Portaria não gera efeitos financeiros e entra em vigor na data da sua publicação, e revoga as demais disposições em contrário.

Portaria nº 681/2025 de 14/05/2025. Art. 1º Conceder ao servidor **Aldo Luis Villani**, CPF nº XXX.757.128-XX, no cargo de professor Ensino Superior, na função de Professor Auxiliar, lotado no campus de Curitiba I, Licença Especial de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 21/12/2002 a 20/12/2007 e fruição em 24/03/2025 a 21/06/2025.

Portaria nº 682/2025 de 14/05/2025. Art. 1º Conceder ao servidor, **Reinaldo Rosa**, CPF: XXX.037.939-XX, no cargo de Professor Ensino Superior, na função de Professor Auxiliar, lotado no Campus de Paranaguá, Licença Especial de 180 (cento e oitenta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2006 a 31/07/2016 e fruição em 12/03/2025 a 07/09/2025. **Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data citada e cancela a Portaria nº 581/2025-REITORIA/UNESPAR, revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 683/2025 de 14/05/2025. Art. 1º Exonerar a pedido, a docente, **Priscila Semzezem Saes**, CPF: XXX.040.269-XX, do cargo de Coordenadora do Curso de Serviços Sociais – Bacharelado do Campus de Paranavaí, a partir de 14 de maio de 2025. **Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir da data citada, revoga a PORTARIA N.º 1468/2023 - REITORIA/UNESPAR e demais disposições em contrário.

Portaria nº 684/2025 de 14/05/2025. Art. 1º Nomear a docente, **Marilia Goncalves Dal Bello**, CPF: XXX.807.428-XX, para o cargo de Coordenadora pró-tempore do Curso de Serviços Sociais – Bacharelado do Campus de Paranavaí, a partir de 15 de maio de 2025, com a respectiva Gratificação de Responsabilidade Acadêmica – GRA.

Portaria nº 685/2025 de 15/05/2025. Art. 1º Exonerar a docente **Josiane Aparecida Gomes Figueiredo**, CPF: XXX.661.549-XX, do cargo de Encarregada da Seção de Pesquisa do Campus de Paranaguá, simbologia FA-3, a partir de 30 de abril de 2025. **Art. 2º** Esta Portaria

entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir da data citada, revoga a PORTARIA N.º 706/2020 - REITORIA/UNESPAR e demais disposições em contrário.

Portaria nº 686/2025 de 15/05/2025. Art. 1º Nomear a Agente Universitária, **Natalia Santos de Lima**, CPF: XXX.092.959-XX, no cargo de Agente de Contratação, simbologia FA-3, do Campus de Paranaguá, a partir de 14 de maio de 2025.

Portaria nº 687/2025 de 15/05/2025. Art. 1º Nomear **Camylla Mitiko Doi Pereira**, CPF nº XXX.977.739-XX, para o cargo de Assistente Técnico do Campus de Apucarana, simbologia DA-5, a partir de 19 de maio de 2025, com as seguintes atribuições: **I.** Manter cadastro atualizado, em sistema próprio, de todos(as) os(as) estudantes que estejam realizando Estágios Obrigatório e Não Obrigatório, bem como especificar o local onde estão atuando; **II.** Viabilizar e encaminhar à Diretoria de Projetos e Convênios os documentos necessários para a formalização de convênios, de acordo com o Manual de Convênios da Unespar, visando estabelecer os campos de estágios para os(as) estudantes da Unespar; **III.** Assegurar a expedição, registro, controle e arquivamento dos documentos de estágio, em local definido pelo campus; **IV.** Organizar dados sobre os Estágios no campus; **V.** Orientar os(as) professores(as) e estudantes sobre a documentação necessária paraarealização do estágio; **VI.** Elaborar mensalmente a lista dos(as) estudantes que serão incluídos e excluídos noseguro e enviar ao setor responsável no campus; **VII.** Disponibilizar o número da apólice de seguro aos Coordenadores de Estágio dos Cursos no início do ano letivo ou quando o mesmo for renovado.

Portaria nº 690/2025 de 16/05/2025. Art. 1º Nomear, **Galvani Carraro Junior**, CPF nº XXX.720.209-XX, para o cargo de Assessor Técnico no Campus de Curitiba II, simbologia DA-5, a partir de 19 de maio de 2025, com as seguintes atribuições: **I-** Assessor da Direção de Campus, Direções de Centro e da Divisão de Administração e Finanças, quanto à coordenação técnico-administrativa da Sede Artes da Cena - SEARC; **II-** Coordenar junto aos supervisores das empresas terceirizadas as ações dos colaboradores; **III-** Fiscalizar o trabalho das empresas terceirizadas que atuam no SEARC; **IV-** Zelar pelo patrimônio físico dos equipamentos do SEARC, conforme a Resolução 09/2018 do Conselho de Campus; **V-** Elaborar e atualizar inventários dos equipamentos do SEARC; **VI-** Abrir demandas por meio de e-protocolo quanto à infraestrutura, serviços e aquisições do SEARC; **VII-** Prestar informações e orientações para discentes, docentes, agentes universitários e terceirizados quanto aos procedimentos adotados por meio da Resolução 09/2018 do Conselho de Campus; **VIII-** Prestar apoio técnico a demandas do Auditório Antônio Melillo, quando necessário.

Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

68312/2025

UNICENTRO

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes RESOLUÇÕES expedida no mês de MAIO de 2025:

RESOLUÇÃO Nº 11-COU/UNICENTRO, DE 16 DE MAIO DE 2025.

Aprova a ampliação do número de vagas do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de Cargos de Professor de Ensino Superior Não Titular da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, e dá outras providências.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO:

Faço saber que o Conselho Universitário, COU,

considerando as Leis Estaduais nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e nº 11.713, de 7 de maio de 1997, e respectivas alterações;

considerando a Lei Estadual nº 20.933, de 17 de dezembro de 2021, Lei Geral das Universidades, LGU, que dispõe sobre os parâmetros de financiamento das Universidades Públicas Estaduais do Paraná, estabelece critérios para a eficiência da gestão universitária e dá outros provimentos;

considerando o Decreto Estadual nº 10.824, de 20 de abril de 2022, que dispõe sobre a constituição dos códigos de vagas correspondente aos quadros próprios de Docentes e de Agentes Universitários do Sistema Estadual de Ensino Superior, vincula os cargos de docentes e de agentes universitários às Universidades Estaduais e estabelece regras de controle da lotação de pessoal, nos termos da Lei nº 20.933, de 17 de dezembro de 2021;

considerando a Portaria nº 54-SETI, de 12 de maio de 2022, que gera os códigos de vagas para cadastro de Docentes e de Agentes Universitários contratados por tempo determinado pelas IEES;

considerando a Portaria nº 55-SETI, de 12 de maio de 2022, que estabelece os quantitativos anuais para concursos públicos de Docentes e de Agentes Universitários efetivos e para testes seletivos para Agentes Universitários a serem contratados por tempo determinado nas IEES durante o período de transição estabelecido pela LGU;

considerando a Portaria nº 146-SETI, de 27 de outubro de 2022, que indica os códigos de vagas disponíveis para serem ocupados por meio de concurso público e nomeações de Docentes efetivos e de Agentes Universitários efetivos nas IEES para os anos de 2023 a 2025 e dá outras providências;

considerando a Resolução nº 19-COU/UNICENTRO, de 19 de dezembro de 2023, que aprova o Regulamento de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso de Pessoal Docente na Carreira de Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, na UNICENTRO;

aprovou pelo Parecer nº 24-COU, de 16 de maio de 2025, contido no Protocolo nº 13.534, de 12 de maio de 2025, e eu sanciono, nos termos do art. 9º, inciso X, do Regimento da UNICENTRO, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a ampliação de 12 (doze) vagas de Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do Cargo de Professor de Ensino Superior Não Titular da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, para aproveitamento de candidatos aprovados remanescentes do certame aberto por meio do Edital nº 185-Dircoav/UNICENTRO, de 30 de dezembro de 2023.

Art. 2º Os detalhes das áreas ou matérias a terem vagas ampliadas são tratados em Edital de Ampliação, publicado pela Diretoria de Concursos e Avaliação, Dircoav.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

RESOLUÇÃO Nº 12-COU/UNICENTRO, DE 16 DE MAIO DE 2025.

Autoriza a realização de Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do Cargo de Professor de Ensino Superior Não Titular da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, e dá outras providências.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO:

Faço saber que o Conselho Universitário, COU,

considerando as Leis Estaduais nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e nº 11.713, de 7 de maio de 1997, e respectivas alterações;

considerando a Lei Estadual nº 20.933, de 17 de dezembro de 2021, Lei Geral das Universidades, LGU, que dispõe sobre os parâmetros de financiamento das Universidades Públicas Estaduais do Paraná, estabelece critérios para a eficiência da gestão universitária e dá outros provimentos;

considerando o Decreto Estadual nº 10.824, de 20 de abril de 2022, que dispõe sobre a constituição dos códigos de vagas correspondente aos quadros próprios de Docentes e de Agentes Universitários do Sistema Estadual de Ensino Superior, vincula os cargos de docentes e de agentes universitários às Universidades Estaduais e estabelece regras de controle da lotação de pessoal, nos termos da Lei nº 20.933, de 17 de dezembro de 2021;

considerando a Portaria nº 54-SETI, de 12 de maio de 2022, que gera os códigos de vagas para cadastro de Docentes e de Agentes Universitários contratados por tempo determinado pelas IEES;

considerando a Portaria nº 55-SETI, de 12 de maio de 2022, que estabelece os quantitativos anuais para concursos públicos de Docentes e de Agentes Universitários efetivos e para testes seletivos para Agentes Universitários a serem contratados por tempo determinado nas IEES durante o período de transição estabelecido pela LGU;

considerando a Portaria nº 146-SETI, de 27 de outubro de 2022, que indica os códigos de vagas disponíveis para serem ocupados por meio de concurso público e nomeações de Docentes efetivos e de Agentes Universitários efetivos nas IEES para os anos de 2023 a 2025 e dá outras providências;

considerando a Resolução nº 32-COU/UNICENTRO, de 18 de dezembro de 2024, que aprova o Regulamento de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso de Pessoal Docente na Carreira de Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, na UNICENTRO;

aprovou pelo Parecer nº 24-COU, de 16 de maio de 2025, contido no Protocolo nº 13.534, de 12 de maio de 2025, e eu sanciono, nos termos do art. 9º, inciso X, do Regimento da UNICENTRO, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a realização de Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do Cargo de Professor de Ensino Superior Não Titular da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, para 38 vagas.

Art. 2º Os detalhes do Concurso Público referido no artigo anterior são tratados em Edital de Abertura, publicado pela Diretoria de Concursos e Avaliação, Dircoav.

Art. 3º A Dircoav fica autorizada a realizar adequações técnicas no quadro de vagas no momento da confecção do Edital de abertura do Concurso Público, sem promover alterações no que se refere às questões de mérito aprovadas pelo COU.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.
Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

68254/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UNIOESTE

PORTARIA Nº 1917/2025-GRE, DE 09 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Capacitação – 03(três) meses, ao Servidor SEBASTIÃO JAIRO DE ARAUJO, RG nº 7.XXX.917-X, lotado no Campus de Cascavel, referente ao quinquênio – 01-06-2015 a 31-05-2020, a serem usufruídos no período de 05 de maio a 04 de agosto de 2025.

PORTARIA Nº 1918/2025-GRE, DE 09 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Sabática – 06(seis) meses, a Professora MIRNA FERNANDA DE OLIVEIRA, RG nº 10.XXX.444-X, lotada no Centro de Educação, Letras e Saúde, do Campus de Foz do Iguaçu, referente ao efetivo exercício de suas atividades de 03-10-2013 a 02-10-2020, a ser usufruída no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2025.

PORTARIA Nº 1926/2025-GRE, DE 09 DE MAIO DE 2025.
Declarar a contagem de tempo, para fins de aposentadoria e disponibilidade, do Professor DARI JOSÉ KLEIN, RG nº 5.XXX.531-X, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Toledo, conforme segue: 05 anos e 187 dias; períodos: 02-09-1986 a 03-07-1988; 01-08-1988 a 30-09-1988; 01-03-1989 a 06-04-1989; 02-08-1989 a 31-12-1992 – INSS.
Tornar sem efeito a Portaria n° 1127/2001-GRE, de 18 de maio de 2001.

PORTARIA Nº 1927/2025-GRE, DE 09 DE MAIO DE 2025.
Declarar a contagem de tempo, para todos os efeitos legais, do Professor DARI JOSÉ KLEIN, RG nº 5.XXX.531-X, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Toledo, conforme segue: 01 ano e 65 dias; períodos: 25-04-1997 a 09-03-1998; 07-04-1989 a 01-08-1989 – UNIOESTE.
Tornar sem efeito a Portaria n° 2106/2001-GRE, de 01 de agosto de 2001.

PORTARIA Nº 1938/2025-GRE, DE 13 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Capacitação – 03(três) meses, ao Professor MAURICIO FERREIRA DA ROSA, RG nº 9.XXX.682-X, lotado no Centro de Engenharias e Ciências Exatas do Campus de Toledo, referente ao quinquênio – 23-04-2016 a 22-04-2021, a serem usufruídos no período de 29 de julho a 28 de outubro de 2025.

PORTARIA Nº 1950/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 03(três) meses, a Servidora ESMILDA ELIZABETH ESTIGARRIBIA DE MELLO, RG nº 7.XXX.434-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 23-12-2008 a 22-12-2013, a serem usufruídos no período de 01 de junho a 31 de agosto de 2025.

PORTARIA Nº 1951/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Servidora MARCIA ADRIANA DANBROWSKI, RG nº 6.XXX.971-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 23-12-2008 a 22-12-2013, a serem usufruídos no período de 15 de junho a 14 de julho de 2025. Permanece o período de 02(dois) meses a serem usufruídos, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 23.964.207-1.

PORTARIA Nº 1952/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Servidora IRACI TEREZINHA ALLEBRANDT, RG nº 9.XXX.859-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 23-12-2008 a 22-12-2013, a serem usufruídos no período de 15 de junho a 14 de julho de 2025. Permanece o período de 02(dois) meses a serem usufruídos, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 23.964.087-7.

PORTARIA Nº 1953/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, ao Servidor ABILIO JOSÉ BARBOSA, RG nº 6.XXX.354-X, lotado no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 11-10-2006 a 10-10-2011, a serem usufruídos no período de 15 de junho a 14 de julho de 2025. Permanece o período de 02(dois) meses a serem usufruídos, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pelo interessado neste mesmo Processo nº 23.963.308-0.

PORTARIA Nº 1954/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Servidora LOURDES PEREIRA DUARTE PAGNO, RG nº 7.XXX.053-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 23-10-2011 a 22-10-2016, a serem usufruídos no período de 16 de junho a 15 de julho de 2025. Permanece o período de 02(dois) meses a serem usufruídos, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 23.962.004-3.

PORTARIA Nº 1955/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Servidora MARIA APARECIDA DIAS, RG nº 3.XXX.699-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 23-12-2008 a 22-12-2013, a serem usufruídos no período de 02 de junho a 01 de julho de 2025. Permanece o período de 02(dois) meses a serem usufruídos, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 23.963.405-2.

PORTARIA Nº 1956/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Servidora JUCELENE TABORDA DE LIMA, RG nº 5.XXX.357-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 23-12-2003 a 22-12-2008, a serem usufruídos no período de 15 de junho a 14 de julho de 2025. Permanece o período de 01(um) mês a ser usufruído, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 22.030.639-9.

PORTARIA Nº 1957/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Servidora DIRCELENE BUENO, RG nº 9.XXX.233-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 01-06-2014 a 31-05-2019, a serem usufruídos no período de 01 a 30 de junho de 2025. Permanece o período de 01(um) mês a ser usufruído, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 22.555.166-9.

PORTARIA Nº 1958/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Servidora CLEONICE ALBERTINI, RG nº 6.XXX.495-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 06-05-2009 a 05-05-2014, a serem usufruídos no período de 01 a 30 de junho de 2025. Permanece o período de 01(um) mês a ser usufruído, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 22.638.822-2.

PORTARIA Nº 1959/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 02(dois) meses, a Servidora CLAUDETE BATISTA DOS SANTOS, RG nº 8.XXX.789-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 06-05-2009 a 05-05-2014, a serem usufruídos no período de 01 de junho a 31 de julho de 2025. Fica completo o usufruto da Licença Especial para o quinquênio acima citado.

PORTARIA Nº 1960/2025-GRE, DE 14 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Servidora ALMEDORINDA PACHECO VENÂNCIO, RG nº 5.XXX.913-X, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 23-12-2013 a 22-12-2018, a serem usufruídos no período de 16 de junho a 15 de julho de 2025. Permanece o período de 01(um) mês a ser usufruído, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 21.540.032-8.

PORTARIA Nº 1968/2025-GRE, DE 15 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 06(seis) meses, ao Professor ANTONIO JAIR SARTURI CRESTANI, RG nº 9.XXX.453-X, lotado no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas do Campus de Cascavel, referente ao decênio – 01-03-2000 a 28-02-2010, a serem usufruídos no período de 01 de junho a 30 de novembro de 2025.

PORTARIA Nº 1969/2025-GRE, DE 15 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Especial – 03(três) meses, ao Professor ANTONIO JAIR SARTURI CRESTANI, RG nº 9.XXX.453-X, lotado no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas do Campus de Cascavel, referente ao quinquênio – 01-03-2010 a 28-02-2015, a serem usufruídos no período de 01 de dezembro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

PORTARIA Nº 1970/2025-GRE, DE 15 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença, sem vencimento, para Trato de Interesses Particulares, a Professora ÍRIDES APARECIDA CAVALARI, RG nº 3.XXX.982-X, lotada no Centro de Ciências da Saúde do Campus de Francisco Beltrão, por um período de 02(dois) anos, compreendidos entre 02 de maio de 2025 a 01 de maio de 2027.

PORTARIA Nº 1972/2025-GRE, DE 16 DE MAIO DE 2025.
Conceder Licença Sabática – 06(seis) meses, a Professora CLARICE CRISTINA CORBARI, RG nº 4.XXX.721-X, lotada no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras do Campus de Marechal Cândido Rondon, referente ao efetivo exercício de suas atividades de 27-08-2008 a 26-08-2015, a ser usufruída no período de 01 de junho a 30 de novembro de 2025.

PORTARIA Nº 1975/2025-GRE, DE 16 DE MAIO DE 2025.
Alterar o período de usufruto da Licença Especial – 06(seis) meses, concedida pela Portaria n° 1122/2025-GRE, de 10 de março de 2025, a Professora ANA PAULA VIEIRA, RG nº 12.XXX.248-X, lotada no Centro de Ciências da Saúde do Campus de Francisco Beltrão, referente ao decênio – 10-09-2009 a 09-09-2019, de 01 de julho a 31 de dezembro de 2025, **para 28 de julho de 2025 a 27 de janeiro de 2026**.

PORTARIA Nº 1977/2025-GRE, DE 16 DE MAIO DE 2025.
Autorizar o afastamento, para o exterior, da Professora IRENE CARNIATTO DE OLIVEIRA, RG nº 1.XXX.435-X, lotada no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde do Campus de Cascavel, para participar do "II Congreso Internacional El Valor del Agua: Nuevas Perspectivas en un Mundo Global", na Universidad de Jaén – Espanha e realizar etapa de pesquisa em parceria com o Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território – CEGOT, na Universidade de Coimbra – Portugal, com ônus CAPES, no período de 17 de maio a 24 de junho de 2025.

PORTARIA Nº 1979/2025-GRE, DE 16 DE MAIO DE 2025.
Autorizar o afastamento, para o exterior, da Servidora ADRIANA DE SOUSA LIMA, RG nº 7.XXX.551-X, lotada no Campus de Foz do Iguaçu, para cursar Doutorado Sanduíche na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve – Faro/Portugal, **com ônus CAPES**, no período de 28 de agosto de 2025 a 10 de janeiro de 2026.

67825/2025

DECISÃO FINAL DE SINDICÂNCIA, instaurado pela Portaria n° 011/2025-DGC, para apurar possíveis condutas inapropriadas praticadas por servidor temporário, conforme documentação incluída no eProtocolo 23.419.981-1.
O Diretor Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Campus Cascavel, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** o resultado da SINDICÂNCIA: **ACATO** o Relatório Final da Comissão e o Parecer Jurídico n° 041/2025. O processo deverá ser arquivado, em face da falta de provas referente às acusações impostas ao indiciado. Encaminho a documentação à Corregedoria da Unioeste para registros e posterior arquivo.
GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor-Geral – Unioeste Campus Cascavel

68107/2025

PORTARIA Nº 016/2025-CCH de 15 de maio de 2025.
SÚMULA: Autoriza o afastamento para o exterior da Professora Suely Aparecida Martins.O Diretor do Centro de Ciências Humanas do Campus de Francisco Beltrão,no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,
Considerando a Resolução nº 210/2013 – CEPE, de 05 de dezembro de 2013;
Considerando o pedido feito pela professora Suely Aparecida Martins, datado de 12 de maio de 2025;
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o afastamento para o exterior da professora SUELY APARECIDA MARTINS, RG nº 4.510.398-6, para participar do evento

intitulado: CLACSO 2025 - X Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales. Horizontes y transformaciones para la igualdad. Democracias, resistências, comunidades, derechos y paz, promovido pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) - Colômbia, a ser realizado na cidade de Bogotá, Colômbia, com período de afastamento compreendido entre 06 e 13 de junho de 2025, por meio de recursos financeiros próprios e da CAPES.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito a partir de 06 de junho de 2025.
GABINETE DA DIREÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIOESTE CAMPUS FRANCISCO BELTRÃO.
Publique-se
Ricardo Carvalho Leme
Diretor de Centro de Ciências Humanas
Portaria nº 0019/2024 - GRE

67783/2025

PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO.
A Direção Geral do Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, no uso de suas atribuições legais, faz saber a decisão final referente ao Processo Administrativo de Responsabilização, instaurado pela Portaria nº 001/2025 – DG/HUOP, publicada no Diário Oficial em 07 de janeiro de 2025, com o objetivo de apurar os fatos descritos no e-Protocolo 22.849.919-6.
Considerando o Parecer Jurídico nº 114/2025, de 09 de abril de 2025, o qual foi acatado por esta Administração, fica determinada a adoção de seus fundamentos para fins de ARQUIVAMENTO do processo administrativo, conforme previsto no art. 35, § 4º, da Resolução nº 099/2023-COU, de 13 de julho de 2023.
Cascavel, 19 de maio de 2025.
RAFAEL MUNIZ DE OLIVEIRA
Diretor Geral – HUOP
Portaria nº 0028/2024-GRE

68273/2025

Secretaria da Comunicação

PORTARIA Nº 016/2025 – SECOM

Súmula: Designa gestores e fiscais para acompanhar a execução de contratos administrativos no âmbito da SECOM.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação, no uso de suas atribuições legais e na Lei Estadual 21.352 de 01 de janeiro de 2023 e no Decreto Estadual 4276DE 01 de dezembro de 2023, e considerando o contido na Resolução nº 038/2023 – SECOM;

RESOLVE:
Art. 1º Designar gestores e fiscais para acompanhar a execução dos contratos administrativos desta Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM, conforme segue:

1. **Contrato nº GMS 1140/2025.**

Objeto: Contratação de prestação de serviços continuados de eletricista conforme descrito no Termo de Referência.

Contratada: Multiplus Tecnologia Ltda.

a) Deyws Mayzer Semprebom Batista – RG 06.XXX.745-X – GESTOR

b) Leonardo Rodrigues Pietro – RG 7.XXX.480-X – GESTOR SUBSTITUTO

c) Ivo Mateus Claudino - RG: 124.XXX.65-X – FISCAL

d) Ana Luize Geronasso - RG: 09.XXX.571-X FISCAL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições contrárias.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

Eduardo Pugnali Marcos
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação

68206/2025

Secretaria da Cultura

RESOLUÇÃO SEEC Nº 054/2025

Súmula: Altera os servidores que compõe a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar na apuração dos fatos noticiados nos protocolos 22.979.013-7, 22.979.140-0, 22.979.824-3, 22.980.650-5, 22.981.128-2.

A Secretária da Cultura do Estado do Paraná – SEEC no uso de suas respectivas atribuições legais, em especial pelo art. 4º, incisos II, VII e X da Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e dos arts. 99 e 100, III, da Lei Estadual n. 20.656, de 03 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir a atual Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designando como membros os servidores anteriormente nomeados: Marco Antônio Pereira Gonçalves, RG nº 13.XXX.941-X, na função de presidente; Adriane Isabelle Fagundes dos Santos, RG nº 7.XXX.860-X; e Ana Lucia Tulio Juki, RG nº 4.XXX.434-X; excluindo, para tanto, as servidoras Ana Paula Hoffmann Salata, RG nº 10.XXX.331-X, e Inês Kiyomi Koguissi, RG nº 3.XXX.XXX-1.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar será iniciado no prazo de 03 (três) dias após a publicação desta resolução e deverá estar concluído em 90 (noventa) dias. Nos casos de força maior, a juízo da autoridade que o instaurou, esse prazo poderá ser prorrogado, mediante requerimento motivado da comissão, por períodos sucessivos de 30 (trinta) dias, até o máximo de 150 (cento e cinquenta) dias.

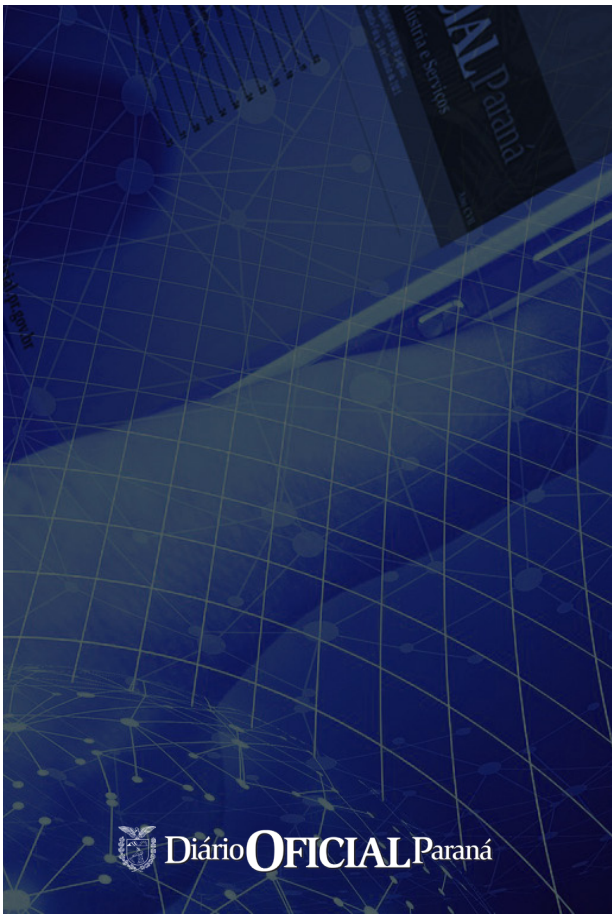
Art. 3º Torna-se sem efeito a Resolução SEEC n. 051/2025, em razão de erro material.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, data da assinatura eletrônica.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura.

68130/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 7° andar – Palácio das Araucárias
CEP 80530-915 – Curitiba – Paraná
ATA 004/2025
Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR
Reunião Ordinária de Abril de 2025

No dia 11 de abril de 2025, às 09h10min, deu-se início aos procedimentos para a realização da Plenária Ordinária do CEAS/PR, realizada presencialmente no Palácio das Araucárias, Centro Cívico, nesta capital, e também de forma remota por meio da plataforma Zoom. A vice-presidente Renata Mareziuzek dos Santos reforçou a importância dos encontros do Conselho como espaço de diálogo e construção coletiva, destacando o papel fundamental da participação de todos os segmentos representados. Foi solicitado à secretária executiva Thamíris Guerra que procedesse à conferência dos presentes. Assim, registraram-se os seguintes conselheiros: **Representantes da Sociedade Civil – Segmento dos Usuários do SUAS:** Titular CLENY THOMAS MACIEL, Suplente ROSELI BAROSSI, Titular EDSON APARECIDO DE ALENCAR, Titular AURORA DA APARECIDA SANTOS, Titular ROGERIA APARECIDA ORTELHADO, Suplente RUTH RAQUEL PEREIRA LEITE, Titular CARLOS DA SILVA. **Segmento dos Trabalhadores do SUAS:** Titular LÉO MIGUEL ENDRIGO POMMER, Titular LEÔNCIO SANTIAGO, Titular ALEXIA SEMZEZYN SLOBODZIAN, Titular ROSELAINE DAS DORES NOGUEIRA, Titular JULIANO DEL GOBO. **Segmento das Entidades com Vínculo SUAS:** Titular LEONARDO CORRÊA LUGON, Titular ADRIANO ROBERTO DOS SANTOS, Titular MARLENE CICHOCKI DA SILVA, Titular TEREZINHA CORREA MACIEL, Titular ELIDIAMARA SIMÕES NUNES. **Representantes Governamentais:** Titular Renata Mareziuzek dos Santos, Titular Magali Socher Luiz, Titular Paula Cristina Calsavara, Titular Gustavo Henrique Abboud Pontes, Titular Michele Cristina Ribeiro, Titular Nadia Teresinha Bonatto, Titular Ticyana Paula Begnini, Titular Roberto Conceição de Almeida Leite, Titular Andréa Maria Sanson Corat, Titular Denise Maria Fank de Almeida, Titular Delvana Lucia de Oliveira, Titular Juliana Maruszczak Schneider, Titular Lucimeri Sampaio Bezerra, Titular Sirleni Brito dos Santos da Silva, Titular Guilherme Luiz Krul. Após a conferência, foi verificado o quórum necessário para deliberações, contando com a presença de 14 representantes da sociedade civil e 14 representantes governamentais. Foram também registrados como convidados: Keity Cruz e Juliana Furlan, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Criança, do Adolescente e da Educação do Ministério Público do Paraná (CAOPAS/MPPR); Ana Carla Bressam e Gabriela Lourenço, da Secretaria Executiva do CEAS/SEDEF. A Vice-Presidente comunicou que está presidindo a reunião em razão da renúncia do então presidente Edson, que apresentou uma carta formal à mesa diretora e à Secretaria Executiva durante a semana. Conforme previsto no Regimento Interno do CEAS, Edson renunciou exclusivamente à função de presidente, permanecendo, no entanto, como conselheiro integrante deste Conselho. Deste modo, foi iniciado o procedimento para **II. Apreciação e aprovação da Pauta:** Foi apresentado aos presentes as seguintes alterações ocorridas após o envio da pauta aos conselheiros, sendo:COMISSÃO DE FINANCIAMENTO E GERENCIAMENTO DO FUNDO: 1.3.1. Devolução de recursos – CREAS Pitanga; COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: 2.10. Protocolo 19.192.957-8 – Reestruturação da equipe técnica do serviço de proteção básica e especial do município de Xambrê; COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO: 3.4. Boletim Vigilância Socioassistencial; COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS: 5.4. Protocolo 22.297.633-2 – Atendimento SIGO 90404/2024 - Município de Virmond; REUNIÃO PLENÁRIA: *. Leitura da Carta de Renúncia e Recomposição da Mesa Diretora do CEAS/PR; *. Retratação Conselheiro Edson Aparecido de Alencar frente às APAES; *. Análise da situação frente ao Regimento Interno. **Parecer do CEAS:** Aprovada a pauta. Após aprovação da pauta, A Vice-Presidente solicitou à secretária executiva que seja estabelecido um tempo de fala para os participantes da reunião plenária, incluindo ela própria, com o objetivo de garantir a organização do debate. Propôs o tempo máximo de três minutos para as falas iniciais e dois minutos para réplicas. Ela destacou a importância de essa definição ser feita no início da reunião, a fim de evitar situações em que a limitação seja imposta apenas no decorrer das discussões, o que poderia gerar sensação de prejuízo entre os participantes quanto ao uso equitativo da palavra. ***. Leitura da Carta de Renúncia e Recomposição da Mesa Diretora do CEAS/PR:** A Vice-Presidente explicou que Edson Aparecido de Alencar representava o segmento de usuários, exercendo a presidência do conselho em nome da sociedade civil, conforme previsto pelo regimento interno que determina a alternância entre os segmentos. Informou que está conduzindo a reunião na condição de vice-presidente, em razão da renúncia de Edson à presidência. Destacou ainda que Edson permanece como conselheiro deste conselho, e, por isso, está presente na plenária. Em seguida, solicitou que Edson realizasse a leitura da carta de renúncia apresentada à mesa diretora na quarta-feira anterior, formalizando sua decisão de deixar a presidência. O ex-presidente Edson iniciou sua fala cumprimentando todos os conselheiros e conselheiras, presentes e online, e em seguida procedeu com a leitura da carta de renúncia apresentada à mesa diretora. Na carta, Edson oficializou sua renúncia à presidência do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná (CEAS/PR), destacando que a decisão será comunicada aos colegiados relacionados, como o FONACEAS, o FONACEAS Região Sul e o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS. O motivo central de sua decisão foi a negativa, por parte de conselheiros do segmento da sociedade civil, à proposta de incluir na Conferência Estadual de Assistência Social uma fala de um conselheiro ou ex-conselheiro nacional do segmento de usuários. A proposta previa reservar uma hora para que esse representante, com experiência no Conselho Nacional ou no FONACEAS, compartilhasse sua trajetória e estimulasse a participação dos usuários na política pública, incentivando-os a se tornarem conselheiros municipais e estaduais. Segundo Edson, a justificativa dada por alguns conselheiros foi de que a conferência não seria espaço apropriado para esse tipo de mobilização. Manifestando discordância, Edson defendeu o direito dos usuários de se manifestarem e participarem ativamente do processo, considerando essencial que as conferências sejam espaços de escuta e expressão para esse segmento. Ele afirmou que uma conferência sem a manifestação dos usuários representa, em sua visão, um evento empobrecido e triste para o segmento. Por não se sentir acolhido ou representado na condução do planejamento das mobilizações e por entender que os usuários estavam sendo excluídos desse processo, decidiu renunciar à presidência, permanecendo, contudo, como conselheiro. Finalizou a leitura reafirmando sua convicção de que os usuários devem ter espaço de fala e representação ativa nas instâncias do controle social. A carta foi datada de 9 de abril de 2025, em Piraquara. Após o registro, a pedido da sociedade civil foi realizado um processo de votação para escolha do novo representante dos Usuários do SUAS a ser eleito presidente do CEAS. **Parecer do CEAS:** O CEAS aceita o pedido de renúncia. Após votação nominal da sociedade civil, foi eleita a conselheira Cleny Tomas Maciel, com 10 votos. Será emitida deliberação com a nova composição da Mesa Diretora. Na sequência foi dado início à discussão sobre ***. Retratação Conselheiro Edson Aparecido de Alencar frente às APAES**: O Conselheiro Edson dirigiu-se aos presentes afirmando que, embora não tenha experiência em realizar retratações, sentiu a necessidade de fazê-lo em virtude de um comentário feito em sua rede social, no qual afirmou que "a APAE odeia PCD". Ele reconheceu que agiu movido por um sentimento de raiva e revolta diante da situação vivida e admitiu que a forma de expressão foi inadequada. Edson esclareceu que a publicação não foi direcionada a nenhuma pessoa específica, mas sim à instituição APAE de forma geral. Reforçou que sua intenção não era ofender, mas que muitas vezes, como pessoa com deficiência (PCD), sente-se desprezado em alguns ambientes, inclusive dentro de instituições, sendo esse sentimento carregado desde a infância. O conselheiro aproveitou o momento para pedir desculpas à APAE e à Federação das APAEs pelo excesso em sua fala, reconhecendo que se excedeu ao generalizar. No entanto, ressaltou que continuará exercendo seu direito de crítica quando considerar necessário, mesmo que isso gere reações, como a cobrança de retratação ou ameaças jurídicas. Edson reiterou que sua reação foi provocada pela frustração em relação à negativa da proposta de inclusão de um conselheiro do segmento usuário como palestrante na conferência estadual. Finalizou sua fala afirmando que está disposto a arcar com as consequências do que disse e reafirmou sua retratação pública pelo comentário feito. A Conselheira Marlene Cichocki se pronunciou em resposta à fala do Conselheiro Edson, destacando que, embora ele não tenha citado nomes específicos, a generalização feita em sua publicação atingiu todas as APAEs. Marlene ressaltou que as APAEs atendem pessoas com deficiência intelectual, múltiplas deficiências e, inclusive, pessoas com deficiência física, sendo instituições que defendem e acolhem os mais vulneráveis da sociedade. Ela reforçou que as APAEs possuem reconhecimento não apenas nacional, mas também internacional, sendo entidades de grande credibilidade e respeito. Por isso, considerou que a retratação feita verbalmente por Edson durante a plenária não é suficiente. Marlene afirmou que a retratação adequada deve ser formalizada por escrito e publicada nas mesmas redes sociais onde o comentário ofensivo foi feito, incluindo o grupo de WhatsApp em que a declaração circulou. Falando como representante das APAEs e como pedagoga com 27 anos de atuação em uma dessas instituições, Marlene pontuou que o comentário de Edson foi, acima de tudo, uma falta de respeito com o trabalho sério e comprometido das APAEs em todo o Brasil. Concluiu afirmando que esse é um pedido não apenas seu, mas compartilhado por outros representantes de entidades, que esperam uma retratação pública adequada e formal. A plenária solicitou que o ponto *** . Análise da situação frente ao Regimento Interno** fosse discutido em conjunto com o ponto sobre a retratação. A conselheira Elidiamara Simões Nunes solicita que a plenária analise se as atitudes do ex presidente são compatíveis com o exposto no Regimento Interno, no que se refere ao inciso III do art. 9º. A Secretária Executiva procedeu com a leitura do Artigo 9º do Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), que trata das condições para substituição de conselheiros. Conforme o inciso I, será substituído o conselheiro que se desvincular do órgão de origem de sua representação. O inciso II prevê a substituição em caso de apresentação de renúncia ao plenário do conselho, devendo essa renúncia ser lida na sessão seguinte à sua entrega à Secretaria Executiva. O inciso III trata da substituição em casos de conduta incompatível com a dignidade das funções, enquanto o inciso IV se refere à substituição de conselheiros condenados por sentença irrecorrível por crime ou contravenção penal. No parágrafo primeiro, é estabelecido que a substituição, quando necessária, deve ser deliberada pela maioria dos membros presentes à sessão do conselho. Esse procedimento pode ser iniciado por provocação de qualquer integrante do CEAS, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, sendo assegurado ao conselheiro o direito à ampla defesa. Já o parágrafo segundo determina que, uma vez confirmada a substituição, caberá ao respectivo membro do CEAS indicar um novo representante, sob pena de perda do mandato caso a substituição não seja realizada. **Parecer do CEAS:** Foi retirada a necessidade de instauração de comissão de ética e em atenção à decisão da sociedade civil, apoiada pela plenária. Solicita que o conselheiro Edson Aparecido de Alencar retrate-se nas redes sociais acerca da situação de desrespeito às APAES. Que a comissão de ética opte sempre por medidas restaurativas frente aos encaminhamentos de análises dos casos que por ventura ocorrerem. O conselheiro Édson compromete-se à não divulgar sua Carta de Renúncia em outros espaços, para que não haja danos colaterais ao CEAS ou ao processo Conferencial. Na sequência, **III. Aprovação das Ata Ordinária de Março de 2025**: A Secretária Executiva informou que o arquivo da ata foi devidamente encaminhado aos conselheiros e, até o momento, não houve nenhuma solicitação de alteração, seja em relação às falas registradas, seja quanto aos pareceres constantes no documento. **Parecer do CEAS**: Aprovada a Ata. **IV. Aprovação do Ad Referendum 005/2025 - Regulamento da 15 Conferência Estadual de Assistência Social**; A Secretária Executiva anunciou que o próximo ponto de pauta trata da aprovação do AD Referendum nº 05, que dispõe sobre o regulamento da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Explicou que esse AD Referendum foi elaborado pela comissão da conferência, contendo uma versão prévia do regulamento. No entanto, desde sua aprovação até o momento da reunião, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) emitiu novos informes que trouxeram aspectos adicionais a serem considerados. Diante disso, foi necessário revisar e adequar o regulamento da 15ª Conferência para contemplar essas atualizações. **Parecer do CEAS:** Aprovada a minuta de deliberação. Conferir a numeração dos anexos anteriormente à publicação deliberação. Incluir o checklist (anexo VIII) e Anexo IX (declaração de não vinculação). V. Aprovação do Ad Referendum 006/2025 - Alteração do Anexo da Deliberação 010-2025 - **Distribuição de Vagas da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social**: **Parecer do CEAS:** Aprovado o ad referendum (Já contemplado na deliberação que aprovou o regulamento da conferência). Que seja elaborada uma nota orientativa a ser encaminhada aos municípios com orientações sobre a elaboração das conferência municipais. Na sequência foi solicitado a inversão de pauta, para contemplar o **XI. Leitura do Relatório da Comissão Eleitoral Biênio 25-27**,

deste modo a secretária executiva iniciou a leitura do relatório elaborado no dia 01/04/2025. **6.1. Inscritos Desabilitados devido ao não atendimento do Edital Eleitoral:** O presente ponto de pauta trata-se de averiguação acerca das inscrições que foram desabilitadas em razão do descumprimento ao proposto no edital eleitoral. O panorama de não aptidão por segmento: No segmento dos Trabalhadores do SUAS, houve 7 candidatos aptos e nenhum candidato inapto. O número de votantes aptos foi de 11, sem registro de votantes inaptos, totalizando 18 participantes. No segmento das Entidades com vínculo SUAS, foram registrados 11 candidatos aptos e nenhum inapto. Quanto aos votantes, 85 estavam aptos e 2 inaptos, somando um total de 98 participantes. Já no segmento dos Usuários do SUAS, houve 10 candidatos aptos e 2 inaptos. Participaram 238 votantes aptos e 18 inaptos, perfazendo um total de 267 participantes. A metodologia de validação das inscrições, realizada pela Secretaria Executiva do CEAS/PR, que apurou a aptidão das mesmas, pode ser conferida por meio no drive da comissão juntamente as cópias de todos os protocolados contendo os pedidos de habilitação de inscrição, separados por segmento. Registra que os candidatos do segmento dos usuários do SUAS, MARIA AUXILIADORA PIMENTEL DOS SANTOS, teve sua inscrição invalidada devido ao não envio da folha de resumo do cadastro único e LUCIA RIBEIRO DO AMARAL devido ao não envio da folha resumo do cadastro único, bem como do documento com foto. A comissão registra que, segundo o edital eleitoral (Deliberação CEAS/PR 098/2024) os candidatos não habilitados terão prazo para impugnação/recurso acerca da não habilitação durante o período entre 15/04/2025 à 22/04/2025. **Parecer da Comissão:** Aprova publicação nominal dos candidatos aptos por macrorregião e segmento, destacando o tipo de inscrição. Aprova publicação nominal dos candidatos inaptos por macrorregião e segmento, destacando o tipo de inscrição. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **6.2. Votantes Desabilitados devido a inexistência de candidatos**: Considerando o resumo preliminar apresentado a esta Comissão, denota-se que no segmento das entidades com o vínculo SUAS, as macrorregionais 2- Maringá e 3 - Londrina, possuem um total de de zero inscrições válidas para candidatos. Todavia, as mesmas apresentam 14 inscrições de votantes para a macrorregião de Maringá e 17 inscrições de votantes para a macrorregião de Londrina. Tendo em vista o § 2º, do Art. 33 do edital eleitoral, o qual discorre que a representação de cada segmento poderá votar somente em seu próprio segmento, de acordo com o critério da macrorregião indicada no ato de inscrição, os registros de votantes não possuem candidatura a qual eleger. A mesma situação pode ser verificada no segmento de Trabalhadores do SUAS da macrorregião de Maringá, em que há somente um votante habilitado e nenhum candidato. **Parecer da Comissão:** Desabilitação dos votantes do segmento nas macrorregiões que não possuem candidatos válidos, constando motivo da desabilitação. Publicação via ad referendum do resultado preliminar dos habilitados e desabilitados, conforme pareceres da comissão. **Parecer do CEAS:** Aprova a publicação do resultado dos candidatos e votantes habilitados no processo eleitoral do biênio 25-27, incluindo correção da data do processo de recurso, inclusão de "legenda" referente à diferenciação de "não habilitados" e "desabilitados". Revoga a Resolução Ad Rerefendum 07/2025. **6.3. Teste dos e-mails cadastrados:** A Secretaria Executiva do CEAS/PR iniciou procedimento de confirmação da validade dos e-mails dispostos no ato de inscrição, visando assegurar a participação de todos os inscritos habilitados. Diante disso, obteve-se o seguinte cenário de retorno dos e-mails, devido à incorreção nos endereços ou a superlotação da caixa de entrada: Trabalhadores do SUAS: 00; Usuários do SUAS: 21; Entidades com vínculo SUAS: 03. Perante a averiguação, a SE tomou a iniciativa de efetuar ligações telefônicas, bem como o encaminhamento de mensagens instantâneas, por meio do aplicativo Whatsapp, com o objetivo de atestar os endereços de e-mail, para que os links de votação sejam encaminhados corretamente. **Parecer da Comissão:** A SE continuará empreendendo esforços para confirmação dos emails cadastrados pelos participantes até o momento da publicação da relação dos candidatos habilitados. Após isto, será de responsabilidade do candidato de informar sobre o não recebimento das comunicações, conforme disposto no inciso XII, do art. 28 do Edital Eleitoral: "XII – A comunicação sobre não recebimento dos e-mail pelos candidatos e votantes compreenderá o período de 19/05/2025 à 21/05/2025 até às 13h;".**Parecer do CEAS**: Aprovado o parecer da comissão. Na sequência retomou-se a sequência de pauta passando para: **VI. Aprovação do Ad Referendum 007/2025 – Lista dos Participantes Homologados no Processo Eleitoral da Sociedade Civil – Biênio 25-27**: **Parecer do CEAS:** Ponto discutido no item XI da pauta. **VII. Aprovação Ad Referendum 008/2025 – Representantes 66ª Plenária Ordinária do FONACEAS**: trata-se da indicação da conselheira vice-presidente do CEAS/PR para participação na 66ª reunião plenária do FONACEAS. **Parecer do CEAS:** Aprova a Resolução Ad Referendum e incui o custeio da presidente Cleny Thomas Maciel, como membro nato do FONACEAS. **VIII. Minuta de Deliberação – Alteração da Composição das Comissões Permanentes**: A Secretária Executiva informou que, considerando os Decretos Estaduais nº 9.159, nº 9.175 e nº 9.182, todos datados de 12 de março de 2025, os quais nomeiam representantes governamentais para a composição do CEAS, delibera-se pela aprovação da recomposição das comissões temáticas permanentes para o biênio 2023/2025. **Parecer do CEAS:** Aprovada a minuta de deliberação. **IX. Aprovação Parcial do Regimento Interno do CEAS/PR**: A Vice-Presidente relembrou que, na última reunião com a UNINTER, foi lido o parecer da assessoria técnica apontando que algumas alterações propostas no Regimento Interno dependem da aprovação de lei. Como encaminhamento, ficou decidido que os itens que exigem alteração legislativa não seriam modificados neste momento, enquanto os demais, que não dependem de lei, poderiam ser ajustados. Ela sugeriu que seria possível realizar uma leitura e aprovação parcial do texto, no entanto, considerando o avançado da hora e o fato de as comissões permanentes ainda não terem iniciado seus trabalhos, propôs a retirada do ponto da pauta. Comentou que revisou o conteúdo antes da plenária e observou que o material é extenso e interdependente entre os artigos, dificultando a leitura e deliberação em curto espaço de tempo. Por esse motivo, defendeu a convocação de uma reunião extraordinária exclusiva para tratar do Regimento Interno. Ressaltou que, mesmo para uma aprovação parcial, o processo exigirá tempo, leitura atenta, discussões e esclarecimentos, pois há muitas dúvidas manifestadas por conselheiros que precisam ser debatidas adequadamente. **Parecer do CEAS:** Retirada de pauta, será convocada uma reunião extraordinária para esta finalidade. Indica que a reunião seja realizada na quinta-feira, após o alinhamento da sociedade civil (08/05/2025). Após o registro do parecer do CEAS foi anunciada a pausa para almoço, com retorno às 13h30. Finalizado o intervalo, as atividades foram retomadas com a **X. Leitura do Relatório da Comissão Organizadora da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social**, referente ao dia 08/04/2025, procedida pela secretária executiva. **9.1.1. Regulamento da XV Conferência Estadual de Assistência Social:** Em 27/03/2025 foi publicado o Ad Referendum 005/2025, que aprovou o Regulamento da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Além disto, e virtude das orientações do CNAS a respeito da garantia das representatividades, realizada por meio da inclusão de cotas, foi publicado o ad referendum 06/2025 que autorizou a alteração do anexo da Deliberação CEAS/PR 10/2025 que trazia os critérios de distribuição de vagas para os delegados estaduais participantes da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, incluindo o critério de vagas de ampla concorrência e vagas para cotistas. Entretanto, com a publicação do Informe 05/2025, existem algumas questões que necessitarão de revisão por esta comissão, sendo elas: Art. 4º: para melhor visualização acerca dos participantes da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, separar os 35 convidados (contidos na alínea c dos das demais pessoas, entre conferencistas, servidores da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), secretaria executiva do CEAS/PR e apoio técnico e operacional); Art. 7º: adaptação das categorias de cotistas conforme Resolução CNAS 187/2025; Inclusão do município de Foz do Iguaçu no Anexo I; Alteração do Anexo III, incluindo tabela de número de moções para esfera municipal, estadual e federal; Alteração do Anexo IV, referente à representação de cota, identificando apenas um dos grupos de cotista por candidato; ajustando as categorias de cotistas e incluindo solicitação dos documentos comprobatórios referentes à representação e segmento; Inclusão do Anexo VII - Formulário de Moções. Inclusão do Anexo VIII - Check List. **Parecer da Comissão:** Comissão aprova a alteração de todos os itens que constam no relato. Aprova alteração do texto do regulamento incluindo o requerimento das comprovações de vínculo SUAS, conforme Informe 05/2025 do CNAS. Apresenta Minuta de Deliberação à Plenária. Retorna para pauta da próxima reunião discussão acerca da metodologia de recebimento das requeridas documentações, dentre elas protocolo, CONSIS e Google forms. Oficiar o CNAS questionando quais serão as documentações exigidas para os delegados nacionais. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **9.2. Informes CNAS 02/2025 - Deliberação CNAS sobre a duração das conferências municipais:** O primeiro tópico abordado pelo CNAS no Informe 02/2025, diz respeito ao tempo mínimo de realização das conferências municipais. A primeira vista, o informe nos induz ao entendimento de os apontamentos sobre a realização em pelo menos três turnos fossem uma orientação. Entretanto com a crescente procura dos CMAS por orientações sobre a referida questão, bem como, com o relato de membros do CNAS, realizados em eventos recentes, de que caso o CMAS não siga as orientações o processo conferencial poderia ser invalidado, faz-se necessário que o CEAS tome providências referente à problemática, isto porque caso haja invalidação dos processos conferencias que sejam realizados em menos de 3 turnos, o impacto gerado em municípios de pequeno porte, quais costumam realizar suas conferências em 2 turnos, será muito importante. Para tanto, cabe retomarmos os dizeres do CNAS a respeito da questão: "1. Tempo mínimo para a realização da conferência municipal. Considerando que as conferências são instâncias deliberativas, é preciso um tempo mínimo para que elas ocorram. Assim, o CNAS deliberou que para o processo conferencial de 2025, as conferências municipais devem ser realizadas em pelo menos três turnos para debate, além do momento de recepção e credenciamento. Obviamente que municípios que tenham condições e optem por mais turnos, não há impedimento. Por exemplo: 1º dia: manhã – credenciamento; tarde – atividades oficiais da conferência; 2º dia: manhã e tarde – atividades oficiais da conferência." **Parecer da Comissão:** Oficiar o CNAS com relação à duração da conferência municipal e a necessidade de revisão de tal regra, e que há divergência de entendimento no âmbito estadual, expondo experiências exitosas. Ressaltar que a Conferência Estadual irá considerar todas as conferências municipais, independente do tempo. **Parecer do CEAS:** Oficiar o CNAS com relação à duração da conferência municipal e a necessidade de revisão de tal regra, ressaltando a dinâmica dos portes por município e que há divergência de entendimento no âmbito estadual. A orientação a ser realizada aos CMAS pelo CEAS, conforme deliberação deverá conter expressamente, caso haja necessidade, qual será o período limite a ser considerada como válida as conferências municipais que por ventura tenham sido realizadas em menos de 3 períodos. **9.3. Palestrantes:** Com a finalização do prazo para devolutiva (04/04/2025), houve retorno dos Ofícios CEAS/PR nº 035, 034, 038 e 033/2025, respectivamente. Sendo eles: Aldaiza Sposati - 26/03/2025 - Disponibilidade: vago - Indaga sobre as condições objetivas para o deslocamento e estada da mesma; Abigail Torres - 31/03/2025 - Disponibilidade: sim - Solicita retorno o mais rápido possível, haja vista a necessidade de bloqueio antecipado da agenda; Valdiosmar Vieira Santos - 01/04/2025 - Disponibilidade: sim, para a palestra Magna - Solicita as devidas informações para realização dos trâmites necessários; Maria Luiza Rizzotti - 02/04/2025 - Disponibilidade: sim - Solicita a confirmação da data prevista no ofício, bem como se os honorários podem ser pagos como pessoa jurídica. Encontra-se na pasta Documentos Diversos a cópia do e-mail da Professora Dra. Aldaiza Sposati. **Parecer do CEAS:** Considerando a ordem de devolutivas aos ofícios, responder à sra. Abigail Torres, convidando-a para ministrar a palestra magna, incluindo devolutivas às questões por ela levantadas. Responder ao sr. Valdiosmar Vieira, questionando se o mesmo possui interesse em ministrar o momento de apresentação e mobilização dos eixos, incluindo devolutivas às questões por ele levantadas. Em caso de negativa do sr. Valdiosmar, convidar a sra. Maria Luiza Rizzotti, para ministrar o momento de apresentação e mobilização dos eixos, incluindo devolutivas às questões por ela levantadas. Retorno de pauta para discussão da comissão sobre resposta ao e-mail da Professora Dra. Aldaiza Sposati. **9.4. Esboço de dinâmica da Mesa de Abertura:** Considerando a realização da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, em 2023, para a Mesa de Abertura foram convidadas 15 autoridades, sendo: 1. Presidente do CEAS; 2. Secretário da SEDEF; 3. Chefe do departamento – CPAS; 4. Presidente do CNAS; 5. Presidente do CMAS de Cascavel; 6. Governador do Estado; 7. Representante do MP/PR (procurador-geral); 8. Representante FETSUAS; 9. Representante FOREAS; 10. Representante FNUSUAS (fórum ou conselheiro do CEAS do segmento); 11. Representante Tribunal de Justiça; 12. Prefeito de Cascavel; 13. Representante da ALEP; 14. Coordenador da comissão; e 15. Usuária que reside no município. **Parecer do CEAS:** Retorno de pauta na próxima reunião. **9.5. Revisão dos convidados da conferência de 2023:** Conforme registros da realização da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, a comissão realizou o convite à 27 convidados, sendo: 1. Representante FEUSUAS; 2. Representante FETSUAS; 3. Dois Representantes CEDI (Gov. e Soc. Civil); 4. Dois Representantes CEDCA (Gov. e Soc. Civil); 5. Dois Representantes CEPICT (Gov. e Soc. Civil); 6. Dois Representantes CEDM (Gov. e Soc. Civil); 7. Dois Representantes COEDE (Gov. e Soc. Civil); 8. Dois Representantes CEJU (Gov. e Soc. Civil); 9. Dois Representantes CERMA (Gov. e Soc. Civil); 10.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Dois Representantes CONSEPIR (Gov. e Soc. Civil); 11. Representante Ministério Público; 12. Representante Defensoria Pública; 13. Representante Tribunal de Justiça; 14. Dois Representantes do Conselho de Classe dos profissionais do SUAS (Gov. e Soc. Civil); 15. Dois Representantes CNAS (Gov. e Soc. Civil); 16. Representante CIB; e 17. Representante CRP. Totalizando 42 convidados para a XIV Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná. **Parecer do CEAS:** Retorno de pauta na próxima reunião. **9.6. Disponibilidade dos Conselheiros do CEAS/PR para palestrar nas Conferências Municipais**: Na data de 27 de março de 2025 o CEAS recebeu, via expresso e-mail, a solicitação da Diretora da Secretaria Municipal de Assistência Social, Vanderly Pissinati Nicacio e da Presidente do CMAS, Elisângela Batista Moura, quanto a possibilidade de um conselheiro do CEAS/PR participar como palestrante da Conferência Municipal de Assistência Social do município de Centenário do Sul. Ressalta-se ainda que a solicitação é de caráter gratuito. Ademais, o município solicita um retorno com a data disponível, bem como o conselheiro que irá ministrar a palestra. Por fim, o município informa que é de Pequeno Porte I e está vinculado ao Núcleo Regional de Londrina. Na data de 07 de abril de 2025, a Presidente do CMAS do município de Mandaguari, Sra. Lourdes, entrou em contato via telefone, com a solicitação de palestrante do CEAS/PR para a Conferência Municipal, a qual a data determinada é 02 de julho de 2025. Diante da indagação, a auxiliar administrativa Ana Carla informou que a questão precisará ser definida na Comissão de Organização da Conferência Estadual e, posteriormente, será repassado aos municípios quanto a disponibilidade dos conselheiros do CEAS/PR ministrarem palestras nas conferências municipais. **Parecer do CEAS:** Retorno de pauta na próxima reunião. Na sequência solicitou-se à conselheira Roselaine das Dores Nogueira, que iniciasse a leitura do relatório da **Comissão de Políticas Sociais**, realizado em 10/04/2025. **2.1.1. Panorama do Programa Bolsa Família no Paraná:** A Coordenação Estadual do Cadastro Único e Programa Bolsa Família apresentou o panorama do programa federal de transferência de renda referente aos meses de Outubro de 2024 a Março de 2025. 1. NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, COM BENEFÍCIOS BLOQUEADOS E SUSPENSOS, E MÉDIA DE VALOR DOS BENEFÍCIOS. Em outubro de 2024, o número de famílias beneficiárias foi de 614.938, com 16.741 bloqueios, 3.947 suspensões e 18.410 cancelamentos. O benefício médio mensal nesse período foi de R$ 665,32. Em novembro de 2024, registraram-se 613.826 famílias beneficiárias, 25.642 bloqueios, 4.882 suspensões e 4.350 cancelamentos. O valor médio do benefício foi de R$ 669,42. Em dezembro de 2024, o total de famílias beneficiárias chegou a 615.643, com 14.844 bloqueios, 4.798 suspensões e 8.191 cancelamentos. O benefício médio mensal foi de R$ 668,00. Em janeiro de 2025, houve 601.724 famílias beneficiárias, com 9.343 bloqueios, 1.093 suspensões e 19.628 cancelamentos. O valor médio do benefício foi de R$ 662,53. No mês de fevereiro de 2025, foram registradas 604.179 famílias beneficiárias, 7.804 bloqueios, nenhuma suspensão e 3.383 cancelamentos. O benefício médio mensal foi de R$ 660,84. Por fim, em março de 2025, o número de famílias beneficiárias foi de 605.220, com 10.147 bloqueios, 4.614 suspensões e 3.383 cancelamentos. O benefício médio nesse mês foi de R$ 657,55. O benefício médio mensal apresenta tendência de queda devido ao quantitativo cada vez maior de famílias beneficiárias que têm acesso a renda e entram em regra de proteção, o que ocorre quando a renda familiar mensal per capita fica entre R$218 e R$759 (meio salário mínimo). As famílias nessa situação recebem 50% do valor do benefício por até 24 meses. No mês de março foram 138.641 famílias em regra de proteção, o equivalente a 23% do total de famílias beneficiárias. 2. VALORES REPASSADOS: Março/25 = R$ 394.926.386,00. Identificou-se no mês de março a inserção de 10.913 novas famílias na folha de pagamento do Bolsa Família, e o cancelamento de 3.383 famílias. Através do relatório disponível no Vis Data 3 / MDS, tem 2.959 famílias dentro dos critérios de recebimento do Programa Bolsa Família e aguardando a concessão no mês de março. **Parecer do CEAS:** Ciente. **2.1.2. Termo de Adesão Cadastro Único e Programa Bolsa Família :** A Coordenação Estadual do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, desde a implementação do novo Termo de Adesão instituído pela Portaria MDS nº 1.030/2024, acompanha semanalmente a adesão realizada pelos municípios, encaminhando aos NR/IARA's a relação daqueles que concluíram a assinatura do Termo de Adesão. Prazo: 11/11/2024 a 30/06/2025; Panorama Paraná em 08/04/2025: 378 municípios com adesão concluída; 5 municípios com informações pendentes; 16 municípios aguardando assinatura do(a) Prefeito(a). A SEDEF entrou em contato com os 5 municípios que possuem informações pendentes. O município de Jussara está com pendência devido a erro do sistema que não permite concluir o preenchimento, situação que está em avaliação junto à equipe técnica do MDS. Os municípios de Formosa do Oeste, Peabiru, Conselheiro Mairinck e Pinhal de São Bento não tiveram troca de coordenação entre 2024 e 2025, portanto, apesar da pendência, estão com acesso normalizado aos sistemas, visto que o Termo de Adesão do Programa Auxílio Brasil permanece válido até 30 de junho de 2025. **Parecer do CEAS:** Ciente. **2.2. Grupo de Trabalho – Programa Estadual de Transferência de Renda – Comida Boa:** Em março foram efetivamente emitidos 33.192 cartões, de beneficiários novos, nunca contemplados na empresa ALELO. Informamos que o estorno dos créditos não ocorreu em março, pois aguardamos o envio da planilha atualizada, cuja previsão de envio é em 15/04. O estorno dos saldos, cujo último crédito foi efetuado em novembro de 2024, será efetivado em 20 de abril e os valores serão utilizados como créditos para o pagamento de abril. **Parecer do CEAS:** Ciente. **2.3.Protocolo nº 23.056.302-0 – Relatório de Visita Técnica no município de Imbaú**: Considerando o protocolado no qual refere-se à suspensão do repasse de recursos justificada pelo descumprimento de exigências fundamentais, como a não finalização das prestações de contas e a ausência da inserção do extrato financeira, bem como, da fragilidade na composição das equipes dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, as quais não atendem à composição adequada da NOB-RH/SUAS no município de Imbaú, a Divisão de Proteção Social Básica e Divisão de Proteção Social Especial elaborou Informação Técnica conjunta nº 466/2024 respondendo o protocolo supracitado. O município recebeu pelo CEAS/PR o prazo de até 60 dias com finalização em 16/02/2025 para apresentar Plano de Ação aprovado sugerindo as devidas adequações, contudo o município de Imbaú não elaborou o Plano de Ação conforme sugerido por este Conselho, apenas encaminhou Memorando nº001/2025 SMAS ao Gabinete solicitando profissionais para compor Equipe mínima para execução das Políticas Públicas de Assistência Social, como Conselho Tutelar, CRAS, SCFV, PSE de Média Complexidade, Gestão da Assistência Social e Acolhimento Institucional. Além disso, o CMDCA exauriu Ofício 002/2025 apontando que solicitou ao CMAS a necessidade de equipe mínima para o Acolhimento Institucional, a fim de reforçar o compromisso com a garantia de direitos das crianças e adolescentes, e que mantém contato entre CMDCA e SMAS para que aprimorem a qualidade dos serviços prestados. Considerando que o município não havia encaminhado o Plano de Ação conforme encaminhado pelo CEAS/PR, a DPSB encaminhou o Despacho nº 58/2025 solicitando novamente que apresentassem o Plano de Ação, bem como, o CMAS realizasse o monitoramento das contratações. O município apresentou Plano de Ação para contratação de Equipe Mínima, o Plano prevê realização de PSS em março de 2025, com contratação em junho de 2025 e a execução de concurso público em junho de 2026 com contratação dos profissionais do concurso em janeiro de 2027. Bem como, o CMAS apontou que realizará o acompanhamento do cumprimento do Plano por meio da criação de Comitê de monitoramento. **Parecer do CEAS:** a) Oficiar o CMAS para verificação se o criou-se o Comitê de Monitoramento; b) Solicitar ao Núcleo Regional acompanhamento periódico para identificar o cumprimento do Plano de Ação, trimestralmente, por um período de 12 meses. **2.4. Unificação de secretarias municipais de assistência social com outras pastas:** Conforme o parecer da comissão no mês anterior e após apreciação na reunião da CIB, a qual disponibilizou para os representantes para contribuição na Nota Orientativa aos gestores municipais, referendando a importância da permanência da nomenclatura e da estrutura organizacional das Secretarias Municipais de Assistência Social, considerando as funções do SUAS (proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial), que será encaminhada pelo CEAS a todos os prefeitos e CMAS's. **Parecer da Comissão:** Aprovada a Nota Orientativa e o encaminhamento pelo CEAS a todos os prefeitos e CMAS's. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **2.5. Uso de Procuração para atendimento no Cadastro Único e CRAS:** Considerando a proposta do mês de fevereiro para elaboração de nota orientativa sobre o atendimento na Política de Assistência Social por meio de procuração, foi elaborada uma minuta da nota, estando a mesma disponível no drive da Comissão para contribuição de todos os conselheiros. **Parecer da Comissão:** Encaminhar o link da nota orientativa para contribuição de todos os conselheiros, com prazo de finalização do documento até o dia 30/04/2025. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **2.6.[SIGILOSO] Protocolo: 23.116.665-3 - Trata-se de denúncia sobre maus tratos em equipamento socioassistencial:** O presente protocolo refere-se a uma denúncia formalizada por e-mail ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS realizada por uma ex-usuária de uma Unidade de Acolhimento, localizada no Estado do Paraná. Relatou ter sofrido maus-tratos, negligência, perseguições e assédio moral durante o período em que esteve acolhida na instituição. Seguindo os protocolos, a Divisão de Proteção Social Especial, por meio do Despacho 01/2025, solicitou ao Núcleo Regional de referência a realização de uma visita técnica à unidade para apuração dos fatos. O Núcleo Regional, em cumprimento à solicitação, realizou visita técnica à unidade e elaborou o relatório técnico nº 06/2025, no qual constam os seguintes pontos: A equipe técnica da unidade, composta por servidores públicos municipais e profissionais terceirizados, informou que a usuária foi acolhida na instituição por um período de um ano, cinco meses e vinte e dois dias, juntamente com seu filho adolescente. Foi elaborado um Plano de Acompanhamento Individual para a usuária, e foram realizados encaminhamentos para diversos serviços socioassistenciais, incluindo acompanhamento psicológico e profissional. A equipe relatou dificuldades no acompanhamento da usuária, devido à sua falta de adesão aos serviços de saúde mental e comportamento considerado desafiador, com constantes conflitos com outros acolhidos e com a equipe. As alegações de maus-tratos foram negadas pela equipe, que afirmou ter preservado os direitos da usuária durante todo o período de acolhimento. O filho da usuária foi afastado do convívio materno por medida protetiva, em virtude de dificuldades da usuária no exercício da função protetiva. Após o afastamento do filho, a usuária foi desacolhida da unidade, e foi concedido a ela o Benefício de Auxílio Moradia Emergencial. O acompanhamento da usuária será mantido por meio do Benefício de Auxílio Moradia Emergencial e dos serviços da rede socioassistencial. Diante do exposto, considera-se que os fatos foram devidamente esclarecidos e que compete aos órgãos municipais a apuração quanto a conduta dos seus servidores. No que concerne à oferta do serviço, o Núcleo Regional não identificou qualquer indício de irregularidades, tampouco condutas que desabonem a equipe no acompanhamento aos usuários. Observa-se que, por meio do Benefício de Auxílio Moradia Emergencial, será dada continuidade ao acompanhamento da usuária, além da oferta dos serviços da rede socioassistencial e intersetorial. **Parecer da Comissão:** Considerando o parecer técnico acolhe-se a sugestão de arquivamento. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. Realizar uma devolutiva à denunciante, informando que os autos foram analisados pelo Conselho e que deliberou-se pelo arquivamento da denúncia por falta de dados comprobatórios. **2.7.Protocolo: 18.281.399-0 - Centro Pop Curitiba – acompanhamento e monitoramento**: O protocolo relata o acompanhamento dos Centros POP em Curitiba, que passaram por uma reorganização em 2021, durante a pandemia de COVID-19, resultando no fechamento de três unidades. O acompanhamento dos Centros POP é realizado desde 2022, por meio do envio de relatórios ao CEAS, os quais informam sobre a oferta dos serviços. Ainda em 2022 houve o remanejamento de recursos às unidades de Centro POP fechadas para o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua. Em 2023, o CEAS aprovou a redução do repasse financeiro para os Centros POP, condicionando a retomada do valor integral à reabertura das unidades fechadas e determinou o acompanhamento dos Centro Pop de Curitiba, por meio de relatório. Os dados atualizados indicam a manutenção do funcionamento das três unidades de Centro POP, conforme detalhado a seguir: Unidade: Centro POP Boqueirão: Pessoas atendidas em janeiro de 2025 (RMA): 267 - Composição da equipe (CadSUAS): 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 11 educadores sociais, 5 profissionais de nível médio terceirizados e 1 profissional sem formação técnica terceirizado. Unidade: Centro POP Dr. Faivre Pessoas atendidas em janeiro de 2025 (RMA): 526 - Composição da equipe (CadSUAS): 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 10 profissionais de nível médio e 1 técnico de nível médio. Unidade: Centro POP Solidariedade: Pessoas atendidas em janeiro de 2025 (RMA): 693 - Composição da equipe (CadSUAS): 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 1 pedagogo, 5 educadores sociais, 5 técnicos de nível médio terceirizados e 1 apoio administrativo. Fonte: CadSuas e RMA. Dados extraídos em 20/03/2025. O último relatório enviado ao CEAS informa: Em 19 de janeiro de 2024, foi inaugurado o Centro Intersetorial de Atenção à Pessoa em Situação de Rua (FAS SOS), localizado na Avenida Presidente Affonso Camargo, 177, Jardim Botânico. A estrutura, que passou por ampla reforma, oferece atendimento intersetorial em um espaço amplo e de fácil acesso para a população em situação de rua. Segundo a FAS, O FAS SOS configura-se como um espaço de referência que reúne diversas ofertas de serviços para essa população, de forma intersetorial e integrada, em consonância com o

Guia Inclua POP-Rua, do IPEA e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Os serviços oferecidos incluem: Consultório na Rua, Posto de Atendimento Totalmente Informatizado (PATI) do Instituto de Identificação do Paraná, Programa Mobiliza (desenvolvimento de habilidades e encaminhamento para o mercado de trabalho), apoio de organizações não governamentais, serviços de educação, esporte e lazer, e política sobre drogas. O FAS SOS também abriga o Centro POP Dr. Faivre e a Casa de Passagem Dr. Faivre (24 horas). Informa também que o Plano de Governo da nova gestão municipal (2025-2028) prevê a implantação de mais dois Centros Intersetoriais FAS SOS. Contudo, não há informações sobre a intenção de reabrir as unidades de Centro POP fechadas durante a pandemia. Considerando, sugere-se ao CEAS que: Solicite formalmente ao Ministério Público informações detalhadas sobre os procedimentos adotados em relação à Notícia de Fato nº 0046.23.004121-5 e demais procedimentos adotados pelo Órgão, além e quaisquer outras informações que julgarem relevantes; Solicite à FAS para que apresente ao CEAS, em reunião ordinária, informações detalhadas sobre os serviços de atendimento à população em situação de rua, com foco na proteção social especial de média e alta complexidade, incluindo o novo serviço FAS SOS. Formalize convite ao Presidente e os demais membros da Mesa Diretora do CMAS de Curitiba para que participem da reunião ordinária do CEAS, onde a FAS apresentará os Serviços destinados ao atendimento das pessoas em situação de rua, proporcionando um espaço para diálogo e colaboração entre os conselhos. Adicionalmente, solicitamos que sejam esclarecidas as seguintes informações: Número de vagas disponíveis para atendimento/acompanhamento, discriminado para cada unidade de Centro Pop. Número de vagas disponíveis no município para o acolhimento de pessoas em situação de rua, discriminando a rede governamental e não governamental. **Parecer da Comissão:** Acata a sugestão da Divisão de Proteção Social Especial, indicando a reunião ordinária do mês de junho para apresentação. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **2.8. Protocolo: 21.381.465-6 - Relatório de inspeção realizado no Centro POP Célia Fátima, localizado em São José dos Pinhais – PR**: O protocolo detalha a situação do Centro POP Célia Fátima, em São José dos Pinhais (SJP), que enfrenta irregularidades desde agosto de 2023, quando a Defensoria Pública denunciou a falta de psicólogo na equipe técnica, contrariando as normas do SUAS. O CEAS/PR, por meio do Despacho nº 278/2023, solicitou ao Núcleo Regional de Curitiba visita in loco para que fossem averiguadas as questões perpassadas pelo Centro Pop Célia Fátima, o que resultou na constatação de irregularidades relacionadas a formação da equipe técnica, localização e espaço físico inadequado para execução do serviço, além de ultrapassar 80 atendimentos diários. Após, por meio de relatórios, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) apontou 25 itens de melhoria, o CEAS/PR solicitou um plano estratégico da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) para resolver as pendências. Mesmo com o acompanhamento do NR de Curitiba e do CMAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social não apresentou o plano, apenas informou sobre a solicitação de um psicólogo e justificou parte das melhorias. Além disso, o futuro do serviço é incerto, pois o imóvel alugado tinha contrato até março de 2025 e não há informações sobre nova localização. Diante da falta de progresso e da equipe técnica incompleta, sugere-se ao CEAS: A convocação de reunião presencial a ser realizada na SEDEF, com data a definir, com a participação de, no mínimo, um Conselheiro do CEAS/PR, representantes da DPSE/SEDEF, Secretário/a de Assistência Social de São José dos Pinhais, Coordenador do Centro POP Célia Fátima e Presidente do CMAS/SJP. O objetivo da reunião será a discussão e o esclarecimento de questões cruciais relacionadas ao funcionamento da unidade, incluindo sua localização atual e futura, bem como a composição e a adequação da equipe técnica. **Parecer da Comissão:** Acata a sugestão da DPSE/ SEDEF, incluindo a pessoa responsável na gestão pela proteção social especial. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da Comissão. O conselheiro a participar da reunião será indicado posteriormente pela mesa diretora. **2.9. Capacitação do Cadastro Único e PBF - Indicação de conselheiro representante – Grupo V – Guarapuava**: Tendo em vista a realização dos Encontros descentralizados dos Coordenadores Municipais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, solicitamos a indicação de representante do CEAS, respeitando a representatividade territorial dos Conselheiros, para Macrorregional de Guarapuava que abrange os municípios dos Núcleos Regionais de Guarapuava e Ponta Grossa, nos dias 07 a 09 de maio. No âmbito das capacitações do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, foram realizadas atividades conforme a seguinte programação: O Grupo I, em Capanema, contou com a participação de Marlene Cichocki nos dias 26, 27 e 28 de março. O Grupo II participou da capacitação em Pinhais, com Edson Aparecido de Alencar, nos dias 02, 03 e 04 de abril. O Grupo III foi capacitado em Cianorte, com a presença de Sergio Bezerra, nos dias 09, 10 e 11 de abril. O Grupo IV realizou a capacitação em Cornélio Procópio, com Cleny Thomas Maciel, entre os dias 23 e 25 de abril. Por fim, a capacitação do Grupo V ocorrerá em Guarapuava, nos dias 07, 08 e 09 de maio, com o representante a ser indicado posteriormente. **Parecer do CEAS:** A plenária indica a participação do conselheiro Juliano Del Gobo para participação na Macrorregional de Guarapuava. **2.10. Protocolo: 19.192.957-8 - Reestruturação da equipe técnica do serviço de proteção básica e especial do município de Xambrê:** O presente protocolado versa sobre demanda do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – Seccional de Cascavel, encaminhada por meio do Ofício em 08 de julho de 2022 o qual comunicava a necessidade de reestruturação das equipes de referência para os serviços de Proteção Social nos níveis Básica e Especial no município de Xambrê. Cabe apontar que durante esse período em que o processo esteve tramitando houveram avanços na contratação de profissionais requeridos, contudo, na última Informação Técnica conjunta nº02/2024 exaurida pela DPSB/DPSE/CPAS/SEDEF verificou-se que o município ainda possui ausências na regularização da equipe que compõe as unidades da rede socioassistencial. Na reunião desta referida Comissão de Políticas Sociais do mês de agosto de 2024, encaminhou-se que o CMAS informasse quanto à execução dos serviços socioassistenciais ofertados pelo município, e a qualidade da sua execução, bem como, solicitamos ainda que articulem-se, em conjunto com a SMAS e o Núcleo Regional de Umuarama/PR, para elaboração de um planejamento estratégico, com ações e prazos para que o município ajustasse as equipes de referência da Proteção Social Básica, e organizasse as equipes de Proteção Social Especial, conforme orientações prestadas, retornando ao CEAS no prazo de 60 dias. Cabe apontar que não houve uma devolutiva por parte do CMAS no prazo de 60 dias para informar sobre a execução dos serviços socioassistenciais. Além disso, a última devolutiva do município deu-se em 10 de fevereiro de 2025, apontando que, o Departamento Jurídico fará a alteração na nomenclatura de educadores/orientadores sociais para facilitadores sociais. Ao que refere-se ao cargo de Coordenador do CRAS e da Casa Lar aguarda-se a abertura de concurso público, no qual entende que a abertura de concurso para apenas dois cargos torna-se inviável, considerando os custos. O município está implantando o Programa Família Acolhedora, mas não realizará concurso para os cargos, deste modo, a Equipe Técnica no momento está compartilhada com a Equipe da PSE. **Parecer da Comissão:** A convocação de reunião online a ser realizada na SEDEF, com data a definir, com a participação de, no mínimo, um Conselheiro do CEAS/PR, representantes da DPSB e DPSE/SEDEF, representantes do Núcleo Regional de Umuarama, Secretário/a de Assistência Social e técnicos da Gestão de Xambrê, e Presidente do CMAS/Xambrê. O objetivo da reunião será a discussão e o esclarecimento de questões cruciais relacionadas às equipes técnicas da Proteção Social Básica e Especial e a oferta dos serviços socioassistenciais de acordo com as orientações técnicas. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. Na sequencia a conselheira Marlene Cichocki fez uso da palavra para iniciar a leitura do relatório da **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização,** realizada no dia 10/04/2025. **3.1. Capacita SUAS:** A aula inaugural ocorreu no dia 19/03/2025, conforme o planejado e informado na última reunião. Até a data de 08/04/2025, registramos 2.143 visualizações na plataforma do YouTube. Durante a aula inaugural, a Universidade Estadual de Maringá apresentou o cronograma do início das aulas, e, no mesmo dia, os cronogramas detalhados das aulas iniciais do Capacita SUAS foram disponibilizados pelas seis universidades participantes. Informamos também que as aulas tiveram início no dia 31/03/2025, com uma live ministrada pela professora Jucimeri Isolda Silveira. Entre a aula inaugural e o início efetivo das aulas, recebemos relatos de alguns alunos inscritos que não haviam recebido e-mails de confirmação de inscrição, login ou senha de acesso. Após análise, verificamos que muitas inscrições continham e-mails institucionais duplicados, utilizados para mais de um inscrito. Esses casos foram resolvidos individualmente, e todas as situações relatadas foram devidamente solucionadas. No primeiro curso, tivemos 1.092 inscritos. Conforme o parecer do CEAS apresentado na última reunião, elaboramos uma minuta de deliberação propondo a redistribuição de vagas, com a redução do número total destinado ao CEAS e à equipe da SEDEF para os cursos II e III. A minuta está disponível no drive para consulta. Atendendo ao parecer da comissão na última reunião, oficiamos os 26 municípios que não indicaram ou inscreveram participantes para o Curso I do Capacita SUAS, solicitando justificativas. **Parecer do CEAS:** 1° Sugere que a Divisão de Gestão do SUAS, juntamente com a UVPR e demais universidades executoras do curso, realize adequação dos mentores a respeito do horário das mentorias, tendo em vista a dificuldade dos cursistas em participar, contemplando os cursistas que não estão conseguindo participar no horário da manhã e noite. 2° Sugere que a Divisão de Gestão do SUAS, juntamente com a UVPR e demais universidades executoras do curso verifique com os professores conteudistas a possibilidade de não contabilizar a presença, considerando que as aulas já ficam gravadas na plataforma.3° Sugere que a Divisão de Gestão do SUAS, juntamente com a UVPR e demais universidades executoras do curso reveja o termo de compromisso, tanto para o gestor municipal e o trabalhador indicado para o curso com a especificação do quantitativo de aulas síncronas e assíncronas que podem ocorrer preferencialmente no período diurno e eventualmente no período noturno. 4° Envio de ofício circular para todos os municípios que indicaram alunos para o curso I, reforçando a importância de acesso à plataforma e a obrigatoriedade de 75% de participação nas aulas síncronas. 5° Aprovada minuta de deliberação apresentada. 6º As alterações propostas nos pontos 1, 2 e 3 serão consideradas para os demais cursos, tendo em vista o início do curso I, posterior aos referidos encaminhamentos. **3.1.1. CEEP**: No dia 25/03/2025, realizamos uma reunião para tratar dos principais pontos de pauta do CapacitaSUAS. Durante a reunião, apresentamos um panorama sobre o processo de trabalho até aquela data, bem como sobre a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS. Nesse contexto, incluímos nas metas os planejamentos realizados pelos Núcleos Regionais, IARAS e Divisões. Ressaltamos que dois Núcleos Regionais solicitaram prorrogação de prazos para reorganizar seus planejamentos antes da finalização do Plano. Adicionalmente, no dia 18/03/2025, realizamos uma reunião específica sobre o CapacitaSUAS com o Coordenador Nacional da Gestão do Trabalho. Na ocasião, relatamos o andamento do processo de elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente. O coordenador solicitou que o Plano fosse enviado para análise antes de ser submetido à pactuação e aprovação formal. **Parecer do CEAS:** Ciente. **3.1.2. Protocolo 23.718.042-9 – Oficio n. 12/2025 – Secretaria Municipal de Assistência Social de Tamarana**: Trata-se do Memorando n° 018/2025, que solicita esclarecimentos sobre o Capacita SUAS. A Divisão de Gestão do SUAS informa que a elaboração dos cronogramas de aulas foi atribuída à universidade nucleadora do programa. Destacamos que a universidade realizou o edital de chamamento para a contratação de Professores Mentores e Professores conteudistas, sendo que cada universidade organizou e finalizou seus respectivos cronogramas. Esses cronogramas foram apresentados na aula inaugural da terceira etapa do programa, realizada em 19 de março de 2025, e disponibilizados na plataforma Moodle. No momento da inscrição, foi apresentado o Termo de Compromisso, no qual o Gestor Municipal assumiu a responsabilidade de garantir a participação dos trabalhadores no curso. O Termo inclui a seguinte disposição: I. Assegurar a liberação dos trabalhadores de acordo com a carga horária prevista para cada curso ofertado pelo CapacitaSUAS – III Etapa, que será de 40 horas para cada curso. Ressalta-se que o Termo de Compromisso não especifica os horários das aulas, uma vez que, como mencionado acima, essa definição é de responsabilidade das universidades. Na ocasião da assinatura do Termo, os cronogramas ainda não haviam sido concluídos. Por fim, informamos que os Professores Mentores definirão coletivamente os horários futuros das aulas, em consenso com os grupos de alunos, visando estabelecer os períodos mais adequados para todos os cursistas. **Parecer do CEAS:** Ciente. **3.2. [Trimestral] Registro Mensal de Atendimento – RMA - Outubro, Novembro e Dezembro 2024:** Como parte das atividades contínuas de vigilância socioassistencial realizadas pela Divisão de Gestão do SUAS, apresentamos os dados de atendimento das unidades de assistência social (CRAS, CREAS e CENTRO POP) relativos aos dois últimos trimestres. Os dados apresentados são quantitativos, baseados nas informações preenchidas no Registro Mensal de Atendimento (RMA). As informações foram organizadas por unidade e pelos serviços ofertados, permitindo uma visão segmentada e detalhada do atendimento prestado. Este material está em fase de compilação e será complementado no relatório final com uma análise qualitativa e aprofundada dos dados apresentados. Os documentos estão disponíveis no Drive para consulta. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **3.3. Protocolo: 22.086.221-6 - Denúncia Anônima sobre o CMAS de Almirante Tamandaré:** Trata-se de denúncia anônima direcionada ao Conselho Estadual de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Assistência Social do Estado do Paraná, que versa sobre suposta irregularidade na composição do Conselho Municipal de Assistência Social de Almirante Tamandaré. Em síntese, a denúncia sustenta que o CMAS não possui representação do segmento dos usuários, bem como não realiza a divulgação das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias. A DGSUAS analisou os autos e identificou que, de fato, a lei municipal n° 388/95 não dispõe sobre a participação de usuários no CMAS. Além disso, as informações coletadas no CadSUAS corroboram o entendimento. Diante disso, a DGSUAS entendeu que a redação da Lei n° 388/95 merecia ser revista, bem como recomendou que o CMAS efetivasse a divulgação dos seus atos, assegurando a transparência e acesso à informação. Em ato contínuo, os autos foram analisados pela comissão de acompanhamento dos conselhos e, subsequentemente, pelo colegiado na reunião plenária de junho de 2024. Na época, o colegiado solicitou diligências à DGSUAS, no sentido de esclarecer "qual foi a data de emissão do ARCPF, bem como verificação do mandato dos conselheiros à época". Nesse sentido, a DGSUAS se manifestou por meio da informação técnica n° 33/2024 e informou que o decreto n° 19/2022 observava o critério de paridade na composição do CMAS; não há vício/irregularidade na emissão do atestado n° 242/2023, uma vez que foram consideradas as diretrizes da LOAS e da Res. n° 237/2006, a qual era vigente na época; O advento da Res. n° 100/2023 do CNAS ocorreu após a análise e emissão do ARCPF/2023. Ademais, a DGSUAS reafirmou que o atual mandato do CMAS, que refere-se ao biênio 2023/2025, não resguarda a participação do segmento dos usuários, sendo imprescindível alterar a composição do conselho. Feito isso, a secretaria-executiva do CEAS/PR notificou o município de Almirante Tamandaré, por meio do ofício n° 112/2024 e 113/2024, solicitando providências sobre a redação da lei n° 388/95, bem como da divulgação dos atos do conselho, respectivamente. Em atendimento ao pleito, o CMAS respondeu a secretaria-executiva por meio do ofício n° 10/2024, e informou que seriam tomadas as medidas necessárias para solucionar a demanda. Em 17 de dezembro de 2024 a prefeitura municipal de Almirante Tamandaré publicou em seu Diário Oficial a lei n° 2.491/2024, que altera o artigo 11 da Lei n° 388/95. Extrai-se da nova redação do artigo 11, alínea C: 01 (um) representante dos usuários do SUAS, e seus respectivos suplentes. Desta feita, a DGSUAS tomou ciência acerca da alteração da Lei municipal n° 2.491/2024 de Almirante Tamandaré, contudo, salienta que consultou o Sistema de Autenticação e Autorização – SAA, em especial na aba correspondente ao CadSUAS, e identificou que não foi atualizada a relação de conselheiros. Portanto, sugere-se envio de ofício ao município, solicitando atualização do sistema. **Parecer do CEAS:** Envio de ofício ao município, solicitando atualização do CadSUAS com nova composição do CMAS com prazo de até 15 dias úteis. Retorno de pauta para ciência sobre a atualização. **3.4 Vigilância Socioassistencial:** A DGSUAS propõe pela Vigilância Socioassistencial do Estado do Paraná a elaboração de uma série de boletins. A proposta prevê a publicação de edições bimestrais, com o objetivo de apresentar informações que contribuam para a análise territorial e para a tomada de decisões de qualificação e implementação dos Serviços Socioassistenciais. O boletim será construído com linguagem clara, objetiva e acessível, voltada a diferentes públicos, como gestores, trabalhadores do SUAS, conselheiros, entre outros, fortalecendo o uso estratégico das informações produzidas pela vigilância socioassistencial no estado. Na ocasião, será apresentado o primeiro material já produzido, referente a Vigilância socioassistencial, o qual passará por apreciação conjunta e será publicado posteriormente como a edição inaugural do boletim. **Parecer do CEAS:** Ciente. 1° Convidar a coordenadora dos Núcleos Regionais e IARA's para participar da próxima reunião da comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização. 2° Retorno da pauta de estruturação dos Núcleos Regionais. 3° Retorno da pauta para próxima reunião sobre sistema de justiça, conforme parecer de março do CEAS/PR. Dando sequência, a conselheira Terezinha Correa Maciel iniciou a leitura do relatório da **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial**, realizado no dia 10/04/2025. **4.1. Reuniões Descentralizadas CEAS/PR: Discussão sobre a realização**: Em atenção a Deliberação CEAS/PR 050/2024, que aprovou a metodologia de reuniões descentralizadas do Conselho Estadual de Assistência Social, foi elaborado e encaminhado aos 399 CMAS, via equipes regionais o Ofício Circular CEAS/PR 015/2024 (disponível no drive). Este tinha como objetivo consultar os eventuais interessados em sediar as próximas reuniões descentralizadas do CEAS/PR, o período de resposta foi estipulado entre: 01/07/2024 à 30/09/2024. Durante este período, houve o recebimento de três resposta, sendo: Campo Largo - 26/06/2024 - Relatou interesse, porém não atendeu os requisitos estipulados na deliberação; Guarapuava - 18/06/2024 - Relatou interesse, porém não atende os requisitos estipulados na deliberação; Umuarama - 13/09/2024 - Relatou interesse em contribuir em outras atividades, porém não atende os requisitos estipulados na deliberação. Para além da ausência de locais adequados para a realização de reuniões descentralizadas, faz-se necessário considerar um aspecto de suma importância relacionado à realização de reuniões descentralizadas em anos conferências: é histórico da priorização da organização e realização das conferências, em detrimento de quaisquer outros eventos, isto porque para a realização do processo conferencial, é necessário concentrar todos os recursos disponíveis devido a sua complexidade. Entendemos que existem vários aspectos que necessitem de reavaliações referentes à reuniões descentralizadas, entretanto compreendemos a necessidade de formalizar condutas historicamente tomadas por este conselho, para garantia do cumprimento das normativas exaradas pelo próprio conselho. Deste modo, apresentamos minuta de deliberação que visa aprimorar o conteúdo contido da Deliberação CEAS/PR 050/2024. **Parecer da Comissão:** Aprovação da minuta de deliberação. Retornar à pauta de discussão da comissão, em momento oportuno, para realização de análise dos aspectos relacionados à continuidade da realização de reuniões descentralizadas, metodologia de consulta dos municípios interessados em seu recebimento, dentre outros aspectos pertinentes, incluindo o panorama de avaliação da última reunião descentralizada. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **4.2. Protocolo 22.817.968-0 - Possibilidade de custeio dos conselheiros suplentes do segmento de Usuários do SUAS nas reuniões ordinárias do CEAS/PR:** Considerando as informações contidas no processo, em especial o Despacho nº 043/2025 do CEAS/PR e a Informação Técnica nº 107/2025 – SEDEF/AT, que tratam da solicitação de inclusão no Regimento Interno do CEAS/PR do custeio da participação presencial dos conselheiros suplentes do segmento dos Usuários do SUAS nas plenárias ordinárias, mesmo quando os titulares estiverem presentes, registra-se que o CEAS/PR, em reunião plenária, debateu a dificuldade de acesso dos conselheiros suplentes (representantes dos usuários) a equipamentos de tecnologia, o que limita sua participação efetiva. Baseado na Informação Técnica 012/2024 da Secretaria Executiva o CEAS/PR deliberou pelo envio do protocolado para análise da Assessoria Técnica da SEDEF/AT. Após análise realizada pela mesma, a Assessoria Técnica concluiu que não há amparo legal para custear despesas de suplentes quando os titulares estão presentes, conforme Lei Estadual nº 11.362/1996 (art. 9º): prevê paridade na composição, mas não obriga custeio de suplentes sem ausência do titular; Decreto Estadual nº 6.358/2024: que restringe diárias a um representante por vaga (titular ou suplente em caso de ausência do titular). Concluindo que, deste modo, deve manter-se o custeio apenas para suplentes em exercício (ausência do titular). Além disso, sugeriram explorar alternativas para garantir participação dos suplentes, como: transmissão online das reuniões; reuniões remotas prévias sobre pautas; e articulação com municípios para apoio logístico local. **Parecer da Comissão:** Ciência sobre a previsão e legalidade do custeio de suplentes, apenas quando este estiver em exercício, ou seja, na ausência do titular. Sugere-se o arquivamento do protocolado. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. Na sequência a conselheira Rogéria Aparecida Ortelhado procedeu a leitura do relatório da **Comissão de Acompanhamento aos CMAS**, realizada no dia 10/04/2025. **5.1. FONACEAS**: O FONACEAS encaminhou, via e-mail expresso, ao CEAS/PR, o Ofício Circular nº 001/2025 - Convocação FONACEAS, na data de 12 de março de 2025. O referido ofício versa sobre a convocação para a 66ª Reunião do FONACEAS, que será realizada em Brasília - DF, nos dias 28, 29 e 30 de Abril de 2025, das 8:00 às 18:00 horas, bem como determina o prazo até 10 de abril para inscrição do membro do Conselho. Em adição, consta um link no e-mail supracitado, referente à inscrição do representante definido pela Mesa Diretora do CEAS/PR. Em vista disto, na data de 09 de abril de 2025 a inscrição da vice-presidente do CEAS/PR, Sra. Renata Mareziuzek dos Santos, foi realizada via link fornecido pelo FONACEAS. Em suma, a Resolução Ad Referendum 08/2025 referente a representação do referido evento encontra-se publicada no DIOE nº 11882 de 10 de abril de 2025. Ademais, na data de 07 de abril de 2025, este CEAS/PR recebeu a Carta Aberta da 65ª Plenária Ordinária do FONACEAS, a qual ocorreu em Belo Horizonte/MG, nos dias 21 a 23 de outubro de 2024. Conforme informado na referida Carta Aberta, fizeram-se representados os Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) de vinte e um estados, dentre eles o estado do Paraná. Os CEAS dos Estados e do Distrito Federal, articulados no FONACEAS, reafirmaram o compromisso com a representação, interlocução, articulação, discussão, proposição, troca de saberes e de apoio às atividades inerentes ao controle social e à participação popular, contribuindo para o fortalecimento do controle social da política de Assistência Social. Em adição, fomentando a atuação orgânica, parceira e complementar às demais instâncias de participação e descentralização do controle social favorecendo, de forma pedagógica e efetiva, a participação das(os) conselheiras(os) Usuárias(os), Trabalhadoras(es), dirigentes de entidades socioassistenciais em colegialidade com as(os) conselheiras(os) do poder público. Considerando os três dias de Plenária, reforça-se o Controle Social do SUAS: Em favor da efetivação e valorização de usuárias(os) do SUAS, com devido apoio político e administrativo, espaços para realização de sua autonomia, independência e protagonismo efetivo, principalmente no comando dos espaços de Controle Social da política de Assistência Social de todo território nacional; Reafirma o Controle Social como espaço de dissenso e consensos, considerando que a Sociedade Civil e o Poder Público (Governo) saibam quais as prioridades para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como para os usuários(as), de forma a corroborar com o avanço da reconstrução e fortalecimento da política pública de Assistência Social, além da garantia dos direitos sociais e humanos. Reforça a urgência do avanço na reconstrução do SUAS com financiamento público fundo a fundo, de acordo com a lei PEC 383/2017, com autonomia e independência do Controle Social, bem como efetiva participação da Sociedade Civil, com devida proporcionalidade entre os segmentos da Sociedade Civil. Além de Educação Permanente ampliada, efetiva, de qualidade e com financiamento público garantido. Em síntese, revigora-se a importância e necessidade de participação dos CEAS nas Plenárias Ordinárias do FONACEAS. Ressalta-se ainda que ausências por questões administrativas, em especial de representantes de usuárias(os) e trabalhadoras(es) e entidades de assistência social, precisam ser superadas a fim de avançarmos no fortalecimento do Controle Social do SUAS e da Política de Assistência Social. **Parecer da Comissão:** Ciente. Encaminhar a pauta referente a Lei PEC 383/2017 à Comissão de Comunicação, Mobilização e Articulação, para ciência acerca da necessidade da ampliação da Educação Permanente com financiamento público garantido. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **5.2. Nota Orientativa aos Gestores Municipais: Diferenças entre SMAS e CMAS**: Em consideração ao encaminhamento deliberado na reunião plenária ordinária do mês de março, sendo este: Parecer da Comissão: Ciente. A Comissão irá trabalhar na Nota Orientativa durante o mês de março, a qual será apresentada para a plenária na reunião do mês de abril. A Comissão entende que a Nota Orientativa servirá como "resposta" às justificativas apresentadas, não havendo a necessidade de respostas específicas para cada município. Parecer do CEAS: Aprovado o parecer da comissão. A minuta da nota será encaminhada aos demais conselheiros para contribuições até o dia 20/03/2025. A Comissão realizou um roteiro, o qual continha questionamentos, bem como elementos que poderiam compor a Nota Orientativa em foco, para iniciar sua elaboração. O documento foi compartilhado com os demais conselheiros do CEAS/PR, para contribuições, com prazo até dia 31 de março de 2025, não havendo devolutivas a serem observadas. Deste modo, no decorrer do mês a equipe da secretaria executiva organizou um esboço de estrutura para ser validado junto à comissão. **Parecer da Comissão:** Aprovada a estrutura da nota orientativa, que conterá comentários no decorrer do conteúdo, extraído das contribuições dos conselheiros e da equipe técnica. A comissão irá trabalhar na minuta até o dia 25 de abril de 2025 e posterior encaminhamento aos demais conselheiros para contribuições. A pauta retornará na reunião ordinária de maio para aprovação. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **5.3. Revisão dos Trabalhos da Comissão - Integração e Intermediação: Entidades na Conexão entre Assistência Social e Intermédio com o Mundo do Trabalho**: O presente ponto tem por objetivo realizar uma retomada das discussões desta comissão, no que se refere a conexão das entidades no intermédio entre assistência social e o mundo do trabalho. A pauta é oriunda da reunião plenária ordinária do mês de fevereiro de 2024, devido à solicitação do Instituto GERAR ao CEAS/PR, para intervenção junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Guarapuava. Naquela ocasião o CEAS/PR além de deliberar pelo envio de ofício ao município de Guarapuava e à instituição informando as providências tomadas, também deliberou pela elaboração de uma nota orientativa acerca da atuação das instituições de intermédio com o mundo do trabalho no SUAS. Após o referido encaminhamento, foi elaborado pelo apoio técnico um esboço de estrutura para a referida nota, que pode ser conferida por meio do link

Nota orientativa - Inscrição de entidades atuantes no mundo do trabalho. , tendo sido apresentado à comissão para início dos trabalhos. Perante as circunstâncias, considerando as dificuldades encontradas para elaboração de orientação, entendeu-se inicialmente pela necessidade de aprofundamento acerca da temática. Diante de tal constatação, foi convidado representante da instituição CIEE/PR, que realizou uma explanação sobre os serviços desenvolvidos naquela instituição. Ainda assim, verificou-se o carecimento de maiores informações sobre a questão, postergando a pauta para obtenção dessas, visando a consolidação de um entendimento mais ampliado sobre o vínculo SUAS destas instituições. Dessa forma, foram emitidos convites a diversas instituições, que prontamente responderam de maneira positiva e participaram de uma reunião da comissão na data de 25 de julho de 2024. Tal reunião resultou na elaboração de um documento norteador, que por sua vez registrou os principais pontos levantados na mesma. Posteriormente a isto, a comissão reuniu-se em caráter extraordinário em janeiro de 2025 para discussão sobre os rumos que o referido encaminhamento iria tomar. Na ocasião desta, discutiu-se sobre a necessidade de rever a estratégia de encaminhamentos tomados pela comissão referentes ao tema, entretanto a mesma não sentiu-se confortável em proceder com o registro de parecer sobre a situação, devido ao não comparecimento integral dos membros. Desta feita, tendo em vista que atualmente a comissão possui um novo ponto de partida sobre a análise e encaminhamento da referida questão, bem como, considerando a composição da Comissão de Normas da Assistência Social do Conselho Nacional de Assistência Social <https://7f9ee646-2885-415a-bfa4-9e608360171d.usrfiles.com/ugd/7f9ee6_f8b233b40460488a8c69080ec547f324.pdf>, sobretudo com a representante das Entidade com vínculo SUAS, senhora Catarina de Santana Silva, admite-se a necessidade de ampliar e discutir a realização de uma orientação aos CMAS acerca da vinculação de tais entidades à perspectiva SUAS, direcionada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, considerando sua atribuição na Política Nacional de Assistência Social. **Parecer da Comissão:** A conselheira Nadia irá compartilhar durante o mês um modelo de diretrizes para inscrições de Organizações da Sociedade Civil nos CMAS, para estudos da Comissão. Oficiar a comissão de Normas da Assistência Social (CNAS), convidando um conselheiro para que possa elucidar a questão, visando o direcionamento da elaboração da nota orientativa acerca da vinculação e papel e lugar das entidades que promovem intermediação ao mundo do trabalho, à perspectiva do SUAS. Sugere-se o retorno da pauta após a devolutiva do CNAS. Caso o representante tenha outra agenda na data da reunião da Comissão, propõe-se também uma reunião extraordinária. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da Comissão. **5.4. Protocolo 22.297.633-2 – Atendimento SIGO 90404/2024 - Município de Virmond**: Trata-se de averiguação de demanda de atendimento SIGO nº 90404/2024, no qual é relatado pela denunciante que, de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Virmond, itinerantes teriam direito à concessão de passagens de ônibus. Todavia, declara que a gestão municipal tem negado tal prática, sob a justificativa da falta de subsídio para manter a demanda, além de ressaltar que a questão tem comprometido o trabalho realizado por profissionais do SUAS na esfera do município. Diante da narrativa, a situação foi repassada à Divisão de Gestão do SUAS, que exarou a Informação Técnica nº 29/2024 - DGS/CPAS/SEDEF. A referida informação salienta que a fiscalização do cumprimento legislativo é atribuída ao Ministério Público, bem como é de competência do Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização do PMAS, não havendo manifestação de nenhum deles. Em consideração a esta conjuntura, a questão foi analisada pelo CEAS/PR, no âmbito desta comissão, tendo este deliberado pelo seguinte encaminhamento: Parecer do CEAS: Considerando a ausência da manifestação do CMAS, qual tem por atribuição a aprovação do PMAS, solicita-se que o CMAS de Virmond, seja oficiado acerca do teor da denúncia, e salientando sua competência em relação aos processos de fiscalização dos serviços, programas, projetos, em sua dimensão física e de RH, além de questionamento acerca do modo que o Conselho Municipal vem fiscalizando a execução do Plano Municipal de Assistência Social e se existe alguma irregularidade, com prazo de 60 dias. O CEAS/PR emitiu Ofício nº 204/2024 - CEAS/PR, repassando as informações ao CMAS de Virmond, de acordo com o parecer, recebendo como devolutiva o Ofício 02/2024 - CMAS de Virmond, o qual informa que a concessão de benefícios eventuais foi regulamentada por meio da Lei Municipal nº 206/2014. Contudo, sinalizam que o fato do município não possuir rodoviária dificulta a formalização de convênios com empresas de transporte coletivo, bem como, comunicam que em alguns casos são disponibilizados transporte próprio com deslocamento até municípios próprios, visando assegurar o acolhimento básico aos itinerantes. Posteriormente, o protocolo foi remetido à Divisão de Proteção Social Básica, que registrou por meio da Informação Técnica nº 13/2025 - DPSB/CPAS/SEDEF que o direito ao transporte compõe o escopo dos direitos sociais assegurados no art. 6º da Constituição Federal de 1988, devendo constar no plano de transporte municipal, ações que promovam a redução de desigualdades e estimulem o acesso aos serviços básicos sociais, em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Portanto, compreende-se que o benefício em foco não compete à Política de Assistência Social. Ademais, destaca-se ainda que no Decreto nº 6.307/07, responsável por formalizar os Benefícios Eventuais no campo do estado, normativas a respeito da oferta deste benefício. Contudo, a oferta pode ser realizada em casos específicos, se identificada situação de vulnerabilidade social. Outrossim, evidencia-se que o dever de cofinanciar os serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência social, havendo assim a necessidade de regularização da oferta de Benefícios eventuais por parte do município, em concordância com as normativas estaduais. **Parecer da Comissão:** A comissão registra a discussão acerca da disponibilização dos Benefícios Eventuais, em pecúnia, para pagamento de transportes alternativos (uber, táxis, vans) ou contratação do mesmo pelo município por dispensa de licitação. Dessa forma, sugere-se que seja encaminhado a questão à Divisão de Proteção Social Básica, para verificação da possibilidade e posterior retorno para a Comissão. Envio de ofício ao CMAS de Virmond, solicitando que informem quais são as medidas tomadas para que se cumpra a fiscalização da execução do Plano Municipal de Assistência Social, visto que a devolutiva do CMAS respondeu parcialmente os questionamentos deste CEAS. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. Finalizada a leitura a conselheira vice-presidente iniciou a leitura do relatório da **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo**, realizado no dia 11/04/2025. **1.1. SIFF - Sistema de Informação Fundo a Fundo:** A Gestão de Fundos informa o panorama atualizado de inserção dos extratos no Sistema Fundo a Fundo - SIFF referente ao 2º Trimestre de 2025, conforme planilha juntada na pasta de documentos. **Parecer da Comissão:** 1)Ciente 2)Encaminhar e-mail de orientação aos Núcleos Regionais e Instâncias de Atuação Regional Avançadas (IARAs) informando acerca dos prazos de inserção de extratos no SIFF, alertando que o último extrato, referente ao mês de março, deverá ser inserido até a data de 22 de abril de 2025. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.1.1. Verificação dos prazos de execução dos municípios que possuem saldo em conta acima de 100%:** Retoma-se que em reunião descentralizada do CEAS/PR realizada no município de Pato Branco, nos dias 07 e 08 de novembro de 2024, em ponto de pauta relacionado gestão de recursos do Piso Único de Assistência Social, foi informado que após análise financeira para pagamento do PAS, apenas 224 municípios estavam aptos, uma vez que 29 municípios apresentaram saldo em conta acima de 100% e 105 não realizaram a inserção de extratos no SIFF. Diante do exposto, o CEAS/PR aprovou sugestão de encaminhamento dos municípios participantes: “Que a Comissão realize estudo sobre os municípios que possuem saldo em conta superior a 100%, com o objetivo de verificar os prazos para execução e/ou devolução dos recursos.” Desta forma, na reunião do CEAS do mês de fevereiro de 2025 o ponto de pauta 1.2.1 propôs “Discussão inicial: verificação dos prazos de execução dos municípios que possuem saldo em conta acima de 100%”. Observa-se que, na data da discussão 6 municípios já não mais estavam em situação de saldo acima de 12 parcelas, restando 23. Dessa discussão resultou o seguinte parecer: “Solicitar à Gestão de Fundos/SEDEF a relação detalhada dos 23 municípios que apresentam saldo em conta superior a 100%, informando desde quando essa condição persiste, subsidiando a análise quanto a criticidade de cada caso, com vistas a embasar o estudo proposto.” Desta forma, apresentamos a síntese dos dados (referência 21/03/2025), disponibilizados pela Gestão de Fundos/SEDEF para análise da Comissão. O município de Manoel Ribas apresenta saldo acima de 100% desde fevereiro de 2024, com último extrato anexado em fevereiro de 2025. O saldo atual é de R$ 108.161,95, correspondendo a 103,01%. Em Apucarana, o saldo superior a 100% é registrado desde junho de 2024, com último extrato de dezembro de 2024, totalizando R$ 389.891,72, o que representa 122,61%. Cruz Machado também mantém saldo acima desde junho de 2024, com extrato de dezembro do mesmo ano. O valor atual é de R$ 83.421,78 (111,23%). Salto do Lontra apresenta saldo elevado desde junho de 2024, com extrato atualizado em fevereiro de 2025. O valor registrado é de R$ 81.498,20, equivalente a 108,66%. Em Bela Vista do Paraíso, o saldo acima de 100% é observado desde julho de 2024, com extrato de fevereiro de 2025, totalizando R$ 94.988,59 (126,65%). Colombo apresenta saldo desde julho de 2024, com atualização em fevereiro de 2025. O saldo é de R$ 563.482,26, representando 107,33%. Lindoeste também ultrapassa o limite desde julho de 2024, com extrato de fevereiro de 2025, somando R$ 80.654,79 (107,54%). Santa Amélia possui saldo acima desde julho de 2024, com último extrato em dezembro do mesmo ano, no valor de R$ 90.126,44 (120,17%). O município de Alto Paraíso apresenta saldo elevado desde agosto de 2024, com extrato de fevereiro de 2025, somando R$ 87.948,83 (117,27%). Cambira, com saldo superior desde agosto de 2024, tem extrato de dezembro do mesmo ano e saldo atual de R$ 79.110,16 (105,48%). Capitão Leônidas Marques apresenta situação semelhante desde agosto de 2024, com extrato de dezembro e saldo de R$ 79.086,02 (105,45%). Doutor Camargo também registra saldo acima de 100% desde agosto de 2024, com extrato de fevereiro de 2025, totalizando R$ 90.414,00 (120,55%). Godoy Moreira, embora listado, apresenta percentual abaixo de 100%, com 89,58%, a partir de agosto de 2024 até o extrato de fevereiro de 2025, com saldo de R$ 67.184,50. Novo Itacolomi registra saldo elevado desde agosto de 2024, com extrato de fevereiro de 2025 e valor de R$ 91.268,58 (121,69%). Araucária está com saldo acima de 100% desde outubro de 2024, com extrato de dezembro do mesmo ano, totalizando R$ 288.606,88 (120,05%). Carambeí apresenta saldo desde outubro de 2024, com extrato de janeiro de 2025 e valor de R$ 100.746,98 (100,75%). Céu Azul, com saldo elevado desde outubro de 2024 e extrato de fevereiro de 2025, registra R$ 78.931,93 (105,24%). Londrina mantém saldo acima do limite desde outubro de 2024, com extrato de fevereiro de 2025, somando expressivos R$ 1.141.637,84 (120,43%). Marmeleiro também apresenta saldo elevado desde outubro de 2024, com extrato de dezembro e valor de R$ 76.880,76 (102,51%). Paranaguá tem saldo acima desde outubro de 2024, com extrato de dezembro do mesmo ano, totalizando R$ 268.685,36 (111,95%). São José dos Pinhais mantém saldo acima desde outubro de 2024, com extrato de fevereiro de 2025, no valor de R$ 597.224,76 (102,97%). Em São Mateus do Sul, o saldo permanece elevado desde outubro de 2024, com extrato de fevereiro de 2025, totalizando R$ 102.658,23 (102,66%). Por fim, Adrianópolis apresenta saldo acima de 100% desde novembro de 2024, com extrato de fevereiro de 2025, no valor de R$ 87.266,07 (116,35%). **Parecer do CEAS:** Oficiar os 23 municípios, com cópia para respectiva promotoria de justiça, e Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), solicitando que até o final do segundo trimestre de 2025 apresente redução de saldo (para menos de 100%, para que possam receber a próxima parcela do recurso) em não havendo redução de saldo haverá a devolução do recurso. **1.2. Piso Único de Assistência Social – PAS**: A Assessoria Técnica da Coordenação Estadual da Política de Assistência Social informa que em março de 2025 encaminhou à Gestão de Fundos, por meio da Informação Técnica 02/2025 CPAS de 06 de março de 2025, relação de 395 municípios considerados aptos, após análise da área técnica, para o recebimento do 1º Trimestre do PAS 2025. Destaca-se que quatro municípios: Miraselva, São Tomé, Uniflor e Wenceslau Braz apresentaram inconsistências e não foram indicados na relação. Após análise da área financeira, a Gestão de Fundos constatou que dos 395 municípios, apenas 277 estavam aptos ao recebimento do recurso, uma vez que 119 municípios não realizaram inserção de extratos e/ou apresentaram saldo acima de 12 parcelas, conforme deliberações do CEAS/PR n° 058/2021 e n° 036/2024, respectivamente. Observa-se que o protocolo ainda encontra-se na gestão de fundos/SEDEF, assim que for restituído à AT CPAS, com o detalhamento acerca dos motivos de inaptidão dos 119 municípios, a informação será compartilhada neste Conselho. O pagamento aos 277 municípios foi efetuado na data de 15 de março de 2025, totalizando valor de R$ 8.001.000,00 (oito milhões e um mil reais). Em relação aos quatro municípios que haviam apresentado inconsistências, estes foram acionados pela AT CPAS e regularizaram a situação em prazo estabelecido. Desta forma solicitamos em favor destes, por meio da IT 06/2025 AT CPAS, o pagamento do 1º trimestre do PAS, que foi efetuado na data de 31/03/2025, totalizando R$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais). Isto posto, informamos que o 1º Trimestre do PAS 2025 foi pago a 281 municípios, totalizando repasse no valor de R$ 8.083.500,00 (oito milhões oitenta e três mil e quinhentos reais). Por fim, no âmbito das iniciativas empreendidas pela CPAS com objetivo de qualificar as práticas de gestão e contribuir para aprimoramento dos serviços ofertados e à execução dos recursos, destacamos a elaboração do Guia de Execução do Piso Único de Assistência Social (PAS), instrumento que visa

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

orientar os gestores municipais quanto à utilização deste recurso. O documento foi encaminhado por e-mail aos NR's e IARA's na data de 31/03/2025 para ampla divulgação às municipalidades da área de abrangência. **Parecer da Comissão:** 1) Ciente 2) Após atualização de Guia, que o CEAS o encaminhe aos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) para ampla divulgação junto às gestões municipais. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.3. Panorama das construções de CRAS e CREAS:** A Divisão de Proteção Social Básica apresentou o panorama das construções CRAS e CREAS 2024. 1) Total de municípios que finalizaram a entrega dos documentos da Etapa 1: 14 municípios CRAS:12 Municípios: Altamira do Paraná; Assaí; Bandeirantes; Cambará; Castro; Esperança Nova; Grandes Rios; Jundiaí do Sul; Leópolis; Marilândia do Sul; Mauá da Serra; Reserva. CEAS: 02. Municípios: Porecatu; Santa Tereza do Oeste. 2) Total de municípios que entraram em diligência referente a documentação da Etapa 1, necessitando de correções: 06 municípios. Situações apresentadas: CRAS: 5 situações: Doutor Ulysses correções: no levantamento planialtimétrico e memorial/croqui do lote; Guaratuba correção: no croqui de implantação; Imbituva: correções nos documentos da troca de terreno. Primeiro de Maio correção: na viabilidade da Copel e Sanepar, DLAE (Dispensa de Licenciamento Ambiental) e no croqui de implantação; Santa Amélia correções no relatório fotográfico, foto aérea, memorial/croqui do lote, viabilidade Copel e Sanepar, declarações, DLAE, levantamento planialtimétrico com ART e no croqui de implantação. CREAS: 1 situação. Itaperuçu: correções na foto aérea, no levantamento planialtimétrico e correções no croqui de implantação; Informamos que até o dia 14/05/2025 todos os municípios, incluindo os que concluíram a etapa 1, devem entregar as documentações da etapa 2 referente ao Anexo VII, da Resolução nº 109/2023, portanto os municípios em diligência terão que complementar a etapa 1 o mais breve possível, para também encaminhar até esta data a etapa 2. Destacamos ainda que, a Proteção Social Básica e Especial tem atuado junto ao Núcleo Técnico de Arquitetura, encaminhado e-mails e orientações aos municípios com objetivo de assessorá-los e manter os procedimentos em celeridade. **Parecer da Comissão:** Como prioridade, encaminhar ofícios aos municípios em diligência reforçando a necessidade de cumprimento do solicitado pela NTA e DPSB, informando que diante de constantes demandas de construções de CRAS e CREAS eles foram contemplados, entre outros municípios, bem como ressaltando a importância da unidade pública para o atendimento da população vulnerável, em risco social e violação de direitos. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.3.1 Protocolo: 22.336.807-7 - Devolução de Recurso referente a construção de CREAS – município de Pitanga**: A Divisão de Proteção Social Especial informa o recebimento da devolução, por parte do município de Pitanga, do recurso destinado à construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O valor devolvido totaliza R$126.705,54, sendo R$120.000,00 referente ao repasse e R$6.705,54 correspondente aos rendimentos do período. O extrato bancário comprobatório foi devidamente encaminhado dentro do prazo estabelecido. Conforme análise da Gestão de Fundos, o procedimento de devolução está em conformidade com as normas vigentes. Diante do exposto, compreende-se que o município cumpriu com todos os trâmites necessários após sua desabilitação, Deliberação 07/25 CEAS/PR, para recebimento do recurso destinado a construção do CREAS. **Parecer da Comissão**: Arquive-se. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.4. Protocolo: 20.303.686-8 - Ofício no 064/2023 - Aquisição de novo veículo – Cândido de Abreu**: O presente protocolado refere-se ao Ofício nº 064/2023 do município de Cândido de Abreu, encaminhado ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR). O Ofício relata que o município recebeu em 2016 por meio do Programa Família Paranaense (que teve seu nome alterado para Programa Nossa Gente Paraná por força da Lei Estadual nº 20.548/2021) uma "Van Escritório" para atendimentos volantes, "sendo de grande relevância para a efetividade das ações (…) de grande importância para o adequado atendimento às famílias referenciadas". Contextualiza a extensa área rural da municipalidade e o número de famílias atendidas nos Programas Nossa Gente Paraná e Cartão Comida Boa. Acompanha-o relatório do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) contextualizando a utilização do veículo na prestação de serviços de Proteção Social Básica e apoio a programas do Estado, especificamente no caso de famílias que residem em área rural e têm dificuldade de locomoção até o equipamento público. O relatório inclui imagens de atendimentos realizados, bem como imagens do atual estado do veículo. Conforme relatado, "a van vem apresentando problemas de desgastes mecânicos pelo excessivo uso". Isto posto, à época (05/04/2023) o CEAS/PR encaminhou o protocolo à CPP para ciência e manifestação acerca da situação apresentada. Em resposta, a CPP elaborou a Informação Técnica nº 22/2023, que em síntese informou que "desde 2019 não foi dada continuidade ao investimento da empresa Renault do Brasil S/A no projeto de Unidades Móveis Equipadas, no âmbito do Programa Paraná Competitivo, tendo neste período sido formalizadas pela Secretaria outras parcerias/projetos com outras empresas. Da mesma forma, não se identificam outros projetos ou deliberações atualmente vigentes, relacionados a esta Coordenação, que permitam o repasse de veículos aos municípios. Assim, não se vislumbra, neste momento, a possibilidade de atendimento ao pleito municipal por esta CPP. Sugere-se que o município verifique a disponibilidade de saldos de recursos repassados pelo Governo Federal ou Estadual que permitam este tipo de investimento, bem como a possibilidade de emendas parlamentares que atendam o objeto proposto. " Sendo assim, O CEAS/PR encaminhou o mesmo para o Núcleo Fazendário Setorial - Gestão de Fundos, para verificação de recursos estaduais que permitam o atendimento da demanda. Em resposta a Gestão de Fundos informou que " o único repasse vigente do município de Cândido de Abreu é o Piso Único de Assistência Social - PAS, cujas despesas autorizadas constam no art. 14 e 15 da Deliberação nº 08/2024." Desta forma, submetemos o presente à análise da Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo. **Parecer do CEAS:** Envio de resposta ao município, reiterando a impossibilidade de atendimento da solicitação via Programa Nossa Gente Paraná, bem como informando sobre disponibilidade de recursos do PAS e de saldos de recursos repassados pelo Governo Federal que permitam este tipo de investimento. 1**.5. Protocolo: 23.218.298-9 - Solicitação de prorrogação de prazo Incentivo Covid 2021 (Deliberação CEAS/PR no 056/2021) de Itaperuçu:** O município de Itaperuçu, em 16 de outubro de 2024, através do Ofício Nº 05/2024 – CMAS solicitou a possibilidade de prorrogação do prazo de execução do recurso Incentivo Covid 2021 da Deliberação nº 056/2021 – CEAS/PR no valor recebido de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) que foi creditado em dezembro de 2021, a justificativa do município refere-se ao fato de não ter tido o conhecimento do recurso em conta no início de 2022, além dos trâmites burocráticos e processos administrativos demorados, a execução do recurso iniciou apenas em maio de 2023. O recurso foi utilizado durante o ano de 2023 e posteriormente em 2024 até a finalização do saldo. O município foi orientado pelo NR de que o saldo apurado em dezembro de 2023 era de R$22.573,93 (vinte e dois mil quinhentos e setenta e três reais e noventa e três centavos) e que deveria ser devolvido juntamente com os rendimentos gerados no valor de 494,42 (quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos), totalizando 23.068,35 (vinte e três mil e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos). Cabe apontar que o recurso, teve seu prazo de vigência prorrogado por meio da Deliberação nº 83/2022, onde as despesas seriam válidas se empenhadas até a data de 31/12/2023. A GF/SEDEF exarou a Informação Técnica nº 139-2024 apontando que as despesas apresentadas pelo município nas páginas 6 a 11 do protocolado não são elegíveis, por se referirem a períodos anteriores à liberação do recurso (dezembro/2021). Ademais, a Nota Fiscal nº 172/2023 não consta nos extratos bancários, indicando que não foi paga com recursos do incentivo. Além disso, a DPSB/SEDEF emitiu a Informação Técnica nº08-2025 apontando que as notas fiscais apresentadas referiam-se a serviços funerários e cestas básicas, mas foram pagas após o término da vigência (31/12/2023). **Parecer da Comissão:** Que o CEAS/PR oficie o município de Itaperuçu, orientando: a devolução dos valores utilizados indevidamente em 2024, conforme recálculo da Gestão de Fundos, bem como realize o ajuste da prestação de contas no SIFF. **Parecer do CEAS**: Aprovado parecer da comissão. **1.6. Protocolo 23.616.279-6 - Relatório de Prestação de Contas do FEAS 2024**: Considerando a Instrução Normativa nº 190/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, emitida em 06 de novembro de 2024, que estabelece diretrizes para o encaminhamento e a análise das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, relativas ao exercício de 2024, o Núcleo Fazendário Setorial/SEDEF, por meio do memorando 09/2025, solicitou relatório circunstanciado de gestão referente à prestação de contas do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, exercício de 2024. O referido Relatório deve ser apreciado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e, posteriormente, encaminhado, juntamente com o parecer do conselho, ao Núcleo Fazendário Setorial da SEDEF até o dia 16 de abril de 2025. Após essa etapa, caberá ao NFS/SEDEF encaminhar a documentação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) até o dia 30 de abril de 2025. O relatório em sua integralidade encontra-se disponível na pasta dos documentos. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.7. Panorama de emissão do Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo – ARCPF/2025:** A Divisão de Gestão do SUAS é a responsável pela coordenação integral do processo de análise e emissão do Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo – ARCPF. O prazo para envio da documentação iniciou-se em 21 de janeiro 2025, e encerrou-se em 31 de março de 2025. Dentre esse período, de 399 (trezentos e noventa e nove) foram emitidos 377 (trezentos e setenta e sete) atestados, restando apenas 22 (vinte e dois) que apresentaram pendências na documentação e estão em processo de saneamento. Ressalta-se que o ARCPF é uma das condições de repasse fundo a fundo, e sua inobservância acarreta em suspensão/bloqueio do repasse de recursos aos municípios. Nesse sentido, é importante destacar que todos os 399 (trezentos e noventa e nove) municípios procederam a abertura do processo dentro do prazo. Portanto, nenhum município incorrerá em suspensão/bloqueio de repasse por este requisito. Por fim, a DGSUAS informa que está dialogando semanalmente com os núcleos regionais e Instâncias de Atuação Regionais Avançadas, para fins de finalizar 100% da emissão dos atestados ainda no mês corrente. **Parecer do CEAS:** 1) Ciente 2) Caso restarem municípios com pendências, que estas sejam encaminhadas à Comissão de Acompanhamento dos Conselhos para análise. Ao final da leitura dos relatórios do mês de abril, a secretária executiva procedeu com os **XIII. Informes Gerais**: Houve alterações na composição governamental do CEAS/PR formalizadas por meio de três decretos: O Decreto nº 9.159/2025, referente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, designou Magali Socher Luiz como titular, em substituição a Leonardo Ferreira, e Leandro Telles da Silva como suplente, em substituição à própria Magali Socher Luiz. O Decreto nº 9.182/2025, relativo à Secretaria de Estado do Planejamento, nomeou Guilherme Luiz Krul como titular, em substituição a Vinicius Henrique Frederich, e Ariel Marochi como suplente, em substituição a Carolina Ribas e Silva. Já o Decreto nº 9.175/2025, da Secretaria de Estado da Educação, designou Delvana Lúcia de Oliveira como titular, em substituição a Maíra Tavares de Oliveira, e Gisele Carneiro como suplente, em substituição à Delvana Lúcia de Oliveira. Além disso, o Ofício Circular nº 01/2025, emitido pelo CEDCA/PR, traz informações sobre a Lei nº 14.826/2024, que institui a Parentalidade Positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças. A nova legislação determina que Estados e Municípios devem desenvolver ações voltadas ao fortalecimento dessas temáticas, no âmbito das políticas públicas de assistência social, educação, cultura, saúde e segurança pública. Em virtude disso, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR) convidou o CEAS/PR para participar da reunião da Câmara de Políticas Públicas, agendada para o dia 24 de abril de 2025, com início às 10h. **Parecer do CEAS:** Responder ao ofício do CEDCA indicando a conselheira Rogéria Aparecida Ortelhado e o conselheiro Juliano del Gobo enquanto representantes do CEAS/PR. Ao final da reunião, a conselheira presidente Cleny Thomas Maciel se despediu de todos e agradeceu a confiança em seu trabalho. A conselheira vice-presidente desejou a todos um retorno seguro ao lar e um bom final de semana. Esta ata foi lavrada pela secretária executiva Thamíris Guerra.

RESOLUÇÃO Nº 096/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e

Considerando o disposto na fase "e" do Edital de Chamamento Público nº 005/2024 – SEDEF, que trata da emissão de pareceres técnicos bem como o cronograma das fases, publicado em 16 de maio de 2025,
RESOLVE:

Art. 1° Estabelecer os procedimentos e prazos a serem observados pelas áreas técnicas e setores envolvidos na tramitação e análise dos planos de trabalho apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 005/2024 – SEDEF.

Art. 2º O fluxo de tramitação dos protocolos seguirá as seguintes etapas e prazos:

I - Após a validação do plano de trabalho no sistema SISTAG, a área técnica deverá abrir protocolo e enviar ao Núcleo Regional para parecer no prazo de **até 02 dias úteis**;

II - O Núcleo Regional ou Instância de Atuação Avançada emitirá o parecer técnico e indicará o (a) gestor (a) da parceria, nos termos do art. 35, inciso V, da Lei nº 13.019/2014, e devolverá o protocolo à área técnica no prazo de até **02 (dois) dias úteis**.

III – A **Área Técnica**, após o recebimento do protocolo, o encaminhará ao Setor de Prestação de Contas, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, para manifestação quanto à existência de pendências de Tomadas de Contas perante a Administração Pública.

IV – Caso a OSC seja considerada apta à formalização do fomento, o **Setor de Prestação de Contas** encaminhará o protocolo ao Núcleo Financeiro Setorial para emissão de informações orçamentárias e financeiras, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**.

V – O **Núcleo Financeiro Setorial** deverá encaminhar o protocolo à Central de Convênios, com as devidas informações orçamentárias e financeiras, no prazo de até **02 (dois) dias úteis.**

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de maio de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
68115/2025

DELIBERAÇÃO 029/2025 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ, reunido ordinariamente no dia 09 de maio de 2025, no uso de suas atribuições regimentais; e

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR 102/2024, que instituiu a Comissão Temporária Organizadora da Conferência Estadual de Assistência Social;

DELIBERA

Art. 1º Pela alteração do Anexo I da Deliberação CEAS/PR 102/2024, substituindo o representante dos Usuários do SUAS: Edson Aparecido de Alencar, pela representante dos Usuários do SUAS: Cleny Thomas Maciel.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 09 de maio de 2025.
PUBLIQUE-SE
Cleny Thomas Maciel
Presidente do CEAS/PR
Renata Mareziuzek dos Santos
Vice - Presidente do CEAS/PR
68072/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 178/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 23.629.916-3.

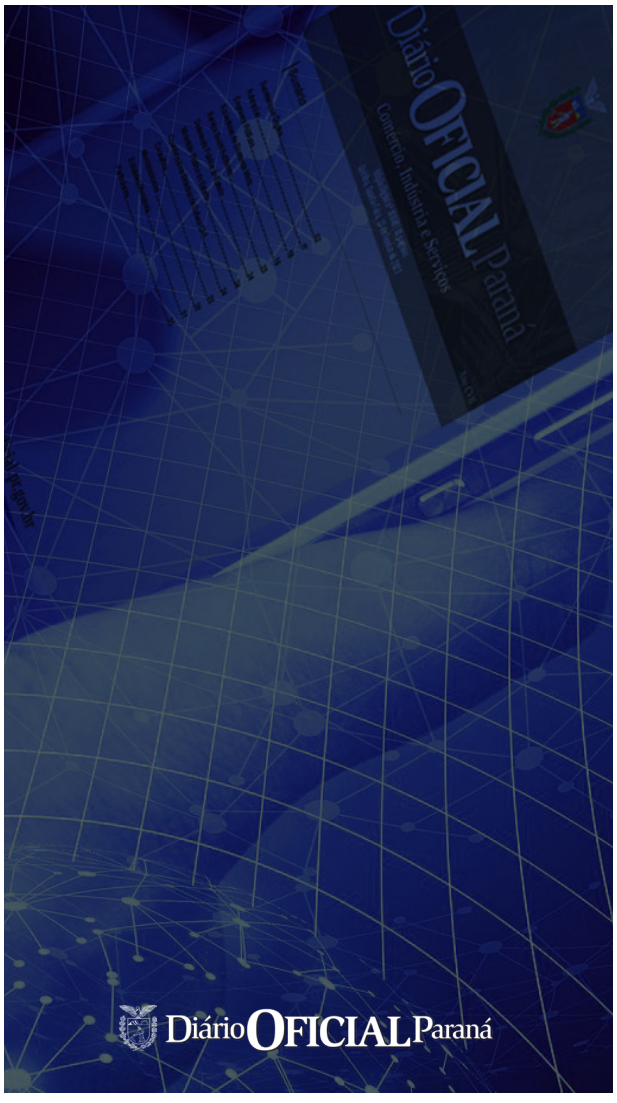
I. RATIFICO a situação ensejadora da dispensa de licitação e **AUTORIZO**, com fundamento no art. 72 e inciso II do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2021, no art. 148 e seguintes e inciso IV do art. 368 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022, com base no Memorando nº 252/2025-NAS (mov. 02), no Documento de Formalização de Demanda da área técnica (Mov. 04), no Estudo Técnico Preliminar, devidamente autorizado pela autoridade competente (mov. 16-17), na pesquisa de preço (mov. 19-29) e no mapa de vantajosidade (Mov. 46), no Termo de Referência – Dispensa de Licitação por Diminuto Valor, devidamente aprovado (Mov. 39-40), bem como na Informação Técnica nº 177/2025 da Assessoria Técnica – AT/SEDEF (Mov. 50), e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 35-37), **a aquisição de 200 luminárias redondas estilo painel Plafon, 18watts, Bivolt (127v/220v) até 1260 lúmens, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021**, através de dispensa eletrônica, **no valor total de até R$ 3.336,00 (três mil, trezentos e trinta e seis reais)**.
II. CONDICIONO ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação/aquisição. Da mesma forma, adverte-se o setor técnico competente a necessidade de verificação de cumprimento do §° 3° do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2022 e dos art. 31 e do §° único do art. 161 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022.
III. PUBLIQUE-SE, como condição para eficácia dos instrumentos, nos termos do art. 61 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Curitiba, *data da assinatura digital*.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
67908/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 235/2025

Protocolo nº 23.972.503-1
A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "SALA FUNCIONAL", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GENERAL CARNEIRO. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1562 aprovada pela Lei Estadual nº 21.862/2023, com alterações da Lei nº 22.109/2024.
Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.
A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GENERAL CARNEIRO, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 19 de maio de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
68148/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 19 DE MAIO DE 2025

Súmula: Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos, para o licenciamento ambiental de compostagem de resíduos sólidos e o uso do produto gerado.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022;

Considerando a necessidade de dar efetividade ao "princípio da prevenção" consagrado no Princípio nº 15, da Declaração do Rio de Janeiro de 1992, bem como no artigo 2º, incisos I, IV e IX, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente;

Considerando o § 2º do art. 3º da Lei 19.857 de 29 de maio de 2019, que institui o Programa de Integridade e *Compliance* da Administração Pública Estadual, cujos mecanismos visam proteger o órgão e a entidade, bem como impor aos agentes públicos e políticos o compromisso com a ética, o respeito, a integridade e a eficiência na prestação do serviço público;

Considerando a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 9.541 de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná;

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 481, de 03 de outubro de 2017.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer critérios para o licenciamento ambiental de empreendimentos de compostagem e o uso do produto gerado no âmbito do Estado do Paraná.

CAPÍTULO I
DOS EMPREENDIMENTOS DE COMPOSTAGEM

Art. 2º Para a finalidade desta Instrução Normativa são considerados empreendimentos de compostagem todos aqueles que, em sua produção, utilizarem, como matéria-prima, quaisquer quantidades de resíduos sólidos compostáveis, resultando em um composto de utilização segura, através de metodologia comprovadamente eficiente, tais como: compostagem com revolvimento de leiras, leiras estáticas com aeração forçada, compostagem em sistemas fechados (reatores, Método Kneer®), leiras estáticas com aeração passiva (método UFSC), assim como empreendimentos que realizem somente a mistura de resíduos orgânicos para produção de substrato para plantas.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para fins desta Instrução Normativa consideram-se as seguintes definições:
I – aglomerado populacional: localidade sem a categoria de sede administrativa, podendo ou não estarem inseridas dentro de Plano Diretor do município, com densidade superior a 50 edificações;
II – área rural: área localizada fora do perímetro urbano, consolidada, cuja ocupação seja preponderantemente rural, podendo abranger pequenos vilarejos, comércios e agroindústrias. A atividade agrícola existente pode ser destinada ao consumo próprio ou produção em pequena, média e larga escala para comercialização, incluindo qualquer cultura anual ou perene, além da criação de animais;
III – área de processamento da compostagem: inclui os locais de recepção, triagem, armazenamento temporário dos resíduos *in natura*, transformação biológica (compostagem propriamente dita), incluindo equipamentos, locais de estabilização e armazenamento do produto final;
IV – Área Diretamente Afetada (ADA): local com alteração paisagística ou mudanças na dinâmica ambiental decorrente das atividades do empreendimento, isto é, potencial de alteração da qualidade do ar, água, solo, geração de ruído e odor;
V – Área de Influência Direta (AID): local que possui alteração antropogênica influenciadas diretamente pelo empreendimento, tais como alterações na dinâmica populacional do entorno em razão do possível aumento de fluxo de veículos, alteração dos níveis de pressão sonora, odor e qualidade do ar e das águas superficiais e subterrâneas;
VI – Área de Influência Indireta (AII): local com potencial de alteração antropogênica em razão de influência indireta do empreendimento sobre recursos naturais e sobre o meio socioeconômico;
VII – caracterização agronômica de resíduo: análise da massa bruta do resíduo, contemplando, em alguns casos, de forma obrigatória e, em outras, de forma facultativa, a avaliação de parâmetros e suas respectivas unidades;
VIII – chorume: líquido resultante da infiltração de águas pluviais no maciço de resíduos, da umidade dos resíduos e da água de constituição de resíduos orgânicos liberada durante sua decomposição, também denominado lixiviado ou percolado;
IX – composto orgânico: produto obtido por processo físico, químico, físico-químico ou bioquímico, natural ou controlado, a partir de matéria-prima de origem industrial, urbana ou rural, animal ou vegetal, isoladas ou misturadas, podendo ser enriquecido de nutrientes minerais, princípio ativo ou agente capaz de melhorar suas características físicas, químicas ou biológicas;
X – compostagem: considerando a IN SDA/MAPA nº 61, de 08 de julho de 2020, é o processo de decomposição biológica controlada dos resíduos orgânicos, efetuado por uma população diversificada de organismos, em condições aeróbias e termofílicas, resultando em material estabilizado, com propriedades e características completamente diferentes daqueles que lhe deram origem, tendo como produto um material estável, e composto de substâncias húmicas e nutrientes minerais;
XI – laudo de potencial agronômico: avaliação técnica realizada por profissional legalmente habilitado considerando os parâmetros estabelecidos no ANEXO XVII desta Instrução Normativa, com o objetivo de validar a usabilidade do material dentro do processo de compostagem ou sua aplicabilidade direta na agricultura;
XII – odor: compostos químicos voláteis que podem ser percebidos por células receptoras nas narinas e, podem gerar ou não, desconforto às populações existentes no entorno de estabelecimentos que recebam, processem e/ou armazenem resíduos de forma temporária e/ou transitória;
XIII – poeira: partículas geradas no processo de rompimento mecânico de partículas originalmente em estado sólido, que podem ser classificadas em razão do seu tamanho de partículas em fração inalável, torácica e respirável, com potencial prejuízo ao sistema respiratório de animais;
XIV – Pontos de Entrega Voluntária (PEV): estrutura fixa ou itinerante, instalada em local adequado para entrega voluntária, ou por catadores, de resíduos específicos disponíveis para pessoa física/consumidor final, incluindo os pertencentes aos sistemas de logística reversa, onde são feitos o acondicionamento, armazenagem temporária dos resíduos coletados com a finalidade de consolidar cargas de resíduos e viabilizar sua destinação;
XV – potencial agronômico de resíduo: composição química e física do resíduo que o caracterize como potencial contribuinte à fertilidade de solo por meio do fornecimento de nutrientes e disponibilização às culturas;
XVI – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade senão a disposição final ambientalmente adequada;
XVII – resíduos sólidos compostáveis: para esta Instrução Normativa, são aqueles representados pela fração orgânica dos resíduos sólidos que, pelas suas características químico-físicas, podem ser degradados e transformados por processo de compostagem em um composto orgânico estável, com potencial de fornecer elementos nutrientes às plantas de maneira direta ou indireta;
XVIII – substrato para plantas: produto usado como meio de crescimento de plantas. Pode ser obtido do processo de compostagem de resíduos orgânicos ou da mistura de materiais orgânicos, devendo cumprir com os critérios de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
XIX – sistema de impermeabilização: de acordo com a ABNT NBR 9575 ou outra que venha a substituí-la, são as operações ou técnicas construtivas, que

têm por objetivo a proteção das construções contra a ação deletéria de elementos fluídos. Dentro do processo de compostagem, é o conjunto de técnicas ou estruturas destinadas ao impedimento total do contato de resíduos sólidos e/ou líquidos com o solo natural do ambiente por ação de infiltração, percolação ou lixiviação de águas pluviais, águas de lavagem ou contaminantes gerados no processo de decomposição de resíduos;
XX – sistema de isolamento: são barreiras que podem ser compostas unicamente ou conjuntamente por elementos estruturais físicos, dispositivos optoeletrônicos ou qualquer outro dispositivo tecnológico que garanta a limitação, controle ou impedimento de acesso de pessoas não autorizadas e animais à unidade. Também podem promover a redução e controle de ruído, poeiras e odores no entorno do empreendimento;
XXI – profissional legalmente habilitado: é o trabalhador previamente qualificado e com registro no competente conselho de classe;
XXII – uso agrícola do composto: uso do composto em áreas destinadas à agricultura, inclusive silvicultura, desde que respeitados os parâmetros técnicos agronômicos e de fertilidade de solo estabelecidos em normas e publicações oficiais para o estado do Paraná;
XXIII – responsável legal: pessoa física designada em instrumento jurídico oficial e comprobatório (estatuto, contrato social ou ata) para representar legalmente, de forma ativa ou passiva, a pessoa jurídica em processos judiciais e/ou extrajudiciais;
XXIV – responsável técnico: profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no conselho de classe, incumbido pela pessoa jurídica, por meio de contrato pré-estabelecido, de elaborar, conduzir, orientar e/ou instruir a elaboração de projetos, procedimentos, processos, documentações e responder às interpelações formais relacionadas às questões técnicas de interesse ambiental, citadas nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO III
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE COMPOSTAGEM

Art. 4º O órgão licenciador competente, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá, para fins de licenciamento ambiental de empreendimentos compostagem de resíduos orgânicos os seguintes atos administrativos:
I – Licença Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC: autoriza a instalação e a operação de empreendimentos e/ou atividades de baixo potencial poluidor/degradador do meio ambiente – nível II, passíveis de licenciamento por procedimento automático, mediante Declaração de Adesão e Compromisso do empreendedor aos critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais estabelecidos pelo órgão licenciador competente, desde que se conheçam previamente os impactos ambientais do empreendimento e/ou atividade, as características ambientais da área de implantação e as condições de sua instalação e operação;
II – Licença Ambiental Simplificada – LAS: aprova a localização e a concepção de empreendimentos e/ou atividades de médio potencial poluidor/degradador do meio ambiente, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
III – Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA: aprova a localização e a concepção de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Ambiental Simplificada - LAS, desde que a somatória do porte da estrutura existente acrescida da estrutura a ser licenciada não ultrapasse o limite estabelecido para a referida licença em normas específicas, caso contrário estará sujeito à Licença Prévia de Ampliação - LPA;
IV – Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR: concedida para empreendimentos e/ou atividades enquadrados como LAS e que estejam operando sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
V – Licença Prévia - LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento e/ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
VI – Licença Prévia de Ampliação - LPA: concedida na fase preliminar do planejamento de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS, que necessitam de licenciamento específico para a parte ampliada ou alterada, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
VII – Licença de Instalação - LI: autoriza a instalação do empreendimento e/ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;
VIII – Licença de Instalação de Ampliação - LIA: autoriza a instalação de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Prévia de Ampliação - LPA, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;
IX – Licença de Instalação de Regularização - LIR: concedida para empreendimentos e/ou atividades que estejam em instalação de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando sua viabilidade ambiental, bem como autorizando sua implantação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos para a Licença de Operação - LO;
X – Licença de Operação - LO: autoriza a operação de empreendimentos e/ou atividades após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;
XI – Licença de Operação de Ampliação - LOA: autoriza a operação das ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades, conforme estabelecidas em Licença Prévia de Ampliação - LPA e/ou Licença de Instalação de Ampliação - LIA, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;
XII – Licença de Operação de Regularização - LOR: concedida para empreendimentos e/ou atividades que estejam operando de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autorizando sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
XIII – Autorização Ambiental - AA: autoriza a execução de obras que proporcionem ganhos e melhorias ambientais, que não acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como autoriza a execução de atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, instalações permanentes que não caracterizem aumento de potencial poluidor/degradador do meio ambiente, expedida de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
XIV – Autorização Florestal - AF: ato administrativo que regulamenta a exploração, corte ou supressão de vegetação nativa, emitido em conformidade com a legislação ambiental vigente, visando assegurar o uso sustentável dos recursos florestais e a preservação ambiental;
XV – Outorga: ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante declara a disponibilidade de água para os usos requeridos e faculta ao outorgado o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato.

Art. 5º Os atos administrativos listados no artigo 4º serão expedidos por meio do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, mediante cadastramento do requerente como usuário ambiental, prestação das informações referente ao empreendimento e a apresentação da documentação solicitada.

§ 1º Estão sujeitas à autorização ambiental de resíduos, por meio do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, os procedimentos de coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos sólidos para compostagem, conforme critérios estabelecidos em legislação específica.

CAPÍTULO IV
DAS MODALIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 6º Para fins desta Instrução constituem modalidades de licenciamento ambiental:
I – Licenciamento Ambiental Trifásico: licenciamento no qual a Licença Prévia - LP, a Licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO do empreendimento e/ou atividade são concedidas em etapas sucessivas;
II – Licenciamento Ambiental Bifásico: licenciamento no qual o empreendimento e/ou atividade não estarão sujeitos a todas as etapas, podendo ser:
a) licenciamento de ampliações e/ou diversificações do empreendimento e/ou atividade que não impliquem no aumento do seu potencial poluidor e/ou

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

degradador do meio ambiente, no qual a Licença Prévia de Ampliação - LPA e a Licença de Operação de Ampliação - LOA são concedidas em etapas sucessivas, sem a necessidade de Licença de Instalação de Ampliação - LIA;
b) licenciamento no qual a Licença Prévia - LP e a Licença de Instalação - LI do empreendimento e/ou atividade são concedidas em etapas sucessivas, sempre que não houver necessidade de Licença de Operação – LO.

III – Licenciamento Ambiental monofásico, podendo ser:
a) Licenciamento por Adesão e Compromisso - LAC;
b) Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS.

IV – Licenciamento Ambiental de Regularização: licenciamento visando à regularização ambiental de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras, do meio ambiente, em instalação ou em operação, que se enquadrem em uma das hipóteses seguintes:
a) nunca obtiveram licenciamento;
b) estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida;
c) estar em implantação ou operação com a respectiva licença vencida.

V – Licenciamento Ambiental de Ampliação: licenciamento para ampliações e/ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS que necessitam de licenciamento específico, trifásico ou bifásico, para a parte ampliada ou alterada;

VI – Autorização: procedimento que gera o ato administrativo discricionário a ser emitido para execução de obras, atividades, pesquisas e serviços não enquadrados nas outras modalidades.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Definição do Porte e Enquadramento

Art. 7º As unidades de compostagem deverão ser licenciadas conforme as modalidades estabelecidas no ANEXO I e os processos de licenciamento deverão ser instruídos de acordo com a documentação exigida.

Art. 8º Havendo qualquer alteração nas características do porte nos empreendimentos e/ou atividades que implique na mudança da modalidade de licenciamento, deverá ser requerido novo procedimento de licenciamento ambiental pelo empreendedor.

CAPÍTULO VI
DA DOCUMENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso

Art. 9º São enquadrados no Licenciamento por Adesão e Compromisso - LAC as atividades de compostagem e vermicompostagem consideradas de baixo impacto ambiental que atendam a critérios e condições específicos.

Parágrafo único. Para o enquadramento do empreendimento em Licença por Adesão e Compromisso - LAC, devem ser atendidos, concomitantemente, todos os critérios abaixo:
I – utilize apenas da fração orgânica de resíduos sólidos domiciliares ou equiparados, podas, capinas e serragem para controle de umidade;
II – utilize apenas os resíduos gerados e previamente segregados no próprio empreendimento ou local, exceto aqueles resíduos provenientes de Pontos de Entrega Voluntária (PEV), sob gestão municipal e enquadrados no inciso I;
III – área de processamento limitada a 500 kg de resíduos por dia;
IV – área de processamento limitada a área 500 m²;
V – não apresentem fontes de emissão atmosférica;
VI – não realize a captação de água superficial ou subterrâneas em vazões superiores àquelas que estejam inseridas na modalidade de Declaração de Uso Independente e/ou Declaração de Uso Insignificante de Outorga.

Art. 10. Não é permitida a destinação dos seguintes resíduos para composteiras ou vermicomposteiras contempladas na modalidade de Licença por Adesão e Compromisso - LAC:
I – provenientes de processos industriais;
II – que efetivamente possuam ou haja suspeita de possuir contaminantes sanitários, como aqueles provenientes de esgotos, lodos, borras ou quaisquer outros;
III – provenientes de fossa séptica, caixa de gordura;
IV – contaminados com rejeitos e outros materiais não biodegradáveis;
V – provenientes de atividades de empreendimentos de serviços de saúde, tais como hospitais, postos de saúde, unidades básicas de atendimento;
VI – considerados perigosos, conforme ABNT NBR 10004;
VII – efluentes de qualquer origem, óleos vegetais ou resíduos contaminados com óleos minerais;
VIII – animais mortos.

Art. 11. É permitido o uso do produto nas atividades contempladas pelo Art. 9º. somente em áreas do próprio empreendimento para jardinagem ou paisagismo, ressalvada a comercialização diretamente ao consumidor final quando possuir o devido registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Parágrafo único. O empreendedor deverá informar, no processo de licenciamento, a utilização do produto, respeitando os critérios técnicos de recomendação agronômica estabelecidos em normas e publicações oficiais para o estado do Paraná.

Art. 12. Deverá ser solicitada à respectiva Licença Ambiental para qualquer alteração nas características do porte do empreendimento.

Art. 13. A Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC, deverá ser requerida por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – mapa de situação do empreendimento com imagem aérea atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta definidas no Quadro 2 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de processamento do composto, conforme definido no inciso III do artigo 3º desta Instrução Normativa;
d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) pontos de referências;
i) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.

II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam às demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;

III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;
VIII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
IX – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
X – Declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo do ANEXO III;
XI – Declaração do empreendedor pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO IV;
XII – Declaração do responsável técnico pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO IV;
XIII – Memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO V, acompanhado da respectiva ART;
XIV – registro fotográfico da área do empreendimento e/ou atividade;
XV – Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XVI – extrato de publicação de requerimento de Licença por Adesão e Compromisso - LAC no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Seção II
Da Licença Ambiental Simplificada - LAS

Art. 14. Os requerimentos para Licença Ambiental Simplificada - LAS deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – mapa de situação do empreendimento com imagem aérea atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta definidas no Quadro 2 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de processamento do composto, conforme definido no inciso III do artigo 3º desta Instrução Normativa;
d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) pontos de referências;
i) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam às demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;
VIII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
IX – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
X – número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de corte ou supressão vegetal nativa;
XI – Memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO V, acompanhado da respectiva ART;
XII – Plano de Controle Ambiental - PCA, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO VII, acompanhado da respectiva ART;
XIII – Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XIV – Portaria(s) de Outorga Prévia e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XV – Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas apresentado conforme as diretrizes da Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025, ou outras que venham a substituí-la, elaborado por profissional(is) habilitado(s) acompanhado da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho de Classe, se aplicável;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

XVI – extrato de publicação de requerimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 15. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada - LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal e Autorização Ambiental referente à fauna, emitidas pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. A LAS contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal e da Autorização Ambiental - AA referente à fauna.

Art. 16. Para a efetiva operação do empreendimento, posteriormente à emissão da Licença Ambiental Simplificada - LAS, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I – Laudo de conclusão de obra com ART, conforme ANEXO X;
II – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
III – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, para utilização de recursos hídricos (para fins de captação e/ou lançamento de efluentes e/ou intervenções de obras), quando aplicável.

Seção III
Do Licenciamento Trifásico

Art. 17. Os empreendimentos definidos no Capítulo IV desta Instrução Normativa, que necessitam de Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, deverão requerê-las sucessivamente.

Parágrafo único. Este procedimento se aplica a novos empreendimentos.

Subseção I
Da Licença Prévia - LP

Art. 18. Os requerimentos para Licença Prévia - LP, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – mapa de situação do empreendimento com imagem aérea atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta definidas no Quadro 2 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de processamento do composto, conforme definido no inciso III do artigo 3º desta Instrução Normativa;
d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) pontos de referências;
i) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam às demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
VIII – Relatório de caracterização da flora, de acordo com norma vigente, quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa;
IX – Estudo Ambiental definido no ANEXO I, da presente Instrução Normativa, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
X – Portaria(s) de Outorga Prévia e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XI – extrato de publicação de requerimento de Licença Prévia - LP no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Parágrafo único. Em caso de necessidade de supressão de vegetação nativa, deve haver uma análise integrada do licenciamento, condicionando a emissão da Licença Prévia - LP à manifestação favorável das divisões de fauna e flora do Instituto Água e Terra, com base em Instruções Normativas específicas.

Art. 19. A Licença Prévia somente pode ser prorrogada desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Art. 20. Empreendimentos que recebam resíduos em quantidade superior a 50 toneladas por dia, devem apresentar Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) em etapa de Licença Prévia, cabendo ao requerente a solicitação de termo de referência para elaboração dos estudos.

Subseção II
Da Licença de Instalação - LI

Art. 21. Os requerimentos para Licença de Instalação - LI, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;

II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de corte ou supressão vegetal nativa ou Autorização Florestal;
VI – Estudo Ambiental definido no ANEXO I, da presente Instrução Normativa, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
VII – extrato de publicação de requerimento de Licença de Instalação - LI no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
VIII – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
IX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 22. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação - LI, somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal e Autorização Ambiental referente à fauna, emitidas pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. A LI contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal e da Autorização Ambiental - AA referente à fauna.

Art. 23. A Licença de Instalação não possibilita renovação, apenas prorrogação desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Subseção III
Da Licença de Operação - LO

Art. 24. O requerimento para Licença de Operação - LO, deve ser protocolado por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;
VI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
VII – Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
VIII – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas apresentado conforme as diretrizes da Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025, ou outras que venham a substituí-la, elaborado por profissional(is) habilitado(s) acompanhado da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho de Classe, se aplicável;
X – Laudo de conclusão de obra de acordo com Termo de Referência do ANEXO X com ART;
XI – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
XII – Plano de Atendimento a Emergência, elaborado em conformidade à NPT CBPM-PR 016 e ABNT NBR 15219, em suas versões mais recentes, independentemente do porte do empreendimento ou da necessidade de elaboração de Programa de Gerenciamento de Riscos;
XIII – extrato de publicação de requerimento de Licença de Operação - LO no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIV – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XV – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

CAPÍTULO VII
DOS PRAZOS DE VALIDADE DAS LICENÇAS

Art. 25. O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade para cada tipo de licença e autorização ambiental, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:
I – o prazo de validade da Licença por Adesão e Compromisso - LAC será de até 2 (dois) anos para a primeira licença, podendo ser renovada por até 5 (cinco) anos a partir da primeira renovação, desde que sejam mantidas as características da Licença já emitida;
II – o prazo de validade da Licença Ambiental Simplificada - LAS será de até 10 (dez) anos, podendo ser renovada a critério técnico do órgão ambiental competente;
III – o prazo de validade da Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR será de 2 (dois) anos para a primeira licença e, renovável por, no máximo de 10 (dez) anos, a critério do órgão licenciador;
IV – o prazo de validade da Licença Prévia - LP será de 05 (cinco) anos, não prorrogável se concedido o prazo máximo;
V – o prazo de validade da Licença de Instalação - LI será de até 06 (seis) anos, não prorrogável se concedido o prazo máximo;
VI – o prazo de validade da Licença de Instalação de Regularização - LIR será de 2 (dois) anos para a primeira licença e, prorrogável por, no máximo, 4 (quatro) anos, a critério do órgão licenciador;
VII – o prazo de validade da Licença de Operação - LO será de no mínimo 4 anos e no máximo 10 (dez) anos, renovável a critério do Órgão Licenciador;
VIII – o prazo de validade da Licença de Operação de Regularização - LOR será de 2 (dois) anos para a primeira licença e, quando da sua renovação, renovável por no mínimo 4 (quatro) anos e no máximo 10 (dez) anos, a critério do órgão licenciador;
IX – o prazo de validade da Autorização Ambiental - AA será de no máximo 02 (dois) anos.

§ 1º As renovações e prorrogações se aplicam aos empreendimentos que não estejam vinculados aos outros empreendimentos.

§ 2º O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de validade diferenciados para a Licença Ambiental Simplificado - LAS e para Licença de Operação - LO de empreendimentos ou atividades, considerando sua natureza e peculiaridades excepcionais, respeitado o prazo máximo estabelecido nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VIII
DA RENOVAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Renovação da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - RLAC

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 26. Os requerimentos para Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
V – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VI – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;
VII – Declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo do ANEXO III;
VIII – Declaração do empreendedor pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO IV;
IX – Declaração do responsável técnico pelo Licenciamento por Adesão e Compromisso conforme modelo do ANEXO IV;
X – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
XI – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
XII – Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XIII – relatório anual da medição de vazão para utilização de recurso hídrico outorgado;
XIV – comprovante de Declaração de Carga Poluidora (DCP), conforme Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a substituí-la, se for o caso;
XV – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO IX, acompanhado da respectiva(s) ART(s);
XVI – Declaração de Movimentação de Resíduos referente ao período de vigência da licença anterior, emitidos pela Plataforma MTR SINIR. Casos de movimentação ausentes de registro de MTR devem também ser apresentado outros registros da movimentação dos resíduos;
XVII – comprovante de entrega dos Inventários de Resíduos Sólidos, conforme exigência do Decreto Estadual nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002, referente ao período de vigência da Licença anterior;
XVIII – extrato de publicação de requerimento de Renovação de Licença por Adesão e Compromisso – RLAC no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIX – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Seção II
Da Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS

Art. 27. Os requerimentos para Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;
VI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
VII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
VIII – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – comprovante de Declaração de Carga Poluidora (DCP), conforme Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a substituí-la, se for o caso;
X – relatório anual da medição de vazão para utilização de recurso hídrico outorgado, quando aplicável;
XI – comprovante de declaração dos automonitoramentos de emissões atmosféricas no sistema DEA, realizados durante a vigência da Licença Ambiental Simplificada, se aplicável;
XII – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO IX, acompanhado da respectiva(s) ART(s);
XIII – Declaração de Movimentação de Resíduos referente ao período de vigência da licença anterior, emitidos pela Plataforma MTR SINIR. Casos de movimentação ausentes de registro de MTR devem também ser apresentado outros registros da movimentação dos resíduos;
XIV – comprovante de entrega dos Inventários de Resíduos Sólidos, conforme exigência do Decreto Estadual nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002, referente ao período de vigência da Licença de Ambiental Simplificada;
XV – relatório de automonitoramento de produto gerado, conforme ANEXO XIV;
XVI – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
XVII – extrato de publicação de requerimento de Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVIII – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Seção III
Da Renovação da Licença de Operação - RLO

Art. 28. Os requerimentos para Renovação de Licença de Operação - RLO, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;
VI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
VII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
VIII – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – comprovante de Declaração de Carga Poluidora (DCP), conforme Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a substituí-la, se for o caso;
X – relatório anual da medição de vazão para utilização de recurso hídrico outorgado, quando aplicável;
XI – comprovante de declaração dos automonitoramentos de emissões atmosféricas no sistema DEA, realizados durante a vigência da Licença de Operação, se aplicável;
XII – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO IX, acompanhado da respectiva(s) ART(s);
XIII – Declaração de Movimentação de Resíduos referente ao período de vigência da licença anterior, emitidos pela Plataforma MTR SINIR. Casos de movimentação ausentes de registro de MTR devem também ser apresentado outros registros da movimentação dos resíduos;
XIV – comprovante de entrega dos Inventários de Resíduos Sólidos, conforme exigência do Decreto Estadual nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002, referente ao período de vigência da Licença de Operação;
XV – relatório de automonitoramento de produto gerado, conforme ANEXO XIV;
XVI – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
XVII – Plano de Atendimento a Emergência, elaborado em conformidade à NPT CBPM-PR 016 e ABNT NBR 15219, em suas versões mais recentes;
XVIII – extrato de publicação de requerimento de Renovação de Licença de Operação - RLO no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIX – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

CAPÍTULO IX
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE AMPLIAÇÃO

Art. 29. Para as ampliações e/ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS e que acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como caracterizem aumento de potencial poluidor/degradador do meio ambiente, deve ser requerido o licenciamento específico para a parte ampliada ou alterada.

Parágrafo único. No caso de ampliações e/ou alterações que não acarretem em impactos ambientais na sua instalação e operação, tampouco aumento do potencial poluidor/degradador do meio ambiente, poderá ser requerida Autorização Ambiental.

Seção I
Da Licença Ambiental Simplificada de Ampliação – LASA

Art. 30. A Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA aprova a localização e a concepção de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Ambiental Simplificada - LAS, somente nos casos em que a somatória do porte e atividades executadas na estrutura existente, acrescida da estrutura e atividade a ser licenciada, não ultrapasse ou altere o enquadramento previsto no ANEXO I. Caso contrário estará sujeito à Licença Prévia de Ampliação - LPA.

Art. 31. Os requerimentos para Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA, devem ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da licença anterior;
III – mapa de situação do empreendimento com imagem aérea atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta definidas no Quadro 2 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de processamento do composto, conforme definido no inciso III do artigo 3º desta Instrução Normativa;
d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) pontos de referências;
i) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
IV – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam às demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
V – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
VI – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
VII – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.

VIII – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
IX – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;
X – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
XI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
XII – número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de corte ou supressão vegetal nativa;
XIII – Memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO V, acompanhado da respectiva ART;
XIV – Plano de Controle Ambiental - PCA, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO VII, acompanhado da respectiva ART;
XV – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
XVI – Portaria(s) de Outorga Prévia ou de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XVII – extrato de publicação de requerimento de Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVIII – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 32. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal e Autorização Ambiental referente à fauna, emitidas pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. A LASA contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal e da Autorização Ambiental - AA referente à fauna.

Art. 33. Para a efetiva operação do empreendimento, posteriormente à emissão da Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LASA, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I – Laudo de conclusão de obra com ART, conforme ANEXO X;
II – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
III – Portaria(s) de Outorga de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, para utilização de recursos hídricos (para fins de captação e/ou lançamento de efluentes e/ou intervenções de obras), quando aplicável.

Seção II
Da Licença Prévia de Ampliação - LPA

Art. 34. A Licença Prévia de Ampliação - LPA se aplica para empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO.

Art. 35. Os requerimentos para Licença Prévia de Ampliação - LPA, devem ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta definidas no Quadro 2 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de processamento do composto, conforme definido no inciso III do artigo 3º desta Instrução Normativa;
d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) pontos de referências;
i) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.

IV – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam às demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
V – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
VI – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
VII – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.

VIII – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
IX – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
X – Relatório de caracterização da flora, de acordo com norma vigente, quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa;
XI – Estudo Ambiental definido no ANEXO I, da presente Instrução Normativa, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
XII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
XIII – Portaria(s) de Outorga Prévia ou de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XIV – extrato de publicação de requerimento de Licença Prévia de Ampliação - LPA no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução

CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XV – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVI – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 36. Nos procedimentos de Licença Prévia de Ampliação - LPA, quando necessária a supressão de vegetação, esta somente poderá ser emitida após a manifestação sobre a tipologia florestal e sua viabilidade de supressão, visando análise integrada do licenciamento.

Art. 37. A Licença Prévia não possibilita renovação, apenas prorrogação desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Seção III
Da Licença de Instalação de Ampliação - LIA

Art. 38. A Licença de Instalação de Ampliação - LIA se aplica exclusivamente para os empreendimentos e/ou atividades detentores de Licença Prévia de Ampliação - LPA.
Art. 39. Os requerimentos para Licença de Instalação de Ampliação - LIA, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de corte ou supressão vegetal nativa ou Autorização Florestal;
VI – Estudo Ambiental definido no ANEXO I, da presente Instrução Normativa, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;
VII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
VIII – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, observada a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida por profissional habilitado(a), responsável pelo PGRCC;
IX – extrato de publicação de requerimento de Licença de Instalação de Ampliação - LIA no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
X – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XI – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Art. 40. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação de Ampliação - LIA, somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal e Autorização Ambiental referente à fauna, emitidas pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. A LIA contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal e da Autorização Ambiental - AA referente à fauna.

Seção IV
Da Licença de Operação de Ampliação - LOA

Art. 41. A Licença de Operação se aplica exclusivamente para os empreendimentos e/ou atividades detentores de Licença Prévia de Ampliação - LPA, no caso de licenciamento bifásico ou, de Licença de Instalação de Ampliação - LIA, no caso de licenciamento trifásico.

Art. 42. Os requerimentos para Licença de Operação de Ampliação - LOA, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:
I – cópia da Licença anterior;
II – relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
V – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;
VI – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
VII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
VIII – Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso e/ou Declaração(ões) de Uso Independente ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – comprovante de Declaração de Carga Poluidora (DCP), conforme Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a substituí-la, se for o caso;
X – comprovante de declaração dos automonitoramentos de emissões atmosféricas no sistema DEA, realizados durante a vigência da Licença anterior, se aplicável;
XI – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO IX, acompanhado da respectiva(s) ART(s);
XII – Declaração de Movimentação de Resíduos referente ao período de vigência da licença anterior, emitidos pela Plataforma MTR SINIR. Casos de movimentação ausentes de registro de MTR devem também ser apresentado outros registros da movimentação dos resíduos;
XIII – comprovante de entrega dos Inventários de Resíduos Sólidos, conforme exigência do Decreto Estadual nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002, referente ao período de vigência da Licença anterior;
XIV – Laudo de conclusão de obra, com ART, conforme ANEXO X;
XV – Relatório de automonitoramento do composto conforme ANEXO XIV;
XVI – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;
XVII – Plano de Atendimento a Emergência, elaborado em conformidade à NPT CBPM-PR 016 e ABNT NBR 15219, em suas versões mais recentes, independentemente do porte do empreendimento;
XVIII – extrato de publicação de requerimento de Licença de Operação de Ampliação no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIX – extrato de publicação de concessão de Licença anterior no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Seção V
Da Autorização Ambiental - AA

Art. 43. A Autorização Ambiental - AA, deverá ser requerida quando o empreendimento almejar a promoção de alguma melhoria no sistema de produção ou qualquer situação que não altere o potencial poluidor ou o porte do empreendimento. Para esta finalidade, deverão ser protocolados, por meio do sistema informatizado do IAT, os seguintes documentos:
I – Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;
II – Cadastro de Obras Diversas - COD;
III – croqui da área de intervenção;
IV – memorial descritivo das intervenções a serem realizadas, com anotação de responsabilidade técnica do profissional responsável pelo projeto e execução das intervenções.
V – em caso de readequação dos sistemas de controle ambiental já implantados, deverá conter o estudo anterior e o relatório com a situação atual do sistema, justificando o motivo de readequação;
VI – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

CAPÍTULO X
Da Regularização do Licenciamento Ambiental

Art. 44. O estudo ambiental e documentos complementares a serem apresentados serão definidos pelo IAT, com base na relação entre o potencial poluidor/degradador, o porte e a localização do empreendimento e/ou atividade.

Art. 45. A regularização do licenciamento ambiental de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras, do meio ambiente, em instalação ou em operação, deverá ser requerida nos seguintes casos:
I – nunca obtiveram licenciamento;
II – estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida;
III – estar em implantação ou operação com a respectiva licença vencida.

Art. 46. Para o licenciamento de regularização devem ser adotados os critérios estabelecidos em normas específicas do órgão licenciador competente, devendo observar os seguintes requisitos:
I – somente serão emitidas quando da viabilidade locacional, técnica e jurídica do empreendimento e/ou atividade;
II – caso não haja viabilidade de regularização, deverá ser firmado Termo de Ajustamento e Conduta - TAC junto ao empreendedor, com o estabelecimento das condições de mudança de local e/ou encerramento das atividades, não eximindo a apuração da responsabilidade civil, criminal e administrativa;
III – o licenciamento de regularização não exime o empreendedor da incidência das sanções legalmente aplicáveis e a responsabilidade pelos danos causados;
IV – nos licenciamentos de regularização, o empreendedor estará sujeito à formalização de Termo de Ajustamento e Conduta - TAC para fins de fixar a obrigatoriedade de reparação de dano decorrente do período de ausência de licença ambiental legalmente exigível, que deverá ser condicionante obrigatória para a emissão da licença;
V – nos licenciamentos de regularização de empreendimentos e/ou atividades que estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida, estarão sujeitos à formalização de Termo de Ajustamento e Conduta - TAC, no qual serão fixadas as medidas de reparação de dano, e que deverá ser condicionante obrigatória para a emissão da licença.

Seção I
Da Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR

Art. 47. Os requerimentos para Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo e se aplicam à empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras em operação:
I – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta definidas no Quadro 2 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de processamento do composto, conforme definido no inciso III do artigo 3º desta Instrução Normativa;
d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) pontos de referências;
i) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam às demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;
VIII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
IX – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;
X – Memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO V, acompanhado da respectiva ART;
XI – Plano de Controle Ambiental - PCA, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme Termo de Referência do ANEXO VII, acompanhado da respectiva ART;

XII – Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XIII – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;
XIV – Portaria(s) de Outorga Prévia ou de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
XV – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP
XVI – Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas apresentado conforme as diretrizes da Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025, ou outras que venham a substituí-la, elaborado por profissional(is) habilitado(s) acompanhado da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho de Classe, se aplicável;
XVII – extrato de publicação de requerimento de Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XVIII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Parágrafo único. A Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR somente poderá ser emitida acompanhada da(s) respectiva(s) Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e/ou a Declaração(ões) de Uso Independente de Outorga e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga.

Seção II
Da Licença de Instalação de Regularização - LIR

Art. 48. A Licença de Instalação de Regularização - LIR se aplica para os empreendimentos e/ou atividades sem a respectiva LI, mesmo que tenha obtido a LP, pois esta não autoriza início das obras.

Art. 49. Os requerimentos para Licença de Instalação de Regularização - LIR, devem ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo, e se aplicam à empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras em instalação:
I – mapa de situação do empreendimento com imagem aérea atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta definidas no Quadro 2 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de processamento do composto, conforme definido no inciso III do artigo 3º desta Instrução Normativa;
d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;
h) pontos de referências;
i) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam às demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;
III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;
IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;
V – dados e documentação de identificação de empreendedor:
a) para pessoa jurídica:
1. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.
VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;
VII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;
VIII – Portaria(s) de Outorga Prévia e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);
IX – Estudo Ambiental conforme diretrizes estabelecidas pelo IAT, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART**;**
X – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, observada a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida por profissional habilitado(a), responsável pelo PGRCC;
XI – Projeto "*As built*" do empreendimento, com ART;
XII – extrato de publicação de requerimento de Licença de Instalação de Regularização - LIR no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;
XIII – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Seção III
Da Licença de Operação de Regularização - LOR

Art. 50. A Licença de Operação de Regularização - LOR se aplica para os empreendimentos e/ou atividades sem a respectiva LO, mesmo que tenha obtido a LI, pois esta não autoriza início de operação.

Art. 51. Os requerimentos para Licença de Operação de Regularização - LOR, deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo e se aplicam à empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras em operação:
I – mapa de situação do empreendimento, com imagem atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta definidas no Quadro 2 do ANEXO I;
c) estruturas físicas e área de processamento do composto, conforme definido no inciso III do artigo 3º desta Instrução Normativa;
d) distância dos corpos hídricos;
e) áreas de preservação permanente;
f) áreas de Reserva Legal (se imóvel rural), Área Verde Urbana (se imóvel urbano) e maciços florestais remanescentes;
g) vias de acesso principais;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

h) pontos de referências;
i) arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.

II – Certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística e ambiental, bem como que atendam às demais exigências legais e administrativas perante o município, conforme modelo do ANEXO II;

III – documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024. Se imóvel locado, apresentar contrato de locação ou arrendamento;

IV – cópia do recibo de inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-PR), de acordo com artigo 1º do Decreto Estadual nº 8.680, de 06 de agosto de 2013 e parágrafo 3º do artigo 29 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para imóveis em área rural;

V – dados e documentação de identificação de empreendedor:

a) para pessoa jurídica:
1.extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
2.cópia do Contrato Social ou Estatuto Social, atualizada com a última alteração.
b) para pessoa física:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. cópia do Registro Geral - RG.
c) para representante legal:
1. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente;
2. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente;
3. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida ou assinatura digital.

VI – declaração do requerente informando que a área a ser licenciada não possui embargos;

VII – declaração de responsabilidade técnica, de cargo e função, ou equivalente, conforme determina Lei Estadual 16.346, de 18 de dezembro de 2009 ou outra que venha a substituí-la;

VIII – manifestação de órgãos intervenientes, conforme previsto no Art. 30 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024 e conforme exigências do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, quando aplicável;

IX – Certificado de Registro no SERFLOR, conforme Decreto Estadual nº 1.940, de 03 de junho de 1996, se aplicável;

X – Estudo Ambiental conforme diretrizes estabelecidas pelo IAT, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s), acompanhado da respectiva ART;

XI – Certificado de Regularidade do empreendedor junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA;

XII – Portaria(s) de Outorga Prévia ou de Direito e/ou Declaração(ões) de Uso Independente e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga, em se tratando de empreendimento que necessite de uso de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos (captação, lançamento ou derivação e/ou intervenções de obras);

XIII – Projeto *as built* do empreendimento;

XIV – Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas apresentado conforme as diretrizes da Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025, ou outras que venham a substituí-la, elaborado por profissional(is) habilitado(s) acompanhado da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho de Classe, se aplicável;

XV – Plano de Atendimento a Emergência, elaborado em conformidade à NPT CBPM–PR 016 e ABNT NBR 15219, em suas versões mais recentes, independentemente do porte do empreendimento;

XVI – Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB e/ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB, conforme Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - CSCIP;

XVII – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, elaborado por profissional(is) legalmente habilitado(s) conforme ANEXO IX, acompanhado da respectiva(s) ART(s);

XVIII – extrato de publicação de requerimento de Licença de Operação de Regularização - LOR no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986;

XIX – recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da concessão da Licença requerida, no Diário Oficial do Estado, a ser efetivada pelo IAT.

Parágrafo único. A Licença de Operação de Regularização - LOR somente poderá ser emitida acompanhada da(s) respectiva(s) Portaria(s) de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e/ou a Declaração(ões) de Uso Independente de Outorga e/ou Declaração(ões) de Uso Insignificante de Outorga.

CAPÍTULO XI
ASPECTOS TÉCNICOS

Seção I
Efluentes Líquidos

Art. 52. Os efluentes líquidos, para fins de lançamento, devem atender, minimamente as condições previstas abaixo:

I – pH entre 5 e 9;

II – temperatura inferior a 40ºC, sendo que a elevação máxima de temperatura do corpo receptor não poderá ultrapassar 3ºC;

III – materiais sedimentáveis até 1 ml/l em teste de uma hora em Cone Imhoff;

IV – óleos vegetais e gorduras animais de até 50 mg/l;

V – ausência de materiais flutuantes;

VI – a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO): até 100 mg/l ou o limite outorgado;

VII – a Demanda Química de Oxigênio (DQO): até 350 mg/l ou o limite outorgado.

Art. 53. É proibido o lançamento de efluentes líquidos *in natura*, inclusive o chorume, em corpos hídricos, bem como sua infiltração no solo.

Art. 54. A área de processamento deve ser dotada de mecanismos que contenham eventuais efluentes gerados ou águas pluviais incidentes que possam contaminar corpos hídricos por meio do fluxo de drenagem natural do terreno.

Seção II
Resíduos Sólidos

Art. 55. Os critérios de aceitabilidade dos resíduos deverão atender aos parâmetros desta Instrução Normativa em conjunto com a avaliação da Câmara Técnica de Resíduos do Instituto Água e Terra, assim como exigências de legislações pertinentes correlacionadas.

Parágrafo único. Caso seja identificada a contaminação da massa de resíduos compostáveis, esta deverá ser descartada do processo de compostagem e destinada adequadamente, devendo ser requerida Autorização Ambiental ao Instituto Água e Terra, para essa disposição, de acordo com a legislação ambiental vigente.

Art. 56. Os resíduos sólidos urbanos e equiparados devem ser triados, preferencialmente, na fonte geradora e, se verificado ausência de triagem na fonte, cabe ao empreendimento receptor realizar a segregação do material.

Art. 57. A área de recebimento de resíduo *in natura* deverá possuir sistema de proteção contra intempéries climáticas.

Art. 58. O empreendimento deverá possuir drenagem pluvial devidamente projetada para evitar a contaminação de corpos hídricos.

Art. 59. A identificação do resíduo deverá ser efetuada utilizando-se os códigos da Lista Brasileira de Resíduos Sólidos da Instrução Normativa nº 13, de 18 de dezembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

§ 1º Os requerimentos de Autorização Ambiental (AA) para utilização agrícola de resíduos deverão atender aos critérios estabelecidos no inciso II do artigo 15 da Portaria IAP nº 212, de 12 de setembro de 2019 ou outra que venha a substituí-la.

§ 2º O laudo de caracterização agronômica de resíduo, prevista na alínea "h" consiste na análise agronômica da massa bruta do resíduo em conjunto com uma análise técnica realizada por profissional legalmente habilitado, conforme termo de referência do ANEXO XVII.

§ 3º Os resíduos que estejam presentes no ANEXO XI desta Instrução Normativa e apresentem enquadramento no artigo 5º da Portaria IAP nº 212, de 12 de setembro de 2019, estão dispensados de Autorização Ambiental.

§ 4º Resíduos comprovadamente benéficos à agricultura, sinalizados no ANEXO XI desta Instrução Normativa, estão dispensados da apresentação do laudo de caracterização a que se refere o parágrafo 2º, não isentando o requerente da apresentação dos demais documentos pertinentes, tais como a caracterização química da massa bruta e patogenicidade, além da análise da ABNT NBR 10004.

§ 5º Resíduos de ração animal ou aditivos alimentares, fertilizantes (exceto resíduo de varrição), com o devido registro junto ao MAPA, fora dos prazos de validade, estão dispensados das análises laboratoriais, desde que seja apresentada a bula e composição química do produto, devido registro junto ao MAPA e atestado de viabilidade técnica para compostagem do material, elaborado por profissional legalmente habilitado.

Art. 60. A amostragem do resíduo deverá ser efetuada de acordo com a norma técnica ABNT NBR 10007.

Art. 61. O resíduo será considerado apto para o processo de compostagem se atender integralmente aos seguintes critérios:
I – constar na lista de resíduos apresentada no ANEXO XI desta Instrução Normativa (derivada da Lista Brasileira de Resíduos Sólidos da Instrução Normativa nº 13, de 18 de dezembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA);
II – ser classificado como resíduo não perigoso de acordo com a Norma Técnica ABNT NBR 10004;
III – atender aos parâmetros do ANEXO XII desta Instrução Normativa, que estabelece limites máximos de contaminantes admitidos no resíduo compostável;
IV – apresentar potencial agronômico com validação de profissional responsável, conforme ANEXO XVII.

§ 1º A utilização de resíduo proveniente de estação de tratamento de efluente sanitário ou que o contenha em sua mistura para a incorporação em compostagem será avaliada caso a caso.

§ 2º Estabelecimentos que possuam registro de produto junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA como produtor de fertilizante orgânico ou condicionador de solo "Classe A" não poderão receber materiais com contaminantes sanitários em qualquer quantidade.

Seção III
Emissões Atmosféricas

Art. 62. As emissões atmosféricas deverão atender os critérios e padrões de emissões atmosféricas estabelecidos na Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025, ou outra que venha a substituí-la.

§ 1º Caso o produto seja ensacado, a ensacadeira deverá ser contemplada durante o licenciamento e atender aos critérios de monitoramento pertinentes ao seu potencial poluidor, definidos em condicionantes pelo Órgão Ambiental. O mesmo vale para sistemas de exaustão.

§ 2º Cabe ao empreendedor a adoção de boas práticas para evitar a dispersão de substâncias odoríferas, impedir a ação de intempéries e restringir a dispersão por ventos e formação de poeiras.

§ 3º Quando a adoção das boas práticas não apresentar resultados desejáveis, o órgão ambiental pode exigir a instalação de sistemas e/ou equipamentos de captação e remoção de substâncias odoríferas.

Seção IV
Quanto às instalações

Art. 63. A área de processamento de compostagem deverá:
I – contemplar todas as medidas técnicas necessárias para evitar incômodos à vizinhança relacionadas ao ruído, proliferação de vetores (pombas, ratos, baratas, moscas, mosquitos, etc.), contaminação do solo, subsolo, águas subterrâneas, águas superficiais e outras medidas constantes nos projetos apresentados;
II – estar localizada a, no mínimo, 200 metros de distância de residências isoladas e a 500 metros de aglomerados populacionais, exceto para empreendimentos e/ou atividades consideradas de baixo impacto, licenciadas por meio de Licença por Adesão e Compromisso. Em caso de não atendimento das distâncias mencionadas, o empreendedor deverá apresentar, no Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE, a anuência dos confrontantes e possíveis medidas mitigatórias para o odor, ruído ou qualquer incômodo gerado;
III – possuir sistema de coleta, contenção e tratamento dos efluentes eventualmente gerados, bem como a drenagem das águas pluviais;
IV – possuir sistema de impermeabilização de base com piso de concreto, geomembrana ou sistemas similares, comprovadamente impermeabilizantes, conforme ABNT NBR 9575 ou outra norma que o responsável pelo projeto considere pertinente;
V – possuir sistema que proteja das intempéries os resíduos *in natura* e o composto finalizado;
VI – o produto final deverá, preferencialmente, ser armazenado em locais de cotas maiores para evitar acúmulo de água e umidade excessiva;
VII – possuir sistema de isolamento, contemplando barreira vegetal para atenuação de odores gerados, sinalizada quanto aos riscos e perigos existentes no local (vide normas regulamentadoras pertinentes do Ministério do Trabalho e Emprego e ABNT NBR 7195), restringindo o acesso somente a pessoas autorizadas e impedindo o acesso a transeuntes e animais que possam sofrer acidentes, bem como contaminar o produto resultante.

Art. 64. Os empreendimentos de compostagem devem:
I – manter vias de acesso que permitam a circulação de veículos pesados, mesmo em condições climáticas adversas, tal como viabilizar o acesso de veículos de emergência para quaisquer finalidades;
II – estar inseridos em imóveis isentos de quaisquer embargos;
III – respeitar as restrições quanto à proximidade de Unidades de Conservação e áreas de preservação permanente;
IV – os empreendimentos deverão estar localizados a, no mínimo, 10 km de aeródromos públicos com voo regular ou movimento superior a 1.150 movimentos/ano, exceto para empreendimentos e/ou atividades consideradas de baixo impacto, licenciadas por meio de Licença por Adesão e Compromisso - LAC.

Parágrafo único. Em casos de empreendimentos já implantados, o Órgão Ambiental competente avaliará a necessidade de realocação do empreendimento ou adoção de medidas mitigadoras, conforme o caso, mediante as devidas justificativas técnicas.

Art. 65. O Plano de Atendimento a Emergência deverá atender aos critérios da NPT CBPM-PR nº 016 e ABNT NBR 15219, contemplando as hipóteses acidentais e estruturas disponíveis para controle da situação, compatíveis ao porte e situação do empreendimento.

Art. 66. O empreendedor deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como atender às diretrizes da Lei Federal

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e Decreto Federal nº 3.048, 06 de maio de 1999 em razão da manipulação de resíduos e o inerente risco biológico.

Seção V
Quanto às análises laboratoriais

Art. 67. As análises laboratoriais deverão ser realizadas em laboratórios que possuam Certificado de Cadastramento de Laboratório - CCL junto ao IAT, conforme Resolução CEMA nº 100, de 30 de junho de 2017, ou outra que venha a substituí-la.

§ 1º A análise de parâmetros de metais pesados e patogenicidade da massa bruta os resíduos e do composto final deverão ser conclusivas, ou seja, limites de quantificação deverão ser minimamente aqueles previstos nos anexos desta Instrução Normativa, com o devido CCL junto a este Instituto Água e Terra.

§ 2° Não serão exigidos CCL para parâmetros de fertilidade de solo ou caracterização agronômica do composto, cabendo ao empreendedor a escolha por laboratórios que realizem análises críveis, não dispensando quanto a exigência de assinatura e responsabilidade técnica sobre as análises.

Seção VI
Quanto ao produto final

Art. 68. Na unidade de compostagem, o empreendedor deverá, periodicamente, monitorar e manter os registros dos parâmetros mínimos de controle operacional do processo.

Art. 69. Para fins de controle, são considerados minimamente aceitáveis as análises realizadas a cada 120 dias.

§ 1º Não serão aceitos laudos de controle de produto acabado com periodicidade superior a estabelecida no *caput*.

§ 2º O gerador do resíduo deverá manter-se atualizado quanto aos laudos de monitoramento do produto, para atendimento de condicionantes previstas em autorizações ambientais.

Art. 70. Os parâmetros de monitoramento do composto são:
I – para produtos registrados junto ao MAPA: pH, umidade, relação (C/N), atendimento dos parâmetros agronômicos estabelecidos na garantia vinculada ao registro, além dos contaminantes presentes nos incisos I ou II (a depender da classificação do produto) do ANEXO XIII da presente Instrução Normativa.
II – para produtos não registrados junto ao MAPA, cujo objetivo seja aplicação como fertilizante orgânico: pH, umidade, relação (C/N), os contaminantes presentes no inciso I do ANEXO XIII da presente Instrução Normativa, além de parâmetros nutricionais como Carbono Orgânico (C), Nitrogênio (N), Pentóxido de Fósforo (P_2O_5), Óxido de Potássio (K_2O), Cálcio (Ca), Magnésio (Mg), Enxofre (S) e micronutrientes de interesse do empreendimento, podendo ser Boro (B), Cloro (Cl), Cobalto, (Co), Cobre (Cu); Ferro (Fe), Manganês (Mn), Molibdênio (Mo), Níquel (Ni), Selênio (Se), Silício (Si), Zinco (Zn) (valores expressos em $mg.kg^{-1}$ ou porcentagem);
III – para produtos não registrados junto ao MAPA, cujo objetivo seja aplicação como substrato para plantas: pH, umidade, relação (C/N), os contaminantes presentes no inciso II do ANEXO XIII da presente Instrução Normativa, além de parâmetros nutricionais à critério do requerente, desde que suficientes para embasar a utilização do material em projetos agronômicos;
IV – para produtos não registrados junto ao MAPA, cujo objetivo seja para aplicação como corretivos de acidez: os contaminantes presentes no inciso III do ANEXO XIII da presente Instrução Normativa, teores de Óxido de Cálcio (CaO), Óxido de Magnésio (MgO) (valores expresso em $mg.kg^{-1}$ ou porcentagem), Poder de Neutralização Equivalente (E $CaCO_3$), Poder Relativo de Neutralização Total (valores expressos em porcentagem), e análises granulométricas em conformidade com a ABNT, considerando a passagem em peneiras nº 10 (2 mm), 20 (0,84 mm) e 50 (0,3 mm).

§ 1º As amostras de análise do composto deverão ser coletadas em conformidade à ABNT NBR 10007, na periodicidade e frequência que permitam garantir a confiabilidade, qualidade e rastreabilidade do material, conforme orientação prevista no ANEXO XVI desta Instrução Normativa.

§ 2º Caso seja verificado, por meio dos resultados das análises laboratoriais, que uma determinada amostra de composto orgânico não atenda aos padrões mínimos de qualidade exigidos nesta Instrução Normativa, a unidade de compostagem deverá executar os procedimentos necessários à correção dos problemas detectados, podendo ocorrer o reprocessamento do material.

§ 3º Uma vez efetuada a correção, nova amostragem e análises deverão ser realizadas, de forma a determinar se o composto está em condições de ser utilizado para as condições propostas. Se, após reprocessamento e adoção de medidas corretivas, os padrões não atenderem ao exigido, o material deverá ser destinado de maneira ambientalmente adequada.

§ 4º O fluxograma orientativo para a tomada de decisão está estabelecido no ANEXO XV desta Instrução Normativa.

Seção VII
Quanto ao uso do produto

Art. 71. Para a utilização do produto, deverão ser verificados os seguintes aspectos de acordo com sua finalidade:

§ 1º Para comercialização, deverá possuir registro junto ao MAPA, atendendo ao Decreto Federal nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei Federal nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, e atos normativos complementares em vigência, especificamente a IN MAPA nº 53, de 23 outubro de 2013 e IN SDA/MAPA nº 61, de 08 de julho de 2020 ou outras que venham a substituí-las.

§ 2º Para uso agrícola do produto, o gerador do resíduo deverá solicitar autorização ambiental no SGA na modalidade “Destinação final de resíduos para compostagem no Estado do Paraná” e apresentar os documentos pertinentes conforme legislação vigente.

§ 3º A utilização do produto será autorizada nas seguintes condições:
a) Pastagens (anuais e perenes): fertilizante orgânico ou condicionador de solo, somente se incorporado ao solo, devendo atender aos parâmetros do inciso I, do ANEXO XIII desta Instrução Normativa, com permissão de pastoreio somente 40 dias após a incorporação do material em solo;
b) Olerícolas, tubérculos, raízes, plantas medicinais e outras espécies vegetais em que ocorra o contato do solo com a parte consumível: fertilizante orgânico ou condicionador de solo, devendo atender aos parâmetros do inciso I, do ANEXO XIII desta Instrução Normativa;
c) Plantas ornamentais, com fins paisagísticos: fertilizante orgânico ou condicionador de solo, devendo atender aos parâmetros do inciso I, do ANEXO XIII desta Instrução Normativa;
d) Produção de mudas: uso como substrato para plantas, devendo atender aos parâmetros do inciso II, do ANEXO XIII desta Instrução Normativa. No caso de não atendimento, o material não poderá ser utilizado para esta finalidade;
e) Outras culturas anuais ou perenes: fertilizante orgânico ou condicionador de solo, desde que atenda aos critérios estabelecidos no inciso I, do ANEXO XIII desta Instrução Normativa.

Seção VIII
Quanto ao gerenciamento de áreas contaminadas

Art. 72. Em caso de constatação de ausência e/ou falhas nos controles ambientais que possam causar contaminação do solo e da água subterrânea, o responsável legal deverá executar as etapas do gerenciamento de áreas contaminadas, em conformidade com a Resolução CEMA n° 129, de 23 de novembro de 2023, ou outra que venha a substituí-la.

CAPÍTULO XII
Disposições Gerais

Art. 73. Caso seja constatada e comprovada alguma irregularidade do responsável técnico pela elaboração de um ou mais estudos técnicos previstos nesta Instrução Normativa, ou apresentar algum procedimento de licenciamento, estudo, laudo ou relatório ambiental, parcial ou totalmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, a denúncia será encaminhada ao respectivo conselho de classe para as devidas providências, sendo automaticamente suspenso o trâmite do procedimento de licenciamento ambiental até os devidos esclarecimentos, sem prejuízo das apurações de responsabilidade civil e criminal.

§ 1º Considera-se irregularidade intencional a omissão e/ou distorção de dados relevantes ao licenciamento, inclusive laudos laboratoriais, projetos, fotos, mapas e croquis, que venham a ser verificados pelos técnicos do órgão ambiental licenciador após a análise e vistoria.

§ 2º As situações contempladas acima são passíveis de autuação e demais sanções.

Art. 74. Quando do encerramento da atividade, este órgão ambiental deverá ser informado por meio de requerimento de Autorização Ambiental, em conformidade com a Resolução CEMA n° 129, de 23 de novembro de 2023, ou outra que venha a substituí-la.

Art. 75. O Instituto Água e Terra poderá solicitar, em qualquer fase do licenciamento, outros documentos que, conforme avaliação técnica, sejam pertinentes para determinar a viabilidade do licenciamento, conforme previsto no artigo 25 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024.

Art. 76. Constatada a existência de pendência judicial envolvendo o empreendedor, o empreendimento ou o imóvel, a decisão administrativa sobre a eventual suspensão do licenciamento será precedida de manifestação jurídica do órgão ambiental competente.

Art. 77. Os estudos ambientais deverão estar devidamente acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, exceto nos casos informados explicitamente nesta Instrução Normativa.

Art. 78. Esta Instrução Normativa deverá ser reavaliada a cada 5 (cinco) anos ou a qualquer tempo, quando o órgão ambiental considerar necessário.

Art. 79. O órgão ambiental competente poderá complementar os critérios estabelecidos na presente Instrução Normativa de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

Art. 80. O não cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa sujeitará o(s) infrator(es) às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e seus decretos regulamentadores, sem prejuízo do dever de recuperar os danos ambientais causados, na forma do §3º, Art. 225 da Constituição Federal, e do § 1°, Art. 14 da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 81. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, **tornando sem efeito a Instrução Normativa nº 41, de 29 de abril de 2025, publicada no DIOE nº 11893, de 30 de abril de 2025.**

Republique-se e registre-se.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO I	DEFINIÇÃO DE PORTE, MODALIDADE DE LICENÇA E ÁREAS DE INFLUÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ANEXO III	MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÃO DO EMPREENDEDOR/RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO
ANEXO V	DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - MCE
ANEXO VI	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR - RAP
ANEXO VII	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - PCA
ANEXO VIII	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL - PCPA
ANEXO IX	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
ANEXO X	TERMO DE REFERÊNCIA DE LAUDO DE CONCLUSÃO DE OBRA
ANEXO XI	LISTA DE RESÍDUOS PERMITIDOS PARA COMPOSTAGEM DE ACORDO COM A LISTA BRASILEIRA DE RESÍDUOS DA IN IBAMA Nº 13/2012
ANEXO XII	LIMITES MÁXIMOS DE CONTAMINANTES ADMITIDOS NO RESÍDUO A SER COMPOSTADO
ANEXO XIII	LIMITES MÁXIMOS DE CONTAMINANTES ADMITIDOS NO PRODUTO
ANEXO XIV	MODELO DE RELATÓRIO DE AUTOMONITORAMENTO DO PRODUTO
ANEXO XV	DIAGRAMA ESQUEMÁTICO PARA UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS PARA COMPOSTAGEM
ANEXO XVI	DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO AGRONÔMICO PARA DISPOSIÇÃO DO PRODUTO EM ÁREA AGRÍCOLA
ANEXO XVII	TERMO DE REFERÊNCIA PARA CARACTERIZAÇÃO AGRONÔMICA DE RESÍDUO

ANEXO I
DEFINIÇÃO DE PORTE, MODALIDADE DE LICENÇA E ÁREAS DE INFLUÊNCIA

QUADRO 1 – Definição de porte, modalidade e estudos ambientais para o licenciamento

ATIVIDADE EXECUTADA[1]	CAPACIDADE DE RECEBIMENTO DE RESÍDUO	PORTE	MODALIDADE DE LICENÇA	ESTUDO REQUERIDO
1. Compostagem; 2. Vermicompostagem.	Até 0,5 $t.dia^{-1}$	Micro	LAC	Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE
1. Compostagem; 2. Vermicompostagem;	Até 10 $t.dia^{-1}$	Pequeno	LAS	Memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3. Produção de substrato através da mistura de resíduos.				Plano de Controle Ambiental – PCA
1. Compostagem; 2. Vermicompostagem; 3. Produção de substrato através da mistura de resíduos.	Superior a 10 e até 50 t.dia^{-1}	Médio	LP	Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE
			LI	Plano de Controle Ambiental – PCA
			LO	-
1. Compostagem; 2. Vermicompostagem; 3. Produção de substrato através da mistura de resíduos.	Superior a 50 e até 100 t.dia^{-1}	Grande	LP	Relatório Ambiental Preliminar – RAP
			LI	Plano de Controle de Poluição Ambiental – PCPA
			LO	-
1. Compostagem; 2. Vermicompostagem; 3. Produção de substrato através da mistura de resíduos.	Superior a 100 t.dia^{-1}	Excepcional	LP	Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA²
			LI	Plano Básico Ambiental – PBA²
			LO	-

¹Empreendimento pode abranger um ou mais tipo de atividade, ressalvados os critérios e disposições presentes nesta Instrução Normativa;
²Solicitar o Termo de Referência ao IAT no caso de licenciamento de empreendimentos de porte excepcional.

QUADRO 2 - Definição de áreas de influência conforme o porte do empreendimento

PORTE	ÁREA DIRETAMENTE AFETADA	ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA	ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA
Micro (Mi)	Divisas reais do imóvel, conforme matrícula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 30 metros a partir da ADA	Buffer de 100 metros a partir da ADA
Pequeno (P)	Divisas reais do imóvel, conforme matrícula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 100 metros a partir da ADA	Sub-bacia hidrográfica da região
Médio (M)	Divisas reais do imóvel, conforme matrícula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 500 metros a partir da ADA	Bacia hidrográfica da região
Grande (G)	Divisas reais do imóvel, conforme matrícula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 500 metros a partir da ADA	Bacia hidrográfica da região
Excepcional (E)	Divisas reais do imóvel, conforme matrícula atualizada e georreferenciamento existente no CAR (em caso de imóveis rurais)	Buffer de 500 metros a partir da ADA	Bacia hidrográfica da região

ANEXO II
MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE [NOME DO MUNICÍPIO]

Declaramos ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA, que o empreendimento abaixo descrito está localizado neste Município e que o Local, o Tipo de Empreendimento e Atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo, incluindo distanciamentos de vias públicas (no do diploma legal pertinente), bem como, atende às demais exigências legais e administrativas relacionadas ao Município.

EMPREENDEDOR	
CPF/CNPJ	
ATIVIDADE	
LOCALIZAÇÃO	
LEGISLAÇÃO Nº	
ZONA/MACROZONA	
PERÍMETRO URBANO/ZONA RURAL	
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE (PERMITIDA/PERMISSÍVEL)	

Local e Data.

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal ou do Secretário de Área.

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

Eu, [*nome completo conforme documento oficial*], [*nacionalidade*], [*estado civil*] residente e domiciliado(a) na [*endereço completo, com rua, número e, apartamento (se aplicável), bairro, cidade e unidade federativa*], portador(a) do CPF n°[*número do CPF*], carteira de identidade n° [*número do RG e órgão emissor*], **DECLARO**, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para (inserir finalidade), relacionados abaixo, são verdadeiros e autênticos (fieis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época).

FATOS DECLARADOS: _____
DOCUMENTOS APRESENTADOS: _____

Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de má–fé.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades das declarações prestadas, firmo a presente.

_____ (Município – UF), ____ (dia) de_____ (mês) de _____ (ano).

(Nome do Declarante Completo)
DECLARANTE
CPF ou CNPJ: _____

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DO EMPREENDEDOR/RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO POR ADESÃO E COMPROMISSO

Eu, [*nome completo conforme documento oficial*], [*nacionalidade*], [*estado civil*] residente e domiciliado(a) na [*endereço completo, com rua, número e, apartamento (se aplicável), bairro, cidade e unidade federativa*], portador(a) do CPF n°[*número do CPF*], carteira de identidade n° [*número do RG e órgão emissor*], como responsável legal ou proprietário da [*razão social do empreendimento*], CNPJ nº [*número do CNPJ*].

Pelo presente instrumento, formalizo adesão e compromisso aos parâmetros técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental competente, assumindo responsabilidade pelo cumprimento de todas as normas legais vigentes e condicionantes estabelecidas na licença, com o intuito de licenciamento ambiental da atividade de [*compostagem ou vermicompostagem*] através da Licença por Adesão e Compromisso - LAC, sob pena de sofrer as sanções legais cabíveis.

Local e data.

(Nome do Declarante Completo)
DECLARANTE
CPF ou CNPJ: _____

ANEXO V
DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - MCE

O MCE deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentado acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme as diretrizes listadas a seguir.

1. INFORMAÇÕES CADASTRAIS
a) Razão social;
b) Nome Fantasia;
c) CNPJ e Inscrição Estadual;
d) Endereço completo da unidade a ser licenciada;
e) Endereço para correspondência;
f) Nome do responsável legal, telefone;
g) E-mail.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA
a) Área onde será implantada a atividade (área total, área construída e área livre);
b) Zoneamentos de acordo com as diretrizes municipais;
c) Coordenadas Geográficas em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM;
d) Caracterização edafoclimática;
e) Topografia;
f) Recursos Hídricos (nascentes, olhos d'água, cursos d'água, etc.);
g) Geologia/hidrogeologia/geotecnia;
h) Cobertura Vegetal;
i) Acessos (alternativas, condições de tráfego);
j) Características do entorno (uso do solo, residências, áreas de interesse ambiental, etc.).

3. CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COM IMAGEM AÉREA E CONTENDO NO MÍNIMO
a) Distância dos recursos hídricos (nascentes, olhos d'água, cursos d'água, etc.);
b) Áreas de preservação permanente;
c) Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais;
d) Cobertura florestal;
e) Vias de acesso principais e pontos de referências;
f) Planta de implantação sobreposta ao mapa.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS
a) Descritivo das obras e intervenções previstas, tais como supressão de vegetação, intervenções em corpos hídricos, movimentação de terra, entre outros.

5. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE
a) Descritivo e fluxograma do processo;
b) Principais matérias primas e produtos a serem elaborados e quantitativo previsto (apresentar listagem preliminar dos resíduos a serem recebidos, conforme ANEXO XI desta Instrução Normativa;
c) Relação completa dos produtos químicos manuseados em sua atividade e respectivas quantidades estocadas (inclusive em equipamentos de processo);
d) Principais instalações e unidades de apoio, tais como pátio de estacionamento de veículos leves, pátio de estacionamento de veículos pesados, escritório administrativo, utilidades, etc.

6. ASPECTOS AMBIENTAIS
a) <u>Recursos hídricos</u>
i. Balanço hídrico previsto de utilização de água indicando no mínimo:
- Fontes de captação de água;
- Vazões utilizadas em cada etapa do processo industrial, consumo humano, higienização de máquinas, equipamentos e instalações;
- Portarias de Outorga Prévia ou Declaração de Uso Independente de Outorga referente as fontes de captação de água.

ii. Balanço hídrico previsto da geração de efluentes líquidos indicando no mínimo:
- Fontes de geração de efluentes líquidos (sanitário, processo industrial, lavagem de máquinas, equipamentos e instalações, entre outros);
- Vazões previstas de cada fonte identificada;
- Proposta do sistema de tratamento previsto;
- Destinação final dos efluentes gerados.

iii. Drenagem pluvial
- Área impermeabilizada e sistema de drenagem pluvial previsto, indicando as formas de tratamento e destinação final das águas incidentes nas áreas impermeabilizadas.

b) <u>Resíduos Sólidos:</u>
i. Estimativa da geração de resíduos sólidos indicando no mínimo:
1. Código IBAMA;
2. Resíduos Específico;
3. Origem do resíduo;
4. Quantificação diária estimada;
5. Tratamento e destinação final.

c) <u>Emissões atmosféricas e sistemas de controle.</u>
i. Fontes de geração de emissões atmosféricas e sistemas de tratamento propostos;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO VI
TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR
- Nome do Responsável Legal
- Profissão do Responsável Legal;
- CPF do Responsável Legal;
- Registro junto ao Conselho de Classe;

2. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA OU PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO
- Razão Social;
- CNPJ;
- Nome Fantasia;
- Endereço;
- Município/UF;
- CEP;
- Telefone;
- Fax;
- E-mail;
- Responsável legal.

3. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

3.1 Nome do empreendimento
3.2 Modalidade do empreendimento e porte
3.3 Mapa de situação do empreendimento com imagem aérea atualizada, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM e contendo, no mínimo:
a) Limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b) Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta;
c) Estruturas físicas;
d) Distância dos corpos hídricos;
e) Áreas de preservação permanente;
f) Áreas de Reserva Legal e maciços florestais remanescentes;
g) Vias de acesso principais;
h) Pontos de referências;
i) Arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.
3.4 Relatório fotográfico contendo no mínimo 10 fotografias da área do empreendimento, com vários ângulos do terreno e respectiva localização, em planta, com suas respectivas coordenadas geográficas, do local onde foram tiradas (apresentar o sistema de projeção das coordenadas geográficas).
3.5 Informação relativa ao histórico de uso do imóvel com enfoque na identificação de atividades potencialmente geradoras de áreas contaminadas.

4. IDENTIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS DECORRENTES DO EMPREENDIMENTO

3.1 MATÉRIAS-PRIMAS

Apresentar listagem preliminar e quantificação das matérias-primas utilizadas no processo de compostagem de acordo com a codificação da Lista Brasileira de Resíduos Sólidos (IN IBAMA nº 13/2012) e presentes no ANEXO XI desta Instrução Normativa.

3.2 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS
- Projeção de impactos relacionados à qualidade do ar, com descritivo das possíveis fontes geradoras e suas características de funcionamento (potência nominal, horas de funcionamento, localização prevista, etc.)

3.3 GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- Previsão de geração de resíduos sólidos, informando, minimamente:
  - Código IBAMA;
  - Resíduo Específico;
  - Local de Geração;
  - Quantidade gerada por dia;
  - Local de acondicionamento;
  - Tratamento (Se houver);
  - Destinação

3.4 IMPACTO NO TERRENO
- Projeto básico de terraplenagem, se houver movimentação de solo;
- Layout preliminar do empreendimento, inclusive com disponibilização de informações dos arquivos vetoriais;
- Informações referentes à topografia do local de implantação do empreendimento;
- Alterações paisagísticas gerais do empreendimento.

3.5 IMPACTO EM CURSOS HÍDRICOS
- Informação a respeito de captação de água subterrânea ou superficial, com vazão estimada e a respectiva outorga prévia ou declaração de uso independente;
- Informação a respeito de lançamento de efluente em corpos hídricos, com vazão estimada e respectiva outorga prévia ou declaração de uso independente;
- Citar possíveis fontes de contaminação ou alteração da qualidade da água resultante do processo do empreendimento.

3.6 IMPACTO EM FLORA E FAUNA
- Laudo Florestal para caracterização de flora conforme Resolução CONAMA nº 02, de 18 de março de 1994 para o Bioma Mata Atlântica. Se for área localizada em Bioma Cerrado, apresentar caracterização da vegetação existente;
- Se necessitar de supressão vegetal, apresentar estimativa de volume de lenha, torete e tora (em m³), além da caracterização quanto a presença de espécies ameaçadas de acordo com a Lista Vermelha, *Red List* da IUCN e Lista CITES;
- Levantamento de fauna em conformidade à Portaria IAT nº 012, de 10 de janeiro de 2024 ou outra que venha a substituí-la.

3.7 IMPACTO NA GERAÇÃO DE RUÍDO
- Levantamento preliminar dos impactos à poluição sonora, informando as principais fontes de emissão e fontes receptoras e modelagem acústica conforme ISO 9613.

3.8 IMPACTO SOCIOECONÔMICO

Estudos do meio socioeconômico da região onde o lote encontra-se localizado, abrangendo os seguintes pontos de vistas e seus respectivos conteúdos:
- Condições sociais e econômicas da população;
- Principais atividades econômicas;
- Saneamento básico;
- Equipamentos urbanos;
- Sistema viário e de transporte;
- Uso e ocupação do solo no entorno.

5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Elaboração de matriz de Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais, contemplando os seguintes parâmetros:
- Fonte geradora;
- Severidade;
- Probabilidade;

- Frequência;
- Tipologia da interferência;
- Temporalidade da interferência;
- Abrangência
- Legislação pertinente a cada aspecto;
- Medidas de controle de danos e compensação do impacto.

A probabilidade de ocorrência de eventos deve levar em conta dados estatísticos ou, na ausência destes, conhecimento técnico de profissionais especializados no assunto, de forma que o Relatório Ambiental Preliminar deve ser realizado por equipe multidisciplinar.

Qualquer impacto que prospecte óbito de qualquer espécie animal deverá ser considerado "catastrófico" ou a nomenclatura que identifique a maior severidade.

6. CONCLUSÕES

Apresentar as conclusões do Relatório Ambiental Preliminar (RAP), com base nos resultados obtidos na avaliação dos impactos ambientais, devendo esclarecer, sob o aspecto ambiental, a viabilidade ou não do empreendimento.

7. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Anotação de Responsabilidade Técnica dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados, junto aos respectivos conselhos de classe.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Citar as referências consultadas, incluindo as páginas eletrônicas com data e hora do acesso, segundo as normas de publicação de trabalhos científicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

ANEXO VII
TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL – PCA

O Projeto de Controle de Poluição Ambiental deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentado acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme as diretrizes listadas a seguir.

1. INFORMAÇÕES CADASTRAIS

- Razão social;
- Nome Fantasia;
- CNPJ e Inscrição Estadual;
- Endereço completo da unidade a ser licenciada;
- Endereço para correspondência;
- Nome do responsável legal, telefone;
- E-mail;
- Número de funcionários;
- Período de funcionamento.

2. TIPO (NATUREZA) DO ESTABELECIMENTO

Indicar a tipologia do empreendimento e atividades a serem executadas conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

3. SITUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Indicar a situação atual do empreendimento (empreendimento novo, ampliação e/ou reforma).

Em caso de ampliação, apresentar o diagnóstico da situação atual do empreendimento indicando as áreas e sistemas que passarão por modificações e melhorias.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Apresentar a caracterização das áreas atuais do empreendimento, bem como das áreas previstas para as ampliações e(ou) reformas contendo no mínimo:

a. Para empreendimentos novos:
   i. Área total;
   ii. Área a ser construída;
   iii. Área livre;
   iv. Áreas destinadas a ampliações futuras
   v. Área destinada ao sistema de controle de poluição ambiental (central de resíduos sólidos, áreas de armazenamento temporário de resíduos, efluentes, estações de tratamento de efluentes e sistemas de controle de emissões atmosféricas);
b. Zoneamentos de acordo com as diretrizes municipais;
c. Coordenadas em UTM;
d.Tipo e característica do solo considerando o Sistema Brasileiro de Classificação de Solo da Embrapa, em sua versão mais atualizada;
e. Topografia;
f. Recursos Hídricos (nascentes, olhos d'água, cursos d'água, etc.);
g. Geologia/hidrogeologia/geotecnia;
h. Cobertura Vegetal;
i. Acessos (alternativas, condições de tráfego);
j. Características do entorno (uso do solo, residências, áreas de interesse ambiental, etc.).

5. MAPA DE SITUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO, COM IMAGEM ATUALIZADA, EM DATUM SIRGAS 2000, PROJEÇÃO UTM E CONTENDO, NO MÍNIMO

a. Limites da propriedade, conforme matrícula do imóvel e condizentes com o Cadastro Ambiental Rural (em caso de imóvel rural);
b. Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta;
c. Unidades de Conservação e Mananciais nas áreas de influência;
d. Estruturas físicas;
e. Corpos hídricos;
f. Áreas de preservação permanente;
g. Áreas de Reserva Legal e maciços florestais remanescentes;
h. Vias de acesso principais;
i. Pontos de referência;
j. Arquivos vetoriais (formato *.kml/.kmz*) dos componentes exigidos nas alíneas anteriores.

6. CARACTERIZAÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS

a. Descritivo das obras e intervenções previstas, tais como supressão de vegetação, intervenções em corpos hídricos, movimentação de terra, entre outros.

7. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

a. Descritivo e fluxograma do processo indicando no mínimo:
   i. Todas as operações que compõem os processos ou linhas de produção;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ii. Processos de utilização de água;
iii. Todos os pontos de origem de efluentes líquidos, de emissões gasosas e resíduos sólidos.

b. Principais matérias primas e produtos a serem elaborados, quantitativo previsto e as formas de armazenamento e estocagem;
c. Relação completa dos produtos químicos manuseados em sua atividade e respectivas quantidades estocadas (inclusive em equipamentos de processo);
d. Principais instalações e unidades de apoio, tais como área industrial, pátio de estacionamento de veículos leves, pátio de estacionamento de veículos pesados, utilidades, estações de tratamento de água e efluentes, entre outros.

8. ASPECTOS AMBIENTAIS

a. Recursos hídricos
i. Balanço hídrico previsto de utilização de água indicando no mínimo:
- Fontes de captação de água;
-Vazões utilizadas em cada etapa do processo industrial, consumo humano, higienização de máquinas, equipamentos e instalações, e indicar o período de utilização para cada uso;
- Portarias de Outorga Prévia ou Declaração de Uso Independente de Outorga referente as fontes de captação de água.
ii. Balanço hídrico previsto da geração de efluentes líquidos indicando no mínimo:
- Fontes de geração de efluentes líquidos (sanitário, processo industrial, lavagem de máquinas, equipamentos e instalações, entre outros);
- Vazões previstas de cada fonte identificada;
- Sistema de tratamento previsto, indicando as etapas do tratamento e produtos químicos utilizados;
- Destinação final dos efluentes gerados, indicando o ponto de lançamento do efluente industrial tratado em rede coletiva, se for o caso, e ponto do emissário no corpo hídrico.
- Em caso de reutilização do efluente, apresentar descritivo do quantitativo e qualitativo do efluente tratado necessários para o reuso, bem como pontos de reuso e em caso de lançamento em corpo hídrico, apresentar informações quanto ao ponto de lançamento, indicando se há interligação com o efluente industrial tratado ou se o lançamento do efluente sanitário tratado possui um ponto de lançamento independente.
iii. Drenagem pluvial
- Área impermeabilizada e sistema de drenagem pluvial previsto, indicando as formas de tratamento e destinação final das águas incidentes nas áreas impermeabilizadas.
- Descrição detalhada do sistema de captação, transporte e disposição das águas pluviais incidentes em áreas impermeabilizadas do empreendimento.
b. Resíduos Sólidos:
i. Estimativa da geração de resíduos sólidos indicando no mínimo:
- Código IBAMA;
- Resíduos Específico;
- Origem do resíduo;
- Quantificação diária estimada;
- Tratamento e destinação final;

ii. Especificar a área de armazenamento de resíduos não perigosos e perigosos.
c. Emissões atmosféricas e sistemas de controle.
i. Fontes de geração de emissões atmosféricas e sistemas de tratamento propostos;
ii. Especificar detalhadamente todos os processos geradores de poluição do ar seja através de dutos, chaminés ou emissões fugitivas;
iii. Especificar o período de funcionamento previsto para cada processo, o número e altura das chaminés ou dutos em relação ao nível do solo e os combustíveis a serem utilizados;
iv. Especificar o sistema de tratamento das emissões atmosféricas existentes para cada uma das fontes identificadas, tais como filtros, ciclones, lavadores de gases, etc., com indicação da eficiência de projeto;
v. Apresentar o enquadramento de cada processo e os padrões de emissão e de condicionamento a serem atendidos, bem como a frequência de amostragem de emissões e metodologias de análise e amostragem a serem utilizadas, com as respectivas justificativas, em conformidade com o estabelecido na Resolução SEDEST nº 02, de 16 de janeiro de 2025.

ANEXO VIII
TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL - PCPA

1. OBJETIVO

O Plano de Controle de Poluição Ambiental – PCPA deverá apresentar os detalhamentos e programas de controle ambiental considerando a análise preliminar apresentada no Relatório Ambiental Preliminar.

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

- Nome do Responsável Legal
- Profissão do Responsável Legal;
- CPF do Responsável Legal;
- Registro junto ao Conselho de Classe.

3. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA OU PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

- Razão Social;
- CNPJ;
- Nome Fantasia;
- Endereço;
- Município/UF;
- CEP;
- Telefone;
- Fax;
- E-mail;
- Responsável legal.

4. PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS

Apresentar os projetos, programas e planos para mitigar e/ou compensar o impacto ambiental, conforme levantamento preliminar do RAP. São documentos pertinentes, se cabíveis ao licenciamento:

- Programa de Automonitoramento de Emissões Atmosféricas;
- Programa de Automonitoramento de Ruído;
- Projetos de Terraplenagem;
- Planos de Compensação Florestal;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD;
- Programa de Monitoramento de Águas Subterrâneas;
- Programa de Monitoramento de Corpos Hídricos, no caso do lançamento de efluentes;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (incluindo resíduos da construção civil);
- Projetos de Drenagem de Águas Pluviais;
- Projetos de Estação de Tratamento de Efluentes, se houver;

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Apresentar cronograma de execução das atividades, com estimativa de início, fim e prazo total.

6. CONCLUSÕES

Conclusão do estudo, indicando as limitações do empreendimento e das medidas de controle, prospectando revisões dos processos de forma periódica em razão da evolução tecnológica.

7. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Apresentar ART do técnico ou da equipe responsável pela elaboração do documento, bem como o devido visto junto ao CREA-PR, quando o estudo for realizado por profissionais de fora do estado.

8. REFERÊNCIAS DE LITERATURA

Artigos científicos, livros, normas e dispositivos legais usados para embasar o estudo.

ANEXO IX
TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos para compostagem de resíduos orgânicos deverão ser elaborados por técnico habilitado, apresentados para análise do Instituto Água e Terra, acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme dispõe a Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977.

1. OBJETIVO

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS tem como objetivo comprovar a capacidade de gestão do empreendimento, de todos os resíduos sólidos gerados por suas atividades principais e/ou auxiliares.

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- Razão Social;
- CNPJ;
- Nome Fantasia;
- Endereço;
- Município/UF;
- CEP;
- Telefone;
- Fax;
- E-mail;
- Área total (construída, impermeável e permeável);
- Número total de funcionários;
- Responsável legal;
- Responsável técnico pelo PGRS (pela elaboração do documento e pela execução do plano).

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- Planta baixa de localização e de implantação da área física e vizinhança do empreendimento, indicando a área construída e área total do terreno;
- Tipologia do empreendimento;
- Descrição sucinta da atividade, indicando a existência de operações auxiliares ao abastecimento, como lavagem e manutenção de veículos;
- Número de funcionários;
- Horário de funcionamento;
- Informações sobre a perspectiva de reformas e ampliações no empreendimento;
- Indicação dos responsáveis técnicos: pelo estabelecimento, pela elaboração e aplicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Outras informações importantes, que caracterizem o estabelecimento, relacionadas à geração dos resíduos sólidos.

4. ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Deverão ser descritos os procedimentos adotados quanto à segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte/transbordo e destinação final dos resíduos gerados, identificando os pontos de desperdício, perdas, não segregação, formas não adequadas de acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, conforme orientações abaixo:

- Caracterização dos resíduos: Identificar e quantificar os pontos de geração, levantar as quantidades e tipos de resíduos gerados pelo empreendimento, sendo que sua classificação deve estar conforme ABNT NBR 10004 – Resíduos sólidos – Classificação;
- Acondicionamento: Especificar o tipo e a capacidade dos recipientes utilizados para o acondicionamento. Definir procedimentos para o correto fechamento, vedação e manuseio dos recipientes, de forma a evitar vazamentos e/ou ruptura dos mesmos e portar símbolo de identificação compatível com o tipo de resíduo acondicionado;
- Armazenamento: Apresentar planta baixa ou croqui da central de resíduos do empreendimento, descrevendo os recipientes utilizados para o acondicionamento, especificando a capacidade;
- Coleta/Transporte externo: Especificar por grupo de resíduo, a frequência e o tipo de veículo transportador. Indicar as empresas responsáveis pela coleta externa (próprio gerador, empresa contratada etc.), fornecendo nome, endereço, telefone/fax e os dados do responsável técnico e cópia da respectiva licença de operação vigente dos responsáveis por esta etapa. Indicar resíduos que sejam de responsabilidade do Sistema de Coleta Seletiva. Anexar cópia de autorização de transporte de resíduos perigosos, se for o caso. Ações a serem adotadas pela empresa para os casos de acidentes ou incidentes causados por manuseio incorreto;
- Tratamento/Destino final/Disposição Final: Indicar as alternativas de tratamento/destinação final/disposição final adotadas para cada tipo de resíduo;
- Deverão ainda ser anexadas cópias de todas as autorizações ambientais de destinação de resíduos sólidos emitidas por este órgão ao longo da licença de operação vigente do empreendimento. Também deverão ser anexadas cópias de todos os Manifestos de Transporte de Resíduos – MTR e Certificados de Disposição Final – CDF, emitidos pela plataforma SINIR.

5. PROPOSTA DO PGRS

O planejamento das atividades de gerenciamento e manejo dos resíduos deverá ser desenvolvido tendo por base o diagnóstico da situação atual do gerenciamento dos resíduos sólidos, como também as legislações vigentes, tais como, Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Resoluções e Decretos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Água e Terra, leis e decretos estaduais pertinentes ao gerenciamento dos resíduos sólidos, e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relativas às atividades de gerenciamento de resíduos. Também devem ser verificadas as possibilidades de melhoria, soluções disponíveis no mercado e tecnologias já adotadas para o gerenciamento de resíduos sólidos.

Este planejamento deverá contemplar metas a serem atingidas, proposta de melhoria do sistema atual, contendo a descrição dos procedimentos que estão sendo previstos para a implementação do Sistema de Manejo dos Resíduos Sólidos, abordando os aspectos organizacionais, técnico operacionais e de recursos humanos, segundo as seguintes diretrizes gerais para implementação:

- Descrição das técnicas e procedimentos a serem adotados em cada fase do manejo dos resíduos, relacionados à: segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte/transbordo e destinação final, identificando as possibilidades de minimização dos resíduos, através da redução da quantidade e/ou redução de periculosidade e as possibilidades de reaproveitamento e/ou reciclagem dos Resíduos;
- Caracterização, identificação e distribuição dos equipamentos de coleta interna dos resíduos sólidos;
- Descrição dos recursos humanos e das equipes necessários à implantação, operação, monitoramento e implementação do PGRS;
- Descrição dos equipamentos de proteção individual;
- Descrição das ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manuseio incorreto e/ou acidentais (procedimentos emergenciais de controle);
- Elaboração de Programa de Treinamento e Capacitação;
- Cronograma físico de implantação, execução e operação das medidas e das ações propostas pelo Plano, de sua revisão e de atualização.

6. ATUALIZAÇÃO DO PGRS

Deverão ser disponibilizadas informações acerca do acompanhamento da evolução do sistema de gerenciamento implantado, através do monitoramento das ações e metas planejadas e proposição de ações corretivas.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Deverão ser elaborados relatórios de avaliação do PGRS, que serão apresentados quando da renovação da licença ambiental, contendo o acompanhamento e avaliação das atividades como meio de aferição das ações planejadas e implementadas.

O empreendimento deverá estabelecer metas progressivas para respeitar a hierarquia prevista no artigo 9º da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, isto é, comprovando tecnicamente a inviabilidade da não geração do resíduo, para então buscar a redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada.

7. ANEXOS

Juntamente com as informações citadas neste anexo, deverão ser anexados ao processo os seguintes itens:

- Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pela elaboração do PGRS;
- Registros fotográficos dos locais de acondicionamento e armazenamento temporário dos resíduos;
- Cópia das Autorizações Ambientais de Destinação Final de Resíduos;
- Cópia dos Manifestos de Transporte de Resíduos - MTR e dos Certificados de Destinação Final - CDF;
- Comprovante(s) de treinamento de pessoal e capacitação para segregação de resíduos;
- Cópia das Licenças de Operação vigentes dos empreendimentos envolvidos no gerenciamento dos resíduos sólidos do empreendimento.

ANEXO X
TERMO DE REFERÊNCIA DE LAUDO DE CONCLUSÃO DE OBRA

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nome do Empreendimento:
Localização:
CNPJ/CPF:
Responsável Técnico:
CREA:

2. OBJETO DO LAUDO

Este laudo visa atestar a conclusão da obra em conformidade ambiental, conforme estabelecido no projeto aprovado, no processo de licenciamento ambiental, bem como em conformidade com as legislações vigentes pertinentes, incluindo medidas de mitigação e controle de impactos ambientais.

3. ESCRIÇÃO DA OBRA

Tipo de Obra: Construção/Reforma ou ampliações
Área Total Construída: Área em m² total e/ou ampliações
Data de Início: Data de início da obra
Data de Conclusão: Data de conclusão da obra

4. ANÁLISE TÉCNICA

Análise sobre a estrutura, sistemas de tratamentos de efluentes, resíduos sólidos, equipamentos instalados, drenagem pluvial, etc.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ANEXO XI
LISTA DE RESÍDUOS PERMITIDOS PARA COMPOSTAGEM DE ACORDO COM A LISTA BRASILEIRA DE RESÍDUOS DA IN IBAMA Nº 13/2012

Como interpretar a planilha:

1. Verificar os códigos do resíduo e suas descrições conforme a Lista Brasileira de Resíduos da IN IBAMA nº 13/2012;
2. Quando a Lista Brasileira de Resíduos classifica o material como “Perigoso”, imediatamente seu uso na compostagem é “Vetado”;
3. Os demais resíduos devem ser classificados conforme ABNT NBR 10004 e possuem observações específicas para sua aceitabilidade;
4. Resíduos que dependem da classificação conforme ABNT NBR 10004 para definir sua periculosidade e já possuem veto quanto ao seu uso referem-se à materiais que, pela sua origem e características não podem ser compostados.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
01 01 01	Resíduos da extração de minérios metálicos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 01 02	Resíduos da extração de minérios não metálicos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 03 04	(*) Rejeitados geradores de ácidos, resultantes da transformação de sulfuretos –	Perigoso	VETADO
01 03 05	(*) Outros rejeitados contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
01 03 06	Rejeitados não abrangidos em 01 03 04 e 01 03 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 03 07	(*) Outros resíduos contendo substâncias perigosas, resultantes da transformação física e química de minérios metálicos –	Perigoso	VETADO
01 03 08	Poeiras e pós não abrangidos em 01 03 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
01 03 09	Lamas vermelhas da produção de alumina não abrangidas em 01 03 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 03 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 04 07	(*) Resíduos contendo substâncias perigosas, resultantes da transformação física e química de minérios não metálicos –	Perigoso	VETADO
01 04 08	Cascalhos e fragmentos de rocha não abrangidos em 01 04 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 04 09	Areias e argilas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 04 10	Poeiras e pós não abrangidos em 01 04 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 04 12	Rejeitados e outros resíduos, resultantes da lavagem e limpeza de minérios, não abrangidos em 01 04 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 04 13	Resíduos do corte e serragem de pedra não abrangidos em 01 04 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 04 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 05 04	Lodos e outros resíduos de perfuração contendo água doce –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 05 05	(*) Lodos e outros resíduos de perfuração contendo hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
01 05 06	(*) Lodos e outros resíduos de perfuração contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
01 05 07	Lodos e outros resíduos de perfuração contendo sais de bário não abrangidos em 01 05 05 e 01 05 06 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 05 08	Lodos e outros resíduos de perfuração contendo cloretos não abrangidos em 01 05 05 e 01 05 06 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
01 05 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 01 01	Lodos provenientes da lavagem e limpeza –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 01 02	Resíduos de tecidos animais –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 01 03	Resíduos de tecidos vegetais –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
02 01 04	Resíduos de plásticos (excluindo embalagens) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser plástico biodegradável, comprovadamente por meio de apresentação de análise nos termos da ABNT NBR 5448-2
02 01 06	Fezes, urina e estrume de animais (incluindo palha suja), efluentes recolhidos separadamente e tratados noutro local –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 01 07	Resíduos silvícolas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
02 01 08	(*) Resíduos agrotóxicos e afins (agro-químicos) contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
02 01 09	Resíduos agrotóxicos e afins (agro-químicos) não abrangidos em 02 01 08 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 01 10	Resíduos metálicos, como por exemplo, estruturas metálicas, sucatas metálicas, varas e cabos utilizados em campo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 02 01	Lodos provenientes da lavagem e limpeza –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 02 02	Resíduos de tecidos animais e orgânico de processo (sebo, soro, ossos, sangue, etc.) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 02 03	Materiais impróprios para consumo ou processamento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
02 02 04	Lodos do tratamento local de efluentes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 03 01	Lodos de lavagem, limpeza, descasque, centrifugação e separação –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 03 02	Resíduos de agentes conservantes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 03 03	Resíduos da extração por solventes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 03 04	Materiais impróprios para consumo ou processamento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
02 03 05	Lodos do tratamento local de efluentes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 03 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 04 03	Lodos do tratamento local de efluentes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 04 04	Vinhaça	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
02 04 05	Bagaço de cana-de-açúcar	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
02 04 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 05 01	Materiais impróprios para consumo ou processamento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 05 02	Lodos do tratamento local de efluentes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 05 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
02 06 01	Materiais impróprios para consumo ou processamento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
02 06 02	Resíduos de agentes conservantes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 06 03	Lodos do tratamento local de efluentes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 06 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 07 01	Resíduos da lavagem, limpeza e redução mecânica das matérias-primas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 07 02	Resíduos da destilação de álcool –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 07 03	Resíduos de tratamentos químicos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 07 04	Materiais impróprios para consumo ou processamento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 07 05	Lodos do tratamento local de efluentes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
02 07 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
03 01 01	Resíduos do descasque da madeira –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
03 01 04	(*) Serragem, aparas, fitas de aplainamento, madeira, aglomerados e folheados, contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
03 01 05	Serragem, aparas, fitas de aplainamento, madeira, aglomerados e folheados não abrangidos em 03 01 04 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
03 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
03 02 01	(*) Produtos orgânicos não halogenados de preservação da madeira –	Perigoso	VETADO
03 02 02	(*) Agentes organoclorados de preservação da madeira –	Perigoso	VETADO
03 02 03	(*) Agentes organometálicos de preservação da madeira –	Perigoso	VETADO
03 02 04	(*) Agentes inorgânicos de preservação da madeira –	Perigoso	VETADO
03 02 05	(*) Outros agentes de preservação da madeira contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
03 02 06	(*) Efluentes líquidos e resíduos originados no processo de preservação da madeira, provenientes de plantas que utilizam formulações contendo creosoto, com exceção dos efluentes líquidos dos processos de preservação da madeira que usam creosoto e/ou pentaclorofenol –	Perigoso	VETADO
03 02 07	(*) Efluentes líquidos e resíduos originados no processo de preservação da madeira, provenientes de plantas que utilizam ou tenham utilizado formulações clorofenólicas, com exceção dos efluentes líquidos dos processos de preservação da madeira que utilizam creosoto e/ou pentaclorofenol –	Perigoso	VETADO
03 02 08	(*) Efluentes líquidos e resíduos originados no processo de preservação da madeira, provenientes de plantas que utilizam conservantes inorgânicos contendo arsênio ou cromo, com exceção dos efluentes líquidos dos processos de preservação da madeira que usam creosoto e/ou pentaclorofenol –	Perigoso	VETADO
03 02 99	Agentes de preservação da madeira não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
03 03 01	Resíduos do descasque de madeira e resíduos de madeira –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
03 03 02	Lodos da lixívia verde (provenientes da valorização da lixívia de cozimento ou licor negro) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
03 03 05	Lodos de branqueamento, provenientes da reciclagem de papel –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
03 03 07	Rejeitos mecanicamente separados da fabricação de pasta a partir de papel e papelão usado –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
03 03 08	Resíduos da triagem de papel e papelão destinado a reciclagem –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
03 03 09	Resíduos de lodos de cal –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
03 03 10	Rejeitos de fibras e lodos de fibras, *fillers*e revestimentos, provenientes da separação mecânica –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
03 03 11	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 03 03 10 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
03 03 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
04 01 01	Resíduos das operações de descarna e divisão de tripa –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
04 01 02	Resíduos da operação de calagem –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
04 01 03	(*) Resíduos de desengorduramento contendo solventes sem fase aquosa –	Perigoso	VETADO
04 01 04	Licores de curtimenta contendo cromo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 01 05	Licores de curtimenta sem cromo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 01 06	Lodos, em especial do tratamento local de efluentes, contendo cromo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 01 07	Lodos, em especial do tratamento local de efluentes, sem cromo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 01 08	Aparas, serragem e pós de couro provenientes de couros curtidos ao cromo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 01 09	Resíduos da confecção e acabamentos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 01 10	Lodo do caleiro	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
04 01 11	(*) Lodos provenientes do tratamento de efluentes líquidos originados no processo de curtimento de couros ao cromo –	Perigoso	VETADO
04 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
04 02 09	Resíduos de materiais têxteis (têxteis impregnados, elastômeros, plastômeros) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 02 10	Matéria orgânica de produtos naturais (por exemplo, gordura, cera) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 02 14	(*) Resíduos dos acabamentos, contendo solventes orgânicos ou contaminados –	Perigoso	VETADO
04 02 15	Resíduos dos acabamentos não abrangidos em 04 02 14 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 02 16	(*) Corantes e pigmentos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
04 02 17	Corantes e pigmentos não abrangidos em 04 02 16 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 02 19	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
04 02 20	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 04 02 19 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
04 02 21	Resíduos de fibras têxteis não processadas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 02 22	Resíduos de fibras têxteis processadas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
04 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 01 02	(*) Lodos de dessalinização –	Perigoso	VETADO
05 01 03	(*) Resíduos provenientes de fundos de tanques empregados na indústria de refino de petróleo, inclusive os sedimentos do tanque de armazenamento de óleo cru –	Perigoso	VETADO
05 01 04	(*) Lodos alquílicas ácidas –	Perigoso	VETADO
05 01 05	(*) Derrames de hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
05 01 06	(*) Lodos contendo hidrocarbonetos provenientes de operações de manutenção das instalações ou equipamentos, inclusive lodos provenientes de separadores e da limpeza dos tubos dos trocadores de calor –	Perigoso	VETADO
05 01 07	(*) Alcatrões ácidos –	Perigoso	VETADO
05 01 08	(*) Outros alcatrões –	Perigoso	VETADO
05 01 09	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
05 01 10	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 05 01 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 01 11	(*) Resíduos da limpeza de combustíveis com bases –	Perigoso	VETADO
05 01 12	(*) Hidrocarbonetos contendo ácidos –	Perigoso	VETADO
05 01 13	Lodos do tratamento de água para abastecimento de caldeiras –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 01 14	Resíduos de colunas de arrefecimento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 01 15	(*) Argilas de filtração usadas –	Perigoso	VETADO
05 01 16	Resíduos contendo enxofre da dessulfuração de petróleo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 01 17	Betumes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 01 18	(*) Sólidos provenientes da emulsão residual oleosa, inclusive o sobrenadante proveniente de separadores tipo DAF (Dissolved Air Flotation) –	Perigoso	VETADO
05 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 06 01	(*) Alcatrões ácidos –	Perigoso	VETADO
05 06 03	(*) Outros alcatrões –	Perigoso	VETADO
05 06 04	Resíduos de colunas de arrefecimento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 06 05	(*) Resíduos provenientes dos tanques e lagoas de produção do coque, incluindo os resíduos da coqueificação do carvão –	Perigoso	VETADO
05 06 06	(*) Resíduos provenientes da recuperação e destilação de subprodutos do coque produzidos a partir do carvão –	Perigoso	VETADO
05 06 07	(*) Resíduos provenientes dos sistemas de tratamento de gases dos processos de coqueificação do carvão e da obtenção de subprodutos de coque produzidos a partir de carvão –	Perigoso	VETADO
05 06 08	(*) Lodo calcário da destilação da amônia proveniente das operações de coqueificação –	Perigoso	VETADO
05 06 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 07 01	(*) Resíduos contendo mercúrio –	Perigoso	VETADO
05 07 02	Resíduos contendo enxofre –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
05 07 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 01 01	(*) Ácido sulfúrico e ácido sulfuroso –	Perigoso	VETADO
06 01 02	(*) Ácido clorídrico –	Perigoso	VETADO
06 01 03	(*) Ácido fluorídrico –	Perigoso	VETADO
06 01 04	(*) Ácido fosfórico e ácido fosforoso –	Perigoso	VETADO
06 01 05	(*) Ácido nítrico e ácido nitroso –	Perigoso	VETADO
06 01 06	(*) Outros ácidos –	Perigoso	VETADO
06 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 02 01	(*) Hidróxido de cálcio –	Perigoso	VETADO
06 02 03	(*) Hidróxido de amônio –	Perigoso	VETADO
06 02 04	(*) Hidróxidos de sódio e de potássio –	Perigoso	VETADO
06 02 05	(*) Outras bases –	Perigoso	VETADO
06 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 03 11	(*) Sais no estado sólido e em soluções contendo cianetos –	Perigoso	VETADO
06 03 13	(*) Sais no estado sólido e em soluções contendo metais pesados –	Perigoso	VETADO
06 03 14	Sais no estado sólido e em soluções não abrangidos em 06 03 11 e 06 03 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 03 15	(*) Óxidos metálicos contendo metais pesados –	Perigoso	VETADO
06 03 16	Óxidos metálicos não abrangidos em 06 03 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 03 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 04 03	(*) Resíduos contendo arsênio –	Perigoso	VETADO
06 04 04	(*) Resíduos contendo mercúrio –	Perigoso	VETADO
06 04 05	(*) Resíduos contendo outros metais pesados –	Perigoso	VETADO
06 04 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 05 02	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
06 05 03	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 06 05 02 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 06 02	(*) Resíduos contendo sulfuretos perigosos –	Perigoso	VETADO
06 06 03	Resíduos contendo sulfuretos não abrangidos em 06 06 02 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 06 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 07 01	(*) Resíduos de eletrólise contendo amianto –	Perigoso	VETADO
06 07 02	(*) Resíduos de carvão ativado utilizado na produção do cloro –	Perigoso	VETADO
06 07 03	(*) Lodos de sulfato de bário contendo mercúrio –	Perigoso	VETADO
06 07 04	(*) Soluções e ácidos, por exemplo, ácido de contato –	Perigoso	VETADO
06 07 05	(*) Lodos de purificação de salmoura e lodos provenientes do tratamento de efluentes líquidos originados no processo de produção de cloro em células de mercúrio -	Perigoso	VETADO
06 07 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 09 02	Escórias com fósforo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
06 09 03	(*) Resíduos cálcicos de reação contendo ou contaminados com substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
06 09 04	Resíduos cálcicos de reação não abrangidos em 06 09 03 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 09 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 10 02	(*) Resíduos contendo substâncias perigosas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
06 10 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 11 01	Resíduos cálcicos de reação da produção de dióxido de titânio –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 11 02	(*) Lodos provenientes do tratamento de efluentes líquidos originados no processo de produção do pigmento branco de dióxido de titânio, por meio do método de cloretos, a partir de minérios que contenham cromo –	Perigoso	VETADO
06 11 03	(*) Resíduos da fabricação e de locais de armazenamento de cloreto férrico a partir de ácidos formados durante a produção do dióxido de titânio, utilizando o processo de *ilmenite*cloreto –	Perigoso	VETADO
06 11 04	(*) Lodo de tratamento de efluentes líquidos originados na produção dos seguintes pigmentos: laranja e amarelo de cromo, laranja de molibdato, amarelo de zinco, verde de cromo, verde de óxido de cromo (anidro e hidratado), e azul de ferro –	Perigoso	VETADO
06 11 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
06 13 01	(*) Produtos inorgânicos de proteção das plantas, agentes de preservação da madeira e outros biocidas –	Perigoso	VETADO
06 13 02	(*) Carvão ativado usado (exceto 06 07 02) –	Perigoso	VETADO
06 13 03	Negro de fumo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
06 13 04	(*) Resíduos do processamento do amianto, incluindo pós e fibras –	Perigoso	VETADO
06 13 05	(*) Fuligem –	Perigoso	VETADO
06 13 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 01 01	(*) Líquidos de lavagem e efluentes de processo aquosos –	Perigoso	VETADO
07 01 03	(*) Solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos halogenados	Perigoso	VETADO
07 01 04	(*) Outros solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos	Perigoso	VETADO
07 01 07	(*) Resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados –	Perigoso	VETADO
07 01 08	(*) Outros resíduos de destilação e resíduos de reação –	Perigoso	VETADO
07 01 09	(*) Absorventes usados e tortas de filtro halogenados –	Perigoso	VETADO
07 01 10	(*) Outros absorventes usados e tortas de filtro –	Perigoso	VETADO
07 01 11	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 01 12	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 01 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 02 01	(*) Líquidos de lavagem e efluentes de processos aquosos –	Perigoso	VETADO
07 02 03	(*) Solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos halogenados –	Perigoso	VETADO
07 02 04	(*) Outros solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos –	Perigoso	VETADO
07 02 07	(*) Resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados –	Perigoso	VETADO
07 02 08	(*) Outros resíduos de destilação e resíduos de reação –	Perigoso	VETADO
07 02 09	(*) Absorventes usados e tortas de filtro halogenados –	Perigoso	VETADO
07 02 10	(*) Outros absorventes usados e tortas de filtro –	Perigoso	VETADO
07 02 11	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 02 12	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 02 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 02 13	Resíduos e refugos de plásticos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser plástico biodegradável, comprovadamente por meio de apresentação de análise nos termos da ABNT NBR 5448-2
07 02 14	(*) Resíduos de aditivos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 02 15	Resíduos de aditivos não abrangidos em 07 02 14 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 02 16	(*) Resíduos contendo silicones perigosos –	Perigoso	VETADO
07 02 17	Resíduos contendo silicones que não os mencionados na rubrica 07 02 16 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 03 01	(*) Líquidos de lavagem e efluentes de processo aquosos –	Perigoso	VETADO
07 03 03	(*) Solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos halogenados –	Perigoso	VETADO
07 03 04	(*) Outros solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos –	Perigoso	VETADO
07 03 07	(*) Resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados –	Perigoso	VETADO
07 03 08	(*) Outros resíduos de destilação e resíduos de reação –	Perigoso	VETADO
07 03 09	(*) Absorventes usados e tortas de filtro halogenados –	Perigoso	VETADO
07 03 10	(*) Outros absorventes usados e tortas de filtro –	Perigoso	VETADO
07 03 11	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 03 12	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 03 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 03 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 04 01	(*) Líquidos de lavagem e efluentes de processo aquosos –	Perigoso	VETADO
07 04 03	(*) Solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos halogenados –	Perigoso	VETADO
07 04 04	(*) Outros solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos –	Perigoso	VETADO
07 04 07	(*) Resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados –	Perigoso	VETADO
07 04 08	(*) Outros resíduos de destilação e resíduos de reação –	Perigoso	VETADO
07 04 09	(*) Absorventes usados e tortas de filtro halogenados –	Perigoso	VETADO
07 04 10	(*) Outros absorventes usados e tortas de filtro –	Perigoso	VETADO
07 04 11	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 04 12	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 04 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 04 13	(*) Resíduos sólidos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 04 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 05 01	(*) Líquidos de lavagem e efluentes de processo aquosos –	Perigoso	VETADO
07 05 03	(*) Solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos halogenados –	Perigoso	VETADO
07 05 04	(*) Outros solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos –	Perigoso	VETADO
07 05 05	(*) Lodos provenientes do tratamento de efluentes líquidos originados no processo de produção de compostos arseniacais ou organoarseniacais –	Perigoso	VETADO
07 05 06	(*) Resíduos de fundo de destilação originados na etapa de destilação de compostos anilínicos empregados na produção de compostos arseniacais ou organoarseniacais –	Perigoso	VETADO
07 05 07	(*) Resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados –	Perigoso	VETADO
07 05 08	(*) Outros resíduos de destilação e resíduos de reação –	Perigoso	VETADO
07 05 09	(*) Carvão ativo usado proveniente da etapa de descoloração da produção de compostos arseniacais ou organoarseniacais –	Perigoso	VETADO
07 05 10	(*) Absorventes usados e tortas de filtro, halogenados ou não-halogenados –	Perigoso	VETADO
07 05 11	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 05 12	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 05 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 05 13	(*) Resíduos sólidos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 05 14	Resíduos sólidos não abrangidos em 07 05 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 05 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 06 01	(*) Líquidos de lavagem e efluentes de processo aquosos –	Perigoso	VETADO
07 06 03	(*) Solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos halogenados –	Perigoso	VETADO
07 06 04	(*) Outros solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos –	Perigoso	VETADO
07 06 07	(*) Resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados –	Perigoso	VETADO
07 06 08	(*) Outros resíduos de destilação e resíduos de reação –	Perigoso	VETADO
07 06 09	(*) Absorventes usados e tortas de filtro halogenados –	Perigoso	VETADO
07 06 10	(*) Outros absorventes usados e tortas de filtro –	Perigoso	VETADO
07 06 11	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 06 12	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 06 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 06 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 07 01	(*) Líquidos de lavagem e efluentes de processo aquosos –	Perigoso	VETADO
07 07 03	(*) Solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos halogenados –	Perigoso	VETADO
07 07 04	(*) Outros solventes, líquidos de lavagem e efluentes orgânicos –	Perigoso	VETADO
07 07 07	(*) Resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados –	Perigoso	VETADO
07 07 08	(*) Outros resíduos de destilação e resíduos de reação –	Perigoso	VETADO
07 07 09	(*) Absorventes usados e tortas de filtro halogenados –	Perigoso	VETADO
07 07 10	(*) Outros absorventes usados e tortas de filtro –	Perigoso	VETADO
07 07 11	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
07 07 12	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 07 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
07 07 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 01 11	(*) Resíduos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 01 12	Resíduos de tintas e vernizes não abrangidos em 08 01 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 01 13	(*) Lodos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 01 14	Lodos de tintas e vernizes não abrangidas em 08 01 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 01 15	(*) Lodos aquosas contendo tintas e vernizes com solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
08 01 16	Lodos aquosas contendo tintas e vernizes não abrangidas em 08 01 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 01 17	(*) Resíduos da remoção de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 01 18	Resíduos da remoção de tintas e vernizes não abrangidos em 08 01 17 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 01 19	(*) Suspensões aquosas contendo tintas ou vernizes com solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 01 20	Suspensões aquosas contendo tintas e vernizes não abrangidas em 08 01 19 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 01 21	(*) Resíduos de produtos de remoção de tintas e vernizes –	Perigoso	VETADO
08 01 22	(*) Lodos ou poeiras provenientes do sistema de controle de emissão de gases empregado na produção de tintas –	Perigoso	VETADO
08 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 02 01	Resíduos de revestimentos na forma pulverulenta –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 02 02	Lodos aquosas contendo materiais cerâmicos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 02 03	Suspensões aquosas contendo materiais cerâmicos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 02 04	(*) Resíduos de revestimentos contendo amianto –	Perigoso	VETADO
08 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 03 07	Lodos aquosas contendo tintas de impressão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 03 08	Resíduos líquidos aquosos contendo tintas de impressão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 03 12	(*) Resíduos de tintas de impressão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 03 13	Resíduos de tintas não abrangidos em 08 03 12 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
08 03 14	(*) Lodos de tintas de impressão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 03 15	Lodos de tintas de impressão não abrangidas em 08 03 14 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 03 16	(*) Resíduos de soluções de água régia –	Perigoso	VETADO
08 03 17	(*) Resíduos de *tonner*de impressão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 03 18	Resíduos de *tonner*de impressão não abrangidos em 08 03 17 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 03 19	(*) Óleos de dispersão –	Perigoso	VETADO
08 03 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 04 09	(*) Resíduos de colas ou vedantes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 04 10	Resíduos de colas ou vedantes não abrangidos em 08 04 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 04 11	(*) Lodos de colas ou vedantes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 04 12	Lodos de colas ou vedantes não abrangidas em 08 04 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 04 13	(*) Lodos aquosos contendo colas ou vedantes com solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 04 14	Lodos aquosos contendo colas ou vedantes não abrangidas em 08 04 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 04 15	(*) Resíduos líquidos aquosos contendo colas ou vedantes com solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
08 04 16	Resíduos líquidos aquosos contendo colas ou vedantes não abrangidos em 08 04 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 04 17	(*) Óleo de resina –	Perigoso	VETADO
08 04 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
08 05 01	(*) Resíduos de isocianatos –	Perigoso	VETADO
09 01 01	(*) Banhos de revelação e ativação de base aquosa –	Perigoso	VETADO
09 01 02	(*) Banhos de revelação de chapas litográficas de impressão de base aquosa –	Perigoso	VETADO
09 01 03	(*) Banhos de revelação à base de solventes –	Perigoso	VETADO
09 01 04	(*) Banhos de fixação –	Perigoso	VETADO
09 01 05	(*) Banhos de branqueamento e de fixadores de branqueamento –	Perigoso	VETADO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
09 01 06	(*) Resíduos contendo prata do tratamento local de resíduos fotográficos –	Perigoso	VETADO
09 01 07	Película e papel fotográfico com prata ou compostos de prata –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
09 01 08	Película e papel fotográfico sem prata ou compostos de prata –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
09 01 13	(*) Resíduos líquidos aquosos da recuperação local de prata não abrangidos em 09 01 06 –	Perigoso	VETADO
09 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 01	Cinzas, escórias e poeiras de caldeiras (excluída as poeiras de caldeiras abrangidas em 10 01 04) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 02	Cinzas voláteis da combustão de carvão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 03	Cinzas voláteis da combustão de turfa ou madeira não tratada –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 04	(*) Cinzas voláteis e poeiras de caldeiras da combustão de hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
10 01 05	Resíduos cálcicos de reação, na forma sólida, provenientes da dessulfuração de gases de combustão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 07	Resíduos cálcicos de reação, na forma de lodos, provenientes da dessulfuração de gases de combustão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 09	(*) Ácido sulfúrico –	Perigoso	VETADO
10 01 13	(*) Cinzas voláteis da combustão de hidrocarbonetos emulsionados utilizados como combustível –	Perigoso	VETADO
10 01 14	(*) Cinzas, escórias e poeiras de caldeiras de co-incineração contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 01 15	Cinzas, escórias e poeiras de caldeiras de co-incineração não abrangidas em 10 01 14 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 16	(*) Cinzas voláteis de co-incineração contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 01 17	Cinzas voláteis de co-incineração não abrangidas em 10 01 16 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 18	(*) Resíduos de lavagem de gases contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 01 19	Resíduos de lavagem de gases não abrangidos em 10 01 05, 10 01 07 e 10 01 18 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 20	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 01 21	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 10 01 20 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 22	(*) Lodos aquosas provenientes da limpeza de caldeiras contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 01 23	Lodos aquosas provenientes da limpeza de caldeiras não abrangidas em 10 01 22 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 24	Areias de leitos fluidizados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 25	Resíduos do armazenamento de combustíveis e da preparação de centrais elétricas a carvão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 26	Resíduos do tratamento da água de arrefecimento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 02 01	Escória e outros desperdícios da fabricação do ferro e do aço –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 02 02	Escórias de altos-fornos granulada (areia de escória) proveniente da fabricação do ferro e do aço –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 02 03	(*) Lodos ou poeiras provenientes do sistema de controle de emissão de gases empregado na produção de aço primário em fornos elétricos –	Perigoso	VETADO
10 02 07	(*) Resíduos sólidos do tratamento de gases contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 02 08	Resíduos sólidos do tratamento de gases não abrangidos em 10 02 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 02 10	Escamas de laminagem –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 02 11	(*) Resíduos do tratamento da água de arrefecimento contendo hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
10 02 12	Resíduos do tratamento da água de arrefecimento não abrangidos em 10 02 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 02 13	(*) Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 02 14	Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases não abrangidos em 10 02 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 02 15	Outras lodos e tortas de filtro –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 02 16	(*) Poeiras provenientes do sistema de controle de emissão de gases empregado nos fornos Cubilot empregados na fundição de ferro –	Perigoso	VETADO
10 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 02	Resíduos de ânodos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 03	(*) Cátodos usados provenientes da redução de alumínio primário -	Perigoso	VETADO
10 03 04	(*) Escórias da produção primária –	Perigoso	VETADO
10 03 05	(*)Resíduos provenientes do desmonte das cubas de redução empregadas na produção de alumínio primário –	Perigoso	VETADO
10 03 06	Resíduos de alumina –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 08	(*) Escórias salinas da produção secundária –	Perigoso	VETADO
10 03 09	(*) Impurezas negras da produção secundária –	Perigoso	VETADO
10 03 15	(*) Escumas inflamáveis ou que, em contato com a água, libertam gases inflamáveis em quantidades perigosas –	Perigoso	VETADO
10 03 16	Escumas não abrangidas em 10 03 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 17	(*) Resíduos da fabricação de ânodos contendo alcatrão –	Perigoso	VETADO
10 03 18	Resíduos da fabricação de ânodos contendo carbono, não abrangidos em 10 03 17 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 19	(*) Poeiras de gases de combustão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 03 20	Poeiras de gases de combustão não abrangidas em 10 03 19 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 21	(*) Outras partículas e poeiras (incluindo poeiras da trituração de escórias) contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 03 22	Outras partículas e poeiras (incluindo poeiras da trituração de escórias) não abrangidas em 10 03 21 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 23	(*) Resíduos sólidos do tratamento de gases contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 03 24	Resíduos sólidos do tratamento de gases não abrangidos em 10 03 23 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 25	(*) Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 03 26	Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases não abrangidos em 10 03 25 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 27	(*) Resíduos do tratamento da água de arrefecimento contendo hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
10 03 28	Resíduos do tratamento da água de arrefecimento não abrangidos em 10 03 27 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 29	(*) Resíduos do tratamento das escórias salinas e do tratamento das impurezas negras contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 03 30	Resíduos do tratamento das escórias salinas e do tratamento das impurezas negras não abrangidos em 10 03 29 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 03 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 04 01	(*) Escórias da produção primária e secundária –	Perigoso	VETADO
10 04 02	(*) Impurezas e escumas da produção primária e secundária –	Perigoso	VETADO
10 04 03	(*) Arseniato de cálcio –	Perigoso	VETADO
10 04 04	(*) Lodos, lixívias ou poeiras provenientes do sistema de controle de emissão de gases empregado na produção primária e secundária do chumbo –	Perigoso	VETADO
10 04 05	(*) Outras partículas e poeiras –	Perigoso	VETADO
10 04 06	(*) Resíduos sólidos do tratamento de gases –	Perigoso	VETADO
10 04 07	(*) Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases –	Perigoso	VETADO
10 04 09	(*) Resíduos do tratamento da água de arrefecimento contendo hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
10 04 10	Resíduos do tratamento da água de arrefecimento não abrangidos em 10 04 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 04 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 05 01	Escórias da produção primária e secundária –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
10 05 02	(*) Lodos calcários de ânodos eletrolíticos originados na produção de zinco primário –	Perigoso	VETADO
10 05 03	(*) Poeiras de gases de combustão –	Perigoso	VETADO
10 05 04	Outras partículas e poeiras não perigosas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 05 05	(*) Resíduos sólidos do tratamento de gases –	Perigoso	VETADO
10 05 06	(*) Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases –	Perigoso	VETADO
10 05 07	(*) Resíduos provenientes da unidade cádmio (óxido de ferro) do processo de produção de zinco primário –	Perigoso	VETADO
10 05 08	(*) Resíduos do tratamento da água de arrefecimento contendo hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
10 05 09	Resíduos do tratamento da água de arrefecimento não abrangidos em 10 05 08 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 05 10	(*) Impurezas e escumas inflamáveis ou que, em contato com a água, libertam gases inflamáveis em quantidades perigosas –	Perigoso	VETADO
10 05 11	Impurezas e escumas não abrangidas em 10 05 10 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 05 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 06 01	Escórias da produção primária e secundária. –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 06 02	Impurezas e escumas da produção primária e secundária –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 06 03	(*) Poeiras de gases de combustão –	Perigoso	VETADO
10 06 04	Outras partículas e poeiras não perigosas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 06 06	(*) Resíduos sólidos do tratamento de gases –	Perigoso	VETADO
10 06 07	(*) Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases –	Perigoso	VETADO
10 06 09	(*) Resíduos do tratamento da água de arrefecimento contendo hidrocarbonetos, incluindo lamas e lodos do adensamento da purga ácida do processo de produção de cobre primário –	Perigoso	VETADO
10 06 10	Resíduos do tratamento da água de arrefecimento não abrangidos em 10 06 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 06 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 07 01	Escórias da produção primária e secundária –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 07 02	Impurezas e escumas da produção primária e secundária –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 07 03	Resíduos sólidos do tratamento de gases –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 07 04	Outras partículas e poeiras não perigosas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 07 05	Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 07 07	(*) Resíduos do tratamento da água de arrefecimento contendo hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
10 07 08	Resíduos do tratamento da água de arrefecimento não abrangidos em 10 07 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 07 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 08 04	Partículas e poeiras não perigosas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 08 08	(*) Escórias salinas da produção primária e secundária –	Perigoso	VETADO
10 08 09	Outras escórias –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 08 10	(*) Impurezas e escumas inflamáveis ou que, em contato com a água, libertam gases inflamáveis em quantidades perigosas –	Perigoso	VETADO
10 08 11	Impurezas e escumas não abrangidas em 10 08 10 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 08 12	(*) Resíduos da fabricação de ânodos contendo alcatrão –	Perigoso	VETADO
10 08 13	Resíduos da fabricação de ânodos contendo carbono não abrangidos em 10 08 12 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 08 14	Resíduos de ânodos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 08 15	(*) Poeiras de gases de combustão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 08 16	Poeiras de gases de combustão não abrangidas em 10 08 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 08 17	(*) Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases de combustão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 08 18	Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases de combustão não abrangidos em 10 08 17 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 08 19	(*) Resíduos do tratamento da água de arrefecimento contendo hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
10 08 20	Resíduos do tratamento da água de arrefecimento não abrangidos em 10 08 19 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 08 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 09 03	Escórias do forno –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 09 05	(*) Moldes e modelos e moldes de fundição não vazados contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 09 06	Moldes e modelos e moldes de fundição não vazados não abrangidos em 10 09 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 09 07	(*) Moldes e modelos e moldes de fundição vazados contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 09 08	Moldes e modelos e moldes de fundição vazados não abrangidos em 10 09 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 09 09	(*) Poeiras de gases de combustão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 09 10	Poeiras de gases de combustão não abrangidas em 10 09 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 09 11	(*) Outras partículas contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 09 12	Outras partículas não abrangidas em 10 09 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 09 13	(*) Resíduos de aglutinantes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 09 14	Resíduos de aglutinantes não abrangidos em 10 09 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
10 09 15	(*) Resíduos de agentes indicadores de fendas e trincas contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 09 16	Resíduos de agentes indicadores de fendas e trincas não abrangidos em 10 09 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 09 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 10 03	Escórias do forno –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 10 05	(*) Moldes e modelos e moldes de fundição não vazados contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 10 06	Moldes e modelos e moldes de fundição não vazados não abrangidos em 10 10 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 10 07	(*) Moldes e modelos e moldes de fundição vazados contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 10 08	Moldes e modelos e moldes de fundição vazados não abrangidos em 10 10 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 10 09	(*) Poeiras de gases de combustão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 10 10	Poeiras de gases de combustão não abrangidas em 10 10 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 10 11	(*) Outras partículas contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 10 12	Outras partículas não abrangidas em 10 10 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 10 13	(*) Resíduos de aglutinantes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 10 14	Resíduos de aglutinantes não abrangidos em 10 10 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 10 15	(*) Resíduos de agentes indicadores de fendas e trincas contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 10 16	Resíduos de agentes indicadores de fendas e trincas não abrangidos em 10 10 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 10 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 11 03	Resíduos de materiais fibrosos à base de vidro –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
10 11 05	Partículas e poeiras –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 11 09	(*) Resíduos da preparação da mistura (antes do processo térmico) contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 11 10	Resíduos da preparação da mistura (antes do processo térmico) não abrangidos em 10 11 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 11 11	(*) Resíduos de vidro em pequenas partículas e em pó de vidro contendo metais pesados (por exemplo, tubos catódicos) –	Perigoso	VETADO
10 11 12	Resíduos de vidro não abrangidos em 10 11 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
10 11 13	(*) Lodos de polimento e retificação de vidro contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 11 14	Lodos de polimento e retificação de vidro não abrangidas em 10 11 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
10 11 15	(*) Resíduos sólidos do tratamento de gases de combustão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 11 16	Resíduos sólidos do tratamento de gases de combustão não abrangidos em 10 11 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 11 17	(*) Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases de combustão contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 11 18	Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases de combustão não abrangidos em 10 11 17 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 11 19	(*) Resíduos sólidos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 11 20	Resíduos sólidos do tratamento local de efluentes não abrangidos em 10 11 19 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 11 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 12 01	Resíduos da preparação da mistura (antes do processo térmico) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 12 03	Partículas e poeiras –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 12 05	Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 12 06	Moldes fora de uso –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 12 08	Resíduos da fabricação de peças cerâmicas, tijolos, ladrilhos, telhas e produtos de construção (após o processo térmico) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 12 09	(*) Resíduos sólidos do tratamento de gases contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 12 10	Resíduos sólidos do tratamento de gases não abrangidos em 10 12 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 12 11	(*) Resíduos de vitrificação contendo metais pesados –	Perigoso	VETADO
10 12 12	Resíduos de vitrificação não abrangidos em 10 12 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
10 12 13	Lodos do tratamento local de efluentes –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 12 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 13 01	Resíduos da preparação da mistura antes do processo térmico –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 13 04	Resíduos da calcinação e hidratação da cal –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 13 06	Partículas e poeiras (exceto 10 13 12 e 10 13 13) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 13 07	Lodos e tortas de filtro do tratamento de gases –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 13 09	(*) Resíduos da fabricação de fibrocimento contendo amianto –	Perigoso	VETADO
10 13 10	Resíduos da fabricação de fibrocimento não abrangidos em 10 13 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 13 11	Resíduos de materiais compósitos à base de cimento não abrangidos em 10 13 09 e 10 13 10 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 13 12	(*) Resíduos sólidos do tratamento de gases contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
10 13 13	Resíduos sólidos do tratamento de gases não abrangidos em 10 13 12 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 13 14	Resíduos de cimento e de lodos de cimento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 13 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
10 14 01	(*) Resíduos de limpeza de gases contendo mercúrio –	Perigoso	VETADO
11 01 04	(*) Banho de decapagem exaurido proveniente das operações de acabamento do aço –	Perigoso	VETADO
11 01 05	(*) Ácidos de decapagem –	Perigoso	VETADO
11 01 06	(*) Ácidos não anteriormente especificados –	Perigoso	VETADO
11 01 07	(*) Bases de decapagem –	Perigoso	VETADO
11 01 08	(*) Lodos de fosfatação –	Perigoso	VETADO
11 01 09	(*) Lodos e tortas de filtro contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
11 01 10	Lodos e tortas de filtro não abrangidos em 11 01 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
11 01 11	(*) Soluções exauridas, lodos e líquidos de lavagem aquosos contendo cianeto e/ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
11 01 12	Líquidos de lavagem aquosos não abrangidos em 11 01 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
11 01 13	(*) Resíduos de desengorduramento contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
11 01 14	Resíduos de desengorduramento não abrangidos em 11 01 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
11 01 15	(*) Eluatos e lodos de sistemas de membranas ou de permuta iônica contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
11 01 16	(*) Resinas de permuta iônica saturadas ou usadas –	Perigoso	VETADO
11 01 98	(*) Outros resíduos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
11 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
11 02 02	(*) Lodos da hidrometalurgia do zinco –	Perigoso	VETADO
11 02 03	Resíduos da produção de ânodos dos processos eletrolíticos aquosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
11 02 05	(*) Resíduos de processos hidrometalúrgicos do cobre contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
11 02 06	Resíduos de processos hidrometalúrgicos do cobre não abrangidos em 11 02 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
11 02 07	(*) Outros resíduos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
11 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
11 03 01	(*) Resíduos contendo cianetos –	Perigoso	VETADO
11 03 02	(*) Outros resíduos –	Perigoso	VETADO
11 03 03	(*) Lodos originados no tratamento de efluentes líquidos provenientes dos banhos de têmpera das operações	Perigoso	VETADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	de tratamento térmico de metais nos quais são utilizados cianetos;		
11 05 01	Escórias e cinzas de zinco não perigosas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
11 05 02	(*) Cinzas de zinco contendo cádmio ou chumbo –	Perigoso	VETADO
11 05 03	(*) Resíduos sólidos do tratamento de gases –	Perigoso	VETADO
11 05 04	(*) Fluxantes usados –	Perigoso	VETADO
11 05 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
12 01 01	Aparas e limalhas de metais ferrosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
12 01 02	Poeiras e partículas de metais ferrosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
12 01 03	Aparas e limalhas de metais não ferrosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
12 01 04	Poeiras e partículas de metais não ferrosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
12 01 05	Aparas de matérias plásticas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser plástico biodegradável, comprovadamente por meio de apresentação de análise nos termos da ABNT NBR 5448-2
12 01 06	(*) Óleos minerais de corte e usinagem com halogênios (exceto emulsões, misturas e soluções) –	Perigoso	VETADO
12 01 07	(*) Óleos minerais de corte e usinagem sem halogênios (exceto emulsões, misturas e soluções) –	Perigoso	VETADO
12 01 08	(*) Emulsões, misturas e soluções de corte e usinagem com halogênios –	Perigoso	VETADO
12 01 09	(*) Emulsões e soluções de corte e usinagem sem halogênios –	Perigoso	VETADO
12 01 10	(*) Óleos sintéticos de corte e usinagem –	Perigoso	VETADO
12 01 12	(*) Ceras e gorduras usadas –	Perigoso	VETADO
12 01 13	Resíduos de soldadura –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
12 01 14	(*) Lodos de usinagem contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
12 01 15	Lodos de usinagem não abrangidas em 12 01 14 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
12 01 16	(*) Resíduos de materiais de polimento contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
12 01 17	Resíduos de materiais de polimento não abrangidos em 12 01 16 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
12 01 18	(*) Lodos metálicos (lodos de retificação, superacabamento e lixamento) contendo óleo –	Perigoso	VETADO
12 01 19	(*) Óleos de usinagem facilmente biodegradáveis –	Perigoso	VETADO
12 01 20	(*) Mós e materiais de retificação usados contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
12 01 21	Mós e materiais de retificação usados não abrangidos em 12 01 20 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
12 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
12 03 01	(*) Líquidos de lavagem aquosos –	Perigoso	VETADO
12 03 02	(*) Resíduos de desengorduramento a vapor –	Perigoso	VETADO
13 01 01	(*) Óleos hidráulicos contendo PCB ([i]) –	Perigoso	VETADO
13 01 04	(*) Emulsões cloradas –	Perigoso	VETADO
13 01 05	(*) Emulsões não cloradas –	Perigoso	VETADO
13 01 09	(*) Óleos hidráulicos minerais clorados –	Perigoso	VETADO
13 01 10	(*) Óleos hidráulicos minerais não clorados –	Perigoso	VETADO
13 01 11	(*) Óleos hidráulicos sintéticos –	Perigoso	VETADO
13 01 12	(*) Óleos hidráulicos facilmente biodegradáveis –	Perigoso	VETADO
13 01 13	(*) Outros óleos hidráulicos –	Perigoso	VETADO
13 02 01	(*) Óleos de motores, transmissões e lubrificação usados ou contaminados –	Perigoso	VETADO
13 02 99	(*) Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação –	Perigoso	VETADO
13 03	Óleos isolantes, de refrigeração e de transmissão de calor usados:	-	-
13 03 01	(*) Óleos de isolamento térmico, de refrigeração e de transmissão de calor usados, fluidos dielétricos e resíduos contaminados com bifenilas policloradas (PCB) –	Perigoso	VETADO
13 03 06	(*) Óleos minerais isolantes, de refrigeração e de transmissão de calor clorados, não abrangidos em 13 03 01 –	Perigoso	VETADO
13 03 07	(*) Óleos minerais isolantes, de refrigeração e de transmissão de calor não clorados –	Perigoso	VETADO
13 03 08	(*) Óleos sintéticos isolantes, de refrigeração e de transmissão de calor –	Perigoso	VETADO
13 03 09	(*) Óleos facilmente biodegradáveis isolantes, de refrigeração e de transmissão de calor –	Perigoso	VETADO
13 03 10	(*) Outros óleos isolantes, de refrigeração e de transmissão de calor –	Perigoso	VETADO
13 04 01	(*) Óleos *bunker* de navios de navegação interior –	Perigoso	VETADO
13 04 02	(*) Óleos *bunker* provenientes das canalizações dos cais –	Perigoso	VETADO
13 04 03	(*) Óleos *bunker* de outros tipos de navios –	Perigoso	VETADO
13 05 01	(*) Resíduos sólidos provenientes de desarenadores e de separadores óleo/ água –	Perigoso	VETADO
13 05 02	(*) Lodo proveniente dos separadores óleo/água –	Perigoso	VETADO
13 05 03	(*) Lodo proveniente do interceptor –	Perigoso	VETADO
13 05 06	(*) Óleos provenientes dos separadores óleo/água –	Perigoso	VETADO
13 05 07	(*) Água com óleo proveniente dos separadores óleo/água –	Perigoso	VETADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
13 05 08	(*) Misturas de resíduos provenientes de desarenadores e de separadores óleo/água –	Perigoso	VETADO
13 07 01	(*) Fuelóleo e óleo diesel –	Perigoso	VETADO
13 07 02	(*) Gasolina –	Perigoso	VETADO
13 07 03	(*) Outros combustíveis (incluindo misturas) –	Perigoso	VETADO
13 08 01	(*) Lodos ou emulsões de dessalinização –	Perigoso	VETADO
13 08 02	(*) Outras emulsões e misturas –	Perigoso	VETADO
13 08 99	(*) Outros resíduos não anteriormente especificados –	Perigoso	VETADO
14 06 01	(*) Clorofluorcarbonetos (CFC), HCFC, HFC –	Perigoso	VETADO
14 06 02	(*) Outros solventes e misturas de solventes halogenados –	Perigoso	VETADO
14 06 03	(*) Outros solventes e misturas de solventes –	Perigoso	VETADO
14 06 04	(*) Lodos ou resíduos sólidos contendo solventes halogenados –	Perigoso	VETADO
14 06 05	(*) Lodos ou resíduos sólidos contendo outros solventes –	Perigoso	VETADO
15 01 01	Embalagens de papel e cartão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
15 01 02	Embalagens de plástico –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser plástico biodegradável, comprovadamente por meio de apresentação de análise nos termos da ABNT NBR 5448-2
15 01 03	Embalagens de madeira –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
15 01 04	Embalagens de metal –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
15 01 05	Embalagens longa-vida –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
15 01 06	Misturas de embalagens –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser plástico biodegradável, comprovadamente por meio de apresentação de análise nos termos da ABNT NBR 5448-2
15 01 07	Embalagens de vidro –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
15 01 09	Embalagens têxteis –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
15 01 10	(*) Embalagens de qualquer um dos tipos acima descritos contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
15 01 11	(*) Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, com uma matriz porosa sólida perigosa (por exemplo, amianto) –	Perigoso	VETADO
15 02 02	(*) Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
15 02 03	Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 03	(*) Veículos em fim de vida –	Perigoso	VETADO
16 01 04	Veículos em fim de vida esvaziados de líquidos e outros componentes perigosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 06	(*) Resíduo proveniente da trituração de veículos em fim de vida (AshShredderResidue) –	Perigoso	VETADO
16 01 07	(*) Filtros de óleo automotivos –	Perigoso	VETADO
16 01 08	(*) Componentes e peças contendo mercúrio –	Perigoso	VETADO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
16 01 09	(*) Componentes e peças contendo PCB –	Perigoso	VETADO
16 01 10	(*) Componentes explosivos, por exemplo, almofadas de ar *(air bags)* –	Perigoso	VETADO
16 01 11	(*) Pastilhas de freio contendo amianto –	Perigoso	VETADO
16 01 12	Pastilhas de freio não abrangidas em 16 01 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 13	(*) Fluidos de freio –	Perigoso	VETADO
16 01 14	(*) Fluidos anticongelantes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 01 15	Fluidos anticongelantes não abrangidos em 16 01 14 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 16	Recipientes para gás liquefeito sob pressão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 17	Sucatas metálicas ferrosas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 18	Sucatas metálicas não ferrosas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 19	Plástico –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser plástico biodegradável, comprovadamente por meio de apresentação de análise nos termos da ABNT NBR 5448-2
16 01 20	Vidro –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 21	(*) Componentes perigosos não abrangidos em 16 01 07 a 16 01 11, 16 01 13 e 16 01 14 –	Perigoso	VETADO
16 01 22	Componentes não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 23	Pneus inservíveis/usados aeronáuticos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 24	Pneus inservíveis/usados de automóveis –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 25	Pneus inservíveis/usados de bicicletas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 26	Pneus inservíveis/usados de caminhões/ônibus –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 27	Pneus inservíveis/usados de motocicletas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 28	Pneus inservíveis/usados de tratores –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 29	Pneus inservíveis/usados outras aplicações –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 02 09	(*) Transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contendo PCB –	Perigoso	VETADO
16 02 10	(*) Equipamento fora de uso contendo ou contaminado por PCB não abrangido em 16 02 09 –	Perigoso	VETADO
16 02 11	(*) Equipamento fora de uso contendo clorofluorcarbonetos, HCFC, HFC –	Perigoso	VETADO
16 02 12	(*) Equipamento fora de uso contendo amianto livre –	Perigoso	VETADO
16 02 13	(*) Equipamento fora de uso contendo componentes perigosos não abrangidos em 16 02 09 a 16 02 12 –	Perigoso	VETADO
16 02 14	Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 02 15	(*) Componentes perigosos retirados de equipamento fora de uso –	Perigoso	VETADO
16 02 16	Componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 03 03	(*) Resíduos inorgânicos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 03 04	Resíduos inorgânicos não abrangidos em 16 03 03 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
16 03 05	(*) Resíduos orgânicos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 03 06	Resíduos orgânicos não abrangidos em 16 03 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
16 04 01	(*) Resíduos de munições –	Perigoso	VETADO
16 04 02	(*) Resíduos de fogo de artifício –	Perigoso	VETADO
16 04 03	(*) Lodos provenientes do tratamento de efluentes líquidos originados no processamento e produção de explosivos –	Perigoso	VETADO
16 04 05	(*) Carvão usado proveniente do tratamento de efluentes líquidos que contenham explosivos–	Perigoso	VETADO
16 04 06	(*) Água rosa/vermelha proveniente das operações de TNT –	Perigoso	VETADO
16 04 99	(*) Outros resíduos de explosivos –	Perigoso	VETADO
16 05 04	(*) Gases em recipientes sob pressão (incluindo *freons* e *halons*) contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 05 05	Gases em recipientes sob pressão não abrangidos em 16 05 04 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 05 06	(*) Produtos químicos de laboratório contendo ou compostos por substâncias perigosas, incluindo misturas de produtos químicos de laboratório –	Perigoso	VETADO
16 05 07	(*) Produtos químicos inorgânicos de laboratório contendo ou compostos por substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 05 08	(*) Produtos químicos orgânicos fora de uso contendo ou compostos por substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 05 09	Produtos químicos fora de uso não abrangidos em 16 05 06, 16 05 07 ou 16 05 08 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
16 06 01	(*) Bateria e acumuladores elétricos à base de chumbo e seus resíduos, incluindo os plásticos provenientes da carcaça externa da bateria –	Perigoso	VETADO
16 06 02	(*) Bateria e acumuladores elétricos de níquel-cádmio e seus resíduos –	Perigoso	VETADO
16 06 03	(*) Pilhas contendo mercúrio –	Perigoso	VETADO
16 06 04	Pilhas alcalinas (exceto 16 06 03) ([iii]) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 06 05	Outras pilhas, baterias e acumuladores –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 06 06	(*) Eletrólitos de pilhas e acumuladores recolhidos separadamente –	Perigoso	VETADO
16 07 08	(*) Resíduos contendo hidrocarbonetos –	Perigoso	VETADO
16 07 09	(*) Resíduos contendo outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 07 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
16 08 01	Catalisadores usados contendo ouro, prata, rênio, ródio, paládio, irídio ou platina (exceto 16 08 07) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 08 02	(*) Catalisadores usados contendo metais de transição ([iv]) ou compostos de metais de transição perigosos –	Perigoso	VETADO
16 08 03	Catalisadores usados contendo metais de transição ou compostos de metais de transição não especificados de outra forma –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 08 04	Catalisadores usados de *cracking*catalítico em leito fluidizado (exceto 16 08 99) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
16 08 05	(*) Catalisadores usados contendo ácido fosfórico –	Perigoso	VETADO
16 08 06	(*) Líquidos usados utilizados como catalisadores –	Perigoso	VETADO
16 08 07	(*) Catalisadores usados provenientes do reator de	Perigoso	VETADO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	hidrocloração utilizado na produção de 1,1,1-tricloroetano –		
16 08 08	(*) Catalisador gasto proveniente do hidrotratamento das operações de refino de petróleo, incluindo leitos usados para dessulfurizar as alimentações para outros reatores catalíticos (este código não inclui o meio de suporte inerte) –	Perigoso	VETADO
16 08 99	(*) Outros catalisadores usados contaminados com substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 09 01	(*) Permanganatos, por exemplo, permanganato de potássio –	Perigoso	VETADO
16 09 02	(*) Cromatos, por exemplo, cromato de potássio, dicromato de potássio ou de sódio –	Perigoso	VETADO
16 09 03	(*) Peróxidos, por exemplo, água oxigenada –	Perigoso	VETADO
16 09 04	(*) Substâncias oxidantes não anteriormente especificadas –	Perigoso	VETADO
16 10 01	(*) Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 10 02	Resíduos líquidos aquosos não abrangidos em 16 10 01 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
16 10 03	(*) Concentrados aquosos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 10 04	Concentrados aquosos não abrangidos em 16 10 03 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
16 11 01	(*) Revestimentos de fornos e refratários à base de carbono provenientes de processos metalúrgicos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 11 02	Revestimentos de fornos e refratários à base de carbono não abrangidos em 16 11 01 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
16 11 03	(*) Outros revestimentos de fornos e refratários provenientes de processos metalúrgicos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 11 04	Outros revestimentos de fornos e refratários não abrangidos em 16 11 03 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
16 11 05	(*) Revestimentos de fornos e refratários provenientes de processos não metalúrgicos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
16 11 06	Revestimentos de fornos e refratários provenientes de processos não metalúrgicos não abrangidos em 16 11 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
17 01 01	Resíduos de cimento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 01 02	Tijolos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 01 03	Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 01 06	(*) Misturas ou frações separadas de cimento, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 01 07	Misturas de cimento, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidas em 17 01 06 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 02 01	Madeira –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
17 02 02	Vidro –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 02 03	Plástico –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser plástico biodegradável, comprovadamente por meio de apresentação de análise nos termos da ABNT NBR 5448-2
17 02 04	(*) Vidro, plástico e madeira, misturados ou não, contendo ou contaminados com substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 03 01	(*) Misturas betuminosas contendo alcatrão –	Perigoso	VETADO
17 03 02	Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 03 03	(*) Asfalto e produtos de alcatrão –	Perigoso	VETADO
17 04 01	Cobre, bronze e latão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 04 02	Alumínio –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 04 03	Chumbo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 04 04	Zinco –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 04 05	Ferro e aço –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 04 06	Estanho –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 04 07	Mistura de sucatas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 04 09	(*) Resíduos metálicos contaminados com substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 04 10	(*) Cabos contendo hidrocarbonetos, alcatrão ou outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 04 11	Cabos não abrangidos em 17 04 10 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 04 12	Magnésio –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 04 13	Níquel –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 05 02	(*) Solos e rochas contendo contaminados combifenilaspolicloradas (PCB) –	Perigoso	VETADO
17 05 03	(*) Solos e rochas contendo outras substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 05 04	Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
17 05 05	(*) Lodos de dragagem contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 05 06	Lodos de dragagem não abrangidas em 17 05 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
17 05 07	(*) Britas de linhas ferroviárias contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 05 08	Britas de linhas de ferroviárias não abrangidos em 17 05 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
17 05 09	(*) Resíduos resultantes da incineração ou tratamento térmico de solos contaminados por substâncias orgânicas perigosas –	Perigoso	VETADO
17 06 01	(*) Materiais de isolamento contendo amianto –	Perigoso	VETADO
17 06 03	(*) Outros materiais de isolamento contendo ou constituídos por substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 06 04	Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
17 06 05	(*) Materiais de construção contendo amianto (por exemplo, telhas, tubos, etc.) –	Perigoso	VETADO
17 08 01	(*) Materiais de construção à base de gesso contaminados com substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 08 02	Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
17 09 01	(*) Resíduos de construção e demolição contendo mercúrio –	Perigoso	VETADO
17 09 02	(*) Resíduos de construção e demolição contendo PCB (por exemplo, vedantes com PCB, revestimentos de piso à base de resinas com PCB, condensadores de uso doméstico com PCB) –	Perigoso	VETADO
17 09 03	(*) Outros resíduos de construção e demolição (incluindo misturas de resíduos) contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
17 09 04	Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
18 01 01	(*) Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética –	Perigoso	VETADO
18 01 02	(*) Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes com elevado risco individual e elevado risco para a comunidade, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido –	Perigoso	VETADO
18 01 03	(*) Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta –	Perigoso	VETADO
18 01 04	(*) Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre –	Perigoso	VETADO
18 01 05	(*) Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anátomo-patológico ou confirmação diagnóstica –	Perigoso	VETADO
18 01 06	(*) Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 cm ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares –	Perigoso	VETADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
18 01 07	(*) Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados;	Perigoso	VETADO
18 01 08	(*) Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico hospitalar e de pesquisa, entre outros similares –	Perigoso	VETADO
18 01 09	(*) Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes com elevado risco individual e elevado risco para a comunidade, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons –	Perigoso	VETADO
18 01 10	(*) Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo –	Perigoso	VETADO
18 01 11	(*) Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre –	Perigoso	VETADO
18 01 12	(*) Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anátomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica –	Perigoso	VETADO
18 01 13	(*) Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações –	Perigoso	VETADO
18 01 14	(*) Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão –	Perigoso	VETADO
18 01 15	(*) Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons –	Perigoso	VETADO
18 02 01	(*) Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos – imunossupressores; digitálicos; imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos sujeitos a controle especial –	Perigoso	VETADO
18 02 02	(*) Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfestantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes –	Perigoso	VETADO
18 02 03	(*) Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores) –	Perigoso	VETADO
18 02 04	(*) Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas –	Perigoso	VETADO
18 02 05	(*) Outros produtos considerados perigosos –	Perigoso	VETADO
18 03 01	(*) Materiais resultantes de laboratórios de pesquisa e ensino na área de saúde, laboratórios de	Perigoso	VETADO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	análises clínicas e serviços de medicina nuclear e radioterapia que contenham radionuclídeos em quantidade superior aos limites de eliminação ([v]) –		
18 04 01	(*) Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares –	Perigoso	VETADO
19 01 02	Materiais ferrosos removidos das cinzas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 01 05	(*) Tortas de filtro provenientes do tratamento de gases –	Perigoso	VETADO
19 01 06	(*) Resíduos líquidos aquosos provenientes do tratamento de gases e outros resíduos líquidos aquosos –	Perigoso	VETADO
19 01 07	(*) Resíduos sólidos provenientes do tratamento de gases –	Perigoso	VETADO
19 01 10	(*) Carvão ativado usado proveniente do tratamento de gases de combustão –	Perigoso	VETADO
19 01 11	(*) Cinzas e escórias contendo substâncias perigosas –	Perigoso	Será avaliado caso a caso, considerando a caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta, além do laudo de caracterização do potencial agronômico do resíduo e, essencialmente, no laudo de análise da ABNT NBR 10004, qual parâmetro está em desacordo com os limites estabelecidos nesta norma
19 01 12	Cinzas e escórias não abrangidas em 19 01 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 01 13	(*) Cinzas voláteis contendo substâncias perigosas –	Perigoso	Será avaliado caso a caso, considerando a caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta, além do laudo de caracterização do potencial agronômico do resíduo e, essencialmente, no laudo de análise da ABNT NBR 10004, qual parâmetro está em desacordo com os limites estabelecidos nesta norma
19 01 14	Cinzas voláteis não abrangidas em 19 01 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 01 15	(*) Cinzas de caldeiras contendo substâncias perigosas –	Perigoso	Será avaliado caso a caso, considerando a caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta, além do laudo de caracterização do potencial agronômico do resíduo e, essencialmente, no laudo de análise da ABNT NBR 10004, qual parâmetro está em desacordo com os limites estabelecidos nesta norma
19 01 16	Cinzas de caldeiras não abrangidas em 19 01 15 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Será avaliado caso a caso, considerando a caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta, além do laudo de caracterização do potencial agronômico do resíduo e, essencialmente, no laudo de análise da ABNT NBR 10004, qual parâmetro está em desacordo com os limites estabelecidos nesta norma
19 01 17	(*) Resíduos de pirólise contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 01 18	Resíduos de pirólise não abrangidos em 19 01 17 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 01 19	Areias de leitos fluidizados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 02 03	Misturas de resíduos contendo apenas resíduos não perigosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 02 04	(*) Misturas de resíduos contendo, pelo menos, um resíduo perigoso –	Perigoso	VETADO
19 02 05	(*) Lodos de tratamento físico-químico contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 02 06	Lodos de tratamento físico-químico não abrangidas em 19 02 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 02 07	(*) Óleos e concentrados da separação –	Perigoso	VETADO
19 02 08	(*) Resíduos combustíveis líquidos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 02 09	(*) Resíduos combustíveis sólidos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 02 10	Resíduos combustíveis não abrangidos em 19 02 08 e 19 02 09 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 02 11	(*) Outros resíduos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 03 04	(*) Resíduos assinalados como perigosos, parcialmente estabilizados –	Perigoso	VETADO
19 03 05	Resíduos estabilizados não abrangidos em 19 03 04 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 03 06	(*) Resíduos assinalados como perigosos, solidificados –	Perigoso	VETADO
19 03 07	Resíduos solidificados não abrangidos em 19 03 06 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 04 01	Resíduos vitrificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
19 04 02	(*) Cinzas voláteis e outros resíduos do tratamento de gases de combustão –	Perigoso	VETADO
19 04 03	(*) Fase sólida não vitrificada –	Perigoso	VETADO
19 04 04	Resíduos líquidos aquosos da têmpera de resíduos vitrificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
19 05 01	Fração não compostada de resíduos urbanos e equiparados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 05 02	Fração não compostada de resíduos animais e vegetais –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
19 05 03	Composto fora de especificação –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 05 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 06 03	Lodo do tratamento anaeróbio de resíduos urbanos e equiparados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 06 04	Lamas e lodos de digestores de tratamento anaeróbio de resíduos urbanos e equiparados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 06 05	Lodo do tratamento anaeróbio de resíduos animais e vegetais –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 06 06	Lamas e lodos de digestores de tratamento anaeróbio de resíduos animais e vegetais –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 06 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 07 02	(*) Lixiviados ou líquidos percolados de aterros contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 07 03	Lixiviados ou líquidos percolados de aterros não abrangidos em 19 07 02 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 08 01	Resíduos retirados da fase de gradeamento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 08 02	Resíduos do desarenamento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 08 05	Lodos do tratamento de efluentes urbanos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 08 06	(*) Resinas de troca iônica, saturadas ou usadas –	Perigoso	VETADO
19 08 07	(*) Soluções e lodos da regeneração de colunas de permuta iônica –	Perigoso	VETADO
19 08 08	(*) Resíduos de sistemas de membranas contendo metais pesados –	Perigoso	VETADO
19 08 09	Misturas de gorduras e óleos, da separação óleo/água, contendo apenas óleos e gorduras alimentares –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
19 08 10	(*) Misturas de gorduras e óleos, da separação óleo/água, não abrangidas em 19 08 09 –	Perigoso	VETADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
19 08 11	(*) Lodos do tratamento biológico de efluentes industriais contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 08 12	Lodos do tratamento biológico de efluentes industriais não abrangidas em 19 08 11 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 08 13	(*) Lodos de outros tratamentos de efluentes industriais contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 08 14	Lodos de outros tratamentos de efluentes industriais não abrangidas em 19 08 13 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 08 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 09 01	Resíduos retirados da fase de gradeamento –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 09 02	Lodos de clarificação da água –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 09 03	Lodos de descarbonatação –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 09 04	Carvão ativado usado –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 09 05	Resinas de troca iônica, saturadas ou usadas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 09 06	Soluções e lodos da regeneração de colunas de troca iônica –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 09 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 10 01	Resíduos de ferro ou aço –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 10 02	Resíduos não ferrosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 10 03	(*) Frações leves e poeiras contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 10 04	Frações leves e poeiras não abrangidas em 19 10 03 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 10 05	(*) Outras frações contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 10 06	Outras frações não abrangidas em 19 10 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 11 01	(*) Argilas de filtração usadas –	Perigoso	VETADO
19 11 02	(*) Borras ácidas –	Perigoso	VETADO
19 11 03	(*) Resíduos líquidos aquosos –	Perigoso	VETADO
19 11 04	(*) Resíduos da limpeza de combustíveis com bases –	Perigoso	VETADO
19 11 05	(*) Lodos do tratamento local de efluentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 11 06	Lodos do tratamento local de efluentes não abrangidas em 19 11 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 11 07	(*) Resíduos da limpeza de gases de combustão –	Perigoso	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 11 99	Outros resíduos não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 12 01	Papel e cartão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
19 12 02	Metais ferrosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
19 12 03	Metais não ferrosos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
19 12 04	Plásticos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser plástico biodegradável, comprovadamente por meio de apresentação de análise nos termos da ABNT NBR 5448-2
19 12 05	Vidro –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
19 12 06	(*) Madeira contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 12 07	Madeira não abrangida em 19 12 06 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
19 12 08	Têxteis –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
19 12 09	Substâncias minerais (por exemplo, areia, rochas) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 12 10	Resíduos combustíveis (combustíveis derivados de resíduos) –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
19 12 11	Borrachas -	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
19 12 12	(*) Outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento mecânico de resíduos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 12 13	Outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	mecânico de resíduos não abrangidos em 19 12 12 –		laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 13 01	(*) Resíduos sólidos da descontaminação de solos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 13 02	Resíduos sólidos da descontaminação de solos não abrangidos em 19 13 01 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 13 03	(*) Lodos da descontaminação de solos contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 13 04	Lodos da descontaminação de solos não abrangidas em 19 13 03 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 13 05	(*) Lodos da descontaminação de águas freáticas contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 13 06	Lodos da descontaminação de águas freáticas não abrangidas em 19 13 05 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
19 13 07	(*) Resíduos líquidos aquosos e concentrados aquosos da descontaminação de águas freáticas contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
19 13 08	Resíduos líquidos aquosos e concentrados aquosos da descontaminação de águas freáticas não abrangidos em 19 13 07 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
20 01 01	Papel e cartão –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
20 01 02	Vidro –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 08	Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004, podendo ser qualitativa nos casos previstos na referida norma	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
20 01 10	Roupas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 11	Têxteis –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 13	(*) Solventes –	Perigoso	VETADO
20 01 14	(*) Ácidos –	Perigoso	VETADO
20 01 15	(*) Resíduos alcalinos –	Perigoso	VETADO
20 01 17	(*) Produtos químicos para fotografia –	Perigoso	VETADO
20 01 19	(*) Pesticidas –	Perigoso	VETADO
20 01 21	(*) Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista –	Perigoso	VETADO
20 01 23	(*) Produtos eletroeletrônicos fora de uso contendo clorofluorcarbonetos –	Perigoso	VETADO
20 01 25	Óleos e gorduras alimentares –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
20 01 26	(*) Óleos e gorduras não abrangidos em 20 01 25 –	Perigoso	VETADO
20 01 27	(*) Tintas, produtos adesivos, colas e resinas contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
20 01 28	Tintas, produtos adesivos, colas e resinas não abrangidos em 20 01 27 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 29	(*) Detergentes contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
20 01 30	Detergentes não abrangidos em 20 01 29 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 31	(*) Medicamentos citotóxicos e citostáticos –	Perigoso	VETADO
20 01 32	Medicamentos não abrangidos em 20 01 31 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 33	(*) Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores não separados contendo essas pilhas ou acumuladores –	Perigoso	VETADO
20 01 34	Pilhas e acumuladores não abrangidos em 20 01 33 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 35	(*) Produtos eletroeletrônicos e seus componentes fora de uso não abrangido em 20 01 21 ou 20 01 23 contendo componentes perigosos ([vi]) –	Perigoso	VETADO
20 01 36	Produtos eletroeletrônicos e seus componentes fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 37	(*) Madeira contendo substâncias perigosas –	Perigoso	VETADO
20 01 38	Madeira não abrangida em 20 01 37 –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
20 01 39	Plásticos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser plástico biodegradável, comprovadamente por meio de apresentação de análise nos termos da ABNT NBR 5448-2
20 01 40	Metais –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 41	Resíduos da limpeza de chaminés –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	VETADO
20 01 99	Outras frações não anteriormente especificadas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
20 02 01	Resíduos de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana biodegradáveis –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
20 02 02	Terras e pedras –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
20 02 03	Outros resíduos de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana não biodegradáveis –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto, dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
20 03 02	Resíduos de mercados públicos e feiras –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Dispensado a apresentação de laudo de potencial agronômico. Não isenta da caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta e laudo de análise da ABNT NBR 10004. O empreendedor deverá garantir os padrões de qualidade do produto,

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
			dispostos no Anexo XIII e comprovados mediante relatórios de monitoramento previstos no Anexo XIV
20 03 03	Resíduos da limpeza de ruas e de galerias de drenagem pluvial –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
20 03 04	Lodos de fossas sépticas –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Permitido, desde que o resíduo seja devidamente sanitizado em Unidades Gerenciadoras de Lodo (UGL), conforme Instrução Normativa específica
20 03 06	Resíduos da limpeza de esgotos, bueiros e bocas-de-lobo –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII
20 03 99	Resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados –	Verificar análise de ABNT NBR 10004	Sujeito à análise técnica, devendo ser classificado como Resíduo Não Perigoso (Classe II) e atender aos critérios técnicos de potencial agronômico com laudo emitido por profissional legalmente habilitado, caracterização química, física e patogenicidade da massa bruta de acordo com o Anexo XVII

ANEXO XII
LIMITES MÁXIMOS DE CONTAMINANTES ADMITIDOS NO RESÍDUO A SER COMPOSTADO

Contaminantes	Valor Máx. Permitido	
Arsênio (As)	41 $mg.kg^{-1}$	
Bário (Ba)	1300 $mg.kg^{-1}$	
Cádmio (Cd)	20 $mg.kg^{-1}$	
Cobre (Cu)	1000 $mg.kg^{-1}$	
Cromo (Cr)	1000 $mg.kg^{-1}$	
Cromo Hexavalente (Cr^{+6})	20 $mg.kg^{-1}$	
Chumbo (Pb)	300 $mg.kg^{-1}$	
Mercúrio (Hg)	16 $mg.kg^{-1}$	
Molibdênio (Mo)	50 $mg.kg^{-1}$	
Níquel (Ni)	420 $mg.kg^{-1}$	
Selênio (Se)	100 $mg.kg^{-1}$	
Zinco (Zn)	2500 $mg.kg^{-1}$	
Agentes Patogênicos	**Valor Máx. Permitido**	**Condição de Aceitabilidade**
Coliformes Termotolerantes	N.E.	Apresentação de laudos quadrimestrais do composto, com valores dentro do estabelecido pelo ANEXO XIII desta Instrução Normativa
Salmonella sp.	N.E.	Apresentação de laudos quadrimestrais do composto, com valores dentro do estabelecido pelo ANEXO XIII desta Instrução Normativa
Ovos Viáveis de Helmintos	N.E.	Apresentação de laudos quadrimestrais do composto, com valores dentro do estabelecido pelo ANEXO XIII desta Instrução Normativa
Parâmetros Físicos	**Valor Máx. Permitido**	**Condição de Aceitabilidade**
pH	Faixa aceitável: 4 – 12	Valores distintos dos valores máximos permitidos serão avaliados caso a caso e poderão ser aceitos, desde que sejam cinzas de caldeira e atendam aos critérios de caracterização de potencial agronômico, assim como não possuam níveis de metais pesados acima do limite máximo admitidos para estes elementos na massa bruta
Umidade	Até 90%	Valores acima de 90% poderão ser aceitos, desde que o resíduo atenda aos critérios de potencial agronômico e o empreendedor comprove, mediante memorial descritivo, a mistura dos resíduos com materiais sólidos e, também, que o composto final atenda aos parâmetros técnicos do Anexo XIII

Notas: NMP: número mais provável; MS: matéria seca; ST: sólidos totais; NE: Não Estabelecido

ANEXO XIII
LIMITES MÁXIMOS DE CONTAMINANTES ADMITIDOS NO PRODUTO

I. Se a destinação do produto for como condicionador de solo ou fertilizante orgânico

Contaminantes	Valor Máx. Permitido
Arsênio (As)	20 $mg.kg^{-1}$
Cádmio (Cd)	3 $mg.kg^{-1}$
Cromo Hexavalente (Cr^{+6})	2 $mg.kg^{-1}$
Chumbo (Pb)	150 $mg.kg^{-1}$
Mercúrio (Hg)	1 $mg.kg^{-1}$
Níquel (Ni)	70 $mg.kg^{-1}$
Selênio (Se)	80 $mg.kg^{-1}$

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Coliformes Termotolerantes		1000 NMP/ g de MS
Ovos viáveis de helmintos		1 ovo em 4 g de ST
Salmonella sp.		Ausência em 10 g de MS
Materiais Inertes	Vidros, plásticos, metais > 2 mm	0,5% na massa seca
	Pedras > 5 mm	5% na massa seca

Notas: NMP: número mais provável; MS: matéria seca; ST: sólidos totais.

II. Se a destinação do produto for como substrato para plantas

Contaminantes	**Valor Máx. Permitido**
Sementes ou estruturas de propagação de plantas daninhas invasoras	0,5 planta por litro, avaliado em teste de germinação
Espécies fitopatogênicas de fungos do gênero *Fusarium, Phytophtora, Pythium, Rhizoctonia e Sclerotinia*[1]	Ausência
Arsênio (As)	20 $mg.kg^{-1}$
Cádmio (Cd)	8 $mg.kg^{-1}$
Chumbo (Pb)	300 $mg.kg^{-1}$
Mercúrio (Hg)	2,5 $mg.kg^{-1}$
Níquel (Ni)	175 $mg.kg^{-1}$
Selênio (Se)	80 $mg.kg^{-1}$
Coliformes Termotolerantes	1000 NMP/ g de MS
Ovos viáveis de helmintos	1 ovo em 4 g de ST
Salmonella sp.	Ausência em 10 g de MS

[1]Espécies de fungos causadoras de tombamento de mudas.
Notas: NMP: número mais provável; MS: matéria seca; ST: sólidos totais.

III. Se a destinação do produto for como corretivo de acidez

Contaminantes	**Valor Máx. Permitido**
Cádmio	20 $mg.kg^{-1}$
Chumbo	1000 $mg.kg^{-1}$

ANEXO XIV
MODELO DE RELATÓRIO DE AUTOMONITORAMENTO DO PRODUTO

As informações apresentadas devem contemplar todo o período de vigência da LAS ou LO.

a) Preencher as tabelas abaixo com as informações referentes aos resíduos utilizados no processo

	Origem (CNPJ gerador e nº MTR vinculado)	**Quantidade (t./dia)**	**Razão social da empresa responsável pelo transporte**	**Nº de Licença Ambiental da empresa responsável pelo transporte**
Resíduos utilizados para o processo de compostagem Ex.: Lodo de caleiro (04 01 10)				

	Id. do lote (nº)	**Laudos laboratoriais do lote**	**Quantidade (t.)**	**Forma de destinação final (uso agrícola, outros fins não agrícolas)**	**N°Autorização Ambiental e/ou Registro MAPA (se houver)[1]**	**N°Autorização Ambiental IAT[2]**
Produto						

[1]Quando for destinação de uso agrícola;
[2]Quando for destinação para outros usos.

b) Apresentar relatório fotográfico que contemple todas as áreas do processo de compostagem;

c) Anexar:

- Laudos laboratoriais dos lotes;
- Planilha de controle interno de temperatura e umidade do processo de compostagem;
- Laudo de dedetização e controle de vetores;
- Autorizações/Registros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Autorizações Ambientais do Instituto Água e Terra (IAT);
- Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável técnico pelo Relatório de Automonitoramento.

ANEXO XV
DIAGRAMA ESQUEMÁTICO PARA UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS PARA COMPOSTAGEM

ANEXO XVI
DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO AGRONÔMICO PARA USO AGRÍCOLA DO PRODUTO

Aplicação:

Estas diretrizes aplicam-se somente a compostos de uso agrícola gerados no Estado do Paraná, destinados em áreas agricultáveis no Estado do Paraná. Para casos de destinação em áreas localizadas fora do Estado, somente será autorizado mediante apresentação de anuência do respectivo órgão licenciador da unidade federativa.

Definições:

Compostagem: conforme Instrução Normativa nº 61, de 08 de julho de 2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é o processo de decomposição biológica controlada dos resíduos orgânicos, efetuado por uma população diversificada de organismos, em condições aeróbias e termofílicas, resultando em material estabilizado, com propriedades e características completamente diferentes daqueles que lhe deram origem. Processo que gera um composto para fins, prioritariamente, agrícolas.

Composto Agrícola: conforme definição do Decreto 4.954, de 14 de janeiro de 2004, trata-se de produto obtido por processo físico, químico, físico-químico ou bioquímico, natural ou controlado, a partir de matéria-prima de origem industrial, urbana ou rural, animal ou vegetal, isoladas ou misturadas, podendo ser enriquecido de nutrientes minerais, princípio ativo ou agente capaz de melhorar suas características físicas, químicas ou biológicas; e

Resíduo Sólido: conforme artigo 3º, inciso XVI da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, trata-se de material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder,

nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Os projetos que contemplem esse procedimento deverão conter, no mínimo, o seguinte:

DESCRIÇÃO GERAL DO LOCAL

Descrever as características gerais do local que contém a área destinada para a disposição do efluente, denominada "área propriamente dita", contendo os seguintes dados:

- Relevo e declividade: informar a declividade média do local de plantio, considerando, para esta finalidade, a tabela abaixo:

Classe de Relevo	**Declividade (%)**
Plano	De 0 a 3
Suave Ondulado	De 3 a 8
Ondulado	De 8 a 20
Forte Ondulado	De 20 a 45
Montanhoso	De 45 a 75
Escarpado	Acima de 75

Esta informação deverá ser obtida mediante levantamento planialtimétrico ou, por meio de dados secundários satélites disponíveis em softwares GIS, desde que apresente a cota máxima e mínima do local e uma estimativa de declividade, cujos resultados devem constar em mapa georreferenciado em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM, na respectiva zona do local de deposição do material.

- Clima: clima predominante na região, podendo seguir a classificação de KÖPPEN e GEIGER (1936) usando a publicação de ALVARES et al. (2013)[1]. Estimativas de pluviosidade do local deverão ser descritas conforme valores médios dos últimos 5 anos, obtidos de estações meteorológicas mais próximas ao local de interesse, com dados utilizados a partir das estações do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Estes dados podem ser encontrados em: https://mapas.inmet.gov.br/. Na indisponibilidade dos dados, o elaborador do documento deverá fornecer uma caracterização genérica com base em publicações científicas ou conhecimento prévio, assumindo a responsabilidade pela veracidade das informações;
- Dimensão: descrição dos talhões destinados ao uso de composto, com respectiva identificação e tamanho (em hectares);

ID Talhão	**Área (em hectares)**
1 – Nome/Identificação do Talhão	X hectares
2 – Nome/Identificação do Talhão	Y hectares
N – Nome/Identificação do Talhão	Z hectares
Total	X+Y+Z hectares

- Croqui do local: mapa(s) de localização(ões) contemplando a delimitação da propriedade rural, talhões de aplicação do composto, cursos d'água, áreas de reserva legal e preservação permanente, vias de acesso, poços de utilização de águas subterrâneas demarcados. Os mapas deverão estar georreferenciados, em *datum* SIRGAS 2000, projeção UTM, na respectiva zona. Os dados de delimitação da propriedade rural, reserva legal, áreas de preservação permanente deverão estar de acordo com a matrícula do imóvel e cadastro ambiental rural (CAR). Os poços de uso de água subterrânea deverão estar condizentes ao cadastro junto ao setor de outorga do Instituto Água e Terra.

CARACTERIZAÇÃO DO SOLO

- Tipo de Solo: tipo de solo conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solo da Embrapa (2018)[2], podendo ser informado através das análises de solo realizadas *in loco* ou usando base de dados secundários;
- Composição granulométrica: teores de areia, silte e argila obtidos por meio de análise laboratorial com validade de, no máximo, 120 meses;
- Análise química do solo: deverá contemplar, minimamente, os valores de matéria orgânica (percentual de carbono), nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio, sódio, hidrogênio (H^+), alumínio (Al^{+3}), CTC efetiva e CTC total (T), pH, soma de bases (SB), saturação por bases (V%) e saturação por alumínio (m%).

DESCRIÇÃO TÉCNICA DA METODOLOGIA DE DISPOSIÇÃO DO COMPOSTO NO SOLO

Recomendação agronômica indicando, claramente, qual talhão e cultura serão objeto de adubação, que deverá abranger:

- Período de aplicação: definição da época do ano em que será realizada a adubação do solo, considerando, também, a indicação de adubação de base e/ou cobertura;
- Caracterização agronômica do produto: laudo laboratorial contemplando parâmetros nutricionais pertinentes conforme previsto no ANEXO XIII, condizentes à finalidade do produto (condicionador de solo, fertilizante, substrato para plantas ou corretivo)
- Taxa: recomendação técnica utilizando, preferencialmente, o Manual de Adubação e Calagem para o Estado do Paraná (2019). Deverá ser realizada considerando, **obrigatoriamente**, o nutriente limitante no solo além de informar no projeto a cultura de interesse e a produtividade esperada para cada safra. As demandas nutricionais das culturas poderão ser complementadas com adubação mineral, conforme indicação do profissional legalmente habilitado. A quantidade de composto a ser utilizado deverá ser informada para um prazo máximo de 24 meses, tempo vigente da autorização ambiental[3], considerando o efeito residual de mineralização do produto orgânico e ser apresentada seguindo o padrão abaixo:

Ano/ Safra	**Safra**	**Talhão**	**Cultura**	**Quantidade de Composto**	**Adubação Mineral Complementar**	**Total**
Ano 1	Ex.: Verão	Ex.: Talhão 1	Ex.: Milho	X_1 t./há	Neste espaço, fazer a descrição do(s) adubo(s) mineral(is) complementar(es) e respectiva(s) quantidade(s)	$X_1 + Y_1$
Ano 1	Ex.: Inverno	Ex.: Talhão 1	Ex.: Trigo	Y_1 t./há	Neste espaço, fazer a descrição do(s) adubo(s) mineral(is) complementar(es) e respectiva(s) quantidade(s)	
Ano 1	Ex.: Verão	Ex.: Talhão 2	Ex.: Soja	W_1 t./ha	Neste espaço, fazer a descrição do(s) adubo(s) mineral(is) complementar(es) e respectiva(s) quantidade(s)	$W_1 + Z_1$
Ano 1	Ex.: Inverno	Ex.: Talhão 2	Ex.: Aveia	Z_1 t./há	Neste espaço, fazer a descrição do(s) adubo(s) mineral(is) complementar(es) e respectiva(s) quantidade(s)	
Total Ano 1					-	$X_1 + Y_1 + W_1 + Z_1$
Ano 2	Ex.: Verão	Ex.: Talhão 1	Ex.: Milho	X_2 t./há	Neste espaço, fazer a descrição do(s) adubo(s) mineral(is) complementar(es) e respectiva(s) quantidade(s)	$X_2 + Y_2$
Ano 2	Ex.: Inverno	Ex.: Talhão 1	Ex.: Trigo	Y_2 t./há	Neste espaço, fazer a descrição do(s) adubo(s) mineral(is) complementar(es) e respectiva(s) quantidade(s)	

[1]ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; GONÇALVES, J. L. M.; SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brazil. Meteorologische Zeitschrift, Vol. 22, N° 6, 711–728, 2013 doi.: https://doi.org/10.1127/0941-2948/2013/0507

[2]Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Sistema Brasileiro de Classificações de Solos, 5ª ed., Brasília-DF, 355 p., 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/solos/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1094003/sistema-brasileiro-de-classificacao-de-solos?link=sibcs

[3]Projetos técnicos com dados e recomendações realizadas a mais de 24 meses serão desconsiderados diante da invalidação dos demais laudos e relatórios pertinentes para tal. Laudos enviados repetidamente, sem atendimento a esta condição, poderão ser indeferidos.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ano 2	Ex.: Verão	Ex.: Talhão 2	Ex.: Soja	W_2 t./ha	Neste espaço, fazer a descrição do(s) adubo(s) mineral(is) complementar(es) e respectiva(s) quantidade(s)	$W_2 + Z_2$
Ano 2	Ex.: Inverno	Ex.: Talhão 2	Ex.: Aveia	Z_2 t./há	Neste espaço, fazer a descrição do(s) adubo(s) mineral(is) complementar(es) e respectiva(s) quantidade(s)	
Total Ano 2					-	$X_2 + Y_2 + W_2 + Z_2$
TOTAL GERAL					-	**$(X_1 + Y_1 + W_1 + Z_1)$ + Adubo(s) mineral(is) complementar (es) + $(X_2 + Y_2 + W_2 + Z_2)$ + Adubo(s) mineral(is) complementar (es)**

Legenda: t. = tonelada; ha: hectare

- Técnica de aplicação: forma de aplicação do produto (lanço, aplicação em cova ou coroamento, etc.);
- Em caso de uso do produto em áreas de terceiros, deverá contemplar anuência do proprietário da área, informando a matrícula atualizada do imóvel a ser depositado o produto, com a assinatura digital (ou autenticada em cartório) do gerador do composto e do proprietário da área, bem como o número do Cadastro Ambiental Rural da área;
- Em anexo, deverão ser colocados os laudos de análise de solo (física e química), laudo de caracterização do produto e anotação de responsabilidade técnica do profissional legalmente habilitado.

JUSTIFICATIVA DO SISTEMA PROPOSTO

Justificar através de dados e/ou estudos já existentes da viabilidade da utilização proposta do produto, quanto à resposta agronômica e o não comprometimento dos recursos hídricos e do solo.

MONITORAMENTO DO SISTEMA

Monitoramentos do produto: parâmetros qualitativos e quantitativos, como odor e temperatura da(s) leira(s) ou pilhas de compostos deverão ser registrados diariamente. Os laudos laboratoriais devem ser emitidos em periodicidade definida nesta Instrução Normativa

O processo de coleta de amostras de composto para monitoramento deverá atender às metodologias da ABNT NBR 10007 ou outra norma que venha a substituí-la, garantindo a representatividade da amostra.

A proporção de pontos de amostras deverá atender à tabela abaixo:

FORMA DE ACONDICIONAMENTO	LOTE	Nº DE AMOSTRAS
À granel	Pilhas de 15 toneladas	10 amostragens, sendo 6 da seção inicial e 4 da seção final
	Pilhas com mais de 15 toneladas	10 amostragens, sendo 6 da seção inicial e 4 da seção final + 1 amostra aleatória a cada 10 toneladas de composto armazenado
À granel	Leiras horizontais	Uma coleta no terço inicial e uma coleta no terço final a cada 10 metros de comprimento da leira
Embalagens	50 embalagens	5 coletas aleatórias
	Mais de 50 embalagens	5 coletas aleatórias + 1 coleta para cada 10 embalagens adicionais

NOTA: Caso o armazenamento seja de diversas pilhas de 15 toneladas ou menos, a amostragem deverá ser realizada considerando o volume de cada pilha individualmente, homogeneizando a amostra final a partir da coleta de todas as subamostras.

As figuras 1 e 2 ilustram o processo de amostragem a ser realizado, considerando o armazenamento do produto acabado a granel, após o processo de peneiramento, e disposição em leiras.

FIGURA 1 - ORIENTAÇÃO DE COLETA DE COMPOSTO PARA ANÁLISE LABORATORIAL E HOMOGENEIZAÇÃO DE AMOSTRA (PRODUTO ACABADO DISPOSTO EM PILHAS)

FIGURA 2 - ORIENTAÇÃO DE COLETA DE COMPOSTO PARA ANÁLISE LABORATORIAL E HOMOGENEIZAÇÃO DE AMOSTRA (PRODUTO ACABADO DISPOSTO EM LEIRA)

ANEXO XVII
TERMO DE REFERÊNCIA PARA CARACTERIZAÇÃO AGRONÔMICA DE RESÍDUO

Inicialmente, informar a caracterização genérica do resíduo, conforme tabela abaixo.

Descrição do resíduo	Codificação (IN IBAMA 13/2012)	Descrição conforme codificação IBAMA
Ex.: Restos de produção	*Ex.: 02 03 04*	*Ex.: Materiais impróprios para consumo ou processamento*

Proceder com a análise química da massa bruta do resíduo e realizar o comparativo aos parâmetros legais estabelecidos no ANEXO XII desta Instrução Normativa, utilizando a tabela abaixo como exemplo.

Contaminantes Inorgânicos	Valor Obtido em Análise	Valor Máx. Permitido	Status
Arsênio (As)		41 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Bário (Ba)		1300 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Cádmio (Cd)		20 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Cobre (Cu)		1000 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Cromo (Cr)		1000 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Cromo Hexavalente (Cr^{+6})		20 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Chumbo (Pb)		300 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Mercúrio (Hg)		16 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Molibdênio (Mo)		50 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Níquel (Ni)		420 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Selênio (Se)		100 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme
Zinco (Zn)		2500 $mg.kg^{-1}$	Conforme ou Não Conforme

Contaminantes Inorgânicos	Valor Obtido em Análise	Valor Máx. Permitido	Status
Parâmetros Físicos	**Valor Obtido em Análise**	**Valor Máx. Permitido**	**Status**
pH		4 ≤ pH ≤ 12	Conforme ou Não Conforme
Umidade		≤ 90%	Conforme ou Não Conforme

Contaminantes	Valor Obtido em Análise	Valor Máx. Permitido	Status
Coliformes Termotolerantes		N.E.	Conformidade dependente da apresentação de laudos quadrimestrais do produto, com valores dentro do estabelecido pelo ANEXO XIII desta Instrução Normativa
Salmonella sp.		N.E.	Conformidade dependente da apresentação de laudos quadrimestrais do produto, com valores dentro do estabelecido pelo ANEXO XIII desta Instrução Normativa
Ovos Viáveis de Helmintos		N.E.	Conformidade dependente da apresentação de laudos quadrimestrais do produto, com valores dentro do estabelecido pelo ANEXO XIII desta Instrução Normativa

Realizar a apresentação da análise agronômica da massa bruta do resíduo, informando os parâmetros de interesse. A tabela abaixo apresenta um exemplo contemplando os aspectos nutricionais mais comuns.

Parâmetro	Valor Obtido em Análise
C	
N	
P_2O_5	
K_2O	
Ca	
Mg	
S	
B	
Cl	
Co	
Cu	
Fe	
Mn	
Mo	
Se	
Zn	

A lista de parâmetros é exemplificativa. O empreendedor pode apresentar os parâmetros que tenha interesse.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Apresentar discussão técnica apresentando o comparativo do resíduo de interesse com resíduos consolidados no uso agrícola (ex.: cama de aviário, vinhaça, bagaço de cana-de-açúcar, restos alimentares, etc.) disponíveis na literatura nacional e internacional e concluir, de forma simples e objetiva, quais parâmetros do resíduo serão de interesse para o processo de compostagem (*ex.: o resíduo A possui o parâmetro X, sendo útil para manutenção da relação C/N do processo*)

A apresentação de dados inconsistentes incorrerá no risco de indeferimento da autorização.

O profissional legalmente habilitado deverá informar seu registro no conselho de classe e assinar o laudo de caracterização, podendo ser assinatura de próprio punho, dispensada a anotação de responsabilidade técnica neste caso.

REFERÊNCIAS

Apresentar as referências de literatura utilizadas para embasar a discussão técnica.

ANEXOS

Nos anexos, deverão constar os laudos laboratoriais que embasaram a caracterização, de forma legível. Anexar os arquivos com auxílio de ferramentas de junção de documentos em *.pdf*.

68185/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 19 DE MAIO DE 2025

Súmula: Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos, para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 9.415 de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual n.º 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando a necessidade de dar efetividade ao "princípio da prevenção" consagrado na Política Nacional do Meio Ambiente-artigo 2º, incisos I, IV e IX da Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1.981 e na Declaração do Rio de Janeiro de 1992 (Princípio n.º 15);

Considerando a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 9.541, de 11 de abril de 2025, o qual regulamentou a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024;

Considerando a Lei Federal n.º 9.314, de 14 de novembro de 1996, que altera dispositivos do Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas);

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, sob nº 237, de 19 de dezembro de 1997 que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA n.º 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP;

Considerando o disposto no Decreto Federal n.º 6.640, de 07 de novembro de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto Federal n.º 99.556, de 1º de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional;

Considerando o disposto no Decreto Federal n.º 10.935, de 12 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional;

Considerando a Lei Federal n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.os 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis Federais n. os 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

Considerando o Código de Minas, Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967;

Considerando o Decreto n.º 62.934, de 02 de julho de 1968 que aprova o Regulamento do Código de Mineração;

Considerando o Decreto Federal n.º 9.406, de 12 de junho de 2018, que regulamenta o Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei n.º 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei n.º 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei n.º 13.575, de 26 de dezembro de 2017;

Considerando o Decreto-lei n.º 3.365 de 21 de junho de 1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública e considera o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais;

Considerando o Decreto Federal n.º 3.358, de 02 de fevereiro de 2000, que regulamenta o disposto na Lei n.º 9.827, de 27 de agosto de 1999, que acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n.º 9.314, de 14 de novembro de 1996;

Considerando o Decreto Federal n.º 98.812, de 09 de janeiro de 1990, que regulamenta a Lei n.º 7.805, de 18 de julho de 1989 (Regime de Permissão de Lavra Garimpeira) e dá outras providências;

Considerando a Lei Estadual n.º 12.726, de 26 de novembro de 1999, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e adota outras providências;

Considerando o Decreto Estadual n.º 3.742, de 12 de novembro de 2008, que declara a Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu na Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual n.º 4.435, de 29 de junho de 2016, que declara as Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público da Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências;

Considerando o disposto na Resolução SEMA n.º 003, de 20 de janeiro de 2004, que estabelece procedimentos de integração para emissão da Outorga Prévia e da Outorga de Direito de Uso de Recursos e para o licenciamento ambiental entre os órgãos do Sistema SEMA;

Considerando o disposto no Decreto n.º 9.957, 23 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e dá outras providências;

Considerando o disposto na Resolução SEMA n.º 051, de 23 de outubro de 2009, que dispensa de Licenciamento e/ou Autorização Ambiental Estadual os empreendimentos e atividades de pequeno porte e baixo impacto ambiental;

RESOLVE

Art. 1º. Estabelecer requisitos, critérios, diretrizes e procedimentos para o Licenciamento Ambiental de empreendimentos minerários.

CAPÍTULO I
DOS EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS

Art. 2º. Para fins desta Instrução Normativa, consideram-se empreendimentos minerários todas as atividades que possuam títulos de direitos minerários concedidos pela Agência Nacional de Mineração-ANM, ou que sejam dispensados da necessidade deles, conforme instituído e regulamentado pela legislação minerária, que permitam a extração mineral, contemplando as áreas de lavra, áreas construídas e demais atividades necessárias ao desenvolvimento da atividade minerária, tais como frentes de lavra, beneficiamento físico, infraestrutura de apoio, estocagem de minério, depósito controlado de rejeito e estéril entre outros.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º. Para efeito desta Instrução Normativa, consideram-se as seguintes definições:
I - Agência Nacional de Mineração-ANM: autarquia federal responsável gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos bens minerais no País;
II - altura do talude: diferença de cota entre a crista e o pé do talude;
III - ângulo ou inclinação do talude: inclinação apresentada individualmente por uma bancada, formada pela interseção entre o plano da berma e o alinhamento entre o pé e a crista;
IV - Área de Influência Direta-AID: área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem estudados e das particularidades do empreendimento. Na delimitação

dessa área, deverão também ser considerados empreendimentos ou obras complementares, tais como captação da água, estradas de acesso, vilas residenciais e acampamentos etc.;
V - Área de Influência Indireta-AII: área real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e da operação do empreendimento, abrangendo as microbacias, os ecossistemas e o sistema socioeconômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na área de influência direta;
VI - área de lavra: área ocupada para a implantação e operação do empreendimento minerário, incluindo todas as estruturas inerentes à atividade;
VII - Área Diretamente Afetada-ADA: área necessária para a implantação do empreendimento, incluindo suas estruturas de apoio e vias de acesso;
VIII - área requerida: área delimitada pela poligonal requerida junto a Agência Nacional de Mineração-ANM;
IX - áreas degradadas: aquela impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo restaurada, apenas recuperada;
X - arrendamento parcial: instrumento pelo qual o titular cede, total ou parcialmente, a exploração da jazida sem a transferência de titularidade da concessão de lavra ou do manifesto de mina, nos termos do art. 130, § 2°, da Portaria DNPM n°. 155/2016, adquirindo não apenas os direitos decorrentes do título, mas também as obrigações a ele inerentes, passando a responder solidariamente ao titular da concessão de lavra ou do manifesto de mina;
XI - arrendamento total: instrumento pelo qual o titular cede totalmente a exploração da jazida sem a transferência de titularidade da concessão de lavra ou do manifesto de mina, nos termos do art. 130, § 2°, da Portaria DNPM n°. 155/2016, adquirindo não apenas os direitos decorrentes do título, mas também as obrigações a ele inerentes, passando a responder solidariamente ao titular da concessão de lavra ou do manifesto de mina;
XII - arrendante: pessoa ou entidade que cede um bem a outra pessoa ou entidade, em troca de uma compensação;
XIII - arrendatária: pessoa ou entidade que, em um contrato de arrendamento, recebe o direito de uso e gozo do objeto arrendado, pertencente a outra pessoa, durante um período determinado, mediante contrato ou pagamento;
XIV - bacia de decantação: estrutura destinada à contenção de sedimentos, visando a separação por gravidade dos materiais sólidos em suspensão no meio aquoso;
XV - beneficiamento físico: conjunto de operações aplicadas aos bens minerais visando a modificação de sua granulometria, concentração ou forma, a partir de processos de cominuição, aglomeração (sinterização e pelotização) de minérios finos, classificação e peneiramento;
XVI - beneficiamento ou tratamento de minérios: operações aplicadas aos bens minerais visando modificar a granulometria e a concentração relativa dos minerais presentes, por meio de processos físicos e químicos;
XVII - beneficiamento químico: procedimento em que os minerais explotados são envolvidos por reações químicas, cujos processos englobam, lixiviação, precipitação, cristalização, calcinação e ustulação;
XVIII - bermas: praças horizontais formadas entre os taludes com objetivo de promover as operações de lavra;
XIX - cedente: pessoa ou entidade que transfere um direito ou obrigação;
XX - cessão parcial: transferência negocial, de parte da área de um título, de modo que o adquirente (cessionário) exerça posição jurídica idêntica à do antecessor (cedente), assumindo todos os seus direitos e deveres relativos a parte negociada, mediante instrumento público ou partícula, apresentado a Agência Nacional de Mineração-ANM;
XXI - cessão total: transferência negocial de um título, de modo que o adquirente (cessionário) exerça posição jurídica idêntica à do antecessor (cedente) assumindo todos os seus direitos e deveres perante a Agência Nacional de Mineração-ANM;
XXII - cessionária: pessoa ou entidade que recebe esse direito ou obrigação;
XXIII - crista: interseção da face de desmonte com bermas superiores;
XXIV - degradação: conjunto de processos resultantes de danos no meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como, a qualidade ou capacidade produtiva dos recursos ambientais;
XXV - depósito controlado de estéril: local destinado para disposição do estéril descartado diretamente na operação de lavra, antes do beneficiamento;
XXVI - depósito controlado de rejeito: local destinado para disposição do rejeito descartado após o processo de beneficiamento;
XXVII - direito minerário contíguo: direitos minerários adjacentes;
XXVIII - estéril: material in natura, descartado diretamente na operação de lavra, antes do beneficiamento;
XXIX - estudos ambientais específicos: todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental prévio, plano de controle ambiental, plano de controle ambiental simplificado, plano de gerenciamento de resíduos sólidos, diagnóstico ambiental, plano de recuperação de área degradada, programa de gerenciamento de riscos, relatório de auditoria ambiental, avaliação de impacto de vizinhança, entre outros;
XXX - fechamento de mina: cessação definitiva das operações minerárias;
XXXI - garimpagem: atividade de aproveitamento de substâncias minerais garimpáveis, executada em áreas estabelecidas para este fim, sob o regime de Permissão de Lavra Garimpeira;
XXXII - impacto negativo irreversível ao patrimônio espeleológico: intervenção antrópica em cavidade natural subterrânea ou em sua área de influência, que implique a sua supressão total ou em alteração parcial não mitigável do ecossistema cavernícola, com o comprometimento da sua integridade e preservação;
XXXIII - impacto negativo irreversível: dano ou alteração ao meio ambiente, à saúde humana ou a outros aspectos relevantes que não pode ser revertido ou recuperado, seja de forma natural ou por intervenção humana, mesmo com medidas mitigadoras e compensatórias, resultando em degradação permanente;
XXXIV - infraestrutura de apoio: conjunto de instalações para o suporte de lavra e beneficiamento do minério;
XXXV - interesse social: atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente, conforme alínea "f", inciso IX do art. 3° da Lei n° 12.651/2012;
XXXVI - jazida: toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, aflorante ou existente no interior da Terra, no subsolo do mar territorial, da zona econômica exclusiva ou da plataforma continental e que tenha valor econômico. A jazida é bem imóvel, distinto do solo onde se encontra, com rigidez locacional e quantidade finita;
XXXVII - lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento: lavra executada ao ar livre, com ou sem bancadas, por meio de cavas ou cortes de taludes, podendo ou não envolver desmontes com materiais explosivos;
XXXVIII - lavra em leito de rio ou outros corpos d'água: lavra executada por meio de escavações ou dragagem de sucção em sedimentos depositados na calha principal de cursos d'água, ou fundos de lagos, represas e plataforma continental;
XXXIX - lavra garimpeira: regime de extração de substâncias minerais com aproveitamento imediato do jazimento mineral que, por sua natureza, sobretudo seu pequeno volume e a distribuição irregular do bem mineral, não justificam, muitas vezes, investimento em trabalhos de pesquisa, tornando-se, assim, a lavra garimpeira a mais indicada, segundo os critérios estabelecidos pela ANM;
XL - lavra ou explotação: conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver até o seu beneficiamento, incluindo o planejamento, o desenvolvimento da mina, a remoção de estéril, o desmonte de rochas, a extração mineral, o transporte do minério dentro da mina, o beneficiamento e a concentração do minério, a deposição e o aproveitamento econômico do rejeito, do estéril e dos resíduos da mineração e a armazenagem do produto mineral;
XLI - lavra subterrânea: conjunto de operações que possui como objetivo a extração de minerais ou minérios no subsolo, através de poços, rampas inclinadas, galerias, dentre outros, podendo ou não envolver desmontes com materiais explosivos;
XLII - mina abandonada: mina com as atividades interrompidas, sem previsão de reinício de produção, sem medidas de controle ou monitoramento ambiental, caracterizando o abandono do empreendimento, no qual o processo de fechamento está incompleto ou ausente;
XLIII - mina paralisada: mina com as atividades suspensas, com previsão de reinício de produção e adoção de medidas de controle ou monitoramento ambiental;
XLIV - mina recuperada: mina onde se desenvolveram trabalhos com a finalidade de redução ou eliminação dos passivos ambientais, por meio de ações que deverão ser desenvolvidas ao longo de sua vida útil;
XLV - mina: jazida em lavra;
XLVI - mineração: conjunto de atividades que têm por objetivo assegurar economicamente, com o mínimo possível de perturbação ambiental, a justa remuneração, segurança e a máxima utilização dos bens minerais descobertos (jazidas), criando procedimentos adequados para a sua explotação e comercialização;
XLVII - minério: mineral ou associação de minerais (rocha) que pode ser explotado economicamente;
XLVIII - outorga de direito de uso de recursos hídricos: ato administrativo que expressa os termos e as condições mediante as quais o Poder Público permite, por prazo determinado, o uso de recursos hídricos;
XLIX - outorga prévia: ato administrativo que expressa os termos e as condições mediante as quais o poder público declara a disponibilidade de recursos hídricos para os usos pretendidos/requeridos;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

L - pé da bancada: interseção da face de desmonte com as bermas inferiores;
LI - pesquisa mineral: execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e determinação da exequibilidade de seu aproveitamento econômico, contemplando, entre outros, os trabalhos de levantamentos geológicos pormenorizados da área a pesquisar, estudos dos afloramentos, levantamentos geofísicos e geoquímicos, aberturas de escavações visitáveis e execução de sondagens, amostragens sistemáticas, e ensaios de beneficiamento dos minérios ou das substâncias minerais úteis, para obtenção de concentrados de acordo com as especificações do mercado ou aproveitamento industrial;
LII - pit final de lavra: conformação final da área máxima de extração;
LIII - porto de areia: local de recebimento da areia dragada em leito ativo de rio;
LIV - reabilitação ambiental: retorno da área degradada a um estado biológico apropriado, podendo ser utilizada de maneira produtiva a longo prazo para uma atividade alternativa, adequada ao uso do homem, e não àquela que visa reconstituir o seu estado original, tornando-a apta para outros usos;
LV - recuperação ambiental: processo que deve ser executado ao longo da vida útil do empreendimento, de forma a garantir à área impactada uma condição estável, produtiva e autossustentável, com foco no uso futuro, que pode ser diferente de sua condição original, valorizando o bem-estar individual e comunitário;
LVI - rejeito: material descartado durante e/ou após o processo de beneficiamento;
LVII - rigidez locacional: localização natural das jazidas de substâncias minerais, resultado da formação da crosta terrestre ao longo de diferentes eras geológicas, estando o minério associado a um local de ocorrência, definido pela própria jazida;
LVIII - sistema de disposição: forma e o procedimento no qual são depositados solo, estéril, rejeitos ou produtos, de maneira controlada, tendo em vista os aspectos de segurança e estabilidade com o mínimo de impacto ao meio ambiente;
LIX - situação de emergência ou calamidade pública: situação anormal, decretada pelo poder público, provocada por desastres naturais ou não, causando sérios danos e prejuízos à comunidade, representando perigo e risco de vida aos habitantes, obrigando a diminuição ou interrupção temporária de diversos serviços como educação, saúde e transporte, implicando o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público atingido;
LX - talude: superfície inclinada em relação ao plano horizontal, sendo na frente de lavra a conformação do terreno definida entre o pé e a crista de uma bancada de lavra ou disposição de estéril;
LXI - uso futuro da área de lavra: utilização prevista da área impactada pela atividade de mineração levando-se em consideração as suas aptidões, em função das características dos meios físico e biótico resultantes e dos aspectos socioeconômicos da região;
LXII - utilidade pública: atividades desenvolvidas nos empreendimentos mineiros são caracterizadas pelo interesse nacional e pela utilidade pública, em consonância com os incisos I e II do art. 2° do Regulamento do Código de Mineração (Decreto n° 9.406, de 12 de junho de 2018) e alínea “b”, inciso VIII do art. 3° da Lei n° 12.651 de 25 de maio de 2012;
LXIII - interesse social: as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente, conforme alínea “f” do inciso IX do art. 3° da Lei n° 12.651 de 25 de maio de 2012.

CAPÍTULO III
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS

Art. 4º. O órgão licenciador competente, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá, para fins de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários os seguintes atos administrativos:
I - Autorização Ambiental (AA): autoriza a execução de obras, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
II - Licença Ambiental Simplificada (LAS): aprova a localização e a concepção de empreendimentos e/ou atividades de médio potencial poluidor/degradador do meio ambiente, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
III - Licença Ambiental Simplificada de Ampliação (LASA): aprova a localização e a concepção de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Ambiental Simplificada-LAS, desde que a somatória do porte da estrutura existente acrescida da estrutura a ser licenciada não ultrapasse o limite estabelecido para a referida licença em normas específicas, caso contrário estará sujeito à Licença Prévia de Ampliação-LPA;
IV - Licença Ambiental Simplificada de Regularização (LASR): concedida para empreendimentos e/ou atividades enquadrados como LAS e que estejam operando sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
V - Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento e/ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
VI - Licença Prévia de Ampliação (LPA): concedida na fase preliminar do planejamento de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação-LO ou de Licença Ambiental Simplificada-LAS, que necessitam de licenciamento específico para a parte ampliada ou alterada, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
VII - Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento e/ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;
VIII - Licença de Instalação de Ampliação (LIA): autoriza a instalação de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Prévia de Ampliação-LPA, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;
IX - Licença de Instalação de Regularização (LIR): concedida para empreendimentos e/ou atividades que estejam em instalação de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando sua viabilidade ambiental, bem como autorizando sua implantação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos para a Licença de Operação-LO;
X - Licença de Operação (LO): autoriza a operação de empreendimentos e/ou atividades após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;
XI - Licença de Operação de Ampliação (LOA): autoriza a operação das ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades, conforme estabelecidas em Licença Prévia de Ampliação-LPA e/ou Licença de Instalação de Ampliação-LIA, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;
XII - Licença de Operação de Regularização (LOR): concedida para empreendimentos e/ou atividades que estejam operando de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autorizando sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente.

CAPÍTULO IV
DAS MODALIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 5º. Para fins desta Instrução Normativa constituem modalidades de licenciamento ambiental e atos administrativos:
I - Autorização Ambiental: procedimento que gera o ato administrativo discricionário a ser emitido para execução de obras, atividades, pesquisas e serviços não enquadrados nas outras modalidades;
II - Licenciamento Ambiental Trifásico: licenciamento no qual a Licença Prévia-LP, a Licença de Instalação-LI e a Licença de Operação-LO do empreendimento e/ou atividade são concedidas em etapas sucessivas;
III - Licenciamento Ambiental de Ampliação: licenciamento para ampliações e/ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação-LO ou de Licença Ambiental Simplificada-LAS que necessitam de licenciamento específico, trifásico ou bifásico, para a parte

ampliada ou alterada;
IV - Licenciamento Ambiental de Regularização: licenciamento visando à regularização ambiental de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras, do meio ambiente, em instalação ou em operação, que se enquadrem em uma das hipóteses seguintes: nunca obtiveram licenciamento; estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida; cuja implantação ou funcionamento tenha ocorrido anteriormente à obrigatoriedade do licenciamento ambiental estabelecido em legislação vigente;
V - Certidão de Renovação por Prorrogação Automática de Licença Ambiental: concedida de forma automática, atestando que está em análise técnica a solicitação de renovação da licença ambiental, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão licenciador competente, desde que a solicitação de renovação da licença do empreendimento tenha sido protocolada com antecedência mínima de 120 dias antes do vencimento.

Parágrafo único. O licenciamento Ambiental de Ampliação de empreendimentos minerários ocorrerá somente pelas modalidades **trifásico** e **monofásico**.

Art. 6º. O licenciamento de regularização para empreendimentos ou atividades já implantadas, passíveis de regularização, não exime a responsabilidade do empreendedor pelos danos causados, ficando sujeito às devidas sanções administrativas.

Art. 7º. Considerando as características intrínsecas da atividade não serão emitidas Declaração de Inexigibilidade de Licença Ambiental-DILA, Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental-DLAM e Licença Ambiental por Adesão e Compromisso-LAC para empreendimentos minerários.

Art. 8º. Especificamente para os requerimentos em análise poderá ser emitida uma declaração de andamento informando que o processo se encontra em análise técnica a fim de atender o disposto §4º do art. 31 do Decreto n.º 9.406/2018 (Decreto Regulamentador do Código de Mineração).

Art. 9º. Para os requerimentos de renovação de licença ambiental poderá ser emitida a Certidão de Renovação por Prorrogação Automática de Licença Ambiental-CRAL, a ser solicitada, no caso de empreendimentos minerários, pelo e-protocolo não sendo emitida automaticamente pela Sistema de Gestão Ambiental-SGA.

Art. 10. Os prazos de validade das licenças encontram-se indicados no **Art. 45** desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 11. Para os efeitos desta Instrução Normativa o tipo de licenciamento e os respectivos estudos ambientais para os empreendimentos minerários são estabelecidos através do porte do empreendimento, conforme **Art. 12** desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A determinação da classe do empreendimento deve considerar o porte dos empreendimentos minerários podendo ser enquadrado como médio (M), grande (G) ou excepcional (E), de acordo com os parâmetros e limites estabelecidos para cada empreendimento e/ou atividade.

Seção I
Da Classe de Enquadramento
Subseção I
Da Definição do Porte

Art. 12. Para os efeitos desta Instrução Normativa, o porte de empreendimentos minerários é definido considerando a produção anual em toneladas/ano do empreendimento de acordo com os critérios abaixo:
I - porte médio (M): produção (toneladas/ano) < 100.000;
II - porte grande (G): produção (toneladas/ano) de 100.000 a 1.000.000;
III - porte excepcional (E): produção (toneladas/ano) > 1.000.000.

Art. 13. Havendo qualquer alteração nas características do porte nos empreendimentos e/ou atividades que implique a mudança da modalidade de licenciamento, deverá ser requerido novo procedimento de licenciamento ambiental pelo empreendedor compatível com a sua nova classe.

Art. 14. Os empreendimentos minerários não serão considerados como de baixo impacto.

CAPÍTULO VI
DA DOCUMENTAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Da Autorização Ambiental (AA)

Subseção I
Da Autorização Ambiental para Utilização Emergencial ou Calamidade Pública

Art. 15. Em situações consideradas de emergência ou calamidade pública poderá ser emitida Autorização Ambiental (AA) para municípios ou órgãos da administração pública direta e autárquica, visando a utilização de material minerário em obras emergenciais que visem o restabelecimento das condições afetadas ou para evitar danos maiores ao patrimônio e/ou ao meio ambiente, desde que não haja comercialização, devendo ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimentos minerários-CEM;
III - cópia digitalizada da Carteira de Identidade (R.G.) e do Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) do representante da Requerente, podendo ser através de procuração com assinatura eletrônica acompanhada de documento pessoal do outorgado;
IV - cópia do boleto e do comprovante de recolhimento da taxa ambiental;
V - anuência dos superficiários constantes no documento válido de comprovação de dominialidade do imóvel, acompanhada da cópia digitalizada dos seus documentos pessoais, em caso de atividade em área de terceiros;
VI - Decreto Municipal válido declarando o estado de emergência ou calamidade pública, ou na ausência deste poderá ser aceito Laudo da Defesa Civil atestando as condições de emergencialidade ou calamidade pública.
VII - a Autorização Ambiental emergencial ou de calamidade pública será emitida com validade de 1(um) ano, podendo ser prorrogada, uma única vez, dentro do prazo máximo estabelecido no **Art. 45** da presente Instrução Normativa, desde que devidamente justificado pela Requerente.
VIII - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos.

Parágrafo único. Após a emissão da Autorização Ambiental para a utilização emergencial e caso houver interesse na continuidade da atividade, a Requerente deverá entrar com o requerimento do respectivo licenciamento ambiental, conforme o **Art. 26** da presente Instrução Normativa.

Subseção II
Da Autorização Ambiental para Pesquisa Mineral sem Guia de Utilização

Art. 16. Para os empreendimentos que pretendem realizar a pesquisa mineral, pelo regime de Alvará de Pesquisa junto à ANM, sem a Guia de Utilização, destinada à caracterização da jazida, sua avaliação e a determinação da sua viabilidade, cujos trabalhos de campo necessários envolvam abertura de acessos, movimentação de solo, dentre outras ações voltadas para o desenvolvimento da Pesquisa Mineral, a critério da Requerente, poderá ser emitida

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

uma Autorização Ambiental, devendo, para a sua solicitação, ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimentos minerários-CEM;
III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;
VI - cópia do boleto e do comprovante de recolhimento da taxa ambiental;
VII - Certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;
VIII - cópia da inscrição no Cadastro Ambiental Rural-CAR, no caso de imóvel rural;
IX - publicação do Título Minerário no Diário Oficial da União, em nome da Requerente, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário, e com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
X - anuência dos superficiários constantes no documento válido de comprovação de dominialidade do imóvel apresentado, acompanhada da cópia digitalizada dos seus documentos pessoais, concordando com a implantação do empreendimento ou decisão judicial que permita a pesquisa mineral, podendo ser substituída pelo acordo entre superficiário com o titular do direito minerário conforme previsto pelo Código de Mineração (Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967), em caso de atividade em área de terceiros;
XI - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XII - memorial de atividades de pesquisa mineral-MAPM apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO V, com a previsão de todas as atividades relacionadas as etapas de pesquisa mineral que serão desenvolvidas na área;
XIII - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados junto aos respectivos conselhos de classe;
XIV - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XV - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente;
XVI - autorização florestal emitida pelo SINAFLOR, nos casos de necessidade de supressão florestal para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 17. Para os empreendimentos em que haja a necessidade de supressão de vegetação nativa para o desenvolvimento das atividades de pesquisa mineral, obrigatoriamente deverá ser requerida a Autorização Ambiental para subsidiar o licenciamento florestal, a ser solicitado em licenciamento próprio através do SINAFLOR, devendo atender ao disposto no **Art. 16**.

Art. 18. Caso os trabalhos de pesquisa mineral se desenvolvam no prazo superior ao estabelecido na Autorização Ambiental conforme previsto no **Art. 45** desta Instrução Normativa, poderá ser solicitada a sua prorrogação para o desenvolvimento dos trabalhos remanescentes, desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

§1º. Quando da solicitação de prorrogação da Autorização Ambiental, deverá ser apresentada a readequação do Memorial de Atividades de Pesquisa Mineral (MAPM), indicando os trabalhos já concluídos e aqueles a serem desenvolvidos durante a vigência da AA a ser prorrogada, requerido dentro da vigência da Autorização Ambiental e atender disposto no **Art. 16** desta Instrução Normativa.

§2º. A prorrogação da Autorização Ambiental será concedida conforme os prazos máximos estabelecidos no **Art. 45** da presente Instrução Normativa, sendo que após esse período, caso os trabalhos não tenham sido finalizados, a Requerente deverá entrar com um novo pedido de Autorização Ambiental.

§3º.Não deverá ser concedida a prorrogação da Autorização Ambiental caso a sua solicitação tenha sido requerida fora de seu prazo de validade, devendo, neste caso, ser protocolada uma nova solicitação de AA, considerando o disposto no **Art. 16** desta Instrução Normativa.

Seção II
Da Licença Ambiental Simplificada (LAS)

Subseção I
Da Licença Ambiental Simplificada para Empreendimentos que não se enquadrem como atividade minerária de acordo com o Código de Mineração (Dispensa de Título Minerário)

Art. 19. Para os empreendimentos que não se enquadrem como atividade minerária de acordo com o **§1º do Art. 3º** do Código de Mineração poderá ser emitida a Licença Ambiental Simplificada-LAS, para trabalhos de movimentação de terra e de desmonte de materiais in natura, que se fizerem necessários à abertura de vias de transporte, obras gerais de terraplenagem e de edificações, desde que não haja comercialização das terras e dos materiais resultantes dos referidos trabalhos e ficando o seu aproveitamento restrito à utilização na própria obra:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimentos minerários-CEM;
III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;
VI - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental Simplificada-LAS no Diário Oficial do Estado por parte do órgão licenciador competente;
VII - Certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;
VIII - cópia da inscrição no Cadastro Ambiental Rural-CAR, no caso de imóvel rural;
IX - Certidão Municipal declarando expressamente que o local e o tipo de atividade estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, e que atendem as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
X - prova de publicação da súmula do pedido de LAS no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
XI - anuência dos superficiários constantes no documento válido de comprovação de dominialidade do imóvel apresentado concordando com a implantação

do empreendimento, acompanhada da cópia digitalizada dos seus documentos pessoais, em caso de atividade em área de terceiros;
XII - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XIII - plano de controle ambiental simplificado-PCAS apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO VII, contendo a previsão de recuperação ou reabilitação da área impactada;
XIV - para empreendimentos localizados em áreas de potencial espeleológico, conforme definido no Mapa Brasileiro de Potencialidade de Ocorrências de Cavernas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio, apresentar Estudos Espeleológicos conforme disposto no **Art. 114** desta Instrução Normativa;
XV - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados junto aos respectivos conselhos de classe;
XVI - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XVII - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente;
XVIII - Portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
XIX - apresentação do requerimento de autorização florestal, via SINAFLOR, no caso de necessidade de supressão de vegetação.

Art. 20. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada-LAS somente será emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 21. A LAS contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal.

Art. 22. A apresentação da Declaração de Dispensa de Título Minerário, a ser emitida pela ANM, é de caráter opcional.

Subseção II
Da Licença Ambiental Simplificada para Pesquisa Mineral com Guia de Utilização

Art. 23. Nos casos de pedido de Licença Ambiental Simplificada-LAS, para extração mineral para fins de pesquisa mineral com Guia de Utilização deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimento minerário-CEM, com localização do empreendimento segundo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000, devendo constar como quantidade/volume máximo a ser lavrado aquele previsto, para cada substância.
III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida;
VI - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental Simplificada-LAS no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
VII - Certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;
VIII - cópia da inscrição no Cadastro Ambiental Rural-CAR, no caso de imóvel rural;
IX - Certidão Municipal, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, e que atendem as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
X - prova de publicação da súmula do pedido da LAS no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
XI - publicação do Título Minerário no Diário Oficial da União, em nome da Requerente, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário, e com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM, onde conste o protocolo da solicitação de Guia de Utilização;
XII - anuência dos superficiários constantes no documento válido de comprovação de dominialidade do imóvel apresentado ou decisão judicial que permita a pesquisa mineral com uso de guia de utilização, em caso de atividade em área de terceiros, acompanhado da cópia digitalizada dos seus documentos pessoais;
XIII - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XIV - plano de controle ambiental simplificado-PCAS, apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO VII, devendo o planejamento ser específico para o volume/quantidade máximo previsto para cada substância, de acordo com a legislação em vigor;
XV - para empreendimentos localizados em áreas de potencial espeleológico, conforme definido no Mapa Brasileiro de Potencialidade de Ocorrências de Cavernas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio, apresentar Estudos Espeleológicos conforme disposto no **Art. 114** desta Instrução Normativa;
XVI - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;
XVII - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XVIII - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente;
XIX - Portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
XX - apresentação do requerimento de autorização florestal, no caso de necessidade de supressão de vegetação.

Art. 24. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada-LAS somente será emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 25. A LAS contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal.

Subseção III
Da Licença Ambiental Simplificada para Empreendimentos Minerários de Médio Porte Desenvolvidos por Órgãos Públicos no Regime de Registro de Extração

Art. 26. Para o pedido de Licença Ambiental Simplificada-LAS para empreendimentos minerários de médio porte, desenvolvidos por órgãos públicos sem que haja comercialização do material extraído (Regime de Registro de Extração junto à ANM), deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimento minerário-CEM, com a localização do empreendimento segundo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
VI - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental Simplificada-LAS no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
VII - Certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;
VIII - cópia da inscrição no Cadastro Ambiental Rural-CAR, no caso de imóvel rural;
IX - Certidão Municipal, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, e que atendem as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
X - prova de publicação da súmula do pedido da LAS no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
XI - publicação do Título Minerário no Diário Oficial da União, em nome da Requerente, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário, e com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM. Caso a publicação não tenha ocorrido, deverá ser apresentada uma declaração de prioridade ou aptidão para recebimento do título, emitida pela ANM, juntamente com a impressão dos dados do processo minerário com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
XII - anuência dos superficiários constantes no documento válido de comprovação de dominialidade do imóvel apresentado concordando com a implantação do empreendimento, acompanhada da cópia digitalizada dos seus documentos pessoais, em caso de atividade em área de terceiros;
XIII - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XIV - plano de controle ambiental simplificado-PCAS apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO VII;
XV - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;
XVI - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XVII - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente;
XVIII - Portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
XIX - apresentação do requerimento de autorização florestal, no caso de necessidade de supressão de vegetação.

Art. 27. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada-LAS somente será emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 28. A LAS contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal.

Art. 29. Deverá constar nos requisitos de licenciamento da LAS para os empreendimentos desenvolvidos por órgãos públicos no regime de registro de extração que o início das atividades minerárias será autorizado somente após a publicação do Registro de Extração pela ANM.

Parágrafo único. A Requerente deverá apresentar o Registro de Extração publicado pela ANM em até 06 (seis) meses após a emissão da licença.

Subseção IV
Da Renovação da Licença Ambiental Simplificada

Art. 30. Para os empreendimentos que solicitarem a renovação da Licença Ambiental Simplificada-LAS, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, deverão apresentar os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimentos minerários-CEM, com localização do empreendimento segundo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000;
III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
VI - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental Simplificada-LAS no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
VII - cópia da LAS e de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, e em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão licenciador competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n.º 006/86;
VIII - prova de publicação da súmula do pedido da LAS no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
IX - para os empreendimentos enquadrados como Dispensa de Título Minerário (**Art. 19**), Pesquisa Mineral com Guia de Utilização (**Art. 23**) e Órgãos Públicos com Registro de Extração (**Art. 26**), apresentar comprovação atualizada da titularidade minerária sobre a área de interesse, através de cópia da publicação do Título no Diário Oficial da União, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
X - Portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
XI - relatório de atividades apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO IX contendo uma descrição detalhada das atividades desenvolvidas e das medidas de controle ambiental implementadas no período de vigência da LAS;
XII - Declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XIII - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa junto aos respectivos conselhos de classe;
XIV - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XV - termo de declaração da veracidade das Informações Prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente.

Seção III
Do Licenciamento Trifásico

Art. 31. As atividades extrativas minerais abaixo, não contempladas na modalidade de Licença Ambiental Simplificada-LAS, estão sujeitas ao licenciamento completo, que contempla as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação:
I - lavra a céu aberto, com ou sem beneficiamento;
II - lavra subterrânea com ou sem beneficiamento;
III - lavra garimpeira;
IV - lavra em leito de rio ou outros corpos hídricos;
V - porto de areia; e
VI - beneficiamento físico.

Art. 32. Os empreendimentos que necessitam de Licença Prévia, de Instalação e de Operação deverão requerê-las sucessivamente.

Parágrafo único. Este procedimento se aplica a novos empreendimentos e aqueles em operação que venham a sofrer ampliações acima do porte, alterações definitivas no processo e incorporação de novas atividades, com alteração das características do empreendimento já implantado que impliquem a mudança do seu porte ou do seu potencial degradador.

Subseção I
Da Licença Prévia (LP)

Art. 33. Para o requerimento de Licença Prévia deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimento minerário-CEM, com localização do empreendimento segundo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000;
III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
VI - Certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;
VII - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
VIII - prova de publicação da súmula do pedido da LP no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
IX - Certidão Municipal, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de Unidades de Conservação Municipais, e que atendem as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
X - publicação do Título Minerário no Diário Oficial da União, em nome da Requerente, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário, e com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM. Caso a publicação não tenha ocorrido, deverá ser apresentada uma declaração de prioridade ou aptidão para recebimento do título, emitida pela ANM, juntamente com a impressão dos dados do processo minerário com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
XI - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XII - Manifestação de Órgãos intervenientes, conforme exigências constantes do Decreto Estadual que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252/2024, quando aplicável;
XIII - Portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
XIV - estudos faunísticos, estabelecidos pela portaria e/ou pelo termo de referência específico para a atividade, para os empreendimentos que se enquadrarem no disposto no ANEXO VIII da Portaria IAT n.º 12/2024, ou outra que vier a substituí-la, ficando a emissão da LP condicionada à manifestação conclusiva do departamento responsável pela análise dos estudos de fauna, indicando a viabilidade da continuidade do licenciamento;
XV - em caso de necessidade de supressão florestal, Relatório de Caracterização da Flora, de acordo com a Resolução CONAMA 02/94;
XVI - estudo de prospecção espeleológica apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO XI, para os empreendimentos localizados em áreas de muito alto e alto potencial espeleológico, conforme definido no Mapa Brasileiro de Potencialidade de Ocorrências de Cavernas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio, e/ou que tenham identificado a presença de cavidades, cadastradas ou não, dentro da sua Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID), independentemente do seu porte, bem como para empreendimentos inseridos dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana (Decreto Estadual n.º 1.231, de 27/03/1992);
XVII - estudo de prospecção espeleológica, apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO XI, para os empreendimentos localizados em áreas de médio, baixo ou improvável potencial espeleológico, conforme definido no Mapa Brasileiro de Potencialidade de Ocorrências de Cavernas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio, que tenham identificado a presença de cavidades, cadastradas ou não, dentro da sua Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID);
XVIII - estudo de prospecção espeleológica poderá ser solicitado também para áreas e empreendimentos localizadas sob feições cársticas na área, relevo ruiniforme ou quando julgado necessário, desde que devidamente justificado;
XIX - relatório ambiental prévio-RAP, apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO VI, para os empreendimentos enquadrados como de médio e grande porte, de acordo com a classificação do **Art. 12**;
XX - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;
XXI - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XXII - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente.
XXIII - Estudo de Impacto Ambiental com respectivo Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA, conforme Termo de Referência a ser elaborado pelo órgão licenciador, será exigido para os empreendimentos que necessitarem de supressão de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica, para fins de atividades minerárias, que ultrapassem cinquenta hectares (50,00 ha) por empreendimento, isolada ou cumulativamente.

Art. 34. Para empreendimentos enquadrados como porte excepcional, de acordo com a classificação do **Art. 12**, será exigido o Estudo de Impacto Ambiental com respectivo Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA, apresentado conforme Termo de Referência a ser elaborado pelo órgão licenciador;

Art. 35. Nos procedimentos de Licença Prévia-LP, quando necessária a supressão de vegetação, esta somente poderá ser emitida após a manifestação sobre a tipologia florestal e sua viabilidade de supressão.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 36. O EIA-RIMA, apresentado conforme Termo de Referência a ser elaborado pelo órgão licenciador, poderá ser exigido para os empreendimentos de médio e grande, quando devidamente justificado, levando-se em conta a localização, as especificidades ambientais da área objeto da exploração e o potencial poluidor;

Art. 37. A Licença Prévia não é passível de renovação, sendo possível a sua prorrogação, desde que não tenha sido concedido o prazo máximo previsto no **Art. 45**

Subseção II
Da Licença de Instalação (LI)

Art. 38. Para o requerimento de Licença de Instalação deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimento minerário-CEM, com localização do empreendimento segundo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000;
III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
VI - Certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;
VII - cópia da inscrição no Cadastro Ambiental Rural-CAR, no caso de imóvel rural;
VIII - cópia da Licença Prévia e de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão licenciador competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n.º 006/86;
IX - prova de publicação da súmula do pedido da Licença de Instalação no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
X - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
XI - anuência dos superficiários constantes no documento válido de comprovação de dominialidade do imóvel apresentado concordando com a implantação do empreendimento, acompanhada da cópia digitalizada dos seus documentos pessoais, em caso de atividade em área de terceiros;
XII - publicação do Título Minerário no Diário Oficial da União, em nome da Requerente, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário, e com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
XIII - plano de controle ambiental-PCA, apresentado conforme Termo de Referência do ANEXOVIII, para os empreendimentos enquadrados como de médio e grande porte, de acordo com a classificação do Art. 12;
XIV - estudo de definição de grau de relevância e da área de influência das cavidades, naturais conforme as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente n.º 02/2017 e Decreto Federal n.º 6.640/08, para empreendimentos localizados em áreas de potencial espeleológico, conforme definido no Mapa Brasileiro de Potencialidade de Ocorrências de Cavernas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio e que tenham identificado patrimônio espeleológico na fase de prospecção espeleológica durante o licenciamento prévio que possa ser afetado pelo empreendimento dentro da sua Área Diretamente Afetada (ADA);
XV - avaliação de impacto de vizinhança-AIV apresentada conforme Termo de Referência do ANEXO X, para os empreendimentos com restrições em decorrência de ocupações no seu entorno, como a presença de linhas férreas, rodovias, casas, indústrias dentre outros na distância (buffer) de até 500 metros da Área Diretamente Afetada (ADA);
XVI - cópia da autorização florestal para supressão de vegetação nativa, emitida pelo SINAFLOR, objeto de requerimento próprio, quando aplicável;
XVII - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;
XVIII - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XIX - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente.

Art. 39. Em casos excepcionais quanto à dominialidade do imóvel ou posse das terras a Requerente deverá atender aos critérios do Decreto Estadual n° 9.541 de 11 de abril 2025 que regulamenta a Lei n.º 22252, de 12 de dezembro de 2024.

Art. 40. A Licença de Instalação não possibilita renovação, apenas prorrogação desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Parágrafo único. Vencido o prazo máximo previsto para a LI sem que o empreendimento tenha sido implantado, a Requerente deverá solicitar uma nova Licença de Instalação.

Art. 41. Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 42. Quando da solicitação de LI, o Plano de Controle Ambiental a ser apresentado deverá contemplar as atividades licenciadas na Licença Prévia do empreendimento, sendo que qualquer alteração do escopo da LI em relação à LP emitida estará sujeita a uma nova Licença Prévia e avaliação da viabilidade locacional.

Subseção III
Da Licença de Operação (LO)

Art. 43. Para o requerimento de Licença Ambiental de Operação-LO, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimentos minerários-CEM, com localização do empreendimento segundo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000;
III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;

c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
VI - cópia da Licença de Instalação e de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão licenciador competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n.º 006/86;
VII - prova de publicação da súmula do pedido de Licença de Operação no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
VIII - publicação do Título Minerário no Diário Oficial da União atualizado, em nome da Requerente, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário, e com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
IX - portaria de outorga de direito, quando exigida a portaria de outorga prévia na fase de Licença Prévia, deverá ser apresentada na fase de Licença de Operação;
X - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
XI - Relatório de comprovação da implementação e instalação das medidas de controle propostas no PCA;
XII - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;
XIII - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XIV - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente.

Subseção IV
Da Renovação da Licença de Operação (RLO)

Art. 44. A renovação de Licença de Operação de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do seu prazo de validade, fixado na respectiva Licença, ficando automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do órgão licenciador competente, devendo ser apresentado os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimentos minerários-CEM, com localização do empreendimento segundo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000;
I - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
III - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
IV - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
V - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
VI - cópia da Licença de Operação e de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão licenciador competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n.º 006/86;
VII - prova de publicação da súmula do pedido de renovação de Licença de Operação no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
VIII - comprovação atualizada da titularidade minerária sobre a área de interesse, através de cópia da publicação do Título no Diário Oficial da União, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
IX - portaria de outorga de direito vigente, quando exigida na Licença de Operação;
X - relatório de atividades apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO IX;
XI - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XII - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;
XIII - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XIV - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente.

Art. 45. A cada duas renovações de Licença de Operação, deverá ser apresentado um Plano de Controle Ambiental atualizado, apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO VIII ficando na ocasião dispensada a apresentação do Relatório de Atividades.

CAPÍTULO VII
DOS PRAZOS DE VALIDADE DAS LICENÇAS

Art. 46. O órgão licenciador competente estabelecerá os prazos de validade para cada tipo de licença e autorização ambiental, especificando-os no respectivo documento, de acordo com os prazos abaixo:
I - Autorização Ambiental (AA): prazo máximo de 01 ano;
II - Licença Ambiental Simplificada (LAS): prazo máximo de 03 anos;
III - Licença Prévia (LP): prazo máximo de 05 anos;
IV - Licença de Instalação (LI): prazo máximo de 06 anos;
V - Licença de Operação (LO): prazo máximo de 05 anos.

CAPÍTULO VIII
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE AMPLIAÇÃO

Art. 47. Para as ampliações e/ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação-LO ou de Licença Ambiental Simplificada-LAS e que acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como caracterizem aumento de potencial poluidor/degradador do meio ambiente, deve ser requerido o licenciamento específico, trifásico ou monofásico, para a parte ampliada ou alterada.

Art. 48. Poderá ser solicitada ampliação das instalações/atividades já licenciadas e contempladas na Licença de Operação dos empreendimentos de médio e grande porte, bem como daquelas contempladas na Licença Ambiental Simplificada para empreendimentos com Dispensa de Título (**Art. 19**) e Regime de Registro de Extração (**Art. 26**).

Art. 49. A Licença Ambiental de Ampliação poderá ser requerida para os casos de ampliação das frentes de lavra já existentes, inclusão de novas frentes, inclusão de novas substâncias, novos direitos minerários, alteração da escala de produção, alteração de equipamentos, inclusão ou modificação do processo de beneficiamento físico do minério, alterações das áreas de apoio, depósitos de material estéril, entre outros, desde que atendidas as seguintes condições:
I - a produção do empreendimento, incluindo a sua expansão, não poderá implicar na mudança da sua classificação para porte excepcional, conforme estabelecido no **Art. 12** da presente instrução normativa;
II - as áreas de expansão deverão estar localizadas no mesmo direito minerário ou em direitos minerários contíguos àqueles indicados na licença de operação ou LAS em vigor;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

III - a metodologia de extração a ser utilizada seja a mesma daquela indicada na licença de operação ou LAS em vigor;
IV - a ampliação com inclusão de direitos minerários se dará somente quando forem comprovadas as atividades a serem desenvolvidas na(s) nova(s) poligonal(is);
V - direitos minerários com poligonais contendo corredores conectando duas ou mais áreas deverão solicitar um licenciamento específico para cada área, não sendo possível a solicitação de ampliação ou de inclusão das duas áreas de lavra em uma mesma Licença de Operação ou LAS.

Art. 50. Para os empreendimentos que solicitarem a inclusão de novas frentes de lavra em áreas distintas das anteriormente licenciadas, deverá ser obrigatoriamente realizada vistoria no(s) local(is), para avaliação da viabilidade locacional da(s) nova(s) frente(s) de lavra, a fim de aprovar sua localização e concepção e atestar a viabilidade ambiental da solicitação de ampliação.

Seção I
Da Licença Ambiental Simplificada de Ampliação (LASA)

Art. 51. A Licença Ambiental Simplificada de Ampliação-LASA aprova a localização e a concepção de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Ambiental Simplificada-LAS desde que a produção do empreendimento, incluindo a sua expansão, não implique a mudança de seu porte, conforme estabelecido no Art. 12.

Art. 52. Para a solicitação do requerimento da LASA de empreendimentos detentores de LAS devem ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA para LAS de Ampliação;
II - cadastro de empreendimentos minerários-CEM;
III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
VI - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
VII - prova de publicação da súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada de Ampliação-LASA no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986
VIII - Certidão da Prefeitura Municipal, declarando expressamente que o local indicado para ampliação e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de Unidades de Conservação Municipais, e que atendem as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I) no caso de ampliação da área de extração;
IX - no caso de ampliação da área de lavra ou inclusão de novas frentes em propriedades distintas daquela já licenciada, deverão ser apresentadas novas anuência dos superficiários constantes no documento válido de comprovação de dominialidade do imóvel apresentado concordando com a implantação do empreendimento, acompanhada da cópia digitalizada dos seus documentos pessoais, em caso de atividade em área de terceiros;
X - cópia da inscrição no Cadastro Ambiental Rural-CAR, no caso de imóvel rural;
XI - cópia da Licença Ambiental Simplificada vigente e de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná;
XII - em caso de alterações eventualmente ocorridas após a emissão da LAS vigente, será necessária a comprovação atualizada da titularidade minerária sobre a área de interesse, através de cópia da publicação do Título no Diário Oficial da União, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
XIII - quando aplicável, para os empreendimentos detentores de LAS, apresentar Autorização Florestal para supressão de vegetação nativa, emitida pelo SINAFLOR, objeto de requerimento próprio;
XIV - quando houver alteração nas condicionantes da Outorga de Direito vigente, deverá ser apresentada a nova Portaria de Outorga de Direito, sendo que em caso de instalação de novos pontos de captação ou de instalação de poços deverá ser apresentada a Portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
XV - Declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XVI - readequação do plano de controle ambiental simplificado-PCAS, contemplando a totalidade do empreendimento;
XVII - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente;
XVIII - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;
XIX - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XX - Certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento.

Art. 53. Para os empreendimentos detentores de Licença Ambiental Simplificada, será emitida uma nova LAS com o mesmo prazo de validade daquela vigente, para o empreendimento como um todo, com a inclusão de novo(os) direito(os) minerário(s), se for o caso, as coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000, das novas frentes de lavra licenciadas; das novas alterações do processo produtivo e das instalações de apoio, dentre outros, conforme critérios do Decreto Estadual nº 9.541/2025.

Art. 54. Caso a somatória do porte do empreendimento existente acrescido do porte da área a ser ampliada ultrapasse o limite estabelecido no Art. 12, o empreendimento estará sujeito à Licença Prévia de Ampliação-LPA, conforme preconizado no parágrafo único do Art. 31.

Seção II
Da Licença Prévia de Ampliação (LPA)

Art. 55. Deverá ser requerido o licenciamento ambiental trifásico, para a ampliação do empreendimento com Licença de Operação, que se enquadrem como de médio e grande porte, cuja produção, somado à da expansão, não implique a mudança da sua classificação para porte excepcional, conforme estabelecido no **Art. 12**,devendo ser apresentada a seguinte documentação:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA para Licença Prévia para Ampliação;
II - cadastro de empreendimentos minerários-CEM;
III - para pessoa jurídica:
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:

a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.

VI - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
VII - Certidão Municipal, declarando expressamente que o local indicado para ampliação e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação do Plano Diretor Municipal e/ou Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com a legislação municipal do meio ambiente, inclusive com relação ao entorno de Unidades de Conservação Municipais, e que atendem as demais exigências legais e administrativas perante o município (ANEXO I);
VIII - no caso de ampliação da área de lavra ou inclusão de novas frentes em propriedades distintas daquela já licenciada, deverão ser apresentadas novas anuência dos superficiários constantes no documento válido de comprovação de dominialidade do imóvel apresentado concordando com a implantação do empreendimento, acompanhada da cópia digitalizada dos seus documentos pessoais, em caso de atividade em área de terceiros;
IX - cópia da inscrição no Cadastro Ambiental Rural-CAR, no caso de imóvel rural;
X - cópia da Licença de Operação vigente e de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão licenciador competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA n.º 006/86;
XI - prova de publicação da súmula do pedido da nova Licença Prévia de Ampliação no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
XII - publicação do Título Minerário no Diário Oficial da União, em nome da Requerente, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário, e com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
XIII - laudo de caracterização da vegetação, de acordo com a Resolução CONAMA n.º 02/1994, quando aplicável;
XIV - quando houver alteração nas condicionantes da Outorga de Direito vigente, deverá ser apresentada a nova Portaria de Outorga de Direito, sendo que em caso de instalação de novos pontos de captação ou de instalação de poços deverá ser apresentada a Portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
XV - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XVI - Certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;
XVII - relatório ambiental prévio-RAP apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO VI;
XVIII - para os empreendimentos que tenham identificado a presença de patrimônio espeleológico em sua área de ampliação que não tenha sido abrangido por estudos espeleológicos anteriores e que estejam localizados em áreas de muito alto e alto potencial espeleológico, conforme definido no Mapa Brasileiro de Potencialidade de Ocorrências de Cavernas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio, que tenham identificado a presença de cavidades, cadastradas ou não, dentro da sua Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID), independentemente do seu porte, ou que estejam inseridos dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, deverão apresentar Estudo de Prospecção Espeleológica apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO XI;
XIX - para os empreendimentos que tenham identificado a presença de patrimônio espeleológico em sua área de ampliação que não tenha sido abrangido por estudos espeleológicos anteriores, que estejam localizados em áreas de médio, baixo ou improvável potencial espeleológico, conforme definido no Mapa Brasileiro de Potencialidade de Ocorrências de Cavernas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio, e que tenham identificado a presença de cavidades cadastradas ou não dentro da sua Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID), apresentar Estudo de Prospecção Espeleológica apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO XI;
XX - para os empreendimentos cuja área de ampliação incida sobre área com patrimônio espeleológico previamente estudada, deverão apresentar relatório acompanhado de registro fotográfico indicando as condições das cavidades identificadas nos estudos espeleológicos durante as fases de LP;
XXI - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente;
XXII - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;
XXIII - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021.

Art. 56. Para a ampliação do empreendimento com Licença de Operação, anteriormente enquadrados como de médio e grande porte conforme estabelecido **Art. 12**, cuja produção, somado à da expansão, implique a mudança da sua classificação para de porte excepcional, deverá ser requerida o licenciamento ambiental trifásico com a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental com respectivo Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA, apresentado conforme Termo de Referência a ser elaborado pelo órgão licenciador de acordo com as características do empreendimento.

§1º. Nos casos definidos no caput o empreendedor deverá seguir o rito de licenciamento com EIA/RIMA até a emissão de uma nova LO contemplando o empreendimento como um todo.

§2º. A licença de operação vigente do empreendimento permanecerá válida até que a autorização para ampliação seja concedida, a fim de assegurar a continuidade da operação de empreendimentos já licenciados.

Art. 57. Ocorrendo a viabilidade locacional e ambiental da atividade e sendo atendidos os requisitos constantes nos **Art. 47** ao **Art. 50** e do **Art. 55** e **Art. 56,** deverá ser emitida a Licença Prévia para a ampliação, para os empreendimentos detentores de LO.

Seção III
Da Licença de Instalação de Ampliação (LIA)

Art. 58. Para os empreendimentos que tenham obtido a Licença Prévia de Ampliação, deverá ser solicitado o requerimento de Licença de Instalação de Ampliação, devendo ser apresentada a documentação disposta no **Art. 38**.

Art. 59. Nos casos de ampliação, quando da solicitação de LI, o plano de controle ambiental-PCA a ser apresentado deverá contemplar as atividades licenciadas na Licença Prévia de Ampliação.
Art. 60. Deverá constar no corpo da LI originada do pedido de ampliação, o número da Licença Prévia para ampliação e os dados do processo original.

Seção IV
Da Licença de Operação de Ampliação (LOA)

Art. 61. Para os empreendimentos que tenham obtido a Licença de Instalação de Ampliação, deverá ser solicitado o requerimento de Licença de Operação de Ampliação, devendo ser apresentada a documentação disposta na **Art. 43.**

Art. 62. Quando da solicitação de Licença de Operação, originada do pedido de ampliação, deverá ser emitida uma nova LO, para o empreendimento como um todo, com a inclusão de novo(os) direito(os) minerário(s) contíguos, se for o caso; as coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000, das novas frentes de lavra; das alterações do processo produtivo e das instalações de apoio, dentre outros.

Art. 63. Deverá constar no corpo da LO originada do pedido de ampliação, o número da Licença de Instalação para ampliação e os dados do processo original.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CAPÍTULO IX
DA LICENÇA AMBIENTAL NOS CASOS DE CESSÃO DO DIREITO MINERÁRIO

Art. 64. Nos casos de cessão parcial, junto à Agência Nacional de Mineração, do(s) direito(s) minerário(s) de empreendimentos já possuidores de LI e LO, será emitida uma nova LI ou LO para a empresa cessionária, caso a área cedida esteja contemplada na licença ambiental vigente.

Parágrafo único. A LI ou LO emitidas para a cessionária terá a mesma validade da LO da cedente.

Art. 65. Para emissão da LI ou LO para a empresa cessionária, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental-RLA;
II - cadastro de empreendimento minerário-CEM, com localização do empreendimento segundo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000;
III - para pessoa jurídica;
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
VI - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
VII - prova de publicação da súmula do pedido da LO ou LI no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
VIII - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
IX - comprovação atualizada da titularidade minerária sobre a área de interesse (área cedida), através de cópia da publicação do Título no Diário Oficial da União, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
X - caso a publicação da titularidade minerária sobre a área de interesse não tenha ocorrido, deverá ser apresentada uma declaração de prioridade ou aptidão para recebimento do título, emitida pela ANM, juntamente com a impressão dos dados do processo minerário com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
XI - transferência de titularidade da portaria de outorga de direito, quando aplicável;
XII - plano de controle ambiental-PCA para a área cedida, apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO VIII;
XIII - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente;
XIV - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;
XV - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021;
XVI - a LI ou LO da empresa cedente permanecerá válida, devendo ser apresentada a readequação do Plano de Controle Ambiental a ser analisada pelo órgão ambiental, desde que a frente de lavra cedida esteja contemplada na LI ou LO vigentes.

Art. 66. Caso a área objeto da cessão se constitua em área não previamente licenciada, a cedente deverá requerer uma nova LP.

Art. 67. Caso a área objeto da cessão parcial do(s) direito(s) minerário(s) constitua-se em frente de lavra distinta daquela contemplada na LI ou LO da cedente, deverá ser solicitada pela cessionária a LP, através de um novo protocolo, para o empreendimento a ser licenciado, permanecendo válida a LI ou LO da cedente até seu vencimento.

Art. 68. Nos casos de cessão total, junto à Agência Nacional de Mineração, do(s) direito(s) minerário(s) de empreendimentos já possuidores de LI ou LO, deverá ser solicitada a mudança de titularidade a Licença emitida, seguindo as disposições do Decreto Estadual n° 9.541 de 11 de abril de 2025.

CAPÍTULO X
DA LICENÇA AMBIENTAL NOS CASOS DE ARRENDAMENTO DO DIREITO MINERÁRIO

Art. 69. Nos casos de arrendamento parcial, junto à Agência Nacional de Mineração, do(s) direito(s) minerário(s) de empreendimentos já possuidores de LI ou LO, será emitida uma nova LI ou LO para a empresa arrendatária, caso a área cedida esteja contemplada na licença ambiental vigente.

Art. 70. Para emissão da LI ou LO para a empresa arrendatária, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I - requerimento de licenciamento ambiental- RLA;
II - cadastro de empreendimento minerário-CEM, com localização do empreendimento segundo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000;
III - para pessoa jurídica;
a) extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
b) cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;
IV - . para pessoa física:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF;
b) cópia do Registro Geral-RG;
V - para representante legal:
a) cópia do Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal e do requerente;
b) cópia do Registro Geral-RG do representante legal e do requerente;
c) cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida.
VI - recolhimento da taxa ambiental juntamente com a cópia do boleto, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação, no caso da opção pela publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental no Diário Oficial do Estado ser efetivada pelo órgão licenciador competente;
VII - cópia da averbação do arrendamento ou documento de assentimento prévio disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração-ANM;
VIII - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
IX - comprovação atualizada da titularidade minerária sobre a área de interesse (área cedida), através de cópia da publicação do Título no Diário Oficial da União, acompanhada da impressão dos dados do processo minerário com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
X - caso a publicação da titularidade minerária sobre a área de interesse não tenha ocorrido, deverá ser apresentada uma declaração de prioridade ou aptidão para recebimento do título, emitida pela ANM, juntamente com a impressão dos dados do processo minerário com memorial descritivo da poligonal obtidos no site da ANM;
XI - transferência de titularidade da portaria de outorga de direito, quando aplicável;
XII - plano de controle ambiental-PCA para a área cedida, apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO VIII;
XIII - termo de declaração da veracidade das informações prestadas, conforme modelo apresentado no ANEXO XIV, devidamente assinado pelo representante legal da Requerente;
XIV - anotação de responsabilidade técnica-ART dos profissionais elaboradores dos estudos/projetos/laudos/relatórios apresentados nessa fase junto aos respectivos conselhos de classe;

XV - Cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021.

Art. 71. A LI ou LO da arrendatária terá validade compatível com a do arrendamento aprovado pela ANM, estando limitada ao prazo máximo previsto no **Art. 43** desta Instrução Normativa, sendo passível de renovação ou prorrogação até a validade final do arrendamento.

Art. 72. Quando da renovação da licença ambiental deverá ser apresentada a cópia da averbação vigente do arrendamento disponibilizada pela Agência Nacional de Mineração-ANM.

Art. 73. A LI ou LO da empresa arrendante permanecerá válida, devendo ser apresentada a readequação do Plano de Controle Ambiental a ser analisada pelo órgão ambiental, desde que a frente de lavra cedida esteja contemplada na LI ou LO vigentes.

§1º. Nos casos de alterações dos requisitos de licenciamento constantes na licença do arrendante, será emitida uma nova licença, com os requisitos atualizados, tendo a nova licença a mesma validade da licença anteriormente emitida.

§2º. Caso a área objeto do arrendamento se constitua em área não previamente licenciada, a cedente deverá requerer uma nova LP.

Art. 74. Caso a área objeto do arrendamento parcial constitua-se em frente de lavra ou área licenciada distinta daquela contemplada na LI ou LO da arrendante, deverá ser solicitada pela arrendatária a LP, através de um novo protocolo, para que o empreendimento seja licenciado, permanecendo válida a LI ou LO da arrendante até seu vencimento.

Art. 75. Caso existam passivos ambientais na área arrendada após o vencimento do arrendamento, eles serão considerados como de responsabilidade da empresa arrendatária.

Art. 76. Nos casos de arrendamento total, junto à Agência Nacional de Mineração, do(s) direito(s) minerário(s) de empreendimentos já possuidores de LI, LO ou LAS, deverá ser solicitada a mudança de titularidade da Licença original, com a mesma validade do prazo de arrendamento junto à Agência Nacional de Mineração, desde que não ultrapassem os prazos máximos de validade para modalidades de licenças ambientais conforme **Art. 43**.

CAPÍTULO XI
DA REGULARIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 77. A Regularização do licenciamento ambiental de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras, do meio ambiente, em instalação ou em operação, deverá ser requerida nos seguintes casos:
I - empreendimentos que nunca obtiveram licenciamento;
II - empreendimentos que estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida; e
III - empreendimentos cuja implantação ou funcionamento tenha ocorrido anteriormente à obrigatoriedade do licenciamento ambiental estabelecido em legislação vigente.

Art. 78. Para o licenciamento de regularização devem ser adotados os critérios estabelecidos em normas específicas do órgão licenciador competente, devendo observar as seguintes condições:
I - deverá ser comprovada a viabilidade locacional, técnica e jurídica do empreendimento e/ou atividade;
II - o licenciamento de regularização não exime o empreendedor da incidência das sanções legalmente aplicáveis e a responsabilidade pelos danos causados;
III - nos licenciamentos de regularização, o empreendedor estará sujeito à formalização de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC para fins de fixar a obrigatoriedade de reparação de dano decorrente do período de ausência de licença ambiental legalmente exigível, que deverá ser condicionante obrigatória para a emissão da licença;
IV - nos licenciamentos de regularização de empreendimentos e/ou atividades que estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida, estarão sujeitos à formalização de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC, no qual serão fixadas as medidas de reparação de danos, o qual corresponde a condicionante obrigatória para a emissão da licença.

Parágrafo único. Caso o órgão ambiental conclua pela impossibilidade da regularização do empreendimento, deverá:
a) ser avaliado a incidência de passivo ambiental;
b) ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta-TAC com o estabelecimento das condições para a mudança de local e/ou encerramento das atividades, não eximindo a apuração da responsabilidade civil, criminal e administrativa.

Art. 79. A formalização do Termo de Ajustamento de Conduta-TAC deverá atender aos dispositivos da Lei Estadual n.º 22.252/2024 e Decreto Estadual n.º 9.541/2025.

Seção I
Da Licença Ambiental Simplificada de Regularização (LASR)

Art. 80. Para os requerimentos de Licença Ambiental Simplificada de Regularização-LASR que atendam o disposto no **Art. 77** desta Instrução, e que contemplem as modalidades de LAS elencadas nos **Art. 19 a Art. 26** deverão apresentar as documentações elencadas nos seus respectivos artigos.

Art. 81. Para os empreendimentos com TAC firmado é obrigatória a apresentação de relatório de atendimento às cláusulas do TAC juntamente com as documentações referentes aos licenciamentos de regularização.

Parágrafo único. O relatório de atendimento às cláusulas deverá ter manifestação técnica conclusiva acerca do seu atendimento, sendo a aprovação do relatório condição para a continuidade do licenciamento de regularização.

Seção II
Da Licença de Instalação de Regularização (LIR)

Art. 82. Para os requerimentos de Licença de Instalação de Regularização-LIR que atendam o disposto no **Art. 77** desta Instrução, deverão apresentar as documentações elencadas no **Art. 38.**

Art. 83. Para os empreendimentos com TAC firmado é obrigatória a apresentação de relatório de atendimento às cláusulas do TAC juntamente com as documentações referentes aos licenciamentos de regularização.

Parágrafo único. O relatório de atendimento às cláusulas do TAC deverá ter manifestação técnica conclusiva acerca do seu atendimento, sendo a aprovação do relatório condição para a continuidade do licenciamento de regularização.

Art. 84. A Licença de Instalação de Regularização (LIR) não autoriza o funcionamento do empreendimento, o qual deverá requerer a Licença de Operação de Regularização.

Art. 85. Após o vencimento da LIR a Requerente deverá solicitar a Licença de Operação-LO.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Seção III
Da Licença de Operação de Regularização (LOR)

Art. 86. Para os requerimentos de Licença de Operação de Regularização-LOR que atendam o disposto no **Art. 77** desta Instrução, deverão apresentar as documentações elencadas no **Art. 43** juntamente com um plano de controle ambiental-PCA, apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO VIII, elaborado por profissional(is) habilitado(s), com a respectiva anotação de responsabilidade técnica-ART.

Art. 87. Para os empreendimentos com TAC firmado é obrigatória a apresentação de relatório de atendimento às cláusulas do TAC juntamente com as documentações referentes aos licenciamentos de regularização.

Parágrafo único. O relatório de atendimento às cláusulas do TAC deverá ter manifestação técnica conclusiva acerca do seu atendimento, sendo a aprovação do relatório condição para a continuidade do licenciamento de regularização.

CAPÍTULO XII
DA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS

Art. 88. A recuperação das áreas degradadas pelas atividades minerárias é obrigatória para todas as modalidades de licenciamento, elencadas nesta Instrução Normativa, devendo seguir os seguintes critérios:

§1º. Para a recuperação da área, a Requerente deverá apresentar o Projeto de Recuperação de Área Degradada-PRAD apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO XIII, elaborado por profissional(is) habilitado(s), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica-ART.

§2º. Após a análise e aprovação do PRAD, deverá ser firmado o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental-TCRA conforme ANEXO da Portaria n.º 17/2025 seguindo as diretrizes, naquilo que for aplicável, do CAPÍTULO IV da respectiva portaria.

§3º. Após a formalização do TCRA, os dados contidos no PRAD deverão ser inseridos na Plataforma de Gestão e Monitoramento de Áreas em Recuperação Ambiental do Paraná (Monitora PRAD PR), conforme o disposto no CAPÍTULO V da Portaria n.º 17/2025.

§4º. O Plano de Reabilitação/Recuperação da área deverá ser desenvolvido considerando o entorno do empreendimento.

§5º. Empreendimentos no entorno de Unidades de Conservação (UC) deverão dar preferência para ações de reabilitação ambiental.

§6º. Quando do encerramento das atividades de lavra e a finalização da implementação/implantação das ações contidas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD, o órgão ambiental deverá ser informado, por meio de procedimento a ser protocolado e dirigido ao Diretor-Presidente, seguindo as instruções dos Arts. 131 ao 134 do Decreto Estadual n° 9.541/2025.

§7º. A recuperação dos empreendimentos minerários inseridos nas áreas prioritárias de conservação, conforme definido pela Resolução SEMA/IAP 05/2009 e Nota Técnica IAT 01/2023, deverá ser feita obrigatoriamente com espécies nativas levando em consideração o bioma em que estão inseridas.

§8º. Na recuperação de áreas mineradas, é expressamente proibida a utilização de espécies exóticas invasoras enquadradas na categoria 1, conforme estabelecido no Art. 3º da Portaria IAP n.º 59/2015, ou outra que venha a substituí-la, que reconhece a Lista de Espécies Exóticas Invasoras do Estado do Paraná. A relação completa das espécies proibidas consta no ANEXO da referida portaria.

§9º. Na escolha de espécies vegetais para a recuperação de áreas degradadas por atividades minerárias, a utilização de espécies exóticas deve ser tecnicamente justificada, fundamentada na legislação vigente e acompanhada de um plano de monitoramento para evitar que se tornem potencial invasoras. Deve-se priorizar a combinação com espécies nativas, analisar o histórico da área para verificar se a proposta de revegetação atende aos critérios necessários para garantir, ao menos minimamente, ganhos ambientais, avaliar o local impactado e seu entorno, sendo vedado o uso de exóticas com potencial invasoras em áreas próximas a Unidades de Conservação (UC), Áreas Prioritárias para Conservação, entre outras áreas de relevância ecológica.

Art. 89. Nos locais onde foram desenvolvidas atividades em ambiente de várzea, deverá ser apresentada proposta de uso futuro condizente com as características ambientais/socioambientais da área minerada, que deverá ser devidamente avaliada por parte deste Instituto, dando-se preferência pelas seguintes modalidades:
I - implantação de projeto de piscicultura, atendendo a ato normativo específico para a atividade;
II - pesca esportiva, lazer e esportes náuticos;
III - reabilitação para uso e abrigo da fauna silvestre; e
IV - outras alternativas de cunho ambiental aprovadas pelo órgão ambiental.

Parágrafo único. A definição do tipo de utilização futura das cavas deve ser precedida de estudos sobre a qualidade da água e dos sedimentos existentes na cava, seguindo os padrões estabelecidos pela legislação vigente de acordo com a classe do corpo hídrico.

Art. 90. Para os empreendimentos detentores de qualquer modalidade de AA em caso de não continuidade das atividades a Requerente deverá promover ações de recuperação ambiental e estabilização da área impactada, imediatamente após a finalização das atividades, conforme disposto na legislação vigente, sendo que a não recuperação da área ensejará nas medidas legais e administrativas cabíveis.

Art. 91. Para os empreendimentos sob as modalidades de licenciamento monofásico e trifásico, a solicitação do PRAD poderá ocorrer em qualquer fase do licenciamento, desde que devidamente justificada.

§1º. Independentemente do PRAD a ser apresentado, o empreendedor deverá desenvolver os trabalhos com a aplicação das boas práticas de mineração, concomitantemente ao desenvolvimento da atividade minerária.

§2º. Quando do encerramento das atividades de extração mineral, seja por exaustão da jazida ou sua paralisação definitiva, é obrigatória a apresentação do PRAD, seguindo as diretrizes deste CAPÍTULO.

CAPÍTULO XIII
ORIENTAÇÃO DE ANÁLISE PARA EMISSÃO DE LICENÇAS DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS

Seção I
Quanto à Emissão de Licenças Ambientais

Art. 92. Em todas as modalidades de licenças ambientais deverão constar obrigatoriamente as seguintes informações:
I - o(s) número(s) do(s) direito(s) minerário(s) outorgados pela ANM;
II - a(s) substância(s) a ser(em) explorada(s), objeto do licenciamento;
III - as coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000, das frentes de lavra licenciada; áreas de deposição controlada de estéril; áreas de deposição do minério e trechos dos rios a serem dragados; além de outros elementos relevantes e merecedores de uma adequada identificação;
IV - o(s) município(s) onde encontra-se inserido o empreendimento e aquele(s) abrangido(s) pelo direito minerário;
V - a indicação de que o licenciamento ambiental diz respeito aos aspectos ambientais do empreendimento, sendo que para o aproveitamento dos bens

minerais deverão ser seguidas as diretrizes estabelecidas pela ANM.

Art. 93. A Licença Ambiental para empreendimentos minerários licencia somente as atividades aprovadas no plano de controle ambiental-PCA aprovado, considerando a sua localização dentro do Direito Minerário informado.
Art. 94. O órgão ambiental providenciará publicação resumida em meio eletrônico de comunicação, mantido por ele, dos requerimentos de licenciamento ambiental e das expedições de licença, em qualquer de suas modalidades, incluindo os requerimentos de Autorização Florestal e Autorização Ambiental.

Art. 95. Quando da emissão da LP, deverá constar que ela se limita às questões ambientais do empreendimento, com condicionante informando que o empreendedor deverá obter junto ao proprietário do imóvel, a anuência para o objeto da licença ambiental.

Seção II
Quanto às Especificidades da Licença Ambiental Simplificada (LAS)

Art. 96. Quando da emissão da Licença Ambiental Simplificada-LAS deverá constar no corpo da licença que ela autoriza a instalação e operação do empreendimento.

Art. 97. Deverá constar nas condicionantes da LAS, quando aplicável, em decorrência das características do empreendimento e do Decreto n.º 9.957 de janeiro de 2014, a obrigatoriedade de o empreendedor obter a Portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos.

Art. 98. A Licença Ambiental Simplificada-LAS para extração mineral através de Guia de Utilização, deixará de ter validade caso seja emitida, pela ANM, a Portaria de Lavra do empreendimento.

§1º. Quando da emissão da LAS, para extração mineral através de Guia de Utilização, deverá constar, como um dos requisitos de licenciamento, a indicação de que ela é específica para as atividades a serem desenvolvidas através da referida Guia, atendendo às suas especificações.

§2º. A LAS específica para a extração mineral através de Guia de Utilização, poderá ser emitida concomitantemente ao processo de solicitação de licenciamento ambiental trifásico para o empreendimento.

§3º. A Requerente deverá apresentar a Guia de Utilização publicada pela ANM em até 06 (seis) meses após a emissão da licença.

Art. 99. A Licença Ambiental Simplificada-LAS para extração mineral de empreendimentos de porte médio, desenvolvidos por órgãos públicos no regime de registro de extração deverá constar nos requisitos de licenciamento que a extração somente poderá ser iniciada após a emissão do Registro de Extração pela ANM, devendo a Requerente comunicar o Instituto da publicação do Registro, apensando o mesmo ao processo, e indicando o início das atividades minerárias.

Art. 100. Nos casos de necessidade de supressão florestal para a emissão da LAS, em todas as modalidades, estará condicionada à obtenção, por parte da Requerente, da autorização florestal emitida pelo SINAFLOR.

Seção III
Quanto às Especificidades da Licença Ambiental de Operação

Art. 101. O Escritório Regional que emitiu o licenciamento ambiental original é o responsável pelo licenciamento ambiental da ampliação do empreendimento, ainda que a área de abrangência corresponda à de outro Escritório Regional.

Art. 102. A emissão da LO ou LAS do empreendimento fica condicionada à implantação das atividades na área licenciada, conforme prevista no Plano de Controle Ambiental.

Art. 103. Para o empreendimento não implantado, porém com Licença de Operação vigente, a renovação da Licença de Operação poderá ocorrer com prazo máximo de validade de dois anos.
§1º. Na Licença de Operação do empreendimento descrito no caput do presente artigo, deverá constar condicionante informando que a Licença de Operação se refere somente à manutenção do direito minerário.

§2º. Para o início das atividades, o empreendedor deverá apresentar previamente os documentos relacionados no **Art. 43** da presente Instrução Normativa, juntamente com o plano de controle ambiental-PCA atualizado para área, sujeitos a avaliação do Instituto Água e Terra.

§3º. O empreendimento ficará sujeito a uma nova análise de viabilidade locacional, considerando todos as restrições ambientais existentes na área do empreendimento;

§4º. Caso não haja a possibilidade de continuidade do licenciamento nas áreas previamente autorizadas, devido à inexistência de viabilidade locacional em decorrência do prazo entre a LP e a renovação da LO solicitada, deverá ser requerida a Licença Prévia para a nova área.

Seção IV
Quanto ao Direitos Minerários e Suas Informações na ANM

Art. 104. No licenciamento ambiental das atividades minerárias, as informações referentes os direitos minerários indicados deverão ser consultados no banco de dados da ANM https://sistemas.anm.gov.br/SCM/Extra/site/admin/dadosProcesso.aspx, constatando se encontram-se ativos e considerando as recomendações do ANEXO III desta Instrução Normativa.

Art. 105. O técnico licenciador poderá acessar o site da Agência Nacional de Mineração, para fins de conferência e complementação das informações, além de instruir o protocolo do licenciamento ambiental com documentos tais como fichas, mapas e formulários.

Seção V
Quanto à Alteração de Razão Social ou de Titularidade das Licenças Ambientais

Art. 106. Para a solicitação de alteração de razão social da Licença Ambiental vigente ou dos estatutos da empresa ou empreendimento deverão ser seguidas as diretrizes dispostas no Decreto Estadual n°9.541/2025 o qual regulamentou a Lei Estadual n° 22.252/2024.

Seção VI
Quanto ao Desenvolvimento de Empreendimentos Minerários em Área de Preservação Permanente

Art. 107. O Licenciamento Ambiental para empreendimento inserido em Área de Preservação Permanente deverá atender o estabelecido no art. 8º da Lei n.º 12.651/2012, combinado com o art. 3º, inciso VIII, “b” ou inciso IX, “f” do diploma legal.

Parágrafo único. Para os empreendimentos que se enquadrarem no disposto no caput desse artigo, somente serão licenciados com a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental-EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental-RIMA (EIA/RIMA), conforme estipulado no Art.7º da Resolução CONAMA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

n.º 369/2006.

Art. 108. A Infraestrutura de apoio para as atividades minerarias devem estar localizadas fora da Área de Preservação Permanente-APP pois o conceito de rigidez locacional, utilidade pública e interesse social não se aplicam a essas estruturas.

Parágrafo único. Entende-se como Infraestrutura de apoio para as atividades, minerarias: as plantas de beneficiamento, a área de depósito controlado de estéril ou de rejeitos, as oficinas, a cancha de recebimento de minério, dentre outros.

Art. 109. O órgão ambiental estadual poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente para a instalação de infraestrutura de apoio somente nos casos em que for demonstrada a falta de alternativa técnica locacional, considerando áreas já antropizadas ou descaracterizadas e a comprovação da reversibilidade total dos impactos a serem gerados na área.

Art. 110. Não será licenciado pelo órgão ambiental, o empreendimento com extração mineral em cursos d'água, perenes ou intermitentes, cujas dimensões não possibilitem a extração sem que haja a intervenção em suas margens.

Seção VII
Quanto ao Desenvolvimento de Empreendimentos Minerários em Reserva Legal

Art. 111. O Licenciamento Ambiental em Reserva Legal somente será licenciado em caso de utilidade pública e quando passível de realocação, conforme legislação vigente, devendo prosseguir com a modalidade de licenciamento prevista nesta Instrução Normativa na qual o empreendimento se enquadrar.

Seção VIII
Quanto aos Empreendimentos de Dragagem em Leito de Rio

Art. 112. No caso de dragagem em rios de divisa de estados, o empreendimento somente poderá ser licenciado pelo órgão estadual responsável, por meio de delegação específica do IBAMA.

Art. 113. Para os casos de empreendimentos de dragagem de areia apresentando mais de um direito minerário, contíguos, deverá ser licenciado somente um porto para o recebimento do minério dragado, sendo que em caso de necessidade de novas áreas de deposição essas deverão ser devidamente justificadas.

Seção IX
Quanto à Espeleologia

Art. 114. Para os empreendimentos inseridos em área de muito alto e alto potencial espeleológico conforme Mapa Brasileiro de Potencialidade de Ocorrências de Cavernas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio, e/ou estejam inseridos dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana (Decreto Estadual n.º 1.231, de 27/03/1992), deverão apresentar Estudo de Prospecção Espeleológica, apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO XI da presente Instrução Normativa.

§1º. Para os empreendimentos localizados em áreas de médio, baixo ou improvável potencial espeleológico, conforme definido no Mapa Brasileiro de Potencialidade de Ocorrências de Cavernas do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio, e que tenham identificado a presença de cavidades cadastradas ou não dentro da sua Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID) deverão apresentar Estudo de Prospecção Espeleológica apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO XI.

§2º. Caso sejam identificadas, na fase de prospecção espeleológica, cavidades dentro da Área Diretamente Afetada (ADA) e da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento que possam ser afetadas pelo desenvolvimento da atividade, deverá ser readequado o projeto do empreendimento, visando a mitigação dos impactos e o desenvolvimento da atividade em consonância com as características das cavidades encontradas, podendo ser solicitado o Estudo de Definição de Grau de Relevância e da Área de Influência das cavidades naturais conforme as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente n.º 02/2017 e Decreto Federal n.º 6.640/08.

Art. 115. É proibida a intervenção que possa gerar impactos negativos irreversíveis em cavidades naturais subterrâneas ou patrimônio espeleológico, sendo que para sua geração deverá ser atendida a legislação vigente.

Art. 116. No caso de serem identificadas cavidades nos limites da Área Diretamente Afetada (ADA) e da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, o processo de licenciamento ambiental deverá ser remetido à Câmara Técnica de Cavernas (CTCAVE), ou outra que venha a substituí-la, para avaliação, sem prejuízo da continuidade da operação de empreendimentos já licenciados.

Art. 117. A prospecção espeleológica ou outros estudos de cunho espeleológicos, poderão ser solicitados em qualquer fase do licenciamento minerário, desde que devidamente justificada.

Seção X
Quanto à Ocupação do Entorno

Art. 118. O órgão ambiental poderá requerer a Avaliação de Impacto de Vizinhança-AIV, conforme Termo de Referência do ANEXO X, quando constatado a presença de ocupação consolidada no entorno da área do empreendimento e que possa vir a ser impactada.

Seção XI
Quanto aos Resíduos Sólidos e Rejeitos

Art. 119. Os resíduos classificados como perigosos e não-inertes, de acordo com a ABNT/NBR 10.004:2004 e suas atualizações, deverão ser armazenados em local coberto e impermeabilizado, de forma a não permitir contaminação do solo e da água e nem a degradação do próprio resíduo.

Art. 120. Deverá ser elaborado, implementado e mantido atualizado um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, descrevendo as ações relativas ao manejo de resíduos sólidos, contemplando os aspectos referentes a sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Seção XII
Quanto às Emissões Atmosféricas

Art. 121. Para os empreendimentos com planta de beneficiamento físico ou outras fontes de particulado, conforme definido por esta Instrução Normativa, poderá ser solicitado o plano de monitoramento de emissões atmosféricas de particulados.

Parágrafo único. Somente serão aceitos laudos de análise de emissão de particulados (Partículas Totais em Suspensão e Material Particulado Total), para fins de monitoramento da qualidade do ar, emitidos por laboratórios devidamente cadastrados e credenciados no CCL do Instituto Água e Terra, conforme preconizado na Resolução CEMA n.º 100/2017, ou outra que venha a substituí-la, devendo os laboratórios terem acreditação para as análises de interesse.

Seção XIII
Quanto ao Gerenciamento de Riscos e Segurança

Art. 122. Deverá ser elaborado, implementado e mantido atualizado o Plano de Emergência que inclua, no mínimo, a identificação dos riscos maiores do empreendimento; as normas de procedimentos para operações em caso de incêndios, inundações, explosões, desabamentos, naufrágios, e outras situações de emergência; a localização de equipamentos e materiais necessários para as operações de emergência e prestação de primeiros socorros; a descrição da composição e os procedimentos de operação de brigadas de emergência; o treinamento periódico das brigadas de emergência; a simulação periódica de situações de salvamento com a mobilização do contingente da mina diretamente afetado pelo evento; a definição de áreas e instalações devidamente construídas e equipadas para refúgio das pessoas e prestação de primeiros socorros; a definição de sistema de comunicação e sinalização de emergência, abrangendo o ambiente interno e externo e a articulação da empresa com órgãos da defesa civil.

Art. 123. As demais orientações técnicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e segurança deverão ser consideradas as recomendações do ANEXO III desta Instrução normativa.

Seção XIV
Quanto ao Rebaixamento do Nível Freático

Art. 124. Quando da necessidade do rebaixamento do nível freático para a execução da atividade de extração, deverá ser apresentado estudo específico apresentado conforme Termo de Referência do ANEXO XII, sujeito a avaliação deste órgão ambiental.

Parágrafo único. Poderá ser solicitada a execução de monitoramento quantitativo e qualitativo das águas superficiais e subterrâneas, quando devidamente justificado pelo corpo técnico, de forma a se obter dados sobre o comportamento das águas com relação à contaminação e/ou rebaixamento do lençol freático.

Seção XV
Quanto à Infraestrutura de Apoio

Art. 125. Quando o empreendimento utilizar tanque aéreo de combustíveis para abastecimento de veículos e máquinas, o mesmo deverá ser instalado de acordo com os padrões estabelecidos na NBR 17.505/2015 ou outra que vier a substituí-la, devendo tal exigência constar nas condicionantes do licenciamento.

§1º.O(s) tanque(s) de combustível aéreo(s) deve(m) ser dotado(s) de cobertura, bacia de contenção com dispositivo de saída que contenha registro para controle da vazão do efluente e piso impermeável nas áreas de abastecimento e troca de óleo com canaletas de drenagem ligadas ao sistema separador de água e óleo.

§2º. Para tanque(s) aéreo(s) com capacidade superior a 15m³ (15.000 L), ou em caso de instalação de tanque(s) subterrâneo(s), deverá ser solicitado licença ambiental conforme Instrução Normativa específica.

Art. 126. Para os empreendimentos que contarem com infraestruturas de apoio como oficina, tanque(s) de combustível, bombas, filtro de óleo diesel, pista de abastecimento, área de troca de óleo, área de lavagem de veículos, armazenamento de galões de óleo ou outros materiais de caráter contaminante, sistema de contenção, dentre outros, deverá ser instalada Caixa(s) Separadora(s) de Água e Óleo-CSAO, conforme as normas previstas e legislação vigente.

§1º. Para os empreendimentos com Caixa(s) Separadora(s) de Água e Óleo-CSAO instalada(s) deverá ser apresentado um plano para o seu monitoramento, com a limpeza da(s) mesma(s) devendo seguir periodicidade estabelecida no plano aprovado por este Instituto.

§2º. O efluente lançado deverá ter a mesma qualidade prevista para a classe do corpo hídrico receptor, conforme definido pela legislação vigente.

Art. 127. Os ruídos e níveis de pressão sonora decorrentes da atividade licenciada deverão estar em conformidade com os valores preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990 e demais legislações municipais.

Parágrafo único. O Instituto Água e Terra poderá solicitar a qualquer momento do licenciamento o Relatório de Monitoramento de Ruído em conformidade com a ABNT NBR n.º 10.151, na periodicidade a ser determinada pelo órgão ambiental, podendo o monitoramento acústico ser condicionado nas licenças ambientais a serem emitidas.

Art. 128. Os processos de beneficiamento que acarretem alterações de ordem química, resultantes da decomposição térmica ou mesmo de reações típicas geradas pela presença do calor, não serão contemplados por esta Instrução Normativa e deverão ser licenciados em procedimento industrial próprio.

Seção XVI
Quanto ao Lançamento de Efluentes

Art. 129. Para os empreendimentos que fizerem o lançamento de efluente, bem como aqueles que desenvolvem extração mineral em cavas ou de areia através de dragagem, deverá ser apresentado o plano de monitoramento de qualidade da água a ser desenvolvido durante a operação do empreendimento.

Art. 130. O plano de monitoramento de qualidade da água deverá contemplar: análises físico-químicas, a serem realizadas nos pontos de saída do efluente, nos pontos a montante e a jusante desse ou da área de mineração/empreendimento, certificando que tenha a mesma qualidade prevista para a classe do corpo hídrico receptor.

Parágrafo único. As análises deverão contemplar, no mínimo, os seguintes parâmetros: pH, turbidez, sólidos totais (fixos e voláteis), sólidos totais dissolvidos, óleos e graxas e alumínio dissolvido. Os pontos de coleta devem ser indicados em planta/MAPA assim como suas coordenadas UTM.

Art. 131. Para o lançamento de efluentes, direta ou indiretamente, em corpos hídricos superficiais utilizados ou potencialmente identificados como mananciais de abastecimento público é obrigatória a apresentação do plano de monitoramento de qualidade da água na fase de LI, junto com o PCA.

Seção XVII
Quanto ao Laudos Analíticos e Monitoramento de Água e Solo

Art. 132. Somente serão aceitos laudos de análise de água e solo, para fins de monitoramento dos parâmetros físico-químicos, emitidos por laboratórios devidamente cadastrados e credenciados no CCL do Instituto Água e Terra, conforme preconizado na Resolução CEMA n.º 100/2017, ou outra que venha a substituí-la, devendo os laboratórios terem acreditação para as análises das substâncias químicas de interesse.

Parágrafo único. Caso as amostragens para fins dos ensaios laboratoriais não sejam realizadas por técnicos do laboratório executante do ensaio ou por organizações que possuem equipamentos para medições ambientais, ele deverá apresentar o formulário da cadeia de custódia da amostra, seguindo as disposições do Art. 15 da Resolução CEMA n.º 100/2017, ou outra que venha a substituí-la e do seu ANEXO III.

Seção XVIII
Quanto ao Aspectos Locacionais de Empreendimentos Minerários

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 133. A implantação de empreendimentos minerários quanto à localização, deverá considerar os critérios locacionais dispostos no ANEXO II desta Instrução Normativa, considerando o peso desses critérios na avaliação do licenciamento ambiental.

Art. 134. Quando o empreendimento se situar no interior ou nas Zonas de Amortecimento de Unidades de Conservação Estaduais, o procedimento de licenciamento prévio deverá, obrigatoriamente, ser remetido à Diretoria competente do órgão ambiental para manifestação.

Art. 135. Quando o empreendimento estiver inserido em Unidades de Conservação Federais ou em Zonas de Amortecimento, o protocolo de solicitação de Licença Prévia deverá ser instruído com a manifestação do ICMBio, requerida pelo órgão ambiental licenciador, nos termos dos arts. 125 e 126 do Decreto Estadual n.º 9.541/2025 ou outro diploma legal que vier a substituir.

Art. 136. No caso da existência, no entorno do empreendimento minerário em licenciamento, de fontes de águas minerais ou potáveis de mesa, em fase de Concessão de Lavra junto à ANM, captadas através de poços ou fontes e nascentes naturais, estas, incluindo as suas áreas de proteção, deverão ser devidamente consideradas nos estudos a serem apresentados.

Seção XIX
Quanto ao Aproveitamento de Água Mineral, Potável de Mesa, Termal e de Água para Fins Balneários

Art. 137. Para aproveitamento de água mineral, potável de mesa, termal e de água para fins balneários, o empreendimento deverá ser licenciado em procedimento de licenciamento ambiental específico, de acordo com suas características (industrial, hoteleiro, lazer, comercial e de serviços, outros), não sendo objeto da presente Instrução Normativa.

CAPÍTULO XIV
ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 138. Os aspectos técnicos referentes aos empreendimentos minerários estão dispostos no ANEXO III desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Os aspectos técnicos sempre deverão ser consultados antes da análise dos protocolos de licenciamento ambiental e da emissão das licenças de empreendimentos minerários.

CAPÍTULO XV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 139. Quando da necessidade da manifestação de órgãos intervenientes externos ao órgão licenciador, tais como FUNAI, INCRA, IPHAN, ICMBio, CEPHA, DNIT, DER, AMEP, entre outros, será seguido o procedimento conforme estabelecido no Decreto Estadual n.º 9.541/2025.

Art. 140. Caso seja constatada e comprovada alguma irregularidade intencional do responsável técnico pela elaboração de um ou mais estudos previstos nesta Instrução Normativa, ou apresentar no procedimento de licenciamento, estudo, laudo ou relatório ambiental, total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, será formulada uma denúncia ao respectivo Conselho de Classe para as devidas providências, sendo automaticamente suspenso o trâmite do procedimento de licenciamento ambiental até os devidos esclarecimentos, sem prejuízo das apurações de responsabilidade civil e criminal;

Parágrafo único. Considera-se irregularidade intencional a omissão e/ou distorção de dados relevantes ao licenciamento, inclusive mapas e croquis, que venham a ser identificados pelos técnicos do órgão ambiental licenciador, após análise e vistoria.

Art. 141. Os casos omissos ou situações não previstas nesta Instrução Normativa serão analisados pelo Instituto Água e Terra-IAT e enquadrados na legislação ambiental vigente conforme as características particulares de cada empreendimento.

Art. 142. Esta Instrução Normativa se aplica aos procedimentos de licenciamento ambientais protocolados junto ao órgão licenciador a partir da data de sua publicação.

Art. 143. Qualquer modalidade de licença ambiental somente será emitida, após o atendimento integral dos dispositivos que compõem a respectiva seção.

Art. 144. Todos os estudos ambientais deverão ter obrigatoriamente um responsável técnico pelas informações do meio físico e outro pelas do meio biótico acompanhado das suas respectivas anotações de responsabilidade técnica-ART.

Art. 145. Constatada a existência de pendência judicial envolvendo o empreendedor, o empreendimento ou o imóvel, a decisão administrativa sobre a eventual suspensão do licenciamento será precedida de manifestação jurídica do órgão licenciador competente no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 146. Esta Instrução Normativa deverá ser reavaliada a cada 05 (cinco) anos ou a qualquer tempo, quando o órgão ambiental considerar necessário.

Art. 147. O não cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa sujeitará os infratores às sanções previstas nas Leis Federais n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981, n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, Decreto Federal 6.514 de 06 de julho de 2008 e demais instrumentos normativos pertinentes, sem prejuízo do dever de recuperar os danos ambientais causados, na forma do Art. 225, §3º, da Constituição Federal, e do Art. 14, § 1°, da Lei Federal n. 6.938, de 1981.

Art. 148. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, **tornando sem efeito a Instrução Normativa nº 43, de 29 de abril de 2025, publicada no DIOE nº 11894, de 05 de maio de 2025.**

Republique-se e registre-se.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXO I	MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ANEXO II	CRITÉRIOS LOCACIONAIS DE ENQUADRAMENTO
ANEXO III	ASPECTOS E RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS
ANEXO IV	TERMO DE REFERÊNCIA LAUDO FLORESTAL
ANEXOV	TERMO DE REFERÊNCIA MEMORIAL DE ATIVIDADES DE PESQUISA MINERAL (MAPM)

ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXOVI	TERMO DE REFERÊNCIA RELATÓRIO AMBIENTAL PRÉVIO (RAP)
ANEXOVII	TERMO DE REFERÊNCIA PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL SIMPLIFICADO (PCAS)
ANEXOVIII	TERMO DE REFERÊNCIA PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL (PCA)
ANEXO IX	TERMO DE REFERÊNCIA RELATÓRIO DE ATIVIDADES (RA)
ANEXO X	TERMO DE REFERÊNCIA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (AIV)
ANEXO XI	TERMO DE REFERÊNCIA ESTUDO DE PROSPECÇÃO ESPELEOLÓGICA (EPE)
ANEXO XII	TERMO DE REFERÊNCIA AVALIAÇÃO DE REBAIXAMENTO DO NÍVEL DE ÁGUA PRÉVIO (ARNAP)
ANEXO XIII	TERMO DE REFERÊNCIA PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (PRAD)
ANEXO XIV	DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS
ANEXO XV	TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE ATIVIDADES
ANEXO XVI	LINKS

ANEXO I

MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
NOME DO MUNICÍPIO

Declaramos ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA, que o empreendimento abaixo descrito está localizado neste Município e que o local, o tipo de empreendimento e atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo (no do diploma legal pertinente: plano diretor ou lei de uso e ocupação de solo), bem como, atende às demais exigências legais e administrativas relacionadas ao Município.

EMPREENDEDOR	
CPF/CNPJ	
ATIVIDADE	
LOCALIZAÇÃO	
LEGISLAÇÃO N.º	
ZONA/MACROZONA	
PERÍMETRO URBANO/ZONA RURAL	
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE (PERMITIDA/PERMISSÍVEL)	

Local e Data.

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal ou do Secretário de área.

ANEXO II

CRITÉRIOS LOCACIONAIS	PESO
Localização prevista em Unidade de Conservação de Proteção Integral, nas hipóteses previstas em Lei	2
Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica “extrema” ou “especial”, exceto árvores isoladas	2
Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas	1
Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas.	1
Localização prevista em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, exceto APA	1
Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas	1
Localização prevista em Corredor Ecológico formalmente instituído, conforme previsão legal	1
Localização prevista em áreas designadas como Sítios Ramsar	2
Localização prevista em área de drenagem a montante de trecho de curso d’água enquadrado em classe especial	1
Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos.	1
Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio	1

ANEXO III

ASPECTOS E RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

Para todos os empreendimentos minerários, em todas as modalidades de licenças ambientais, seguem as seguintes recomendações:
1.No licenciamento ambiental das atividades minerárias, os direitos minerários indicados deverão ser consultados no banco de dados da ANM (https://sistemas.anm.gov.br/SCM/Extra/site/admin/dadosProcesso.aspx), constatando se encontram-se ativos.
Estando ativos os direitos minerários, a emissão da licença ambiental deverá estar condicionada aos seguintes eventos:

Fase do Direito Minerário	Licenciamento Ambiental
Requerimento de Autorização de Pesquisa	A licença ambiental não poderá ser emitida. Não existe a autorização para o desenvolvimento de qualquer atividade nos limites do direito minerário.
Autorização de Pesquisa	A licença ambiental poderá ser emitida. No caso de solicitação de LAS para extração mineral com Guia de Utilização, deverá constar na

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	descrição dos eventos a sua solicitação junto à ANM.
Direito de Requerer a Lavra	A licença ambiental poderá ser emitida. No caso de solicitação de LAS para extração mineral com Guia de Utilização, deverá constar na descrição dos eventos a sua solicitação junto à ANM.
Requerimento de Lavra	A licença ambiental poderá ser emitida. No caso de solicitação de LAS para extração mineral com Guia de Utilização, deverá constar na descrição dos eventos a sua solicitação junto à ANM.
Requerimento de Licenciamento	A licença ambiental poderá ser emitida. O Licenciamento é emitido pela ANM somente após a apresentação da licença ambiental. Deverá ser requerida a apresentação de uma Declaração de Prioridade emitida pela ANM.
Requerimento de Registro de Extração	A licença ambiental poderá ser emitida. O Registro de Extração é emitido pela ANM somente após a apresentação da licença ambiental. Deverá ser requerida a apresentação de uma Declaração de Prioridade emitida pela ANM.
Requerimento de Permissão de Lavra Garimpeira	A licença ambiental poderá ser emitida. A Permissão de Lavra Garimpeira é emitida pela ANM somente após a apresentação da licença ambiental. Deverá ser requerida a apresentação de uma Declaração de Prioridade emitida pela ANM.

2. A Licença Ambiental é concedida para a frente de lavra indicada nos estudos ambientais (coordenadas UTM, DATUM SIRGAS 2000), bem como para o pit final de lavra aprovado. A Licença Ambiental não é válida para todo o direito minerário, portanto, caso o empreendedor pretenda abrir uma frente de lavra em local diferente do indicado em CEM e nos estudos ambientais, deverá ser solicitada uma Licença Ambiental de Ampliação do empreendimento ou, quando da Renovação da Licença Ambiental, indicar nos estudos ambientais as novas coordenadas das frentes extrativas.
3. O titular do direito minerário deverá ser o responsável pela extração do material, não podendo repassar a terceiros a responsabilidade pela operação da mina, conforme Constituição Federal (1988), Artigo 176 “As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra. § 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente”.

3.1. Ressalta-se que as atividades de desmonte de rochas com o uso de explosivos podem ser terceirizadas e devem ser realizadas por empresas devidamente habilitadas pelo Exército Brasileiro.

4. No caso de alteração de titularidade do licenciamento ambiental, a nova licença ambiental a ser emitida estará condicionada à solicitação, junto à ANM, do Arrendamento Total ou Parcial ou a Cessão Total ou Parcial do direito minerário em questão, não devendo ser aceitos contratos particulares entre as empresas.

4.1.Diferentemente da Cessão Total ou Parcial, que é definitiva, o Arrendamento do direito minerário é temporário, portanto, após o seu vencimento, caso existam passivos ambientais na área arrendada, os mesmos serão considerados como de responsabilidade da empresa arrendatária, podendo a empresa arrendante responder solidariamente. Após o vencimento do Arrendamento Parcial, as áreas de lavra e demais infraestruturas deverão ser novamente incluídas na licença vigente da arrendante, devendo ser solicitada a ampliação do empreendimento com a readequação do PCA. Nos casos de Arrendamento Total, deverá ser solicitada a mudança de titularidade para a Licença emitida, seguindo as disposições do Decreto regulamentador da Lei N°22252, de 12 de dezembro de 2024, devendo a nova licença ter a mesma validade do arrendamento da Agência Nacional de Mineração, desde que respeitados os prazos máximos de validade dispostos nesta Instrução Normativa.

5. A Licença Ambiental Simplificada emitida para Pesquisa Mineral com Guia de Utilização deverá constar como um dos Requisitos de Licenciamento a indicação de que ela autoriza a extração do volume máximo de minério indicado na Guia de Utilização e durante o seu prazo de validade.
6. Nas solicitações de licenciamento ambiental onde encontre-se prevista a supressão de vegetação, deverá ser verificada se a área ser lavrada corresponde àquela indicada junto ao SINAFLOR e se a solicitação de supressão de vegetação é para o Uso Alternativo do Solo, não podendo ser para o manejo de espécies, uma vez que a lavra consiste na retirada da vegetação e do material mineral.
7. As informações contidas no Cadastro de Empreendimentos Minerários-CEM devem ser condizentes com aquelas apresentadas nos estudos ambientais.

7.1.Deverá ser aceita somente a versão atualizada do CEM, disponível no site do IAT (Licenciamento -> Licenciamento de atividades específicas -> empreendimentos minerários).

8. Quando a dragagem do minério em rios de divisa estadual se desenvolver em direitos minerários inseridos em mais de um estado, o licenciamento deverá ser conduzido pelo IBAMA, sendo que, caso as instalações para recebimento do minério dragado estejam localizadas no estado do Paraná, a Requerente poderá solicitar ao IBAMA a delegação para que o licenciamento ambiental seja conduzido pelo IAT.

Para empreendimentos minerários através de dragagem em leito ativo de cursos d'água, deverão ser consideradas as seguintes orientações:
1. A dragagem do minério deverá se restringir ao leito do rio, nos limites da área autorizada pela ANM e nos trechos devidamente autorizados pelo IAT.
2. A extração do minério no leito do rio somente poderá se processar no seu terço central.
3. A distância mínima das margens poderá ser inferior àquela especificada no item anterior, desde que sejam apresentados, anualmente, estudos de estabilidade geotécnica das margens e levantamento batimétrico da calha do trecho licenciado.
4. É terminantemente proibida a dragagem das margens de ilhas fluviais, com exceção daquelas formadas a partir de cheias do rio, devendo o projeto de dragagem ser previamente aprovado pelo órgão licenciador.
5. As dragas de extração deverão ser devidamente identificadas com o nome do empreendedor, em local visível.
6. Deverão ser identificados os trechos licenciados do rio, através de marcos cravados na margem ou outras formas de identificação e de fácil visualização.
7. Fica estabelecido que as dragas não poderão operar a uma distância abaixo de 200 metros de pilares de sustentação de pontes.
8. O ponto de atracação das dragas, para descarga do minério, deverá contar com medidas que garantam a estabilidade das margens do rio.
9. A área de descarga do minério e estocagem do material, bem como as bacias de decantação e infraestrutura de apoio, deverá estar localizada fora de Área de Preservação Permanente e Reserva Legal da propriedade.
10. O abastecimento de combustível, assim como a troca de óleo lubrificante das dragas e embarcações de apoio, deverá ser realizado no ponto de descarga do minério, às margens do curso d'água, devendo o produto ser transportado em tambores fechados, com as devidas precauções, de maneira a impedir o seu derramamento.
11. Deverá ser utilizado para acesso à margem do rio, preferencialmente locais já existentes e/ou alterados ou ainda desprovidos de vegetação significativa; tal acesso deverá possuir uma largura máxima equivalente à largura da draga de extração, acrescida em 20%, devendo ser delimitado através de cercamento e adequadamente recuperado ao término das atividades.
12. No caso de necessidade de implantação de acesso à margem do rio, interceptando Área de Preservação Permanente, este deverá ser único e atendendo as restrições acima, devendo a remoção da cobertura vegetal ser motivo de Autorização Florestal específica autorizada pela mesma equipe que analisa o licenciamento mineral.
13. As águas utilizadas no processo deverão ser direcionadas até bacias de decantação, que garantam a retenção dos sedimentos carreados.
14. As bacias de decantação deverão ser devidamente monitoradas, com limpeza periódica que garanta a sua eficiência.
15. O retorno das águas ao leito do rio deverá ser feito de forma adequada, de modo a evitar a formação de processos erosivos nas suas margens, com ela devendo apresentar características físico-químicas que não comprometam a qualidade do corpo receptor.

Para empreendimentos minerários de extração de cascalho (cascalho, cascalho silicoso, seixos e seixos rolados) em leito ativo de rio, deverão ser consideradas as seguintes orientações:
1. A extração do material não poderá ser realizada nos períodos de cheia do rio.
2. A extração do material deverá manter uma distância mínima de 2 (dois) metros das margens do rio e a profundidade compatível com a estabilidade geotécnica do material a ser extraído.
3. Os equipamentos utilizados na operação deverão apresentar perfeito estado de funcionamento e conservação, evitando qualquer tipo de vazamento ou lançamento de produto potencialmente contaminante no corpo hídrico.
4. O depósito do material extraído deverá localizar-se fora da Área de Preservação Permanente do curso d’água e da Reserva Legal da propriedade.

5. Deverá ser utilizado para acesso à margem do rio, preferencialmente locais já existentes e/ou alterados ou ainda desprovidos de vegetação significativa; tal acesso deverá possuir uma largura máxima equivalente à largura dos equipamentos de extração, acrescida em 20%, devendo ser delimitado através de cercamento e adequadamente recuperado ao término das atividades.
6. No caso de necessidade de implantação de acesso à margem do rio, interceptando área de preservação permanente, este deverá atender as restrições acima, devendo a remoção da cobertura vegetal ser motivo de Autorização Florestal específica autorizada pela mesma equipe que analisa o licenciamento mineral.
7. Fica estabelecido que a extração não poderá ocorrer a uma distância abaixo de 200 metros de pilares de sustentação de pontes.
8. Deverão ser identificados os trechos licenciados do rio, através de marcos cravados na margem ou outras formas de identificação e de fácil visualização.

Para empreendimentos minerários de extração de areia e argila em cavas em ambiente de várzea, deverão ser consideradas as seguintes orientações:
1. A extração deverá ser realizada em cavas, com cada uma delas devendo possuir uma superfície areal de no máximo 4,0 (quatro) hectares.
2. As cavas a serem abertas deverão ser delimitadas, através de marcos cravados no solo ou outras formas de identificação de fácil visualização.
3. No período de desenvolvimento de uma nova cava deverão ser implementadas ações de recuperação daquela anteriormente lavrada.
4. A extração e o beneficiamento deverão ser realizados em circuito fechado, impedindo o aporte das águas utilizadas no processo nos cursos d'água.
5. Quando necessário o descarte do excesso de água, ela deverá ter qualidade compatível com o corpo receptor, comprovada através de análises físico-químicas.
6. A remoção do capeamento deverá ser realizada concomitantemente com o avanço da lavra, de modo a minimizar a erosão do terreno.
7. As Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal deverão ser delimitadas, com a recuperação daquelas porções impactadas através do plantio de espécies florestais nativas típicas da região, sendo vedada a sua interferência quando do desenvolvimento das cavas, bem como pela infraestrutura de apoio e acessos a serem implantados.
8. A declividade dos taludes deverá ser definida em função das características geotécnicas do material, de maneira a garantir a sua estabilidade.
9. As áreas marginais das cavas deverão apresentar uma diminuição gradual de sua profundidade, de modo a garantir a estabilidade dos taludes formados.
10. Deverá ser mantida uma distância de no mínimo 5 (cinco) metros entre as cavas de extração e os limites do empreendimento, sendo que, no que diz respeito à cobertura florestal, tal limite deverá ser fixado por ocasião do licenciamento do empreendimento, de acordo com as condições locais, distância a ser definida nos estudos a serem apresentados.
11. Deverá ser mantida uma distância mínima de 5 (cinco) metros entre as cavas (patamares de topo), seja com a formação de cordões separadores com material de rejeito (quando disponível), ou de forma natural, garantindo a estabilidade das bordas da escavação, acesso e deslocamento.
12. A área utilizada para a lavagem e deposição da areia e os acessos abertos deverão, obrigatoriamente, ser recuperados ao término das atividades.
13. O entorno das cavas deverá ser revegetado com espécies nativas da região do empreendimento.
14. A definição do tipo de utilização futura das cavas deve ser precedida de estudos sobre a qualidade da água e dos sedimentos existentes.

Para os demais empreendimentos minerários sem a utilização de material explosivo, deverão ser consideradas as seguintes orientações:
1. A altura das bancadas e largura das bermas deverão garantir a estabilidade geotécnica da encosta.
2. O ângulo de talude deverá ser definido em projeto, em função dos equipamentos de escavação e do material a ser escavado, de modo a garantir a estabilidade das bancadas.
3. Deverão ser implantados canais de drenagem na crista e no pé dos taludes, de modo a serem evitados os processos erosivos e de escorregamentos.
4. As águas provenientes do sistema de drenagem deverão ser direcionadas para bacias de decantação, que deverão ser limpas periodicamente para manutenção de sua eficiência.
5. Deverá ser mantida uma distância de no mínimo 5 (cinco) metros entre o pit final de lavra e os limites do empreendimento, sendo que, no que diz respeito à cobertura florestal, tal limite deverá ser fixado por ocasião do licenciamento do empreendimento, de acordo com as condições locais, distância esta a ser definida nos estudos a serem apresentados.
6. O material estéril removido deverá ser depositado de forma planejada, mantendo a estabilidade geotécnica da área.
7. Deverão ser implementadas medidas, na área de deposição de material estéril, que evitem os processos erosivos e arraste de material.
8. Não será permitida a deposição de material estéril em áreas protegidas por lei, bem como no interior de corpos ou cursos d'água e áreas de nascente.
9. Ao término dos trabalhos de lavra, toda a área de extração deverá ser adequadamente recuperada, com o pit final apresentando bancadas com alturas e inclinações dos taludes que possibilitem uma recuperação ambiental da área minerada.

Para empreendimentos minerários com a utilização de material explosivo, deverão ser consideradas as seguintes orientações:
1. A altura das bancadas e largura das bermas deverão garantir a estabilidade geotécnica do maciço rochoso.
2. O ângulo de talude deverá ser definido em projeto, em função dos equipamentos de escavação e do material a ser escavado, de modo a garantir a estabilidade das bancadas.
3. Deverão ser implantados canais de drenagem na crista e no pé dos taludes, de modo a serem evitados os processos erosivos e de escorregamentos.
4. As águas provenientes do sistema de drenagem deverão ser direcionadas para bacias de decantação, que deverão ser limpas periodicamente para manutenção de sua eficiência.
5. Deverá ser mantida uma distância de no mínimo 5 (cinco) metros entre o pit final de lavra e os limites do empreendimento, sendo que, no que diz respeito à cobertura florestal, tal limite deverá ser fixado por ocasião do licenciamento do empreendimento, de acordo com as condições locais, distância que deverá ser definida nos estudos a serem apresentados.
6. As licenças e autorizações necessárias para a utilização de material explosivo deverão ser providenciadas pelo empreendedor junto aos órgãos competentes.
7. Para minerações em áreas urbanas e/ou com a presença de restrições no seu entorno imediato, o desmonte do minério com o uso de material explosivo deverá atender ao especificado na Norma NBR 9653/2018-Guia para Avaliação dos Efeitos Provocados pelo Uso de Explosivos nas Minerações em Áreas Urbanas, ou naquela que vier a substituí-la, incluindo o controle do ultralançamento de material, a pressão acústica e as vibrações decorrentes das detonações.
8. No caso da presença de construções, infraestruturas, cavernas, aglomerados urbanos ou outras áreas identificadas pelos estudos apresentados como áreas de risco e/ou com restrições, no entorno da área do empreendimento, todo o desmonte com a utilização de material explosivo deverá ser acompanhado de monitoramento sísmico e acústico, com resultados e interpretações devendo ser consolidados em relatórios, elaborados pelo responsável técnico pelo desmonte, acompanhados de ART, a serem apresentados a cada renovação do licenciamento ambiental.
9. Não será permitida a utilização de fogachos para o desmonte secundário na área do empreendimento.
10. Empreendimento deverá contar com um sistema de informação à população, conforme estabelece a NBR 9653/2018.
11. As fontes geradoras de poeira deverão ser umidificadas, bem como todos os acessos do empreendimento.
12. Onde se fizer necessário, o empreendimento deverá contar com cortinas vegetais, para a minimização do impacto visual e a propagação de poeiras e ruídos.
13. Nos casos da presença de ocupação no entorno da área do empreendimento, que possa vir a ser impactada, a critério do órgão licenciador poderá ser solicitada a apresentação, na fase da Licença de Instalação, de uma Avaliação de Impacto de Vizinhança-AIV, apresentado conforme Termo de Referência do **ANEXO X.**
14. O material estéril removido deverá ser depositado de forma planejada, mantendo a estabilidade geotécnica da área.
15. Deverão ser implementadas medidas, na área de deposição de material estéril, que evitem os processos erosivos e arraste de material.
16. Não será permitida a deposição de material estéril em áreas protegidas por lei, bem como no interior de corpos ou cursos d'água e áreas de nascente.
17. Ao término dos trabalhos de lavra, toda a área de extração deverá ser adequadamente recuperada.

Para todos os empreendimentos minerários deverão ser consideradas as seguintes orientações:
1. Deverão ser utilizadas placas de sinalização de advertência e promovido o isolamento físico da área, para inibir o acesso de terceiros até o empreendimento, no intuito de prevenção de acidentes e possíveis danos ambientais.
2. As vias de acesso ao empreendimento, bem como aquelas internas e pátios de manobras, deverão, nos períodos de estiagem e sempre que necessário, ser umidificadas.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3. Nas pilhas de estocagem de minério deverão ser adotadas técnicas adequadas que impeçam o escoamento do material, direta ou indiretamente, em direção aos corpos d'água da região.
4. Onde se fizer necessário, o empreendimento deverá contar com cortinas vegetais, para a minimização do impacto visual e a propagação de poeiras e ruídos.
5. Nos casos de existência de oficina mecânica, rampa para lavagem e troca de óleo dos veículos e equipamentos, tanque de estocagem de combustíveis, dentre outros, deverão ser implantadas, na área do empreendimento, Caixas Separadoras de Água e Óleo (CSAO), observando o disposto na Resolução CONAMA 430 de 13 de maio de 2011 e na NBR 14063/1998.
6. Os resíduos oriundos da limpeza das Caixas Separadoras de Água e Óleo (CSAO) devem ser destinados como resíduos Classe I.
7. A área de armazenamento de combustíveis, óleos lubrificante/hidráulico e graxas deve possuir cobertura e encontrar-se devidamente sinalizada. O tanque de armazenamento de óleo diesel deve atender às normas de segurança, possuir caixa de contenção estanque e com volume superior ao produto estocado, com piso impermeável na área de abastecimento, dotado de canaletas periféricas direcionadas para Caixas Separadoras de Água e Óleo (CSAO).
8. Os restos de materiais e equipamentos considerados como inservíveis, bem como aqueles previstos de reutilização, deverão ser estocados em local adequado e protegido contra intempéries.

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA
LAUDO FLORESTAL

O Laudo Florestal deve ser apresentado no pedido da Licença Prévia, para empreendimentos imobiliários onde seja necessária a supressão de vegetação. Deverá conter informações referentes à vegetação existente no local pretendido para implantação do empreendimento, caracterizando a tipologia florestal quantitativamente e qualitativamente, definindo o estágio sucessional de acordo com a Resolução CONAMA 02/1994.

1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 Identificação do empreendedor
Nome:
Razão Social:
Endereço completo:
CNPJ e Inscrição Estadual:

1.2 Identificação da empresa ou profissional responsável pela elaboração do laudo
Razão social ou nome completo (caso profissional autônomo):
Endereço completo:
CNPJ e Inscrição Estadual (caso empresa), nome do responsável legal, nome da pessoa de contato, e-mail e número do telefone:

2. APRESENTAÇÃO
O Laudo Florestal deverá ser apresentado contendo, no mínimo, as seguintes informações:

2.1 Identificação do empreendimento;
2.2 Localização do empreendimento;
2.3 Introdução/objetivo do laudo;
2.4 Informações sobre a vegetação e biomas de ocorrência no município com dados primários;
2.5 Informação sobre qual bioma a área do empreendimento está localizada;
2.6 Metodologia utilizada no levantamento e identificação das espécies;
2.7 Descrição qualitativa da vegetação existente no local e caracterização da tipologia florestal (estágio sucessional);
2.8 Relação das espécies vegetais existentes ao longo da área total do terreno, sejam elas nativas ou exóticas (nomes populares e científicos);
2.9 Descrição quantitativa das espécies objeto da supressão, sejam elas nativas ou exóticas (nomes populares e científicos).

3. DETALHAMENTO
3.1 O quantitativo deve ser elaborado com metodologia e suficiência amostral adequadas ao tamanho da área de vegetação a ser avaliada, observados os parâmetros necessários para expressar a realidade existente no terreno.
3.2 Considerar a densidade das espécies arbóreas por medida de área, detalhes dendrométricos (altura e diâmetro na altura do peito - DAP) e estágio sucessional, especialmente os localizados nas porções atingidas pelas atividades de implantação do empreendimento, cuja supressão será pleiteada.
3.3 Apresentar estimativa do volume em metros cúbicos(m³), condição fitossanitária do material lenhoso a ser suprimido e destino a ser dado ao mesmo.
3.4 Prestar informações sobre a existência, ao longo da área total do terreno, de indivíduos pertencentes a espécies imunes ao corte, bem como aquelas ameaçadas de extinção conforme legislação ambiental vigente.
3.5 Indicar em mapa com escala adequada, as coordenadas geográficas dos vértices do imóvel, das áreas de preservação permanente, da área objeto da supressão ou corte isolado e também se a área pretendida para supressão incide em área de reserva legal averbada.
3.6 Apresentar ortofoto ou imagem de satélite, com a localização em escala, da área total do terreno, indicando a exata localização das formações vegetais, dos indivíduos imunes ao corte ou ameaçados de extinção e os recursos hídricos existentes na área (nascentes, banhados, lagos, açudes, cursos d'água etc.), bem como de suas respectivas áreas de preservação permanente), estabelecidas de acordo com a legislação ambiental vigente, e a necessidade de recuperação ou não.
3.7 Nos casos de indivíduos imunes ao corte, se for necessário o transplante, também é obrigatória a apresentação de mapa ou croqui de localização dos indivíduos, e onde eles serão realocados, com respectivas coordenadas geográficas, assim como as técnicas utilizadas na remoção e no acompanhamento pós-transplante e cronograma de execução.
3.8 Apresentar relatório fotográfico detalhado de toda a área objeto do levantamento, abordando diversos ângulos da vegetação.
3.9 Informar quando o empreendimento se situar na Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estabelecido na Resolução CONAMA n.º 428, de 17 de dezembro de 2010, ou se localizar em outra área de interesse ambiental legalmente protegida.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
Citar as referências consultadas, incluindo as páginas eletrônicas com data e hora do acesso, segundo as normas de publicação de trabalhos científicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA
MEMORIAL DE ATIVIDADES DE PESQUISA MINERAL (MAPM)

O Memorial de Atividades de Pesquisa Mineral tem como objetivo apresentar as atividades que serão desenvolvidas durante a fase de pesquisa mineral e para embasar a necessidade de supressão vegetal, abertura de trincheiras e caminhos, movimentação de solo para instalação de equipamento de sondagem, e demais atividades que de alguma forma causarão algum impacto ambiental.
As diretrizes técnicas constantes deste Termo de Referência dizem respeito ao conteúdo mínimo a ser abordado no Memorial de Atividades de Pesquisa Mineral, o que não exclui a possibilidade de solicitação de novas informações que se julguem necessárias por ocasião da análise do processo.

1. **IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**

1.1. Nome/Razão Social
1.2. CPF/CNPJ
1.3. Endereço completo
1.4. Telefone e e-mail para contato
1.5. Representante Legal (nome, CPF, endereço completo e contato)
2. **IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**
2.1. Nome/Razão Social
2.2. Formação profissional
2.3. CPF/CNPJ
2.4. Endereço completo
2.5. Telefone e e-mail para contato
2.6. Anotação de Responsabilidade Técnica
Deverão ser apresentadas as ART's de todos os técnicos participantes da elaboração do MAPM.
3. **DADOS GERAIS DA ÁREA DE INTERESSE**
3.1. Descrição do Uso e Ocupação do solo ao longo dos anos, com utilização de imagens de satélite multitemporais.
3.2. Descrição dos principais serviços a serem executados, tais como, sondagens rotativas e manuais; malha de geofísica (eletrorresistividade, GPR-Ground Penetrating Radar, magnetometria, VLF, polarização induzida espectral e resistividade); abertura de poços e trincheiras; abertura de acessos, e demais atividades que venham causar alguma forma de impacto ambiental.
3.3. Mapa de localização contemplando o(s) direito(s) minerário(s); uso e ocupação do solo; hidrografia; Reserva Legal do imóvel; Áreas de Preservação Permanente; os principais acessos à área, bem como os serviços a serem executados.
3.4. Indicação, em mapa, se há necessidade de supressão vegetal, sendo esse objeto de licenciamento próprio, via SINAFLOR.

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA
RELATÓRIO AMBIENTAL PRÉVIO (RAP)

O Relatório Ambiental Prévio-RAP tem como objetivo subsidiar a análise de viabilidade locacional do empreendimento, através do diagnóstico ambiental da área pretendida para sua instalação. As informações apresentadas no Relatório Ambiental Prévio deverão obrigatoriamente estar em concordância com àquelas contidas no Cadastro de Empreendimentos Minerários - CEM apresentado.
As diretrizes técnicas constantes deste Termo de Referência dizem respeito ao conteúdo mínimo a ser abordado no RAP, o que não exclui a possibilidade de solicitação de novas informações que se julguem necessárias por ocasião da análise do processo.

1. **IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**
1.1. Nome/Razão Social
1.2. CPF/CNPJ
1.3. Endereço Completo
1.4. Telefone e e-mail para contato
1.5. Representante Legal (nome, CPF, endereço completo, telefone)
2. **IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**
2.1. Nome/Razão Social
2.2. Formação profissional
2.3. CPF Completo
2.4. Telefone e e-mail para contato
2.5. Anotação de Responsabilidade Técnica
Deverão ser apresentadas as ART's de todos os técnicos participantes da elaboração do RAP.
3. **CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**
3.1. Descrição detalhada do empreendimento ou atividade pretendida, devendo ser informado o método de lavra a ser utilizado, a indicação de necessidade ou não de beneficiamento.
3.2. Planta de localização da área a ser lavrada, contendo suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000, com a localização dos direitos minerários incidentes sobre o empreendimento, constando o número do processo junto à ANM de cada um deles, nome do titular; área em hectares, tipo de requerimento e fase atual.
3.3. Histórico da área pretendida para implantação do empreendimento, descrevendo o uso e ocupação do solo ao longo dos anos com auxílio de imagens multitemporais (Google Earth).
3.3.1. Para a extração mineral em áreas de várzea deverá ser promovida a sua caracterização e definido o seu estado de conservação, sendo necessária sua delimitação em planta.
4. **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL**
4.1. **Meio Físico**
4.1.1. Diagnóstico descritivo do meio físico, contendo informações sobre a geomorfologia/relevo, solos, geologia, a rede hídrica regional e local.
4.1.2. Descrever o contexto geológico local; tipo de jazimento e minério.
4.1.3. Informar a bacia hidrográfica em que o empreendimento está localizado e descrever a rede hidrográfica local, identificando eventuais nascentes, o curso d'água principal e eventuais tributários, e suas classes de enquadramento.
4.1.4. Caracterização hidrogeológica-estrutural regional, com apresentação de mapa hidrogeológico-estrutural regional.
4.1.5. Apresentar um levantamento de detalhe contendo informações quanto à existência de solos hidromórficos, rios, córregos, afloramentos do freático ou nascentes nas proximidades do empreendimento.
4.1.6. Para extração em leito de rio, indicar o nome do curso d'água e os trechos a serem dragados.
4.2. **Meio Biológico**
4.2.1. Diagnóstico descritivo do meio biológico, contendo informações sobre a flora, a fauna e áreas de preservação/conservação.
4.2.2. **Flora**
4.2.2.1. Indicar a flora da área diretamente afetada com a apresentação de um acervo fotográfico que permita a visualização e identificação da tipologia vegetal presente na área pretendida para extração.
4.3. **Meio Socioeconômico**
4.3.1. Deverá ser caracterizado o uso e ocupação do solo (ocupação do entorno) na área de influência direta do empreendimento, considerando-se um *buffer* de 500 m a partir dos limites da área pretendida para o empreendimento.
4.4. Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.
4.4.1. Informar a existência de unidades de conservação, protegidas por leis federais, estaduais e municipais, nas áreas diretamente afetadas pelo empreendimento.
4.4.2. Identificar as Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal na área de influência direta do empreendimento, delimitando-as em mapa de detalhe.
5. **CONCLUSÃO**
Deverá ser apresentada manifestação conclusiva acerca da viabilidade locacional do empreendimento pretendido, devendo ser indicadas as restrições de ordem ambiental existentes na área a ser licenciada.
6. **BIBLIOGRAFIA**
Indicar a bibliografia consultada para a realização dos estudos e projetos apresentados.
7. **ANEXOS**
7.1. Deverão ser apresentados mapas, cartas imagens, tabelas e documentação fotográfica que permitam uma visualização da área do empreendimento.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

7.2. Os mapas e cartas imagens deverão ser apresentados em escalas adequadas ao tamanho da área, com grade de coordenadas UTM, com todos os documentos devendo ser assinados pelos responsáveis técnicos.
7.3. Mapa de Localização.
7.3.1. Deverá ser georreferenciado com coordenadas UTM, em escala adequada, indicando a localização do empreendimento, com a indicação de suas vias de acesso.
7.4. Mapa de Detalhe
7.4.1. Deverá ser apresentado em escala compatível com as informações, georreferenciado, contemplando, no mínimo os seguintes itens:
7.4.1.1. Elementos de superfície do terreno.
7.4.1.2. Poligonal do(s) direito(s) minerário(s).
7.4.1.3. Delimitação da área prevista para implantação do empreendimento e desenvolvimento das atividades de lavra.
7.4.1.4. Rede hídrica local.
7.4.1.5. Áreas de Preservação Permanente com a indicação, através de legenda, da sua situação de preservação.
7.4.1.6. Indicação de cavidades naturais na área diretamente afetada e seu entorno.
7.4.1.7. Uso e ocupação do solo da área do empreendimento, com ênfase na indicação da cobertura vegetal.
7.4.1.8. Identificação dos locais de fragilidade e/ou restrição ambiental na área diretamente afetada e seu entorno imediato.
8. **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**
Deverá ser apresentada a Declaração de Responsabilidade, conforme o modelo, firmada pelos responsáveis legal e técnico da empresa, declarando que as informações apresentadas são verdadeiras e em consonância com o que determina a legislação aplicável.

ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA
PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL SIMPLIFICADO (PCAS)

O Plano de Controle Ambiental Simplificado-PCAS objetiva a apresentação das informações necessárias à avaliação prévia dos impactos ambientais resultantes da implantação e operação do empreendimento. As informações apresentadas no Plano de Controle Ambiental Simplificado deverão, obrigatoriamente, estar em concordância com aquelas contidas no Cadastro de Empreendimentos Minerários-CEM apresentado.
Os empreendimentos que optarem pela LAS com Guia de Utilização deverão apresentar no PCAS uma proposta de lavra condizente com o volume de extração determinado pela ANM, de acordo com a substância mineral a ser lavrada, embasando toda a viabilidade locacional, implementação e operação do empreendimento de acordo com o volume/ano previsto e não pela projeção final da lavra da jazida.
As diretrizes técnicas constantes deste Termo de Referência dizem respeito ao conteúdo mínimo a ser abordado no PCAS, o que não exclui a possibilidade de solicitação de novas informações que se julguem necessárias por ocasião da análise do processo.
1. **IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**
1.1. Nome/Razão Social
1.2. Nome de Fantasia
1.3. CPF/CNPJ
1.4. Endereço completo
1.5. Endereço para Correspondência
1.6. Telefone e e-mail para contato
1.7. Representante Legal (nome, CPF, endereço completo, telefone)
2. **IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**
2.1. Nome/Razão Social
2.2. Formação profissional
2.3. CPF/CNPJ
2.4. Endereço Completo
2.5. Telefone e e-mail para contato
2.6. Anotação de Responsabilidade Técnica
Deverão ser apresentadas as ART's de todos os técnicos participantes na elaboração do PCAS
3. **CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**
3.1. Descrição do uso e ocupação do solo ao longo dos anos com auxílio de imagens de satélite multitemporais.
3.2. Situação
Informar a situação da atividade prevista de implantação, se já instalada e em operação ou paralisada (informar motivo e período de paralisação).
3.3. Localização
Descrição dos acessos e a localização da área prevista para o desenvolvimento do empreendimento, com a indicação de suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000.
3.4. Caracterizar o entorno imediato do perímetro do empreendimento, devendo ser indicada a presença, ou não, de restrições para a implantação e operação da atividade.
3.5. Informar a existência, na Área Diretamente Afetada e nas de Influência Direta e Indireta do empreendimento, de Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais ou privadas, de uso sustentável ou de proteção integral.
3.6. Relação dos imóveis incidentes na área diretamente afetada, com a indicação dos proprietários.
3.7. Direitos Minerários
Deverão ser discriminados todos os direitos minerários incidentes sobre a área do empreendimento, com a indicação do número do processo de cada um deles, nome do titular, área em hectares, tipo de requerimento e fase atual.
3.8. Geologia
Descrever a geologia e a geomorfologia local; tipo de jazimento, minério e a reserva mineral (se houver)
3.9. Lavra
3.9.1. Descrever o método de extração a ser utilizado, produção prevista, área total a ser minerada, com a indicação, na Área de Influência Direta, da cobertura florestal, rede hídrica, construções, infraestruturas, cavernas, ou outras restrições existentes.
3.9.2. Planejamento da lavra, com a determinação da altura das bancadas e ângulo de talude, de modo a garantir a sua estabilidade; largura das bermas; localização dos bota-foras, canais de drenagem e bacias de decantação; processo de beneficiamento a ser utilizado (caso exista); controle da emissão de poeira; cortinas vegetais e, quando da utilização de material explosivo, o monitoramento sísmico e acústico previsto.
3.10. Fontes de Água
3.10.1. Detalhar todas as fontes de água a serem utilizadas, informar as coordenadas UTM dos pontos de captação.
3.10.2. Caso haja lançamento de efluentes em corpos hídricos, deverá ser caracterizado o efluente e o corpo receptor, contendo informações quanto às suas dimensões, vazão e classe de enquadramento, bem como a vazão do efluente a ser lançado. Os pontos de lançamento deverão ser indicados em planta contendo suas coordenadas UTM.
3.11. Sistema de abastecimento e manutenção de equipamentos e veículos
Descrever a forma e o local de abastecimento. Quando praticado no empreendimento, apresentar informações quanto ao(s) tanque(s) de combustível, sistema de contenção, cobertura dos tanques aéreos, bombas, filtro de óleo diesel, pista de abastecimento, sistema de drenagem pluvial e oleosa, e da Caixa Separadora de Água e Óleo (CSAO). Caso a capacidade do tanque seja superior a 15 m3 o mesmo deverá ser motivo de licenciamento ambiental específico.
4. **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL**
4.1. Meio Físico
4.1.1. Hidrografia e hidrogeologia
4.1.1.1. Informar a bacia hidrográfica em que o empreendimento está localizado e descrever a rede hidrográfica local, identificando o curso d'água principal e eventuais tributários.
4.1.1.2. Apresentar um levantamento de detalhe contendo informações quanto à existência de solos hidromórficos, rios, corregos, afloramentos do

freático ou nascentes no entorno da área prevista para o desenvolvimento da lavra.
4.1.2. Para empreendimentos inseridos em região com potencial espelelógico, deverá ser indicada, adicionalmente, a existência de cavidades naturais na Área Diretamente Afetada e nas Influência Direta e Indireta do empreendimento.
4.1.2.1. Caso seja constatada a presença de cavidades na Área Diretamente Afetada e na de Influência Direta do empreendimento, deverá ser apresentado um estudo espeleológico das cavidades com a indicação, em planta, de sua projeção horizontal e área de proteção.
4.2. Meio Biológico
4.2.1. Flora
Caracterizar a flora da área diretamente afetada, com a apresentação de um acervo fotográfico que permita a visualização e identificação da tipologia vegetal presente na área pretendida para extração.
4.3. Meio Socioeconômico
Deverá ser caracterizado o uso e ocupação do solo na Área Diretamente Afetada e de Influência Direta do empreendimento, através de levantamentos de campo e a utilização de dados oficiais, com informações acerca da existência de edificações, rodovias, estradas, ferrovias, oleodutos, gasodutos, linhas de transmissão, núcleos urbanos etc.
5. **MEDIDAS DE CONTROLE E MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS A SEREM GERADOS**
5.1. Deverão ser caracterizados todos os impactos ambientais a serem gerados nas fases de implantação e operação do empreendimento, na sua Área Diretamente Afetada e nas de Influência Direta, com a indicação das medidas mitigadoras a serem implementadas para minimização de tais impactos, incluindo controle de emissão de poeiras, medidas para o manuseio de óleos e graxas, controle das águas pluviais, tratamento e destinação dos efluentes sanitários, coleta e destinação de resíduos sólidos e estabilidade dos taludes.
5.2. No caso de extração em leito de rio, definir as medidas adotadas para garantia da estabilidade das margens.
5.3. No caso de utilização de material explosivo, deverá ser elaborado um plano de monitoramento sísmico/acústico.
6. **RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA**
6.1. Detalhamento das ações de recuperação a serem desenvolvidas concomitantemente à lavra, devendo ser apresentado um cronograma de execução.
6.2. Programa de Desativação da Atividade
6.2.1. Apresentar proposta de recuperação da área minerada, da área de estocagem do minério, do bota-fora, das vias de acesso e a previsão de uso futuro da área do empreendimento.
7. **CONCLUSÃO**
Deverá ser apresentada manifestação conclusiva acerca das características da atividade e do meio ambiente, bem como as medidas de controle e recuperação previstas, comprovando a viabilidade ambiental para implantação e operação do empreendimento.
8. **BIBLIOGRAFIA**
Indicar a bibliografia consultada para a realização dos estudos e projetos apresentados.
9. **ANEXOS**
Deverão ser apresentados mapas, tabelas e documentação fotográfica que permitam uma visualização da área do empreendimento.
Os mapas e cartas imagens deverão ser apresentados em escalas adequadas ao tamanho da área, balizados com coordenadas UTM, com todos os documentos devendo ser assinados pelos responsáveis técnicos.
9.1. Mapa de Localização
Deverá ser georreferenciado com coordenadas UTM, em escala adequada, demostrando a localização do empreendimento e indicando as suas vias de acesso.
9.2. Mapas de Detalhe
Deverá ser apresentado em escala compatível com as informações, georreferenciado, contemplando, no mínimo os seguintes itens:
9.2.1. Elementos de superfície do terreno, com a indicação das vias de acesso existentes e projetadas, edificações, rodovias, estradas, ferrovias, oleodutos, gasodutos, linhas de transmissão, núcleos urbanos, etc
9.2.2. Poligonais da ANM
9.2.3. Delimitação da área do empreendimento, com a indicação do sentido de avanço da lavra e da área a ser minerada
9.2.4. Localização dos depósitos de solo, estéril e minério
9.2.5. Áreas de servidão a serem utilizadas
9.2.6. Rede hídrica local
9.2.7. Pontos de captação de água e de lançamento de efluentes
9.2.8. Áreas de Preservação Permanente com a indicação, através de legenda, da sua condição de conservação
9.2.9. Indicação dos limites dos Imóveis incidentes na área do empreendimento com delimitação de suas respectivas áreas de Reserva Legal
9.2.10. Indicação da existência, na Área Diretamente Afetada e nas de Influência Direta e Indireta do empreendimento, de Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais ou privadas, de uso sustentável ou de proteção integral.
9.2.11. Uso e ocupação do solo da área do empreendimento, com ênfase na indicação da cobertura vegetal e definição da sua tipologia
9.2.12. Localização das cavidades naturais na Áreas Diretamente Afetada e nas de Influência Direta e Indireta, para empreendimentos inseridos em região com potencial espeleológico, com a indicação do potencial espeleológico conforme definido pelo ICMBio/CECAV.
9.2.13. Identificação dos locais de fragilidade e/ou restrição ambiental na área diretamente afetada e seu entorno imediato.
10. **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**
Deverá ser apresentada a Declaração de Responsabilidade, conforme o modelo, firmada pelos responsáveis legal e técnico da empresa, declarando que as informações apresentadas são verdadeiras e em consonância com o que determina a legislação aplicável.

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA
PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL (PCA)

O Plano de Controle Ambiental-PCA objetiva a apresentação das informações necessárias à avaliação prévia dos impactos ambientais resultantes da implantação e operação do empreendimento. As informações apresentadas no Plano de Controle Ambiental deverão obrigatoriamente estar em concordância com àquelas contidas no Cadastro de Empreendimentos Minerários-CEM apresentado.
As diretrizes técnicas constantes deste Termo de Referência dizem respeito ao conteúdo mínimo a ser abordado no PCA, o que não exclui a possibilidade de solicitação de novas informações que se julguem necessárias por ocasião da análise do processo.
1. **IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**
1.1. Nome/Razão Social
1.2. Nome de Fantasia
1.3. CPF/CNPJ
1.4. Endereço completo
1.5. Endereço para Correspondência
1.6. Telefone e e-mail para contato
1.7. Representante Legal (nome, CPF, endereço completo, telefone)
2. **IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**
2.1. Nome/Razão Social
2.2. Formação profissional
2.3. CPF/CNPJ
2.4. Endereço Completo
2.5. Telefone e e-mail para contato
2.6. Anotação de Responsabilidade Técnica
Deverão ser apresentadas as ART's de todos os técnicos participantes na elaboração do PCA
3. **CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3.1. Histórico do empreendimento, descrevendo o uso e ocupação do solo ao longo dos anos com auxílio de imagens de satélite multitemporais e a indicação de todas as licenças ambientais já emitidas.
3.1.1. Para a extração mineral em áreas de várzea deverá ser promovida a sua caracterização e definido o seu estado de conservação, sendo necessária sua delimitação em planta.
3.2. Situação
Atividade prevista de implantação; já instalada e em operação ou paralisada (informar motivo e período de paralisação).
3.3. Localização
3.3.1. Descrição dos acessos e a localização da área prevista para o desenvolvimento do empreendimento, com a indicação de suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000.
3.3.2. Indicar em coordenadas UTM a frente de lavra, o posicionamento do bota-fora, quando existente, e informar o sentido de avanço da lavra.
3.3.3. Para empreendimentos com mais de uma frente de lavra, indicar a coordenada UTM de cada frente extrativa e o direito minerário onde encontra-se inserida.
3.3.4. Para empreendimentos minerários cuja extração seja realizada através de dragagem em leito ativo de cursos d'água, indicar, no formato UTM, as coordenadas dos trechos a serem dragados e do(s) porto(s) de areia.
3.3.5. Relação dos imóveis incidentes na área diretamente afetada, com a indicação dos proprietários.
3.3.6. Caracterizar o entorno numa distância mínima de 250 (duzentos e cinquenta) metros a partir do perímetro do empreendimento, devendo ser indicada a presença de edificações e seus usos.
3.3.7. Informar a existência, na Área Diretamente Afetada e nas de Influência Direta e Indireta do empreendimento, de Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais ou privadas, de uso sustentável ou de proteção integral.
3.4. Direitos Minerários
Deverão ser discriminados todos os direitos minerários incidentes sobre a área do empreendimento, com a indicação do número do processo de cada um deles, nome do titular, área em hectares, tipo de requerimento e fase atual.
3.5. Geologia
Descrever o contexto geológico e geotectônico regional; geologia e a geomorfologia local; tipo de jazimento, minério e a reserva mineral (se houver).Inserir seção geológica.
3.6. Lavra
3.6.1. Deverá ser apresentado o planejamento da lavra com a indicação do método de extração a ser utilizado; tipo de desmonte do material; produção prevista; vida útil prevista para a jazida; relação estéril/minério; tipo de estéril e sua destinação final; processo de beneficiamento (caso exista), consolidado em fluxograma; infraestrutura de apoio; bacias de decantação; depósitos de solo orgânico, estéril e minério; área total da lavra; área total construída; pit final de lavra; entre outros.
3.6.2. Para a lavra através de bancadas, determinar a largura das bermas, a altura das bancadas e seu ângulo de talude, de modo a garantir a sua estabilidade.
3.6.3. Para a lavra através de cavas determinar a metodologia de extração a ser utilizada (seca ou úmida); a disposição e dimensões das cavas de extração; largura dos cordões separadores; inclinação dos taludes; tipo de beneficiamento do minério; origem e sistema de circulação das águas utilizadas no processo.
3.6.4. Para lavra de areia em leito de rio indicar os trechos a serem dragados; a largura e profundidade do curso d'água em cada trecho; tipo de draga a ser utilizada (se móvel ou fixa); suas dimensões; calado; local de descarregamento do minério dragado, com a descrição das instalações e construções.
3.7. Fontes de Água
3.7.1. Detalhar todas as fontes de água a serem utilizadas, informando as coordenadas UTM dos pontos de captação, quantidade a ser captada e utilização prevista.
3.7.2. Caso haja lançamento de efluentes em corpos hídricos, deverá ser caracterizado o efluente e o corpo receptor, contendo informações quanto as suas dimensões, vazão e classe de enquadramento, bem como a vazão do efluente a ser lançado, informando as coordenadas UTM dos pontos de lançamento de efluentes.
3.8. Sistema de abastecimento e manutenção de equipamentos e veículos
3.9. Descrever a forma e o local de abastecimento e de manutenção dos equipamentos e veículos. Quando praticado no empreendimento, apresentar informações quanto ao(s) tanque(s) de combustível, sistema de contenção, cobertura dos tanques aéreos, bombas, filtro de óleo diesel, pista de abastecimento, sistema de drenagem pluvial e oleosa, e da Caixa Separadora de Água e Óleo (CSAO). Caso a capacidade do tanque seja superior a 15 m^3 o mesmo deverá ser motivo de licenciamento ambiental específico.
4. **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL**
4.1. Meio Físico
4.1.1. Clima
Descrever o padrão climático da região, com a indicação dos níveis de precipitações, temperatura, direção predominante dos ventos, dentre outros parâmetros.
4.1.2. Hidrografia e hidrogeologia
4.1.2.1. Informar a bacia hidrográfica em que o empreendimento está localizado e descrever a rede hidrográfica local, identificando o curso d'água principal e eventuais tributários, e suas classes de enquadramento.
4.1.2.2. Apresentar histórico pluviométrico Caracterização com gráfico da pluviometria da série histórica e do ano hidrológico em que os serviços foram executados (dados secundários).
4.1.2.3. Apresentar um levantamento de detalhe contendo informações quanto à existência de solos hidromórficos, rios, córregos, afloramentos do freático ou nascentes no entorno da área prevista para o desenvolvimento da lavra.
4.1.2.4. Para extração mineral em cavas ou de areia através de dragagem, deverá ser apresentado um Plano de Monitoramento de Qualidade da Água a ser desenvolvido durante a operação do empreendimento, contemplando análises físico-químicas a serem realizadas em pontos a montante e jusante da área de mineração. Os pontos de coleta devem ser indicados em planta assim como suas coordenadas UTM. As análises deverão contemplar, minimamente, os seguintes parâmetros: pH, turbidez, DBO, DQO, sólidos totais (fixos e voláteis), sólidos totais dissolvidos, óleos e graxas e alumínio dissolvido.
4.1.3. Avaliação Espeleológica
4.1.3.1. Para empreendimentos inseridos em região com potencial espeleológico, deverá ser indicada, adicionalmente, a existência de cavidades naturais na Área Diretamente Afetada e nas Influência Direta e Indireta do empreendimento.
4.1.3.2. Caso seja constatada a presença de cavidades na Área Diretamente Afetada e na de Influência Direta do empreendimento, deverá ser apresentado um estudo espeleológico das cavidades com a indicação, em planta, de sua projeção horizontal e área de proteção.
4.2. Meio Biológico
4.2.1. Flora
Caracterizar a flora da área diretamente afetada, apresentando um acervo fotográfico que permita a visualização e identificação da tipologia vegetal presente na área pretendida para extração e seu entorno imediato.
4.2.2. Fauna
Caracterizar a fauna local na Área Diretamente Afetada e nas de Influência Direta e Indireta do empreendimento, indicando as espécies cujos hábitos possam ser afetados pelo desenvolvimento da atividade, com a apresentação das medidas para mitigação de tal impacto.
4.2.3. Meio Socioeconômico
Deverá ser caracterizado o uso e ocupação do solo na Área Diretamente Afetada e de Influência Direta do empreendimento, através de levantamentos de campo e a utilização de dados oficiais, com informações acerca da existência de rodovias, estradas, ferrovias, oleodutos, gasodutos, linhas de transmissão, edificações, núcleos urbanos, dentre outros.
5. **MEDIDAS DE CONTROLE E MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS A SEREM GERADOS**
Deverão ser caracterizados todos os impactos ambientais a serem gerados nas fases de implantação e operação do empreendimento, na Área Diretamente Afetada e nas de Influência Direta e Indireta do empreendimento, com a indicação das medidas mitigadoras a serem implementadas para minimização de tais impactos, incluindo aquelas referentes ao controle de emissão de poeiras; manuseio de óleos e graxas; contenção dos finos carreados pelas águas pluviais ou utilizadas no processo; sistema de drenagem das águas pluviais, tratamento e destinação dos efluentes sanitários, coleta e destinação de resíduos sólidos; estabilidade dos taludes e aquelas destinadas à conscientização ambiental e mudança comportamental dos envolvidos na atividade.

5.1. No caso de extração em leito de rio, definir as medidas adotadas para garantia da estabilidade das margens.
5.2. No caso de utilização de material explosivo, deverá ser elaborado um plano de monitoramento sísmico/acústico.
6. **RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA**
6.1. Detalhamento das ações de recuperação a serem desenvolvidas concomitantemente à lavra, devendo ser apresentado um cronograma de execução.
6.2. Programa de Desativação da Atividade
6.2.1. Apresentar proposta de recuperação da área minerada, da área de estocagem do minério, do bota-fora, das vias de acesso e a previsão de uso futuro da área do empreendimento, consolidada em cronograma de execução.
7. **CONCLUSÃO**
Deverá ser apresentada manifestação conclusiva acerca das características da atividade e do meio ambiente, bem como as medidas de controle e recuperação previstas, comprovando a viabilidade ambiental para implantação e operação do empreendimento.
8. **BIBLIOGRAFIA**
Indicar a bibliografia consultada para a realização dos estudos e projetos apresentados.
9. **CRONOGRAMA FÍSICO**
Deverá ser apresentado um cronograma executivo de todas as etapas de implantação e operação do empreendimento.
10. **ANEXOS**
Deverão ser apresentados mapas, cartas imagens, tabelas e documentação fotográfica que permitam uma visualização da área do empreendimento.
Os mapas e cartas imagens deverão ser apresentados em escalas adequadas ao tamanho da área, balizados com coordenadas UTM, com todos os documentos devendo ser assinados pelos responsáveis técnicos.
10.1. Mapa de Localização
Deverá ser georreferenciado com coordenadas UTM, em escala adequada, indicando a localização do empreendimento.
10.2. Mapas de Detalhe
Deverão ser apresentados em escalas compatíveis com as informações, georreferenciados, contemplando, no mínimo os seguintes itens:
10.2.1. Elementos de superfície do terreno com a indicação das vias de acesso existentes e projetadas
10.2.2. Poligonais da Agência Nacional de Mineração
10.2.3. Delimitação da área do empreendimento, com a indicação da área a ser minerada, sentido de avanço da lavra e da planta de beneficiamento, caso houver.
10.2.4. Localização dos depósitos de solo, estéril e minério
10.2.5. Áreas de servidão a serem utilizadas
10.2.6. Indicação do pit final de lavra
10.2.7. Rede hídrica local, bacias hidrográficas
10.2.8. Pontos de captação de água e lançamento de efluentes
10.2.9. Áreas de Preservação Permanente com a indicação, através de legenda, da sua condição de conservação
10.2.10. Indicação dos limites dos Imóveis incidentes na área do empreendimento com delimitação de suas respectivas áreas de Reserva Legal
10.2.11. Indicação da existência, na Área Diretamente Afetada e nas de Influência Direta e Indireta do empreendimento, de Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais ou privadas, de uso sustentável ou de proteção integral.
10.2.12. Indicação do uso e ocupação do solo da área do empreendimento, com ênfase na indicação da cobertura vegetal e definição da sua tipologia.
10.2.13. Localização das cavidades naturais nas áreas de Influência Direta e Indireta, para empreendimentos inseridos em região com potencial espeleológico.
10.2.14. Identificação dos locais de fragilidade e/ou restrição tais como: edificações, fontes de captação de água, estações de tratamento de água e de esgoto, aterros sanitários, estradas, pontes, linhas férreas, gasoduto/oleoduto, linhas de transmissão de energia, dentre outros.
11. **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**
Deverá ser apresentada a Declaração de Responsabilidade, conforme o modelo, firmada pelos responsáveis legal e técnico da empresa, declarando que as informações apresentadas são verdadeiras e em consonância com o que determina a legislação aplicável.

ANEXO IX

TERMO DE REFERÊNCIA
RELATÓRIO DE ATIVIDADES (RA)

O Relatório de Atividades tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas no período de vigência do licenciamento ambiental do empreendimento e possibilitar a análise de seu processo de renovação. O documento deve contemplar informações quanto às atividades desenvolvidas no período de vigência da Licença Ambiental; as eventuais alterações do planejamento originalmente apresentado, devidamente justificadas; a atualização das condições do empreendimento e sua fase de desenvolvimento.
As diretrizes técnicas constantes deste Termo de Referência dizem respeito ao conteúdo mínimo a ser abordado no Relatório de Atividades, o que não exclui a possibilidade de solicitação de novas informações que se julguem necessárias por ocasião da análise do processo.
1. **IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**
1.1. Nome/Razão Social
1.2. CPF/CNPJ
1.3. Endereço Completo
1.4. Telefone e e-mail para contato
1.5. Representante Legal (nome, CPF, endereço completo, telefone)
2. **IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**
2.1. Nome/Razão Social
2.2. Formação profissional
2.3. CPF/CNPJ
2.4. Endereço Completo
2.5. Telefone e e-mail para contato
2.6. Anotação de Responsabilidade Técnica
2.7. Deverão ser apresentadas as ART's de todos os técnicos participantes da elaboração do Relatório de Atividades.
3. **DADOS GERAIS DO EMPREENDIMENTO**
3.1. Atividade licenciada
3.2. Localização
3.3. Número(s) do(s) direito(s) minerário(s). Se houver alteração em relação ao último licenciamento, apresentar justificativa.
3.4. Coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000, da área do empreendimento.
3.4.1. Para empreendimentos de explotação de areia em leito de rio, indicar a localização de cada porto de areia.
3.4.2. Para empreendimentos que possuam mais de uma frente de lavra, indicar as coordenadas de cada frente e o respectivo direito minerário.
3.5. Período de funcionamento (indicar o regime de funcionamento do empreendimento: horas/dia, dias/semana, semanas/ano).
3.6. Relação dos equipamentos, indicando, se houver, as alterações em relação ao último licenciamento.
3.7. Fluxograma e layout do empreendimento, com a indicação de possíveis alterações.
4. **SITUAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**
4.1. Empreendimento em operação.
4.2. Empreendimento paralisado (período e justificativa da paralisação).
4.3. Empreendimento parcialmente desativado (indicar as frentes desativadas e as ações de recuperação implementadas).
4.4. Empreendimento desativado (indicar as ações de recuperação implementadas).
5. **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**
5.1. Detalhamento das atividades de extração mineral desenvolvidas, com a indicação do planejamento das ações a serem implementadas no período

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

subsequente. Se houver alterações em relação ao projeto inicial, apresentar justificativa.
5.2. Medidas mitigadoras e ações de recuperação efetivamente implementadas no período de vigência do licenciamento ambiental, bem como aquelas previstas de implementação no período subsequente. Se houver alterações em relação ao projeto inicial, apresentar justificativa.
5.3. Informar e/ou atualizar a proposição para uso futuro da área, detalhando as ações que estão sendo tomadas, durante o desenvolvimento da lavra, para atingir o objetivo proposto.
5.4. Informar outros aspectos ambientais relevantes relacionados ao empreendimento e importantes na avaliação de sua situação ambiental.
6. **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**
Indicar em cronograma todas as ações previstas de implementação no período subsequente.
7. **RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**
Apresentar relatório fotográfico contemplando a área do empreendimento e seu entorno, com foco nos aspectos abordados no planejamento originalmente apresentado.
8. **MAPA DE DETALHE**
Deverá ser apresentado um Mapa de Detalhe, em escala compatível com as informações, georreferenciado, contemplando, no mínimo os seguintes itens: elementos de superfície do terreno; poligonal(is) do(s) direito(s) minerário(s); delimitação da área do empreendimento, da área minerada e daquela prevista de explotação no período subsequente, com a indicação, ainda, de qualquer modificação em relação ao planejamento original.

ANEXO X

TERMO DE REFERÊNCIA
AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (AIV)

A Avaliação de Impacto de Vizinhança - AIV tem como objetivo identificar e caracterizar ocupações no entorno do empreendimento, determinar quais os possíveis impactos decorrentes das atividades de lavra e as medidas adotadas para sua mitigação, no intuito de se estabelecer um convívio pacífico entre o empreendimento e as atividades/ocupações consolidadas em suas proximidades.
As diretrizes técnicas constantes deste Termo de Referência dizem respeito ao conteúdo mínimo a ser abordado na Avaliação de Impacto de Vizinhança, o que não exclui a possibilidade de solicitação de novas informações que se julguem necessárias por ocasião da análise do processo.
1. **IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**
1.1. Nome/Razão Social
1.2. Nome de Fantasia
1.3. CPF/CNPJ
1.4. Endereço completo
1.5. Telefone e e-mail para contato
1.6. Representante Legal (nome, CPF, endereço completo, telefone)
2. **IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**
2.1. Nome/Razão Social
2.2. Formação profissional
2.3. CPF/CNPJ
2.4. Endereço Completo
2.5. Telefone e e-mail para contato
2.6. Anotação de Responsabilidade Técnica
Deverão ser apresentadas as ART's de todos os técnicos participantes na elaboração do AIV
3. **DELIMITAÇÃO DO ENTORNO**
3.1. Delimitação do entorno da área de lavra, devendo ser considerado para tal determinação um *buffer* de 500 (quinhentos) metros a partir do pit final de lavra, incluindo ainda o local de beneficiamento e os demais elementos da mina.
4. **CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO**
4.1. Descrição das formas de ocupação do entorno inseridas na delimitação prevista no item 3.1. Deverão ser consideradas a densidade da ocupação, áreas/edificações residenciais e comerciais, informando o tipo de uso de tais locais e o potencial de impacto ambiental previsto, em decorrência da implantação e operação do empreendimento.
4.2. Deverão ser apresentados mapas e cartas imagens identificando os tipos de ocupação presentes e suas distâncias em relação aos limites do empreendimento.
5. **IMPACTOS AMBIENTAIS PREVISTOS**
5.1. Deverão ser definidos os impactos ambientais previstos decorrentes das atividades de lavra e beneficiamento do minério em relação à ocupação no entorno, tais como a emissão de ruídos, geração de poeira, vibrações, ultralançamentos, impacto visual, tráfego de veículos e caminhões, dentre outros.
5.2. Deverá ser determinada a magnitude dos impactos gerados e promovida uma avaliação de suas implicações em relação às variadas formas de ocupações no entorno.
6. **MEDIDAS ADOTADAS PARA O CONTROLE E MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS**
6.1. Definir de forma clara e objetiva quais as medidas adotadas para o controle dos impactos, descrevendo a implicação de tais medidas em consonância com a ocupação do entorno.
6.2. Detalhar os métodos utilizados para mitigação dos impactos inerentes à atividade, de forma aplicada à realidade da área, considerando para tal a ocupação da região.
7. **BIBLIOGRAFIA**
Indicar a bibliografia consultada para a realização dos estudos e projetos apresentados.
8. **ANEXOS**
Deverão ser apresentados mapas, cartas imagens, tabelas e documentação fotográfica que permitam uma visualização da área do empreendimento e de seu entorno.
Os mapas e cartas imagens deverão ser apresentados em escalas adequadas ao tamanho da área, com grade de coordenadas UTM, com todos os documentos devendo ser assinados pelos responsáveis técnicos, contemplando, minimamente:
8.1. Elementos de superfície do terreno
8.2. Poligonal do(s) direito(s) minerário(s)
8.3. Delimitação da área do empreendimento, com a indicação da área a ser minerada
8.4. Indicação das formas de ocupação do entorno, definido por um *buffer* de 500 (quinhentos) metros do pit final de lavra e da área de beneficiamento, devendo ser identificadas as edificações, seu uso e distâncias em relação à área do empreendimento.
8.5. Identificação dos locais de fragilidade e/ou restrição tais como: edificações, fontes de captação de água, estações de tratamento de água e de esgoto, aterros sanitários, linhas férreas, gasoduto/oleoduto, linhas de transmissão de energia, patrimônio espeleológico, dentre outros.
9. **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**
Deverá ser apresentada a Declaração de Responsabilidade, conforme o modelo, firmada pelos responsáveis legal e técnico da empresa, declarando que as informações apresentadas são verdadeiras e em consonância com o que determina a legislação aplicável.

ANEXO XI

TERMO DE REFERÊNCIA
ESTUDO DE PROSPECÇÃO ESPELEOLÓGICA (EPE)

Para a avaliação do critério de localização, deverá ser consultado o mapa de potencialidade de ocorrência de cavidades naturais subterrâneas elaborado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas-CECAV/ICMBio.
1. **IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**
1.1. Nome/Razão Social
1.2. Nome de Fantasia

1.3. CPF/CNPJ
1.4. Endereço completo
1.5. Telefone e e-mail para contato
1.6. Representante Legal (nome, CPF, endereço completo, telefone)
2. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA
2.1. Nome/Razão Social
2.2. Formação profissional
2.3. CPF/CNPJ
2.4. Endereço Completo
2.5. Telefone e e-mail para contato
2.6. Anotação de Responsabilidade Técnica
Deverão ser apresentadas as ART's de todos os técnicos participantes na elaboração do Estudo de Prospecção Espeleológica
3. **DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE PROSPECÇÃO ESPELEOLÓGICA**
3.1. Introdução
Caracterização sucinta do empreendimento contendo descrição das atividades alvo do licenciamento, localização e geologia da área de influência do empreendimento.
3.2. Métodos
3.3. Descrição da metodologia e referencial de informações utilizadas, tais como:
3.3.1. Levantamento bibliográfico
3.3.2. Metodologia utilizada para elaboração do mapa de potencial espeleológico
3.3.3. Descrição detalhada dos métodos utilizados para definição das feições espeleológicas em abrigo, abismo, cavidade natural subterrânea, feições exocásticas etc.
3.3.4. Informações sobre o tempo empregado e o número de pessoas responsáveis pela execução do caminhamento
3.3.5. A prospecção espeleológica deverá ser realizada em toda a Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento e em seu entorno imediato de 250 metros, adensando a malha de prospecção nas áreas com maior potencial espeleológico
3.3.6. Resultados
4. **CARACTERIZAÇÃO FISIOGRÁFICA DA ÁREA**
5. **POTENCIAL ESPELEOLÓGICO**
6. Apresentar a classificação do potencial espeleológico da área de estudo, com representação cartográfica adequada e em escala compatível com a área do empreendimento (escala local). O potencial espeleológico deverá ser avaliado considerando, no mínimo, os seguintes parâmetros: litologia, estruturas geológicas, hidrografia, declividade, hipsometria e feições geomorfológicas.
7. **PROSPECÇÃO ESPELEOLÓGICA**
A prospecção espeleológica deverá ser realizada em toda a Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento e em seu entorno imediato, considerando um *buffer* de 250 metros, adensando a malha de prospecção nas áreas com maior potencial espeleológico.
7.1. Para a apresentação dos resultados da prospecção espeleológica deverão ser considerando os seguintes aspectos:
7.1.1. Tamanho da área diretamente afetada (ADA), da faixa de entorno de 250 metros e do percurso caminhado.
7.1.2. Densidade da malha de caminhamento e o percentual da ADA e de seu entorno prospectados, acompanhados da justificativa para os valores adotados.
7.2. Resultados
7.2.1. Mapa da prospecção com as linhas de caminhamento sobrepostas à imagem de satélite com resolução suficiente para a identificação das feições espeleológicas e para a interpretação do mapa.
7.2.2. Coordenadas e descrição dos pontos de controle do caminhamento espeleológico e das feições espeleológicas detectadas.
7.2.3. Mapa com todos os pontos de controle e feições espeleológicas detectadas durante o caminhamento. Em áreas muito extensas pode ser gerado um mapa geral de articulação e mapas secundários, em escala maior.
7.2.4. Arquivo digital, em formato shp, gtm e kml, contendo toda a trilha percorrida no caminhamento, os pontos de controle e as feições espeleológicas identificadas. As coordenadas deverão estar em formato UTM e o DATUM SIRGAS 2000.
7.2.5. Para a realização dos cálculos espeleométricos e topográficos o estudo deverá utilizar como marco zero o fechamento do plano. No caso de abismos, o Ponto "0" é representado pelo plano horizontal que se insere totalmente dentro da boca do mesmo. Para o caso de cavernas deverá ser considerado o plano vertical.
7.2.6. A base topográfica zero deve localizar-se no centro da primeira poligonal feita pelas paredes, piso e teto da entrada da caverna. Nos casos de inviabilidade de coleta de coordenadas na base zero da cavidade, deve ser utilizado um sistema de amarração com um ponto âncora, ou seja, deve ser encontrado um local, onde a quantidade de satélites seja igual ou superior a 4 unidades para captura das coordenadas com o aparelho GPS. Em seguida realiza-se a topografia (azimute, distância e inclinação) do ponto âncora até a base zero, de forma que as coordenadas armazenadas possibilitem o cálculo das coordenadas da base zero a partir da utilização de programas específicos.
8. **CARACTERIZAÇÃO DAS CAVIDADES NATURAIS SUBTERRÂNEAS IDENTIFICADAS**
8.1. Caso sejam identificadas cavidades naturais subterrâneas, elas deverão ser caracterizadas com a utilização da seguinte metodologia:
8.1.1. Denominação da feição
8.1.2. Coordenadas geográficas obtidas na entrada principal (no ponto onde localiza-se a base topográfica "zero" da entrada da feição), com equipamento de GPS, em UTM, Datum SIRGAS 2000, a partir da captura de sinais advindos de um mínimo de 4 unidades bem distribuídas na constelação dos satélites, com erro máximo de 15 m (erro ideal de 3 m, preferencial até 10 m)
8.1.3. Altitude
8.1.4. Dados de identificação do proprietário da área onde a feição está inserida, caso localizada fora da área do empreendimento
8.1.5. Descrição das entradas e formas de acessos
8.1.6. Mapas topográficos georreferenciados das cavidades naturais subterrâneas identificadas, em escala compatível com a visualização das feições morfológicas presentes nas cavidades, apresentados com grau de precisão 4C ou 5D
8.1.7. Caracterização sucinta dos aspectos hidrológicos, morfológicos e bióticos
8.1.8. Mapa com a projeção horizontal de cada cavidade acrescida de um *buffer* de 250 metros em forma de poligonal convexa sobreposta à imagem de satélite. A esse mapa deverão ser sobrepostas também as estruturas objeto do licenciamento ambiental
8.1.9. Relatório fotográfico
9. **VALORAÇÃO DE CAVIDADES NATURAIS SUBTERRÂNEAS**
9.1. As cavidades levantadas deverão ser analisadas e valoradas individualmente e em conjunto, sob contexto local, regional e nacional, quando for o caso.
9.2. Para a valoração do patrimônio espeleológico deverão ser utilizadas as metodologias e critérios já usuais no meio técnico-científico, desde que avaliados, no mínimo, os parâmetros listados abaixo.
9.2.1. Dimensões: Projeção Horizontal, Desenvolvimento Linear e Desnível Total
9.2.2. Geomorfologia: Particularidades Morfogenéticas
9.2.3. Geologia: Particularidades Litoestruturais
9.2.4. Espeleotemas: Depósitos Químicos, Grau de Ocorrência, Raridade, Fragilidade, Estado de Conservação etc.
9.2.5. Hidrologia: Cursos/Corpos d´água Efêmeros Ou Perenes, Conexão com Aquífero etc.
9.2.6. Beleza Cênica
9.2.7. Culto Religioso / Lazer / Turismo / Outros
9.2.8. Paleontologia
9.2.9. Arqueologia
9.2.10. Biologia
9.2.11. Estado de Conservação da Cavidade
9.3. Deverá ser indicada a ocorrência de atributo(s) que confere(m) valor excepcional à cavidade ou conjunto de cavidades, considerando as

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

particularidades inerentes a cada província cárstica, e ainda a importância dada pela população da região.
9.4. Para os estudos arqueológicos e paleontológicos deve ser obedecida a orientação dos órgãos gestores, que estabelecem as diretrizes para a elaboração do Diagnóstico do Potencial Arqueológico através de legislação específica.
9.5. Conforme o artigo 12, da IN MMA n.º 02/2017, as cavidades naturais subterrâneas cuja projeção horizontal seja inferior a 5 (cinco) metros serão consideradas de baixa relevância, desde que demonstrada a inexistência de:
9.5.1. Zona afótica
9.5.2. Destacada relevância histórico-cultural ou religiosa
9.5.3. Presença significativa de depósitos químicos e biogênicos de possível valor cênico, científico ou ecológico
9.5.4. Função hidrológica expressiva no sistema cárstico, conforme previsto na IN 02/2017
9.5.5. Nos casos de ocorrência de cavidades naturais subterrâneas com projeções horizontais inferiores a 5 (cinco) metros, poderá ser apresentado um croqui 2C e estas não serão consideradas para fins dos cálculos espeleométricos, conforme parágrafo único, do art. 12 da IN MMA n.º 02/2017.

ANEXO XII

TERMO DE REFERÊNCIA
AVALIAÇÃO DE REBAIXAMENTO DO NÍVEL DE ÁGUA PRÉVIO (ARNAP)

1. **IDENTIFICAÇÃO DA REQUERENTE**
1.1. Nome/Razão Social
1.2. Nome de Fantasia
1.3. CPF/CNPJ
1.4. Endereço completo
1.5. Telefone e e-mail para contato
1.6. Representante Legal (nome, CPF, endereço completo, telefone)
2. **IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**
2.1. Nome/Razão Social
2.2. Formação profissional
2.3. CPF/CNPJ
2.4. Endereço Completo
2.5. Telefone e e-mail para contato
2.6. Anotação de Responsabilidade Técnica
Deverão ser apresentadas as ART's de todos os técnicos participantes na elaboração da Avaliação de Rebaixamento do Nível de Água Prévio
3. **EMPREENDIMENTO**
3.1. Descrição dos acessos e a localização do empreendimento, com a indicação de suas coordenadas planas no sistema de projeção UTM, DATUM SIRGAS 2000.
3.2. Utilização da água no empreendimento (finalidade e fonte de abastecimento).
4. **CARACTERIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA**
4.1. Indicação da bacia hidrográfica regional (mencionar fonte de dados e ano de publicação dos dados apresentados)
4.2. Caracterização da bacia hidrográfica local com a indicação de sua área total em metros quadrados. A bacia hidrográfica local deve ser delineada a partir dos divisores hidrográficos e corpo de água principal, localizados no entorno da Área Indiretamente Afetada-AIA.
4.3. Caracterização da microbacia hidrográfica e do seu corpo d'água principal. Caso haja mais de uma micro bacia dentro da bacia hidrográfica local, deve-se identificar cada micro bacia hidrográfica com uma letra, em ordem alfabética, a saber A, B, C, por exemplo. As nascentes devem-se ser identificadas com a letra N, seguida de número. Já os trechos dos corpos hídricos devem ser identificados com a letra T, seguido do número da ordem e da sequência numérica.
5. **PRECIPITAÇÃO REGIONAL**
5.1. Estação pluviométrica regional
5.2. Apresentar mapas georreferenciados em SIRGAS 2000/UTM e os elementos gráficos e temáticos oficiais. Os elementos essenciais correspondem à imagem de satélite atual, grid com as coordenadas geográficas, escala gráfica, orientação geográfica e legenda dos elementos temáticos. Os elementos temáticos oficiais correspondem as estações pluviométricas da base de dados oficial.
5.3. Indicar a estação pluviométrica selecionada, apresentando as seguintes informações: n.º Identificação da estação pluviométrica, nome da estação pluviométrica, precipitação mínima média mensal (mm), precipitação máxima média mensal (mm), precipitação média mensal (mm) (mencionar fonte de dados e ano de publicação dos dados apresentados).
6. **INFILTRAÇÃO D'ÁGUA PLUVIAL LOCAL**
6.1. Identificar a taxa de infiltração das áreas onde ocorrerá infiltração pluvial.
6.2. Identificação do ponto do teste.
6.3. Coordenada do ponto do teste (Fuso, zona, coordenadas em UTM).
6.4. Método de ensaio de infiltração.
6.5. Taxa de infiltração do solo (I) calculada (%).
6.6. Composição granulométrica superficial principal e secundária, considerando as granulometrias entre argila, silte, areia fina, média, grossa e muito grossa. Indicar a espessura da camada superficial (m).
7. **ESCOAMENTO SUPERFICIAL DE ÁGUA PLUVIAL**
Identificar onde a água pluvial canalizada será lançada (cava, bacia de decantação, córrego, rio, nascente), sendo que caso seja lançada diretamente no corpo hídrico deverá obrigatoriamente indicar o nome do corpo hídrico, seu tipo (nascente, riacho, rio), sua vazão antes do lançamento (m³/h), método de medição da vazão e cota.
8. **HIDROGEOLOGIA**
8.1. Classe Hidrogeológica (estas informações podem ser obtidas no mapa hidrogeológico (CPRM, 2015)). Apresentar classe da unidade hidrogeológico regional, vazão (m³/h), vazão específica (m²/h/m), nível estático (m), condutividade hidráulica (m/s) (mencionar fonte de dados e ano de publicação dos dados apresentados).
8.2. Identificar a Unidade Aquífera (esta informação pode ser obtida no mapa das unidades aquíferas do Paraná) (ATIG/SUDERHSA, 2007).
8.3. Hidrogeologia local
Caracterizar a hidrogeologia local identificando as nascentes (as nascentes devem ser investigadas na Área Diretamente Afetada - ADA e na Área Indiretamente Afetada-AIA.), tipo de porosidade (poroso, fissural, dissolução), vazão da nascente (m³/h), método de medição, cota (m), data de medição e somatório das vazões.
9. **MAPEAMENTO DOS ELEMENTOS TEMÁTICOS**
9.1. Os mapas devem ser georreferenciados em SIRGAS 2000/UTM e apresentar os elementos gráficos, temáticos oficiais e levantados em campo.
9.2. Os elementos essenciais correspondem à imagem de satélite atual, grid com as coordenadas geográficas, escala gráfica, orientação geográfica e legenda dos elementos temáticos.
9.3. Os elementos temáticos oficiais correspondem as curvas de nível, estradas/ vias de acesso, assim como nascentes e rios/córregos e suas correspondentes áreas de preservação permanente da base de dados oficial.
9.4. Os elementos levantados em campo correspondem à bacia hidrográfica local (a qual deve ser delineada a partir dos divisores hidrográficos e corpo de água principal, localizados no entorno da Área Indiretamente Afetada-AIA), nascentes (N1, N2...etc), Teste de infiltração (I), córregos, rios identificados in loco.
10. **INVENTÁRIO DE USUÁRIOS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS DA ÁREA INDIRETAMENTE AFETADA-AIA**
10.1. Inventário de usuários de águas superficiais e subterrâneas na área da AIA, com a caracterização detalhada do tipo de captação e suas características, finalidade de uso e vazão estimada.
11. **SEÇÃO HIDROGEOLÓGICA LOCAL**
11.1. A seção hidrogeológica deve ser elaborada no plano cartesiano, onde a cota deve ser projetada no eixo da ordenada (y), em metros, e a distância

no eixo da abcissa (X), em metros.
11.2. A seção hidrogeológica deve conter as unidades e contatos hidrogeológicos, ponto de afloramento da água subterrânea/nascente, identificados em campo, assim como o nível de água e sua projeção interpretada.
11.3. Ao utilizar métodos indiretos para levantamento de informações da hidrogeologia regional, como geofísica e outros, indicar os locais de medições, dados obtidos e interpretação dos resultados.
12. **MODELO HIDROGEOLÓGICO CONCEITUAL**
12.1. Os mapas devem ser georreferenciados em SIRGAS 2000/UTM e apresentar os elementos gráficos e interpretação dos dados existentes e de campo.
12.2. Os elementos essenciais correspondem à imagem de satélite atual, grid com as coordenadas geográficas, escala gráfica, orientação geográfica e legenda dos elementos temáticos.
12.3. Os elementos levantados em campo correspondem à bacia hidrográfica local (a qual deve ser delineada a partir dos divisores hidrográficos e corpo de água principal, localizados no entorno da Área Indiretamente Afetada-AIA), curvas de potenciometria, sentido de fluxo, área de recarga, nascentes (N1, N2...etc), córregos, rios identificados in loco.
13. **REBAIXAMENTO DO NÍVEL DE ÁGUA SUBTERRÂNEO**
13.1. Apresentar a vazão total (m^3/h) de rebaixamento do nível de água, ao longo dos meses, assim como relacioná-la com as horas/dia, dias/mês, volume (m^3/dia), volume (m^3/mês).
13.2. Características gerais da captação da água subterrânea a ser rebaixado apresentando as seguintes informações: gravidade, recalque, bateria de poços, canal de derivação ou tubulação, n.º de bombas, n.º de poços, vazão (m^3/h), vazão requerida por bomba (m^3/h), vazão (m^3/h) por poço, vazão (m^3/h).
13.3. Projeto de rebaixamento e monitoramento hidrogeológico
13.3.1. Plano de monitoramento hidrogeológico da área de influência do rebaixamento (pluviometria, fluviometria, piezometria, hidroquímica etc.), contemplando os pontos e os instrumentos de medição, a periodicidade.
13.3.2. Interpretação dos dados de monitoramento hidrogeológicoquali-quantitativo (gráfico com informações de precipitação média, precipitação máxima, precipitação mínima, vazão das nascentes, nível de água).
13.3.3. Descrição detalhada das estruturas/equipamentos que compõem o sistema de rebaixamento (poços tubulares, drenos, bombas etc.).
13.3.4. Projeto detalhado do sistema de rebaixamento de nível de água, contemplando as estruturas de desaguamento, níveis de água e vazões projetadas ao longo do tempo (ex. planta e texto explicativo).
13.3.5. Plano de uso da água subterrânea proveniente do rebaixamento, contemplando as finalidades, vazões e formas de adução.
13.3.6. Indicar os pontos onde serão realizados os monitoramentos, tanto da vazão quanto do nível de água.
13.3.7. O modelo hidrogeológico conceitual deve considerar eventuais impactos causados pelo empreendimento à hidrogeologia regional.
14. **REGISTRO FOTOGRÁFICO**
15. As nascentes identificadas devem ter registro fotográfico com identificação (sigla), coordenada geográfica, local e data.
16. **CONCLUSÕES**

ANEXO XIII

TERMO DE REFERÊNCIA
PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (PRAD)

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas tem por objetivo descrever as ações a serem desenvolvidas, pelo empreendedor, com vistas à recuperação da área impactada pelas atividades de mineração, as quais deverão garantir uma condição estável da área.
As diretrizes técnicas constantes neste Termo de Referência dizem respeito ao conteúdo mínimo a ser abordado no PRAD, o que não exclui a possibilidade de solicitação de novas informações que se julguem necessárias por ocasião da análise do processo.
1. **IDENTIFICAÇÃO DA REQUERENTE**
1.1 Nome/Razão social;
1.2. Nome fantasia;
1.3. CPF/CNPJ;
1.4. Endereço completo da empresa;
1.5. Endereço para correspondência;
1.6. Telefone para contato (DDD);
1.7. Representante legal (nome, CPF, endereço completo, telefone, e-mail).
2. **IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PRAD**
2.1. Nome/Razão social;
2.2. CPF/CNPJ;
2.3. Formação dos profissionais;
2.4. Endereço completo;
2.5. Município/UF;
2.6. Telefone para contato (DDD);
2.7. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
Deverão ser apresentadas as informações de todos os responsáveis pela elaboração e execução do PRAD.
3. **DADOS GERAIS DO PROCESSO ASSOCIADO AO PRAD**
3.1. Informar o número do protocolo do licenciamento ambiental junto ao órgão licenciador e a respectiva modalidade do licenciamento e/ou Auto de Infração Ambiental (AIA);
3.2. Informações referentes ao imóvel: categoria do terreno (rural ou urbano), n.º da matrícula (ou outro documento de posse ou propriedade), área total do imóvel, da APP e Reserva Legal, n.º de inscrição no INCRA e no Cadastro Ambiental Rural (CAR), coordenadas geográficas UTM (datum SIRGAS 2000) das áreas a serem recuperadas;
3.3. Indicação das atividades desenvolvidas na área.
4. **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA (DIAGNÓSTICO AMBIENTAL)**
4.1. Realizar um levantamento histórico do empreendimento, voltado à identificação das condições originais da área, incluindo o relevo, previamente à implantação da atividade licenciada, indicando as modificações ocorridas em decorrência da operação do empreendimento;
4.2. Identificar as diversas origens da degradação e os locais impactados pela atividade de extração, beneficiamento e infraestruturas de apoio;
4.3. Descrever detalhadamente a situação atual da área a ser recuperada;
4.4. Informar as condições do solo na área a ser recuperada, sobretudo no que diz respeito à sua fertilidade para regeneração de vegetação, devendo ser identificada a existência de processos erosivos;
4.5. Declarar a localização e as condições da rede hídrica existente no empreendimento e em seu entorno, além dos possíveis impactos causados pela implantação e operação da atividade, sobretudo no que tange à qualidade das águas e à interferência sobre as respectivas Áreas de Preservação Permanente (APP);
4.6. Descrever o uso e ocupação do solo no entorno da área impactada.

5. **AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA**
Deverão ser descritas as ações voltadas à recuperação da área impactada, abordando individualmente as medidas relativas à (ao):
5.1. Reconformação dos taludes das frentes de lavra, cavas de extração, áreas de bota-fora, dentre outros;
5.2. Contenção de processos erosivos;
5.3. Desativação e recuperação das vias de tráfego internas do empreendimento;
5.4. Retirada das infraestruturas de apoio, sobretudo no que diz respeito às Caixas Separadoras de Água e Óleo (CSAO), tanque de combustíveis, sanitários e fossas sépticas, oficina para manutenção de equipamentos, área para armazenamento de produtos oleosos, planta de beneficiamento de minério, entre outras que houverem;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

5.5. Comprovação da correta destinação de resíduos sólidos e efluentes gerados no empreendimento;
5.6. Isolamento físico do local, visando impedir a entrada de terceiros nas áreas em recuperação;
5.7. Descompactação, preparo e recuperação do solo;
5.8. Revegetação das áreas impactadas, com indicação das espécies vegetais a serem utilizadas (herbáceas, arbustivas e arbóreas, o estágio sucessional, de preferência nativas da região etc.), a origem e a quantidade das mudas, os métodos de plantio e replantio e as medidas de manutenção e monitoramento a serem adotadas. Exemplos: controle de formigas-cortadeiras, coroamento de mudas, replantio, adubações de cobertura, retirada de espécies exóticas invasoras, manutenção de aceiros, entre outras.
5.9. Proposta de uso futuro da área degradada, com a devida justificativa caso ela não esteja em consonância com aquela prevista no Plano de Controle Ambiental (PCA) ou no Plano de Controle Ambiental Simplificado (PCAS).

6. **CRONOGRAMA FÍSICO DE ATIVIDADES**
Deverá ser apresentado um cronograma executivo, contemplando todas as etapas de recuperação e seus respectivos prazos para conclusão.
Ao término do prazo indicado no cronograma físico, deverá ser apresentado um relatório de conclusão do PRAD, o qual deverá contar com acervo fotográfico comprovando o cumprimento de todas as ações previstas no PRAD.
7. **ANEXOS**
Deverão ser apresentados mapas, cartas imagens e documentação fotográfica que permitam uma visualização da atual condição do empreendimento.
Os mapas e cartas imagens deverão ser apresentados em escalas adequadas às dimensões do empreendimento, com grade de coordenadas UTM, com todos os documentos devendo ser assinados pelos responsáveis técnicos.
7.1. Plantas planialtimétricas e cartas imagens, contendo a indicação da atual conformação do terreno e das estruturas associadas à lavra, incluindo planta de beneficiamento, sanitários, refeitório, oficina de manutenção, área de abastecimento e seus dispositivos de controle ambiental, e outras que houverem;
7.2. Plantas e cartas imagens com a delimitação dos locais a serem recuperados, dos corpos hídricos e áreas a serem monitoradas, acompanhadas de legendas descrevendo as ações voltadas à recuperação de cada área degradada.

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

_____(Nome Completo em negrito da parte),_____(Nacionalidade),_____(Estado Civil),_____(Profissão), portador do CPF/MF ou CNPJ n.º _____, com Documento de Identidade de n°_____, residente e domiciliado na Rua_____, n°_____, _____(Bairro), CEP:____, _____-____(Município-UF), DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para (inserir finalidade), relacionados abaixo, são verdadeiros e autênticos (fiéis a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época), estando em consonância com o que determina a legislação aplicável.
FATOS DECLARADOS: _____
DOCUMENTOS APRESENTADOS: _____
Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de má-fé.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades das declarações prestadas, firmo a presente.

_____ (Município-UF), ____ (dia) de_____ (mês) de _____ (ano).

(Nome do Declarante Completo)
DECLARANTE
CPF ou CNPJ: _____

ANEXO XV

DECLARAÇÃO/RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DE ATIVIDADES
Eu _____, responsável legal da empresa_____, em conjunto com o responsável técnico_____, declaramos, sob as penas da lei e de responsabilidade administrativa, civil e penal, que todas as atividades minerárias foram devidamente finalizadas, com a aplicação de medidas de recuperação ambiental conforme determinado do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental.

Data: ___/___/_____

_____
Responsável Legal
Nome:
CPF:

_____
Responsável Técnico
Nome:
CPF:
Conselho de Classe:

ANEXO XVI

LINKS
Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm
>Decreto Federal n.º 97.632 de 10 de abril de 1989, que dispõe sobre a regulamentação do Artigo 2°, inciso VIII, da Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 198.1
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm
>Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho de 1992.
https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=6566&indice=4&totalRegistros=345&anoSpan=1998&anoSelecionado=1992&mesSelecionado=0&isPaginado=true
>Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente -CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997 que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.
http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237
>Lei Federal n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651.htm
>Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0227.htm
>Decreto Federal no 62.934, de 02 de julho de 1968 que Aprova o Regulamento do Código de Mineração.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62934.htm

>Decreto Federal n.º 98.812, de 09 de janeiro de 1990 que regulamenta a Lei n.º 7.805, de 18 de julho de 1989 (Regime de Permissão de Lavra Garimpeira) e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98812.htm
>Lei Federal n.º 9.314, de 14 de novembro de 1996 que altera dispositivos do Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9314.htm
>Decreto Federal no 3.358, de 02 de fevereiro de 2000 que regulamenta o disposto na Lei no 9.827, de 27 de agosto de 1999, que "acrescenta parágrafo único ao art. 2o do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei no 9.314, de 14 de novembro de 1996.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3358.htm
>Decreto Federal no 9.406, de 12 de junho de 2018; que regulamenta o Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei n.º 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei n.º 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei n.º 13.575, de 26 de dezembro de 2017.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9406.htm
>Decreto-lei no 3.365 de 21 de junho de 1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública e considera o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, caso de utilidade pública.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm
>Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA n.º 369, de 28 de março de 2006; que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.
http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489
>Decreto Federal no 6.640, de 07 de novembro de 2008 que dá nova redação aos arts. 1o, 2o, 3o, 4o e 5o e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto no 99.556, de 1o de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6640.htm
>Resolução SEMA n.º 003, de 20 de janeiro de 2004 que estabelece procedimentos de integração para emissão da Outorga Prévia da Outorga de Direito de Uso de Recursos e para o licenciamento Ambiental entre os órgãos do Sistema SEMA.
http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=388
>Resolução SEMA n.º 051, de 23 de outubro de 2009 que dispensa de Licenciamento e/ou Autorização Ambiental Estadual de empreendimentos e atividades de pequeno porte e baixo impacto ambiental.
https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=163690&indice=1&totalRegistros=9&anoSpan=2018&anoSelecionado=2009&mesSelecionado=0&isPaginado=true
>Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CEMA n.º 105, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências e, que em seu Artigo 83, prevê a possibilidade de regulamentação específica para cada tipologia de empreendimento ou atividade.
>Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas
https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/cecav/publicacoes/Potencialidades%20de%20Ocorrencias%20de%20cavernas

68183/2025

TAC - **EDITAL Nº 005/2025**

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público que celebrou ***Termo de Ajustamento de Conduta*** *em 13/05/2025,* com as Empresas **ARAUCO DO BRASIL S/A**/CNPJ 76.518.836/0021-98, com a finalidade de recuperar e compensar os danos causados pela conduta lesiva ao meio ambiente praticada, objeto dos Autos de Infração Ambiental nº 168884/2024-SID 22.920.459-9 e 168885/2024-SID 22.920.519-6 lavrados em 18/10/2024.
Obrigações: 1. Realizar o monitoramento da qualidade do ar, no entorno da empresa, conforme as seguintes especificações de poluentes e metodologias:
a. Monitoramento de PTS, MP10 e MP2.5: monitoramento trimestral, através de Amostrador de Grandes Volumes (AGV) e de acordo com as metodologias ABNT/NBR 9547:1997 e ABNT/NBR 13412:1995, OU por metodologia de atenuação de raios beta certificada pela EPA;
b. Monitoramento de SO2: monitoramento trimestral, através de Amostrador de Pequenos Volumes (APV) e de acordo com a metodologia ABNT/NBR 12979:1993 ou ABNT/NBR 9546:1986, OU por metodologia de fluorescência de ultravioleta certificada pela EPA;
c. Monitoramento de NO2: monitoramento trimestral, através de Amostrador de Pequenos Volumes (APV) e de acordo com a metodologia EPA Nº EQN-1277-026, OU por metodologia de quimiluminescência certificada pela EPA;
d. Monitoramento de O3: monitoramento trimestral, através de espectrofotometria de absorção na região do ultravioleta certificada pela EPA;
e. Monitoramento de CO: monitoramento trimestral, através de espectrofotometria de infravermelho não dispersivo certificada pela EPA;
f. Monitoramento de COV: coleta por amostragem ativa em tubos sorventes (metodologia EPA TO-17 ou NIOSH 2549) e análise por cromatografia gasosa com espectrometria de massas (GC/MS);
g. Monitoramento de Formaldeído: coleta por amostragem ativa em reagente DPNH (metodologia EPA TO-5 ou NIOSH 2016) e análise por cromatografia líquida de alta resolução com detector UV;
h. Monitoramento meteorológico: direção e velocidade do vento, temperatura e pressão do ar, umidade relativa do ar, precipitação pluviométrica.
§1º. As metodologias certificadas pela EPA deverão constar na versão atualizada da "LIST OF DESIGNATED REFERENCE AND EQUIVALENT METHODS", publicada por esta agência;
§2º. A certificação/reconhecimento pela EPA pode ser substituída por outra agência ambiental com competência semelhante e reconhecimento internacional, como VDI, DIN e NIOSH;
§3º. As empresas responsáveis pelo monitoramento deverão ter Certificado de Cadastramento de Laboratórios (CCL) ativo no IAT sempre que o parâmetro estiver disponível, e nos casos onde não houver o parâmetro cadastrado em CCL, a empresa deverá realizar a(s) etapa(s) de ensaios laboratoriais em laboratórios acreditados na norma NBR ISO/IEC 17.025 para o respectivo método;
§4º. Os analisadores automáticos deverão apresentar calibração com prazo máximo de 1(um) ano da data de sua utilização em monitoramento. Os analisadores calibráveis com gás de referência deverão apresentar certificado com prazo de validade dos cilindros de gases utilizados e comprovação da aferição dos sensores com o respectivo gás, anteriormente às campanhas de monitoramento. A calibração/aferição de outros tipos de equipamentos de coleta/análise de gases deverão ser justificadas e comprovadas nos relatórios conforme as especificações técnicas do equipamento.
§5º. Para os poluentes COV e formaldeído, ficam dispensados do CCL específico e acreditação NBR ISO/IEC 17.025 para o procedimento de coleta;
§6º. O agendamento de cada uma das campanhas de monitoramento deverá ser informado ao IAT com antecedência mínima de 20 dias, com respectivo cronograma de trabalho, e serão passíveis a acompanhamento em todas as suas etapas;
§7º. Os relatórios com resultados das campanhas devem seguir os requisitos da Resolução CONAMA nº 506/2024 e do anexo XI da Resolução SEDEST nº 02/2025;
§8º. Quanto aos padrões de lançamento, para os poluentes PTS, MP10, MP2.5, SO2, NO2, O3 e CO deverão ser considerados os valores de PI-2 da Resolução CONAMA nº 506/2024; para poluente Formaldeído, deverá se considerar o valor guia da OMS de 100 μg/m³ (30 minutos);
§9º. Para COV, não há padrão para comparação direta, e a cromatografia/espectrometria de massas realizada deverá apresentar o laudo com as concentrações de cada espécie química encontrada na(s) amostra(s).
2. Realizar os monitoramentos em dois locais, concomitantemente, em todas as campanhas. Os pontos foram determinados com auxílio do Estudo de Dispersão Atmosférica apresentado pela COMPROMISSÁRIA através da plataforma SGADEA, e a seguir será utilizada nomenclatura deste estudo para identificação dos pontos:
i. Ponto P10: ponto atualmente utilizado nos monitoramentos de entorno, ao lado do Corpo de Bombeiros na Rua A, 115, Piên-PR;
j. Ponto P07/P08: a COMPROMISSÁRIA deverá propor novo ponto de monitoramento entre os pontos P07 e P08, que disponha da infraestrutura necessária para realização do monitoramento e condições técnicas viáveis para as coletas e medições a serem realizadas. Previamente à primeira campanha de monitoramento, o ponto deve ser informado ao IAT para avaliação e aceite, com prazo de 30 dias antes da campanha.
Cronograma: O prazo para cumprimento das Obrigações assumidas na CLÁUSULA SEGUNDA será de 1 (um) ano a partir da assinatura do presente TAC, onde deverão ser realizadas as 4 (quatro) campanhas trimestrais de 7 (sete) dias de duração descritas, sendo uma em cada trimestre. **Local:** Piên.

67932/2025

EDITAL TC Nº 038/2025

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram ***Termo de Compromisso de Restauração de Dano Ambiental,*** relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Construtora Paladio Ltda	Campina Grande do Sul	168080	22.506.544-6
Construtora Paladio Ltda	Campina Grande do Sul	168081	22.506.601-9
Dagoberto Carlos Lopreato	Mato Rico	125919	15.934.335-9
Darlan Alexansandro Mentz Ervite	Turvo	151903	22.122.867-7
Fernando Guglielmi dos Santos	Pinhal do São Bento	153004	22.530.353-3
Genival Gomes da Silva	Mandirituba	154680	23.253.771-0
Jose Luiz Machado	Rosario do Ivai	165931	22.869.325-1
Moacyr Julio Silvestri Filho	Palmital	142653	18.144.391-0
Moacyr Julio Silvestri Filho	Palmital	142651	18.143.931-9
Patricia Batista Pavezi	Jardim Alegre	165934	22.889.262-9
Patricia Batista Pavezi	Jardim Alegre	165936	22.889.359-5

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Prefeitura Municipal de Imbituva	Imbituva	152194	22.251.583-1
Prefeitura Municipal de Imbituva	Imbituva	152192	22.251.077-5
Rogerio Camargo dos Santos	Iretama	143876	18.340.858-5
Thais Regina Cabral Bonin Bona	Tijucas do Sul	153940	22.865.092-7
Valdecir Constantino	Nova Esperança do Sudoeste	163826	22.036.880-7
Valdecir Constantino	Nova Esperança do Sudoeste	163825	22.036.962-5
Valdecir Constantino	Nova Esperança do Sudoeste	265716	22.087.984-4

Curitiba, 19 de maio de 2.025.

68242/2025

EDITAL TC Nº 039/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas fisicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado*:*

AIA 153565/2024-SID 22.724.516-6/Claudeir dos Santos - CPF/CNPJ: 060.097.509-62 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 153563/2024-SID 22.724.511.5/Angelo Marcio Simão - CPF/CNPJ: 046.128.659-95 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 153403/2024-SID 22.682.766-8/Alisso Fernando Serra - CPF/CNPJ: 081.955.739-08 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 153564/2024-SID 22.724.514-0/Charles dos Santos - CPF/CNPJ: 098.181.799-86 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 168142/2024-SID 22.584.292-2/Aldina Capelesso - CPF/CNPJ: 220.844.449-34 - Aplicação: Programa Proteção do solo – Projeto: SID 16.989.345-4;

AIA 125919/2019-SID 15.934.335-9/Dagoberto Carlos Lopreato - CPF/CNPJ: 825.694.448-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 130090/2021-SID 18.335.736-0/Antono Marcos Faria - CPF/CNPJ: 031.869.639-82 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 139690/2020-SID 16.928.558-6/Josiedson de Andrade Nogueira - CPF/CNPJ: 037.992.229-01 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 147852/2023-SID 20.097.256-2/Carlos Burda - CPF/CNPJ: 015.703.029-60 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 165934/2024-SID 22.889.262-9/Patricia Batista Pavezi - CPF/CNPJ: 081.235.819-80 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 165936/2024-SID 22.889.359-5/Patricia Batista Pavezi - CPF/CNPJ: 081.235.819-80 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 151974/2024-SID 22.161.566-2/Wesley dos Santos Bonfim - CPF/CNPJ: 081.038.569-40 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 151975/2024-SID 22.161.659-6/Wesley dos Santos Bonfim - CPF/CNPJ: 081.038.569-40 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 153004/2024-SID 22.530.353-3/Fernando Guglielmi dos Santos - CPF/CNPJ: 081.647.849-07 - Aplicação: Programa Proteção do solo – Projeto: SID 16.989.345-4;

AIA 167586/2024-SID 22.770.172-2/Miguel Airton Andrade Semkio - CPF/CNPJ: 599.550.829-68 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 208119/2024-SID 22.388.437-7/João Belo - CPF/CNPJ: 973.721.299-15 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 145222/2022-SID 18.903.454-7/Jurema Wandereis Marins - CPF/CNPJ: 063.415.139-84 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6;

AIA 138480/2020-SID 16.697.602-2/Angelo Barausse Neto - CPF/CNPJ: 306.072.059-20 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 142653/2021-SID 18.144.391-0/Moacir Julio Silvestri Filho - CPF/CNPJ: 441.560.229-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 142651/2021-SID 18.143.931-9/Moacir Julio Silvestri Filho - CPF/CNPJ: 441.560.229-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

Curitiba, 19 de maio de 2.025

68243/2025

EDITAL TC Nº 040/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas fisicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado*:*

AIA 163826/2024-SID 22.036.880-7/Valdecir Contantino - CPF/CNPJ: 553.529.959-68 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 163825/2024-SID 22.036.962-5/Valdecir Contantino - CPF/CNPJ: 553.529.959-68 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 265716/2024-SID 22.087.984-4/Valdecir Contantino - CPF/CNPJ: 553.529.959-68 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 153566/2024-SID 22.724.519-0/Renato Bezerra Lima - CPF/CNPJ: 097.698.809-73 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 165900/2024-SID 22.749.673-8/Bom Frete Logistica e Transporte Ltda - CPF/CNPJ: 24.073.150/0001-93 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 143876/2021-SID 18.340.858-5/Rogerio Cmargo dos Santos - CPF/CNPJ: 038.538.209-05 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 168080/2024-SID 22.506.455-6/Construtora Paladio Ltda - CPF/CNPJ: 76.437.458/0001-74 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6;

AIA 168081/2024-SID 22.506.601-9/Construtora Paladio Ltda - CPF/CNPJ: 76.437.458/0001-74 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6;

AIA 151977/2024-SID 22.163.563-9/Benedito Correia - CPF/CNPJ: 431.164.349-72 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 165931/2024-SID 22.869.325-1/José Luiz Machado - CPF/CNPJ: 362.995.969-53 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 131655/2023-SID 20.154.154-9/Wm Comercio de Combustiveis Ltda - CPF/CNPJ: 00.200.573/0002-40 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

AIA 152194/2024-SID 22.251.583-1/Prefeitura Municipal de Imbituva - CPF/CNPJ: 76.175.892/0001-23 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 152192/2024-SID 22.251.077-5/Prefeitura Municipal de Imbituva - CPF/CNPJ: 76.175.892/0001-23 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 162523/2023-SID 21.389.105-7/Prefeitura Municipal de Imbituva - CPF/CNPJ: 76.175.892/0001-23 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 169919/2024-SID 23.076.237-6/C-Mab Etiquetas e Rotulos Ltda - CPF/CNPJ: 13.021.715/0001-72 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 147612/2022-SID 19.918.280-3/Edivaldo Carriel Moreira - CPF/CNPJ: 036.701.759-89 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 153940/2024-SID 22.865.092-7/Thais Regina Cabral Bonin Bona - CPF/CNPJ: 088.363.079-65 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6;

AIA 131107/2021-SID 18.172.917-1/Jose Carlos Yoshio Tamamaru - CPF/CNPJ: 605.830.619-15 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 154136/2024-SID 22.951.932-8/Nivaldo Pereira de Carvalho - CPF/CNPJ: 958.335.959-91 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 151903/2024-SID 22.122.867-7/Darlan Alexansandro Mentz Ervite - CPF/CNPJ: 075.684.619-63 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6;

Curitiba, 19 de maio de 2.025

68244/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 267, DE 16 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o contido no protocolo nº 23.840.592-0;

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor Sidnei Pedro Pisklevitz, RG nº 4.xxx.732-x, para exercer a função de Gerente de Bacia Hidrográfica – Escritório de Francisco Beltrão - ERBEL, no período de 15 a 29 de maio de 2025, por motivo de férias do titular Zellio Casa, RG nº 3.xxx.939-x.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

67784/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 268, DE 16 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 22.526.618-2;

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor José Luiz Scroccaro, RG nº 580.xxx-8, como gestor da parceria, incumbindo-o pela administração e supervisão da parceria celebrada, com plenos poderes para o controle e fiscalização de sua execução.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

67848/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 269, DE 16 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 22.526.618-2;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para integrar a comissão responsável pelo monitoramento e avaliação da parceria:

- Tiago Martins Bacovis, RG nº 7.XXX.870-X.
- Wagner Luiz Rodrigues, RG nº 8.XXX.220-X
- Jean Carlos Helferich, RG nº 04.XXX.012-X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

67849/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 270, DE 19 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o disposto no Item I do Artigo 100 da Lei nº 20.656, de 03 de agosto de 2021;
- Considerando o contido no processo protocolado sob nº 22.824.231-4;

RESOLVE

Art. 1º Instaurar processo de verificação preliminar dos fatos apontados no protocolo nº 22.824.231-4, com a emissão de relatório técnico, em vista de possível falta grave cometida por servidores do IAT, em virtude do alegado atraso na entrega da cópia integral do processo de licenciamento ambiental da Usina Termelétrica de Figueira.

Art. 2º O processo deverá ser conduzido pelos servidores abaixo designados:

- Elias José Rodrigues – RG nº 4.xxx.604-7
- Gislene Lessa – RG nº 1.xxx.203-x
- Juliana Rasera – RG nº 8.xxx.511-x

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para execução de seus trabalhos.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

68033/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 271, DE 19 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de Abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o Decreto Estadual nº 8.955, de 06 de março de 2018, o qual aprova o Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais para Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis, Bens Imóveis, Ativos de Infraestrutura, Bens do Patrimônio Cultural e Ativos Intangíveis, e institui a obrigatoriedade da aplicação pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná, inclusive os Serviços Social Autônomos, e dá outras providências;
- Considerando a Instrução Normativa nº 01, de 22 de março de 2024, que estabelece procedimentos de controle patrimonial de bens móveis, no âmbito do Instituto Água e Terra - IAT;
- Considerando a Portaria do IAT nº 446, de 05 de novembro de 2024, que aprova o cronograma de execução do Plano de Ação para a Implementação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais de Bens Móveis;
- Considerando o Manual de Controle Patrimonial do Instituto Água e Terra - IAT, aprovado através da Portaria IAT nº 83, de 20 de fevereiro de 2025;
- Considerando o conteúdo do protocolo nº 23.725.137-7;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, sob coordenação do primeiro, para compor a Comissão de Inventário de Bens Móveis, da Diretoria Administrativa Financeira – DIAFI:

- Cristian Alberto Pereira Branco – RG nº 6.xxx.244-x
- Bárbara Marques de Latorre Gonçalves – RG nº 6.xxx.281-x
- Vanderlei Pereira Peres – RG nº 3.xxx.527-x
- Suplente: Ozires Ferrarini – RG nº 1.xxx.611-x

Art. 2º Compete aos responsáveis pelo controle local do patrimônio de cada Unidade Administrativa vinculada às Diretorias, Gerências Regionais e Núcleos Locais o envio das informações, dentro dos prazos estabelecidos no Plano de Ação, à Diretoria Administrativa Financeira – DIAFI/Setor de Patrimônio por meio do Sistema Integrado de Protocolo do Estado do Paraná – e-Protocolo (www.eprotocolo.pr.gov.br).

Art. 3º Ficará a cargo da Comissão responsável identificar a situação patrimonial e o estado de conservação dos bens móveis inventariados de acordo com as normativas descritas no Manual de Gestão de Bens Móveis.

Art. 4º Deverão ser relacionados e identificados os bens móveis que se encontrem sem a plaqueta patrimonial ou sem o registro patrimonial no sistema de Gestão de Patrimônio Móvel – GPM.

Art. 5º Durante a realização de qualquer tipo de inventário, fica vedada qualquer movimentação física de bens localizados na unidade abrangida pelos trabalhos, exceto mediante autorização específica do gestor.

Art. 6º Os Gerentes Regionais, Chefes de Núcleo Local, Chefes de Divisão, Diretores e Gerentes do IAT deverão atestar, via protocolo, que os bens móveis foram devidamente inventariados e proceder o encaminhamento do atesto assinado fisicamente ou digitalmente ao Setor de Patrimônio.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

68060/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 272, DE 19 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando os artigos 10, 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
- Considerando o Contrato nº 2565/2024, o qual tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para elaboração de projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, e a execução da obra de reforma do escritório local do IAT, reparos do Centro Receptivo de Brasília, da revitalização da praça de alimentação e da praça ao ar livre em Encantadas na Ilha do Mel – Paranaguá/PR, firmado com a empresa Power Tecnologia Ltda Me;
- Considerando o conteúdo do protocolo nº 24.000.180-2 e nº 20.954.349-4 e apensos,

RESOLVE

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Designar o servidor José Luiz Scroccaro, RG nº xxx.844-x, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 2 de abril de 2025, para exercer a função de Gestor do Contrato acima citado.

Art. 2º Designar o servidor Saleiman José Andraus, RG nº 3.xxx.750-x, nomeado pelo Decreto Estadual nº 88, de 9 de janeiro de 2023, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido Contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria IAT nº 169, de 14 de maio de 2024.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

68258/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 273, DE 19 DE MAIO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando a necessidade de dar efetividade ao "princípio da prevenção" consagrado na Política Nacional do Meio Ambiente (artigo 2 º, incisos I, IV e IX da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e na Declaração do Rio de Janeiro de 1992 (Princípio nº 15);
- Considerando o disposto na Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas, bem como diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas;
- Considerando a Resolução CEMA n° 129, de 23 de novembro de 2023, que dispõe sobre procedimentos para Proteção da Qualidade do Solo e das Águas Subterrâneas e sobre o Gerenciamento de Áreas Contaminadas no Estado do Paraná, e dá outras providências;

RESOLVE

Art. 1º Definir os critérios e as diretrizes mínimas para o Programa de Monitoramento Preventivo das águas subterrâneas em áreas com atividades potencialmente geradoras de áreas contaminadas.

Art. 2º Para efeito desta Resolução, adotam-se as definições:

I. Água subterrânea: água que ocorre abaixo da superfície, em solos, sedimentos ou rochas, preenchendo os poros ou vazios intergranulares, fraturas, falhas e fissuras.

II. Área com potencial de contaminação - AP: área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria em que foram ou estão sendo desenvolvidas atividades que, por suas características, possam acumular quantidades de matéria ou concentrações de substâncias que a tornem contaminada.

III. Área fonte: área, relacionada a um determinado processo operacional, que contém ou conteve fontes potenciais ou fontes primárias de contaminação.

IV. Contaminação: presença de substância, em ao menos um dos recursos ambientais, decorrente de atividade antrópica, em concentração ou quantidades superiores às definidas em avaliação de risco em cenário de exposição padronizado ou específico, e em Padrões Legais Aplicáveis (PLA).

V. Fonte potencial de contaminação: instalação, equipamento ou material a partir do qual as substâncias químicas de interesse se originem e possam ser liberadas para um ou mais compartimentos do meio físico.

VI. Solo: sistema aberto, dinâmico, sujeito a fluxos internos e externos, onde ocorrem processos físicos, químicos e biológicos, resultantes da alteração e evolução do material original (rocha ou mesmo outro solo) pela ação de organismos vivos, clima, influência do relevo e tempo de exposição.

VII. Unidade Hidroestratigráfica: unidade de solo ou rocha que se distingue por sua porosidade e permeabilidade, com capacidade de armazenar e transmitir águas subterrâneas de forma semelhante.

VIII. Valor de investigação - VI: concentração de determinada substância no solo, na água subterrânea ou em outros meios, acima da qual existem riscos potenciais diretos e indiretos à saúde humana e outros bens a proteger, considerando um cenário de exposição padronizado.

Art. 3º Os responsáveis legais pela operação de atividades potencialmente geradoras de áreas contaminadas deverão apresentar e executar um Programa de Monitoramento Preventivo conforme diretrizes mínimas dos Anexos I e II nos casos previstos na Resolução CEMA n°129/2023, em normativas específicas para o licenciamento ambiental de cada atividade e quando solicitado pelo órgão ambiental no exercício de suas atribuições.

§ 1º A implementação do programa não demandará a aprovação prévia do órgão ambiental, exceto quando previsto em normativa específica da atividade ou expressamente solicitado.

§ 2º O órgão ambiental poderá, a partir da avaliação do Programa de Monitoramento apresentado, bem como dos resultados decorridos da sua implantação, determinar sua adequação a qualquer momento.

§ 3º Respeitadas as diretrizes mínimas a que se refere o caput e as recomendações do órgão ambiental, esta normativa enseja a utilização de métodos e técnicas atualizadas, desde que respaldadas em normas técnicas nacionais e internacionais.

§ 4º Os critérios técnicos adotados poderão ser reformulados ou complementados pelo Instituto Água e Terra, de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

Art. 4º Os relatórios técnicos definidos nos anexos deverão ser acompanhados por Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida por profissional com atribuições compatíveis com as atividades executadas.

Art. 5º Todos os procedimentos e ensaios executados no local de estudo devem ser realizados de acordo com as últimas erratas e substituições das Normas Técnicas ABNT NBR pertinentes, com registro documental e fotográfico que contenha a indicação das coordenadas, data e local.

Art. 6º Durante a execução dos procedimentos de campo previstos nos anexos desta portaria, devem ser empregados métodos e equipamentos adequados ao atendimento dos objetivos e compatíveis com os meios a serem investigados, considerando as tecnologias disponíveis, o desenvolvimento científico e as normas técnicas vigentes.
§ 1.º As justificativas de impossibilidade de penetração da sondagem no terreno, em caso de uso de equipamentos inadequados, não serão consideradas.

Art. 7º Os mapas solicitados devem ser elaborados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica - SIG, com coordenadas em UTM/Datum SIRGAS 2000, contendo legenda, mapa de localização da área de estudo, *grid,* escala gráfica e indicação do norte.

Art. 8º O Instituto Água e Terra comunicará, através de ofício ao Conselho de Classe, toda constatação de omissão e/ou não cumprimento das diretrizes mínimas estabelecidas, que resultem em estudos desprovidos de consistência técnica, para aplicação das medidas pertinentes.

Art. 9º Na aplicação dos procedimentos desta normativa devem ser atendidas as diretrizes da Resolução CEMA n. 129/2023, da Resolução CEMA n° 100/2017 e demais exigências de normativas específicas para o licenciamento ambiental de cada atividade.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

ANEXO I

DIRETRIZES MÍNIMAS PARA PROGRAMA DE MONITORAMENTO PREVENTIVO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS EM ÁREAS COM ATIVIDADES POTENCIALMENTE GERADORAS DE ÁREAS CONTAMINADAS

OBJETIVOS E DIRETRIZES GERAIS

O Programa de Monitoramento Preventivo tem como objetivo detectar precocemente alterações de qualidade das águas subterrâneas decorrentes da liberação de substâncias químicas a partir de fontes potenciais de contaminação, em geral relacionadas a atividades potencialmente geradoras de áreas contaminadas.

O monitoramento preventivo permite constatar substâncias químicas o mais breve e mais próximo possível da fonte primária/secundária, alertando para a necessidade de ação. Dentre as ações possíveis está a aplicação das etapas do gerenciamento de áreas contaminadas. Nas áreas em que for constatada a ultrapassagem do Valor de Investigação para determinada substância, o Responsável Legal deverá adotar as ações necessárias à identificação do fato causador da alteração da qualidade do meio e adotar os procedimentos previstos no Art. 11, § 3º, da Resolução CEMA n°129/2023.

Observação 1: o monitoramento preventivo parte dos mesmos princípios utilizados no gerenciamento de áreas contaminadas, porém sob um recorte específico: trata apenas das fontes potenciais de contaminação presentes no empreendimento e/ou atividade e do monitoramento dos impactos que essas possam vir a causar na água subterrânea. Para ações voltadas ao gerenciamento de riscos a bens a proteger aplicam-se as etapas do gerenciamento de áreas contaminadas.
Observação 2: os procedimentos aqui descritos, guardadas as devidas restrições e adaptações, poderão ser utilizados como base para monitoramento de alterações de qualidade das águas subterrâneas em consequência da liberação de poluentes não enquadrados como substâncias químicas com interesse toxicológico.

ROTEIRO DE EXECUÇÃO

O presente roteiro apresenta as etapas para o Programa de Monitoramento Preventivo, divididas em três conjuntos de procedimentos distintos e sequenciais:

1. Diretrizes do Programa de Monitoramento Preventivo
2. Relatório do Programa de Monitoramento Preventivo
3. Execução e Relatório do Monitoramento Preventivo

A etapa 1 diz respeito ao conjunto de ações a serem executadas na elaboração do programa. A etapa 2 descreve a estrutura relatório a ser apresentado ao órgão ambiental e que servirá de guia para a realização das campanhas de monitoramento. A etapa 3, por sua vez, aborda a execução do programa, na forma de campanhas de monitoramento, assim como a apresentação dos resultados em um relatório.

1 DIRETRIZES DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO PREVENTIVO

Para a elaboração do Programa de Monitoramento Preventivo, o Responsável Técnico deverá seguir o seguinte roteiro:

i. Executar o Estudo Hidrogeológico, conforme Anexo II.
ii. Caracterizar a Área com Potencial de Contaminação (AP), por meio do levantamento das características da atividade, incluindo seus processos produtivos, resíduos e efluentes, com identificação das áreas fonte e das fontes potenciais de contaminação, adotando os preceitos da etapa de Avaliação Preliminar de Passivos Ambientais.
iii. Definir as substâncias químicas de interesse (SQI) para o monitoramento preventivo, com base na caracterização das fontes potenciais de contaminação.
iv. Estabelecer um modelo conceitual da área que ampare as atividades subsequentes, através da integração de informações relevantes sobre as unidades hidroestratigráficas, a potenciometria e as direções do fluxo da água subterrânea, a hidrografia, a localização e características das áreas fonte e das fontes potenciais de contaminação, das substâncias químicas de interesse identificadas, dos poços de monitoramento pré-existentes, das nascentes e dos poços de captação utilizados para abastecimento de água, resultando na definição das zonas alvo do monitoramento.
v. Realizar a locação, projeto, construção e desenvolvimento dos poços de monitoramento com características e posicionamento compatível com o modelo conceitual desenvolvido da área no item anterior. Estas atividades deverão ser realizadas em conformidade com as normas técnicas ABNT NBR 15495, partes 1 e 2, em suas versões vigentes. Deverá ser mantido registro documental de todos os procedimentos da instalação dos poços.
vi. Aprimorar o modelo conceitual hidrogeológico inicial, com base nas informações obtidas durante e após a instalação dos poços de monitoramento.
vii. Definir, em alinhamento com laboratórios de análises químicas ambientais, os aspectos relativos à amostragem e aos ensaios analíticos, tais como: os métodos de amostragem e de preservação das amostras, o programa de controle de qualidade para a amostragem e transporte das amostras, métodos analíticos a serem empregados, cronograma do monitoramento preventivo, incluindo a frequência da realização de campanhas de amostragem.
viii. Buscar na legislação e normativas vigentes os valores orientadores para águas subterrâneas que serão utilizados para comparação com os resultados do monitoramento. Na ausência de valores orientadores no âmbito estadual ou federal para determinada substância cabe ao responsável técnico buscar referências internacionais, sujeitas a posterior aprovação pelo órgão ambiental.
ix. Buscar na legislação e normativas vigentes exigências próprias para o monitoramento preventivo de atividades específicas.

Observação 1: como regra geral, existindo suspeita de contaminação em determinada área fonte, aplicam-se localmente as etapas do gerenciamento de áreas contaminadas previamente ao estabelecimento do monitoramento preventivo, sem prejuízo para a continuidade do monitoramento nas demais áreas do empreendimento.
Observação 2: o Programa de Monitoramento Preventivo deverá observar as normas técnicas nacionais (ABNT NBR) relativas ao projeto, construção e desenvolvimento de poços de monitoramento, bem como à purga e amostragem de água subterrânea.
Observação 3: a quantidade, o posicionamento e o projeto dos poços de monitoramento deverão ser suficientes para atender aos objetivos do monitoramento preventivo. Deve ser instalado ao menos um poço de monitoramento a montante de todas as fontes potenciais de contaminação.
Observação 4: os poços de monitoramento deverão ser construídos de modo a não favorecer o comprometimento da qualidade da água subterrânea, devendo o responsável técnico atentar para o dimensionamento correto do tubo de revestimento, do selo, e da câmara de calçada. Os poços deverão possuir tampa com cadeado, com acesso exclusivo aos responsáveis por trabalhos técnicos de manutenção dos poços, de medições em campo e de coleta de amostras. O responsável legal pela área deverá garantir que o poço de monitoramento se mantenha em boas condições ao longo de toda a sua vida útil. A identificação de desconformidades em um poço poderá resultar na necessidade do seu tamponamento definitivo.
Observação 5: é obrigatório o descomissionamento dos poços de monitoramento que não cumpram qualquer função no monitoramento preventivo.
Observação 6: a depender das condições particulares da área de estudo, poderão ser necessários procedimentos adicionais não contemplados neste roteiro de execução, como métodos de investigação indireta (ensaios geofísicos).

2 RELATÓRIO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO PREVENTIVO

O Programa de Monitoramento Preventivo deverá ser sistematizado em um relatório a ser entregue em formato digital, em pdf, via protocolo digital ou outro meio indicado na licença ou normativa específica para a atividade, e deverá conter:

2.1 Modelo conceitual da área

i. Dados cadastrais da área: endereço, identificação do responsável legal, CNPJ/CPF, razão social; coordenadas UTM (obtidas no centro geométrico da área) no Datum SIRGAS2000.
ii. Identificação do responsável técnico.
iii. Caracterização do empreendimento, com descrição sucinta dos seguintes aspectos: unidades que o compõem e os processos a elas associados; efluentes gerados e sistema(s) de drenagem, armazenamento e tratamento de efluentes; indicação das matérias primas, produtos, resíduos e como são manuseados e armazenados; fonte de abastecimento de água; recursos energéticos utilizados, em particular os combustíveis e sua forma de armazenamento e distribuição no empreendimento; emissões atmosféricas, quando estas puderem impactar a qualidade do solo e da água subterrânea.
iv. Descrição das Áreas com Potencial de Contaminação, áreas fonte e fontes potenciais de contaminação identificadas.
v. Substâncias químicas de interesse (SQI) selecionadas para o monitoramento acompanhada de justificativa técnica.
vi. Memorial da instalação dos poços de monitoramento que contenha, dentre outros aspectos:
   a. Justificativa sobre a locação dos poços e zonas alvo de monitoramento.
   b. Descrição dos procedimentos realizados e dos equipamentos utilizados, acompanhado de registro fotográfico. Deve contemplar no mínimo três fotos por poço finalizado: uma foto da localização com identificação do poço; uma demonstrando o acabamento em superfície (selo, laje, câmara de calçada) e outra a tampa do tubo de revestimento.
   c. Representação gráfica dos perfis construtivos e estratigráficos das sondagens.
   d. ART contemplando as atividades de projeto e construção de poços de monitoramento.
   e. Consolidação do modelo conceitual hidrogeológico a partir dos dados obtidos com a instalação dos poços, acompanhado de novo mapa potenciométrico (com indicação dos poços instalados).
vii. Modelo conceitual da área, incluindo as hipóteses sobre a liberação de substâncias químicas para os compartimentos do meio ambiente, seu transporte na zona não saturada e na zona saturada e sobre a formação e migração de pluma de fase dissolvida (incluindo tendência de direção de deslocamento). Representar em texto, planta e seção. A planta deverá integrar, no mínimo, curvas potenciométricas, direções de fluxo da água subterrânea, os poços de monitoramento e as fontes potenciais de contaminação monitoradas.

2.2 Plano de monitoramento

i. Descrição das técnicas e equipamentos a serem utilizadas na amostragem, preservação, acondicionamento e transporte das amostras.
ii. Georreferenciamento (datum SIRGAS2000) dos poços de monitoramento e dos poços de abastecimento de água que serão efetivamente utilizados no monitoramento preventivo (apresentados na forma de tabela).
iii. Especificação das medidas de controle de qualidade.
iv. Listagem de valores orientadores ou padrões legais aplicáveis que serão utilizados para comparação com as concentrações obtidas nas campanhas de monitoramento. Deverá prever, no mínimo, a utilização dos Valores de Investigação estabelecidos no anexo II da Resolução CONAMA n°420/2009, suas eventuais atualizações, ou outros valores de referência que venham a ser publicados no âmbito estadual.
v. Periodicidade das campanhas de amostragem e de apresentação de relatórios.

Anexos:

a. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)
b. Registro fotográfico em quantidade e qualidade suficientes para caracterizar o empreendimento e demais aspectos considerados relevantes pelo responsável técnico.
c. Estudo Hidrogeológico, de acordo com Anexo II desta Portaria.

Observação 1: A apresentação do Relatório do Programa de Monitoramento Preventivo deverá ser realizada em acordo com as normas pertinentes ao licenciamento ambiental de cada atividade, ou atendendo ao demandado pelo órgão ambiental no exercício de suas atribuições.

3 EXECUÇÃO E RELATÓRIO DO MONITORAMENTO PREVENTIVO

O Monitoramento Preventivo das águas subterrâneas deverá ser executado conforme o Programa de Monitoramento Preventivo elaborado, respeitando as normativas vigentes e eventuais condicionantes da Licença de Operação. Cada campanha de monitoramento deve gerar um relatório a ser entregue em formato digital, em pdf, via protocolo digital ou outro meio indicado na licença ou normativa específica para a atividade, e deverá conter:

i. Dados cadastrais da área: endereço, identificação do responsável legal, CNPJ/CPF, razão social; coordenadas UTM e Datum de referência.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ii. Número de protocolo no qual foram apresentados o Programa de Monitoramento Preventivo e o relatório da campanha de monitoramento anterior.
iii. Georreferenciamento, nível estático e estado de conservação dos poços utilizados (tabela e registro fotográfico).
iv. Mapa potenciométrico (deve ser atualizado a cada campanha)
v. Parâmetros físico-químicos monitorados em campo por campanha de amostragem (tabela com resultados por poço). Obrigatório monitorar temperatura, pH, ORP, CE, OD e Turbidez.
vi. As condições pluviométricas vigentes durante os trabalhos de campo, no mês que antecedeu a campanha (média e acumulada diária), juntamente com a série histórica da precipitação pluviométrica regional (média e acumulada mensal para último ano).
vii. Descrição das técnicas, materiais utilizados e medidas de controle de qualidade empregados na amostragem, preservação, acondicionamento e transporte das amostras.
viii. Validade *(Holding time)* das amostras por tipo de parâmetro analisado.
ix. Apresentação dos resultados em tabelas, contendo a série histórica por ponto de amostragem e parâmetros de interesse, com limites de quantificação, valores de referência e data de amostragem.
x. Interpretação e avaliação dos resultados dos ensaios analíticos, comparando-os com os valores orientadores e outros padrões, além de gráficos comparativos da tendência temporal.
xi. Ações efetivas adotadas com base nos resultados obtidos.
xii. Conclusões e recomendações.
xiii. Em anexo:
a. Laudos analíticos devidamente assinados pelo profissional responsável pelas análises.
b. Cadeias de custódia, incluindo fichas de campo e de recebimento de amostras, firmadas pelo executor da amostragem e pelo laboratório.
c. Cópia do certificado do CCL emitido para o laboratório responsável pelas análises;
d. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
e. Registro fotográfico de todas as etapas realizadas em campo, destacando-se todos os procedimentos de amostragem utilizados e o acondicionamento das amostras para transporte.

Observação 1: os ensaios analíticos de água subterrânea deverão ser realizados por empresa acreditada pela *Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro* (*Cgcre*) e cadastrada no CCL do Instituto Água e Terra, conforme Resolução CEMA n° 100/2017.
Observação 2: aplicam-se ao monitoramento preventivo as normas ABNT NBR 15.847 - Amostragem de Água Subterrânea em Poços de Monitoramento - Métodos de Purga e ABNT NBR 16.435 – Controle da qualidade na amostragem para fins de investigação de investigação de áreas contaminadas - Procedimento.
Observação 3: recomenda-se a realização de uma primeira campanha para definição de *background* ou *baseline*.

ANEXO II

DIRETRIZES MÍNIMAS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO HIDROGEOLÓGICO APLICADO AO MONITORAMENTO PREVENTIVO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

OBJETIVO E DIRETRIZES GERAIS

O Estudo Hidrogeológico tem como objetivo obter informações da hidrogeologia da área de interesse para subsidiar a elaboração e execução do Programa de Monitoramento Preventivo das águas subterrâneas (Anexo I).

ROTEIRO DE EXECUÇÃO

O estudo hidrogeológico consiste em um panorama da hidrogeologia regional e local obtido pela integração de informações existentes e obtidas em campo. A elaboração do estudo deverá contemplar:

i. Hidrogeologia Regional

A partir de levantamento bibliográfico e consulta a bases de dados públicas, descrever sucintamente informações como: as unidades litoestratigráficas e os sistemas/unidades aquíferas presentes, os tipos de porosidade (primária e secundária), estruturas geológicas determinantes para a hidrodinâmica dos aquíferos identificados, distribuição de áreas de recarga e descarga, bacias e sub-bacias hidrográficas, principais corpos hídricos superficiais, precipitação mensal do ano atual e dos últimos 5 anos (média e acumulada), espessura e textura de solo esperadas, vulnerabilidade à contaminação, curvas potenciométricas e fluxo regional da água subterrânea, conforme estejam disponíveis. A área de abrangência desse levantamento deve ser representativa das condições hidrogeológicas da área de interesse.

As informações obtidas que sejam relevantes para compreensão do contexto local deverão ser sintetizadas na forma de texto e representadas em mapa (em escala compatível e localizando a área de estudo).
ii. Hidrogeologia Local

Com base na hidrogeologia regional e em consulta a trabalhos técnicos anteriores na área de estudo (se existentes), o responsável técnico deverá:

a. inspecionar a área de interesse e entorno para planejamento dos trabalhos de campo e identificação de: condições de relevo que apontam áreas de recarga e de descarga de água subterrânea, corpos hídricos superficiais, nascentes e pontos de captação de água subterrânea (poços cacimba/rasos e tubulares);
b. realizar o levantamento de informações (características construtivas, perfis litológicos, nível estático e nível dinâmico) dos poços tubulares instalados, no raio de 500 metros a partir da área de estudo, cadastrados na base de dados do SIGARH/IAT e CRH/IAT (Instituto Água e Terra), assim como da SIAGAS/SGB (Serviço Geológico do Brasil);
c. obter e registrar a precipitação diária do mês que antecede o campo (média e acumulada). A estação pluviométrica deve estar o mais próxima possível da área de estudo;
d. executar sondagens de reconhecimento para descrição de perfis de solo, identificação e medição do nível de água;
e. elaborar ao menos 2 seções, preferencialmente perpendiculares entre si, representando os horizontes de solo, sedimento ou rocha identificados;
f. delimitar as unidades hidroestratigráficas;
g. elaborar mapa potenciométrico com base nas informações obtidas nas sondagens de reconhecimento, indicando ainda a localização de cada sondagem.

Observação 1: o responsável técnico deverá manter registro detalhado das sondagens de reconhecimento, inclusive fotográfico, contemplando, dentre outros aspectos a descrição dos perfis, a localização de cada sondagem (georreferenciada) e os equipamentos utilizados. Poderão ser utilizadas como referências a norma ABNT NBR 15492 e as normas técnicas ABGE da série 100.

Observação 2: os equipamentos utilizados nas sondagens de reconhecimento deverão ser compatíveis com as condições do solo e com a profundidade do freático local e deverão ser capazes de obter amostras com qualidade suficiente para a descrição do perfil e identificação das unidades hidroestratigráficas.

iii. Consolidação do modelo conceitual hidrogeológico inicial

Texto síntese sobre as informações obtidas, integrando aspectos da hidrogeologia regional e local que permitam uma compreensão inicial das dinâmicas de infiltração e circulação da água subterrânea na área de estudo.

68329/2025

Portaria n° 10036/2025/REV-GOUT. Prot. 24.008.962-9. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) PINDUCA INDUSTRIA ALIMENTICIA LTDA - CPF/CNPJ 75.875.773/0002-00. Rio Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.353.261,25 N 348.160,49 E. Validade 35 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 22.50 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Araruna. Esta portaria revoga a portaria n° 1216/2015.

68124/2025

Portaria n° 11034/2025/OD-GOUT. Prot. 22.875.161-8. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) WIENFRIED MATTHIAS LEH - CPF/CNPJ 433.323.079-91. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.181.089,91 N 427.631,93 E. Validade 30/01/2026. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal, Limpeza. Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 05:54 horas/dia 31 dias/mês. Município Guarapuava. Esta portaria revoga a portaria n° 198/2023.

68241/2025

Portaria n° 11032/2025/OD-GOUT. Prot. 23.690.876-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) VALDOMIRO ZANARDI - CPF/CNPJ 412.956.509-59. Pirapó. Coordenadas UTM 7.476.657,91 N 399.879,79 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 10.10 m³/h 05:14 horas/dia 30 dias/mês. Município Colorado.

67949/2025

Portaria n° 11031/2025/OP-GOUT. Prot. 23.491.316-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) JOAO LUIZ PASQUALI - CPF/CNPJ 480.847.869-20. Ivaí. Coordenadas UTM 7.457.196,15 N 320.295,18 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 125.00 m³/h 10:24 horas/dia 31 dias/mês. Município Guairaçá. Esta portaria revoga a portaria n° 12509/2024/AP-GOUT.

67944/2025

Portaria n° 11035/2025/OP-GOUT. Prot. 23.080.518-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S A - CPF/CNPJ 38.733.648/0030-84. Tibagi. Coordenadas UTM 7.418.422,80 N 481.602,68 E. Validade 2 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 5.50 m³/h 07:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Londrina. Esta portaria revoga a portaria n° 1341/2020.

68261/2025



Secretaria da Educação

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4625 - 19/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 640
Nome do Município: CORNELIO PROCOPIO
Código do Estabelecimento: 5812
Nome do Estabelecimento: CASTRO ALVES, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANDREIA MARA DE SOUZA PUCINELI	101436527PR	82	064005812C001	7	16/05/2025	2024
THAYSMIM DE SOUSA FERREIRA	538347144SP	83	064005812C001	7	16/05/2025	2024

CORNELIO PROCOPIO, 19 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): ANA PAULA CLAUDINO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº nº 01398
Nome do(a) Diretor(a): EDWARD SOARES SILVA SOBRINHO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº nº 04033

68252/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4621 - 19/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA PAULA DOS SANTOS ALVES	101962733PR	107	069025617C006	22	12/05/2025	2024
ROSANA DORNELAS DO CARMO	86948400PR	109	069025617C006	22	14/05/2025	2024

CURITIBA, 19 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 02/2021 Data Ato: 08/12/2021

67883/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4624 - 19/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7173
Nome do Estabelecimento: CENTRO ED PROFIS ANISIO J. PEDRUSSI-CEAP
Nome do Curso: E T N M-ENFERM DO TRAB ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
VALDIRENE LEMES DOS SANTOS	7.541.740-3PR	138	069007173C001	7	13/05/2025	2024

CURITIBA, 19 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARINEZ APARECIDA CONTE
Nº Ato do(a) Secretário(a): ATO Nº 02/15 DATA ATO 03/08/2015
Nome do(a) Diretor(a): HELENA FRANÇA PEDRUSSI
Nº Ato do(a) Diretor(a): ATO Nº 01/01 Data ato:17/11/2001

67907/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4479 - 19/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 23869
Nome do Estabelecimento: INSTITUTO MONITOR
Nome do Curso: TEC EM ADMINISTRACAO-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IRIS FERREIRA DE SOUZA	8455800PA	140	069023869D002		22/04/2025	2025

CURITIBA, 19 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): CAROLINE RIBEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): N Ato: 02/2024 Data Ato: 08/10/2024
Nome do(a) Diretor(a): VALÉRIA LOPES TEIXEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2021

68201/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4620 - 19/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM DES DE SIST-SUB ET IC

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
GUILHERME CANDIDO DINIZ	15.079.111-1PR	78	069024894D003	4	08/04/2025	2025

CURITIBA, 19 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

67888/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4623 - 19/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7173
Nome do Estabelecimento: CENTRO ED PROFIS ANISIO J. PEDRUSSI-CEAP
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
FLAVIA ALMEIDA DOS SANTOS	10.056.875-6PR	223	069007173D001	1	13/05/2025	2016

CURITIBA, 19 de Maio de 2025.
Nome do(a) Secretário(a): MARINEZ APARECIDA CONTE
Nº Ato do(a) Secretário(a): ATO Nº 02/15 DATA ATO 03/08/2015
Nome do(a) Diretor(a): HELENA FRANÇA PEDRUSSI
Nº Ato do(a) Diretor(a): ATO Nº 01/01 Data ato:17/11/2001

67899/2025

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 4622 - 19/05/2025
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24376
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS DEMOCRATA
Nome do Curso: TEC EM TRANSACOES IMOB-S ET GN

Nome do Aluno	RG	N Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANGELA CRISTINA SILVA DE MELO	91404338PR	332	069024376D006	67	14/05/2025	2024
CASSIANE LOPES DOS SANTOS	153172633PR	352	069024376D006	71	15/05/2025	2025
CHARLES ANDRÉ TESKE	74058531PR	342	069024376D006	69	14/05/2025	2025
DANIEL FABIANO RIBEIRO PIRES	70963876PR	341	069024376D006	69	14/05/2025	2024
DANIEL SILVA DA SILVEIRA	2673663PR	346	069024376D006	70	15/05/2025	2025
DOUGLAS PEREIRA	110649533PR	335	069024376D006	67	14/05/2025	2024
ELISANIA PAULINO ALVES DE PAULA	92302369PR	337	069024376D006	68	14/05/2025	2025
FABIO LUIZ DE ANDRADE	54063784PR	343	069024376D006	69	15/05/2025	2025
FELIPE DOS SANTOS SUSIN	104707520PR	348	069024376D006	70	15/05/2025	2025
GABRIEL HENRIQUE MORENO CORREA	140969869PR	334	069024376D006	67	14/05/2025	2025
JACQUELINE DE JESUS RODRIGUES PRADO	86166437PR	354	069024376D006	71	15/05/2025	2024
JESSICA ANDRESSA STURARO TORQUATO	103702569PR	351	069024376D006	71	15/05/2025	2024

JOSÉ ANDERSON DA SILVA MACIEL	19448465MG	350	069024376D006	70	15/05/2025	2024
JOSIEL PINTO CARNEIRO	80328311PR	347	069024376D006	70	15/05/2025	2025
LUCIANE SANTANA LIMA	86928736PR	349	069024376D006	70	15/05/2025	2024
MARCOS ANTÔNIO SUBKOWIAKI	41458798PR	338	069024376D006	68	14/05/2025	2025
MARIA FERNANDA DA SILVA PRADO	144762940PR	339	069024376D006	68	14/05/2025	2025
MARIA FERNANDA PASTERNAK CARDOSO	76800014PR	336	069024376D006	68	14/05/2025	2023
MARISTELA LOURENCO	12704062PR	333	069024376D006	67	14/05/2025	2025
PAULO CESAR ARGENTA MOCINHO JUNIOR	136566016PR	340	069024376D006	68	14/05/2025	2024
RAPHAELLA PALUDO	75658389PR	344	069024376D006	69	15/05/2025	2024
RICARDO PERES	111235449PR	345	069024376D006	69	15/05/2025	2025
TIAGO JETRO CARDOSO MOTA	93962443PR	353	069024376D006	71	15/05/2025	2024

CURITIBA, 19 de Maio de 2025.

Nome do(a) Secretário(a): HOMERO QUADROS FILHO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº Ato: 006/2013 Data Ato: 07/11/2013
Nome do(a) Diretor(a): KAROLYNE ROSÁRIO GOLAZ
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 05/2014 Data Ato: 12/02/2014

67886/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 23.831.027-0

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral, e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** o afastamento da servidora **Loraine Soares dos Santos Viale Galdino**, RG n.º 9.409.XXX-4, Agente Educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB/SEED, para prestar serviços na 28.ª Zona Eleitoral de Apucarana pelo período de 1 (um) ano, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida por meio do Ofício n.º 41/2025.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68264/2025

RESOLUÇÃO N.º 2613/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 21.795.418-5,
R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor Nelson Marczal, RG n.º 4.253.XXX-9, professor, QPM, LF 01, por infração do art. 279, inciso III, do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68155/2025

RESOLUÇÃO N.º 2614/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 22.334.852-1,
R E S O L V E:

Art. 1.º Suspender pelo prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 291, inciso III c/c art. 293, inciso III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor Dualcei Andrade de Souza, RG n.º 10.273.XXX-4, professor, QPM, LF 91, por infração do art. 279, inciso VIII e art. 285, inciso VII, do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68158/2025

RESOLUÇÃO N.º 2628/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 19.042.010-8,
R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, as servidoras Hilana Keiti David, RG n.º 6.217.XXX-1, professora, QPM, LF 01, por infração do art. 279, inciso I, do mesmo Diploma Legal.; e, Marisol Nizia Portela, RG n.º 5.062.XXX-4, professora, QPM, LF 01, por infração do art. 279, inciso VIII, do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Absolver a servidora Elaine Provenci de Barros, RG n.º 6.225.XXX-5, professora, QPM, LF 01 e 02.
Art. 3.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68161/2025

RESOLUÇÃO N.º 2635/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 21.913.227-1,
R E S O L V E:

Art. 1.º Suspender pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 291, inciso III c/c art. 293, inciso III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Maria Cristina Capelari, RG n.º 3.214.XXX-5, agente educacional II, QFEB, LF 01, por infração do art. 285, inciso III, do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68186/2025

RESOLUÇÃO N.º 2706/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 19.471.159-0,
R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Elui Salete Wasilewski Silva, RG n.º 5.945.XXX-2, agente educacional II, QFEB, LF 01, por infração do art. 279, inciso XIV, do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Absolver as servidoras Celimar Maria Trentin, RG n.º 3.562.XXX-2, professora, QPM, LF 01, e, Danielle dos Santos Felisberto Lagni, RG n.º 12.476.XXX-9, professora, QPM, LF 01
Art. 3.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68188/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 2745/2025 – GS/SEED

Súmula: Altera a Resolução n.º 1697/2025 – GS/SEED.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido nos protocolados n.º 22.904.055-3 e apensados.

R E S O L V E:

Art. 1.º Alterar a Resolução GS/SEED n.º 1697/2025, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 11.873 em 28 de março de 2025, tornando sem efeito a parte que substitui a servidora Érika Vicentin Corrêa, RG n.º 10.543.XXX-4/PR, pela servidora Juliana Martins Sena Vieira da Rosa, RG n.º 4.359.XXX-8/PR, como membro vogal.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68121/2025

RESOLUÇÃO N.º 2746/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 23.977.716-3,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Lorene da Silva, RG n.º 10.911.XXX-8/PR, Alessandro da Silva Lima, RG n.º 8.752.XXX-4/PR e Luciana Paula da Silva, RG n.º 5.885.XXX-5/PR, todos em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Newson Leal Fernandes, RG n.º 9.764.XXX-0/PR e CPF n.º XXX.678.441-XX, Professor pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 02 e 03, por, supostamente, infringir os arts. 279, inciso III, 285, inciso IV e 293, inciso V, alínea "c" da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I, II, III e VI c/c art. 293, incisos I, II, III e V da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68126/2025

RESOLUÇÃO N.º 2753/2025 - GS/SEED

Súmula: Substitui membros da Comissão de Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 23.456.793-4

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Orestes Kawa, RG n.º 6.056.XXX-3 PR, Angela Leticia Nezzo Ramos da Silva, RG n.º 6.501.XXX-6 PR ambos em exercício na Secretaria de Estado da Educação, em substituição a José Airton Germano da Silva, RG n.º 6.115. XXX-9 PR, Osny Antonio Scaramal Fascio, RG n.º 4.136.XXX-1 PR ambos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Maringá como presidente e membro secretário, respectivamente.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68128/2025

RESOLUÇÃO N.º 2754/2025 - GS/SEED

Súmula: Dessobresta Processo Administrativo Disciplinar.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 15.811.747-9,

R E S O L V E:

Art. 1.º Dessobrestar o Processo Administrativo Disciplinar, do protocolado acima descrito, Autos n.º 79/2021, considerando o retorno das informações requeridas à 1ª Vara de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Curitiba.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68134/2025

RESOLUÇÃO N.º 2755/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 23.768.762-0

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Beatriz Pereira Téles Aguilera, RG n.º 6.099.XXX-3 PR e Maria Cleusa Ferreira Bueno RG n° 3.690.XXX-7 PR, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ibaiti, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68136/2025

RESOLUÇÃO N.º 2756/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 22.066.335-3

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Gustavo Borges Munhão, RG n.º 10.115.XXX-0/PR, Gisleine Martinelli Luz, RG n.º 5.944.XXX-7/PR e Denise Vitor de Souza, RG n.º 7.394. XXX-4/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Apucarana, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Vanessa Regina Guth Schena, RG n.º 8.972.XXX-8/PR e CPF n.º XXX.401.239-XX, Professora, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 02 e 03, por, supostamente, infringir o art. 279, inciso VI e art. 285, inciso IV, todos da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos, I, II e III c/c art. 293, incisos, I, II, III da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

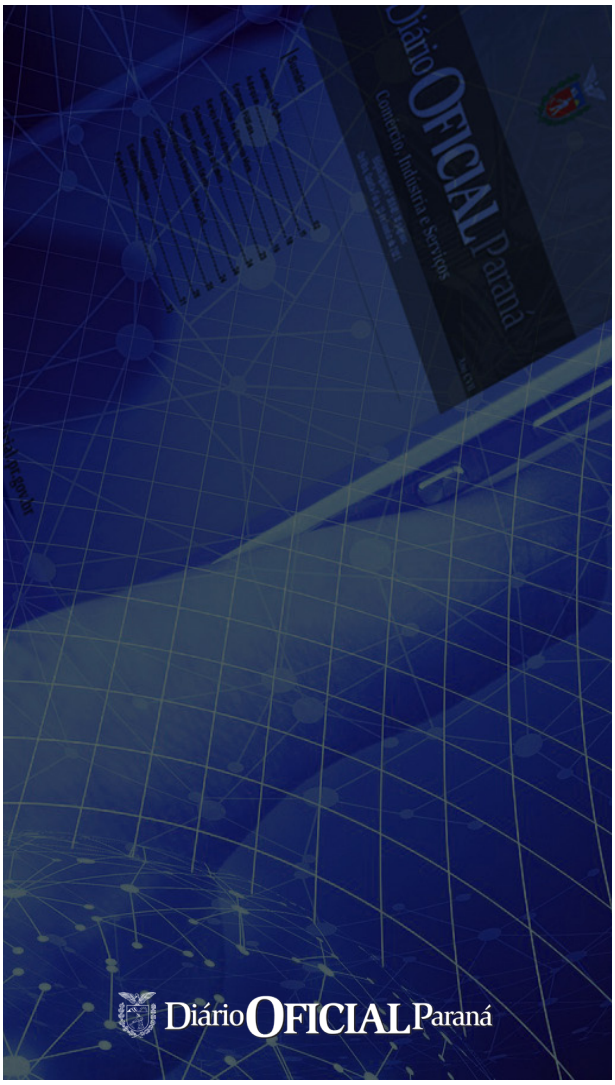
Curitiba, 16 de maio de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

68150/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Esporte

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

Curitiba, 19 de maio de 2025

Protocolo nº 23.875.331-7

RESOLUÇÃO N° 11/2025

Institui e designa os membros para compor a Comissão Estadual de Avaliação para o Programa Geração Olímpica e Paralímpica.

O Secretário de Estado do Esporte, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.095/2022, na Lei Estadual n.º 21.352/2023, no artigo 9º da Lei Estadual 21.405/2023 e ainda no Decreto Estadual n.º 8.608 de 14 de janeiro de 2025 que institui o Programa Geração Olímpica e Paralímpica – GOP

RESOLVE:

Art. 1° - Instituir a Comissão do Programa do Geração Olímpica e Paralímpica – GOP a qual terá o mandato de 4 (quatro) anos, respeitando os respectivos ciclos olímpicos e paraolímpicos.

Parágrafo único. Os membros da comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo.

Art. 2° Designar os membros abaixo nominados para comporem a **Comissão Estadual de Avaliação do Programa Geração Olímpica e Paralímpica – GOP** da Secretaria de Estado do Esporte:

CLESIO DE MARINS PRADO	Secretaria de Estado do Esporte
ANTONIO CARLOS DOURADO	Secretaria de Estado do Esporte
DENISE GOLFIERI DE OLIVEIRA	Secretaria de Estado do Esporte
CRISTIANO BARROS HOMEM D'EL REI	Paraná Esporte
EMERSON LUIS VENTURINI DE OLIVEIRA	Paraná Esporte
RICHARD JAMES MARTINS	Paraná Esporte
MÁRIO SÉRGIO FONTES	Paraná Esporte
RENATO VIEIRA JUNIOR	Paraná Esporte
ANDREIA MARCIA HORST	Paraná Esporte
MAURO RICETTI PAES	Federação Paranaense de Ciclismo
JAQUELINE SOUZA BRAGA	Federação Paranaense de Ciclismo
DÁTAMES ACASTRO EGG SEGUNDO	Federação de Escalada Esportiva do Paraná
JOÃO AUGUSTO SILVEIRA RIBAS	Federação de Escalada Esportiva do Paraná
EDUARDO LENARTOVICZ	Federação de Esgrima do Paraná
CLODOALDO LIMA ZAFATOSKI	Federação de Esgrima do Paraná
ROBSON ROBERTO SEERIG	Federação Paranaense De Futebol
ELOÍSA MARANHO HEIMBECHER	Federação Paranaense de Ginástica
LIGIA ANDREA PEREIRA GONÇALVES	Federação Paranaense de Ginástica
ALINE CAIXETA RIPKA	Federação Paranaense de Judô
JEAN DHANDREAZ JAYME DE SOUZA BETTEGA	Federação Paranaense de Rugby

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

WANDERLÉIA GONÇALVES JENTZSCH	Federação Paranaense de Rugby
EDGAR DE MEDEIROS FILHO	Federação de Skate do Paraná
MARINA ISABELLA VEIGA	Federação de Skate do Paraná
KLEBERTON NASCIMENTO	Federação Paranaense de Taekwondo
THIAGO ENRIQUE GRISALT	Federação Paranaense de Tênis
GUSTAVO HAHN LOURENÇO	Federação Paranaense de Tênis
JANDREY VICENTIN	Federação Paranaense de Voleibol
GUSTAVO SILVA	Federação Paranaense de Voleibol
UBIRATAN MARTINS JUNIOR	Federação de Atletismo Paraná
LUCIANE LACERDA PIOVEZAN	Federação de Atletismo Paraná
ALBERTO HIROSHI YAMAMOTO	Federação Paranaense de Beisebol e Softbol
WILLIANS TATSUYA YOSHIZUMI	Federação Paranaense de Beisebol e Softbol
CLEVERSON SILVA DOS SANTOS	Federação Paranaense de Canoagem
TEREZA APARECIDA RIBEIRO DE FREITAS	Federação Paranaense de Canoagem
JACKSON BARTNIK	Federação Paranaense de Futebol Americano
JOÃO PAULO BERTOLA BUTI	Federação Paranaense de Futebol Americano
NELSON GIAMPIETRO SERRANO	Federação de Squash do Paraná
PAULA GRACIA KOPPE COLLEONI	Federação de Squash do Paraná
RONALDO RODRIGUES MELLO	Liga de Handebol do Paraná – LHPR
PEDRO MÁRCIO DOS SANTOS	Liga de Handebol do Paraná – LHPR
JOSIETTE BARCHIK LUNKMOSS DALL'ACQUA	Federação de Desportos Aquáticos do Paraná
AMANDA MOREIRA TREVIZAN	Federação do Desporto Escolar do Paraná
MONICA ENDERMANN BRAGA	Federação do Desporto Escolar do Paraná

Art. 3° - Compete à Comissão Estadual de Avaliação do Programa Geração Olímpica e Paralímpica – GOP:

I. elaborar as diretrizes dos editais do Programa;
II. elaborar e aprovar seu regimento interno, disciplinando seu funcionamento e especificando suas atribuições.
III. selecionar os atletas e técnicos beneficiados;
IV. emitir opinativo no que se refere a suspensão ou cancelamento de bolsas;
V. analisar os recursos apresentados;

Art. 4º - Caberá exclusivamente à esta Comissão a condução de todo processo seletivo de acordo com a regulamentação do Decreto Estadual n.º 8.608 de 14 de janeiro de 2025.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada as anteriores.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

(Assinatura Digital)

HELIO RENATO WIRBISKI
Secretário de Estado do Esporte
Decreto n.º 7.723/2024

68270/2025

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

Curitiba, 19 de maio de 2025

Protocolo nº 23.887.810-1

RESOLUÇÃO N° 12/2025

Designação de servidores para compor a Comissão de Processo Seletivo de Estagiários de Pós-Graduação para o Programa Geração Olímpica e Paralímpica.

O Secretário de Estado do Esporte, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.095/2022, na Lei Estadual n.º 21.352/2023, na Lei Federal n.º 11.788 de 25 de setembro de 2009 e ainda o Decreto Estadual n.º 8.608 de 14 de janeiro de 2025 que institui o Programa Geração Olímpica e Paralímpica - GOP. Considerando ainda o artigo 10 da Lei Estadual n.º 21.095 de 13 de junho de 2022 que autoriza a definição de projetos por meio de ato normativo

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo nominados para comporem a **Comissão de Avaliação do Programa Geração Olímpica e Paralímpica – GOP** para o processo seletivo dos bolsistas administrativos da Secretaria de Estado do Esporte, comissão esta que será responsável pela análise, pontuação e classificação do edital destinado ao preenchimento das 8 vagas de estágio para atender o novo ciclo do Programa neste ano de 2025, conforme minuta em anexo.:

I. Denise Golfieri de Oliveira, RG n.º 6.XXX.472-X,
II. Dirceu Ramiro de Assis, RG n.º 3.XXX.597-X,
III. Mariana Lejambre Morais, RG n.º 9.XXX.274-X,
IV. Ubiratan Martins Junior, RG n.º 3.XXX.346-X,
V. Antonio Carlos Dourado, RG n.º 1.XXX.593-X, ficando este designado como presidente da comissão;

Art. 2° - Compete à Comissão do Programa Geração Olímpica e Paralímpica – GOP:

I - validar as informações para o edital de abertura do processo seletivo;

II - elaborar, corrigir e fornecer notas das provas;

III - organizar e realizar o processo seletivo.

Art. 3º - O processo seletivo será constituído por 3 etapas de caráter eliminatória e classificatória, sendo constituído por análise documental, realização de prova objetiva e entrevista:

I - a análise documental terá caráter eliminatório e classificatório;

II - a prova objetiva terá caráter eliminatório e classificatório;

III – a entrevista terá caráter eliminatório e classificatório.

Art. 4º - O processo seletivo terá validade de (01) ano, a contar da data da divulgação de seu resultado final.

Art. 5º - Caberá exclusivamente à esta Comissão a condução de todo processo seletivo de acordo com a regulamentação do Decreto Estadual n.º 8.608 de 14 de janeiro de 2025.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada as anteriores.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

(Assinatura Digital)

HELIO RENATO WIRBISKI

Secretário de Estado do Esporte

Decreto n.º 7.723/2024

68277/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Fazenda

PORTARIA Nº 82 DTE/SEFA, de 8 de Maio de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 8 de Maio de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Cancela Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 82

ÓRGÃO 13 - Casa Civil UNIDADE GESTORA 130000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	600.000,00	600.000,00	2025FF000081
Total		**600.000,00**	

67821/2025

PORTARIA Nº 83 DTE/SEFA, de 9 de Maio de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme os anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 9 de Maio de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 83

ÓRGÃO 13 - Casa Civil UNIDADE GESTORA 130000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
799	902.635,00	902.635,00	2025FF000082
Total		**902.635,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística UNIDADE GESTORA 773000			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
754	1.000.000,00	1.000.000,00	2025FF000082
Total		**1.000.000,00**	

ANEXO II
Cancela Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 83

ÓRGÃO 13 - Casa Civil UNIDADE GESTORA 133000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
501	378.000,00	378.000,00	2025FF000082
Total		**378.000,00**	

ÓRGÃO 13 - Casa Civil UNIDADE GESTORA 133600			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	180.000,00	180.000,00	2025FF000082
Total		**180.000,00**	

ÓRGÃO 14 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
UNIDADE GESTORA 140000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	578.581,15	578.581,15	2025FF000082
Total		**578.581,15**	

ÓRGÃO 15 - Casa Militar
UNIDADE GESTORA 150000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	704.753,30	704.753,30	2025FF000082
Total		**704.753,30**	

ÓRGÃO 16 - Controladoria Geral do Estado
UNIDADE GESTORA 160000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	250.000,00	250.000,00	2025FF000082
Total		**250.000,00**	

ÓRGÃO 19 - Procuradoria Geral do Estado
UNIDADE GESTORA 190000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
761	4.988.994,43	4.988.994,43	2025FF000082
500	35.419,69	35.419,69	2025FF000082
Total		**5.024.414,12**	

ÓRGÃO 22 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital
UNIDADE GESTORA 220000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	193.799,40	193.799,40	2025FF000082
Total		**193.799,40**	

ÓRGÃO 23 - Secretaria de Estado do Planejamento
UNIDADE GESTORA 233000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	500.000,00	500.000,00	2025FF000082
Total		**500.000,00**	

ÓRGÃO 27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
UNIDADE GESTORA 270000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	2.540.893,00	2.540.893,00	2025FF000082
Total		**2.540.893,00**	

ÓRGÃO 29 - Secretaria de Estado da Fazenda
UNIDADE GESTORA 296000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
759	765.703,78	125.139,04	890.842,82	2025FF000082
Total			**890.842,82**	

ÓRGÃO 39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública
UNIDADE GESTORA 390000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	53.576.558,76	31.178,75	53.607.737,51	2025FF000082
Total			**53.607.737,51**	

ÓRGÃO 39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública
UNIDADE GESTORA 396600

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
759	50.000,00	50.000,00	2025FF000082
Total		**50.000,00**	

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 410000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
540	5.621.826,65	5.621.826,65	2025FF000082
550	18.739.027,15	18.739.027,15	2025FF000082
Total		**24.360.853,80**	

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 413300

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
550	1.000.000,00	1.000.000,00	2025FF000082
500	4.500.000,00	4.500.000,00	2025FF000082
Total		**5.500.000,00**	

ÓRGÃO 43 - Secretaria de Estado do Esporte
UNIDADE GESTORA 430000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	185.562,95	185.562,95	2025FF000082
Total		**185.562,95**	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 450000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	181.463,69	181.463,69	2025FF000082
Total		**181.463,69**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	20.000.000,00	20.000.000,00	2025FF000082
Total		**20.000.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453100

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	70.199,37	70.199,37	2025FF000082
500	17.000.000,00	17.000.000,00	2025FF000082
Total		**17.070.199,37**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453300

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	140.602,00	140.602,00	2025FF000082
Total		**140.602,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453400

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	27.309,75	27.309,75	2025FF000082
500	11.927.102,53	11.927.102,53	2025FF000082
Total		**11.954.412,28**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 454600

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	1.289.823,65	1.289.823,65	2025FF000082
Total		**1.289.823,65**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 454800

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	1.029.003,69	1.029.003,69	2025FF000082
Total		**1.029.003,69**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 457000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	1.656.148,44	1.656.148,44	2025FF000082
Total		**1.656.148,44**	

ÓRGÃO 49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
UNIDADE GESTORA 490000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
761	5.253.413,45	5.253.413,45	2025FF000082
Total		**5.253.413,45**	

ÓRGÃO 51 - Secretaria de Estado da Cultura
UNIDADE GESTORA 510000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	4.724.605,81	4.724.605,81	2025FF000082
Total		**4.724.605,81**	

ÓRGÃO 59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
UNIDADE GESTORA 590000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
761	22.500,00	22.500,00	2025FF000082
Total		**22.500,00**	

ÓRGÃO 59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
UNIDADE GESTORA 596100

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
761	25.000,00	25.000,00	2025FF000082
Total		**25.000,00**	

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
UNIDADE GESTORA 610000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
501	172.081,89	172.081,89	2025FF000082
Total		**172.081,89**	

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
UNIDADE GESTORA 616700

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	347.871,13	347.871,13	2025FF000082
Total		**347.871,13**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
UNIDADE GESTORA 650000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
761	4.219.780,19	4.219.780,19	2025FF000082
500	1.000.000,00	1.000.000,00	2025FF000082
Total		**5.219.780,19**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
UNIDADE GESTORA 653000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	1.200.000,00	1.200.000,00	2025FF000082
500	2.800.000,00	2.800.000,00	2025FF000082
Total		**4.000.000,00**	

ÓRGÃO 67 - Secretaria de Estado das Cidades
UNIDADE GESTORA 670000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	200.000,00	15.000.000,00	15.200.000,00	2025FF000082
Total			**15.200.000,00**	

ÓRGÃO 67 - Secretaria de Estado das Cidades
UNIDADE GESTORA 673100

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
718	2.000.000,00	2.000.000,00	2025FF000082
Total		**2.000.000,00**	

ÓRGÃO 67 - Secretaria de Estado das Cidades
UNIDADE GESTORA 677400

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	1.737.908,36	1.737.908,36	2025FF000082
Total		**1.737.908,36**	

ÓRGÃO 69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
UNIDADE GESTORA 690000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	350.000,00	350.000,00	2025FF000082
Total		**350.000,00**	

ÓRGÃO 69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
UNIDADE GESTORA 693100

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	3.500.000,00	3.500.000,00	2025FF000082
Total		**3.500.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
UNIDADE GESTORA 773000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
720	200.000,00		200.000,00	2025FF000082
500	88.702.235,57	40.000.000,00	128.702.235,57	2025FF000082
Total			**128.902.235,57**	

67824/2025

PORTARIA Nº 84 DTE/SEFA, de 13 de Maio de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 13 de Maio de 2025.

João Carlos Souza Marques
Diretor Adjunto do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 84

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior UNIDADE GESTORA 457000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	2.000.000,00	2.000.000,00	2025FF000083
Total		**2.000.000,00**	

ÓRGÃO 69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável UNIDADE GESTORA 693100			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	1.000.000,00	1.000.000,00	2025FF000083
Total		**1.000.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística UNIDADE GESTORA 773000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
720	1.000.000,00	1.000.000,00	2025FF000083
Total		**1.000.000,00**	

67827/2025

PORTARIA Nº 85 DTE/SEFA, de 14 de Maio de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme os anexos I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 14 de Maio de 2025.

João Carlos Souza Marques
Diretor Adjunto do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 85

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística UNIDADE GESTORA 773000			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
754	10.000.000,00	10.000.000,00	2025FF000084
Total		**10.000.000,00**	

67828/2025

PORTARIA Nº 86 DTE/SEFA, de 16 de Maio de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme os anexos I desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 16 de Maio de 2025.

João Carlos Souza Marques
Diretor Adjunto do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 86

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação UNIDADE GESTORA 410000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
550	50.000.000,00	50.000.000,00	2025FF000085
Total		**50.000.000,00**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento UNIDADE GESTORA 650000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
761	2.000.000,00	2.000.000,00	2025FF000085
Total		**2.000.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística UNIDADE GESTORA 773000			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
754	5.000.000,00	5.000.000,00	2025FF000085
Total		**5.000.000,00**	

67829/2025

Portaria Nº 26/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000319/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 5.000.757,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta e sete reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 19 de Maio de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria nº 26 — Formalização 2025FC000319/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
41 - Secretaria de Estado da Educação										5.000.000,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná										5.000.000,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional										5.000.000,00
F.41.33.12.368.32.8453 - Gestão de Suprimento, Logística e Infraestrutura Escolar										5.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	5.000.000,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa										757,00
590000 - Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa										757,00
5902 - Diretoria Geral										757,00
F.59.02.14.122.28.8231 - Gestão Administrativa SEMIPI										757,00
	1	50	500	000000	3.3.91.47	0	Não definida	4100	9999999	757,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	5.000.757,00
									Total Geral	5.000.757,00

Anexo à Portaria nº 26 — Formalização 2025FC000319/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
41 - Secretaria de Estado da Educação										5.000.000,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná										5.000.000,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional										5.000.000,00
F.41.33.12.368.32.8453 - Gestão de Suprimento, Logística e Infraestrutura Escolar										5.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.91.39	0	Não definida	4100	9999999	5.000.000,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa										757,00
590000 - Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa										757,00
5902 - Diretoria Geral										757,00
F.59.02.14.122.28.8231 - Gestão Administrativa SEMIPI										757,00
	1	50	500	000000	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	757,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	5.000.757,00
									Total Geral	5.000.757,00

68036/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R: Vicente Machado, 445 – 1º andar – Curitiba – PR

PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS – PLENO

Número: 00014/2025 **SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL**
Data/Hora: 10/06/2025 17:00 **Afixada em: 15/05/2025**

---

01) RELATOR (A) ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON

PAF: 6637601-0 - DIRCEU ALBUQUERQUE SENGES / HBJ BIOMASSA EIRELI ME E OUTROS
Procurador(es) : ALUÍSIO PIRES DE OLIVEIRA
Representante : CLÁUDIO CARLOS WELZEL
Recurso : Rec. Revisão Contrib

67286/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Infraestrutura e Logística

DER

PORTARIA Nº 260/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 22.816.188-8, RESOLVE:

Designar como Agente da Autoridade de Trânsito deste Departamento de Estradas de Rodagem, o Policial Militar abaixo nominado, em virtude de ter sido lotado no Batalhão de Polícia Rodoviária:

Graduação	Nome	RG
Cap. QPOM	Rafael Burbello Risoni	10.xxx.417-x

Curitiba, 13 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)
Alexandre Castro Fernandes,
Diretor-Presidente do DER/PR em exercício.

67924/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

PORTARIA Nº 62/2025 – SEJU

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.439, de 03 de abril de 2025, RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor EVERTON RIBAS DE FRANCA, RG 12.XXX.159-X, Agente de Segurança Socioeducativo, do Centro de Socioeducação de Ponta Grossa, para responder pelas atribuições do Diretor DIEGO ARMANDO DEL CORSI DE LIMA, RG 9.XXX.387-X, estabelecidas no artigo 11 da Resolução nº 265/2021 – SEJUF, bem como pela administração do Fundo Rotativo, conforme artigo 6º do Decreto Estadual nº 1.358/2015, durante a fruição das férias do referido Diretor no período de 20/05/2025 a 03/06/2025

Art. 2º Publique-se.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Lucas Dorini Sabbato
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU.

67952/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 161/2025 – SEJU
(Protocolo nº 23.576.992-1)

Assunto: Autorização para formalização do 7° Termo de Apostilamento de Repactuação ao Contrato Administrativo nº 1830/2022.

AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, nos termos do §3° do art. 1° do Decreto Estadual de n° 4.189/2016 da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base no Memorando n° 121/2025 – NAS/SEJU **(mov. 02)**; na Informação Técnica n° 150/2025 – NFS/SEJU **(mov.28)**; bem como na Informação Técnica nº 138/2025 – AT/SEJU **(mov.54)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários, a formalização do **7° Termo de Apostilamento de Repactuação** ao **Contrato Administrativo nº 1830/2022**, celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, e a empresa **FORTRESS SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 11.046.495/0001-06**.

CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos (e das demais prorrogações que eventualmente forem formalizadas) no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do presente Termo, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

A presente autorização presume a legalidade e legitimidade dos demais atos administrativos que precederam a formalização do **Contrato Administrativo nº 1830/2022**, os quais são de inteira responsabilidade dos gestores que, à época, os firmaram.

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

É a informação.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Santin Roveda
Secretário de Estado de Justiça e Cidadania

67847/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 172/2025 – SEJU
(Protocolo nº 23.931.369-8)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, com fundamento no Memorando nº 410/2025 – NAS/SEJU **(mov.02)**; na Justificativa – NAS/SEJU **(mov.03)**, bem como na Informação Técnica nº 136/2025 – AT/SEJU **(mov.26)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao solicitado, **o pagamento em favor da PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 78.533.312/0001-58**, a **título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação Técnica nº 177/2025 – NFS/SEJU **(mov.22)** e Declaração de Adequação da Despesa nº 177/2025 – NFS/SEJU **(mov.24)**, **a realização da despesa** no valor de **R$ 94.924,12 (noventa e quatro mil novecentos e vinte e quatro reais e doze centavos),** referente ao **Contrato Administrativo nº 1650/2023**, a prestação de serviços continuados de assistente administrativo em atendimento as Unidades Socioeducativas, correspondente ao período de dezembro de 2024.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **NAS/SEJU**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEJU deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.
III. DETERMINO o envio deste Protocolo à Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.
IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Santin Roveda
Secretário de Estado de Justiça e Cidadania

67931/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 173/2025 – SEJU
(Protocolo nº 23.931.322-1)

AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, com fundamento no Memorando nº 409/2025 – NAS/SEJU **(mov.02)**; na Justificativa – NAS/SEJU **(mov.03)**, bem como na Informação Técnica nº 137/2025 – AT/SEJU **(mov.24)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao solicitado, **o pagamento em favor da PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 78.533.312/0001-58**, a **título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação Técnica nº 175/2025 – NFS/SEJU **(mov.20)** e Declaração de Adequação da Despesa nº 175/2025 – NFS/SEJU **(mov.22)**, **a realização da despesa** no valor de **R$ 70.681,47 (setenta mil, seiscentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos),** referente ao **Contrato Administrativo nº 1639/2023**, a prestação de serviços continuados de assistente administrativo em atendimento as Unidades Socioeducativas, correspondente ao período de dezembro de 2024.
CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **NAS/SEJU**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEJU deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.
DETERMINO o envio deste Protocolo à Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Santin Roveda
Secretário de Estado de Justiça e Cidadania

67845/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 175/2025 – SEJU
(Protocolo nº 23.278.486-5)

Assunto: Autorização para formalização do 4° Termo de Apostilamento de Repactuação ao Contrato Administrativo nº 075/2022.

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, nos termos do §3° do art. 1° do Decreto Estadual de n° 4.189/2016 da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base no Memorando n° 009/2025 – NAS/SEJU **(mov. 02)**; na Informação Técnica n° 172/2025 – NFS/SEJU **(mov.39)**; bem como na Informação Técnica nº 141/2025 – AT/SEJU **(mov.66)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários, a formalização do 4° **Termo de Apostilamento de Repactuação** ao **Contrato Administrativo nº 075/2022**, celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, e a empresa **NUTRICOL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI, CNPJ nº 05.142.508/0012-09**.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos (e das demais prorrogações que eventualmente forem formalizadas) no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do presente Termo, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. A presente autorização presume a legalidade e legitimidade dos demais atos administrativos que precederam a formalização do **Contrato Administrativo nº 075/2022**, os quais são de inteira responsabilidade dos gestores que, à época, os firmaram.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

É a informação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Santin Roveda
Secretário de Estado de Justiça e Cidadania

67833/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 173/2025 - SEJU

Referente ao Protocolo nº 22.968.866-9

I. AUTORIZO com fulcro na Lei nº 21.352/2023 e Lei nº 14.133/2021 bem como no Decreto 10.086/2022, e com base no Estudo Técnico Preliminar (mov. 05), com aprovo da DG/SEJU (mov. 07) Estudo Técnico Preliminar (Mov. 17), com aprovo da DG/SEJU (mov. 09), no Termo de Referência (Mov. 114), com aprovo Secretarial (mov. 115), bem como na Informação Técnica nº 121/2025 - AT/SEJU (Mov. 120), complementada pela Despacho da Unidade Técnica de Contratos e Licitações – UTCL (mov. 170), que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários, **a Realização de pregão eletrônico**, que visa à Aquisição de equipamentos para oferta de atividade física para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Centros de Socioeducação do Estado do Paraná, e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 83), a realização da despesa no valor de R$ 10.465,30 (dez mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos).

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem, que é responsabilidade do NAS/SEJU. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Santin Roveda

Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

68112/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 48 DE 16/04/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
FAUSTO NUNES				45	06/05/2007	03/05/2012	18/07/2025	31/08/2025
59319132	2	NAXV	238025826					

63458/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 52 DE 25/04/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
ROGERIO FRANCISCO DA SILVA				90	05/02/2012	04/02/2017	02/05/2025	30/07/2025
96172389	1	NAVIII	237039769					

47773/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

DELIBERAÇÃO AD REFERENDUM Nº 008/2025 – CEDIPI/PR

Considerando o edital de Processo Eleitoral para a escolha das Organizações da Sociedade Civil que integrarão o CEDIPI/PR no biênio 2025/2027, aprovado pela Deliberação nº 012/2025 – CEDIPI/PR e Deliberação nº 021/2025 – CEDIPI/PR, a Comissão Temporária Organizadora, reunida em 15 de abril de 2025,

DELIBEROU

Art. 1º Fica aprovada, por macrorregional, a relação das Organizações da Sociedade Civil habilitadas e inabilitadas no âmbito do Edital do Processo Eleitoral destinado à escolha das entidades que integrarão o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, para o biênio 2025/2027, conforme disposto nas Deliberações nº 012/2025 e nº 021/2025 – CEDIPI/PR.

RELAÇÃO DE CANDIDATOS MACRORREGIONAL DE CURITIBA

Macrorregional Curitiba

(Inscrições de Candidatos)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

HABILITADAS		
Organização da Sociedade Civil	**Município**	**Parecer Comissão (Aprov. – Não aprov.)**
Ação Social do Paraná	Curitiba	Aprovado
Ação Social Irmandade sem Fronteiras	Curitiba	Aprovado
Asilo São Vicente de Paulo de Telêmaco Borba	Telêmaco Borba	Aprovado
Associação amigos do HC da UFPR	Curitiba	Aprovado
Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares	Curitiba	Aprovado
Instituto Paranaense de Cegos (IPC)	Curitiba	Aprovado
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia	Curitiba	Aprovado
Pastoral da Pessoa Idosa	Curitiba	Aprovado
Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia Seccional Paraná	Curitiba	Aprovado

Socorro aos Necessitados	Curitiba	Aprovado

Macrorregional Curitiba **(Inscrições de Candidatos)**			
NÃO HABILITADAS			
Organização da Sociedade Civil	**Município**	**Motivo da Não Habilitação**	**Parecer Comissão** **(Aprov. – Não aprov.)**
APP Sindicato CURITIBA	Curitiba	Não envio de documento: Atuação com PI, Estatuto Social, Estatuto registrado, ata da eleição registrada, plano de trabalho e relatório de atividade.	Aprovado

RELAÇÃO DE CANDIDATOS MACRORREGIONAL DE MARINGÁ

Macrorregional Maringá **(Inscrições de Candidatos)**		
HABILITADAS		
Organização da Sociedade Civil	**Município**	**Parecer Comissão** **(Aprov. – Não aprov.)**
Associação de Proteção ao Idoso (API)	Ourizona	Aprovado
ILPI Abrigo deus cristo caridade	Maringá	Aprovado
Grupo Vivendo a Idade Dourada	Querência do Norte	Aprovado

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Macrorregional Maringá (Inscrições de Candidatos)
NÃO HABILITADAS

Organização da Sociedade Civil	Município	Motivo da Não Habilitação	Parecer Comissão (Aprov. – Não aprov.)
APP Sindicato MARINGÁ	Maringá	Não envio de documento: Atuação com PI, Estatuto Social, Estatuto registrado, ata da eleição registrada, plano de trabalho e relatório de atividade.	Aprovado

RELAÇÃO DE CANDIDATOS MACRORREGIONAL DE LONDRINA

Macrorregional Londrina (Inscrições de Candidatos)		
HABILITADAS		
Organização da Sociedade Civil	Município	Parecer Comissão (Aprov. – Não aprov.)
Casa de Apoio Madre Maria Gertrudes	Londrina	Aprovado
Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica (CEGEN)	Cornélio Procópio	Aprovado

Macrorregional Londrina (Inscrições de Candidatos)
NÃO HABILITADAS

Organização da Sociedade Civil	Município	Motivo da Não Habilitação	Parecer Comissão (Aprov. – Não aprov.)
APP Sindicato Apucarana	Apucarana	Não envio de documento: Atuação com PI, Estatuto Social, Estatuto registrado, ata da eleição registrada, plano de trabalho e relatório de atividade.	Aprovado

RELAÇÃO DE CANDIDATOS MACRORREGIONAL DE GUARAPUAVA

Macrorregional Guarapuava (Inscrições de Candidatos)		
HABILITADAS		
Organização da Sociedade Civil	**Município**	**Parecer Comissão (Aprov. – Não aprov.)**
Associação São Francisco de Assis de Pinhão - ASFAPIN	Pinhão	Aprovado
Associados dos Idosos Aposentados e Pensionistas do Sudoeste do Paraná (IAPPESP)	Francisco Beltrão	Aprovado

Macrorregional Guarapuava (Inscrições de Candidatos)			
NÃO HABILITADAS			
Organização da Sociedade Civil	**Município**	**Motivo da Não Habilitação**	**Parecer Comissão (Aprov. – Não aprov.)**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

APP Sindicato GUARAPUAVA	Guarapuava	Não envio de documento: Atuação com PI, Estatuto Social, Estatuto registrado, ata da eleição registrada, plano de trabalho e relatório de atividade.	Aprovado

RELAÇÃO DE CANDIDATOS MACRORREGIONAL DE CASCAVEL

Macrorregional Cascavel **(Inscrições de Candidatos)**		
HABILITADAS		
Organização da Sociedade Civil	**Município**	**Parecer Comissão** **(Aprov. – Não aprov.)**
Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Sales	Moreira Sales	Aprovado
PROVOPAR Cascavel	Cascavel	Aprovado .

Macrorregional Cascavel			
(Inscrições de Candidatos)			
NÃO HABILITADAS			
Organização da Sociedade Civil	**Município**	**Motivo da Não Habilitação**	**Parecer Comissão** **(Aprov. – Não aprov.)**
APP Sindicato CAMPO MOURÃO	Campo Mourão	Não envio de documento: Atuação com PI, Estatuto Social, Estatuto registrado, ata da eleição registrada, plano de trabalho e relatório de atividade.	Aprovado

ELEITORAS

RELAÇÃO DE ELEITORES MACRORREGIONAL DE CURITIBA

Sem inscrições.

RELAÇÃO DE ELEITORES MACRORREGIONAL DE MARINGÁ

Macrorregional Maringá **(Inscrições de Eleitores)**		
HABILITADAS		
Organização da Sociedade Civil	**Município**	**Parecer Comissão** **(Aprov. – Não aprov.)**
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI)	Ourizona	Aprovado
Asilo São Vicente de Paulo Mandaguaçu	Mandaguaçu	Aprovado
	Sao Jorge Do Ivai	Aprovado
Lar Antonio Carvalho de Oliveira de Sao Jorge Do Ivai		

RELAÇÃO DE ELEITORES MACRORREGIONAL DE LONDRINA

Sem inscrições.

RELAÇÃO DE ELEITORES MACRORREGIONAL DE GUARAPUAVA

Sem inscrições.

RELAÇÃO DE ELEITORES MACRORREGIONAL DE CASCAVEL

Macrorregional Cascavel **(Inscrições de Eleitores)**		
HABILITADAS		
Organização da Sociedade Civil	**Município**	**Parecer Comissão** **(Aprov. – Não aprov.)**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lar dos Velhinhos São João Batista Ubiratã	Ubiratã	Aprovado
Lar de Idosos São Joaquim e Sant'Ana	Campo Mourão	Aprovado

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 15 de abril de 2025

Jorge Nei Neves

Presidente do CEDIPI/PR

Gestão 2023-2025

68191/2025

Secretaria do Planejamento

IPARDES

PORTARIA N.º14/2025 – IPARDES

Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, nomeado pelo Decreto n.º 757, de 09 de março de 2023, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 15, do Regulamento do Instituto – Anexo do Decreto n.º 3.203 de 22 de agosto de 2023 e nos termos da Lei n.º 6.407 de 07 de junho de 1973,

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, sob coordenação do primeiro, como responsáveis pela condução dos processos de licitação e contratação direta no âmbito do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

- Denise Hartung Esau, CPF 520.XXX.XXX-04
- Cristlove Leitzke Specht, CPF 923.XXX.XXX-20
- Vanessa Estela Signoretti Onuka,CPF 346.XXX.XXX-28

Art. 2ºTal indicação se fundamenta no Art. 07° da Lei Federal nº 14.133, de 1° abril de 2021;

Art.3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, revogadas às disposições em contrário, especialmente a Portaria n° 14.2023-IPARDES.

Publique-se.
Anote-se.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Jorge Augusto Callado Afonso
Diretor Presidente do IPARDES

68304/2025

Secretaria da Saúde

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 22.053.310-7

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização, e a Liga Paranaense de Combate ao Câncer inscrito no Cnpj sob nº 76.591.049/0001-28, Cnes nº 0015644 localizado à Rua Dr Ovande do Amaral nº 201, Curitiba, Paraná, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais referentes à Histopatologia, Citologia Oncótica de Mama e Citologia Oncótica de Colo do Útero em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 96.503,59 (noventa e seis mil quinhentos e três reais e cinquenta e nove centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/

Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 1.158.043,08 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil e quarenta e três reais e oito centavos).

5. **CONDICIONO** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

67976/2025

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 23.052.594-3

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, **a realização da Contratualização, do Laboratório de Citopatologia e Anatomia Patológica Annalab Ltda,** inscrito no Cnpj sob nº 40.426.900/0001-10, Cnes nº 0016357, localizado na Rua Voluntários da Pátria, nº 233, Curitiba, Paraná, através do Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais referentes à **Histopatologia, Citologia Oncótica de Mama e Citologia Oncótica de Colo do Útero** em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

2. **RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 38.090,66 (trinta e oito mil e noventa reais e sessenta e seis centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 457.087,92 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos).

5. **CONDICIONO** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

67979/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 21.982.440-8

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 112/2025 – PCP/PGE, a celebração do Termo Aditivo de Valor do Convênio nº 206/2024, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Hospital e Maternidade Dr. Paulo Fortes, inscrito no CNPJ 81.356.321/0001-25, em cumprimento ao objeto proposto de "Aporte financeiro para suplementação de recursos, em conformidade com a Lei 18.777 de 11 de Maio de 2016, visando suprir necessidades relativas a despesas de custeio para manutenção do Hospital e Maternidade Dr. Paulo Fortes, entidade sem fins econômicos, que se encontra sob regime de intervenção administrativa."

2. O valor para a execução do presente Convênio ampliará de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) que serão repassados em 04 (quatro) parcelas.

3. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Lei 18777-2016 Subvenção Social, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução 447/16 Subvenção Social Resolução SESA nº 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

68207/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.826.799-4

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, ratificado em protocolo sob o nº 23.826.799-4, a formalização do 01º Termo de Registro de Apostilamento ao Contrato nº 0306.2891/2024 ora celebrado entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a CLINICA PONTAGROSSENSE DE OTORRINOLARINGOLOGIA SC LTDA / CPO SAÚDE AUDITIVA, localizada à Rua Comendador Ayrton Playsant, n° 368, centro, no município de Ponta Grossa, inscrito no CNPJ sob o nº 04.886.231/0001-03, CNES 2686732 objetivando a Prestação de Serviços Ambulatoriais aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

2. O presente Termo de Registro de Apostilamento tem por objeto a adequação da Programação Assistencial Detalhada no Documento Descritivo, que é parte integrante do contrato nº 0306.2891/2024, com o remanejamento de procedimentos do grupo 07 – OPME considerando que o Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI) do tipo A não será mais produzido pelo atual fornecedor, bem como, a correção de erro material para adequação de alguns procedimentos programados na média complexidade ambulatorial onde o correto é estarem programados na alta complexidade ambulatorial e complexidade não se aplica ambulatorial.

3. Este Termo de Registro de Apostilamento **não terá alteração do valor financeiro do contrato**, sendo assim, não há descaracterização do objeto por ocasião do mesmo, mantendo as mesmas cláusulas e condições do contrato originário.

4. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

68209/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.873.752-4

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 166 e 166-A, bem como em seus respectivos parágrafos, da Constituição Federal, em especial no que respeita ao processo legislativo de aprovação e à execução da lei orçamentária anual;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 3.283/2024, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2025;

CONSIDERANDO a(s) Portaria(s) GM/MS nº 5.974/2024, a(s) qual(is) define(m) valores individualizados e habilita(m) especificamente o prestador SANTA CASA DE PARANAVAÍ, CNPJ 79.724.423/0001-04, CNES 2754738 a receber R$ 500.000,00 referente à Portaria GM/MS nº 5.974/2024 em recursos federais provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade, devendo ser destinado ao custeio de sua unidade;

CONSIDERANDO o artigo 199, §1º, da Constituição Federal e o artigo 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990, os quais permitem a participação das instituições privadas

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que observadas as demais normas específicas em relação ao tema;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.976/2017, a qual estabelece normas sobre a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução nº 136/2023-PGE (fl. 88) e Parecer Referencial nº 10/2023-PGE (fl. 89-97) no processo nº 20.583.235-1, os quais aprovaram a padronização das Minutas de Contrato e de Convênio e suas respectivas listas de verificação, a serem firmados entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAÚDE, e as entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas por Portaria do Ministério da Saúde para o recebimento de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares, minutas estas qualificadas na categoria "com objeto definido";

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. **RECONHEÇO** a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação para chamamento público, embasada no artigo 672, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 10.086/2023 e no artigo 673, inciso IV do mesmo Decreto, em face ao prévio credenciamento da entidade de saúde pelo órgão gestor, conforme se comprova pelo Contrato de n° 0306.2461/2022 DGS;

2. **AUTORIZO** a **celebração de Termo de Convênio** formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o SANTA CASA DE PARANAVAÍ, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 79.724.423/0001-04, em cumprimento ao objeto proposto de Conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.2461/2022 SGS, de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria GM/MS n.º 5.974/2024, por meio da aquisição de insumos: material farmacológico, por meio da transferência de recursos financeiros da União provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade ao(à) SANTA CASA DE PARANAVAÍ entidade sem fins lucrativos, que participa de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. O valor para a execução do presente Convênio importa em R$ 499.997,26 proveniente da fonte 706 do Tesouro Federal, com recursos da SESA/FUNSAUDE, que serão repassados em parcela única.

4. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

68212/2025

PORTARIA SESA Nº 241/2025

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, a pedido da servidora, lotada no Departamento de Auditoria, Prédio Central, em Curitiba.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº 23.909.503-8.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora LARISSA BONIKOWSK, RG nº 8.080.319-2/PR, Enfermeiro, lotada no Departamento de Auditoria, Prédio Central com sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 26 de maio de 2025 referente ao período aquisitivo de 30 de janeiro de 2017 a 29 de janeiro de 2022.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

67877/2025

PORTARIA SESA Nº 242/2025

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, a pedido da servidora, lotada na 2ª Regional de Saúde Metropolitana, em Curitiba.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº 23.892.062-0.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora MARIAH BRANDALISE BARIL, RG nº 9.722.836-1/PR, Farmacêutico, lotada na Farmácia Especial da 02ª Regional de Saúde Metropolitana, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 2 de junho de 2025 referente ao período aquisitivo de 13 de abril de 2020 a 12 de abril de 2025.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

67878/2025

PORTARIA SESA Nº 243/202

Dispõe sobre concessão de Licença Capacitação, a pedido do servidor, lotado no Hospital Regional Infantil Dr Waldemar Monastier, em Campo Largo.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

– considerando o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº 23.930.415-0.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação ao servidor ANDRE TAKAYAMA, RG nº 9.148.077-8/PR, Enfermeiro, lotado no Hospital Regional Infantil Dr Waldemar Monastier, sede em Campo Largo, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 2 de junho de 2025 referente ao período aquisitivo de 08 de dezembro de 2015 a 07 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Diretor-Geral

67879/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 0883/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, na 21ª Regional de Saúde em Telêmaco Borba, durante a fruição de férias da titular.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o contido no protocolado nº 23.970.092-6.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora JENIFFER DO NASCIMENTO JUSEK, RG. nº 13.815.520-0/PR, Chefe de Seção, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, Símbolo CCE-10, na 21ª Regional de Saúde, sede em Telêmaco Borba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de 24/03/2025 a 02/04/2025, em substituição, durante a fruição de férias da titular RENATA GONÇALVES MENDES, RG nº 8.719.450-7 /PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

67971/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 0884/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, na 15ª Regional de Saúde em Maringá, durante a Licença Maternidade da titular.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o contido no protocolado nº 23.986.306-0.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora FLAVIA MARIA DERHUN, RG. nº 11.016.428-9/PR, Enfermeiro, para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe de Seção de Regional, Símbolo FCE-13, na 15ª Regional de Saúde, sede em Maringá, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de 03/05/2025 a 29/10/2025, em substituição, durante a licença maternidade da titular CAMILA COSTA DE ANDRADE, RG nº 8.393.212-0/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

67974/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 886/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 389/2023, que dispõe sobre transferências de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 788/2023, que Altera a Resolução SESA nº 389 de 04 de abril de 2023.

- considerando a Resolução SESA nº 633/2024, que altera a Resolução SESA nº 389 de 04 de abril de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 5º da Resolução SESA nº 389/2023, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido recurso financeiro para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 886/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO RECURSO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS NO PARANÁ.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR TOTAL	LOCAL
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	EQUIPAMENTOS	R$ 2.000.000,00	HOSPITAL MUNICIPAL DR. CRUZATTI

68116/2025

RESOLUÇÃO FUNEAS Nº 4 – 13 DE MAIO DE 2025

Súmula: Altera dispositivos no Regime de Adiantamento de numerário aos empregados no âmbito da FUNEAS e das unidades sob sua gestão, para suprimento de despesas de pequeno valor e de pronto pagamento que por força da imprevisibilidade e emergência, não possam

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

subordinar-se ao regime normal de compras/ licitações, de que trata o Anexo I da Resolução FUNEAS nº 28 de 07 de novembro de 2022, processo contido no protocolado 23.830.788-0.

O Presidente do Conselho Curador da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Estadual nº 17.959/2014, o Decreto Estadual nº 12.093/2014 e o Decreto Estadual nº 10.373/2022;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Curador, relativa ao Projeto de Resolução nº 2/2025, tomada em sessão ordinária de 08 de maio de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º O Anexo I da Resolução FUNEAS nº 28 de 07 de novembro de 2022, publicada na Edição nº 11.302 do Diário Oficial do Estado do Paraná de 21 de novembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O § 2º do artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º...

§ 1º...
§ 2º No caso previsto no inciso II deste artigo, em se tratando de itens que compõem do rol de materiais padronizados, compreendidos aqueles de aquisição e distribuição centralizada, a aquisição poderá ser realizada diante do Relatório de Corte emitido pela área técnica responsável pelo abastecimento mais recente disponível à unidade, dispensada manifestações técnicas prévias à aquisição.

II - O § 3º do artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º...

§ 1º...
§ 2º...

§ 3º A comprovação de valores de mercado deverá ser apresentada por pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, podendo-se excepcionalmente, admitir a utilização dos demais critérios estabelecidos no artigo 368 do Decreto Estadual nº 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

III – Inclui os parágrafos 4º, 5º e 6º ao artigo 3º, sendo:

Art. 3º...

§ 1º...
§ 2º...
§ 3º...

§ 4º Caso a despesa atinja ou supere a 5% do valor estabelecido no artigo 5º deste Regulamento, vedado seu fracionamento no decorrer do mês, o responsável deverá comprovar que a aquisição atende a valores de mercado.

§ 5º As cotações de preço apresentadas por fornecedores deverão ter sido emitidas em data a posterior ao Relatório de Corte emitido pela área técnica responsável pelo abastecimento.

§ 6º Casos excepcionais e de necessidade comprovada, o regime de adiantamento poderá ser utilizado para despesas que não se enquadrem no *caput* deste artigo, contudo deverá ser autorizado anteriormente ao pagamento, pelo responsável da área técnica da sede administrativa, conforme Regimento Interno da Fundação.

IV - O artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O valor mensal disponibilizado será o estabelecido, e atualizado, conforme à Lei nº 14.133/2021, art. 95, § 2º, por unidade, para materiais de consumo (3.3.90.30.96) e/ou serviços (3.3.90.39.96), custeados com recursos próprios desta Fundação e definidos pelo requisitante na solicitação.

V - O artigo 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Nenhum adiantamento poderá ser aplicado em exercício financeiro e orçamentário diferente daquele que fora originado.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

(Dr. Beto Preto)

Presidente do Conselho Curador

68147/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 147 – 15 DE MAIO DE 2025

Súmula: Nomeação de BEATRIZ KETERIN FORTUNATO STURZENEGGER, para exercer cargo em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 21 de maio de 2025, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, BEATRIZ KETERIN FORTUNATO STURZENEGGER, RG nº 8.XXX.449-X, Assistente Nível I, Núcleo Interno de Regulação e Internação, Gerência de Enfermagem – Hospital Regional de Telêmaco Borba.

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA
Diretor Administrativo

68253/2025

Secretaria da Segurança Pública

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 17 DE 19/05/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
OSIEL FRANCISCO DE MORAIS				90	07/04/2013	06/04/2018	02/06/2025	30/08/2025
100467054	3	NAVII	239951848					

68011/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 327 – DRH, 16 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo nº 23.770.728-1,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR, a Portaria DRH nº 295 de 22 de abril de 2025, publicada

no DIOE nº 11.888 de 23 de abril de 2025, de modo que, na parte onde se lê: "no período de 05 de maio de 2025 a 20 de maio de 2025", leia-se: "no período de 05 de maio de 2025 a 03 de junho de 2025".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

67819/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 328 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 23.738.008-8,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **Alvaro Marcelo Alegrette, CPF XXX.949.158-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe Administrativo de Estabelecimento Penal – simbologia FPP-7, da Penitenciária Industrial Marcelo Pinheiro, sem prejuízo das suas funções de Diretor de Estabelecimento Penal, durante as férias do titular **Rafael Padilha Marcante, CPF XXX.173.419-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 23 de junho de 2025 a 07 de julho de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

68267/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 329 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 23.946.439-4,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **Tairon Giovani Covatti, CPF XXX.283.019-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Coordenador Regional da Polícia Penal – simbologia FPP-5, da Coordenação Regional - 6ª Regional - Francisco Beltrão, durante as férias do titular **Antônio Marcos Camargo de Andrade, CPF XXX.928.999-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 09 de junho de 2025 a 18 de junho de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

68272/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 330 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 23.889.338-0,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **Silvio Luis Martins Staquecini, CPF XXX.366.968-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe de Segurança de Estabelecimento Penal – simbologia FPP-7, da Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste, durante as férias do titular **Rafael Bandolin dos Santos, CPF XXX.212.039-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 02 de junho de 2025 a 01 de julho de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

68274/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 331 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 23.958.555-8,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **Sidnei Paes, CPF XXX.700.949-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe de Segurança de Estabelecimento Penal – simbologia FPP-7, da Casa de Custódia de Piraquara, durante as férias do titular **Rodolfo Roberson do Rosario Costa, CPF XXX.269.619-XX**, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 09 de junho de 2025 a 08 de julho de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

68275/2025

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual nº 7.339/2010, c/c Artigo 12 do Decreto Estadual nº 12.904/2022

NOTIFICA:

1. Ao Sr. FÁBIO AUGUSTO MINETTO FREDO, CPF: XXX.262.449-XX que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, na função Combatente, simbologia QPBM, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Rua Nunes Machado, 130 – Centro, Curitiba – PR, 80250-000 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 3351-2005, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Cap. QOBM Gabriel Alexandre Latuf
Chefe da Seção de Cadastro e Implantação - DP1/DP/CBMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 084 de 12 de maio de 2025 E-Protocolo nº 23.669.646-4)

67416/2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANA
O CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

O Senhor Carlos Alberto Feijo, RG: 1.526.113-7, que foi ocupante do cargo de Agente de Apoio, Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 16 de maio de 2025

Assinado Eletronicamente

Luís Gustavo Oribka
Chefe do SESP/NRHS

67807/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
GABINETE

PORTARIA Nº 043/2025-DEPPEN/GAB

A **DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPEN aprovado pela Resolução n°. 233, de 2016, e

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 959.620/RS (Tema 998 de Repercussão Geral), em 02 de abril de 2025, que estabeleceu novos parâmetros para a revista de visitantes em estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar os procedimentos de segurança nos estabelecimentos penais sob administração do DEPPEN às diretrizes fixadas pelo STF, visando garantir a segurança, a ordem, a disciplina, a proteção dos servidores, a integridade dos custodiados e a dignidade dos visitantes;

CONSIDERANDO as recomendações da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, exaradas no Ofício nº 105/2025-PGE (protocolo nº 23.802.275-4);

CONSIDERANDO a Informação nº 147/2025 da Assessoria Técnica do DEPPEN, que recomenda a edição de ato normativo para orientar e padronizar os procedimentos;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar os procedimentos de revista em visitantes para ingresso nos estabelecimentos penais sob administração do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (DEPPEN), em estrito cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal no ARE 959.620/RS (Tema 998).

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Fica vedada a realização de revista íntima vexatória em visitantes nos estabelecimentos penais, entendida como aquela que envolve desnudamento, total ou parcial, ou exames invasivos (inspeção de cavidades corporais) com finalidade de causar humilhação ou constrangimento.

Art. 3º A prova eventualmente obtida por meio de revista íntima vexatória é considerada ilícita, não podendo ser utilizada em procedimentos administrativos ou processos penais, ressalvadas decisões judiciais específicas em cada caso concreto.

Parágrafo único. A presente disposição possui efeitos a partir da data de publicação da ata de julgamento do ARE 959.620/RS pelo STF.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO E REVISTA

Art. 4º A inspeção de visitantes e seus pertences será realizada prioritariamente por meio de equipamentos eletrônicos, tais como scanners corporais, esteiras de raio-X e portais detectores de metais.

Art. 5º O Diretor de estabelecimento penal e/ou Gestor de cadeia pública poderá impedir o ingresso do visitante, mediante decisão fundamentada e registrada por escrito, quando houver indício robusto de que a pessoa porta item corporal oculto ou sonegado, especialmente material proibido, como produtos ilegais, drogas ou objetos perigosos.

§ 1º Consideram-se indícios robustos aqueles embasados em elementos tangíveis e verificáveis, como informações prévias de inteligência, denúncias fundamentadas ou comportamentos suspeitos objetivamente observados e registrados.

§ 2º A decisão que impedir a visita deverá ser comunicada formalmente ao visitante.

Art. 6º Excepcionalmente, na comprovada impossibilidade técnica ou inefetividade da utilização dos equipamentos eletrônicos mencionados no Art. 4º, e diante de indícios robustos, tangíveis e verificáveis de suspeita, poderá ser realizada a revista íntima, observando rigorosamente as seguintes condições cumulativas:

I - motivação específica e individualizada para cada caso, registrada por escrito pela autoridade administrativa;

II - obtenção do consentimento livre, voluntário e expresso do visitante, devidamente documentado;

III - realização em local reservado, adequado e que preserve a privacidade do visitante, vedada a exposição a terceiros;

IV - execução exclusivamente por policial penal do mesmo gênero do visitante;

V - vedação absoluta de qualquer prática vexatória, humilhante ou degradante;

VI - aplicação somente a pessoas maiores e capazes de emitir consentimento válido, por si ou por meio de representante legal;

VII - nas hipóteses que demandem desnudamento ou exames invasivos, estes deverão ser realizados, preferencialmente, por profissional de saúde habilitado, do mesmo gênero do visitante, seguindo protocolos técnicos e respeitando a dignidade humana.

Art. 7º Caso o visitante não consinta com a realização da revista íntima excepcional, nos termos do art. 6º, o Diretor do estabelecimento penal e/ou Gestor de cadeia pública poderá impedir a realização da visita, mediante decisão fundamentada e registrada por escrito.

Art. 8º O procedimento de revista em criança, adolescente ou pessoa com deficiência intelectual que não possa emitir consentimento válido será substituído pela revista invertida, direcionada à pessoa privada de liberdade a ser visitada, observando-se o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes.

Art. 9º O excesso ou abuso na realização de qualquer procedimento de revista acarretará a responsabilidade administrativa, civil e penal do agente público ou do profissional de saúde envolvido, sem prejuízo da ilicitude da prova eventualmente obtida.

CAPÍTULO III

DA INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO

Art. 10. O DEPPEN, por meio da Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF), adotará as providências necessárias para a aquisição ou locação e instalação de equipamentos eletrônicos de inspeção (scanners corporais, esteiras de raio-X, portais detectores de metais) em todos os estabelecimentos penais do Estado, observando o prazo limite de 02 de abril de 2027, conforme decisão do STF, e priorizando a utilização dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), em conformidade com as diretrizes nacionais.

Art. 11. A Diretoria de Segurança Penitenciária (DIRSP) deverá revisar e atualizar os protocolos e normativas internas sobre procedimentos de revista, adequando-os integralmente a esta Portaria e à decisão do STF.

Art. 12. A Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário (ESPEN) incluirá e reforçará, em seus programas de formação e

capacitação continuada, conteúdos teóricos e práticos sobre os procedimentos de revista humanizada, operação dos equipamentos eletrônicos de inspeção, direitos dos visitantes e responsabilização por abusos, em conformidade com esta Portaria e a decisão do STF.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A Corregedoria-Geral da Polícia Penal deverá apurar, mediante procedimento próprio, eventuais notícias de excesso ou abuso na realização dos procedimentos de revista.

Art. 14. Os Coordenadores Regionais e os Diretores das unidades penais e Gestores de cadeias públicas são responsáveis pela ampla divulgação e fiel cumprimento desta Portaria em seus âmbitos de atuação.

Art. 15. Casos omissos serão dirimidos pela Direção-Geral do DEPPEN.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

(datado e assinado eletronicamente)
Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

67788/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.797.700-9

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016 e no art. 409 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, tendo como base a Informação nº 993/2025-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0340/2024, firmado entre o ESTADO DO PARANÁ, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa **T. RONQUI ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 31.651.344/0001-94, sediada no Município de Umuarama/PR – cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda do 25° BPM – Umuarama e 7° BPM – Cruzeiro do Oeste e da 9ª CIPM – Colorado – visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 09/07/2025 até 08/07/2026, mantendo o valor total do contrato no importe de R$ 280.175,73 (duzentos e oitenta mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e três centavos) e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta de Termo Aditivo apresentada às fls. 263/264;

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal que vencerem no decorrer do trâmite administrativo;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

68347/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.854.372-0

I. AUTORIZO, com fundamento no Decreto Estadual nº 11.567, de 30 de junho de 2022, nos termos do art. 4º da Resolução Conjunta SEFA/SEAP/CC/CPS nº 04/2025, e observando o Ofício 152/2025 do Delegado de Polícia Diretor da ESPC, o pagamento da Parcela Transitória pelo Exercício de Ensino, em favor do perito Jorge Aurélio Perito de Bem, referente às atividades de docência realizadas durante o mês de janeiro/2025, perfazendo o valor total de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais);

II. PUBLIQUE-SE E ENCAMINHE-SE à NRHS/SESP para conhecimento e registro. Após, remeta-se diretamente a unidade demandante para consectários próprios.

Curitiba-Paraná, 19 de maio de 2025.
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

68014/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 037/2025-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto n.º 3.186, de 28 de outubro de 2019 e art. 26 da Lei Complementar nº 258 de 30 de julho de 2023, RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, a pedido, os servidores relacionados no Anexo I da presente Portaria nas Unidades correspondentes, conforme Edital de remoção nº 005/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 1º de junho de 2025.

Luiz Rodrigo Grochocki
Diretor-Geral da Polícia Científica

ANEXO I

NOME	CPF	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
Cintia Corteccioni Nunez Del Prado	XXX.418.489-XX	UETC – PARANAVAÍ	UETC – MARINGÁ
Clesley Preto Rodrigues	XXX.052.959-XX	UETC – IVAIPORÃ	UETC – LONDRINA
José Wilson Levandovski	XXX.036.579-XX	UETC – TELÊMACO BORBA	UETC – UNIÃO DA VITÓRIA
Leandro Cezar de Menezes Santos	XXX.179.959-XX	UETC – JACAREZINHO	UETC – LONDRINA
Maicon Antônio Ganzer	XXX.717.350-XX	UETC – PATO BRANCO	UETC – FRANCISCO BELTRÃO
Rulian Gabriel Costa	XXX.793.529-XX	UETC – TELÊMACO BORBA	UETC – PONTA GROSSA

67762/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Segurança Pública
Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

Cidade, 7 de junho de 2025.

Prezado(a) Senhor(a),

A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, através de sua Comissão Processante, designada pela Resolução no 158/2025, no uso de suas atribuições legais, vem, NOTIFICAR o arrematante o Sr. Gabriel Matheus Zanoncii de Freitas Macuco, com endereço à rua Flávio de Andrade, n° 79, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82025-260, Fone/Fax (41) 99780-4886, CPF 122.573.229-83, em razão do descumprimento do Leilão de Veículos N° 002/2021 - SESP/PMPR, cujo objeto seria a venda de veículos inservíveis ou desnecessários, promovido pela Polícia Militar do Paraná, no Município de Curitiba estado do Paraná, havendo, infringindo, portanto, o contido na Cláusula 7.1 - Edital de Leilão de Veículos n° 002/2021 - SESP/PMPR, e com fulcro no "Art. 41, §2°, da Lei Estadual n° 15.608/07, tendo o PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, nos termos do art. 162, inciso III, do referido diploma legal, a contar da data do recebimento da presente notificação para, querendo, oferecer DEFESA PRÉVIA, bem como ROL DE TESTEMUNHAS para realização de oitivas que entender pertinentes. O não atendimento da presente notificação acarretará nos efeitos revelia, sem que sejam presumidas como verdadeiras as acusações contra o processado.

Os autos do PAAR n° 009/2025 encontram-se à disposição de Vossa Senhoria na sala da Diretoria de Logística, localizada no Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, n° 1401, município de Curitiba, Paraná fisicamente ou podendo ser disponibilizado também através de ambiente virtual mais adequado para ambas as partes.

Cap. QEO PM Reginaldo Terencio Cason,
Presidente.

Ao(a) representante legal da empresa
Rua , n°
CEP, Bairro - Curitiba – PR.
(Ref. E-Protocolo nº 23.654.191-6).

68195/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

P O R T A R I A Nº 611-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 23.937.410-7, resolve,

D E S I G N A R

ANDRE SILVA DZINDZIK, RG 8.XXX.017-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na 52.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PEABIRU, da 16.ª Subdivisão Policial de CAMPO MOURÃO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 52.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PEABIRU e pela Delegacia de Polícia de ARARUNA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias da titular KAROLINY NEVES MARQUES, RG 16.XXX.855-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 07/07/2025 a 26/07/2025.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 612-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo nº 23.458.445-6, resolve,

L O T A R

A partir de 23/04/2025, CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES, RG 7.XXX.634-X, DELEGADA DE POLÍCIA.

NO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II - SITUAÇÕES DIVERSAS.

FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): 8.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAVAÍ, da Divisão Policial do Interior.

MOTIVO: Conforme Despacho Governamental s/n.º, de 23/04/2025, da Casa Civil, até o dia 31/12/2025.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 613-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 23.929.416-2, resolve,

D E S I G N A R

IVAN PINHEIRO DE FIGUEIREDO, RG 16.XXX.201-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE PRIMEIRO DE MAIO, da 22ª Subdivisão Policial de Arapongas, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 29.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ROLÂNDIA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular BRUNO SILVA ROCHA RG 14.XXX.964-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, no período de 05/05/2025 a 09/05/2025.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 614-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 23.950.811-1, resolve,

D E S I G N A R

JULIANO DE JESUS TAMOS, RG 14.XXX.348-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na 27.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PARANACITY, da 8.ª Subdivisão Policial de PARANAVAÍ, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 25.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE NOVA ESPERANÇA e das Delegacias de Polícia de ATALAIA, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, FLORAÍ e UNIFLOR, todas da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular DIEGO LUIZ RIBEIRO TRONCHA, RG 16.XXX.234-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, no período de 04/06/2025 a 30/06/2025.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 615-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 23.957.252-9, resolve,

D E S I G N A R

THIAGO VICENTINI DE OLIVEIRA, RG 7.XXX.639-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe no NÚCLEO DE LONDRINA, da Divisão Estadual de Combate à Corrupção, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pelo NÚCLEO DE MARINGÁ, da mesma Divisão, durante férias do titular MATEUS DE BONA GANZER, RG 14.XXX.676-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, no período de 20/05/2025 a 29/05/2025.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 616-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 23.961.322-5, resolve,

D E S I G N A R

JULIANO FONSECA, RG 6.XXX.829-X, Delegado de Polícia de 2ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na SIQUEIRA CAMPOS, da 12ª Subdivisão Policial de Jacarezinho, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE TOMAZINA e pelas Delegacias de Polícia de JABOTI e PINHALÃO, da mesma Subdivisão e Divisão, durante licença sem vencimentos da titular RAYANA DE CALDAS CORRÊA MOURY PITANGA, RG 16.XXX.267-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 05/05/2025 a 31/10/2025.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 617-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 23.916.123-5, resolve,

D E S I G N A R

MAGALI FEITEN, RG 7.XXX.954-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, lotada no NÚCLEO DE CASCAVEL, da Divisão de Combate à Corrupção, para exercer a função de fiscal do seguinte contrato:

Contrato n.º 130/2025 – Empresa: GIACOMINI E CARVALHO LTDA

Em substituição à servidora JULIANE STEINHEUSER DA SILVA, RG 9.XXX.067-X AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 618-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 23.968.745-8, resolve,

D E S I G N A R

IVAN PINHEIRO DE FIGUEIREDO, RG 16.XXX..201-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE PRIMEIRO DE MAIO, da 22.ª Subdivisão Policial de ARAPONGAS, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 29.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ROLÂNDIA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular BRUNO SILVA ROCHA, RG 14.XXX.964-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, no período de 12/05/2025 a 31/05/2025.

Curitiba, 13 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 619-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANA, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo 23.851.174-7;

Considerando o Decreto nº n 9308, publicado no DIOE nº 11.868, de 21/03/2025, resolve,

L O T A R

a partir de 12/05/2025, **ELZA BEATRIZ BARROS DE PAIVA**, CPF 033.433.442-06, AGENTE PROFISSIONAL/PSICÓLOGO;

NO(A): NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIME, da Divisão de Polícia Especializada.

FICANDO DISPENSADO DO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS III - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO.
Curitiba, 15 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 620-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 23.721.558-3, resolve,

D E S I G N A R

FABRICIO EMMERICK DE SOUZA MENDONÇA, RG 13.XXX.387-X e **URSULA CORREA MANENTI**, RG 13.XXX.904-X, Agentes de Polícia Judiciária, lotados na ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL, para exercerem a função de fiscais do seguinte contrato:

Contrato nº 1041/2024 – CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Curitiba, 15 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 621-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo n.º 23.976.604-8;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

PRISCILA NARDO MARQUES, RG 13.XXX.373-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, para prestar atividades administrativas;

DO(A): DIVISÃO DE POLÍCIA METROPOLITANA.

PARA: DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS, da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio.
Curitiba, 15 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 622-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo n.º 23.976.604-8;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

MARCELO LOURENÇO DA SILVA, RG 6.XXX.710-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, para prestar atividades administrativas;

DO(A): DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS, da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio.

PARA: DIVISÃO DE POLÍCIA METROPOLITANA.
Curitiba, 15 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 623-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 23.971.250-9, resolve,

D E S I G N A R

CELIANA ROSELEY ZIN CESARI, RG 6.XXX.540-X e **ANDRE LUIS ROMERA**, RG 10.XXX.813-X, Agentes de Polícia Judiciária, lotado(s) no(a) DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS, da 15.ª Subdivisão Policial de CASCAVEL, para exercer(em) a função de fiscal(is) ou/e gestor(res) do(s) seguinte(s) contrato(s):

Contrato nº 1041/2024 - Empresa especializada para prestação de serviços de vigilância monitorada.
Curitiba, 15 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 624-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei nº 21116/2022;

Considerando o protocolo nº 23.677.070-2, resolve,

D E S I G N A R

RAFAEL BACELAR DE SOUZA, RG 8.XXX.705-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo a Função Privativa Policial de Chefe – FPP5 como Delegado Adjunto na DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe – FPP4, no GRUPO AUXILIAR FINANCEIRO, durante férias do titular MARCOS MAURICIO PESTANO, RG 14.XXX.203-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, no período de 14/04/2025 a 03/05/2025.
Curitiba, 15 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

67773/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA Nº 148 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019, e;

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.510.368-6.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **EVERALDO LUIZ GONCALVES, CPF XXX.574.389-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **inicio em 03/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 03/04/2016 a 02/04/2021.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 149 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019, e;

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.739.936-1.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **JHONE GASQUES COELHO, CPF XXX.061.099-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **inicio em 04/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 14/07/2017 a 13/07/2022.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 150 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019, e;

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 22.981.327-7.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **YURI ALEXANDER GESCHWIND JOB, CPF XXX.666.510-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **inicio em 04/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2024.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 151 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019, e;

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 22.096.234-2.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **JOAO HENRIQUE PEREIRA RODRIGUES, CPF XXX.267.699-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **inicio em 05/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2024.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 152 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019, e;

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 23.575.514-9.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **DELLONESSON VIEIRA ALVES, CPF XXX.971.024-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **inicio em 05/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2024.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 153 – DRH, 19 DE MAIO DE 2025.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme o Art. 7. da Lei Complementar 217/2019, e;

O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 20.542.963-8.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **DANIELI DOS SANTOS, CPF XXX.418.739-XX,** LF 1, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 05/06/2025** referente ao **período aquisitivo de 04/11/2015 a 03/11/2020.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

67970/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.643.302-1

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 13, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, e com base na Informação nº 1221/2025 – AT/SESP, o início da fase externa do processo licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, pelo critério de julgamento do Menor Preço, visando a aquisição de gêneros alimentícios, com entrega parcelada, para satisfazer a demanda do Segundo Comando Regional de Bombeiro Militar – município de Londrina/PR, pelo prazo de 12 (doze) meses, no valor global máximo de R$ 142.937,01 (cento e quarenta e dois mil novecentos e trinta e sete reais e um centavo), conforme minuta de Edital acostada às fls. 767/854;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para registro, providências e encaminhamentos necessários.

Curitiba-Paraná, 16 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

67800/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.672.334-8

1. Trata-se de requerimento de remoção formulado pela servidora Monica Lopes da Rosa, CPF XXX.347.989-XX, ocupante do cargo de Agente Profissional, na Função de Psicóloga, conforme Decreto nº 8.213, de 6 de dezembro de 2024, publicado no Diário Oficial nº. 11.802 de 6 de dezembro de 2024;

2. ACOLHO as manifestações exaradas através do despacho de fls. 13-14, mov. 4, do Centro de Acompanhamento de Programa Biopsicossociais/SESP, assim como, na Informação nº 461/2025, de fls. 16, mov. 12, do Núcleo de Recursos Humanos Setorial;

3. INDEFIRO, atendidas as exigências legais;

4. PUBLIQUE-SE;

5. Ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 16 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

67831/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.862.513-0

I. APROVO E AUTORIZO, nos termos do §7º, do art. 1º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 038/2024-PGE, aprovado conforme Resolução PGE nº 015/2024 e na Informação nº 1208/2025-AT/SESP, a celebração do Termo de Cooperação nº 127/2025 – SESP / DEPPEN, decorrente do Edital de Credenciamento nº 014/2025 – SESP / DEPPEN, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN, do Fundo Penitenciário do Paraná – FUNPEN, através da Colônia Penal Industrial de Maringá – CPIM e de outro lado a empresa DCLASSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.209.431/0001-89, com sede em Maringá/PR, cujo objeto é, em síntese, a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade (PPL's) do Sistema Penal do Estado do Paraná, que estejam cumprindo pena em regime semiaberto, como forma de readaptação ao meio social, por um período de 60 (sessenta) meses, conforme Minuta do Termo de Cooperação às fls. 24/37 e Minuta do Plano de Trabalho respectivo às fls. 39/50;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 16 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

67803/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.955.902-6

I. AUTORIZO nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados às fls. 10;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 16 de maio de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

67832/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.871.717-5

I. INDENIZO, com base na Informação nº 1181/2025 AT/SESP, no artigo 149, da Lei nº 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, a dívida em favor da empresa **DELTALIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob nº 01.129.629/0001-07, no valor de **R$ 11.589,50 (onze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)**, referente à prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, para atender demanda das unidades do Instituto Médico Legal – IML de Paranaguá, durante o mês de março, sem cobertura contratual, conforme Nota Fiscal n° 24598 (fls. 31);

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para incontinenti pagamento dos valores devidos à empresa, observados os encargos tributários;

III. Após liquidação e pagamento, **ENCAMINHE-SE** à Assessoria Permanente de Processos Administrativos desta pasta – APPA/SESP, visando análise sobre a instauração de procedimento administrativo, para apuração de eventual responsabilidade funcional, nos termos da incongruência citada ao despacho de fl. 052.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba-Paraná, 16 de maio de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

67573/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 23.534.543-9

I. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/22 e, com base na Informação nº 1186/2025-AT/SESP, a dívida em favor da empresa **VILMA JUSTINO DE MATOS LISBOA DISTRIBUIDORA**, inscrita no CNPJ nº 08.039.289/0001-6, referente à aquisição de água mineral, decorrente do Contrato nº 122/2024 – GMS n.º 1787/2024, no valor de **R$ 13.638,40 (treze mil, seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)**, todavia, sem saldo contratual, para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal, conforme cópia da Nota Fiscal nº 000.002.542 (fl. 3), no período de **fevereiro/2025**;

II. Em razão da realização da despesa sem prévio empenho e da justificativa exarada pela autoridade requerente, se conclui que há justa causa para apuração de responsabilidade funcional;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à Assessoria Permanente de Processos Administrativos – APPA/SESP, com vista à apuração de eventual responsabilidade funcional, e após, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 16 de maio de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP/PR.

67654/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.924.950-7

I. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/22 e, com base na Informação nº 1173/2025-AT/SESP, a dívida em favor das locatárias **SONIA MARIA MAITO,** inscrita no CPF n° XXX.163.189-XX, e **REGINA MARIA NEVES DE MIRANDA,** inscrita no CPF n° XXX.847.409-XX, no valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais),** referente ao uso de imóvel, sem cobertura contratual, para abrigar a Diretoria de Projetos da Polícia Militar no Município de Curitiba/PR, durante o período de 01/04/2025 a 30/04/2025, após findo o prazo do Contrato nº 1383/2022 – GMS nº 67405/2022.

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 16 de maio de 2025

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP.

67789/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.864.860-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 190 da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 108, §3º, inciso II e art. 112, §12, ambos da Lei Estadual nº 15.608/2007 e ainda, nos termos da Informação nº 1196/2025 – AT/SESP, a anotação do **Quinto Termo de Apostilamento** ao Contrato nº 0114/2023 – GMS nº 5931/2022, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta **Secretaria de Estado da Segurança Pública** e a empresa PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS – EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 04.970.088/0001-25, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de assistente administrativo para atender as necessidades da Polícia Científica no interior do Estado, visando o **reajuste do valor da contratação**, no percentual de 6,89%, a partir de 01/02/2025, conforme Aviso nº 07/2025 – DOS/SEAP (fls. 05/11), correspondente a R$ 1.421,80 (mil, quatrocentos e vinte e um reais e oitenta centavos), resultando em um novo valor mensal de **R$ 22.057,56 (vinte e dois mil, cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme Minuta de Termo de Apostilamento (fls. 187/188);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal que vencerem no decorrer do trâmite administrativo;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 16 de Maio de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

67961/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 23.693.338-5

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e, ainda, com fulcro no art. 112, § 12 e 113, ambos da Lei Estadual nº. 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 1088/2025 – AT/SESP, a celebração do **Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 356/2021**, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a empresa **CLIFAME SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.,** CNPJ nº 72.521.693/0001-79, sediada no Município de Curitiba/PR, cujo objeto é a prestação de serviços de profissionais farmacêuticos executados nas dependências do **Hospital da Polícia Militar – HPM,** visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de **21/05/2025** até **20/05/2026**, mantendo-se o valor total do contrato, que é de **R$ 1.696.155,60 (um milhão, seiscentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos),** e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls.110/111);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos agentes públicos do Órgão de Segurança Pública proponente do feito;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 19 de Maio de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

67966/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.885.942-5

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Abril de 2025, no valor total de **R$ 720,00 (Setecentos e vinte reais)**, em favor do Sd. QP PM **ANDERSON DIEGO RIBAS DE OLIVEIRA**, CPF XXX.926.309-XX conforme motivação da Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PULIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 16 de Maio de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

67781/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.918.139-2

I. INDENIZO, conforme os documentos contidos no protocolo em referência, tomando por base a Informação nº 1185/2025 – AT/SESP e sob os fundamentos do art. 149, da Lei 14.133/2021 e do art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o débito em favor dos locadores **KARIN KUCHENBUCH, CPF** nº XXX.141.389-XX e **RODRIGO KUCHENBUCH,** CPF nº XXX.652.999-XX, o valor de R**$ 7.686,50 (sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)**, em

razão do uso de imóvel situado na Rua Ary Barroso, nº 377, Boa Vista, município de Curitiba/PR, sem cobertura contratual, no período de 01/04/2025 a 30/04/2025, que abriga a sede do 4º Distrito Policial de Curitiba no município de Curitiba/PR – em atendimento às necessidades da Polícia Civil do Paraná, após findo o prazo do Contrato nº 0171/2020 – relativamente ao mês de **abril de 2025;**

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 16 de Maio de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

67778/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.469.297-6

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 928/2025-AT/SESP, a **celebração de contrato** entre o ESTADO DO PARANÁ, por intermédio desta **Secretaria de Estado da Segurança Pública** e a empresa AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ n° 01.645.409/0003-90, sediada no Município de Osasco/SP – em **utilização à Ata de Registro de Preços**, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 976/2023** – cujo objeto é a aquisição de materiais de síntese, próteses e materiais especiais – OPME, para atender as necessidades do Hospital da Polícia Militar, no valor total de **R$ 47.050,40 (quarenta e sete mil, cinquenta reais e quarenta centavos)**, conforme Minuta de Contrato acostada às fls. 237/246;

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade fiscal que vencerem no decorrer do trâmite administrativo;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

67842/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.818.765-6

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 1172/2025-AT/SESP a celebração do contrato, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, e a empresa **VILMA JUSTINO DE MATOS LISBOA DISTRIBUIDORA,** inscrita no CNPJ n° 08.039.289/0001-64, sediada no Município de Rio Branco do Sul-PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 22/2023, cujo objeto é a aquisição de água mineral, para atender a demanda do Departamento de Inteligência do Paraná – SESP/DIEP, no valor total de **R$ 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais)**, conforme Minuta do Contrato acostada às fls. 202/211;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

67839/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.839.385-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e ainda, nos termos da Informação **nº 1190/2025 – AT/SESP, a anotação do Quinto Termo de Apostilamento,** ao Contrato Administrativo nº 0278/2023 – GMS nº 1345/2023, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 912/2021, Lote 1, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empesa **R.C.A PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 69.207.850/0001-61, cujo objeto consiste na prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e outros, para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná, **visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 9,14% (nove vírgula quatorze por cento), a partir de 01/02/2025, conforme disposto pelo Aviso nº 05/2025 – DOS/SEAP (fls. 5/11), passando o valor mensal contratual para** R$ 8.727,02 (oito mil, setecentos e vinte e sete reais e dois centavos), na forma da Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 245/246).

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

67843/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.852.416-4

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1154/2025-AT/SESP a celebração do contrato, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, e as empresas **KS LICITAÇÕES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº 23.108.812/0001-50, sediada no Município de Foz do Iguaçu/PR, no valor total de **R$ 88.557,91 (oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos)**, e **LBSX COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.252.693/0001-60, sediada no Município de Mandirituba/PR, no valor total de **R$ 1.296,00 (mil, duzentos e noventa e seis reais)** – em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 1089/2024 – cujo objeto é a aquisição de água mineral, para atender a demanda da Polícia Científica do Paraná, para o período de 12 meses, conforme respectivas Minutas de Contratos acostadas às fls. 338/348 e fls. 349/358;

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, de responsabilidade

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se **empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;**

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

67840/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.904.315-1

I. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/22 e, com base na Informação nº 1199/2025-AT/SESP, a dívida em favor da empresa **TELMA BUSSMANN VILAS BOAS – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO LTDA., CNPJ Nº 30.190.520/0005-07,** no valor de R$ 284.942,00 (duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais), decorrente do fornecimento de refeições para a Cadeia Pública de Paranavaí – CPPVAI, durante o período de 01/04/2025 a 25/04/2025, sem cobertura contratual;

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

67841/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.929.144-9

I. AUTORIZO, com fundamento no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.544, de 22 de novembro de 2012, nos termos do art. 4º da Resolução Conjunta SEFA/SEAP/CC/CPS nº 04/2025, e observando o Ofício 001/2025 – do SubComandante do 3º CPM, o pagamento da Parcela Transitória pelo Exercício de Ensino, em favor do militar estadual Ten. CEL. QORR PM Edvaldo Isidoro Vieira, referente às atividades de docência realizadas durante os meses de fevereiro e março/2025, perfazendo o valor total de R$ 2.016,00 (dois mil e dezesseis reais), sendo R$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais) destinados ao instrutor e R$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais) referente as obrigações tributárias patronais;

II. PUBLIQUE-SE E ENCAMINHE-SE à NRHS/SESP para conhecimento e registro. Após, remeta-se diretamente a unidade demandante para consectários próprios.

Curitiba-Paraná, data da assinatura digital.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

68022/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 23.812.164-7

I. RECONHEÇO e INDENIZO, com base na Informação nº 1234/2025 - AT/SESP, no art. 200, § 27°, do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e no art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, a dívida em favor do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS,** inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, no valor principal de R$ 670,00 (seiscentos e setenta reais), ao qual se somam R$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais) relativos ao pagamento de multa, e R$ 33,63 (trinta e três reais e sessenta e três centavos) de juros, totalizando o montante de R$ 837,63 (oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos), relativamente à Contribuição Previdenciária obrigatória, referente aos serviços prestados pelo Microempreendedor Individual ALEX SANDRO LEAL DA SILVA, MEI/CNPJ n° 31.980.890/0001-79, no 3° Comando Regional de Polícia Militar, conforme Nota Fiscal de fl. 3;

II. Considerando a desnecessidade de instauração de procedimento administrativo, uma vez que o Gestor do Fundo Rotativo de Xambrê apresentou certidão de voluntariedade comprometendo-se ao posterior ressarcimento dos valores acrescidos ao erário.

III. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** à Polícia Militar do Paraná – PMPR para as gestões necessárias no sentido de quitar integralmente a despesa. Após restitua-se a esta Diretoria com o devido comprovante para a adoção das gestões quanto ao ressarcimento.

Curitiba-Paraná, 19 de maio de 2025

Cel. QORR PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

68123/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.693.294-0

I. AUTORIZO, com base no § 1°, do art. 57, da Lei Federal 8.666/1993, ainda aplicável em virtude do disposto no art. 190 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, adotando os fundamentos da Informação nº 1224/2025-AT/SESP a celebração do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0357/2021, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado, e a empresa **E.S SERVIÇOS DE COLETA LTDA.,** CNPJ nº 26.914.603/0001-92, sediada no Município de Curitiba/PR, cujo objeto é a prestação de serviços de profissionais farmacêuticos executados nas dependências do Hospital da Polícia Militar – HPM, visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de **21/05/2025** até **20/05/2026**, mantendo o valor total do contrato no importe de **R$ 7.801,30 (sete mil, oitocentos e um reais e trinta centavos)**, e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta de Termo Aditivo apresentada (fls. 94/95);

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública.

68317/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

RESOLUÇÃO N.° 027/2025 – SETR

(Protocolo nº 23.917.865-0)

Designa servidor representante para responder pela presidência do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES).

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei n.° 21.352, de 01 de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 003, de 01 de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 9.376/2025, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 31 de março de 2025, edição 11874, e considerando o disposto no art. 19, §1º, do Decreto n.º 3.932/2020, bem como o contido no protocolo n.º 23.917.865-0,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **SUELEN GLINSKI ROSA**, portadora do RG nº 8.XXX.583-X, para representar o Secretário de Estado desta Pasta na condição de presidente do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), em ausências e eventuais impedimentos, conforme art. 19, §1º do Decreto nº 3.932/2020.

Art. 2º Torna sem efeito a resolução nº 038/2024 – SETR.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de maio de 2025.

Paulo Rogério do Carmo

Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

68047/2025

DESPACHO Nº 270/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 23.404.263-7

I. DE ACORDO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, considerando a vigência do Contrato Administrativo 2507/2020-SEAP/DETO (mov. 03), com fulcro na Informação Técnica nº 208/2025-AT/SETR (mov. 106), na Informação Nº 101/2018-ATJ/GAB/PGE e Acórdão nº 216/2013 – TCE/PR, **com o pagamento das Nota Fiscais nº 2874360 (mov. 92) e nº 2903912 (mov. 95),** atinentes a prestação de serviço contínuo de gerenciamento de abastecimento de combustíveis para frota de veículos em atendimento desta Secretaria de Estado, em benefício da Empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ sob nº 05.340.639/0001-30, **no valor TOTAL de R$ 17.735,66 (dezessete mil setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos), referente a período da primeira e segunda quinzena do mês de abril 2025**, em que pese a existência de pendências registradas em Certidão negativa correcional – Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), mov. 100, uma vez que houve a prestação dos serviços acima indicados.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião do pagamento, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e ressalvado CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção as situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 12 de maio de 2025.

Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

68039/2025

DESPACHO Nº 289/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.772.571-9

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na Informação Técnica nº 003/2025-SETR/CPP (mov. 45), na Informação nº 296/2025-NFS/SETR (mov. 35) e a Informação nº 224/2025-AT/SETR (mov. 46), **o pagamento da subvenção econômica em benefício à entidade GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO, inscrita no CNPJ nº 05.653.393/0001-56**, **em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa SUPER-PRO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS LTDA., inscrita no CNPJ nº 08.858.579/0007-25,** no valor de R$ 170,00 (cento e setenta reais), em atendimento a 1 (um) aprendiz, totalizando o montante de R$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais) referente a 24 (vinte e quatro) meses, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

67992/2025

DESPACHO Nº 290/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.773.820-9

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na Informação Técnica nº 006/2025-SETR/CPP (mov. 45), na Informação nº 313/2025-NFS/SETR (mov. 35) e a Informação nº 225/2025-AT/SETR (mov. 46), **o pagamento da subvenção econômica em benefício à entidade GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO, inscrita no CNPJ nº 05.653.393/0001-56**, **em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa DISTRIBUIDORA INDUSTRIAL PARANAENSE LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.993.269/0001-77,** no valor de R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais), em atendimento a 1 (um) aprendiz, totalizando o montante de R$ 4.410,00 (quatro mil, quatrocentos e dez reais) referente a 18 (dezoito) meses, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

68003/2025

DESPACHO Nº 291/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.836.750-6

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na Informação Técnica nº 004/2025-SETR/CPP (mov. 48), na Informação nº 311/2025-NFS/SETR (mov. 36) e a Informação nº 226/2025-AT/SETR (mov. 50), **o pagamento da subvenção econômica em benefício à entidade GERAR – GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO, inscrita no CNPJ nº 05.653.393/0001-56**, **em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de repasse, da empresa PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA LTDA., inscrita no CNPJ nº 08.183.359/0002-34,** no valor de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), em atendimento a 1 (um) aprendiz, totalizando o montante de R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) referente a 2 (dois) meses, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

68026/2025

DESPACHO Nº 292/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.840.208-5

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

21.352/2023 e no art. 8º, caput e § 5º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na Informação Técnica nº 005/2025-SETR/CPP (mov. 42), na Informação nº 312/2025-NFS/SETR (mov. 32) e a Informação nº 228/2025-AT/SETR (mov. 43), **o pagamento da subvenção econômica em benefício à empresa WESTAFLEX TUBOS FLEXÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 75.024.521/0001-88**, **em razão da Adesão ao Programa Cartão Futuro, na modalidade de padrão,** no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), em atendimento a 1 (um) aprendiz, totalizando o montante de R$ 4.800,00 (quatro mil, oitocentos reais) referente a 16 (dezesseis) meses, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

68008/2025

DESPACHO Nº 293/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 22.328.495-7

I. AUTORIZO, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 582, 583, 584 e art. 585, ambos do Decreto nº 10.086/2022, e no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, com base na Informação nº 266/2025-NFS/SETR (mov. 77), no despacho nº 121/2025-PRC/PGE (mov. 119), na Informação Técnica 209/2025 – SETR (mov. 121) e no Termo de Referência (mov. 82), formalização de Contrato Administrativo de Locação, considerando as características do imóvel selecionado pelos setores técnicos da SETR e a necessidade de continuidade das atividades administrativas deste órgão, **o qual tem por objeto a locação do imóvel com 311,27 m² (área alugada) para funcionamento da Agência do Trabalhador de Paranaguá, pelo período de 12 meses, no valor mensal de R$ 8.010,00 (oito mil e dez reais) e anual (12 meses) de R$ 96.120,00 (noventa e seis mil, cento e vinte reais), em benefício a GHALIA ALI TASSI, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º ***.912.259-**, representada por LAMIA ALI TASSA, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º ***.854.699-** e o inventariante MOHAMAD ALI TASSA, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º ***.655.469-**,** desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022;

II. RATIFICO a situação ensejadora de inexigibilidade de licitação, por tratar-se contrato de locação de imóvel, cujas características de instalação e de localização tornem necessária a sua escolha, observado o disposto no Manual da Rede do Sistema Nacional de Emprego – SINE/PR, conforme art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

III. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências;

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao NAS/SETR, para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

67987/2025

DESPACHO Nº 294/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 23.474.677-4

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 318/2025-NFS/SETR (mov. 91), e na Informação Técnica nº 215/2025- AT/SETR (mov. 93), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 047/2019 (GMS nº 2417/2019), *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE*, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Engenheiro Beltrão, **referente ao período de 11/03/2025 a 10/04/2025, em benefício de em benefício de LUIZ JANUÁRIO FILHO, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.476.209-**, MARIA FRANCISCA DA SILVA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***.259.418-**, no valor de TOTAL de R$ 1.981,38 (um mil, novecentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos)**, desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

67985/2025

DESPACHO Nº 295/2025 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 23.474.856-4

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 319/2025-NFS/SETR (mov. 75), e na Informação Técnica nº 232/2025-AT/SETR (mov. 77), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 065/2020 (GMS nº 171/2021), *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE*, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Pato Branco, **referente ao período de 18.03.2025 a 17.04.2025, em benefício de TUPI COMERCIO DE FAROIS E LANTERNAS LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.203.795/0001-96, no valor de R$ 4.647,54 (quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se

for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

67967/2025

DESPACHO Nº 296/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.474.602-2

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 315/2025-NFS/SETR (mov. 66), e na Informação Técnica nº 232/2025- AT/SETR (mov. 68), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 029/2021, GMS nº 1591/2021, *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE*, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Foz do Iguaçu, **referente ao período de 06/04/2025 a 05/05/2025, em benefício de MADEIREIRA TAROBÁ LTDA., inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 75.639.435/0001-80, no valor de TOTAL de R$ 5.950,00 (cinco mil, novecentos e cinquenta reais)**, em que pese a irregularidade fiscal junto ao Município de Foz do Iguaçu, conforme Certidão Positiva de Tributos Municipais (mov. 59), uma vez que houve a utilização do imóvel por esta Secretaria de Estado.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

67962/2025

DESPACHO Nº 297/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.451.976-0

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 320/2025-NFS/SETR (mov. 58), e na Informação Técnica nº 231/2025- AT/SETR (mov. 60), *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,* em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 064/2019 – GMS Nº 411/2020, o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Paranavaí, **referente ao período de 28/03/2025 a 27/04/2025, em benefício de AHMAD KASSEN ABOU NOUH, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 012.***.76*-53, no valor de TOTAL de R$ 9.098,00 (nove mil e noventa e oito reais)**, desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

67950/2025

DESPACHO Nº 298/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.447.119-8

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e, art. 37, no caput do art. 585 e art. 598, ambos do Decreto nº 10.086/2022, com base na Informação nº 322/2025-NFS/SETR (mov. 93), e na Informação Técnica nº 230/2025 – AT/SETR (mov. 95), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 048/2019 – GMS Nº 2387/2019, *bem como em analogia ao Acórdão 216/13-Tribunal Pleno, e nas Informações de n° 101/2018-ATJ/GAB-PGE, n° 1186/2023-PRC/PGE e no parecer 17/2018-PGE,* o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Sarandi, **referente ao período de 11/02/2025 a 10/05/2025, em benefício de MAURÍCIO SHIGUERU GUINOZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 639.***.68*-68, SIDNEIA COSTA GUINOZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 851.***.51*-20, MÁRCIA MITIKO GUINOZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 614.***.48*-00, EDSON KIYOSHI GUINOZA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 019.***.60*-93, representados pelo senhor VALDIR GONGORA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº 188.***.30*-72, no valor de TOTAL de R$ 14.205,15 (quatorze mil, duzentos e cinco reais e quinze centavos)**, desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem.

III. DETERMINO, após a realização do pagamento, o encaminhamento do feito à Comissão de Processo Administrativo e, se for o caso, posteriormente a Comissão Disciplinar Permanente, para apurações de possíveis irregularidades.

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

V. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

67947/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DESPACHO nº 299/2025 – SETR

Referente ao Protocolo nº 23.392.937-9

I. AUTORIZO, com fulcro no inc. II da art. 75, da Lei Federal 14.133/2021 e no inciso art. 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023, considerando a Informação nº 235/2025-AT/SETR (mov. 53), a Informação nº 191/2025-NFS/SETR (mov. 33), o Termo de Referência (mov. 35)**, de 2.315 (dois mil, trezentos e quinze) pacotes de Café, tipo superior, de 500g, no valor unitário de R$ 25,10 (vinte e cinto reais e dez centavos), sendo o valor total da aquisição de R$ 58.106,50 (cinquenta e oito mil, cento e seis reais e cinquenta centavos), em benefício a vencedora da dispensa da licitação: ANEFRAN COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ nº 36.488.860/0001-63,** desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. RATIFICO a situação ensejadora da dispensa de licitação, por tratar-se contratação que envolve valor inferior a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) no caso de outros serviços e compras, conforme art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

III. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas, da mesma forma as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências;

IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010;

V. Ao **NFS/SETR** para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

67798/2025

DESPACHO Nº 300/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 23.981.239-2

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, bem como com fundamento na Informação nº 321/2025-NFS (mov. 16) e na Informação Técnica nº 229/2025-AT/SETR (mov. 19), considerando a utilização do imóvel indicado para o funcionamento da Agência do Trabalhador de Imbituva, **o pagamento dos documentos fiscais GR: nº 1322612, 1322613 e 1322614 (mov. 3), referente ao débito da taxa de coleta de lixo do exercício de 2025, em benefício da Prefeitura Municipal de Imbituva, inscrito no CNPJ nº 76.175.892/0001-23, no valor total de R$ 102,60 (cento e dois reais e sessenta centavos)**, desde que o presente protocolo esteja em conformidade com a legislação pertinente à matéria.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião do **pagamento**, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao SETR/NFS para providências.

Curitiba, 16 de maio de 2025.

Willian Porfirio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 013/2025)

67938/2025

RESOLUÇÃO nº 594/2025

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego eRenda – CETER, instituído pela Lei nº 19.847, de29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei 13667 de 17 de maio de 2018 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (SINE)

Considerando a Portaria MTE Nº 4.197, de 19 de dezembro de 2022 que estabelece critérios para abertura, fechamento e mudança de endereço de unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE;

Considerando o Protocolado nº 22.576.221-0 que encaminha a solicitação para a abertura da unidade de atendimento;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a abertura da unidade de atendimento da Rede Sine do **Município de Barbosa Ferraz**, na Rua Rio Grande do Sul, n. 705, Barbosa Ferraz/PR – CEP – 86960-000; com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: -24.0383; e Longitude: 52.0832-24º2; com data prevista para o início das atividades em 19/05/2025

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Luiz Roberto Romano

Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

RESOLUÇÃO nº 594/2025

FACIAP	CSB
FAEP	CTB
FECOMÉRCIO	CUT
FEPASC	F.SINDICAL
FETRANSPAR	NCST
FIEP-PR	UGT
SEED	SESA
SEPL	SRT
SETR	FOMENTO

Curitiba 15 de maio de 2023.

Publique-se

67806/2025

RESOLUÇÃO nº 593/2025

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, instituído pela Lei nº 19.847, de29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei 13667 de 17 de maio de 2018 que dispõe sobre o

Sistema Nacional de Emprego (SINE)

Considerando a Portaria MTE Nº 4.197, de 19 de dezembro de 2022 que estabelece critérios para abertura, fechamento e mudança de endereço de unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE;

Considerando o Protocolado nº 23.967381-3 que encaminha a solicitação para a abertura da unidade de atendimento;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a abertura da unidade de atendimento da Rede Sine do **Município de Douradina** na Avenida Barão do Rio Branco, 805 – Centro – CEP – 87485-000 com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: -23.3807; e Longitude: - 53.2918; com data prevista para o início das atividades em 19/05/2025

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

Luiz Roberto Romano

Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

RESOLUÇÃO nº 593/2025

FACIAP	CSB
FAEP	CTB
FECOMÉRCIO	CUT
FEPASC	F.SINDICAL
FETRANSPAR	NCST
FIEP-PR	UGT
SEED	SESA
SEPL	SRT
SETR	FOMENTO

Curitiba 15 de maio de 2023.

Publique-se

67805/2025

Secretaria do Turismo

RESOLUÇÃO SETU N° 011/2025

O Diretor Geral da Secretaria de Estado do Turismo, nomeado pelo Decreto Estadual no 942, de 02 de abril de 2025, e no uso das atribuições que lhe são conferidas através do art. 4o da Lei Estadual 21.352, de 01 de janeiro de 2023;
Considerando os termos de convênio, cooperação bem como contratos de gestões celebrados com esta Secretaria de Estado do Turismo-SETU, registrado no Sistema Integrado de Transferência – SIT.

RESOLVE:
Art. 1o Designar os servidores BASSIMA ALI YOUSSEF, RG no 6.354.854-5, para responder pelas atividades de Controle Interno Administrativo atuar no Sistema Integrado de Transferência – SIT, a partir da data de 15/05/2025.

Curitiba, 19 de maio de 2025.

De acordo, Assinado eletronicamente.
JEFFERSON ABADE

Diretor Geral - SETU

68351/2025

Receita Estadual do Paraná

Ato nº 08/2025

O DELEGADO REGIONAL DA 9ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA, com sede em Maringá, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 63 do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução n.º 1.132/2017–SEFA, RESOLVE:

Tipo de alteração, data ou período	Nome, RG, Cargo-Nível	Da (Lotação ou cargo ou função)	Para (Lotação ou cargo ou função)
Alterar Lotação a partir de 01/05/2025	Marcos Antônio dos Santos – Auditor Fiscal "I" - RG nº 4.300.781-5	Inspetoria Regional de Tributação – 9ª DRR	Inspetoria Regional de Fiscalização – 9ª DRR
Alterar Lotação a partir de 01/05/2025	Marcio Teles da Silva – Auditor Fiscal "I" - RG nº 4.417.616-5	Agência da Receita de Maringá – 9ª DRR	Assessoria Administrativa – 9ª DRR

Maringá, 16 de maio de 2025.

José Edilson Paccagnella
Delegado Regional

67522/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Ciência de Autos de Infração
Edital n. 44/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos que foram lavrados os Autos de Infração relacionados abaixo, para a formalização de créditos tributários conforme a Seção III da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Passados dez dias corridos da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias corridos para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e dos respectivos juros de mora serão reduzidos em cinquenta por cento, na forma das leis de cada imposto.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional o valor da multa será reduzido em cinquenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso I; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, inciso I). No caso de parcelamento, o valor da multa será reduzido em quarenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "a") na forma da lei.

Também a partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias úteis para a apresentação de defesa administrativa (Reclamação) nos termos dos artigos 14 e 48 da Lei n. 18.877/2016, podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Os prazos processuais serão contados em dias úteis na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

A apresentação da defesa (RECLAMAÇÃO) não está condicionada a qualquer desembolso prévio e instaura a fase litigiosa do processo.

Caso a Reclamação não seja apresentada, aplicam-se ao autuado os efeitos da revelia, imputando-se como verdadeiros os fatos descritos no auto de infração, nos termos do artigo 48, parágrafo 2º, da Lei n. 18.877/2016.

Não será conhecida a reclamação interposta fora do prazo legal (artigo 14, parágrafo 3º, da Lei n. 18.877/2016).

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

9ª DRR - Maringá

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Auto de infração: **8006632-5**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
242.509.388-59 GERARDO HUGO ROZANSKI
718.028.661-32 RODRIGO LOPEZ SANROMAN

9ª DRR - Maringá
Auto de infração: **8006634-1**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
718.028.661-32 RODRIGO LOPEZ SANROMAN
242.509.388-59 GERARDO HUGO ROZANSKI

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 19 de Maio de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

68216/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Ciência das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia
Edital n. 45/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os interessados abaixo das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia, em conformidade com o disposto no artigo 22 da Lei Complementar Estadual n. 107, de 11 de janeiro de 2005, com a nova redação da LCE n. 118, de 14 de fevereiro de 2007,com o Decreto n.5.568, de 14 de outubro de 2009 e com a Norma de Procedimento Fiscal da CRE n. 103 de 10 de novembro de 2009.

Passados dez dias corridos desta publicação, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV), começando a contagem do prazo de até dez dias corridos para a apresentação de Defesa Prévia, nos termos da NPF n. 103/2009.

O acesso aos documentos e à íntegra da notificação, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia (NADP)

1ª DRR - Curitiba
Código de Controle da NADP: **25.0005935-3**
CAF/OSF: 01/2024/000038
Identificação: (*) Notificado:
40.542.705/0001-55 LEANDRO MENDES DE OLIVEIRA
07953446944

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Endereços para apresentação:
1ª DRR = RUA LOURENCO PINTO 50 - CURITIBA - PR
3ª DRR = RUA THEODORO ROSAS 945 - PONTA GROSSA - PR
5ª DRR = RUA ANDRADE NEVES 925 - GUARAPUAVA - PR
6ª DRR = RUA PARANA 698 - JACAREZINHO - PR
8ª DRR = RUA PARA 473 - LONDRINA - PR
9ª DRR = AV PRUD. DE MORAES 211 - MARINGA - PR
11ª DRR = AV PARANA 3787 - UMUARAMA - PR
13ª DRR = R PADRE CHAMPAGNAT 130 - CASCAVEL - PR
14ª DRR = RUA ARARIBOIA 463 - PATO BRANCO - PR
17ª DRR = RUA VICENTE MACHADO 445 - CURITIBA - PR

Curitiba, 19 de Maio de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

68221/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº 00020/2025

Nos termos do inciso III, do parágrafo 2º, do artigo 57, da Lei n. 11580/96; art. 43 da Lei n. 18.877/2016; art. 11-A e alínea ‘’a’’ , do inciso XI, do artigo 17 da Lei n. 14.260/2003; inciso III, do art. 35 da Lei n. 18.573/2015 e Lei n. 4.320/1964, notificamos os contribuintes abaixo relacionados para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação deste edital no Diário Oficial Executivo do Estado do Paraná, efetuem o pagamento dos créditos inscritos em dívida ativa, acrescidos de juros de mora, previstos no art. 38 da Lei n. 11.580/1996. Transcorrido o prazo acima mencionado, as certidões de dívida ativa estarão sujeitas a:
a) protesto extrajudicial, nos termos do parágrafo único do art.1º, da Lei n. 9.492/97 e Provimento 230/12, da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná, com incidência de emolumentos e demais despesas;
b) execução fiscal, nos termos da Lei n. 6.830/80, com a cobrança de custas judiciais, honorários e penhora de bens;
c) inscrição no Cadastro Informativo Estadual - Cadin, nos termos da Lei n. 18.466/2015.

A A FEVEREIRO & CIA LTDA - 04685177/0001-20 - 03659105-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00123383 - 9.445,81 - **ABRAHAO SUBTIL DE OLIVEIRA - 565750099-72 -** 03659119-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00153253 - 2.119,00 - **ACIR MICHALICHEN - 033028889-02 -** 03659050-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00146077 - 7.739,85 - **ADAO CARLOS PEREIRA DE CAMPOS - 597788739-68 -** 03659311-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00145460 - 10.991,25 - **ADELAR DE MORAES BORGES - 934162619-68 -** 03659056-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00125193 - 6.828,41 - **ADELAR NACONESKI - 000424829-50 -** 03659075-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00125148 - 7.382,00 - **ADELIA BELONI PESSI - 963430019-72 -** 13696811-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01176821463/2024 - 1.774,46 - **ADEMAR LEMES DE TOLEDO E SUA MULHER ELIZABETH S. TOLEDO - 003300519-20 -** 03659343-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00145606 - 4.247,87 - **ADEMIR PUPO FERREIRA - 004179569-59 -** 03659070-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00120590 - 6.862,53 - **ADEMIR RODRIGUES DE SOUZA - 786965939-87 -** 03659074-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00124268 - 11.455,21 - **ADERICO ALVEZ PEREIRA - 286146319-87 -** 03659116-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00160398 - 1.310,77 - **ADESIO ISIDORO DOS SANTOS - 661929519-34 -** 03659154-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00137777 - 7.957,55 - **ADILSON CARDOSO VIANA - 941593789-00 -** 03659306-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00124443 - 7.780,93 - **ADILSON DA SILVA CASTILHOS - 097008359-95 -** 03659163-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00148485 - 7.524,03 - 03659273-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00148467 - 10.748,62 - **ADIR ANTONIO MARAFON - 645906829-15 -** 03659275-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00144208 - 3.547,30 - **ADNILSON VALENTIM SANTOS - 042715919-98 -** 03659329-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00136036 - 5.824,44 - **ADRIANA ALBUQUERQUE DALPRA - 038338499-08 -** 13696792-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00881574953/2022 - 957,68 - **ADRIANO PRESTES CALIXTO - 025759099-45 -** 03659193-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00113765 - 32.536,48 - 03659236-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00113766 - 34.163,31 - 03659281-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00124395 - 9.444,48 - **ADRIANO RIBEIRO LAZZARI - 072018949-78 -** 3659400-4 - ICMS - EPAF 80056150 - 54.622,12 **-ADROALDO CESAR OPOLINSKI - 044713539-26 -** 03659141-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00142827 - 16.699,47 - **AFONSO BEUTHER - 801278949-34 -** 03659224-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00148592 - 28.053,91 - **AGIL MEDICAMENTOS LTDA - 20590555/0001-48 -** 03659400-4 - ICMS - EPAF 80056150 - 54.622,12 - **ALAMO LAZARO SELL - 029646539-92 -** 03659239-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00138288 - 3.192,75 - **ALAYDE MARTINS - 365479219-72 -** 13622470-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00195433130/2021 - 306,05 - 13645243-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00195433130/2022 - 1.524,04 - **ALCEU MACHADO DE JESUS - 287882659-00 -** 03659253-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00139417 - 30.451,72 - **ALESSANDRA LAZZARETTI - 33256688/0001-24 -** 03659169-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00125520 - 3.054,20 - **ALESSANDRO SILVA RALLO - 062129499-30 -** 03659359-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00140198 - 12.917,67 - **ALEX MAMEDIO PINHEIRO DA COSTA - 068008229-81 -** 03659244-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00125220 - 10.716,44 - **ALEXANDRE FAULSTICH XAVIER - 072567419-95 -** 03659401-2 - ICMS - EPAF 80049323 - 2.238,50 - **ALEXSANDRO RIBEIRO DE CAMPOS - 959317089-87 -** 03659188-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00139227 - 761,34 - **ALFREDO ALVES - 971124379-20 -** 03659282-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00148957 - 15.048,07 - **ALFREDO ALVES JAQUES - 282889399-53 -** 03659129-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00148787 - 11.008,33 - **ALICE DE SOUZA PINTO BRANDES - 355069209-97 -** 03659285-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00122552 - 7.705,83 - **ALTA QUIMICA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 06258318/0001-53 -** 03659284-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00124147 - 3.062,18 - **AMDRE HENRIQUE SAIDLER CUDIK - 084042049-85 -** 03659219-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00146969 - 5.358,58 - **AMELIA MARIA FREIRE DA CRUZ - 025265039-57 -** 03659399-7 - ICMS - EPAF 80058489 - 164.637,92 - **ANA HALUCHA KUCZNIR - 928346809-06 -** 03659225-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00162112 - 23.646,98 - **ANA MARIA MARQUES - 034670259-35 -** 03659090-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00149208 - 5.748,25 - **ANANIAS MARTINS SOARES - 089827609-89 -** 03659287-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00161449 - 3.224,58 - **ANDEIA GONCALVES DE CARVALHO - 062619259-50 -** 03659061-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135378 - 950,57 - **ANDERSON DE OLIVEIRA DOS SANTOS - 056059399-63 -** 03659091-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00145489 - 1.414,01 - **ANDERSON RIBEIRO LAZZARI - 05016699909 -** 3659400-4 - ICMS - EPAF 80056150 - 54.622,12 - **ANDRE ABORT DE MATOS - 078817189-51 -** 03659089-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00160793 - 10.451,37 - **ANDRE COSIN - 051856979-97 -** 03659043-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00125641 - 13.649,91 - **ANDRE LUIZ RUARO - 009081759-14 -** 03659114-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00143589 - 8.325,25 - **ANDRIELI DE FATIMA GRIGOLO - 067107939-58 -** 03659400-4 - ICMS

- EPAF 80056150 - 54.622,12 - **ANGELINA CAMARGO RIBEIRO PINTO - 863470639-72 -** 03659326-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00128803 - 9.392,79 - **ANTONIA PONTES DIAS - 720956369-53 -** 03659386-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00126848 - 9.355,17 - **ANTONIO FABIANO PEREIRA - 086392409-30 -** 13644304-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01060613031/2022 - 1.498,27 - **ANTONIO FLORENCIO DE BARROS - 028226289-04 -** 03659052-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00132711 - 4.570,85 - **ANTONIO JOCEMAR VELOSO DE ARAUJO JUNIOR - 037228839-11 -** 03659337-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00145280 - 5.380,21 - **ANTONIO LOTICI - 588742679-91 -** 03659107-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00144759 - 12.367,44 - **ANTONIO MARCOS LUNA - 916981469-49 -** 03659299-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144918 - 57.047,19 - **ANTONIO SADAHIKO MASUTA - 548345709-91 -** 03659325-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00140345 - 7.176,48 - **APARECIDA ALMEIDA CORADI - 823968509-97 -** 03659398-9 - ICMS - EPAF 80058748 - 470.873,13 - **APARECIDO DOURADO DE SOUZA - 101651039-06 -** 03659263-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00150500 - 531,65 - **APARECIDO REINALDO - 106615499-68 -** 03659394-6 - ICMS - EPAF 80058772 - 1.666,77 - **ARIVALDO CRISTIANO DE FARIAS - 075866709-43 -** 03659342-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00147859 - 69.831,06 - **ASTROGILDO LITKA - 024870959-38 -** 03659181-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00160308 - 10.748,62 - 03659217-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00160310 - 32.486,31 - 03659237-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00160309 - 32.769,36 - **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. - 07207996/0001-50 -** 13696791-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00973337842/2024 - 479,28 - 13696793-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00980472148/2024 - 457,78 - **BANCO GMAC S.A. - 59274605/0001-13 -** 13696823-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00988352702/2022 - 1.052,48 - 13696824-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00988352702/2023 - 954,80 - 13696825-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00988352702/2024 - 821,30 - **BANCO HONDA S/A. - 03634220/0001-65 -** 03659147-1 - FUNJUS TRIB - PROC.ADM.TJ 0122844-36.2024 - 1.754,59 - **BANCO RCI BRASIL S.A - 62307848/0001-15 -** 13696797-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00387174028/2022 - 384,60 - 13696798-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00387174028/2023 - 1.117,19 - 13696799-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00512813620/2024 - 1.143,11 - 13696800-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01044123157/2023 - 1.688,39 - 13696801-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01054865695/2024 - 1.414,20 - 13696802-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01055262897/2022 - 1.795,84 - 13696803-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01055262897/2023 - 1.771,83 - 13696804-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01055262897/2024 - 1.539,41 - 13696805-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01061951143/2022 - 1.118,23 - 13696806-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01061951143/2023 - 2.089,94 - 13696807-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01080422894/2023 - 3.017,65 - 13696808-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01090705910/2023 - 917,44 - 13696809-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01090705910/2024 - 1.118,93 - 13696810-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01155411053/2024 - 1.541,81 - 13696811-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01176821463/2024 - 1.774,46 - 13696812-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01188789306/2024 - 352,31 - 13696813-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194071063/2022 - 2.233,06 - 13696814-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194071063/2023 - 2.231,30 - 13696815-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194071063/2024 - 1.816,03 - 13696816-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194551774/2022 - 1.084,71 - 13696817-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194551774/2023 - 2.410,81 - 13696818-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194551774/2024 - 2.069,75 - 13696819-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01196367040/2024 - 1.634,42 - **BEN HUR FABRICIO DOS SANTOS - 329674389-87 -** 03659256-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00123691 - 18.474,99 - **BENEDITO BONETO - 111318439-67 -** 03659330-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00145259 - 11.112,30 - **BENHUR CALDAS FERREIRA - 972278899-04 -** 03659405-5 - ICMS - PAF 7206482-8 - 12.765,06 - **BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL - 43425008/0001-02 -** 13696796-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00777054884/2022 - 184,75 - **BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - 47509120/0001-82 -** 13696794-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00420963820/2023 - 3.725,89 - 13696795-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00420963820/2024 - 3.201,51 - **BRAULIO GOMES ROSA - 843081509-06 -** 03659204-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00147581 - 42.317,83 - **BRAVO DIESEL LTDA - 01673704/0001-98 -** 03659268-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00125374 - 3.412,04 - **BRUNA FERREIRA LORETO - 103937159-06 -** 03659120-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00161930 - 1.082,87 - **BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90739345-30 -** 03659408-0 - ICMS - EPAF 80000723 - 56.083,11 - **BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90729942-29 -** 03659407-1 - ICMS - EPAF 80000715 - 99.667,37 - **BRUXELAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 90772695-90 -** 03659409-8 - ICMS - EPAF 80000731 - 25.594,33 - **CAMINHOS DO PARANA TRANSPORTES LTDA - 46866719/0001-00 -** 03659393-8 - ICMS - EPAF 80058888 - 186.146,19 - **CARLOS ALBERTO EHLERS - 023343729-00 -** 03659242-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00131735 - 12.541,65 - **CARLOS BELO - 028472109-38 -** 03659077-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00148042 - 45.455,72 - **CARLOS BISPO DOS SANTOS - 143841409-91 -** 03659312-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00125552 - 7.504,16 - **CARLOS HENRIQUE MATTJE - 059805659-90 -** 03659187-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144042 - 5.900,31 - **CARLOS RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO - 032924789-10 -** 03659183-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00124228 - 8.279,35 - **CAROLINE DA SILVA MARIANO - 444710478-41 -** 03659121-8 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0032795-80.2023 - 1.547,84 - **CELIO VITAL GALVAN - 643813669-72 -** 03659084-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144540 - 639.269,30 - 03659271-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144541 - 421.496,24 - **CELSO ANTONIO SPINARDI - 373860269-00 -** 03659218-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00148132 - 107.486,27 - **CEZAR APARECIDO MURBACK - 043135929-62 -** 03659310-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00136146 - 5.441,80 - **CEZAR PRIMO PEREIRA - 787658119-68 -** 03659382-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00130424 - 4.069,46 - **CHRISTIANE NAOMI FERREIRA - 858778759-49 -** 13696799-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00512813620/2024 - 1.143,11 - **CIFAL COMERCIAL DE TABACOS LTDA - 09909750-78 -** 03659404-7 - ICMS - PAF 7205062-2 - 7.184,06 - **CLARIBEL APARECIDA MANFRON - 426893689-00 -** 03659246-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00120886 - 7.911,34 - **CLAUDINEI APARECIDO SOARES - 019500669-08 -** 03659241-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00135298 - 1.427,25 - **CLAUDINO FRANCESQUETTO - 525027089-15 -** 03659054-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00149343 - 7.457,99 - **CLAUDIOMIRO DOS REIS - 773110609-82 -** 03659195-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00140403 - 10.047,08 - **CLAUDIR DE ARAUJO SILVEIRA - 069883379-11 -** 03659072-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00136897 - 1.495,93 - **CLEBERSON USIAK - 086389609-05 -** 03659175-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00148005 - 15.397,88 - **CLEVERLIN MUHLSTEDT GONCALVES - 119946779-02 -** 03659086-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00131906 - 66.702,92 - **CLEVERSON DE SIQUEIRA OLIVEIRA - 107182359-08 -** 03659308-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00147868 - 1.635,52 - **CLEVERSON JOSEMAR HORST VALENTIM - 068691889-47 -** 03659182-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00137539 - 2.293,02 - **CLEYTON DA ROCHA - 009124729-28 -** 13696797-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00387174028/2022 - 384,60 - 13696798-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00387174028/2023 - 1.117,19 - **COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS SAO JOSE LTDA - 75482208/0001-93 -** 03659203-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00131162 - 12.271,39 - **CRISTIANE APARECIDA RODRIGUES - 342440228-13 -** 03659186-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00141631 - 695,32 - **D. RENATO BRZEZINSKI LAZER LTDA - 19283322/0001-13 -** 03659338-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00132522 - 101.782,22 - **D.M. CASTRO- INDUSTRIA E COMERCIO DE CARVAO E GRANITO M - 26474979/0001-23 -** 03659247-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00138240 - 7.516,98 - **DAMIAO COSME SOBRINHO - 012313484-61 -** 03659222-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00148512 - 3.248,63 - **DANIEL BRUDER - 227390419-34 -** 03659360-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00163695 - 36.579,82 - **DANIEL DE FRANCA ARAUJO - 123291949-78 -** 03659323-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00142750 - 5.004,97 - **DANIEL FERREIRA DA COSTA - 590104529-72 -** 03659065-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00149681 - 1.100,83 - 03659179-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00149679 - 11.008,33 - 03659189-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00149075 - 5.504,16 - 03659289-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00149680 - 2.201,66 - **DANIELA APARECIDA CARVALHO RAMOS - 041089219-09 -** 13629400-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01067382884/2022 - 2.285,55 - **DANIELI DA SILVA BENEVIDES - 092586039-58 -** 13629288-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00375095519/2022 - 345,51 - **DANILO CEZAR DE ANDRADE - 048527859-61 -** 03659279-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00140693 - 3.908,95 - **DANILO MORILHA MENDONCA - 060839419-03 -** 03659354-7 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0088755-21.2023 - 1.497,78 - **DANIR ROGERIO DA CONCEICAO - 030837439-80 -** 03659280-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00126531 - 2.575,91 - **DARCI APARECIDO DE OLIVEIRA - 374388919-68 -** 03659362-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00148789 - 5.548,30 - **DARCILIO MILANI - 764224029-53 -** 03659066-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00135735 - 50.833,37 - **DAVI DEBNER MACHADO - 131744619-44 -** 03659149-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00147879 - 2.771,07 - **DAVI MARIO CIENIUK - 484229679-87 -** 03659328-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00134080 - 15.512,35 - **DAVI WAPPLER - 038610649-52 -** 03659291-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00122084 - 39.933,13 - 03659370-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00122085 - 8.067,30 - **DAVID ZACARIAS - 067900949-38 -** 03659288-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00130408 - 1.271,70 - **DECIO VICENTE DE OLIVEIRA - 090430199-09 -** 03659131-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00136323 - 2.474,07 - **DEDI IVAN DALLAGNOL - 495916659-20 -** 03659046-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00140391 - 10.364,68 - **DELENILSON DA SILVA - 296193068-56 -** 03659297-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00136601 - 45.053,22 - **DENI BRUFATI - 524674909-63 -** 03659135-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00145305 - 34.001,60 - **DENISIA MARIA DA SILVA - 035539969-51 -** 03659073-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00150006 - 30.004,19 - **DEOMAR LUIZ GONCALVES - 036843689-62 -** 03659085-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00147975 - 1.331,59 - 03659341-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00147974 - 14.314,61 - **DERLI MARIANA DA SILVA ALMEIDA - 350993722-87 -** 03659200-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00149277 - 44.747,97 - **DEVANIR GOMES FERREIRA - 852282499-15 -** 03659313-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00137221 - 3.472,97 - 03659339-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00137220 - 5.904,06 - **DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - 65654303/0001-73 -** 13696792-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00881574953/2022 - 957,68 - **DIEGO BUCHGRAEBER - 078476579-02 -** 03659196-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00140185 - 2.301,73 - **DIEGO FABRICIO DE MORAIS SIMOES - 009942119-45 -** 03659047-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00143426 - 11.600,50 - **DILSON SERIGHELLI - 631627179-49 -** 03659118-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00128968 - 2.193,37 - **DINARTE NELSON CAVASSOLA - 213681719-15 -** 03659358-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00067094 - 3.230,10 - **DIONISIO ANSELMO - 598167329-04 -** 03659081-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00148855 - 4.299,45 - **DIRCEU ADIR BANACHY - 015349749-11 -** 03659205-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00131303 - 7.199,98 - **DIRCEU DE SOUZA - 751709229-49 -** 03659381-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00149765 - 6.054,58 - **DIRCEU VICENTE - 041986949-23 -** 03659103-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00136931 - 10.287,93 - **DIVAR MOREIRA DE ANHAIA - 034730209-23 -** 03659228-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00148254 - 11.286,05 - 03659321-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00148255 - 11.286,05 - **DOLCIMAR SILVESTRO - 017994939-03 -** 03659202-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00125172 - 6.859,74 - **DORVALINO PEGORARO - 283760309-06 -** 03659057-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00148462 - 5.911,74 - **DOUGLAS LEONARDO LUVISON - 083088649-45 -** 03659303-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00140058 - 8.702,74 - **DOUGLAS ULISSES BUENO SCHIEFELBEIN - 067518489-43 -** 03659069-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00128603 - 281.794,29 - **DROGARIA E FARMACIA NOCERA LTDA - 04556508/0001-21 -** 03659400-4 - ICMS - EPAF 80056150 - 54.622,12 - **DUMAX ATACADISTA LTDA - 52141527/0001-30 -** 03659385-7 - FUNREJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0121737-54.2024 - 1.058,99 - **EDER FERNANDES DA SILVA - 081943479-55 -** 03659197-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00149479 - 1.065,42 - **EDERSON DA SILVA - 067621769-92 -** 03659108-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00138736 - 1.582,70 - **EDILSON DA**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SILVA CORDEIRO - 011401869-30 - 03659301-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00147973 - 2.216,85 - **EDINEI DE ALMEIDA LIMA - 022541009-55 -** 03659068-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00143971 - 6.490,34 - **EDSON HONORATO DO NASCIMENTO - 784203859-72 -** 03659302-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00147359 - 5.414,38 - **EDSON MACHADO CORREA - 029297779-40 -** 03659331-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00148760 - 10.654,27 - **EDSON OLIBRATOSKI - 050560799-95 -** 03659058-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00138754 - 10.109,83 - **EDUARDO ANTONIO PAGNUSSAT - 060890169-50 -** 03659298-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00121257 - 44.280,85 - **EDUARDO GOMES DE SOUZA - 561996359-49 -** 03659267-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00127510 - 1.048,88 - **EDUARDO SOUZA DE SANTANA - 059084579-90 -** 13622151-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00929364171/2021 - 149,77 - 13622872-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00929364171/2022 - 366,72 - **EDVALDO JONAS RODIRGUES - 065920399-57 -** 03659344-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00138510 - 6.687,79 - **EDVALDO MANUEL DA SILVA - 134649078-30 -** 03659369-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00131997 - 10.822,79 - **EIDIMAR SANTOS ALVES - 063968049-64 -** 03659226-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00144120 - 2.649,02 - **ELCIO DE ANDRADE - 655417319-68 -** 13696820-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00820436941/2022 - 1.082,81 - 13696821-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00820436941/2023 - 1.082,44 - **ELIADE RODRIGUES DE OLIVEIRA - 060281809-55 -** 03659361-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00137958 - 1.587,80 - **ELIANE AMARAL GOIS MOLINA - 037191399-30 -** 03659164-1 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0051667-46.2023 - 1.561,41 - **ELIANE RODRIGUES DA SILVA - EIRELI - 15724325/0001-94 -** 03659276-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00149670 - 150.480,78 - **ELIAS BIAVATI - 027313369-19 -** 03659294-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00142400 - 6.607,12 - **ELIEL DE ANDRADE - 048739259-08 -** 03659059-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00130432 - 7.018,35 - **ELIO TASSO - 369459439-68 -** 03659053-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00136874 - 180.591,55 - **ELISEU ANTONIO KUHN - 189374620-87 -** 13696796-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00777054884/2022 - 184,75 - **ELISSON CASTILHO PAES - 008425429-73 -** 03659261-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00139029 - 15.919,76 - **ELISSON OSIRES SCHOENEMANN - 057557559-06 -** 03659333-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00141990 - 18.783,08 - **ELITON FERNANDES - 079566369-22 -** 03659199-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00147112 - 47.043,82 - **EMERSON FRANCISCO MOREIRA - 033264829-06 -** 13696816-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194551774/2022 - 1.084,71 - 13696817-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194551774/2023 - 2.410,81 - 13696818-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194551774/2024 - 2.069,75 - **EMERSON JOSE MASSUIA - 010419319-05 -** 03659123-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00140938 - 2.271,49 - **EMILIO MEIRA JUNIOR FILHO - 085748009-02 -** 03659405-5 - ICMS - PAF 7206482-8 - 12.765,06 - **ERCI JOAO WERNER - 395373589-68 -** 03659176-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00126924 - 7.774,00 - **ERICLES JOSE BRITO - 096939579-54 -** 03659102-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00130645 - 8.766,21 - **ERINEIA DO PRADO MARTINS - 954962899-04 -** 03659083-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00141078 - 10.480,52 - **ERONDI CAMARGO DA ROCHA - 905434089-49 -** 03659315-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00149010 - 10.828,77 - 03659316-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00149009 - 7.796,71 - **ERYCA FLORENTINO COSTA - 124573329-07 -** 03659332-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00161448 - 3.224,58 - **EVALDO JOSE ALMEIDA KRAMER - 672617609-00 -** 03659272-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00142952 - 356.504,17 - **EVANDRA MARIA NHOATTO - 023451899-59 -** 03659150-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00160370 - 2.173,70 - **EVANDRO VOINARSKI NOVAKI - 116398479-52 -** 03659251-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00129713 - 17.046,96 - **EVANIR TAVARES DOS SANTOS - 945338149-72 -** 03659389-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00146080 - 8.309,83 - **EWERSON AIRES BESCH - 859717829-91 -** 13696823-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00988352702/2022 - 1.052,48 - 13696824-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00988352702/2023 - 954,80 - 13696825-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00988352702/2024 - 821,30 - **FELICIO PARAIZO NETO - 913050391-49 -** 03659139-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135045 - 1.410,29 - **FELIX DUDA - 072063809-72 -** 03659383-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00142646 - 59.140,10 - **FERNANDO GABRIEL MENDES - 073161349-09 -** 03659060-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00135044 - 5.706,14 - **FERNANDO HENRIQUE DA SILVA DE LIMA - 096741649-36 -** 03659172-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00127128 - 1.275,91 - **FERNANDO JOSE SAMBATTI - 037300649-75 -** 13638018-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00599921765/2022 - 1.294,20 - **FERNANDO MARSKE SYDOSKI - 055944029-42 -** 03659402-0 - ICMS - EPAF 80051670 - 1.341,62 - **FERNANDO SLOTA - 078239289-06 -** 03659207-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00163495 - 3.224,58 - **FRANCISMARA PEREIRA DA SILVA - 619506709-10 -** 03659319-9 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0029195-51.2023 - 1.586,14 - **FUEL TRUCK TRANSPORTE DE CARGAS E LOCACAO DE VEICULOS L - 32041594/0001-75 -** 03659177-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00163460 - 5.374,31 - **G AR MADEIRAS LTDA - 27446521/0001-23 -** 03659397-0 - ICMS - EPAF 80058519 - 610.440,46 - **GABRIEL JACK - 244860199-20 -** 03659096-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00125897 - 9.455,37 - **GEFERSON VIEIRA DA SILVA - 198192228-85 -** 03659146-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00148591 - 5.225,68 - **GENIVALDO SANTANA DOS SANTOS - 019186789-60 -** 03659348-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00142154 - 1.468,89 - **GLAUCO ALBERTIN & CIA LTDA - 05580911/0001-59 -** 03659232-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00122842 - 2.954,48 - **GUILHERME HENRIQUE GERMINIASI TEIXEIRA - 119927079-28 -** 13668418-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00506035867/2022 - 1.072,92 - **HEMERSON CRISPIM MARTINS - 068441679-46 -** 13632288-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01036073588/2022 - 1.896,11 - **HENRIQUE AMAURI RIBEIRO - 556644749-04 -** 03659212-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00139166 - 6.672,31 - **HERIO CARLO LANAVE - 781093539-91 -** 13696807-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01080422894/2023 - 3.017,65 - **HERON MILANI OLIVEIRA - 077626119-32 -** 13668126-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00178126543/2022 - 528,77 - **ILDEBRANDO DOS SANTOS - 605401689-04 -** 03659230-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00145335 - 5.981,37 - **IRMAOS FUSTINONI LTDA - 05054701/0001-27 -** 13696800-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01044123157/2023 - 1.688,39 - **ISABEL DA SILVA CIUNECK - 289951122-04 -** 13625439-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00776416006/2022 - 627,31 - **IVANDIR ANTONIO BENSO - 482373960-49 -** 03659161-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00144136 - 11.612,12 - **IVO GELINSKI - 293409429-49 -** 03659088-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00143542 - 8.862,34 - **IVONE IANCOSKI MARQUES - 032397429-50 -** 13696802-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01055262897/2022 - 1.795,84 - 13696803-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01055262897/2023 - 1.771,83 - 13696804-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01055262897/2024 - 1.539,41 - **J J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - 16584481/0001-60 -** 03659216-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00164166 - 15.677,06 - **JACKSON JORGE CUNHA - 003429489-97 -** 03659087-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00124871 - 6.348,46 - **JACSON MAURILIO SILVEIRA BORGES - 31663790/0001-19 -** 03659092-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00167161 - 1.240,69 - **JAIR JAVORSKI - 529856879-34 -** 03659260-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00139899 - 20.471,48 - **JAIRO HOFFMANN - 025855409-60 -** 03659162-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00148831 - 7.457,99 - **JAMIL FERRARI - 024051959-09 -** 03659109-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00139914 - 10.235,74 - **JANAINA DIAS FREITAS - 097995519-00 -** 03659206-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00144213 - 4.187,23 - **JANGO GAIOCHA - 550910919-04 -** 03659078-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00143898 - 66.721,92 - **JD INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA - 40112790/0001-11 -** 03659259-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00161907 - 5.327,13 - **JEFERSON LUIZ FAUSTINO - 033747449-40 -** 03659215-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00149535 - 1.254,16 - **JOAO BATISTA MENDES NETO - 050110829-70 -** 03659229-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00140538 - 7.723,76 - **JOAO CARLOS CARDOSO - 036803508-56 -** 03659192-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00122740 - 5.888,99 - **JOAO EUGENIO SCHREINER - 061607999-08 -** 03659347-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00125714 - 7.510,72 - **JOAO HORBUCH - 256374799-68 -** 03659384-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00125834 - 3.781,63 - **JOAO MARTINS FERREIRA - 202447629-53 -** 03659355-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00137667 - 757,70 - **JOAO PEDRO DE SOUZA - 828042739-20 -** 03659264-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00135694 - 1.117,11 - **JOAO RICARDO DA SILVA RODRIGUES - 126279749-71 -** 13645448-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00894808656/2022 - 1.221,49 - **JOAO RICARDO SANTANA MASSON E CIA LTDA - EPP - 26781140/0001-38 -** 03659373-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00129420 - 6.021,49 - **JOAO ZILDO COLLODEL - 016900949-15 -** 03659117-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135637 - 35.759,55 - **JOAQUIM RODRIGUES DE OLIVEIRA - 340016209-44 -** 03659269-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00146769 - 3.331,24 - **JOEL VIANA DA SILVA - 871075891-72 -** 03659191-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00135888 - 811,36 - **JONES STAHL - 037312979-30 -** 03659180-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00139433 - 12.285,00 - **JORGE ELIAS DA SILVA - 030636139-67 -** 03659346-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00149207 - 7.155,42 - **JOSE ANTUNES DE BEM - 019434359-60 -** 03659376-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00137714 - 758,60 - **JOSE APARECIDO VALENCIANO - 138181098-50 -** 03659235-4 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0124586-33.2023 - 880,32 - **JOSE CARLOS CHIMILOSKI - 741124149-00 -** 03659152-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00135323 - 10.926,41 - **JOSE DE LARA - 037374389-00 -** 03659363-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00135876 - 802,11 - **JOSE DO NASCIMENTO - 450587259-91 -** 03659255-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00121623 - 777,75 - **JOSE FAGNER LIMA DE SOUSA - 074547119-60 -** 03659153-6 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0065783-57.2023 - 1.459,65 - **JOSE FERREIRA COELHO - 672957389-91 -** 03659364-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00138533 - 8.431,51 - **JOSE LUIZ PRUSSIANO MIKOLAICZKI - 406701800-25 -** 03659095-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00125924 - 66.812,35 - **JOSE MAURILIO LOVATO MADEIRAS - 04460482/0001-13 -** 03659048-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00126313 - 16.774,74 - **JOSE ROBERTO MELO - 260193348-80 -** 03659106-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00139717 - 5.163,38 - **JOSE WANDERLEY DE OLIVEIRA - 460831629-04 -** 03659133-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00141607 - 1.495,01 - **JOSE WILMERS SOBRINHO - 778026249-91 -** 03659309-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00160318 - 738.825,00 - **JOSEANE SILVA FONSECA - 234161168-01 -** 03659178-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00140236 - 4.554,95 - **JOSENEY VICENTE - 554231599-20 -** 03659138-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00125607 - 7.510,72 - **JOSILENE LIMA FERRARESE - 286529888-46 -** 03659082-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00123811 - 2.296,38 - **JOSIMAR RODRIGUES PIRES - 085386519-19 -** 03659140-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00139936 - 14.882,56 - **JOSNEI MACIEL DOS SANTOS - 066491419-50 -** 03659305-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00135796 - 1.616,49 - **JOSUELMENDES DA CRUZ - 755522059-87 -** 03659136-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00128912 - 15.788,27 - **JOVANE GABRIEL SZEREMETA - 098893609-77 -** 03659258-3 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0134668-26.2023 - 1.534,27 - **JUCIANE ALVES PIRES - 057248739-82 -** 13626086-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01215464611/2022 - 616,40 - **JULIO CESAR CEREGATTI - 021061359-98 -** 13696791-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00973337842/2024 - 479,28 - **JUNIOR CEZAR LEONARDO - 109883959-59 -** 03659223-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135747 - 103.725,22 - **JUSTRANSPORT TRANSPORTES DE CARGAS E MECANICA LTDA ME - 12097659/0001-97 -** 13696794-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00420963820/2023 - 3.725,89 - 13696795-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00420963820/2024 - 3.201,51 - **KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO - 01701201/0001-89 -** 13696822-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00177160985/2024 - 1.429,98 - **LAERCIO JOCOSKI - 043528809-14 -** 03659130-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00143720 - 2.736,27 - **LAERCO DOMINGUES DA SILVA - 022655649-23 -** 03659171-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00131902 - 990,75 - **LAERTES ANTONIO COLERE - 231558849-91 -** 03659290-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00140199 - 7.591,59 - **LAERZIO CESAR DE ANDRADE - 606130259-20 -** 03659093-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00145996 - 13.268,33 - **LAETO FELIPE BRAUM SCHMIDT - 102524589-07 -** 03659111-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00126079 - 11.971,20 - **LARISSA SERAFIN PEREIRA - 102921139-60 -** 03659252-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00140246 - 9.275,51 - **LAROSIE BIJOUX COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA - 90452201-57 -** 03654954-8 - ICMS - GIA

01/2025 - 22.174,96 - 03654955-6 - ICMS - GIA 02/2025 - 18.631,81 - **LATIN TOBACCO FLAVOURS INDUSTRIA E COMERCIO DE TABACO L - 37449144/0001-30 -** 03659124-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00132172 - 60.214,96 - **LAUDEMIRO FERREIRA PINHEIRO - 067082909-95 -** 03659357-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00149678 - 11.008,33 - **LAURECI VITANCA DE OLIVEIRA - 020954069-90 -** 03659112-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00147812 - 5.586,58 - **LAURO GARBUS JOCOSKI - 214706269-34 -** 03659062-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00134106 - 48.043,63 - **LAVANDERIA L.M.A. LTDA - 04405681/0001-29 -** 03659132-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00160994 - 2.205,80 - **LEANDRO DOMINGUES PEREIRA - 099935289-00 -** 03659356-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00139323 - 26.934,59 - **LEANDRO HORNING MENDES - 034340539-30 -** 03659209-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00143809 - 1.869,99 - 03659349-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00143811 - 44.256,65 - **LEANDRO MARQUES SERAPIAO - 120389989-06 -** 03659227-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00136034 - 1.621,24 - **LEONARDO ELIAS DOS SANTOS - 080034889-31 -** 03659375-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00140340 - 10.681,70 - **LETICIA GABRIELA PITTA SANTOS - 106813629-44 -** 03659099-8 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0063392-32.2023 - 1.620,99 - **LIDIA SCHOGE - 702262889-00 -** 03659278-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00143816 - 4.196,40 - **LINO FRANCISCO FINGER - 577320199-20 -** 03659372-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00140994 - 1.404,37 - **LISSANDRO ANTONIO SCHERVINSKI - 033206759-90 -** 13640510-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00952783479/2022 - 1.314,19 - **LIVACE EMPREENDIMENTOS LTDA - 13657470/0001-74 -** 03659045-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00125111 - 11.036,04 - **LUAN MARLON PEZARINI DE SOUZA - 110815379-81 -** 03659380-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00140885 - 3.291,50 - **LUAN VITOR ANTUNES ANDRADE - 125968899-27 -** 03659210-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00137821 - 2.272,63 - **LUCIANE DOS SANTOS OLIVEIRA - 028772679-70 -** 13696810-6 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01155411053/2024 - 1.541,81 - **LUCIANE LOPES FRANCO - 036613519-82 -** 03659110-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00128890 - 781,69 - **LUCIANO BORGES DA SILVA - 131959519-75 -** 03659317-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00147880 - 558,65 - **LUCIANO DE BORTOLI - 048685119-20 -** 03659148-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00125663 - 7.767,06 - **LUCIANO DO SANTOS FARIAS COMERCIO DE VEICULOS - 13934130/0001-43 -** 13658934-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00529763915/2022 - 2.784,74 - **LUCIO BORGES JANOARIO - 045244439-08 -** 03659213-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00139888 - 7.376,26 - **LUIS CARDOSO - 502860649-87 -** 03659270-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00125175 - 6.059,28 - **LUIZ ALBERTO FOGACA - 977982159-72 -** 03659296-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00136115 - 11.348,70 - **LUIZ ANTONIO - 048485549-26 -** 03659208-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00136169 - 34.175,09 - **LUIZ ANTONIO FIGUEIROBA - 073652559-94 -** 03659368-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00139039 - 25.016,77 - **LUIZ CARLOS DA SILVA - 723537756-91 -** 03659064-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00149171 - 1.331,59 - **LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA - 198104958-46 -** 03659378-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00139771 - 1.457,01 - **LUIZ FERNANDO ALEXO DA SILVA - 054603049-11 -** 03659156-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00142217 - 10.122,76 - **LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA - 062328459-60 -** 03659049-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00124648 - 10.902,05 - **LUIZ FERNANDO MARIANO DA SILVA - 058601679-11 -** 03659390-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00145251 - 11.521,13 - **LUIZ FERNANDO MENEZES - 113151499-82 -** 03659374-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00144477 - 3.929,80 - **LUIZ IRONI RIBEIRO BARBOSA - 106380628-37 -** 03659336-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00140313 - 1.313,29 - **LUNA FERNANDA STICA - 081354269-33 -** 13696812-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01188789306/2024 - 352,31 - **MAGNUN TIAGO BORGES DOS SANTOS - 050868949-05 -** 13696793-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00980472148/2024 - 457,78 - **MARCELI TUREK - 034581169-07 -** 03659159-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00144697 - 20.099,41 - **MARCELINO WINIARSKI - 00500509/0001-01 -** 03659134-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00145820 - 9.615,67 - 03659151-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00145821 - 10.684,07 - **MARCELO LISBOA LINO - 050132139-08 -** 03659243-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00147970 - 10.822,79 - **MARCELO MARQUES DA SILVA - 078891079-51 -** 03659170-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00124765 - 38.735,35 - **MARCIO GONCALVES DE OLIVEIRA - 045689399-76 -** 03659245-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00137032 - 2.263,86 - **MARCIO JOSE CABRERA OLINTO - 024415059-12 -** 03659293-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00143101 - 177.292,26 - **MARCO HENRIQUE FAVERO BARBOSA - 358021278-80 -** 03659079-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00143231 - 27.809,38 - 03659277-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00142980 - 1.604,38 - **MARCO VINICIUS LOUREIRO GIOTTO - 557722180-34 -** 03659365-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00148654 - 1.321,00 - **MARCOS ANDRE LIMA - 132355819-52 -** 03659371-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00136472 - 11.353,09 - **MARCOS MORAES GOMES - 051581779-10 -** 03659231-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00146462 - 2.732,98 - **MARCOS ROBERTO PARTEKA - 009336089-42 -** 03659314-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00120840 - 187.965,70 - **MARIA CORDEIRO - 784211879-53 -** 03659167-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00148293 - 9.745,89 - **MARIA ELI ALVES FERREIRA - 024218869-96 -** 03659122-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00121740 - 789,24 - **MARIA PENHA DE SOUZA SILVA - 016439659-48 -** 03659168-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00149408 - 1.331,59 - **MARIA SALETE CHEMIN LOUREIRO - 036498559-33 -** 03659353-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00130973 - 551.082,60 - **MARIO HENRIQUE ALGARTE - 274208138-09 -** 03659266-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00133629 - 7.705,83 - **MARLISE DOS ROSARIO MENDES - 047776090-60 -** 03659388-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00113099 - 15.017,79 - **MATHEUS LUCAS PEREIRA - 080876849-23 -** 03659076-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00141879 - 2.224,33 - **MAURICIO PEGO DE JESUS - 880351909-20 -** 03659367-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00148287 - 3.302,50 - **MAURICIO REPULA - 023936409-08 -** 03659125-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00122026 - 8.064,87 - **MAURO MANZINI - 289998798-44 -** 03659113-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00144668 - 1.571,67 - **MELANEA AIRES ZORTEA - 024854799-25 -** 03659238-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00138912 - 7.647,58 - **MIGUEL BRASILIO DA SILVA FILHO - 079011229-94 -** 03659233-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00151925 - 1.236,24 - **MIGUEL GRESZESZEN - 869985879-53 -** 03659327-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00136202 - 100.496,98 - **MIGUEL HNEDA - 050910509-22 -** 03659158-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00162095 - 6.103,13 - **MILTON CARDOSO NASCIMENTO - 022496139-07 -** 03659334-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00142841 - 1.413,77 - **MILTON GUIMARAES - 037124218-50 -** 03659174-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00129995 - 9.177,37 - **MILTON PANTANO - 091421853-00 -** 03659144-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00160494 - 2.205,80 - **MOACIR DO SOCORRO DINIS - 004831469-27 -** 03659137-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00136509 - 6.694,35 - **MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - 76920800/0001-92 -** 03659254-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00161245 - 125.416,54 - **MURILO DE ALMEIDA CACHETTI - 467268058-45 -** 03659322-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00124427 - 11.755,44 - **NADIR MAURILIO DE MOURA BRUNETTI - 059312149-09 -** 03659351-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00141915 - 10.339,42 - **NAGABE ADRMINISTRACOES E PARTICIPACOES LTDA - 14068350/0001-02 -** 03659080-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00127950 - 7.535,70 - **NELSON NEDY VAZ - 602353819-34 -** 03659155-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00140173 - 1.853,88 - **NELSON WARMLING - 368183489-04 -** 03659318-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00140208 - 4.672,41 - **NEUZETE DO CARMO - 787735049-04 -** 03659143-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00141388 - 14.215,87 - **NICOLAU SEBASTIAO BELLO - 500543929-34 -** 03659165-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00138481 - 29.677,04 - **NILDON BARBOSA DA SILVA - 005485729-50 -** 03659377-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00125059 - 5.975,41 - **NILSON DA SILVA FRAGA - 367513329-04 -** 03659166-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00125492 - 6.956,88 - **NILVA NUNES - 777960399-72 -** 13666196-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00827259794/2022 - 1.163,39 - **NITRO FORT COMERCIAL QUIMICA LTDA - 90811667-46 -** 03656513-6 - ICMS - GIA 02/2025 - 49.511,99 - **NIVALDO ARMANDO RIBEIRO - 531108389-15 -** 03659262-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00145303 - 5.986,02 - **NSA BARCOS LTDA - 46854701/0001-99 -** 03659398-9 - ICMS - EPAF 80058748 - 470.873,13 - **OLIVIO KOSMA - 638506309-78 -** 03659345-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00135428 - 32.755,67 - **OSEIAS GONCALVES - 680094539-00 -** 03659201-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00139114 - 10.625,77 - **OSNEY HENEBERG LACERDA - 648821109-97 -** 03659387-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00148099 - 5.548,30 - **OSVALDO SALAMAIA JUNIOR CEREAIS LTDA - 19674907/0001-64 -** 03659286-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00167181 - 5.169,54 - **PABLO MATHEUS SOARES CORDOVA - 120379569-67 -** 03659157-9 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0082317-76.2023 - 1.497,78 - **PABLO RICARDO SANTOS - 228875198-32 -** 03659249-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00148026 - 12.628,19 - **PAULO CESAR DA SILVA - 847258931-53 -** 03659320-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00114300 - 3.806,30 - **PAULO ROBERTO RODRIGUES LEITAO JUNIOR - 099994789-30 -** 13696808-4 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01090705910/2023 - 917,44 - 13696809-2 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01090705910/2024 - 1.118,93 - **PEDRO MUDIK JUNIOR - 075653909-92 -** 03659101-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00141998 - 1.422,81 - **PEDRO SASS - 373419109-25 -** 03659184-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00138945 - 53.198,61 - **PH DECOR COMERCIO DE TECIDOS E DECORACOES LTDA - 18151057/0001-57 -** 03659392-0 - ICMS - EPAF 80058098 - 122.897,64 - **RAFA MOTORS LTDA - 90855211-33 -** 03656946-8 - ICMS - GIA 02/2025 - 6.379,34 - **RAFAEL DIEGO DE SOUZA - 049044079-70 -** 03659104-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00149511 - 15.048,07 - **RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA BARROS - 051303769-19 -** 03659393-8 - ICMS - EPAF 80058888 - 186.146,19 - **RAFAEL LEMBECK - 055850149-43 -** 03659115-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00140557 - 19.582,54 - 03659127-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00126156 - 10.523,35 - **RAFAEL LUIZ DE MELO - 080079159-23 -** 03659379-2 - IAP - AUTO INFRACAO 00143261 - 2.650,40 - **RECINORTE ECOLOGICA LTDA - 29982023/0001-20 -** 03659173-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00123376 - 3.092,19 - **REINALDO JANUARIO DA SILVA - 768003859-72 -** 03659265-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00148030 - 7.575,95 - **REINALDO PEREIRA - 029743149-88 -** 03659350-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00144828 - 26.339,97 - **RENAN AUGUSTO ROSA DE CASTRO - 055054079-27 -** 03659094-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00140323 - 2.206,89 - **RENITA PAWLOWSKI - 465080239-34 -** 03659391-1 - ITCMD - EPAF 80051255 - 10.895,37 - **RENOVACE BRASIL TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA - 27130973/0001-00 -** 03659250-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00131131 - 11.824,33 - **RICARDO GONCALVES LISSA - 064035009-70 -** 03659240-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00137808 - 1.103,97 - **RICKYMIAS DOS REIS QUEIROZ - 079173399-80 -** 03659214-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00128439 - 28.259,25 - **ROBERTO CARLOS DE ARAUJO - 022659039-90 -** 03659098-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00136012 - 8.106,22 - **ROBERTO GONCALVES DA SILVA - 007119139-94 -** 03659211-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00137852 - 1.037,38 - 03659221-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00137851 - 1.046,61 - **RODRIGO MAGANHOTTO - 059060879-74 -** 13696801-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01054865695/2024 - 1.414,20 - **ROMULO DOS SANTOS SIMAO - 106862369-12 -** 03659300-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00137972 - 450,30 - **RONALDO ANGELO DO COUTO - 023392539-26 -** 03659055-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00135365 - 482,37 - **RONY PETERSON MOROZ - 024575549-77 -** 03659097-1 - IAP - AUTO INFRACAO 00136184 - 11.338,30 - **ROSA MARIA DOS SANTOS - 065399439-70 -** 03659071-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00140510 - 1.528,62 - **ROSALINA STACIAK - 071003809-79 -** 03659128-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00136181 - 16.967,81 - **ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA - 060125649-29 -** 03659044-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135929 - 807,55 - **ROSANGELA BELAU - 965788319-91 -** 03659352-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00160673 - 5.499,24 - **ROSANGELA SOPXAK DA SILVA - 052138809-08 -** 13624059-5 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00823518230/2022 - 844,23 - **ROSELANGELA ISABEL DOS SANTOS - 883565239-15 -** 03659142-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00124506 - 10.064,70 - **ROSIMERI FERREIRA SILVA - 026228169-44 -** 03659307-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00135488 - 16.232,94 - **RUBENS BISCAIA DE LIMA - 965007439-20 -** 03659051-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00146715 - 5.947,71 - 03659335-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00146864 - 4.282,35 -

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL - 62063177/0001-94 - 13696820-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00820436941/2022 - 1.082,81 - 13696821-1 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00820436941/2023 - 1.082,44 - **SAMELLA JAMILLE GIMENEZ - 095279639-23 -** 03659283-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00128986 - 6.593,26 - **SAMUEL SCHELIGA - 972387759-72 -** 03659403-9 - ICMS - EPAF 80053428 - 1.483,47 - **SANTINO SALVATICO - 597557769-15 -** 03659185-4 - IAP - AUTO INFRACAO 00147273 - 23.399,81 - **SERGIO MACIEL - 045821719-07 -** 03659274-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00143280 - 13.235,33 - **SERGIO SKALINSKI - 575861019-49 -** 03659063-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00141694 - 35.313,92 - **SIDNEY JOSE - 268915168-54 -** 03659067-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00141227 - 2.876,07 - 03659100-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00141280 - 967,90 - **SILVANIA DA SILVA MOREIRA - 021714669-44 -** 13622222-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00929138260/2021 - 394,64 - 13627903-3 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00929138260/2022 - 706,37 - **SILVESTRE DE OLIVEIRA - 783255019-87 -** 03659190-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00135729 - 4.083,54 - **SILVIA INES LEITE - 008220569-84 -** 13630859-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01001556469/2022 - 1.688,91 - **SIMONE TEREZINHA DECHANDT - 665849579-34 -** 13696819-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01196367040/2024 - 1.634,42 - **SOLOMAR MARIA ROSA - 028848329-47 -** 03659126-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00137592 - 1.581,95 - **SUPERMERCADO J J E LTDA - 70400151-70 -** 03654357-4 - ICMS - GIA 02/2025 - 13.274,55 - **TAD LANCHONETE E RESTAURANTE LTDA - 31365718/0001-05 -** 03659399-7 - ICMS - EPAF 80058489 - 164.637,92 - **TAYRINE FERREIRA AROCA - 086459299-02 -** 03659234-6 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0135575-98.2023 - 1.561,41 - **THARLLES ALAN CORREA - 068864659-02 -** 13696813-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194071063/2022 - 2.233,06 - 13696814-9 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194071063/2023 - 2.231,30 - 13696815-7 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01194071063/2024 - 1.816,03 - **TIAGO MELO GUIZELINI - 067962099-07 -** 03659248-6 - FUNJUS NAO TRIBUTARIO - PROC.ADM.TJ 0157332-51.2023 - 1.370,80 - **TIAGO VIEIRA DA SILVA - 065955269-80 -** 03659340-7 - IAP - AUTO INFRACAO 00148186 - 5.374,31 - **TRANSPORTADORA REINALDO LTDA - 26454290/0001-37 -** 03659394-6 - ICMS - EPAF 80058772 - 1.666,77 - **VALDECLEY PIRES DA SILVA - 953831319-49 -** 13696805-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01061951143/2022 - 1.118,23 - 13696806-8 - IPVA - RENAVAM / EXERC 01061951143/2023 - 2.089,94 - **VALDENI FABRI TESSARI - 999772309-00 -** 03659220-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00135647 - 67.950,85 - **VALDENI FERREIRA DO NASCIMENTO - 429896479-53 -** 03659304-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00139926 - 1.463,35 - **VALDIRENE BARBOSA COLOMBES - 720879439-15 -** 13696822-0 - IPVA - RENAVAM / EXERC 00177160985/2024 - 1.429,98 - **VALMIR KAMINSKI PAVLAKI - 060455779-57 -** 03659257-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00136310 - 8.867,21 - **VERA LUCIA DA SILVA KRESAM - 031115679-74 -** 03659324-5 - IAP - AUTO INFRACAO 00126247 - 5.726,77 - **VILMAR NUNES DO NASCIMENTO - 761468129-00 -** 03659198-6 - IAP - AUTO INFRACAO 00147208 - 238.774,44 - **VSJOI COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - 10403498/0001-97 -** 03659406-3 - ICMS - PAF 7206667-7 - 13.637,65 - **WAGNER LUCAS DA SILVA - 029838439-63 -** 03659295-8 - IAP - AUTO INFRACAO 00145187 - 5.940,21 - **WELLINGTON ROVEDA - 062575109-45 -** 03659292-3 - IAP - AUTO INFRACAO 00140300 - 3.057,24 - **WESLEY PRESTES DE SOUSA MORAIS - 127158009-83 -** 03659160-9 - IAP - AUTO INFRACAO 00135570 - 1.081,50 - **WILSON GODOY - 206678761-20 -** 03659366-0 - IAP - AUTO INFRACAO 00124547 - 10.997,02 - **WILTON VILELA GUIMARAES - 290649218-30 -** 03659392-0 - ICMS - EPAF 80058098 - 122.897,64 .

Curitiba, 18 de maio de 2025.

Thiago Boaventura Grandchamp Serafim
Inspetor Geral de Arrecadação

68189/2025

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 153/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, e com fundamento nas disposições da Lei Complementar n° 217/2019, do Decreto 4634 de 12 de maio de 2020 e no protocolado nº 23.537.609-1,

R E S O L V E :

Art.1º. CONCEDER licença capacitação ao servidor **José Francirlei de Oliveira**, RG nº 71642739/PR, por 90 (noventa) dias, no período de 19/05/2025 a 16/08/2025, conforme constante no processo nº 23.537.609-1.

Registre-se e Publique-se
Curitiba, 19 de maio de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

68305/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater
Programa PARANÁ ENERGIA RURAL RENOVÁVEL

Extrato de **Termo de Homologação - RenovaPR**

De acordo com o **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 001/2021**, **HOMOLOGA-SE** a empresa (e CNPJ) abaixo relacionada, a qual está em conformidade com as condições estabelecidas no mencionado Edital.

Razão Social: TJC Energia Solar Ltda
Nome Fantasia: Itália Solar
CNPJ: 60.623.284/0001-02
Município: Catanduvas - Paraná

Herlon Goelzer de Almeida
UTE Programa RenovaPR

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente - IDR-Paraná

O Edital de Chamada Pública nº 001/2021 encontra-se disponibilizado no portal: www.idrparana.pr.gov.br

68339/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Em Tempo

Secretaria da Administração e da Previdência

Resolução SEAP N.º 8.991/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do art. 25 da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração e recursos humanos, bem como o contido no Protocolo nº 22.262.659-5.

Considerando os artigos 34, 41 e 46 da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

RESOLVE:

Alocar, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP, os servidores nomeados pelos Decretos nº 8.208/2024 e nº 8.213/2024, relacionados no Anexo Único, para exercerem o cargo de Agente Profissional, nas respectivas funções, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 8.991/2025

Cargo: Agente Profissional
Decreto nº: 8208/2024

FUNÇÃO	NOME	RG
ASSISTENTE SOCIAL	Simone Fernandes Corrêa	71XXX97-X
ASSISTENTE SOCIAL	Lidiane de Oliveira de Sousa	1501XXXX000-X
ASSISTENTE SOCIAL	Pedro Dantas Menezes Zornoff Táboas	24XXX00-X
ASSISTENTE SOCIAL	Isaac Guidão Toscano	6XXX80-X
ASSISTENTE SOCIAL	Jaqueline Bethania Back Dantas	164XXX80-X
ASSISTENTE SOCIAL	Andre Silvio Fernandes	123XXX67-X
ASSISTENTE SOCIAL	Luana Garcia Campos	76XXX72-X
ASSISTENTE SOCIAL	Thiago Andre Teles da Silva	139XXX14-X
ASSISTENTE SOCIAL	Janaina Fatima Sabrina de Campos	99XXX54-X
ASSISTENTE SOCIAL	Jaqueline Maler	75XXX68-X
ASSISTENTE SOCIAL	Mariana Jonck	59XXX8-X
ASSISTENTE SOCIAL	Robson Nunes Tomacheski	83XXX12-X
PSICÓLOGO	Stephanie Abrão Gorte	90XXX90-X
PSICÓLOGO	Daniela Medeiros Depetris	94XXX97-X
PSICÓLOGO	Eric Gilliard Leles Cafe	11XXX66-X
PSICÓLOGO	Jessica Vieira Ganzert	128XXX82-X
PSICÓLOGO	Hellen Tsuruda Amaral	77XXX38-X
PSICÓLOGO	Tiago Veiga Valdivieso	92XXX07-X
PSICÓLOGO	Vanessa Sajnaj Ferreira	101XXX62-X
PSICÓLOGO	Mylena Muller de Oliveira	96XXX08-X
PSICÓLOGO	Pedro Henrique Moraes	99XXX83-X
PSICÓLOGO	Everton de Oliveira	102XXX26-X
PSICÓLOGO	Graciano Garcia Marques Neto	56XXX1-X
PSICÓLOGO	Daniela Escrivani	91XXX59-X
PSICÓLOGO	Camila Penedo de Sá Andrade	237XXX71-X
PSICÓLOGO	Victor Bruno da Silva de Castro	128XXX88-X
PSICÓLOGO	Rafael Henrique Favero	91XXX83-X
PSICÓLOGO	Ágatha Ferraz	89XXX78-X
PSICÓLOGO	Monise Rafaela da Silva Todon	139XXX22-X
PSICÓLOGO	Larissa Bosso dos Santos Luz	94XXX55-X
PSICÓLOGO	Jhenifer Stéfani da Silva Correa	129XXX32-X
PSICÓLOGO	Flaviane Lulu Minto	97XXX99-X
PSICÓLOGO	Rafaela Paula Santana Armelin	134XXX57-X

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PSICÓLOGO	Richardy Gustavo Vergilio de Oliveira	500XXX13-X
PSICÓLOGO	Ellis Fernanda Dupsk	108XXX66-X
PSICÓLOGO	Débora Siriani Baena Rodrigues	133XXX49-X
PSICÓLOGO	Ada Caroline Dias Garrido	145XXX61-X
PSICÓLOGO	Luma Fernandes Garcia da Silva	134XXX04-X
PSICÓLOGO	Gabriela Gomes Luiz	145XXX90-X
PSICÓLOGO	Ana Maria Cavagnoli Seleski	126XXX44-X
PSICÓLOGO	Felipe Gustavo Trevisan	123XXX04-X
PSICÓLOGO	Rose Ani Jaroszuk	41XXX10-X
PSICÓLOGO	Eduardo Ribeiro Cotting	71XXX71-X
PSICÓLOGO	Bruna Strappazzon	108XXX79-X
PSICÓLOGO	Amyr Gonçalves Valério Silva	536XXX45-X
PSICÓLOGO	Aline Pichler	102XXX37-X
PSICÓLOGO	Roberto Carlos Bellete Bublitz Junior	106XXX89-X
PSICÓLOGO	Ana Claudia Pansera	135XXX80-X
PSICÓLOGO	Guilherme Ferreira Lopes	131XXX73-X

Cargo: Agente Profissional
Decreto nº: 8213/2024

FUNÇÃO	NOME	RG
PSICÓLOGO	Marcio Roberto Regis	60xxx47-x
PSICÓLOGO	Monica Lopes da Rosa Stochi	85xxx12-x
PSICÓLOGO	Katiuscia Dieterich Sartori	79xxx02-x
PSICÓLOGO	Ana Gabriele Gomes Warkentin	109xxx86-x
PSICÓLOGO	Marina Ferreira Ribeiro	101xxx38-x
PSICÓLOGO	Joyce Gomes Heuko	128xxx52-x
PSICÓLOGO	Ayslan Juan Propst	109xxx02-x
PSICÓLOGO	Valdinele Batista Schulze	6xxx23-x
PSICÓLOGO	Ruthneia Talita Dechristan Morandi	86xxx69-x
PSICÓLOGO	Ana Maria Cassins	35xxx00-x
PSICÓLOGO	Jemima Delly Magalhães da Rosa	110xxx89-x
PSICÓLOGO	Daniella Rosa Mendonça	104xxx77-x
PSICÓLOGO	Eduardo Voroniuk Rosseto	106xxx78-x

68373/2025

Resolução SEAP Nº 9.103/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 90, parágrafo único, da Constituição Estadual, art. 5°, inciso III, da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto Estadual nº 3.888 de 20 de janeiro de 2020; considerando o disposto no inciso I, do artigo 25, da citada Lei, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, a coordenação e gestão das atividades de administração de recursos humanos; considerando o contido no artigo 65 da Lei Estadual n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970; e considerando a determinação governamental contida no protocolo n.º 23.983.622-4;

RESOLVE

Remover *ex-officio* a servidora Francine Martineli, RG n.º 9.XXX.090-X-PR ocupante do cargo de Agente Profissional, função Contador, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, lotada no Instituto de Pesos e Medidas do Paraná – IPEM, à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP.

Curitiba, 14 de maio de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES.11/2025 LGA

68367/2025